ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 162

Brasília - DF, quarta-feira, 23 de agosto de 2017

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 16
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 20
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 20
Ministério da Cultura 23
Ministério da Defesa 26
Ministério da Educação 27
Ministério da Fazenda 31
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 46
Ministério da Justiça e Segurança Pública 46
Ministério da Saúde 49
Ministério das Cidades 89
Ministério das Relações Exteriores 89
Ministério de Minas e Energia 90
Ministério do Desenvolvimento Social 96
Ministério do Esporte 96
Ministério do Trabalho 97
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 100
Ministério Público da União 102
Poder Legislativo 103
Poder Judiciário 103
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 107

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.253 (1)
ORIGEM : ADI - 5253 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : ASSOCIACAO NACIONAL DAS OPERADORAS CELULARES - ACEL
PROC.(A/S)(ES): FLÁVIO HENRIQUE UNES PEREIRA E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: Convertida a apreciação do referendo da cautelar em julgamento de mérito, o Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente o pedido formulado para declarar a inconstitucionalidade do art. 1º, *caput* e parágrafo único, e art. 2º, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 13.189/2014, do Estado da Bahia, vencidos os Ministros Edson Fachin, Roberto Barroso e Rosa Weber. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 03.08.2016.

EMENTA

Ação direta de inconstitucionalidade. Artigo 1º, *caput* e parágrafo único, e art. 2º, *caput* e parágrafo único, da Lei Estadual nº 13.189, de 4 de julho de 2014, do Estado da Bahia. Serviços de telecomunicações. Matéria de competência legislativa privativa da União. Norma que cria obrigação não prevista nos contratos de concessão celebrados entre a União e as concessionárias de serviços de telefonia móvel. Violação do art. 22, inciso IV, da Constituição Federal. Medida cautelar. Referendo. Conversão. Julgamento de mérito. Procedência da ação.

1. O Supremo Tribunal Federal já reconheceu a legitimidade ativa da Associação Nacional das Operadoras Celulares (ACEL) para o controle concentrado de constitucionalidade de leis que, a exemplo da que é impugnada na presente ação, estabeleciam obrigações para operadoras de serviço móvel de telefonia. Precedentes: ADI 4.715 MC, Rel. Min. **Marco Aurélio**, Tribunal Pleno, DJe de 19/8/13; ADI 3.846, Rel. Min. **Gilmar Mendes**, Tribunal Pleno, DJe de 15/3/11; ADI 5.356 MC, Rel. Min. **Edson Fachin**, decisão monocrática, DJe de 20/11/15.

2. A Lei nº 13.189, de 4 de julho de 2014, do Estado da Bahia, ao criar obrigação para as operadoras do serviço móvel pessoal, consistente na instalação e na manutenção de bloqueadores de sinais de radiocomunicações (BSR) nos estabelecimentos penais de todo o Estado, com o objetivo de impedir a comunicação por telefones móveis no interior dos referidos estabelecimentos, dispôs a respeito de serviços de telecomunicações, matéria da competência legislativa privativa da União, na forma do art. 22, inciso IV, da Constituição Federal.

3. O Supremo Tribunal Federal, em várias ocasiões, já afirmou a inconstitucionalidade de normas estaduais e distritais que impunham obrigações às concessionárias de telefonia, por configurar ofensa à competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações. Precedentes: ADI 3.846/PE, Rel. Min. **Gilmar Mendes**, DJ de 15/3/11; ADI 3.322/DF, Rel. Min. **Gilmar Mendes**, DJ de 4/3/11; ADI 4.401/MG-MC, Rel. Min. **Gilmar Mendes**, DJ de 1º/10/10; ADI 2.615/SC-MC, Rel. Min. **Nelson Jobim**, DJ de 6/12/02.

4. A obrigação criada pela lei estadual questionada não está prevista nos contratos de concessão celebrados entre as empresas de serviços de telefonia móvel e a União, circunstância que evidencia, ainda mais, a interferência indevida do Estado em assunto de competência do ente federal. Precedente: ADI 3.533, Rel. Min. **Eros Grau**, DJ de 6/10/06.

5. Conversão do julgamento do referendo à medida cautelar em decisão de mérito. Ação julgada procedente.

DECISÕES
Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 273 (2)
ORIGEM : ADPF - 273 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE
INTDO.(A/S) : CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : CONFEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO - CNC
ADV.(A/S) : DOLIMAR TOLEDO PIMENTEL (49621/RJ) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REDES DE FARMÁCIAS E DROGARIAS - ABRAFARMA
ADV.(A/S) : CANDIDO DA SILVA DINAMARCO (43560/PE, 102090/SP) E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou improcedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental. Ausentes, justificadamente, o Ministro Roberto Barroso, em compromisso na Universidade de Oxford, no Reino Unido, e o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 18.5.2017.

E M E N T A: **ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL** (**CF**, ART. 102, § 1º) - **LEI Nº 2.774/2005** DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE/MT - DIPLOMA LEGISLATIVO *QUE AUTORIZA* **E** *REGULAMENTA* A VENDA DE *ARTIGOS DE CONVENIÊNCIA* **EM FARMÁCIAS**, **EM DROGARIAS E EM ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES** - **ALEGADA USURPAÇÃO** DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO FEDERAL **PARA EDITAR** *NORMAS GERAIS* **SOBRE** PROTEÇÃO **E** DEFESA DA SAÚDE (**CF**, ART. 24, **INCISO** XXII, §§ 1º **E** 2º) - **INOCORRÊNCIA** - **NORMA ESTATAL** CUJO **CONTEÚDO MATERIAL**, *NA REALIDADE*, **ESTABELECE** *REGRAS SOBRE COMÉRCIO LOCAL - COMPETÊNCIA LEGISLATIVA SUPLEMENTAR* DOS MUNICÍPIOS (**CF**, ART. 30, **INCISO** II) - **POSSIBILIDADE** - **PRECEDENTES** DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - **PARECER** DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA *PELA IMPROCEDÊNCIA DA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO* - **ADPF** *JULGADA IMPROCEDENTE*.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R$ 0,50	R$ 2,00
de 32 a 76	R$ 0,90	R$ 2,40
de 80 a 156	R$ 1,90	R$ 3,40
de 160 a 250	R$ 2,50	R$ 4,00
de 254 a 500	R$ 5,00	R$ 6,50
- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0179		

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 103, DE 2017 (*)

Aprova o texto do Ato Constitutivo do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH), aprovado por meio de resoluções emanadas da VI Conferência Internacional Americana, concluída em Havana, em 20 de fevereiro de 1928.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Ato Constitutivo do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH), por meio das resoluções adotadas pela VI Conferência Internacional Americana, concluída em Havana, em 20 de fevereiro de 1928, relativas à criação do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH) e ao Projeto de Estatutos do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH), adotados em 7 de fevereiro de 1928.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Ato Constitutivo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Ato Constitutivo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 20/4/2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.138, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e revoga o Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017,

D E C R E T A :

Art. 1º O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 15. Para a habilitação, será exigida das pessoas jurídicas interessadas documentação relativa:

I - a sua habilitação jurídica e a de seus sócios e dirigentes;

II - a sua qualificação econômico-financeira; e

III - a sua regularidade fiscal e trabalhista.

§ 1º A documentação relativa à habilitação jurídica da pessoa jurídica consistirá:

I - em formulário de requerimento de outorga, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

II - no ato constitutivo e nas suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, na cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; e

III - em certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterá as declarações de que:

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 3º A documentação relativa à habilitação jurídica dos sócios e dos dirigentes consistirá na prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, a fim de atender ao disposto no § 1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de trabalho e previdência social; ou

VII - passaporte.

§ 4º A documentação relativa à qualificação econômico-financeira da pessoa jurídica consistirá:

I - no balanço patrimonial e nas demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

II - na certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à publicação do edital; e

III - no comprovante de recolhimento de caução, nos termos do edital.

§ 5º O valor da caução depositada pela pessoa jurídica vencedora será atualizado e descontado do valor da outorga no momento do pagamento de que trata o art. 30.

§ 6º As pessoas jurídicas perdedoras receberão o valor da caução corrigido pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic.

§ 7º A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica consistirá:

I - na prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - na prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

III - na prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel;

IV - na prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e

V - na prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 8º Será considerada inabilitada a pessoa jurídica que deixar de apresentar quaisquer dos documentos indicados neste artigo ou que os apresente com falhas ou incorreções ou em desconformidade com as exigências estabelecidas no edital.

§ 9º Encerrada a fase de habilitação e abertas as propostas, não caberá desclassificar as pessoas jurídicas por motivo relacionado com a habilitação, exceto em razão de fatos supervenientes ou conhecidos somente após o seu término.

§ 10. Na hipótese de a pessoa jurídica consistir em sociedade por ações, a documentação a que se refere o § 3º será exigida apenas dos possuidores de, no mínimo, trinta por cento das ações representativas do capital social e caberá ao dirigente da sociedade apresentar declaração de que os sócios possuidores de menos de trinta por cento das ações representativas do capital social cumprem os requisitos previstos neste Regulamento.

§ 11. A falsidade das informações prestadas em atendimento ao disposto neste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

§ 12. Na hipótese de ocorrer situação que configure aquela vedada pelo inciso II do § 2º, o sócio ou o dirigente deverá imediatamente se afastar do quadro societário ou diretivo da pessoa jurídica e deverá comunicar a alteração contratual ou estatutária ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo de até sessenta dias, contado da data do registro da alteração no órgão competente.

§ 13. Na hipótese de ocorrer situação que configure aquela vedada pelo inciso III do § 2º, o dirigente deverá se afastar do quadro diretivo da pessoa jurídica antes da posse no cargo eletivo e deverá comunicar a alteração contratual ou estatutária ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo de até sessenta dias, contado da data do registro da alteração no órgão competente.

§ 14. Se houver condenação transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos a que se refere o inciso IX do § 2º, o sócio ou o dirigente da pessoa jurídica deverá imediatamente se afastar do quadro societário ou diretivo e deverá comunicar a alteração contratual ou estatutária ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo de sessenta dias, contado da data do registro da alteração no órgão competente.

§ 15. Na hipótese de haver pessoa jurídica sócia da pessoa jurídica interessada, os dirigentes de ambas, em conjunto, prestarão declaração de que:

I - no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

II - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e

III - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990." (NR)

"Art. 28. As concessionárias e permissionárias do serviço de radiodifusão, além de outros que o órgão competente do Poder Executivo federal julgue convenientes ao interesse público, estão sujeitas aos seguintes preceitos e obrigações:

.....

8 - no mínimo, setenta por cento do capital total e do capital votante deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, os quais exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação;

10 - solicitar autorização prévia do órgão competente do Poder Executivo federal para transferir a concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra.

.....

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º Poderá ser constituído procurador para prática de ato específico perante o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, vedada a outorga de poder geral para a prática de atos de gerência ou administração.

§ 2º O instrumento de procuração deverá conter os poderes outorgados para a prática de ato específico." (NR)

"SEÇÃO II
DA OUTORGA DAS CONCESSÕES
E DAS PERMISSÕES

"Art. 29. A pessoa jurídica vencedora submeterá à aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo de cento e vinte dias, contado da data da adjudicação do objeto da licitação, os locais escolhidos para a montagem da estação e as plantas, os orçamentos e as demais especificações técnicas dos equipamentos.

§ 1º Não será admitida a prorrogação do prazo a que se refere o **caput**, exceto em decorrência de caso fortuito ou força maior, conforme entendimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 2º Encerrado o prazo a que se refere o **caput** sem que tenham sido apresentados os locais escolhidos para a montagem da estação, o direito da pessoa jurídica à contratação decairá.

§ 3º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, na hipótese prevista no § 2º, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para atender ao disposto no **caput**, em prazo igual e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço atualizado da outorga, em conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em edital." (NR)

"Art. 30. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações disponibilizará boleto para pagamento, após a aprovação dos locais escolhidos para a montagem da estação, do valor integral e atualizado da outorga ofertado pela pessoa jurídica vencedora do certame, com prazo para pagamento para sessenta dias.

§ 1º Não será admitida a prorrogação do prazo para pagamento do valor integral da outorga a que se refere o **caput**, exceto em decorrência de caso fortuito ou força maior, conforme entendimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 2º Encerrado o prazo a que se refere o **caput** sem que tenha sido efetuado o pagamento do valor da outorga, o direito da pessoa jurídica à contratação decairá, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em edital.

§ 3º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, na hipótese prevista no § 2º, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para atender ao disposto no **caput**, em prazo igual e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço atualizado da outorga, em conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em edital." (NR)

"Art. 31. O órgão competente do Poder Executivo federal fará publicar, após o pagamento do boleto a que se refere o art. 30, ato do qual constarão, entre outras que se fizerem necessárias, as seguintes informações:

I - o nome e o CNPJ da pessoa jurídica;

II - o serviço a ser prestado;

III - a área da prestação do serviço; e

IV - as principais obrigações a serem cumpridas pela pessoa jurídica.

§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações portaria de outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de outorga, após a indicação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do licitante apto à contratação, o qual será enviado ao Congresso Nacional por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

§ 3º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia do decreto ou portaria." (NR)

"Art. 31-A. A pessoa jurídica apta à contratação será convocada para, no prazo de até sessenta dias, contado da data de publicação do Decreto Legislativo que aprovou a outorga, celebrar o contrato de concessão ou permissão, cujo extrato será publicado no Diário Oficial da União.

§ 1º A pessoa jurídica apta à contratação será notificada quanto à data, à hora e ao local de celebração do contrato de concessão ou permissão.

§ 2º O contrato será firmado pelo dirigente da pessoa jurídica apta à contratação e pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações que, quanto aos serviços de radiodifusão de sons e imagens, representará o Presidente da República no ato.

§ 3º Encerrado o prazo estabelecido no **caput** sem que o contrato tenha sido celebrado, o direito de contratar da pessoa jurídica decairá, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em edital.

§ 4º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, na hipótese prevista no § 3º, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para atender ao disposto no **caput**, em prazo igual e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço atualizado da outorga, em conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em edital.

§ 5º Após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União e a obtenção de autorização de uso de radiofrequência junto à Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, a pessoa jurídica outorgada fica autorizada a executar os serviços de radiodifusão em caráter provisório até a emissão da licença definitiva de funcionamento.

§ 7º A estação deverá entrar em funcionamento no prazo de doze meses, contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência.

§ 8º A contagem do prazo da concessão ou da permissão será iniciada a partir da data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União." (NR)

"Art. 89. As concessões e as permissões poderão ser transferidas de uma pessoa jurídica para outra." (NR)

"Art. 90. A transferência da concessão ou da permissão será autorizada:

I - quanto aos serviços de radiodifusão sonora, por meio de Portaria do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e

II - quanto aos serviços de radiodifusão de sons e imagens, por meio de Decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Parágrafo único. A transferência a que se refere o **caput** será comunicada ao Congresso Nacional, por meio de Mensagem do Presidente da República, nos termos do disposto no § 5º do art. 222 da Constituição." (NR)

"Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação." (NR)

"Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente:

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

III - documentação relativa à entidade cessionária:

a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão, e, para as sociedade por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de:

1. certidão de nascimento ou casamento;

2. certificado de reservista;

3. cédula de identidade;

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

5. carteira profissional;

6. carteira de trabalho e previdência social; ou

7. passaporte;

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;

f) prova de inscrição no CNPJ;

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

"Art. 94. A anuência para a transferência da concessão ou da permissão, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, poderá ser deferida desde que concluída a instrução do processo de renovação de concessão ou permissão no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida." (NR)

"TÍTULO XI
DAS ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS E CONTRATUAIS

Art. 98. As alterações estatutárias ou contratuais das empresas concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão deverão ser comunicadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no prazo de sessenta dias, contado da data da realização do ato, acompanhadas dos documentos que comprovem o atendimento à legislação em vigor." (NR)

"Art. 99. A comunicação a que se refere o art. 98 deverá ser feita por meio da apresentação de formulário de requerimento de alteração estatutária ou contratual, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com cópia do ato estatutário ou contratual realizado, registrado ou arquivado no órgão competente.

Parágrafo único. Na hipótese de ingresso de novo sócio ou dirigente, a comunicação da alteração estatutária ou contratual deverá ser acompanhada de prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos do novo sócio ou dirigente, a fim de atender ao disposto § 1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de trabalho e previdência social; ou

VII - passaporte." (NR)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

"Art. 100. Satisfeitos os requisitos legais, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações registrará em seus arquivos a alteração estatutária ou contratual realizada.

Parágrafo único. As alterações de controle societário das concessionárias e das permissionárias de serviços de radiodifusão serão comunicadas ao Congresso Nacional, por meio de Mensagem do Presidente da República, nos termos do disposto no § 5º do art. 222 da Constituição." (NR)

"Art. 110. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público." (NR)

"Art. 111. Os prazos de concessão ou permissão, previstos no § 5º do art. 223 da Constituição e no art. 27 deste Decreto, poderão ser renovados por períodos iguais e sucessivos." (NR)

"Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir formulário de requerimento ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação exigida para habilitação à época do protocolo do requerimento de renovação de outorga.

§ 1º As pessoas jurídicas que não apresentarem requerimento de renovação no prazo a que se refere o **caput** serão notificadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para que se manifestem sobre o interesse na renovação no prazo de noventa dias, contado da data da notificação.

§ 2º Encerrado o prazo da concessão ou da permissão sem que tenha havido decisão sobre o requerimento de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário, exceto na hipótese de descumprimento dos prazos previstos no **caput** e § 1º." (NR)

"Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação:

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações portaria de renovação da outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de renovação da outorga, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para envio ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação." (NR)

"Art. 113-A. A perempção da concessão ou da permissão será declarada nas seguintes hipóteses:

I - se a renovação não for conveniente ao interesse público;

II - se a interessada não cumprir as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço ou não observar as suas finalidades educativas, culturais e morais;

III - se não forem obedecidos os prazos estabelecidos no **caput** e no § 1º do art. 112.

Parágrafo único. Declarada perempta a concessão ou a permissão, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações adotará as providências para interromper imediatamente a execução do serviço, observado o disposto no § 2º do art. 223 da Constituição." (NR)

"Art. 115. Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação. (NR)

"Art. 122. São consideradas infrações em relação à execução dos serviços de radiodifusão a prática dos seguintes atos pelas concessionárias ou permissionárias:

I - incitar a desobediência às leis ou às decisões judiciais;

II - divulgar segredos de Estado ou assuntos que prejudiquem a defesa nacional;

III - ultrajar a honra nacional;

IV - fazer propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política ou social;

V - promover campanha discriminatória em razão de classe, cor, raça ou religião;

VI - insuflar a rebeldia ou a indisciplina nas Forças Armadas ou das organizações de segurança pública;

VII - comprometer as relações internacionais do País;

VIII - ofender a moral familiar ou pública ou os bons costumes;

IX - caluniar, injuriar ou difamar os Poderes Legislativo, Executivo ou Judiciário ou os respectivos membros;

X - veicular notícias falsas que representem perigo para a ordem pública, econômica ou social;

XI - colaborar na prática de rebeldia, desordem ou manifestações proibidas;

XII - descumprir a obrigação de, no mínimo, setenta por cento do seu capital total e do seu capital votante pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, os quais exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação;

XIII - não comunicar as alterações contratuais ou estatutárias ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no prazo de sessenta dias, contado da data do ato estatutário ou contratual realizado, acompanhadas dos documentos que comprovem o atendimento à legislação em vigor;

XIV - efetuar a transferência direta da concessão ou da permissão sem prévia autorização do órgão competente do Poder Executivo federal,

XV - não retransmitir os programas oficiais dos Poderes da República, nos termos estabelecidos neste Decreto;

XVI - admitir que a mesma pessoa possa participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade;

XVII - descumprir a finalidade informativa, não destinando um mínimo de 5% (cinco por cento) de seu tempo para transmissão de serviço noticioso.

XVIII - não conservar a gravação da programação irradiada durante as vinte e quatro horas subsequentes ao encerramento dos trabalhos diários da emissora;

XIX - não haver a concessionária ou permissionária, no prazo estipulado, cumprido exigência que lhe tenha sido feita pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XX - criar situação da qual resulte perigo de morte;

XXI - utilizar equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da Portaria que as tenha aprovado;

XXII - executar serviço para o qual não esteja autorizada;

XXIII - interromper a execução dos serviços de radiodifusão por mais de trinta dias consecutivos, exceto se houver justa causa reconhecida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XXIV - não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão;

XXV - deixar de corrigir, no prazo estipulado, as irregularidades motivadoras de suspensão imposta;

XXVI - descumprir as exigências e os prazos estipulados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações até o licenciamento definitivo de sua estação;

XXVII - não atender à exigência de que a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada sejam privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos em qualquer meio de comunicação social;

XXVIII - admitir como diretor ou gerente de concessionária, permissionária ou autorizatária de serviço de radiodifusão quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial.

XXIX - admitir, como sócio ou dirigente, pessoa condenada em decisão transitada em julgado, ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso X do **caput**, a concessionária ou a permissionária não estará sujeita à penalidade de que trata este artigo se a divulgação da notícia houver resultado de erro de informação e houver sido imediatamente desmentida." (NR)

"Art. 127. As penas por infração deste Decreto são:

I - multa;

II - suspensão; e

III - cassação.

§ 1º Se a entidade detiver mais de uma concessão ou permissão, a penalidade que for aplicada pela infringência deste Decreto a uma de suas emissoras não atingirá as demais.

§ 2º Somente as concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviços de radiodifusão estarão sujeitas às penas previstas por infração ao disposto neste Decreto." (NR)

"Art. 128. A pena de multa poderá ser aplicada, isolada ou conjuntamente, com outras penas estatuídas neste decreto." (NR)

"Art. 129. A pena de multa poderá ser aplicada às concessionárias ou permissionárias que praticarem qualquer infração prevista neste decreto." (NR)

"Art. 131. A pena de suspensão será de um a trinta dias e poderá ser aplicada pela prática das infrações a que se referem os incisos I a XXII do **caput** do art. 122.

Parágrafo único. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá determinar a interrupção imediata do serviço de radiodifusão em virtude da prática das infrações a que se referem os incisos XX, XXI e XXII do **caput** do art. 122." (NR)

"Art. 133. A pena de cassação poderá ser aplicada pela prática das infrações a que se referem os incisos I a XII e XXIII a XXVII do **caput** do art. 122.

Parágrafo único. A pena prevista no **caput** poderá ser aplicada na hipótese de reincidência na prática de infração anteriormente punida com a aplicação da pena de suspensão. (NR)

"Art. 134. A autoridade competente, ao aplicar a pena, atenderá aos antecedentes da entidade concessionária ou permissionária, a intensidade do dolo e o grau de culpa, os motivos, as circunstâncias e as consequências da infração." (NR)

"Art. 137. Compete ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a aplicação das penas estabelecidas neste Decreto.

Parágrafo único. O descumprimento ao estabelecido em legislação diversa deste Regulamento será apurado pelos órgãos competentes." (NR)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

"Art. 186. As certidões exigidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei.

§ 1º Na hipótese de alteração das circunstâncias fáticas certificadas e protocolizadas nos termos do **caput**, as entidades interessadas, as concessionárias e permissionárias deverão regularizar a situação perante o órgão competente e apresentar nova certidão que ateste a regularidade no prazo de sessenta dias, contado da alteração da circunstância fática.

§ 2º As entidades interessadas, as concessionárias e as permissionárias poderão ser notificadas a qualquer tempo para apresentar certidões atualizadas.

§ 3º A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis." (NR)

"Art. 187. Os formulários de requerimentos a que se referem o inciso I do **caput** do art. 93, o art. 99 e o art. 112 deverão conter as declarações referidas no § 2º do art. 15, no que couber." (NR)

Art. 2º Ficam revogados:

I - os seguintes dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963:

a) em relação ao art. 15:

1. o inciso IV do **caput**;

2. as alíneas "a" a "d" do § 1º;

3. as alíneas "a" a "f" do § 2º;

4. os § 2º-A e § 2º-B;

5. as alíneas "a" a "e" do § 3º;

6. as alíneas "a" a "e" do § 4º; e

7. as alíneas "a" e "b" do § 5º;

b) os itens 6 e 9 e a alínea "m" do item 12 do **caput** do art. 28;

c) o parágrafo único do art. 29;

d) os § 4º e § 5º do art. 30;

e) os incisos I a V do **caput** do art. 31-A;

f) os § 1º e § 2º do art. 89;

g) os art. 95, art. 96, art. 97, art. 101, art. 102, art. 103 e art. 104;

h) o parágrafo único do art. 112;

i) o parágrafo único do art. 115;

j) os itens 1 a 35 do **caput** do art. 122;

k) os art. 123, art. 124 e art. 126;

l) o parágrafo único do art. 127;

m) os § 1º, § 2º e § 3º do art. 131;

n) o art. 132;

o) as alíneas "a", "b" e "c" do **caput** do art. 133;

p) os art. 138, art. 139 e art. 140; e

q) os Modelos de nº 1 a nº 9; e

II - o Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de agosto de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Gilberto Kassab

DECRETO Nº 9.139, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Promulga o Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre a Cooperação Descentralizada, firmado em São Jorge do Oiapoque, em 12 de fevereiro de 2008.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre a Cooperação Descentralizada foi firmado em São Jorge do Oiapoque, em 12 de fevereiro de 2008;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Protocolo Adicional por meio do Decreto Legislativo nº 293, de 22 de setembro de 2011; e

Considerando que o Protocolo Adicional entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 3 de outubro de 2011, nos termos do parágrafo 1º de seu Artigo 5;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre a Cooperação Descentralizada firmado em São Jorge do Oiapoque, em 12 de fevereiro de 2008, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Acordo e ajustes complementares, que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de agosto de 2016; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Aloysio Nunes Ferreira Filho

PROTOCOLO ADICIONAL AO ACORDO-QUADRO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FRANCESA SOBRE A COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Francesa
(doravante denominados "Partes"),

Desejando reforçar as relações de amizade existentes entre ambos os países;

Conscientes da crescente importância que assumem as ações de cooperação promovidas e realizadas por regiões, departamentos, agrupamentos e municípios franceses em parceria com os entes federativos - estados e municípios brasileiros;

Reconhecendo as vantagens recíprocas que derivam da inclusão da cooperação descentralizada no contexto das relações de cooperação entre os dois países;

Reconhecendo igualmente esta forma inovadora de cooperação, caracterizada pela participação popular e pela reciprocidade de seus benefícios, como por exemplo, nos setores de combate a fome e a pobreza; pela inclusão social, pela promoção de processos de democracia participativa, pelo apoio ao desenvolvimento territorial sustentável e pela cooperação econômica, técnica, científica e universitária;

Desejosos de oferecer às unidades subnacionais os quadros de referência nos quais incluem-se suas próprias iniciativas, com o objetivo de torná-las coerentes e complementares às políticas dos respectivos Governos nacionais;

Considerando a necessidade de integrar ao Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, de 28 de maio de 1996, disposições de apoio em matéria de cooperação descentralizada,

Convieram no seguinte:

Artigo 1
Cooperação Descentralizada

1. As Partes entendem por cooperação descentralizada as formas de cooperação e ação internacional estabelecidas entre entidades territoriais francesas e entes federativos brasileiros, bem como os respectivos atores da sociedade civil, no intuito de reforçar os laços entre os dois países, em consonância com as políticas externas conduzidas pelos Governos nacionais e com a legislação interna de cada Parte.

2. As Partes empenhar-se-ão em favorecer a cooperação descentralizada nas suas diversas formas, em conformidade com as respectivas disposições constitucionais e legislativas internas.

3. As Partes reafirmam sua determinação em fomentar a cooperação transfronteiriça entre suas unidades subnacionais em todos os setores de interesse comum e sua disponibilidade para contemplar novos instrumentos que favoreçam o seu desenvolvimento.

Artigo 2
Modalidades Operacionais da Cooperação Descentralizada

1. As Partes reconhecem às respectivas unidades subnacionais a possibilidade de estabelecer entre si convenções de cooperação restritas às matérias cuja competência lhes seja atribuída pela legislação interna, notadamente em questões de interesse local e regional, resguardada a competência do ente central, segundo a legislação interna de cada Parte.

2. Tais entendimentos definirão os objetivos e os setores de intervenção e poderão indicar valores previstos dos compromissos financeiros. Esses entendimentos deverão ser levados ao conhecimento dos órgãos nacionais competentes, no caso brasileiro o Ministério das Relações Exteriores, em conformidade com as legislações vigentes nos respectivos países e se inscreverão no âmbito de programas, convênios e marcos de cooperação acordados pelos respectivos Governos.

3. As Partes se empenharão para orientar as ações de cooperação descentralizada inserindo-as em programas-quadro que prevejam linhas e indicações de prioridade temática e territorial, assim como modalidades de co-financiamento. Esse objetivo poderá ser facilitado pela implementação de um fundo de apoio conjunto, cuja regulamentação conterá tais orientações prioritárias.

Artigo 3
Meios para a Atuação das Ações e dos Projetos

1. As ações de cooperação descentralizada poderão prever em conformidade com as legislações vigentes nos respectivos países:

a) envio, por parte das unidades subnacionais, de peritos, consultores e pessoal técnico ou administrativo;

b) recrutamento no local de atuação de peritos, consultores e pessoal de apoio;

c) participação de entidades públicas ou privadas instaladas no território ou vinculadas às unidades subnacionais (universidades, câmaras de comércio, sindicatos, institutos, agências, empresas, organizações não-governamentais, entre outros);

d) envio de bens e serviços necessários à realização das ações aprovadas;

e) concessão de bolsas de estudo;

f) participação financeira em programas e projetos de desenvolvimento de organismos internacionais.

2. A ação das unidades subnacionais poderá igualmente ocorrer por meio da participação de seus técnicos e funcionários em missões de cooperação bilateral entre as Partes ou em associação entre essas e as unidades subnacionais.

Artigo 4
Órgãos Consultivos

1. Para verificar o grau de aplicação e os efeitos do presente Protocolo e individualizar novos instrumentos para aumentar a eficácia, a visibilidade e o impacto da cooperação descentralizada, as Partes concordam em instituir uma Comissão Mista, constituída por representantes das Partes e das unidades subnacionais. Essa Comissão Mista se reunirá anualmente, de forma alternada, no Brasil e na França.

2. As Partes acordam realizar periodicamente fóruns e encontros destinados à produção de estratégias compartilhadas, assim como estimular a criação de redes de entidades locais.

Artigo 5
Entrada em Vigor e Duração

1. O presente Protocolo entrará em vigor a partir da data da segunda notificação por meio da qual ambas as Partes serão oficialmente comunicadas sobre o cumprimento dos respectivos procedimentos internos.

2. O presente Protocolo poderá ser denunciado a qualquer momento por uma das Partes, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito seis (6) meses após a data de recebimento da notificação.

Feito em São Jorge do Oiapoque, em 12 de fevereiro de 2008, em dois exemplares originais, nos idiomas português e francês, sendo ambos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FRANCESA

RAMA YADE
Secretária de Estado para os Negócios Estrangeiros
Encarregada dos Direitos Humanos

DECRETO Nº 9.140, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Promulga o Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação, firmado em Atenas, em 3 de abril de 2009.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação foi firmado em Atenas, em 3 de abril de 2009;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 299, de 30 de setembro de 2011; e

Considerando que o Acordo entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 6 de novembro de 2011, nos termos do parágrafo 1º de seu Artigo 7;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação firmado em Atenas, em 3 de abril de 2009, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Acordo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do artigo 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de agosto de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Aloysio Nunes Ferreira Filho
Marcos Jorge Lima
Gilberto Kassab

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA HELÊNICA EM ASSUNTOS ECONÔMICOS, CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E DE INOVAÇÃO

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Helênica
(doravante denominados as "Partes"),

Desejando promover o desenvolvimento da cooperação econômica, científica e tecnológica entre si, em áreas de interesse comum, com base na igualdade, reciprocidade e com vistas à obtenção de mútuos benefícios; e

Reconhecendo a importância de medidas de longo prazo para o desenvolvimento exitoso da cooperação e o fortalecimento dos laços entre os dois países em vários níveis e, em particular, no plano dos operadores econômicos,

Chegaram ao seguinte entendimento:

ARTIGO 1

1. As Partes deverão, de conformidade com suas respectivas leis e regulamentos, e levando em conta suas obrigações internacionais, assim como quaisquer Acordos celebrados entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, desenvolver e fortalecer a cooperação bilateral em assuntos econômicos, científicos, tecnológicos e de inovação, da forma mais abrangente possível, em todas as áreas consideradas de interesse e benefício mútuos. Ao aplicar este Acordo, a República Helênica deverá respeitar as obrigações decorrentes de sua condição de membro da União Européia.

2. A referida cooperação deve visar especialmente a:

a) fortalecer e diversificar os laços econômicos entre as Partes; e

b) incentivar a cooperação entre operadores econômicos, especialmente pequenas e médias empresas, com vistas à promoção de investimentos, estabelecimento de joint ventures, acordos de licenciamento e outras formas de cooperação bilateral.

ARTIGO 2

1. A cooperação prevista no Artigo 1 deverá contemplar os seguintes setores, entre outros:

a) indústria, em especial construção e reparação naval, aeroespacial, tecnologias de proteção ambiental, fontes renováveis de energia e construção civil;

b) agricultura, incluindo desenvolvimento agroindustrial, e manejo florestal sustentável;

c) serviços, especialmente transporte, incluindo transporte marítimo, serviços bancários, seguros e outros serviços financeiros, turismo, treinamento gerencial e ensino profissionalizante e outras atividades de serviços de interesse mútuo.

2. As Partes deverão manter consultas regulares com vistas a identificar áreas de cooperação prioritárias, assim como novos setores para a cooperação econômica, científica e tecnológica.

ARTIGO 3

1. A cooperação econômica prevista neste Acordo deverá ser implementada, sobretudo, por meio de acordos e contratos a serem celebrados entre firmas, empresas e organizações brasileiras e gregas, conforme a legislação de cada Parte.

2. A implementação da cooperação científica e tecnológica no âmbito deste Acordo deverá ser realizada conforme programas, projetos e atividades acordados e definidos, quando couber, por meio de Acordos Complementares.

3. Na implementação deste Acordo, as Partes envidarão esforços para criar condições favoráveis para a cooperação econômica e o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores, especialmente por meio das seguintes ações:

a) desenvolvimento de um ambiente favorável ao investimento;

b) estímulo à pesquisa no setor privado;

c) facilitação do intercâmbio de informação comercial e econômica;

d) facilitação do intercâmbio e de contatos entre operadores econômicos;

e) facilitação da organização de feiras, exposições e simpósios; e

f) incentivo a atividades de promoção comercial.

ARTIGO 4

1. As Partes incentivarão e facilitarão, com base em benefícios mútuos e no interesse comum, o intercâmbio e a cooperação científica nos campos de Pesquisa, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento, bem como oferecerão oportunidades adequadas para parcerias entre instituições e organizações científicas, institutos de pesquisa, universidades, incubadoras de tecnologia e outras instituições de ensino superior, outras entidades dos setores público e privado, acadêmicos, pesquisadores e especialistas dos dois países. As Partes deverão, igualmente, incentivar atividades conjuntas em áreas especializadas e temas de interesse comum.

2. Com vistas a desenvolver e expandir a cooperação científica, as Partes deverão incentivar:

a) visitas, viagens de estudo e contatos entre pesquisadores, cientistas e outros especialistas;

b) a elaboração e implementação conjunta de programas de pesquisa e inovação, projetos e avaliações dos resultados obtidos;

c) a organização conjunta de cursos, conferências e simpósios;

d) o intercâmbio de material audiovisual de natureza científica;

e) a organização de exposições e apresentações de cunho científico, especialmente com foco na inovação; e

f) o intercâmbio de literatura, documentação e informação de cunho científico.

ARTIGO 5

1. As Partes estabelecem uma Comissão Mista, com o objetivo de assegurar a implementação do presente Acordo.

2. A Comissão Mista deverá ser composta de representantes das Partes e deverá reunir-se, a pedido de qualquer uma das Partes, alternadamente em cada um dos países, em data a ser mutuamente acordada por meio de canais diplomáticos. Cada reunião deve ser presidida pelo Chefe de Delegação do país onde ela ocorrer.

3. A Comissão Mista deve avaliar o progresso realizado em relação aos objetivos do presente Acordo e, se necessário, formular recomendações de implementação para as Partes.

ARTIGO 6

Qualquer controvérsia que possa surgir da interpretação ou implementação do presente Acordo deverá ser dirimida de forma amigável pelas Partes por consultas diretas pela via diplomática.

ARTIGO 7

1. Este Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a data da última notificação por escrito pela qual as Partes informam uma à outra, por canais diplomáticos, que os respectivos requisitos internos para a entrada em vigor do presente Acordo foram cumpridos.

2. Este Acordo permanecerá em vigor por um período de cinco (5) anos a partir da sua entrada em vigor e será tacitamente prorrogado por períodos consecutivos de um (1) ano, a menos que uma das Partes notifique a outra Parte, por escrito e pela via diplomática, de sua intenção de denunciar este Acordo seis (6) meses antes da expiração do seu período inicial ou de qualquer período subsequente de duração.

3. A denúncia do presente Acordo não afetará obrigações não cumpridas que emanem de acordos e contratos concluídos entre os operadores econômicos das Partes, ou no quadro da cooperação científica e tecnológica, durante o seu período de vigência, salvo se assim acordado mutuamente entre as Partes.

4. Emendas a este Acordo entrarão em vigor por meio do mesmo procedimento indicado no primeiro parágrafo deste Artigo.

Feito em Atenas, em 3 de abril de 2009, em dois exemplares originais, nos idiomas português, grego e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de interpretações divergentes, o texto em inglês prevalecerá.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

PELA REPÚBLICA HELÊNICA

Theodora Bakoyiannis
Ministra dos Negócios Estrangeiros

DECRETO Nº 9.141, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a execução do Protocolo de Adesão da República do Panamá ao Acordo Regional que Institui a Preferência Tarifária Regional (AR.PTR nº 4), firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, o Estado Plurinacional da Bolívia, a República do Chile, a República da Colômbia, a República de Cuba, a República do Equador, os Estados Unidos Mexicanos, a República do Paraguai, a República do Peru, a República Oriental do Uruguai, a República Bolivariana da Venezuela e a República do Panamá.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu 1980, que criou a Associação Latino-Americana de Integração - Aladi, firmado pela República Federativa do Brasil em 12 de agosto de 1980 e promulgado pelo Decreto nº 87.054, de 23 de março de 1982, prevê a modalidade de Acordo Regional;

Considerando que os Plenipotenciários dos países-membros da Aladi, com base no Tratado de Montevidéu 1980, firmaram em 27 de abril de 1984, em Montevidéu, o Acordo Regional que Institui a Preferência Tarifária Regional (AR.PTR nº 4), promulgado pelo Decreto nº 90.782, de 28 de dezembro de 1984; e

Considerando que os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil, da República Argentina, do Estado Plurinacional da Bolívia, da República do Chile, da República da Colômbia, da República de Cuba, da República do Equador, dos Estados Unidos Mexicanos, da República do Paraguai, da República do Peru, da República Oriental do Uruguai, da República Bolivariana da Venezuela e da República do Panamá, com base no Tratado de Montevidéu 1980, firmaram em 2 de fevereiro de 2012, em Montevidéu, o Protocolo de Adesão da República do Panamá ao Acordo Regional que Institui a Preferência Tarifária Regional (AR.PTR nº 4);

D E C R E T A :

Art. 1º O Protocolo de Adesão da República do Panamá ao Acordo Regional que Institui a Preferência Tarifária Regional (AR.PTR nº 4), entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, o Estado Plurinacional da Bolívia, a República do Chile, a República da Colômbia, a República de Cuba, a República do Equador, os Estados Unidos Mexicanos, a República do Paraguai, a República do Peru, a República Oriental do Uruguai, a República Bolivariana da Venezuela e a República do Panamá, de 2 de fevereiro de 2012, anexo a este Decreto, será executado e cumprido integralmente em seus termos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de agosto de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Aloysio Nunes Ferreira Filho
Henrique Meirelles
Marcos Jorge Lima

ACORDO REGIONAL QUE INSTITUI A PREFERÊNCIA TARIFÁRIA REGIONAL

Protocolo de Adesão da República do Panamá

Os Plenipotenciários da República Argentina, do Estado Plurinacional da Bolívia, da República Federativa do Brasil, da República do Chile, da República da Colômbia, da República de Cuba, da República do Equador, dos Estados Unidos Mexicanos, da República do Paraguai, da República do Peru, da República Oriental do Uruguai, da República Bolivariana da Venezuela, bem como da República do Panamá, na condição de país aderente ao Tratado de

Montevidéu 1980, acreditados por seus respectivos Governos segundo poderes outorgados em boa e devida forma, depositados oportunamente na Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração,

TENDO EM VISTA o Artigo 58 do Tratado de Montevidéu 1980 e o Artigo Segundo, letra e) da Resolução 64 (XV) do Conselho de Ministros,

CONVÊM EM:

Artigo 1°.- A República do Panamá assume todos os direitos e as obrigações emanados do Acordo Regional N° 4 que Institui a Preferência Tarifária Regional (AR.PTR N°4) e de seus Protocolos Adicionais, como País de Desenvolvimento Intermediário.

Artigo 2°.- Incorporar a lista de exceções da República do Panamá estabelecida conforme o disposto no Segundo Protocolo Adicional ao Acordo, conformada pelos produtos compreendidos nos 960 itens da NALADI/NCCA registrados no Anexo ao presente Protocolo.

Artigo 3°.- O presente Protocolo entrará em vigor para o Panamá trinta (30) dias depois da data da sua assinatura.

Para tanto, a República do Panamá deverá incorporar este Protocolo a seu ordenamento jurídico interno nos trinta (30) dias seguintes à sua assinatura.

Os benefícios decorrentes deste Acordo serão aplicados entre o Panamá e os demais países-membros na medida em que estes últimos o tiverem incorporado a seus ordenamentos jurídicos internos.

A Secretaria-Geral da ALADI será depositária do presente Protocolo, do qual enviará cópias devidamente autenticadas aos Governos dos Países Signatários.

EM FÉ DO QUE, os respectivos Plenipotenciários assinam o presente Protocolo na cidade de Montevidéu, aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos. (a.:) Pelo Governo da República Argentina: Guillermo Daniel Raimondi; Pelo Governo do Estado Plurinacional da Bolívia: Salvador Ric Riera; Pelo Governo da República Federativa do Brasil: Regis Percy Arslanian; Pelo Governo da República do Chile: Juan Eduardo Burgos Santander; Pelo Governo da República da Colômbia: María Clara Isaza Merchán; Pelo Governo da República de Cuba: Carmen Zilia Pérez Mazón; Pelo Governo da República do Equador: Emilio Rafael Izquierdo Miño; Pelo Governo dos Estados Unidos Mexicanos: Cassio Luiselli Fernández; Pelo Governo da República do Paraguai: Alejandro Hamed Franco; Pelo Governo da República do Peru: Jorge Tello; Pelo Governo da República Oriental do Uruguai: Gonzalo Rodríguez Gigena; Pelo Governo da República Bolivariana da Venezuela: Julio Chirino Rodríguez; Pelo Governo da República do Panamá: Diana A. Salazar F.

ANEXO

LISTA DE EXCEÇÕES DE PANAMÁ AO ACORDO REGIONAL N° 4 (PTR)

NALADI (NCCA)	DESCRIÇÃO
0102109	OS DEMAIS
0102111	BEZERRAS E VITELAS
0102119	OS DEMAIS
0102191	BEZERRAS E VITELAS
0102192	PARA O CONSUMO
0102199	OS DEMAIS
0102901	BÚFALOS, EXCETO REPRODUTORES DE RAÇA PURA
0102999	OS DEMAIS
0103101	DE PEDIGREE
0103199	OS DEMAIS
0103901	JAVALIS
0103999	OS DEMAIS
0104101	DE PEDIGREE
0104111	PUROS POR CRUZA
0104121	CAPÕES
0104199	OS DEMAIS
0104201	DE PEDIGREE
0104299	OS DEMAIS
0105102	GALINHAS
0105109	OS DEMAIS
0105191	GALINHAS
0105199	OS DEMAIS
0201101	FRESCA OU REFRIGERADA, SEM DESOSSAR
0201102	CONGELADA, SEM DESOSSAR
0201103	FRESCA OU REFRIGERADA, DESOSSADA
0201104	CONGELADA, DESOSSADA
0201111	FRESCA OU REFRIGERADA
0201112	CONGELADA
0201121	FRESCA OU REFRIGERADA
0201122	CONGELADA
0201131	FRESCA OU REFRIGERADA
0201132	CONGELADA
0201133	TOUCINHO ENTREMEADO
0201141	DE CAVALO
0201191	DE ASNO
0201199	OS DEMAIS
0201201	RABOS
0201202	FÍGADOS
0201203	LÍNGUAS
0201299	OS DEMAIS
0202001	CARNES
0202002	MIÚDOS
0203101	DE GANSO
0203199	OS DEMAIS
0205101	FRESCO, REFRIGERADO OU CONGELADO
0205102	SALGADO OU EM SALMOURA
0205103	SECO OU DEFUMADO
0205201	FRESCA, REFRIGERADA OU CONGELADA
0205202	SALGADA OU EM SALMOURA
0205299	OS DEMAIS
0205301	FRESCA, REFRIGERADA OU CONGELADA
0205302	SALGADA OU EM SALMOURA
0205399	OS DEMAIS
0206101	TOUCINHO ENTREMEADO
0206102	PRESUNTOS
0206201	DE PORCO
0206202	DE VACUM
0206299	OS DEMAIS
0301101	PARA REPRODUÇÃO OU CRIAÇÃO INDUSTRIAL, INCLUSIVE OS ALEVINOS OU EMBRIÕES PARA O MESMO FIM
0301199	OS DEMAIS
0301201	FRESCOS OU REFRIGERADOS
0301202	CONGELADOS
0301301	FILÉS DE PEIXE FRESCO OU REFRIGERADO
0301401	FILÉS DE PEIXE CONGELADO
0302002	SECOS
0302003	DEFUMADOS
0302004	FARINHA DE PEIXE PRÓPRIA PARA A ALIMENTAÇÃO HUMANA
0303101	LAGOSTAS
0303102	LAGOSTINS
0303103	CAMARÕES
0303104	CENTOLAS
0303199	OS DEMAIS
0303201	LAGOSTAS
0303202	LAGOSTINS
0303203	CAMARÕES
0303204	CENTOLAS
0303299	OS DEMAIS
0303301	LAGOSTAS
0303302	LAGOSTINS
0303399	OS DEMAIS
0303901	PARA VIVEIROS
0303902	FARINHA DE CRUSTÁCEOS PRÓPRIA PARA O CONSUMO HUMANO
0303999	OS DEMAIS
0401101	FRESCO, PASTEURIZADO OU NÃO, OU ESTERILIZADO
0401102	PEPTONIZADO, HOMOGENEIZADO, MATERNIZADO OU HUMANIZADO
0401199	OS DEMAIS
0401201	FRESCO, PASTEURIZADO OU NÃO, OU ESTERILIZADO
0401202	PEPTONIZADO, HOMOGENEIZADO, MATERNIZADO OU HUMANIZADO
0401299	OS DEMAIS
0402101	CONCENTRADO, EVAPORADO, CONDENSADO
0402109	OS DEMAIS
0402111	DESCREMADO OU DESNATADO
0402119	OS DEMAIS
0402121	INTEIRO
0402122	ESPECIAL PARA A ALIMENTAÇÃO INFANTIL
0402129	OS DEMAIS
0402131	EM ESTADO SÓLIDO APRESENTADO EM FORMA DIFERENTE DE PÓ OU GRÂNULOS
0402201	EM PÓ OU EM GRÂNULOS COM UM CONTEÚDO EM PESO DE MATÉRIAS GORDUROSAS SUPERIOR A 1,5%
0402202	APRESENTADO EM FORMA DIFERENTE DE PÓ OU GRÂNULOS
0402301	SORO DE LEITE ("LACTOSERUM")
0403001	MANTEIGA (MANTEIGA DE LEITE DE VACA, MANTEIGA DOCE), FRESCA, SALGADA OU FUNDIDA
0403099	OS DEMAIS
0404101	TIPO COLÔNIA
0404199	OS DEMAIS
0404201	CHEDDAR (QUEIJO AMERICANO)
0404299	OS DEMAIS
0404301	PARMESÃO
0404302	ROMANO
0404399	OS DEMAIS
0404401	GORGONZOLA
0404402	ROQUEFORT OU AZUL
0404499	OS DEMAIS
0404901	REQUEIJÃO
0404999	OS DEMAIS
0405101	PARA REPRODUÇÃO
0405102	PARA CONSUMO
0405109	OS DEMAIS
0405199	OS DEMAIS
0405201	GEMAS
0406001	MEL NATURAL
0407001	PRODUTOS COMESTÍVEIS DE ORIGEM ANIMAL, NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENDIDOS EM OUTRAS POSIÇÕES
0602001	PLANTAS E RAÍZES
0602002	ESTACAS, ENXERTOS, CEPAS
0602099	OS DEMAIS
0603001	FRESCOS
0603002	SECOS, BRANQUEADOS, TINTOS, IMPREGNADOS OU DE OUTRO MODO PREPARADOS
0604001	FRESCOS
0604002	SECOS, BRANQUEADOS, TINTOS, IMPREGNADOS OU DE OUTRO MODO PREPARADOS
0701002	BATATAS PARA CONSUMO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

0701003	TOMATES
0701005	CEBOLAS
0701006	CENOURAS
0701007	ECHALOTAS, PORROS E DEMAIS LEGUMES E HORTALIÇAS ALIÁCEAS (POR EXEMPLO: CEBOLINHAS E CEBOLINHOS)
0701099	OS DEMAIS
0702001	ERVILHAS
0702002	ASPARGOS
0702003	ESPINAFRES
0702004	BETERRABA
0702099	OS DEMAIS
0703001	AZEITONAS
0703002	ALCAPARRAS
0703003	CEBOLAS
0703005	TOMATES
0703006	CENOURAS
0703099	OS DEMAIS
0704001	ALHOS
0704002	COGUMELOS
0704099	OS DEMAIS
0705132	FEIJÕES-PRETOS
0705139	OS DEMAIS FEIJÕES
0705199	OS DEMAIS
0706001	RAÍZES DE MANDIOCA
0706002	BATATAS-DOCES
0706099	OS DEMAIS
0801002	BANANAS
0801003	ABACAXIS
0801004	MANGAS E MANGOSTÕES
0801005	ABACATES
0801006	GOIABAS
0801007	COCOS
0801009	CASTANHAS-DE-CAJU (DE ACAJU OU DE ANACARDO)
0802001	LARANJAS
0802002	TANGERINAS E "SATSUMAS"
0802003	BERGAMOTAS
0802004	MEXERICAS, WILKINGS E OUTROS HÍBRIDOS SEMELHANTES DE FRUTOS CÍTRICOS
0802005	LIMÕES E LIMAS
0802006	POMELOS (CITRUS PARADISI MACF: "GRAPE-FRUIT", TORONJA)
0802099	OS DEMAIS
0808001	MORANGOS
0809001	MELÕES
0809002	MELANCIAS
0809099	OS DEMAIS
0810001	CEREJAS
0810002	AMEIXAS
0810003	DAMASCOS
0810004	MAÇÃS
0810005	MELÕES
0810006	PERAS
0810007	MORANGOS
0810099	OS DEMAIS
0812001	CEREJAS (GINJAS), COM CAROÇO
0812002	CEREJAS (GINJAS), SEM CAROÇO
0812007	PÊSSEGOS, COM CAROÇO
0812008	PÊSSEGOS, SEM CAROÇO
0812010	MARMELOS
0812011	PERAS
0812012	TAMARINDO
0812013	MOSQUETA
0812099	OS DEMAIS
0813001	DE CÍTRICOS
0901101	CRU (CAFÉ VERDE, EM GRÃO)
0901102	TORRADO, EM GRÃO, EXCETO DESCAFEINADO
0901103	TORRADO MOÍDO, EXCETO DESCAFEINADO
0901104	TORRADO, DESCAFEINADO
0901199	OS DEMAIS
0901201	SUCEDÂNEOS DO CAFÉ CONTENDO CAFÉ
0901301	CASCA E PELÍCULA DE CAFÉ
0904002	PIMENTOS (DOS GÊNEROS "CAPSICUM" E "PIMENTA")
0910004	GENGIBRE
1005001	EM ESPIGA
1005002	EM GRÃO, COM CASCA
1005099	OS DEMAIS
1006001	COM CASCA
1006002	SEM CASCA, MAS SEM NENHUM PREPARO POSTERIOR
1006003	POLIDO
1006004	BRANQUEADO, EM PÉROLA OU BRUNIDO
1006005	PARTIDO
1006006	ESTUFADO
1006007	CONVERTIDO
1006099	OS DEMAIS
1007003	SORGO
1101001	DE TRIGO OU DE MISTURA DE TRIGO COM CENTEIO ("MORCAJO" OU "TRANQUILLON")
1101002	DE AVEIA
1101003	DE CEVADA
1101005	DE MILHO
1101099	OS DEMAIS
1102101	DE TRIGO
1102105	DE MILHO
1102106	DE MISTURA DE TRIGO COM CENTEIO ("MORCAJO" OU "TRANQUILLON")
1102221	DESCASCADO
1102222	PILADO OU QUEBRADO
1102229	OS DEMAIS
1108199	OS DEMAIS
1108299	OS DEMAIS
1201932	PARA OUTROS USOS
1204002	CANA-DE-AÇÚCAR
1207012	"MARANTA ARUNDINACEA", "NOBILIS" E SEMELHANTES, PARA PRODUÇÃO DE SALEPO
1401201	EM BRUTO
1401299	OS DEMAIS
1405101	URUCUM
1501101	GORDURA DERRETIDA (BANHA DE PORCO FUNDIDA)
1501199	OS DEMAIS
1506001	ÓLEO DE MOCOTÓ
1506002	ÓLEO DE GEMA DE OVOS
1506099	OS DEMAIS
1507101	DE SOJA
1507102	DE SEMENTE DE ALGODÃO
1507103	DE AMENDOIM
1507104	DE OLIVA
1507105	DE GIRASSOL
1507106	DE NABO
1507107	DE COLZA
1507108	DE MOSTARDA
1507109	DE LINHO (LINHAÇA)
1507110	DE PALMA (DENDÊ)
1507111	DE COCO (COPRA)
1507112	DE AMÊNDOAS DE PALMA (PALMISTE)
1507113	DE MAMONA (RICINO)
1507114	DE BABAÇU
1507115	DE SEMENTE DE SÉSAMO (GERGELIM)
1507116	DE OITICICA
1507117	DE TUNGUE
1507198	SEBOS
1507199	OS DEMAIS
1507201	DE SOJA
1507202	DE SEMENTE DE ALGODÃO
1507203	DE AMENDOIM
1507204	DE OLIVA
1507205	DE GIRASSOL
1507206	DE NABO
1507207	DE COLZA
1507208	DE MOSTARDA
1507209	DE LINHO (LINHAÇA)
1507210	DE PALMA (DENDÊ)
1507211	DE COCO (COPRA)
1507212	DE AMÊNDOAS DE PALMA (PALMISTE)
1507213	DE MAMONA (RICINO)
1507214	DE BABAÇU
1507215	DE SEMENTE DE SÉSAMO (GERGELIM)
1507216	DE OITICICA
1507217	DE TUNGUE
1507298	SEBOS
1507299	OS DEMAIS
1512001	DE SEMENTES DE ALGODÃO
1512002	DE COLZA
1512003	DE AMENDOIM
1512004	DE MILHO
1512099	OS DEMAIS
1513001	MARGARINA
1513002	VEGETALINA (GORDURA DE COCO)
1513099	OS DEMAIS
1516003	OURICURI
1516099	OS DEMAIS
1601001	DE FÍGADO
1601002	CHOURIÇOS
1601003	MORCELAS
1601004	MORTADELAS
1601005	SALSICHAS
1601006	SALSICHÕES
1601099	OS DEMAIS
1602101	CARNE CURADA E COZIDA (CORNED BEEF)
1602102	ASSADO DE NOVILHO (ROAST BEEF)
1602103	PEITO DE BOVINO (BRISKET BEEF)
1602105	LÍNGUAS
1602199	OS DEMAIS
1602201	CARNE CURADA E COZIDA (CORNED MUTTON)
1602202	COZIDO DE CORDEIRO (BOILED MUTTON)
1602203	LÍNGUAS
1602299	OS DEMAIS
1602301	CARNE CURADA E COZIDA (CORNED PORK)
1602302	PRESUNTOS
1602303	LÍNGUAS
1602399	OS DEMAIS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1602901	PASTAS DE FÍGADOS
1602902	DE OURIÇOS-DO-MAR
1602999	OS DEMAIS
1603101	EM PASTA
1603102	EM PÓ
1603199	OS DEMAIS
1603201	SUCOS DE CARNE
1603301	EXTRATOS DE PEIXE
1604001	DE ATUM
1604002	DE BONITO
1604003	DE SALMÃO
1604004	DE SARDINHAS
1604005	CAVIAR E SEUS SUCEDÂNEOS
1604006	FILÉ DE ANCHOVAS
1604007	ENCHIDOS DE PEIXE
1604099	OS DEMAIS
1605101	CAMARÕES
1605102	CARANGUEJOS
1605103	CENTOLAS
1605104	"GAMBAS"
1605105	SIRIS (JAIBA)
1605106	LAGOSTAS
1605107	LAGOSTINS
1605199	OS DEMAIS
1605201	AMÊIJOAS
1605202	"BERBERECHOS"
1605203	CALAMARES, POLVOS, SIBAS
1605204	"CHOROS" E "CHOLGAS"
1605205	MEXILHÕES
1605206	"ABULON"
1605207	"LOCOS"
1605208	"MACHAS"
1605209	"OSTIONES"
1605210	OSTRAS
1605211	"PICOS"
1605299	OS DEMAIS
1701101	MASCAVO
1701102	DEMERARA E CRISTAL
1701103	COM 85% A 97% DE SACAROSE (RAW SUGAR STANDARD)
1701109	OS DEMAIS
1701111	AROMATIZADO COM BAUNILHA NATURAL OU ARTIFICIAL
1701119	OS DEMAIS
1701201	CANDI
1701202	COM MAIS DE 97% DE SACAROSE
1701203	SACAROSE QUIMICAMENTE PURA
1701209	OS DEMAIS
1701211	AROMATIZADO COM BAUNILHA NATURAL OU ARTIFICIAL
1701219	OS DEMAIS
1702101	GLUCOSE (AÇÚCAR DE AMIDO)
1702104	MALTOSE
1702109	OS DEMAIS
1702111	AROMATIZADO COM BAUNILHA NATURAL OU ARTIFICIAL
1702119	OS DEMAIS
1702201	XAROPES DE AÇÚCAR SEM ADIÇÃO DE AROMATIZANTES OU DE CORANTES
1702301	DE PALMA
1702302	DE MAPLE
1702399	OS DEMAIS
1702401	CARAMELO (AÇÚCAR CARAMELIZADO, AÇÚCAR QUEIMADO)
1702402	MELAÇOS CARAMELIZADOS
1702499	OS DEMAIS
1703001	MELAÇOS, SEM AROMATIZAR NEM COLORIR ARTIFICIALMENTE
1703002	MELAÇOS AROMATIZADOS, DE CANA
1703099	OS DEMAIS
1704001	BOMBONS
1704002	CARAMELOS
1704003	CONFEITOS
1704004	DOCE DE LEITE
1704005	DOCE DE TOMATE
1704006	PASTILHAS
1704007	GOMA DE MASCAR ("CHICLET")
1704008	DOCE DE ABÓBORA
1704009	PRODUTO CHAMADO "CHOCOLATE BRANCO"
1704099	OS DEMAIS
1801001	CRU
1801002	TORRADO
1802001	CASCA E PELÍCULAS
1802002	TORTAS RESIDUAIS
1802099	OS DEMAIS
1803001	COM 14% OU MENOS DE GORDURA
1803002	COM MAIS DE 14% DE GORDURA
1804001	MANTEIGA DE CACAU, INCLUSIVE A GORDURA E O ÓLEO DE CACAU
1806002	CACAU EM PÓ, AÇUCARADO
1806003	DOCE DE LEITE
1806099	OS DEMAIS
1902201	FARINHAS LÁCTEAS
1902299	OS DEMAIS
1903001	MASSAS ALIMENTÍCIAS
1905001	PRODUTOS A BASE DE CEREAIS OBTIDOS POR TRATAMENTO EM CORRENTE DE AR OU POR TORREFAÇÃO: ARROZ INFLADO ("PUFFED RICE"), FLOCOS DE MILHO ("CORN-FLAKES") E SEMELHANTES
1907001	PÃO, BOLACHAS E OUTROS PRODUTOS DE PADARIA COMUM
1907002	HÓSTIAS, CÁPSULAS PARA MEDICAMENTOS, OBREIAS, PASTAS DESSECADAS DE FARINHA, DE AMIDO OU DE FÉCULA, EM FOLHAS, E PRODUTOS SEMELHANTES
1908001	BISCOITOS E BOLACHAS
1908099	OS DEMAIS
2002101	AZEITONAS, INCLUSIVE RECHEADAS
2002102	ALCACHOFRAS
2002103	ERVILHAS
2002104	ASPARGOS
2002105	COGUMELOS
2002107	TOMATE, CUJO TEOR EM PESO, DE EXTRATO SECO, SEJA IGUAL OU SUPERIOR A 7%
2002199	OS DEMAIS
2002201	AZEITONAS, INCLUSIVE RECHEADAS
2002202	ALCACHOFRAS
2002203	ERVILHAS
2002204	ASPARGOS
2002205	COGUMELOS
2002207	TOMATE, CUJO TEOR EM PESO, DE EXTRATO SECO, SEJA IGUAL OU SUPERIOR A 7%
2002299	OS DEMAIS
2003001	FRUTAS CONGELADAS COM ADIÇÃO DE AÇÚCAR
2004199	OS DEMAIS
2005101	COMPOTAS
2005201	GELÉIAS
2005301	DE PÊSSEGO
2005302	DE FIGO
2005303	DE MARMELO
2005304	DE GOIABA
2005399	OS DEMAIS
2006101	DE ABACAXI (ANANÁ)
2006102	DE CEREJAS
2006103	DE AMEIXAS
2006104	DE DAMASCOS
2006105	DE PÊSSEGOS
2006106	DE GINJAS
2006107	DE "MAMEY"
2006108	DE MANGAS
2006109	DE MAÇÃS
2006110	DE MAMÃO
2006111	DE PERAS
2006199	OS DEMAIS
2006201	DE ABACAXI (ANANÁ)
2006299	OS DEMAIS
2006399	OS DEMAIS
2006401	AMENDOIM
2006402	CASTANHAS-DE-CAJU
2006499	OS DEMAIS
2006999	OS DEMAIS
2007101	DE ABACAXI (ANANÁ)
2007102	DE LIMÃO
2007103	DE LARANJA
2007104	DE POMELO
2007105	DOS DEMAIS CÍTRICOS
2007106	DE MAÇÃS
2007199	OS DEMAIS
2007201	DE TOMATE, CUJO TEOR EM PESO, DE EXTRATO SECO, SEJA INFERIOR A 7%
2007299	OS DEMAIS
2007301	NATURAL
2007302	CONCENTRADO
2007401	MISTURAS DE SUCOS
2102101	CAFÉ SOLÚVEL
2102199	OS DEMAIS
2102201	CHÁ SOLÚVEL
2102299	OS DEMAIS
2102401	CHICÓRIA TORRADA E OUTROS SUCEDÂNEOS DO CAFÉ TORRADOS E SEUS EXTRATOS
2103002	MOSTARDA PREPARADA
2104101	MAIONESE
2104102	DE TOMATE ("KETCHUP")
2104199	OS DEMAIS
2104201	SAL DE AIPO
2104299	OS DEMAIS
2105001	PREPARAÇÕES PARA SOPAS OU CALDOS; SOPAS OU CALDOS PREPARADOS
2105002	PREPARAÇÕES ALIMENTÍCIAS COMPOSTAS HOMOGENEIZADAS
2107003	PALMITOS, PREPARADOS OU CONSERVADOS, EM QUALQUER RECIPIENTE
2107004	MILHO, PREPARADO OU CONSERVADO, EM QUALQUER RECIPIENTE
2107005	MANTEIGA DE AMENDOIM
2107007	DOCE DE LEITE
2107008	LEITE MODIFICADO (MATERNIZADO OU HUMANIZADO)
2107099	OS DEMAIS
2201001	ÁGUA COMUM
2201002	ÁGUAS MINERAIS
2201003	ÁGUAS GASOSAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2202001	REFRIGERANTES, ÁGUAS GASOSAS OU MINERAIS AROMATIZADAS E OUTRAS BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS, COM EXCLUSÃO DOS SUCOS DE FRUTAS E DE LEGUMES E DE HORTALIÇAS DA POSIÇÃO 20.07
2203001	CERVEJAS
2208001	NÃO DESNATURADO DE GRADUAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 80 GRAUS
2209101	ETÍLICO NÃO DESNATURADO DE GRADUAÇÃO INFERIOR A 80 GRAUS
2209203	DE CANA (RUM E SEMELHANTES)
2209301	ANIS OU ANISADO
2209302	CREMES
2209303	DE FRUTAS NATURAIS, ELABORADOS A BASE DE ÁLCOOL DE CANA
2209399	OS DEMAIS
2210001	DE VINHO
2210002	DE POMELO
2210099	OS DEMAIS
2301101	DE CARNES E DE MIÚDOS
2301102	DE PEIXES, DE CRUSTÁCEOS OU MOLUSCOS
2301201	TORRESMOS
2307002	PREPARAÇÕES COMPOSTAS E MISTURAS ALIMENTÍCIAS
2307003	PREPARAÇÕES ESTIMULANTES E CONDIMENTOS
2307004	BISCOITOS PARA CÃES E OUTROS ANIMAIS
2307099	OS DEMAIS
2401201	RESÍDUOS
2402101	CHARUTOS (INCLUSIVE OS DESPONTADOS); "PURITOS"
2402102	CIGARROS
2402103	PARA MASCAR
2402104	RAPÉ
2402105	PICADO OU DESFIADO
2402199	OS DEMAIS
2402201	EXTRATOS E SUMOS
2501001	SAL COMUM
2501002	CLORETO DE SÓDIO COM MÍNIMO DE 99,5% DE PUREZA
2501099	OS DEMAIS
2505101	USADAS EM CONSTRUÇÕES
2505102	COM TEOR DE ÓXIDO DE FERRO NÃO SUPERIOR A 0,25%
2505199	OS DEMAIS
2517001	SÍLEX
2517002	MACADAME E PEDRAS BRITADAS
2517003	SEIXOS ROLADOS
2517099	OS DEMAIS
2522001	CAL ORDINÁRIA
2522002	CAL HIDRÁULICA
2523002	CIMENTO BRANCO
2523003	CIMENTO PORTLAND
2943001	LEVULOSE
2943003	MALTOSE
3205101	PIGMENTOS ORGÂNICOS
3205103	MATÉRIAS CORANTES ORGÂNICAS SINTÉTICAS, EM FORMA DE DISPERSÕES CONCENTRADAS EM MATÉRIAS PLÁSTICAS, BORRACHA, EM PLASTIFICANTES OU EM OUTROS MEIOS
3205199	OS DEMAIS
3207903	PIGMENTOS A BASE DE ÓXIDOS DE TITÂNIO
3207904	PIGMENTOS A BASE DE FERROCIANETOS E FERRICIANETOS
3207906	PIGMENTOS A BASE DE COMPOSTOS DE CÁDMIO
3207909	PIGMENTOS A BASE DE COMPOSTOS DE COBALTO
3207910	PIGMENTOS A BASE DE COMPOSTOS DE CHUMBO
3207911	DISPERSÕES PARA CORES, CONCENTRADAS EM MATÉRIAS PLÁSTICAS ARTIFICIAIS, BORRACHA, PLASTIFICANTES OU OUTROS MEIOS
3207999	OS DEMAIS
3209101	VERNIZES
3209201	TINTAS À ÁGUA
3209301	TINTAS DILUÍDAS NUM DISSOLVENTE AQUOSO, CHAMADAS "TINTAS EMULSIONADAS" OU "TINTAS EM DISPERSÃO"
3209399	OS DEMAIS
3209599	OS DEMAIS
3306106	XAMPUS (PRODUTOS DE TOUCADOR PARA O CABELO)
3306199	OS DEMAIS
3401101	INDUSTRIAIS
3401102	DE TOUCADOR
3401199	OS DEMAIS
3401201	PRODUTOS E PREPARAÇÕES ORGÂNICOS TENSOATIVOS USADOS COMO SABÃO
3402001	PRODUTOS ORGÂNICOS TENSOATIVOS
3402002	PREPARAÇÕES TENSOATIVAS E PREPARAÇÕES PARA LIXÍVIAS
3403099	OS DEMAIS
3404199	OS DEMAIS
3405001	POMADAS E CREMES PARA CALÇADO
3405099	OS DEMAIS
3406001	VELAS, CÍRIOS, PAVIO PARA LAMPARINAS E ARTIGOS SEMELHANTES
3606001	FÓSFOROS, EXCETO OS "FÓSFOROS DE BENGALA"
3901301	FENOPLÁSTICOS (FENOL FORMALDEIDO E OUTROS)
3901302	AMINOPLÁSTICOS (URÉIA FORMALDEIDO, MELAMINAFORMALDEIDO E OUTROS)
3901303	RESINAS ALQUÍDICAS (GLICEROFTÁLICAS, GLICEROMALEICAS E OUTRAS)
3901304	RESINAS POLIÉSTERES
3901305	POLIAMIDAS
3901306	POLIURETANOS
3901307	RESINAS EPÓXIDO OU ETOXILINAS
3901308	SILICONES
3901399	OS DEMAIS
3901401	FENOPLÁSTICOS (FENOL FORMALDEIDO E OUTROS)
3901402	AMINOPLÁSTICOS (URÉIA FORMALDEIDO, MELAMINAFORMALDEIDO E OUTROS)
3901403	RESINAS ALQUÍDICAS (GLICEROFTÁLICAS, GLICEROMALEICAS E OUTRAS)
3901404	RESINAS POLIÉSTERES
3901405	POLIAMIDAS
3901406	POLIURETANOS
3901407	RESINAS EPÓXIDO OU ETOXILINAS
3901408	SILICONES
3901499	OS DEMAIS
3902301	POLIETILENO, EXCETO DESPERDÍCIOS E RESTOS DE MANUFATURAS
3902303	POLIPROPILENO
3902304	POLIESTIRENOS E SEUS COPOLÍMEROS, EXCETO DESPERDÍCIOS E RESTOS DE MANUFATURAS
3902306	CLORETO DE POLIVINILA, EXCETO DESPERDÍCIOS E RESTOS DE MANUFATURAS
3902308	COPOLÍMEROS DE CLORETO DE VINILA E DE ACETATO DE VINILA, EXCETO DESPERDÍCIOS E RESTOS DE MANUFATURAS
3902310	POLIACRÍLICOS,POLIMETACRÍLICOS E COPOLÍMEROS ACRILOMETACRÍLICOS
3902311	ACETATO DE POLIVINILA
3902399	OS DEMAIS
3902401	POLIETILENO
3902402	POLIPROPILENO
3902403	POLIESTIRENO E SEUS COPOLÍMEROS
3902405	CLORETO DE POLIVINILA EM FORMA DE CHAPAS, FOLHAS, PELÍCULAS, FITAS OU TIRAS (EXCETO OS DO ITEM 39. 02.4.04)
3902407	COPOLÍMEROS DE CLORETO DE VINILA E DE ACETATO DE VINILA EM FORMA DE CHAPAS, FOLHAS, PELÍCULAS, FITAS OU TIRAS (EXCETO OS DO ITEM 39.02.4.06)
3902408	POLIACRÍLICOS,POLIMETACRÍLICOS E COPOLÍMEROS ACRILOMETACRÍLICOS
3902409	ACETATO DE POLIVINILA
3902499	OS DEMAIS
3903101	FIBRA VULCANIZADA
3903201	PELÍCULAS, LÂMINAS OU FOLHAS (CELOFANE)
3903299	OS DEMAIS
3903501	NITRATOS DE CELULOSE
3903502	ACETATOS DE CELULOSE
3903599	OS DEMAIS
3903601	NITRATOS DE CELULOSE
3903602	ACETATOS DE CELULOSE
3903699	OS DEMAIS
3904002	BARRAS, TUBOS, VARETAS OU PERFIS
3904003	CHAPAS, FOLHAS, PELÍCULAS, FITAS OU TIRAS
3905221	BORRACHA CLOROIDRATADA
3905229	OS DEMAIS DERIVADOS QUÍMICOS DA BORRACHA NATURAL QUE SE APRESENTEM EM FORMA DE BARRAS, TUBOS, VARETAS OU PERFILADOS
3905231	BORRACHA CLOROIDRATADA
3905239	OS DEMAIS DERIVADOS QUÍMICOS DA BORRACHA NATURAL QUE SE APRESENTEM EM FORMA DE CHAPAS, FOLHAS, PELÍCULAS, FITAS OU TIRAS
3906201	MONOFILAMENTOS, TUBOS, BARRAS, VARETAS OU PERFILADOS
3906301	CHAPAS, FOLHAS, PELÍCULAS, FITAS OU TIRAS
3907001	TUBOS, VARETAS, BARRAS E PERFIS, TALADRADOS, FRESADOS OU COM TRABALHO DIFERENTE DO SIMPLES TRABALHO DE SUPERFÍCIE
3907002	PERSIANAS DE ENROLAR, PERSIANAS VENEZIANAS, GELOSIAS E ARTIGOS SEMELHANTES E SUAS PARTES
3907003	ARTIGOS PARA TRANSPORTAR OU ACONDICIONAR, INCLUSIVE OS RECIPIENTES SEM ASA, TAMBÉM UTILIZÁVEIS COMO COPOS OU XÍCARAS DE UM SÓ USO; TAMPAS, COBERTURAS, CÁPSULAS E OUTROS DISPOSITIVOS PARA FECHAR
3907004	OBJETOS DE HIGIENE OU DE TOUCADOR
3907006	ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E ARTIGOS ESCOLARES
3907099	OS DEMAIS
4006202	TIRAS PARA RECUPERAÇÃO DE AROS DE PNEUMÁTICOS
4006299	OS DEMAIS
4006902	ARRUELAS, JUNTAS E ARTIGOS SEMELHANTES
4006999	OS DEMAIS
4007001	FIOS E CORDAS DE BORRACHA VULCANIZADA, MESMO RECOBERTOS DE MATÉRIAS TÊXTEIS; FIOS TÊXTEIS IMPREGNADOS OU RECOBERTOS DE BORRACHA VULCANIZADA
4008001	CHAPAS, FOLHAS E TIRAS
4008099	OS DEMAIS
4010001	CORREIAS TRANSPORTADORAS OU DE TRANSMISSÃO, DE BORRACHA VULCANIZADA
4014001	ROLHAS
4014099	OS DEMAIS
4101101	FRESCAS, SECAS OU SALGADAS
4101102	TRATADAS COM CAL OU PICLADAS
4101103	AS ANTERIORES, COM PELO
4101104	DE BEZERRO
4101201	FRESCAS, SECAS OU SALGADAS
4101202	TRATADAS COM CAL OU PICLADAS
4101203	AS ANTERIORES, COM PELO
4102101	DE BEZERRO
4102102	VARIEDADE CHAMADA BOX-CALF
4102199	OS DEMAIS
4102201	DE EQUINOS
4201001	DE COURO
4201099	OS DEMAIS
4202299	OS DEMAIS
4413101	TACOS PARA ASSOALHOS, ISOLADOS
4413201	TACOS PARA ASSOALHOS, ISOLADOS
4415901	DE PINHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4415999	OS DEMAIS
4417001	METALIZADAS
4417099	OS DEMAIS
4419001	FILETES E MOLDURAS DE MADEIRA, PARA MÓVEIS, QUADROS, DECORAÇÕES INTERIORES, CONDUTORES ELÉTRICOS E SEMELHANTES
4423003	PORTAS, JANELAS E MARCOS
4424001	UTENSÍLIOS DE MADEIRA PARA USO DOMÉSTICO
4425099	OS DEMAIS
4427099	OS DEMAIS
4428199	OS DEMAIS
4428201	COLMEIAS
4428299	OS DEMAIS
4428301	BANCOS DE CARPINTARIA
4428399	OS DEMAIS
4428901	MEDIDAS DE CAPACIDADE
4428902	PARALELEPÍPEDOS
4428904	PREGOS DE MADEIRA PARA O CALÇADO (CAVILHAS)
4428999	OS DEMAIS
4602101	DE PALMA
4602103	DE PAPEL
4602199	OS DEMAIS
4602201	TECIDAS
4602299	OS DEMAIS
4602301	INVÓLUCROS DE PALHA PARA GARRAFAS
4603001	ARTIGOS DE CESTARIA OBTIDOS DIRETAMENTE EM FORMA DEFINITIVA OU CONFECCIONADOS COM ARTIGOS DA POSIÇÃO 46.02; MANUFATURAS DE LUFA
4801101	PARA JORNAL (PAPEL JORNAL)
4801102	PAPEL BÍBLIA
4801103	PAPEL ILUSTRAÇÃO
4801104	PARA BILHETES, CHEQUES, VALES, TÍTULOS E OUTROS VALORES
4801199	OS DEMAIS
4801201	KRAFT PARA RECOBRIR, CHAMADO "KRAFTLINER"
4801202	PAPEL KRAFT, PARA SACOS DE GRANDE CAPACIDADE
4801203	OUTROS PAPÉIS E CARTÕES KRAFT
4801204	PAPEL SULFITO PARA EMBALAGEM
4801299	OS DEMAIS
4801901	PARA CIGARROS
4801902	PARA CONDENSADORES
4801903	PARA ESTÊNCIL
4801904	PAPEL FILTRO E OUTROS PAPÉIS ABSORVENTES
4801905	PARA CONFECÇÃO DE CARTÕES PERFURÁVEIS PARA MÁQUINAS DE ESTATÍSTICA, DE CONTABILIDADE E SEMELHANTES
4801906	PAPEL SEMIQUÍMICO PARA ONDULAR, CHAMADO "FLUTTING"
4801907	OUTROS PAPÉIS E CARTÕES KRAFT
4801999	OS DEMAIS
4803001	PAPEL E CARTÃO APERGAMINHADOS E SUAS IMITAÇÕES, INCLUSIVE O PAPEL CHAMADO "CRISTAL", EM ROLOS OU EM FOLHAS
4804001	REFORÇADOS INTERIORMENTE DE MATÉRIAS TÊXTEIS, PLÁSTICAS OU DE METAL
4804099	OS DEMAIS
4805001	ONDULADOS
4805002	KRAFT ENCRESPADO OU PREGUEADO, MESMO GOFRADO OU PERFURADO
4805003	ENCRESPADO OU PREGUEADO, MESMO GOFRADO OU PERFURADO, DIFERENTE DO KRAFT, PARA USO DOMÉSTICO, DE HIGIENE OU TOUCADOR
4805004	OUTROS PAPÉIS ENCRESPADOS OU PREGUEADOS, MESMO GOFRADOS OU PERFURADOS
4805099	OS DEMAIS
4807199	OS DEMAIS
4807901	REVESTIDOS OU IMPREGNADOS COM RESINAS ARTIFICIAIS OU SINTÉTICAS, EXCETO ADESIVOS
4807902	EMBREADOS, ALCATROADOS OU ASFALTADOS
4807904	ENCERADOS, PARAFINADOS, LUBRIFICADOS, OLEADOS OU IMPREGNADOS EM BORRACHA
4807905	GELATINADOS OU ALBUMINADOS
4807999	OS DEMAIS
4811001	"LINCRUSTA"
4811002	PAPEL PARA DECORAR HABITAÇÕES
4812001	REVESTIMENTOS DE PISOS CONSTITUÍDOS POR SUPORTES DE PAPEL OU CARTÃO, COM OU SEM CAPA DE PASTA DE LINÓLEO, MESMO RECORTADOS
4814099	OS DEMAIS
4815002	PARA IMPRESSÕES TELEGRÁFICAS
4815004	PARA FABRICAÇÃO DE FÓSFOROS
4815005	PARA CONFECÇÃO DE CARTÕES PERFURÁVEIS PARA MÁQUINAS DE ESTATÍSTICAS, DE CONTABILIDADE E SEMELHANTES
4815006	PAPEL HIGIÊNICO, EM ROLO OU EM FOLHAS
4815099	OS DEMAIS
4816001	CAIXAS, SACOS E OUTRAS EMBALAGENS DE PAPEL OU CARTÃO
4818099	OS DEMAIS
4819001	ETIQUETAS DE QUALQUER TIPO, DE PAPEL OU CARTÃO, IMPRESSAS OU NÃO, ILUSTRADAS OU NÃO, MESMO GOMADAS
4820099	OS DEMAIS
4821002	CARTÕES, MESMO APRESENTADOS EM FITAS PARA MÁQUINAS DE ESTATÍSTICA, DE CONTABILIDADE OU SEMELHANTES
4821006	TRAVESSAS, BANDEJAS, PRATOS, XÍCARAS, COPOS E ARTIGOS SEMELHANTES
4821007	LENÇOS, MESMO DE REMOVER A MAQUILAGEM, TOALHAS, GUARDANAPOS, TOALHAS DE MESA, LENÇÓIS E DEMAIS ROUPA DE PAPEL PARA CASA, INCLUSIVE A ROUPA INTERIOR
4821008	PANOS HIGIÊNICOS E "TAMPÕES"; FRALDAS ABSORVENTES
4821099	OS DEMAIS
4906001	PLANOS DE ARQUITETURA, DE ENGENHARIA E OUTROS PLANOS E DESENHOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E SEMELHANTES, OBTIDOS À MÃO OU POR REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA SOBRE PAPEL SENSIBILIZADO; TEXTOS MANUSCRITOS OU DATILOGRAFADOS
4911002	CATÁLOGOS COMERCIAIS E SEMELHANTES
4911003	ANÚNCIOS COMERCIAIS
4911005	OUTROS IMPRESSOS PUBLICITÁRIOS
4911099	OS DEMAIS
5901199	OS DEMAIS
5902901	ARTIGOS DE FELTRO, NÃO COMPREENDIDOS EM OUTRAS POSIÇÕES DA NOMENCLATURA
5903002	ARTIGOS DE "FALSOS TECIDOS"
6002001	LUVAS E SEMELHANTES DE MALHA NÃO ELÁSTICA, SEM BORRACHA
6003001	DE ALGODÃO
6003002	DE LÃ
6003003	DE FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS
6003099	OS DEMAIS
6004001	CALÇAS (PANTIES) DE LÃ OU DE PELOS FINOS
6004002	OUTRA ROUPA INTERIOR DE LÃ OU DE PELOS FINOS
6004003	CAMISAS DE MANGA COMPRIDA OU CURTA, INCLUSIVE AS CHAMADAS "POLO", DE ALGODÃO, PARA HOMENS E CRIANÇAS
6004004	OUTRA ROUPA INTERIOR DE ALGODÃO
6004005	CALÇAS (PANTIES) DE FIBRAS SINTÉTICAS
6004006	CAMISAS DE MANGA COMPRIDA OU CURTA, INCLUSIVE AS CHAMADAS "POLO", DE FIBRAS SINTÉTICAS, PARA HOMENS E CRIANÇAS
6004007	ROUPA INTERIOR DE FIBRAS SINTÉTICAS PARA HOMENS E CRIANÇAS, EXCETO AS CAMISAS DE MANGA COMPRIDA OU CURTA
6004008	ROUPA INTERIOR DE FIBRAS SINTÉTICAS PARA MULHERES, MENINAS E PRIMEIRA INFÂNCIA, EXCETO AS CALÇAS (PANTIES)
6004009	ROUPA INTERIOR DE FIBRAS ARTIFICIAIS
6004010	ROUPA INTERIOR DAS DEMAIS FIBRAS
6005001	ROUPA DE MALHA (CHANDAILS), PULLOVERS, MACACÕES (SLIP-OVERS), CONJUNTOS, COLETES, CASACOS E BLUSAS DE LÃ OU DE PELOS FINOS
6005002	ROUPA DE MALHA (CHANDAILS), PULLOVERS, MACACÕES (SLIP-OVERS), CONJUNTOS, COLETES, CASACOS E BLUSAS DE ALGODÃO
6005003	ROUPA DE MALHA (CHANDAILS), PULLOVERS, MACACÕES (SLIP-OVERS), CONJUNTOS, COLETES, CASACOS E BLUSAS DE FIBRAS TÊXTEIS SINTÉTICAS
6005004	ROUPA DE MALHA (CHANDAILS), PULLOVERS, MACACÕES (SLIP-OVERS), CONJUNTOS, COLETES, CASACOS E BLUSAS DE FIBRAS TÊXTEIS ARTIFICIAIS
6005005	ROUPA DE MALHA (CHANDAILS), PULLOVERS, MACACÕES (SLIP-OVERS), CONJUNTOS, COLETES, CASACOS E BLUSAS DE OUTRAS FIBRAS
6005006	VESTIDOS, SAIAS E TERNOS, DE LÃ OU DE PELOS FINOS, PARA MULHERES, MENINAS E PRIMEIRA INFÂNCIA
6005007	VESTIDOS, SAIAS E TERNOS, DE ALGODÃO, PARA MULHERES, MENINAS E PRIMEIRA INFÂNCIA
6005008	VESTIDOS, SAIAS E TERNOS, DE FIBRAS TÊXTEIS SINTÉTICAS, PARA MULHERES, MENINAS E PRIMEIRA INFÂNCIA
6005009	VESTIDOS, SAIAS E TERNOS, DE FIBRAS TÊXTEIS ARTIFICIAIS, PARA MULHERES, MENINAS E PRIMEIRA INFÂNCIA
6005010	VESTIDOS, SAIAS E TERNOS, DE OUTRAS FIBRAS, PARA MULHERES, MENINAS E PRIMEIRA INFÂNCIA
6005011	OUTRAS ROUPAS EXTERIORES E SEUS ACESSÓRIOS, DE LÃ OU DE PELOS FINOS
6005012	OUTRAS ROUPAS EXTERIORES E SEUS ACESSÓRIOS, DE ALGODÃO
6005013	OUTRAS ROUPAS EXTERIORES E SEUS ACESSÓRIOS, DE FIBRAS TÊXTEIS SINTÉTICAS
6005014	OUTRAS ROUPAS EXTERIORES E SEUS ACESSÓRIOS, DE FIBRAS TÊXTEIS ARTIFICIAIS
6005015	OUTRAS ROUPAS EXTERIORES E SEUS ACESSÓRIOS, DE OUTRAS FIBRAS
6005016	OUTROS ARTIGOS
6006201	MEIAS PARA VARIZES
6006299	OS DEMAIS
6101001	ROUPA EXTERIOR DE TECIDOS DAS POSIÇÕES 59.08, 59.11 OU 59.12 (DIFERENTES DOS DE MALHA)
6101002	SOBRETUDOS E CASACOS, DE LÃ OU DE PELOS FINOS
6101003	SOBRETUDOS E CASACOS, DE OUTRAS FIBRAS
6101004	TERNOS DE LÃ OU DE PELOS FINOS
6101005	TERNOS DE ALGODÃO
6101006	TERNOS DE FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS
6101007	TERNOS DE OUTRAS FIBRAS
6101008	CALÇAS E CALÇÕES DE LÃ OU DE PELOS FINOS
6101009	CALÇAS E CALÇÕES DE ALGODÃO
6101010	CALÇAS E CALÇÕES DE FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS
6101011	CALÇAS E CALÇÕES DE OUTRAS FIBRAS
6101012	PALETÓS E "AMERICANAS" DE LÃ OU DE PELOS FINOS
6101013	PALETÓS E "AMERICANAS" DE ALGODÃO
6101014	PALETÓS E "AMERICANAS" DE FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS
6101015	PALETÓS E "AMERICANAS" DE OUTRAS FIBRAS
6101016	OUTRA ROUPA EXTERIOR DE LÃ OU DE PELOS FINOS
6101017	OUTRA ROUPA EXTERIOR DE ALGODÃO
6101018	OUTRA ROUPA EXTERIOR DE FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS
6101019	OUTRA ROUPA EXTERIOR DAS DEMAIS FIBRAS
6102001	ROUPA EXTERIOR DE TECIDOS DAS POSIÇÕES 59.08, 59.11, OU 59.12 (DIFERENTES DOS DE MALHA)
6102002	CASACÕES E CASACOS, DE LÃ OU DE PELOS FINOS
6102003	CASACÕES E CASACOS, DE ALGODÃO
6102004	CASACÕES E CASACOS, DE FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS
6102005	CASACÕES E CASACOS, DE OUTRAS FIBRAS
6102006	TERNOS DE LÃ OU DE PELOS FINOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6102007	TERNOS DE ALGODÃO
6102008	TERNOS DE FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS
6102009	TERNOS DE OUTRAS FIBRAS
6102010	VESTIDOS DE LÃ OU DE PELOS FINOS
6102011	VESTIDOS DE ALGODÃO
6102012	VESTIDOS DE FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS
6102013	VESTIDOS DE OUTRAS FIBRAS
6102014	SAIAS DE LÃ OU DE PELOS FINOS
6102015	SAIAS DE ALGODÃO
6102016	SAIAS DE FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS
6102017	SAIAS DE OUTRAS FIBRAS
6102018	BLUSAS DE ALGODÃO
6102019	BLUSAS DE FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS
6102020	BLUSAS DE OUTRAS FIBRAS
6102021	OUTRA ROUPA EXTERIOR DE LÃ OU DE PELOS FINOS
6102022	OUTRA ROUPA EXTERIOR DE ALGODÃO
6102023	OUTRA ROUPA EXTERIOR DE FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS
6102024	OUTRA ROUPA EXTERIOR DAS DEMAIS FIBRAS
6103001	CAMISAS DE MANGA COMPRIDA OU CURTA, DE ALGODÃO
6103002	CAMISAS DE MANGA COMPRIDA OU CURTA, DE FIBRAS SINTÉTICAS
6103003	CAMISAS DE MANGA COMPRIDA OU CURTA, DE OUTRAS FIBRAS
6103004	ROUPA INTERIOR DE ALGODÃO, EXCETO AS CAMISAS
6103005	ROUPA INTERIOR DE FIBRAS SINTÉTICAS, EXCETO AS CAMISAS
6103006	ROUPA INTERIOR DE OUTRAS FIBRAS, EXCETO AS CAMISAS
6104001	DE ALGODÃO
6104002	DE FIBRAS SINTÉTICAS
6104099	OS DEMAIS
6105001	DE ALGODÃO
6105099	OS DEMAIS
6106001	DE ALGODÃO
6106099	OS DEMAIS
6107001	DE ALGODÃO
6107099	OS DEMAIS
6109001	PORTA-SEIOS ("SOUTIENS")
6109099	OS DEMAIS
6110001	DE ALGODÃO
6110099	OS DEMAIS
6111101	DE ALGODÃO
6111199	OS DEMAIS
6111901	DE ALGODÃO
6111999	OS DEMAIS
6506099	OS DEMAIS
6601001	GUARDA-CHUVAS
6601099	OS DEMAIS
6701101	ESPANADORES DE PENAS DE TODOS OS TIPOS
6801001	PARALELEPÍPEDOS, PEDRAS PARA MEIO-FIO E LAJES PARA PAVIMENTAÇÃO, DE PEDRAS NATURAIS (COM EXCEÇÃO DA ARDÓSIA)
6802001	MANUFATURAS DE PEDRAS DE CANTARIA OU DE CONSTRUÇÃO, COM EXCLUSÃO DAS DA POSIÇÃO 68.01 E DAS DO CAPÍTULO 69; CUBOS E DADOS PARA MOSAICOS
6810001	MANUFATURAS DE GESSO OU DE COMPOSIÇÕES A BASE DE GESSO
6811001	MANUFATURAS DE CIMENTO, CONCRETO OU PEDRA ARTIFICIAL, MESMO ARMADAS, INCLUSIVE MANUFATURAS DE CIMENTO DE ESCÓRIAS OU DE MARMORITE
6812001	MANUFATURAS DE AMIANTO-CIMENTO, CELULOSE-CIMENTO E SEMELHANTES
6816099	OS DEMAIS
6901001	TIJOLOS, BLOCOS, LADRILHOS E OUTRAS PEÇAS CALORÍFUGAS, FABRICADAS COM FARINHAS SILICIOSAS FÓSSEIS E OUTRAS TERRAS SILICIOSAS ANÁLOGAS ("KIESELGUR", TRIPOLITA, DIATOMITA, ETC.)
6902101	TIJOLOS DE QUALQUER FORMA
6902199	OS DEMAIS
6902201	TIJOLOS DE QUALQUER FORMA
6902299	OS DEMAIS
6902301	TIJOLOS DE QUALQUER FORMA
6902399	OS DEMAIS
6902401	TIJOLOS DE QUALQUER FORMA
6902499	OS DEMAIS
6902501	TIJOLOS DE QUALQUER FORMA
6902599	OS DEMAIS
6902901	TIJOLOS DE CARBONO (GRAFITA, CARVÃO DE RETORTA, ETC.) DE QUALQUER FORMA
6902999	OS DEMAIS
6904001	TIJOLOS ORDINÁRIOS MACIÇOS, DE FORMA RETANGULAR, DE SUPERFÍCIES PLANAS
6904099	OS DEMAIS
6905001	TELHAS, ORNAMENTOS ARQUITETÔNICOS (CORNIJAS, FRISOS, ETC.) E OUTROS ARTIGOS CERÂMICOS DE CONSTRUÇÃO (MITRAS, CABEÇAS DE CHAMINÉS, ETC.)
6906001	TUBOS ACESSÓRIOS DE LIGAÇÃO E DEMAIS PEÇAS PARA CANALIZAÇÕES E USOS SEMELHANTES
6907001	LADRILHOS
6907099	OS DEMAIS
6908001	LADRILHOS
6908099	OS DEMAIS
6909001	CADINHOS
6909099	OS DEMAIS
6913001	DE PORCELANA
6913099	OS DEMAIS
6914099	OS DEMAIS
7007102	ISOLANTES DE PAREDES MÚLTIPLAS
7010001	GARRAFÕES, GARRAFAS E FRASCOS
7010002	DISPOSITIVOS PARA FECHAMENTO (ROLHAS, TAMPAS, ETC.)
7010099	OS DEMAIS
7013001	DE CRISTAL
7013099	OS DEMAIS
7112001	DE PRATA
7113001	DE PRATA
7113002	DE OURO
7113003	DE PLATINA
7114101	DE PRATA
7114201	DE OURO
7114301	ARTIGOS PARA USOS TÉCNICOS OU DE LABORATÓRIO
7114399	OS DEMAIS
7116001	BIJUTERIA DE FANTASIA
7310099	OS DEMAIS
7312001	TIRAS DE FERRO OU DE AÇO, LAMINADAS A QUENTE OU A FRIO
7313501	DE ZINCO
7313599	OS DEMAIS
7313601	DE ZINCO
7313699	OS DEMAIS
7313701	DE ZINCO
7313799	OS DEMAIS
7313801	POLIDAS, BRUNIDAS OU LUSTRADAS; REVESTIDAS OU RECOBERTAS COM MATERIAIS NÃO METÁLICOS; IMPRESSAS
7315107	BARRAS MACIÇAS
7315111	TIRAS
7315116	CHAPAS DE MAIS DE 4,75 MM. DE ESPESSURA, REVESTIDAS
7315117	CHAPAS DE 3 MM. A 4,75 MM. DE ESPESSURA, REVESTIDAS
7315118	CHAPAS DE MENOS DE 3 MM. DE ESPESSURA, REVESTIDAS
7315120	OUTRAS CHAPAS
7321001	CHAPAS, TIRAS, BARRAS, PERFILADOS, TUBOS E SEMELHANTES, PREPARADOS PARA SEREM UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO
7321002	ABRACADEIRAS E OUTROS DISPOSITIVOS ESPECIALMENTE CONCEBIDOS PARA MONTAR OS ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO
7321099	OS DEMAIS
7322001	DE AÇO COMUM
7322099	OS DEMAIS
7323001	TAMBORES
7323099	OS DEMAIS
7324001	PARA ACETILENO
7324099	OS DEMAIS
7326099	OS DEMAIS
7327101	TELAS METÁLICAS E REDES, DE FIOS DE FERRO OU DE AÇO
7327201	CHAPAS OU FITAS ESTIRADAS, DE FERRO OU DE AÇO
7332001	TIRA-FUNDOS (PARAFUSOS DE LINHA)
7332099	OS DEMAIS
7336101	FOGÕES
7336102	OUTROS APARELHOS DE COCÇÃO E OS APARELHOS PARA AQUECER PRATOS
7338101	DE COZINHA
7338199	OS DEMAIS
7340199	OS DEMAIS
7340299	OS DEMAIS
7340399	OS DEMAIS
7340999	OS DEMAIS
7401901	DESPERDÍCIOS E SUCATA
7418101	DE COZINHA
7418199	OS DEMAIS
7602002	PERFILADOS
7602003	FIOS
7603001	DE DURALUMÍNIO
7606001	TUBOS (INCLUSIVE SEUS ESBOCOS) E BARRAS OCAS, DE ALUMÍNIO
7610001	TAMBORES
7610099	OS DEMAIS
7611001	RECIPIENTES DE ALUMÍNIO PARA GASES COMPRIMIDOS OU LIQUEFEITOS
7615101	DE COZINHA
7615199	OS DEMAIS
7615801	PARA ARTIGOS DE USO DOMÉSTICO
7616999	OS DEMAIS
7801101	EM LINGOTES OU PÃES
7801109	OS DEMAIS
7801111	ELETROLÍTICO, EM LINGOTES
7801119	OS DEMAIS
7801131	OUTRAS LIGAS
7906999	OS DEMAIS
8006099	OS DEMAIS
8411201	VENTILADORES E SEMELHANTES
8415101	ELÉTRICOS
8415102	NÃO ELÉTRICOS
8415111	ELÉTRICOS
8415112	NÃO ELÉTRICOS
8415299	OS DEMAIS
8415801	PARA MÁQUINAS OU APARELHOS ELÉTRICOS, DE USO DOMÉSTICO
8415802	PARA MÁQUINAS OU APARELHOS NÃO ELÉTRICOS, DE USO DOMÉSTICO
8415803	PARA MÁQUINAS OU APARELHOS NÃO DOMÉSTICOS
8415999	OS DEMAIS
8459899	OS DEMAIS
8459999	OS DEMAIS
8504101	ALCALINOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8504201	DE CHUMBO
8504801	CAIXAS
8504802	SEPARADORES
8504899	OS DEMAIS
8506103	EXAUSTORES E VENTILADORES
8519401	BOTÕES
8519402	QUADROS DE MAIS DE 100 AMPERES
8519499	OS DEMAIS
8523101	CABOS TELEFÔNICOS
8523102	CABOS SUBTERRÂNEOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
8523199	OS DEMAIS
8523299	OS DEMAIS
8523901	CABOS TELEFÔNICOS
8523999	OS DEMAIS
8704101	PARA TIPO JIPE
8704199	OS DEMAIS
8704901	COM MOTOR DIESEL
8704999	OS DEMAIS
8705001	PARA VEÍCULOS DA POSIÇÃO 87.01
8705002	PARA VEÍCULOS DA POSIÇÃO 87.02
8705003	PARA VEÍCULOS DA POSIÇÃO 87.03
9401103	DE VIME, CANA, BAMBU E SEMELHANTES
9401104	DE MATÉRIAS PLÁSTICAS
9401105	ESPECIAIS PARA VEÍCULOS
9401199	OS DEMAIS
9403101	DE METAL
9403102	DE MADEIRA
9601101	VASSOURAS E VASSOURINHAS DE FEIXES LIGADOS, COM OU SEM CABO
9601201	CABEÇAS PREPARADAS PARA ESCOVAS, PINCÉIS E ARTIGOS SEMELHANTES
9601299	OS DEMAIS

DECRETO Nº 9.142, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Extingue a Reserva Nacional de Cobre e seus associados, constituída pelo Decreto nº 89.404, de 24 de fevereiro de 1984, localizada nos Estados do Pará e do Amapá.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica extinta a Reserva Nacional de Cobre e seus associados, constituída pelo Decretos nº 89.404, de 24 de fevereiro de 1984, localizada nos Estados do Pará e do Amapá.

Art. 2º A extinção de que trata o art. 1º não afasta a aplicação de legislação específica sobre proteção da vegetação nativa, unidades de conservação da natureza, terras indígenas e áreas em faixa de fronteira.

Art. 3º Ficam revogados:

I - o Decreto nº 89.404, de 24 de fevereiro de 1984; e

II - o Decreto nº 92.107, de 10 de dezembro de 1985.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de agosto de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Fernando Coelho Filho
Sergio Westphalen Etchegoyen

DECRETO Nº 9.143, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Regulamenta o § 4º do art. 27 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e o § 13 do art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, altera o Decreto nº 5.081, de 14 de maio de 2004, o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, o Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, o Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, e o Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, para dispor sobre a concessão e a comercialização de energia elétrica, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, na Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e na Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 5.081, de 14 de maio de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º O Conselho de Administração do ONS será composto pelos seguintes conselheiros titulares e seus suplentes:

I - um representante indicado pelo Ministério de Minas e Energia;

II - cinco representantes indicados pelos agentes de produção;

III - quatro representantes indicados pelos agentes de transporte;

IV - cinco representantes indicados pelos agentes de consumo, dos quais um titular e um suplente indicados pelos consumidores livres;

V - um representante indicado pelo Presidente da Empresa de Pesquisa Energética - EPE; e

VI - um representante da sociedade civil e de notório saber, indicado pelos membros do Conselho de Administração do ONS.

§ 1º Os membros do Conselho de Administração do ONS serão eleitos em assembleia geral, para mandato de dois anos, admitida a recondução.

§ 2º Os membros do Conselho de Administração do ONS não poderão integrar a sua Diretoria e o seu Conselho Fiscal." (NR)

Art. 2º O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....
.....

§ 2º .....
.....

VII - ano "A-N" o enésimo ano anterior ao ano-base "A" em que se realizam os leilões de compra de energia elétrica;

VIII - consumidor livre é aquele que, atendido em qualquer tensão, tenha exercido a opção de compra de energia elétrica, conforme as condições estabelecidas no art. 15 e no art.16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995;

IX - consumidor potencialmente livre é aquele que, a despeito de cumprir as condições estabelecidas no art. 15 da Lei nº 9.074, de 1995, seja atendido de forma regulada; e

X - consumidor especial é o consumidor livre ou o conjunto de consumidores livres reunidos por comunhão de interesses de fato ou de direito, cuja carga seja maior ou igual a 500 kW, que tenha adquirido energia na forma estabelecida no § 5º do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.
....." (NR)

"Art. 3º .....
.....

§ 7º Entende-se por exposição contratual involuntária o não atendimento ao disposto no inciso II do **caput** do art. 2º, observada a avaliação do máximo esforço do agente de distribuição pela ANEEL, em razão de:

I - compra frustrada nos leilões de que trata o art. 11, decorrente de contratação de energia elétrica inferior à declaração de necessidade de compra apresentada pelos agentes de distribuição, nos termos do art. 18;

.....

IV - alterações na distribuição de quotas ou na disponibilidade de energia e potência da Itaipu Binacional, do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA ou, a partir do ano de 2013, das Usinas Angra 1 e Angra 2; e

V - exercício da opção de compra por consumidores livres e especiais." (NR)

"Art. 13. .....
.....

III - .....
.....

b) usinas que produzam energia elétrica a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, contratadas na primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA;

c) Itaipu Binacional;

d) cotas de garantia física de energia e de potência definidas para as usinas hidrelétricas cujas concessões sejam prorrogadas ou licitadas nos termos estabelecidos na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; e

.....

Parágrafo único. Os montantes de energia elétrica contratada nos termos do art. 47-A não serão considerados no mercado do agente de distribuição." (NR)

"Art. 18. .....

§ 1º Os agentes de distribuição deverão especificar os montantes necessários ao atendimento de seus consumidores potencialmente livres e os que se enquadram como consumidores especiais nas declarações relativas aos leilões de que trata o inciso II do § 1º do art. 19.

.....

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º, fica garantida a neutralidade do agente de distribuição comprador, nos volumes superiores à sua declaração, com relação ao repasse dos custos de aquisição às tarifas dos consumidores finais." (NR)

"Art. 19. A ANEEL promoverá, direta ou indiretamente, licitação na modalidade de leilão para a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição do SIN, observados os procedimentos e as diretrizes fixados em ato do Ministro de Estado de Minas e Energia, que contemplarão os montantes por modalidade contratual de energia, a que se refere o art. 28, a serem licitados.

§ 1º Observado o disposto nos art. 60 a art. 64, os leilões para compra de energia elétrica de que trata o **caput** poderão ser promovidos:

I - nos anos "A-3", "A-4", "A-5" e "A-6", para energia elétrica proveniente de novo empreendimento de geração;

II - nos anos "A", "A-1", "A-2", "A-3", "A-4" e "A-5", para energia elétrica proveniente de empreendimento de geração existente;

III - nos anos "A-1", "A-2", "A-3", "A-4" e "A-5" e "A-6", para energia elétrica proveniente de leilões de compra exclusiva de fontes alternativas;

IV - nos anos "A-5", "A-6" ou "A-7", para energia proveniente de projetos de geração indicados por Resolução do CNPE e aprovada pelo Presidente da República, conforme disposto no inciso VI do **caput** do art. 2º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e

V - nos anos "A-5", "A-6" ou "A-7", para energia elétrica proveniente de novo empreendimento de geração com licitação conjunta dos ativos de transmissão necessários para seu escoamento.

§ 1º-A. Nos anos "A-1", deverá ser promovido, no mínimo, um leilão para compra de energia elétrica proveniente de empreendimento de geração existente, com entrega a partir do ano subsequente, desde que haja demanda declarada pelos agentes de distribuição.

§ 1º-B. Anualmente, desde que haja demanda declarada pelos agentes de distribuição, deverão ser promovidos, no mínimo, ao menos dois leilões para compra de energia elétrica proveniente de novo empreendimento de geração, observadas as seguintes condições:

I - no mínimo, um leilão no ano "A-3" ou no ano "A-4"; e

II - no mínimo, um leilão no ano "A-5" ou no ano "A-6".

§ 1º-C. Na hipótese de promoção, em um mesmo ano civil, de leilões de energia proveniente de empreendimento de geração existente e de leilões de energia proveniente de novos empreendimentos, ambos com entrega da energia iniciada no mesmo ano "A", a data de realização dos leilões de energia proveniente de empreendimento de geração existente não deverá ser posterior àquela para contratação de energia proveniente de novos empreendimentos.

§ 1º-D. O Ministério de Minas e Energia publicará cronograma estimado de promoção dos leilões de que trata este artigo até o dia 30 de março de cada ano.

.....

§ 4º Poderão ser previstos produtos com início para entrega da energia nos seguintes prazos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - até sete anos após o processo licitatório, nos casos de leilões de energia proveniente de novos empreendimentos, de que trata o § 1º; e

II - até cinco anos após o processo licitatório, nos casos de leilões de energia proveniente de empreendimentos existentes, de que trata o § 1º.

.....

§ 7º Nos leilões de que trata o inciso II do § 1º, a participação de novos empreendimentos de geração cuja previsão de entrada em operação comercial seja anterior ao ano "A" poderá ser estabelecida em diretrizes, nas mesmas condições estabelecidas em edital." (NR)

"Art. 24. Nos leilões de energia proveniente de empreendimentos existentes, cada agente de distribuição poderá contratar energia elétrica correspondente ao seu montante de reposição e à recuperação de mercado.

.....

§ 1º-A. Para os fins do disposto neste Decreto, entende-se por recuperação de mercado o somatório do montante de reposição não contratado nos cinco anos anteriores ao ano de realização do leilão.

.....

§ 7º A apuração do montante de reposição deverá considerar os efeitos da alocação de cotas da garantia física de energia e de potência proveniente das usinas hidrelétricas cujas concessões tenham sido prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei nº 12.783, de 2013, e de cotas das Usinas Angra I e II, observadas as normas fixadas pela ANEEL." (NR)

"Art. 24-A. Nos leilões de energia proveniente de novos empreendimentos, os agentes de distribuição poderão contratar o crescimento de mercado, acrescido da compra frustrada da recuperação de mercado a que se refere o § 1º-A do art. 24." (NR)

"Art. 29. .....

I - do exercício, pelos consumidores potencialmente livres e os que se enquadram como especiais, da opção de compra de energia elétrica proveniente de outro fornecedor;

.....

§ 4º As reduções dos montantes contratados de que tratam os incisos II e III do **caput** deverão constar da declaração anual dos agentes de distribuição prevista no art. 18 para os leilões de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes, referidos no inciso II do § 1º do art. 19." (NR)

"Art. 34. Para regular o repasse às tarifas dos consumidores finais dos custos de aquisição de energia elétrica previstos neste Decreto, a ANEEL deverá calcular um Valor Anual de Referência - VR, por meio da aplicação da fórmula que consta do Anexo.

Parágrafo único. Para efeito de cálculo do VR, não serão considerados os valores e os montantes de energia proveniente dos:

I - leilões de fontes alternativas; e

II - leilões de que trata o inciso IV do **caput** do art. 19." (NR)

"Art. 36. .....

I - nos leilões de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos realizados nos anos "A-5" e "A-6", repasse integral dos custos de aquisição da energia elétrica;

II - nos leilões de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos realizados nos anos "A-3" e "A-4":

a) repasse integral dos custos de aquisição do montante da energia elétrica correspondente a até dois por cento da carga do agente de distribuição comprador verificada no ano "A-5", acrescido da diferença, se positiva, entre o montante total contratado nos leilões de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos realizados nos anos "A-4" e "A-3" com início de suprimento no ano "A" e o montante decorrente da Declaração de Necessidade do agente para esses leilões; e

b) repasse do menor valor entre a média ponderada pela energia de VL6 e VL5 e a média ponderada pela energia de VL4 e VL3, definidos no art. 34 e corrigidos monetariamente, da parcela adquirida que exceder os montantes referidos na alínea "a".

.....

§ 3º Na hipótese de os montantes contratados nos leilões de energia proveniente de novos empreendimentos realizados em "A-5" e "A-6" serem inferiores às quantidades declaradas pelos agentes de distribuição, o limite de dois por cento de que tratam as alíneas "a" e "b" do inciso II do **caput** poderá ser acrescido do percentual relativo à compra frustrada.

....." (NR)

"Art. 42. .....

Parágrafo único. Na hipótese de os montantes contratados nos leilões de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes serem inferiores às quantidades declaradas, o repasse dos custos de aquisição no mercado de curto prazo da CCEE:

I - será integral, quando observar o limite correspondente ao montante de reposição acrescido da recuperação de mercado de que tratam os § 1º e § 1º-A do art. 24, hipótese em que não será aplicado o disposto no art. 3º; e

II - corresponderá ao menor valor entre o PLD e o VR, sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 3º, na parcela que exceder ao montante de reposição acrescido da recuperação de mercado." (NR)

"Art. 47-A. Os agentes de distribuição poderão negociar, no ACL, contratos de venda de energia elétrica lastreados no excesso de energia contratada para atendimento à totalidade do mercado.

§ 1º Observado o disposto no contrato de concessão do agente de distribuição, a negociação prevista no **caput** ocorrerá com:

I - os consumidores de que tratam os art. 15 e art. 16 da Lei nº 9.074, de 1995; e

II - os agentes concessionários, permissionários e autorizados de geração, os comercializadores e os agentes de autoprodução.

§ 2º A ANEEL editará normas para o cumprimento do disposto neste artigo." (NR)

"Art. 54. .....

.....

II - na forma prevista no art. 27, § 4º, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002;

.....

§ 1º A comercialização de que tratam os incisos I e III do **caput** observará os critérios de transparência, publicidade e garantia de acesso aos interessados.

....." (NR)

"Art. 57. A contabilização e a liquidação no mercado de curto prazo serão realizadas com base no PLD.

.....

§ 6º A contabilização e a liquidação no mercado de curto prazo serão realizadas no máximo em base mensal." (NR)

"Art. 59. As regras e os procedimentos de comercialização deverão prever o pagamento de encargo para cobertura dos custos dos serviços do sistema, inclusive dos serviços ancilares, prestados aos usuários do SIN, que compreenderão, entre outros:

I - a geração despachada independentemente da ordem de mérito, por restrições de transmissão em cada submercado ou por razões de segurança energética, a ser alocada aos consumidores com possibilidade de diferenciação entre os submercados;

.....

III - a reserva de capacidade, em MVAr, disponibilizada pelos geradores, superior aos valores de referência estabelecidos para cada gerador em Procedimentos de Rede do ONS, necessária à operação do sistema de transmissão;

IV - a operação dos geradores como compensadores síncronos, a regulação da tensão e os esquemas de corte de geração e alívio de cargas; e

V - o deslocamento da geração hidrelétrica de que trata o art. 2º da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015.

Parágrafo único. O autoprodutor equipara-se ao consumidor na parcela de seu consumo líquido no SIN." (NR)

Art. 3º O Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º .....

.....

§ 7º O preço máximo da licitação para atendimento do mercado do agente de distribuição será definido em ato do Ministro de Estado de Minas e Energia.

....." (NR)

"Art. 12. .....

.....

§ 9º .....

.....

II - tenham a execução de obras determinada, por ato do Ministro de Estado de Minas e Energia, no âmbito da distribuição ou reconhecidas no âmbito da transmissão como elegíveis para antecipação." (NR)

Art. 4º O Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º Para fins de aferição de lastro para cobertura de consumo das concessionárias de distribuição, será considerado o montante de noventa por cento das cotas de garantia física de energia e de potência alocadas, nos termos dos art. 4º e art. 6º." (NR)

Art. 5º O Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 28. .....

§ 1º .....

.....

II - reembolsar à RGR, na qualidade de gestora dos contratos referidos no **caput**, no prazo de até cinco dias, contado da data do pagamento efetivo pelo agente devedor, os recursos referentes à amortização, à taxa de juros contratual e à taxa de reserva de crédito, nos termos do contrato de financiamento.

§ 2º Na hipótese de eventual inadimplemento contratual por parte do agente devedor junto à ELETROBRÁS, o reembolso de que trata o inciso II do § 1º deverá ocorrer após o pagamento efetivo pelo agente devedor à ELETROBRÁS, acrescidos dos juros e da multa previstos em contrato, devidos até a data do pagamento.

§ 3º Na hipótese de não efetuar o reembolso das parcelas no prazo estipulado no inciso II do § 1º, a ELETROBRÁS restituirá a RGR com os juros e a multa previstos em contrato, observado o disposto no § 2º.

....." (NR)

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, quanto ao disposto no art. 4º, a partir de 1º de setembro de 2017.

Art. 7º Ficam revogados:

I - o parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 5.081, de 14 de maio de 2004;

II - os seguintes dispositivos do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004:

a) o inciso XI do § 2º do art. 1º;

b) o inciso III do § 7º do art. 3º;

c) o art. 39;

d) o art. 40;

e) o art. 55; e

f) o art. 66;

III - o Decreto nº 5.249, de 20 de outubro de 2004;

IV - a parte do art. 1º do Decreto nº 5.499, de 25 de julho de 2005, que inclui o § 4º no art. 19 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

V - a parte do art. 6º do Decreto nº 5.911, de 27 de setembro de 2006, que:

a) altera o § 4º do art. 29 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

b) inclui o § 3º no art. 36 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; e

c) altera o art. 39 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

VI - a parte do art. 1º do Decreto nº 6.048, de 27 de fevereiro de 2007, que:

a) altera o **caput** do § 1º e o inciso I do § 1º do art. 19 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

b) inclui o inciso III no § 1º do art. 19 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; e

c) inclui o parágrafo único no art. 34 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

VII - a parte do art. 1º do Decreto nº 6.210, de 18 de setembro de 2007, que inclui:

a) o § 4º no art. 18 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; e

b) o inciso IV no § 1º do art. 19 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

VIII - o Decreto nº 6.441, de 24 de abril de 2008;

IX - a parte do art. 1º do Decreto nº 7.317, de 28 de setembro de 2010, que inclui:

a) os incisos I, III e IV e o **caput** do § 7º no art. 3º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; e

b) o inciso III no § 3º do art. 24 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

X - a parte do art. 1º do Decreto nº 7.521, de 8 de julho de 2011, que altera:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a) os incisos I e inciso II do **caput** do art. 36 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; e

b) o **caput** e os § 1º, § 2º, § 3º, § 4º e § 5º do art. 40 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

XI - o art. 13 do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012;

XII - o art. 1º do Decreto nº 8.213, de 21 de março de 2014;

XIII - a parte do art. 1º do Decreto nº 8.828, de 2 de agosto de 2016, que inclui o § 6º no art. 40 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; e

XIV - a parte do art. 1º do Decreto nº 9.047, de 10 de maio de 2017, que inclui:

a) o § 7º no art. 8º do Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010; e

b) o inciso II no § 9º do art. 12 do Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010.

Brasília, 22 de agosto de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Fernando Coelho Filho

ANEXO
(Anexo ao Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004)

FÓRMULA PARA CALCULAR O VALOR ANUAL DE REFERÊNCIA - VR

$$VR = \frac{[VL6.Q6 + VL5.Q5 + VL4.Q4 + VL3.Q3]}{[Q6 + Q5 + Q4 + Q3]}$$

Onde:

a) VLN é o valor médio de aquisição nos leilões de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração realizados nos anos "A-N", ponderado pelas respectivas quantidades adquiridas;

b) QN é a quantidade total, expressa em MWh por ano, adquirida nos leilões de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, realizados nos anos "A-N"; e

c) N é o enésimo ano anterior ao ano-base "A" em que se realizam os leilões de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração.

DECRETO Nº 9.144, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no art. 49 da Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017,

D E C R E T A :

Âmbito de aplicação

Art. 1º Este Decreto se aplica às cessões e às requisições em que figure a administração pública federal, direta e indireta, incluídas as empresas públicas e as sociedades de economia mista, como cedente ou cessionária.

Parágrafo único. O disposto neste Decreto:

I - abrange servidores públicos efetivos, empregados públicos e empregados de empresas estatais; e

II - não implica afastamento de regras especiais constantes de lei ou de decreto nos pontos em que forem incompatíveis.

Cessão

Art. 2º A cessão é o ato autorizativo pelo qual o agente público, sem suspensão ou interrupção do vínculo funcional com a origem, passa a ter exercício fora da unidade de lotação ou da estatal empregadora.

§ 1º Não haverá cessão sem o pedido do cessionário, a concordância do cedente e a concordância do agente público cedido.

§ 2º A cessão é realizada para a ocupação de cargo em comissão ou de função de confiança em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Requisição

Art. 3º Na requisição, não há necessidade de concordância do órgão ou da entidade de origem.

§ 1º A requisição implica a transferência do exercício do agente público, sem alteração da lotação no órgão de origem.

§ 2º Exceto se houver disposição em contrário, aplicam-se à requisição todas as regras sobre cessão constantes deste Decreto.

Prazo da cessão

Art. 4º A cessão será concedida por prazo indeterminado.

Encerramento da cessão

Art. 5º A cessão poderá ser encerrada a qualquer momento por ato unilateral do cedente, do cessionário ou do agente público cedido.

§ 1º O retorno do agente público ao órgão ou à entidade de origem, quando requerido pelo cedente, será realizado por meio de notificação ao cessionário.

§ 2º Na hipótese de cessão em curso há mais de um ano, o cessionário poderá exigir a manutenção da cessão, no interesse da administração pública, pelo prazo de até um mês, contado da data de recebimento da notificação do cedente ou do requerimento do agente público.

§ 3º Não atendida a notificação pelo cessionário no prazo estabelecido, o agente público será notificado, diretamente, para se apresentar ao órgão ou à entidade de origem no prazo máximo de um mês, contado da data de recebimento da notificação, sob pena de caracterização de ausência imotivada.

§ 4º A requisição não pode ser encerrada por ato unilateral do cedente.

Reembolso

Art. 6º O reembolso é a restituição das parcelas despendidas pelo cedente com o agente público cedido, respeitadas as limitações deste Decreto e de normas específicas, inclusive quanto ao disposto no inciso XI do **caput** do art. 37 da Constituição.

Parágrafo único. É do órgão ou da entidade cessionária o ônus pela remuneração ou pelo salário vinculado ao cargo ou ao emprego permanente do agente público cedido dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, inclusive das empresas públicas e das sociedades de economia mista, acrescidos dos encargos sociais e trabalhistas.

Obrigação de reembolso

Art. 7º Haverá reembolso nas cessões de agentes públicos federais:

I - para órgãos ou entidades de outros entes federativos; e

II - de ou para empresas públicas ou sociedades de economia mista que não recebam recursos do Tesouro Nacional para o custeio total ou parcial de despesas de pessoal ou para o custeio em geral.

§ 1º No caso de cessão de agente público de outro ente federativo ou de outro Poder para a administração pública federal, o reembolso seguirá as regras do órgão ou da entidade cedente, respeitadas as limitações deste Decreto.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se na hipótese prevista no § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Inexistência de reembolso

Art. 8º Não haverá reembolso pela administração pública federal, direta e indireta, nas cessões no âmbito da União e de suas autarquias, fundações públicas e empresas estatais dependentes de recursos do Tesouro Nacional para o custeio de despesas de pessoal ou para o custeio em geral.

Possibilidade financeira de reembolso

Art. 9º Não poderá ser requerida ou mantida cessão no caso de impossibilidade, orçamentária ou financeira, de o cessionário efetuar o reembolso.

Processamento do reembolso

Art. 10. O valor a ser reembolsado será apresentado mensalmente ao cessionário pelo cedente, discriminado por parcela e agente público.

§ 1º O reembolso será efetuado até o último dia útil do mês subsequente ao do pagamento.

§ 2º O descumprimento do disposto no **caput** implica o encerramento da cessão, e o cedente procederá na forma estabelecida no art. 5º, § 2º e § 3º, inclusive na hipótese de requisição.

Parcelas reembolsáveis

Art. 11. Estão sujeitos a reembolso pela administração pública federal, direta e indireta:

I - parcelas de natureza remuneratória, tais como vencimento padrão, salário, vencimento básico e subsídio;

II - gratificações em geral, incluídas as de qualificação, ressalvado o disposto no inciso II do **caput** do art. 12;

III - adicionais de tempo de serviço, de produtividade e por mérito;

IV - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável - VPNI;

V - contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

VI - quaisquer outras verbas ou vantagens pessoais recebidas que não possuam natureza indenizatória e estejam incorporadas à remuneração do cedido; e

VII - provisão de valores necessários a garantir o pagamento futuro de parcelas decorrentes do período da cessão.

Parcelas não reembolsáveis

Art. 12. Não haverá reembolso pela administração pública federal, direta e indireta, das seguintes parcelas:

I - valores que excedam o teto remuneratório aplicável aos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

II - gratificações concedidas pelo cedente em virtude da cessão, independentemente da denominação adotada;

III - participações nos lucros ou nos resultados;

IV - multa prevista no § 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;

V - parcelas relativas a cargo em comissão ou função de confiança exercido no cedente;

VI - valores decorrentes de adesão do servidor ou do empregado a programas de demissão incentivada;

VII - valores decorrentes do pagamento de assistência à saúde e odontológica; e

VIII - quaisquer outras parcelas, indenizatórias ou remuneratórias, que, não incorporadas à remuneração ou ao salário do servidor ou do empregado cedido, possuam natureza temporária, eventual ou sejam pagas em decorrência da função exercida no órgão ou na entidade de origem.

§ 1º A empresa pública ou a sociedade de economia mista não dependente de recursos do Tesouro Nacional para o custeio de despesas de pessoal ou para o custeio em geral poderá optar, no interesse da entidade, e atendidos os regulamentos internos, por suportar o ônus referente aos valores de reembolso que excedam o teto remuneratório estabelecido no inciso XI do **caput** do art. 37 da Constituição.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às cessões em que figurem como cedente e, simultaneamente, como cessionário estatais não dependentes de recursos do Tesouro Nacional para o custeio de despesas de pessoal ou para o custeio em geral.

Cálculo do teto remuneratório

Art. 13. Para fins de observância do teto remuneratório estabelecido no inciso XI do **caput** do art. 37 da Constituição, não serão considerados:

I - auxílios alimentação, creche, medicamentos e moradia;

II - vale-alimentação e cesta-alimentação;

III - indenização ou provisão de licença-prêmio;

IV - parcela patronal de assistência à saúde e odontológica;

V - parcela patronal de previdência complementar do agente público;

VI - contribuição patronal para o custeio da previdência social; e

VII - outras parcelas indenizatórias, consideradas, exclusivamente, aquelas definidas em lei, decorrentes do ressarcimento de despesas incorridas no exercício das atribuições funcionais.

Divulgação do reembolso

Art. 14. Os dados de reembolsos realizados por órgãos e entidades da administração pública federal serão divulgados, de maneira individualizada e com especificação das parcelas, no Portal da Transparência do Governo federal.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica às cessões em que figurem estatais não dependentes de recursos do Tesouro Nacional para o custeio de despesas de pessoal ou para o custeio em geral como cessionárias.

Limitação da cessão com reembolso

Art. 15. As cessões que impliquem reembolso pela administração pública federal, direta ou indireta, somente ocorrerão para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança com graduação mínima equivalente ao nível:

I - 4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, na hipótese de o cedente ser órgão ou entidade da administração pública direta, autárquica ou fundacional de outro ente federativo; ou

II - 5 do Grupo-DAS, na hipótese de o cedente ser empresa estatal da União ou de outro ente federativo.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não é:

I - excepcionado por norma especial constante de lei ou de decreto;

II - aplicável na hipótese prevista no § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 1990; e

III - aplicável à cessão em que figure estatal não dependente de recursos do Tesouro Nacional para o custeio de despesas de pessoal ou para o custeio em geral como cessionária.

Cessão para outros Poderes e entes federativos

Art. 16. A cessão para outros Poderes ou entes federativos somente ocorrerá para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança com graduação mínima equivalente ao nível 4 do Grupo-DAS.

Competência para ceder

Art. 17. No âmbito da administração pública federal, direta e indireta, a competência para autorizar a cessão é do Ministro de Estado ou da autoridade máxima da entidade a que pertencer o agente público, ressalvada a hipótese prevista no § 4º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 1990.

§ 1º Na hipótese de cessão para outro Poder ou outro ente federativo, a competência será do Ministro de Estado, permitida a delegação apenas às autoridades mencionadas no Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016.

§ 2º Na hipótese de o agente público já cedido ser nomeado no mesmo órgão ou na mesma entidade para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança diverso do que ensejou o ato originário, será dispensado novo ato de cessão, desde que mantidas as condições mínimas exigidas para a cessão do agente público ao órgão ou à entidade cessionário.

§ 3º A alteração do cargo ou da função exercida pelo agente público cedido será comunicada ao cedente pelo cessionário.

Normas Complementares

Art. 18. Ato do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão disciplinará:

I - o disposto nos art. 15 e art. 16; e

II - a forma de cálculo do reembolso, inclusive para fins de observância ao disposto no art. 13.

Cessões em curso

Art. 19. Aplicam-se as disposições deste Decreto às cessões em curso na data de sua entrada em vigor.

§ 1º As cessões concedidas pela administração pública federal, direta e indireta, por prazo limitado ficam convertidas em cessões concedidas por prazo ilimitado.

§ 2º As limitações a reembolso estabelecidas nos art. 12 e art. 13 não se aplicam a competências anteriores à data de entrada em vigor deste Decreto.

§ 3º Até a competência de agosto de 2018, poderá ser mantido o reembolso da parcela de que trata o inciso II do **caput** do art. 12 para as cessões em curso na data de publicação deste Decreto.

§ 4º Não se aplica o disposto no art. 15 às cessões em curso na data de publicação deste Decreto.

Vigência

Art. 20. Este Decreto entra em vigor em 1º de outubro de 2017.

Cláusula revocatória

Art. 21. Ficam revogados:

I - o Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001;

II - o Decreto nº 4.493, de 3 de dezembro de 2002;

III - o Decreto nº 4.587, de 7 de fevereiro de 2003;

IV - o Decreto nº 5.213, de 24 de setembro de 2004;

V - o art. 3º do Decreto nº 7.470, de 4 de maio de 2011; e

VI - o Decreto nº 8.835, de 15 de agosto de 2016.

Brasília, 22 de agosto de 2017, 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DECRETO DE 22 DE AGOSTO DE 2017

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, resolve

ADMITIR,

na Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Grã-Cruz, YORIKO KOIKE, Governadora de Tóquio, Japão.

Brasília, 22 de agosto de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Aloysio Nunes Ferreira Filho

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 298, de 21 de agosto de 2017. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.383.

Nº 299, de 21 de agosto de 2017. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.757.

Nº 300, de 21 de agosto de 2017. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.890.

Nº 301, de 22 de agosto de 2017. Solicita ao Senado Federal a retirada de tramitação da Mensagem nº 194, de 13 de junho de 2017, referente a indicação da Senhora FERNANDA FARAH DE ABREU ZORMAN para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema - ANCINE

Nº 302, de 22 de agosto de 2017. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 149.

CASA CIVIL

PORTARIA Nº 820, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Aprova o Regimento Interno da Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Secretaria-Executiva, na forma dos Anexos I e II a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELISEU LEMOS PADILHA

ANEXO I
REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA-EXECUTIVA DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CAPÍTULO I
DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º A Secretaria-Executiva, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, tem por finalidade:

I - assessorar e assistir o Ministro de Estado no âmbito de sua competência;

II - exercer a supervisão e a coordenação das atividades dos órgãos integrantes da estrutura da Casa Civil da Presidência da República;

III - colaborar com o Ministro de Estado na direção, na orientação, na coordenação e no controle dos trabalhos da Casa Civil da Presidência da República, na definição de diretrizes e na implementação das ações da sua área de competência;

IV - consolidar a análise dos projetos estratégicos em trâmite no Congresso Nacional feita pelos órgãos integrantes da Casa Civil da Presidência da República;

V - coordenar o processo de sanção e veto de projetos de lei enviados pelo Congresso Nacional;

VI - planejar e coordenar as ações de gestão e de modernização institucional da Casa Civil da Presidência da República, em articulação com a Secretaria de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República;

VII - prover informações estratégicas ao Ministro de Estado para apoiar o processo de decisão e o desempenho das competências da Casa Civil da Presidência da República;

VIII - planejar, coordenar e supervisionar a implementação de sistemas de informação em apoio ao acompanhamento e ao monitoramento de ações de competência da Casa Civil da Presidência da República;

IX - providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação da Casa Civil da Presidência da República;

X - exercer as funções de Secretaria-Executiva de câmaras, conselhos, comitês e outros grupos coordenados pela Casa Civil da Presidência da República que não possuam Secretaria-Executiva específica, inclusive daqueles formados por diferentes instâncias governamentais;

XI - providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional; e

XII - subsidiar o Ministro de Estado nos assuntos orçamentários, financeiros e de gestão corporativa da administração pública federal.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria-Executiva tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete;

II - Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos:

a) Coordenação de Assuntos de Pessoal;

b) Coordenação de Apoio Administrativo e Operacional; e

c) Coordenação de Apoio Técnico Institucional;

III - Coordenação-Geral de Gestão Interna;

IV - Coordenação-Geral da Secretaria-Executiva da Comissão Mista de Reavaliação de Informações:

a) Coordenação de Recursos de Acesso à Informação; e

b) Coordenação de Revisão de Informações Classificadas; e

V - Coordenação-Geral de Informações:

a) Coordenação de Tratamento de Dados e Informações; e

b) Coordenação de Soluções Tecnológicas.

CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 3º Ao Gabinete compete:

I - assistir o Secretário-Executivo no âmbito de sua atuação;

II - dar tratamento aos processos e expedientes;

III - elaborar e acompanhar a pauta de trabalho do Secretário-Executivo;

IV - acompanhar as atividades desenvolvidas pela Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos e pela Coordenação-Geral de Gestão Interna; e

V - realizar a articulação administrativa entre as unidades da Secretaria-Executiva e entre órgãos e entidades vinculadas à Casa Civil da Presidência da República.

Art. 4º À Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos compete:

I - prestar apoio técnico e administrativo à Secretaria-Executiva;

II - analisar, providenciar e revisar expedientes e atos administrativos sujeitos a despacho do Chefe de Gabinete, do Secretário-Executivo ou do Ministro de Estado;

III - coordenar e acompanhar as atividades relativas a atos de nomeação, exoneração, dispensa, designação, cessão, requisição e demais atos administrativos de pessoal;

IV - coordenar, controlar e acompanhar as atividades relacionadas a suprimentos de material, patrimônio, almoxarifado e serviços gerais no âmbito da Secretaria-Executiva, observadas as normas vigentes;

V - coordenar a execução das atividades do protocolo da Secretaria-Executiva;

VI - orientar sobre o uso de sistema de protocolo no âmbito da Casa Civil da Presidência da República e zelar pela correta aplicação das normas operacionais referentes à gestão processual;

VII - coordenar as atividades de classificação, registro, guarda em meio físico e eletrônico, eliminação, recuperação de informação e transferência documental do acervo sob responsabilidade da Secretaria-Executiva;

VIII - prestar auxílio operacional às atividades desenvolvidas pelos assessores da Secretaria-Executiva; e

IX - apoiar administrativamente, no âmbito da Secretaria-Executiva, as atividades relacionadas ao atendimento de solicitações encaminhadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão da Casa Civil da Presidência da República, com fundamento na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso a Informação.

Art. 5º À Coordenação de Assuntos de Pessoal compete:

I - executar e controlar as atividades relacionadas a nomeação, posse, exercício, requisições e cessões, exonerações e vacâncias de servidores da Casa Civil, cujos atos sejam de competência do Secretário-Executivo;

II - preparar atos e acompanhar as nomeações, exonerações, dispensas e designações referentes aos cargos efetivos, aos cargos em comissão, às funções de confiança, às gratificações e às substituições, no âmbito da Secretaria-Executiva;

III - controlar, preparar e encaminhar o controle de frequência, a programação, a homologação e as notificações de férias dos servidores da Secretaria-Executiva; e

IV - identificar ações de capacitação e desenvolvimento de pessoas para subsidiar a Secretaria de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Art. 6º À Coordenação de Apoio Administrativo e Operacional compete:

I - executar atividades de recebimento, registro, autuação, cadastramento, tramitação, expedição e arquivo de documentos, processos, correspondências, em meio eletrônico e físico, e de demais expedientes destinados à Secretaria-Executiva;

II - analisar, acompanhar e preparar os atos necessários à autorização de afastamento do País de servidores da Casa Civil e de suas entidades vinculadas, inclusive a emissão e a prorrogação de passaportes para integrantes da Secretaria-Executiva;

III - encaminhar para a publicação os atos referentes a assuntos de competência da Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República no Diário Oficial da União;

IV - solicitar a emissão de passagens e diárias, bem como a correspondente prestação de contas de servidores e colaboradores eventuais da Secretaria-Executiva;

V - requisitar, distribuir e controlar, junto à Secretaria de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República os materiais de consumo e bens patrimoniais, bem como zelar pela guarda, registro, localização e manutenção do material permanente, providenciando sua recuperação ou substituição no âmbito do Gabinete e da Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos; e

VI - solicitar e acompanhar os serviços de telefonia, suporte logístico, tecnologia da informação, reprografia, bem como aqueles relativos à manutenção geral nas dependências da Secretaria-Executiva.

Art. 7º À Coordenação de Apoio Técnico Institucional compete:

I - apoiar a execução, realizar registros em sistemas e exercer as demais atividades operacionais em auxílio ao trabalho dos assessores da Secretaria-Executiva; e

II - executar atividades de redação, revisão e formatação de documentos, expedientes e atos a serem submetidos à assinatura do Chefe de Gabinete, do Secretário-Executivo, do Ministro de Estado e de demais autoridades da Casa Civil da Presidência da República, observados os padrões oficiais e as normas vigentes.

Art. 8º À Coordenação-Geral de Gestão Interna compete:

I - organizar a agenda de compromissos;

II - coordenar as ações de cerimonial da Secretaria-Executiva; e

III - coordenar as atividades de secretariado no âmbito da Secretaria-Executiva;

Art. 9º À Coordenação-Geral da Secretaria-Executiva da Comissão Mista de Reavaliação de Informações compete:

I - secretariar, em caráter permanente, os trabalhos da Comissão Mista de Reavaliação de Informações;

II - receber os recursos e demais expedientes, e deles dar ciência aos integrantes da Comissão Mista de Reavaliação de Informações;

III - custodiar os Termos de Classificação de Informações e dar ciência aos integrantes da Comissão Mista de Reavaliação de Informações para revisão de ofício ou reavaliação, e propor sua inclusão na pauta, observados os prazos previstos na legislação;

IV - organizar as pautas, registrar as deliberações das reuniões, e expedir as convocações e notificações necessárias;

V - elaborar as atas das reuniões e, após aprovação pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações, dar-lhes publicidade;

VI - adotar as medidas e os procedimentos necessários de segurança e de proteção da informação sigilosa e de informação pessoal, observada sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso;

VII - comunicar aos requerentes e ao órgão ou entidade interessados as decisões da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por meio eletrônico, no prazo de quinze dias, contado da data de reunião em que foi tomada a decisão;

VIII - assessorar tecnicamente a Comissão Mista de Reavaliação de Informações, inclusive na elaboração de propostas de instrumentos deliberativos de que trata o art. 10 da Resolução nº 1, de 21 de dezembro de 2012, da Comissão Mista de Reavaliação de Informações;

IX - monitorar o cumprimento dos prazos previstos nos parágrafos 1º, inciso III, 2º e 3º do art. 35 da Lei de Acesso à Informação.

X - elaborar relatório anual com informações sobre os trabalhos da Comissão Mista de Reavaliação de Informações; e

XI - encaminhar ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, até 10 de março de cada ano, informações sobre o trabalho da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, para subsidiar a preparação do relatório previsto no inciso V do **caput** do art. 68 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

Art. 10. À Coordenação de Recursos de Acesso à Informação compete:

I - secretariar as reuniões ordinárias da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, com a expedição de convocações, organização da pauta, reserva e preparação de local, e registro de presenças;

II - receber os recursos de acesso à informação direcionados à Comissão Mista de Reavaliação de Informações instruídos pela Ouvidoria-Geral da União;

III - preparar, consolidar e encaminhar a pauta de votação eletrônica aos membros da Comissão Mista de Reavaliação de Informações;

IV - organizar os recursos a serem pautados na reunião ordinária, considerando, na ordem, recursos pendentes da reunião anterior, recursos para debate presencial e recursos de decisão eletrônica;

V - registrar as deliberações das reuniões ordinárias;

VI - dar ciência aos recorrentes, aos órgãos e ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União das decisões dos recursos de acesso à informação;

VII - realizar o controle estatístico mensal dos recursos e decisões da Comissão Mista de Reavaliação de Informações;

VIII - apoiar a elaboração do relatório anual com informações sobre as decisões de recursos de acesso à informação; e

IX - assistir os membros nas atividades de análise de recursos de acesso à informação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 11. À Coordenação de Revisão de Informações Classificadas compete:

I - secretariar as reuniões especiais e extraordinárias da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, com a expedição de convocações, organização da pauta, reserva e preparação de local, e registro de presenças;

II - apoiar os processos de revisão de ofício de informação classificada, de pedido de desclassificação de informação, e de prorrogação de prazo de sigilo previstos no art. 47 do Decreto nº 7.724, de 2012;

III - receber os relatórios de avaliação de documentos sigilosos direcionados à Comissão Mista de Reavaliação de Informações;

IV - adotar medidas e procedimentos necessários de segurança e de proteção da informação sigilosa, observada sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso;

V - controlar a distribuição de relatoria para análise dos processos de revisão da classificação de informação no grau secreto ou ultrassecreto;

VI - receber os Termos de Classificação de Informação no sistema pertinente e orientar os órgãos quanto ao uso e à implementação do sistema para tramitação de documentos;

VII - realizar o controle estatístico mensal dos recursos e decisões de revisão, desclassificação e prorrogação de informações classificadas;

VIII - apoiar a elaboração do relatório anual com informações de revisão, desclassificação e prorrogação de informações classificadas;

IX - registrar as deliberações das reuniões especiais e extraordinárias; e

X - dar ciência aos órgãos interessados das decisões sobre informações classificadas da Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

Art. 12. À Coordenação-Geral de Informações compete:

I - coletar e tratar dados, bem como produzir informações estratégicas para subsidiar as atividades da Casa Civil da Presidência da República; e

II - disponibilizar soluções tecnológicas para apoiar as atividades de gestão, acompanhamento e monitoramento, exercidas pela Casa Civil da Presidência da República.

Art. 13. À Coordenação de Tratamento de Dados e Informações compete:

I - organizar e manter bases de dados empregados na produção de informações estratégicas;

II - coletar dados e estabelecer rotinas de atualização automatizada;

III - elaborar ferramentas com visões gerenciais de informações estratégicas; e

IV - articular tecnicamente a atualização e o intercâmbio de dados com outros órgãos e entidades.

Art. 14. À Coordenação de Soluções Tecnológicas compete:

I - prospectar, desenvolver e implementar soluções tecnológicas para atendimento das necessidades da Casa Civil da Presidência da República; e

II - prestar o suporte técnico às soluções tecnológicas desenvolvidas pela Coordenação.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 15. Ao Secretário-Executivo incumbe:

I - supervisionar e avaliar a execução dos projetos e das atividades da Casa Civil da Presidência da República; e

II - supervisionar e coordenar os órgãos da estrutura da Casa Civil da Presidência da República e do Instituto de Tecnologia da Informação.

Art. 16. Ao Secretário-Executivo Adjunto incumbe:

I - assessorar e prestar assistência direta ao Secretário-Executivo na supervisão e coordenação das atividades da Secretaria-Executiva;

II - supervisionar a elaboração da proposta orçamentária da Secretaria-Executiva, bem como acompanhar sua execução junto à Secretaria de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República;

III - supervisionar as atividades de assessoria, Gabinete e Coordenações-Gerais da Secretaria-Executiva;

IV - responder aos recursos de primeira instância a pedidos de informação endereçados à Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República, com fundamento na Lei de Acesso à Informação; e

V - substituir o Secretário-Executivo nos seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares, e na vacância do cargo.

Art. 17. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - assistir o Secretário-Executivo na execução de suas atribuições;

II - dar andamento a expedientes e processos dirigidos ao Secretário-Executivo, com a prévia articulação com as demais unidades da Casa Civil da Presidência da República, e entidades vinculadas, sempre que necessária; e

III - acompanhar as atividades de secretaria e de apoio do Gabinete.

Art. 18. Aos Coordenadores-Gerais e aos Coordenadores incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar e praticar os demais atos indispensáveis à consecução dos objetivos de suas unidades.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. Os dirigentes da Secretaria-Executiva serão substituídos, nos seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares, e na vacância do cargo, na forma da legislação específica.

Art. 20. Fica o Secretário-Executivo autorizado a editar os atos administrativos complementares necessários à plena observância deste Regimento Interno.

Art. 21. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário-Executivo.

ANEXO II

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SECRETARIA-EXECUTIVA DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	NE
	1	Secretário-Executivo Adjunto	DAS 101.6
	6	Assessor Especial	DAS 102.5
	2	Assessor	FCPE 102.4
	1	Assessor	DAS 102.4
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Coordenador-Geral de Assuntos Administrativos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação de Assuntos de Pessoal	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação de Apoio Administrativo e Operacional	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação de Apoio Técnico Institucional	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Gestão Interna	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	5	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral da Secretaria-Executiva da Comissão Mista de Reavaliação de Informações	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação de Recursos de Acesso à Informação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Revisão de Informações Classificadas	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Informações	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Tratamento de Dados e Informações	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Soluções Tecnológicas	1	Coordenador	DAS 101.3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ACRE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR.14/Nº 34, de 16 de dezembro de 2008, publicada no DOU nº 246, de 18 de dezembro de 2008, Seção 1, pág. 127, que criou o PDS Projeto de Desenvolvimento Sustentável Nova Baixa Verde, SIPRA AC0147000, nos municípios de Rio Branco e Senador Guiomard/AC, **onde se lê:** "...PDS Projeto de Desenvolvimento Sustentável Nova Baixa Verde."..., **leia-se**:"...PA Projeto de Assentamento Nova Baixa Verde e **onde se lê**: "...com área de 5.007,2772 (cinco mil e sete hectares, vinte e sete ares e setenta e dois centiares)."..., **leia-se:** "...com área de 4.950,7700 (quatro mil novecentos e cinquenta hectares, setenta e sete ares e zero centiares).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA PARAÍBA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR-18/N° 01/2006 de 15 de fevereiro de 2006, publicada no DOU N° 41 de 1º de março de 2006, Seção 1, página 71, que criou o Projeto de Assentamento PA CÍCERO ROMANA II, código SIPRA PB0271000. **Onde se lê:** "com área de 37,9504 ha (trinta e sete hectares, noventa e cinco ares e quatro centiares)", **leia-se:** "com área de 27,9504 ha (vinte e sete hectares, noventa e cinco ares e quatro centiares).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 25, DE 13 DE JULHO DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA/SP - CNPJ 00.375.972/0010-51, localizada a Rua Doutor Brasilio Machado, 203 - Bairro Santa Cecilia - Sao Paulo-SP - CEP 01230-906, vinculado a Casa Civil da Presidencia da Republica, neste ato representado pelo seu Superintendente Regional, Sr. ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA, portador da Cedula de Identidade RG n 30.118.198-6, expedida pela SSP/SP e do CPF n 288.693.918-84, no uso das atribuicoes que lhe sao conferidas pela Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto n 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado no Diario Oficial do dia 12 de janeiro de 2017, combinado com o art. 121 inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/N 49, de 31 de janeiro de 2017, publicada no Diario Oficial da Uniao do dia seguinte, nomeado por competencia delegada pela PORTARIA/INCRA/P/N 386/2016, publicada no DOU 126 de 04.07.2016, considerando a legislacao que disciplina o Programa Nacional de Reforma Agraria - PRNA e os e pronunciamentos tecnicos e juridicos, inseridos no PROCESSO ADMINISTRATIVO / INCRA/ SR (08) SP / N 54190.002141/2005-19, RESOLVE: Com supedaneo nas Leis n 4.504/1964, 9.784/1990 e 8.629/1993, EXCLUIR, em carater definitivo o(a) Senhor(a) JOAO ANTONIO DOS SANTOS e toda a sua composicao familiar, referente a Parcela / Fracao ideal n 86, do Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares, situado no municipio de Iaras, Estado de Sao Paulo, objeto do Termo de Compromisso n SP007500000194.

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicacao.

ALEXANDRE DA SILVA

PORTARIA Nº 27, DE 13 DE JULHO DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA/SP - CNPJ 00.375.972/0010-51, localizada a Rua Doutor Brasilio Machado, 203 - Bairro Santa Cecilia - Sao Paulo-SP - CEP 01230-906, vinculado a Casa Civil da Presidencia da Republica, neste ato representado pelo seu Superintendente Regional, Sr. ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA, portador da Cedula de Identidade RG n 30.118.198-6, expedida pela SSP/SP e do CPF n 288.693.918-84, no uso das atribuicoes que lhe sao conferidas pela Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto n 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado no Diario Oficial do dia 12 de janeiro de 2017, combinado com o art. 121 inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/N 49, de 31 de janeiro de 2017, publicada no Diario Oficial da Uniao do dia seguinte, nomeado por competencia delegada pela PORTARIA/INCRA/P/N 386/2016, publicada no DOU 126 de 04.07.2016, considerando a legislacao que disciplina o Programa Nacional de Reforma Agraria-PRNA e os e pronunciamentos tecnicos e juridicos, inseridos no PROCESSO ADMINISTRATIVO / INCRA/ SR (08) SP / N 54190.002386/2005-46, resolve:

Com supedaneo nas Leis nº 4.504/1964, 9.784/1990 e 8.629/1993, EXCLUIR, em carater definitivo o(a) Senhor(a) OSVALDO ORTEGA e toda a sua composicao familiar, referente a Parcela / Fracao ideal n 89, do Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares, situado no municipio de Iaras, Estado de Sao Paulo, objeto do Termo de Compromisso n SP007500000089.

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicacao.

ALEXANDRE DA SILVA

PORTARIA Nº 28, DE 13 DE JULHO DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA/SP - CNPJ 00.375.972/0010-51, localizada a Rua Doutor Brasilio Machado, 203 - Bairro Santa Cecilia - Sao Paulo-SP - CEP 01230-906, vinculado a Casa Civil da Presidencia da Republica, neste ato representado pelo seu Superintendente Regional, Sr. ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA, portador da Cedula de Identidade RG n 30.118.198-6, expedida pela SSP/SP e do CPF n 288.693.918-84, no uso das atribuicoes que lhe sao conferidas pela Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado no Diario Oficial do dia 12 de janeiro de 2017, combinado com o art. 121 inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/N 49, de 31 de janeiro de 2017, publicada no Diario Oficial da Uniao do dia seguinte, nomeado por competencia delegada pela PORTARIA/INCRA/P/N 386/2016, publicada no DOU 126 de 04.07.2016, considerando a legislacao que disciplina o Programa Nacional de Reforma Agraria-PRNA e os e pronunciamentos tecnicos e juridicos, inseridos no PROCESSO ADMINISTRATIVO / INCRA/ SR (08) SP / N 54190.000533/2010-19, resolve:

Com supedaneo nas Leis nº 4.504/1964, 9.784/1990 e 8.629/1993, EXCLUIR, em carater definitivo o(a) Senhor(a) APARECIDO RUAS DA SILVA e toda a sua composicao familiar, referente a Parcela / Fracao ideal nº 296, do Projeto de Assentamento Horto Aimores, situado no municipio de Pederneiras, Estado de Sao Paulo, objeto do Termo de Compromisso nº SP029600000451.

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicacao.

ALEXANDRE DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MÉDIO SÃO FRANCISCO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR29MFS/GAB/Nº 20, de 28 de abril de 2007, publicada no DOU nº 83, de 02 de maio de 2007, Seção 1, página 89, que criou o Projeto de Assentamento PA Abreu e Lima, código SIPRA MF0228000, **onde se lê:** ..." ... com área de 18.950,8955 ..." **leia-se:** " ...com área de 18.984,9334 ..."; conforme Processo SR-29/MSF nº. 54141.001119/2007-07.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 308, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Institui o Programa Para Sempre AGU no âmbito da Advocacia-Geral da União.

A ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 00400.002360/2016-17, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa Para Sempre AGU, objetivando sistematizar ações de integração e reconhecimento destinadas aos membros e servidores aposentados da Advocacia-Geral da União.

Art. 2º O Departamento de Tecnologia da Informação adotará as medidas técnicas necessárias para fins de manutenção das contas de correio eletrônico (*e-mail*) para os membros e servidores aposentados, mediante categorização específica.

Parágrafo único. Será franqueado, aos membros e servidores aposentados acesso ao sítio eletrônico interno (*intranet)*, conforme dispuser o Comitê Gestor do Sitio Eletrônico instituído pela Portaria AGU n° 476, de 22 de julho de 2016.

Art. 3° A Escola da Advocacia-Geral da União desenvolverá ações e projetos de modo a viabilizar a disseminação da experiência técnico-jurídica e de eventuais outras habilidades dos membros e servidores aposentados, de forma voluntária, inclusive no âmbito da participação em trabalhos sociais e educativos.

Art. 4° A Assessoria de Comunicação Social realizará ações específicas para estimular a integração dos aposentados, incluindo publicações de notícias sobre o assunto no site e nos programas veiculados na Rádio e TV Justiça, bem como cobertura de eventos especiais e realizações de campanhas no âmbito da comunicação interna.

Art. 5° A Secretaria-Geral de Administração atuará na preparação para a aposentadoria, a partir de ações que contemplem orientações quanto aos aspectos normativos, financeiros, de saúde emocional e física.

Parágrafo único. Será disponibilizada aos membros e servidores aposentados a oportunidade de participar dos eventos do Programa AGU Mais Vida, inclusive como colaboradores, no intuito de disseminar conhecimento construído e de proporcionar maior integração com os ativos.

Art. 6° A apresentação dos planos de trabalho elaborados em parceria com os agentes envolvidos nesta Portaria, o acompanhamento das metas e indicadores das ações implantadas, bem como a elaboração de relatórios gerenciais sobre as atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Para Sempre AGU, compete ao Comitê Gestor do Programa AGU Mais Vida, de que trata a Portaria AGU n° 190, de 10 de maio de 2012.

Art. 7° As unidades da Advocacia-Geral da União poderão editar atos complementares a fim de disciplinar ações do programa em suas respectivas áreas de atuação.

Art. 8° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 32, DE 15 DE AGOSTO DE 2017

O Secretário de Defesa Agropecuária, de acordo as atribuições que lhe confere o art. 18 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto no 5.741, de 30 de março de 2006, na Instrução Normativa SDA nº 16, de 5 de março de 2006, e o que consta do Processo no 21020.003202/2017-00, resolve:

Art. 1º Reconhecer o Sistema de Mitigação de Risco da praga *Anastrepha grandis* em cultivos de cucurbitáceas no município de Edealina, no Estado de Goiás, com o objetivo de exportação de frutos frescos de cucurbitáceas para países que têm restrições quarentenárias com relação à referida praga.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 101, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

TO SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 18 e 53 do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.029213/2017-40 , resolve:

Art. 1º Credenciar o Laboratório Biozoo, nome empresarial Laboratório Biozoo EIRELI - ME, CNPJ nº 02.931.730-0001-31, localizado na Avenida Aspirante Mega, Bairro Jardim Patricia, nº 2412, CEP: 38414-064, Uberlândia/MG, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 102, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 18 e 53 do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.061371/2016-11, resolve:

Art. 1º Credenciar o Laboratório de Diagnóstico Animal Ltda, CNPJ nº 21.613.050/0001-14, localizado na Rua João XXIII, nº 653, Bairro Boa Vista, CEP: 35.700-537, Sete Lagoas/MG, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 103, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO , no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos arts. 18 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999,

CONSIDERANDO a extrema importância do tema e a solicitação por parte do setor produtivo da necessidade de discussão mais aprofundada sobre o mesmo;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 21000.060355/2016-01, resolve:

Art. 1º Reabrir o prazo para recebimento de sugestões ao Projeto de Instrução Normativa e anexo que aprovam as normas referentes à rotulagem de bebidas, do vinho e dos derivados da uva e do vinho, descrito no art. 1° da Portaria n° 51, de 7 de abril de 2017, até o dia 30 de setembro de 2017, através do e-mail: rotulagem.bebida@agricultura.gov.br.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 1.967, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NA BAHIA SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o item XXII do artigo 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de Junho de 2010, publicada no DOU de 14 de Junho de 2010, tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I, da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21012.005464/2017-08, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento sob o número BR BA 0182, da empresa MADEIRAS PRADO LTDA, CNPJ Nº 05.595.124/0001-80, localizada na Rodovia BA 099, Km 157, S/N, Linha Verde, Município do Conde-BA, Bahia, CEP: 48.300-000, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos Fitossanitários e Quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: TRATAMENTO TÉRMICO (HT), SECAGEM EM ESTUFA - KD E INCINERAÇÃO - INC.

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta portaria terá prazo de (5) cinco anos e poderá ser revalidado por igual período, mantido o mesmo número do credenciamento, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa Nº 66 de 27/11/2006, publicada no DOU de 12/01/2007, seção 1, páginas 2 a 5.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR SANTANA DE OLIVEIRA

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.946, DE 27 DE JULHO DE 2017

Reabilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, bem como o que consta do Processo MCTIC nº 01200.705718/2016-78, de 30 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder reabilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, à empresa Wise Informática Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 24.909.160/0001-16, cujas habilitações foram suspensas pela Portaria MCTIC nº 6.373, de 30 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 2 de janeiro de 2017, em face do adimplemento das obrigações legais, no prazo concedido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria MCTIC nº 6.373, de 30 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 2 de janeiro de 2017.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 681, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Aprova a destinação das faixas de radiofrequências de 430 MHz a 440 MHz e de 9.300 MHz a 9.800 MHz ao Serviço Limitado Privado (SLP) para aplicações de radiolocalização.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto no inciso VIII do art. 19 da Lei nº 9.472, de 1997, que atribui à Anatel a administração do espectro de radiofrequências, expedindo as respectivas normas;

CONSIDERANDO que, de acordo com o disposto no art. 161 da Lei nº 9.472, de 1997, cabe à Anatel modificar a destinação de radiofrequências em função de interesse público;

CONSIDERANDO as contribuições recebidas em decorrência da Consulta Pública nº 5, de 21 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2016;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 831, de 10 de agosto de 2017;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.011091/2015-29, resolve:

Art. 1º Destinar ao Serviço Limitado Privado (SLP), para aplicações de radiolocalização, em caráter secundário, as subfaixas de 430 MHz a 440 MHz e de 9.300 MHz a 9.500 MHz.

Art. 2º Destinar ao Serviço Limitado Privado (SLP), para aplicações de radiolocalização, em caráter primário, as subfaixas de 9.500 MHz a 9.800 MHz.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Nº 319 - Processo nº 53500.211049/2015-14
Recorrente/Interessado: NEW SKIES SATELLITES LTDA. CNPJ/MF nº 03.045.840/0001-69

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 186/2017/SEI/IF (SEI nº 1770602), integrante deste acórdão, conferir direito de exploração do satélite estrangeiro SES-10, na posição orbital 67º W, à NEW SKIES SATELLITES B.V., para operação no Brasil, por meio de seu representante legal NEW SKIES SATELLITES LTDA., CNPJ/MF nº 03.045.840/0001-69, pelo prazo de 8 (oito) anos contado a partir da publicação do Extrato do Ato no Diário Oficial da União, e de autorização de uso de radiofrequências associadas nas faixas de 11,45 a 11,70 GHz (enlace de descida) e 13,75 a 14,00 GHz (enlace de subida), mediante a cobrança do preço público pelo Direito de Exploração do Satélite Estrangeiro.

Nº 320 - Processo nº 53500.068416/2017-15
Recorrente/Interessado: CIDADÃO COM PEDIDO DE INFORMAÇÃO NO E-SIC

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 191/2017/SEI/OR (SEI nº 1798911), integrante deste acórdão, não conhecer do Recurso.

Nº 321 - Processo nº 53500.068419/2017-41
Recorrente/Interessado: CIDADÃO COM PEDIDO DE INFORMAÇÃO NO E-SIC

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 193/2017/SEI/OR (SEI nº 1800543), integrante deste acórdão, não conhecer do Recurso.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA
GERÊNCIA OPERACIONAL DE OUTORGA

ATO Nº 11.385, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) RADIO JORNAL DE EUNAPOLIS LTDA, CNPJ nº 14.408.041/0001-26 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATOS DE 17 DE AGOSTO DE 2017

Nº 11.424 - Expede autorização à GRATO AGROPECUÁRIA LTDA, CNPJ nº 92.007.459/0002-16 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

Nº 11.429 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) FUNDACAO ANTENA AZUL, CNPJ nº 01.535.170/0001-33 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

ATOS DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Nº 11.436 - Expede autorização à INFRANET TECNOLOGIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME, CNPJ nº 03.553.543/0001-24 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

Nº 11.442 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) GRUPO MONTE ALEGRE DE RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ nº 03.861.679/0001-00 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

Nº 11.456 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) RADIO VOZ DE ITABAIANA LTDA, CNPJ nº 13.354.543/0001-59 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Reportagem Externa.

Nº 11.457 - Expede autorização à COMANDO DA MARINHA, CNPJ nº 00.394.502/0027-83 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

HERMANO BARROS TERCIUS
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Expede autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 11.448 - TEXTIL J SERRANO LTDA, CNPJ nº 49870173000230, Processo nº 53504.006509/2017-16;

Nº 11.449 - ASSOCIAÇÃO PORTO SEGURO RESIDENCE, CNPJ nº 10324696000165, Processo nº 53504.004362/2017-11;

Nº 11.450 - DEMACO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ nº 68155290000186, Processo nº 53504.007799/2017-15;

Nº 11.451 - OPINI & OPINI LTDA - EPP, CNPJ nº 03436893000100, Processo nº 53504.005916/2017-06;

Nº 11.452 - ESHO EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A., CNPJ nº 29435005008294, Processo nº 53504.004302/2017-07;

Nº 11.453 - COMÉRCIO DE GÁS RIZARDI PERUS LTDA - EPP, CNPJ nº 58837691000162, Processo nº 53504.007542/2017-55;

Nº 11454 - VERA DE ANDRADE REIS KAPPAZ, CNPJ nº 58051210859, Processo nº 53504.007329/2017-43

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 11.250, DE 14 DE AGOSTO DE 2017

Processo nº 53560.002135/2017-87.

Expede autorização à EDWALDO VIANA LIMA FILHO, CNPJ nº 60017253306, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARLOS BEZERRA BRAGA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

DESPACHO DO GERENTE

O Gerente Regional da Anatel nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, nos termos do art. 82, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões finais proferidas nos processos a seguir relacionados. A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos) (PROCESSO: 53536.000022/2016-63; 53536.000691/2015-54; 53539.000359/2016-41; 53532.000438/2016-11; 53532.003372/2015-31; 53532000674/2016-38; 53532.000636/2016-85; 53532.200402/2015-55; 53532.000442/2016-80; 53539.000573/2016-05; 53532.001077/2016-21; 53536.000379/2016-41; 53532.001289/2016-16; 53539.000659/2016-20; 53539.000928/2016-58; 53532.000673/2016-93; 53532.000019/2017-61; 53532.001139/2016-02; 53532.001952/2016-74; 53539.200088/2015-41; 53539.001052/2016-67; 53532.001221/2016-29;).

SÉRGIO ALVES CAVENDISH

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 2.220-SEI, DE 9 DE AGOSTO DE 2017

A SECRETÁRIA DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016, observado o disposto no art. 29 da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.027835/2003-24, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9130/2017/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1o Transferir à TV Planalto Central Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Porangatu, estado de Goiás, a autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, visando à retransmissão de seus próprios sinais, mediante utilização do canal 10 (dez), no município de Novo Planalto, estado de Goiás, autorização essa outorgada inicialmente à TV Tocantins Ltda., nos termos da Portaria nº 936, de 28 de novembro de 1994, publicada no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 1994.

Parágrafo único. A execução do serviço, cuja transferência está sendo autorizada por esta Portaria, reger-se-á pelo Decreto no 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL
Em 31 de julho de 2017

Nº 1.197-SEI - A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.037212/2017-10, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de MURIAÉ, estado de Minas Gerais, utilizando o canal digital 42 (quarenta e dois), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 16512/2017/SEI-MCTIC.

Em 3 de agosto de 2017

Nº 1.247-SEI - A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.043861/2017-50, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA PARANAENSE S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de BALNEÁRIO CAIOBA, no município de MATINHOS, estado do Paraná, utilizando o canal digital nº 41 (quarenta e um), classe B, nos termos da Nota Técnica nº 17351/2017/SEI-MCTIC.

Em 9 de agosto de 2017

Nº 1.203-SEI - A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso III, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.032026/2017-94, resolve autorizar a alteração de características técnicas para utilização em tecnologia digital da estação da TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de SETE LAGOAS, estado de Minas Gerais, utilizando o canal nº 45 (quarenta e cinco), nos termos da Nota Técnica nº 16651/2017/SEI-MCTIC.

Em 14 de agosto de 2017

Nº 662-SEI - A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53900.022058/2016-01, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da REDE ELDORADO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de LARANJAL DO JARI, estado do AMAPÁ, utilizando o canal digital nº 32 (trinta e dois), nos termos da Nota Técnica nº 11031/2017/SEI-MCTIC.

Em 18 de agosto de 2017

Nº 1.399-SEI - A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.019664/2017-10, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da SM COMUNICAÇÕES LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de BELO HORIZONTE, estado de Minas Gerais, utilizando o canal digital nº 27 (vinte e sete), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 18952/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

PORTARIA Nº 4.466-SEI, DE 9 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do § 4º do art. 77 da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.019971/2013-12, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 8435/2017/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Rádio Jorgeana Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Santa Helena, estado do Maranhão, utilizando o canal 11+ (onze decalado para mais), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Rádio Ribamar Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de São Luiz, estado do Maranhão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

PORTARIA Nº 4.468-SEI, DE 9 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do § 4º do art. 77 da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.057599/2016-41, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 8494/2017/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Televisão Liberal Limitada, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Xinguara, estado do Pará, utilizando o canal 4- (quatro decalado para menos), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a própria Televisão Liberal Limitada, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Belém, estado do Pará.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 15 de agosto de 2017

Nº 1.322-SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.045657/2017-73, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DE MARINGÁ, permissionária do serviço de radio-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

difusão sonora em frequência modulada no município de Mandaguaçu-PR, utilizando o canal n.º 254 (duzentos e cinquenta e quatro), classe A3, nos termos da Nota Técnica n.º 18253/2017/SEI-MCTIC.

Em 17 de agosto de 2017

Nº 1.391-SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.041246/2017-17, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RADIO CULTURA DE IPORA LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Iporã - PR, utilizando o canal n.º 269 (duzentos e sessenta e nove), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 18896/2017/SEI-MCTIC.

Em 18 de agosto de 2017

Nº 1.393-SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53900.058686/2016-16, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DOM PEDRO FELIPAK, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de WENCESLAU BRAZ/PR, utilizando o canal n.º 279 (duzentos e setenta e nove), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 18915/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 4054 de 17 de agosto de 2017, do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, publicada no DOU de 18 de agosto de 2017, seção 1, página 15, onde se lê: Art. 2º Revogar a Portaria 4545/2017/SEI-MCTIC, de 14/08/2017, publicada no DOU de 16/08/2016., Leia-se: Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Na Portaria nº 4508 de 18 de agosto de 2017, do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, publicada no DOU de 21 de agosto de 2017, seção 1, página 12, onde se lê: Art. 1º Reconsiderar a decisão exarada pela Portaria nº 657/2016/SEI-MCTIC, Leia-se: Art.1º Reconsiderar a decisão exarada pela Portaria nº 4657/2016/SEI-MCTIC.

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 3.012-SEI, DE 30 DE MAIO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.017229/2017-51, resolve:

Art. 1o Autorizar a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Social de Várzea Nova, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua 07 de Setembro, N°52 - Várzea Grande para a Rua Projetada, S/N°, Quadra 07, Lote 06, Loteamento Dois Irmãos - Várzea Grande, na localidade de Santa Rita / PB. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 165/2011 publicada no Diário Oficial da União em 08 de Junho de 2011, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 25/2015, publicado no Diário Oficial da União em 08 de Janeiro de 2015, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53000.081219/2006.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 07°06'50"S e longitude 34°56'45"W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INALDA CELINA MADIO

PORTARIA Nº 3.947-SEI, DE 19 DE JULHO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.040425/2017-29, resolve:

Art. 1o Autorizar a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ilhabela, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Av. Princesa Isabel, N°985 - Perequê para a Av. Princesa Isabel, N°809-Shopping Ardhentia Sala 5 - Perequê, na localidade de Ilhabela / SP. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 19/2008 publicada no Diário Oficial da União em 06 de Fevereiro de 2008, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 336/2009, publicado no Diário Oficial da União em 19 de Junho de 2009, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53000.018614/2004.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 23°48'40"S e longitude 45°21'57"W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INALDA CELINA MADIO

PORTARIA Nº 4.029-SEI, DE 20 DE JULHO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.002500/2017-53, resolve:

Art. 1o Autorizar a Associação Comunitária do Bairro Industrial Taguatinga, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua 04, Quadra 03, Lote 05 - Bairro Industrial para a Rua Ananias F. Ramos - Bairro Industrial, na localidade de Taguatinga / TO. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 120/2008 publicada no Diário Oficial da União em 25 de Março de 2008, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 632/2009, publicado no Diário Oficial da União em 05 de Outubro de 2009, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53000.022318/2005.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 12°24'53"S e longitude 46°25'43"W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INALDA CELINA MADIO

PORTARIA Nº 4.271-SEI, DE 3 DE AGOSTO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.044915/2017-02, resolve:

Art. 1o Autorizar a Associação de Difusão Comunitária Benevides FM, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Paul Begot, S/N° - Centro para a Rua Emil Dax, N°380 - Liberdade, na localidade de Benevides / PA. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 11/2009 publicada no Diário Oficial da União em 22 de Dezembro de 2009, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 212/2012, publicado no Diário Oficial da União em 20 de Junho de 2012, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53000.013902/2004.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 01°21'44"S e longitude 48°14'26"W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INALDA CELINA MADIO

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 4142/2017/SEI-MCTIC, de 27 de julho de 2017, publicado no Diário Oficial da União do dia 15 de agosto de 2017, Seção 1, Página 16, que dá publicidade às aprovações de local de instalação e equipamentos das estações e às alterações de características técnicas das entidades executantes do serviço de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares. Onde se lê: "...COORDENADAS GEOGRÁFICAS COM LATITUDE EM 29º13'30" S E LONGITUDE EM 53º40'50" W ... ", Leia-se:"...COORDENADAS GEOGRÁFICAS COM LATITUDE EM 29º13'50" S E LONGITUDE EM 53º40'23" W...".

Na Portaria nº 4.270/2017/SEI-MCTIC, de 1 de agosto de 2017, publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de agosto de 2017, Seção 1, Página 147, que dá publicidade às aprovações de local de instalação e equipamentos das estações e às alterações de características técnicas das entidades executantes do serviço de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, onde se lê: "...PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 53900.043616/2016-43...", leia-se:"...PROCESSO DMINISTRATIVO N° 53900.031517/2015-58...".



Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de agosto de 2017

Nº 96 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2017.

17-0274 1961
Processo: 01416.015801/2017-15
Proponente: AMIR LABAKI PRODUÇÕES.
Cidade/UF: SÃO PAULO / SP
CNPJ: 18.537.751/0001-07
Valor total aprovado: R$ 1.232.875,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 120.000,00
Banco: 001- agência: 4328-1 conta corrente: 2567-4
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 100.000,00
Banco: 001- agência: 4328-1 conta corrente: 2569-0

17-0370 HISTÓRIA, CULTURA E NATUREZA - VILA DO ARARAPIRA
Processo: 01416.020641/2017-18
Proponente: GPR - PRODUTORA DE VIDEOS LTDA. ME.
Cidade/UF: CURITIBA / PR
CNPJ: 12.121.444/0001-64
Valor total aprovado: R$ 520.715,19
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 494.679,43 Banco: 001- agência: 3007-4 conta corrente: 42152-9

17-0382 UMA TALVEZ JULIA
Processo: 01416.022321/2017-01
Proponente: PLANO SEIS PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS EIRELI.
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 17.382.344/0001-05
Valor total aprovado: R$ 2.095.586,40
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 975.586,40
Banco: 001- agência: 4295-1 conta corrente: 19831-5
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 100.000,00
Banco: 001- agência: 3516-5 conta corrente: 25838-5
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 100.000,00
Banco: 001- agência: 3516-5 conta corrente: 25837-7

17-0455 UNIDADE BÁSICA - 2ª TEMPORADA
Processo: 01416.023411/2017-19
Proponente: GULLANE ENTRETENIMENTO S.A.
Cidade/UF: SÃO PAULO / SP
CNPJ: 01.378.559/0001-12
Valor total aprovado: R$ 5.800.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.510.000,00
Banco: 001- agência: 6998-1 conta corrente: 7940-5
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 6998-1 conta corrente: 7941-3

17-0457 MÉDICAS
Processo: 01416.020698/2017-17
Proponente: BSB SERVIÇOS CINEGROUP LTDA.
Cidade/UF: BRASÍLIA / DF
CNPJ: 06.900.652/0001-69
Valor total aprovado: R$ 1.140.421,28
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 399.147,45
Banco: 001- agência: 1003-0 conta corrente: 58953-5
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 684.252,76
Banco: 001- agência: 1003-0 conta corrente: 58954-3

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2020.

17-0454 REFAVELA 40
Processo: 01416.023292/2017-96
Proponente: CONSPIRAÇÃO FILMES ENTRETENIMENTO 3º MILÊNIO LTDA.
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO / RJ
CNPJ: 09.180.984/0001-04
Valor total aprovado: R$ 1.100.000,00
Valor aprovado no artigo Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 1.045.000,00
Banco: 001- agência: 3223-9 conta corrente: 20081-6

17-0456 SOLANGE
Processo: 01416.023227/2017-61
Proponente: TARDO FILMES.
Cidade/UF: FORTALEZA / CE
CNPJ: 16.894.643/0001-66
Valor total aprovado: R$ 368.900,22
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 350.000,00
Banco: 001- agência: 2917-3 conta corrente: 42264-9

Art. 3º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 509, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
172124 - Cia Katadosporai - Circulacao do Espetaculo Caminhos
CELIA BOHN SAMPAIO
CNPJ/CPF: 007.472.198-42
Processo: 01400018130201713
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.631,80
Prazo de Captação: 23/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Circulação de espetáculo de dança do gênero sapateado, intitulado "Caminhos", por 4municípios de São Paulo em parceria com encontros de dança, prefeituras, escolas públicas e academias de dança, com o intuito de divulgar e promover esta arte. A Cia. Katadosporaí é uma Cia. formada por jovens bailarinos dirigidos pela renomada coreógrafa Kika Sampaio. O principal intuito do projeto além de divulgar e promover o sapateado, é qualificar a performance artística contribuindo na formação e profissionalização desses jovens integrantes para o mercado criativo cultural e inspirar jovens espectadores para o despertar da dança e sua diversidade de estilos e técnicas. O espetáculo também celebra os 40 anos de carreira de Kika Sampaio como profissional, professora e coreógrafa.

172050 - EMCENA BRASIL - 2018
Orlando Moreno Junior - ME
CNPJ/CPF: 10.929.066/0001-14
Processo: 01400017299201748
Cidade: Itanhaém - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.481.185,00
Prazo de Captação: 23/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Síntese do projeto O projeto Emcena Brasil 2018 é um projeto de difusão teatral itinerante realizado em um Teatro Móvel com toda a infraestrutura de Palco, Som, Luz , além de 500 banquetas plásticas, tela de cinema, sob uma grande tenda para palco e plateia e outras 02 (duas) tendas para camarins e 01 (uma) como casa de controle de som e luz e 01 (uma) outra que abriga uma biblioteca-Gibiteca e percorrerá 20 cidades realizando apresentações de teatro, circo , cinema em dois dias de eventos em cada localidade por 05 estados brasileiros.

172063 - FESTIDANÇA 2017
M.J. PRODUTORA DE EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.911.103/0001-67
Processo: 01400017399201774
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 165.832,90
Prazo de Captação: 23/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização do FESTIDANÇA 2017, na cidade de Tapejara. O evento caracteriza-se pela realização de espetáculos de dança tradicional gaúcha, estrelados por grupos de renome no estado do Rio Grande do Sul.

172040 - II PRÊMIO: SABE O LIXO? VIROU ARTE!
INSTITUTO HUMANIZA
CNPJ/CPF: 14.164.259/0001-82
Processo: 01400017263201764
Cidade: Barracão - RS;
Valor Aprovado: R$ 252.785,00
Prazo de Captação: 23/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste à realização de oficinas de música instrumental com a construção de instrumentos a partir de material reciclado, oficinas de teatro com a construção de cenários e figurinos a partir de material reciclado, e oficinas de artes visuais, visando a inserção de pessoas nos meios culturais. Ao final do projeto será realizado um festival premiando as melhores apresentações de teatro, obras de artes visuais e música instrumental.

171999 - O CANTO DE NINGUÉM
LUCCAS PAPP VIEIRA DA SILVA
CNPJ/CPF: 400.480.438-85
Processo: 01400017155201791
Cidade: Osasco - SP;
Valor Aprovado: R$ 699.995,00
Prazo de Captação: 23/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O canto de ninguém é um espetáculo teatral que tem como tema central a música clássica. Vista como arte para poucos, apenas para letrados e influentes, a música erudita é pouco abordada como mote de uma peça de teatro, por isso o projeto irá levar aos palcos uma exaltação a tal vertente artística, para, além de popularizá-la, questionar os limites que são impostos à arte. Tal abordagem se dará a partir da relação de um maestro e a cantora principal de seu próximo concerto, enquanto ensaiam para o mesmo.

172060 - Oficinas da Villa - Arte Circense
AH SETE PRODUCOES CULTURAIS EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 20.848.497/0001-00
Processo: 01400017328201771
Cidade: Vinhedo - SP;
Valor Aprovado: R$ 437.481,00
Prazo de Captação: 23/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Implantação de oficina cultural de artes circense para crianças e jovens de escola da rede pública durante o ano de 2018 , com apresentação de artes cirsenses.

171670 - Projeto - COPRO E SOM
ASSOCIACAO DE PAIS E PROFESSORES (APP) DA ESCOLA DE ARTES DE CHAPECO
CNPJ/CPF: 08.166.047/0001-31
Processo: 01400015397201741
Cidade: Chapecó - SC;
Valor Aprovado: R$ 199.264,80
Prazo de Captação: 23/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto em tela visa trazer a importância para as pessoas de se ter contato com a arte e suas diferentes formas. Com isso o projeto CORPO E SOM tem como objetivo proporcionar um intercâmbio cultural através de experiências e vivências no mundo artístico, bem como, propiciar acesso a comunidade com inclusão sociocultural, estímulos, aperfeiçoamento e integração aos profissionais, e dessa forma despertar o interesse do público pela arte e suas várias formas.

170205 - Qual vai ser? Temporada 2017-2018
FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SISTEMA DE CREDITO COOPERATIVO - FUNDACAO SICREDI
CNPJ/CPF: 07.430.210/0001-69
Processo: 01400002057201750
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.646.990,00
Prazo de Captação: 23/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Continuidade da circulação da comédia de costumes juvenil (em III edição) que mostra as diversas situações da vida do adolescente que está prestes a escolher caminhos de vida: a reunião de amigos onde aparece o colega que conseguiu seu primeiro emprego; a dúvida na escolha da profissão; o destino da mesada e as saídas dos que não tem mesada, a pressão da família para a entrada na vida adulta e as dificuldades de estudar e trabalhar simultaneamente. O espetáculo excursionará por 80 cidades do RS, SC, PR, SP, MT, MS, GO , RO, TO, PA e AC.

172030 - XI BIENAL INTERNACIONAL DE DANÇA DO CEARÁ - 20 ANOS
Indústria da Dança LTDA
CNPJ/CPF: 03.906.154/0001-35
Processo: 01400017226201756
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 357.048,00
Prazo de Captação: 23/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização da "XI Bienal Internacional de Dança do Ceará - 20 Anos", que celebrará 20 anos de história com uma programação gratuita, reunindo importantes companhias locais, nacionais e internacionais. Serão 10 dias de intensa programação gratuita de dança contemporânea que ocupará os principais espaços culturais da capital e interiorcearense.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
172053 - Orquestra Jovem de Sertãozinho
FABIANO LUIS PERTICARRARI
CNPJ/CPF: 339.738.458-32
Processo: 01400017302201723
Cidade: Sertãozinho - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.836,00
Prazo de Captação: 23/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Apresentação e Gravação de DVD da Orquestra Jovem de Sertãozinho em praça pública.

171533 - Somos Todos Iguais Nesta Noite - Expresso 25 canta Ivan Lins
SUSANA FROHLICH & CIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.844.700/0001-16
Processo: 01400013895201759
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 548.353,75
Prazo de Captação: 23/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Nossa proposta é realizar o show "Somos Todos Iguais Nesta Noite - Expresso 25 canta Ivan Lins" do grupo coral Expresso 25 com o músico Ivan Lins, produzir álbum duplo contendo CD e DVD do espetáculo, confeccionar catálogo (Songbook) com o repertório de Ivan arranjado para as vozes do Expresso 25 pelo maestro Pablo Trindade e, como formação de plateia e conscientização às artes e a importância da cultura, oferecer Oficina gratuita para estudantes e professores universitários e integrantes de projetos de inclusão pela música, alunos e professores, coordenada pelo compositor e o maestro Pablo Trindade.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
172109 - Plano Anual do Instituto Tomie Ohtake - 2018
Instituto Tomie Ohtake
CNPJ/CPF: 00.984.768/0001-47
Processo: 01400017916201713
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 39.202.167,10
Prazo de Captação: 23/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Programação do Instituto Tomie Ohtake para o ano de 2018, composta de 19 exposições nacionais e internacionais, a publicação de 1 livros, 11 projetos educativos e entre eles diversas ações educativas nas exposições com o compromisso de formação de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

plateia, a publicação de 14 catálogos e 13 publicações educativas.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
161652 - Exposição: As Camisas na História do Futebol
MACHADO & NOVAES PROFISSIONAIS DA INFORMACAO S/S LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.195.603/0001-00
Processo: 01400201624201678
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.199.800,00
Prazo de Captação: 23/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto tem como objetivo a pesquisa e difusão da memória do futebol através da realização de cinco exposições, cada uma delas constituída por pelo menos 20 camisas históricas de futebol e objetos emblemáticos relacionados. As exposições serão todas gratuitas e realizadas em locais como estádios, aeroportos e outros de ampla circulação, possibilitando que um grande público tenha acesso a tão importante patrimônio imaterial: a paixão pelo Futebol.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
172066 - Aqui Nasceu a Literatura Brasileira
ILLUMINA IMAGENS E MEMORIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.419.736/0001-50
Processo: 01400017450201748
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 364.514,86
Prazo de Captação: 23/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Publicação de livro contendo fotografias das casas onde nasceram consagrados escritores brasileiros (de Cláudio Manuel da Costa, 1724 - 1769 à Dalton Trevisan, 1925) acompanhadas por ensaios literários, com o objetivo de divulgar a vida e obra destes intelectuais e trazer a tona o debate sobre a preservação e utilização destes imóvies.

171545 - Coleção MENINO JOÃO
DANIELA REZENDE SEIXO DE BRITO MENDES FERNANDES
CNPJ/CPF: 587.094.601-87
Processo: 01400014145201702
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 423.456,00
Prazo de Captação: 23/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Coleção MENINO JOÃO irá publicar uma coleção literária composta por 8 títulos da autora Daniela de Brito. Cada título será impresso separadamente, em volumes individuais com cerca de 40 páginas cada.

172055 - Edição e divulgação do livro OUTRA VEZ - As festas de Baco
EDNA COSTA CARVALHO
CNPJ/CPF: 359.450.286-49
Processo: 01400017321201750
Cidade: Tiradentes - MG;
Valor Aprovado: R$ 252.733,70
Prazo de Captação: 23/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto visa buscar financiamento para a edição do livro "OUTRA VEZ - As festas de Baco", bem como a realização de lançamento da obra e de ação de formação de plateia.

171996 - Organização e edição do livro VALE DO BURATTI: história e vida
NELSON PILETTI
CNPJ/CPF: 076.751.270-72
Processo: 01400017150201769
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 234.825,00
Prazo de Captação: 23/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Livro sobre as transformações econômicas, sociais e culturais do Vale do Buratti, uma pequena comunidade rural no interior de Bento Gonçalves-RS, com 30 famílias, de seis troncos familiares, uns 100 habitantes, resgatando a história desde a chegada dos imigrantes italianos, no último quartel do século XIX, até os dias atuais, compreendendo costumes, valores, crenças, cotidiano de trabalho e lazer, etc., abrangendo história oral e documental.

171994 - Parques Nacionais
MARCOS PIFFER FOTOGRAFIA E EDITORA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 59.951.848/0001-49
Processo: 01400017147201745
Cidade: Santos - SP;
Valor Aprovado: R$ 323.811,00
Prazo de Captação: 23/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Imagens e textos destacarão a diversidade cultural brasileira por meio de ampla pesquisa histórica que terá como norte os parques nacionais brasileiros. Os patrimônios materiais e imateriais estarão presentes com ênfase na formação da identidade nacional.

171993 - Rumo ao Alasca (título Provisório)
Simples Assim Projetos e Produções Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 23.342.548/0001-15
Processo: 01400017146201709
Cidade: Novo Hamburgo - RS;
Valor Aprovado: R$ 560.851,75
Prazo de Captação: 23/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto constitui-se no desenvolvimento de um livro artístico e fotográfico, com imagens exclusivas de paisagens, animais, culturas e povos demais de 12 países da América do sul, América Central e América do Norte. Serão mais de 35 mil quilômetros percorridos de carro em uma aventura que dará origem ao livro de grande valor artístico e cultural para amantes da natureza, de viagens e da cultura das américas

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
171489 - DVD THIAGÃO
PRISCILLA PEREIRA VOLPATO CARDOSO
CNPJ/CPF: 012.732.461-52
Processo: 01400013309201776
Cidade: Aparecida de Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 199.840,00
Prazo de Captação: 23/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização do show e gravação do DVDdo músico Thiagão.

PORTARIA Nº 510, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (Artigo 18)
16 0462 - Ocupando Meu Lugar
Clarissa Berka Borges ME
CNPJ/CPF: 11.459.115/0001-65
SC - Florianópolis
Período de captação: 01/07/2017 a 31/12/2017

16 4793 - Love, Love, Love
3 DE TEATRO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.363.565/0001-97
SP - São Paulo
Período de captação: 03/06/2017 a 31/12/2017

16 4383 - Hematomas Silenciosos
Mariana Maioli Blanski
CNPJ/CPF: 044.809.649-83
SP - São Paulo
Período de captação: 08/08/2017 a 31/12/2017

16 0526 - TUDO O QUE ELA SABE SOBRE MIM
Nitiren Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 05.777.210/0001-04
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/06/2017 a 31/12/2017

15 5586 - Teatrando Por Aí Nas Escolas
Marina Almeida Monteiro
CNPJ/CPF: 15.169.460/0001-15
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/08/2017 a 30/11/2017

17 0664 - "NO CASSINO DA UIM, TALENTO E IRREVERÊNCIA. NA CULTURA "100" CHACRINHA, É MUITA EXPLICAÇÃO E GRANDE A
Grêmio Recreativo e Escola de Samba União da Ilha da Magia
CNPJ/CPF: 03.822.287/0001-23
SC - Florianópolis
Período de captação: 18/08/2017 a 31/12/2017

16 3934 - AMORES LÍQUIDOS
Mamberti e Mamberti Produções Artísticas S/C Ltda
CNPJ/CPF: 46.382.883/0001-42
SP - São Paulo
Período de captação: 01/08/2017 a 31/12/2017

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (Artigo 18)
17 0249 - Poços é Jazz Festival 2017
G.S.C Eventos Especiais Ltda. ME
CNPJ/CPF: 19.111.913/0001-03
MG - Poços de Caldas
Período de captação: 22/08/2017 a 31/12/2017

17 0125 - Domingos musicais com Dudu do Banjo e Família Papadu no Horto
Emanuel de Souza Pereira
CNPJ/CPF: 312.307.358-01
SC - Florianópolis
Período de captação: 20/08/2017 a 20/09/2017

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (Artigo 18)
15 1245 - Hebe Forever
Magnetoscópio Produções Ltda
CNPJ/CPF: 07.647.467/0001-77
SP - São Paulo
Período de captação: 01/09/2017 a 31/10/2017

ÁREA: 6 HUMANIDADES: LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (Artigo 18)
16 1966 - Tudo por amor
Ana Paula Carotti
CNPJ/CPF: 075.226.807-43
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 02/07/2017 a 31/12/2017

16 3624 - City Visions
Alice Publishing Editora Ltda - ME
CNPJ/CPF: 05.805.404/0001-76
SP - São Paulo
Período de captação: 22/08/2017 a 31/12/2017

15 3175 - Padre Cícero, o filme: 40 anos
Fundação Demócrito Rocha
CNPJ/CPF: 07.663.719/0001-51
CE - Fortaleza
Período de captação: 01/05/2017 a 31/12/2017

14 11194 - Certidão de nascimento - uma biografia musical de Francis Hime
Editora Terceiro Nome Ltda.
CNPJ/CPF: 02.868.441/0001-35
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2017 a 31/12/2017

16 2556 - Cultura chinesa no Brasil: Influências e memórias
Produtora Rio de Arte e Cultura Ltda
CNPJ/CPF: 24.121.437/0001-41
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 19/08/2017 a 31/12/2017

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (Artigo 26)
16 4124 - Ivan Soneca e A Palavra
IVAN DOS SANTOS MAIA
CNPJ/CPF: 185.113.337-20
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 02/08/2017 a 31/12/2017

PORTARIA Nº 511, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
164772 - Manutenção das atividades culturais da Fundação Assistencial Carlos Leite Barbosa Pinheiro 2017 - Plano Anual
Fundação Assistencial Carlos Leite Barbosa Pinheiro
CNPJ/CPF: 08.867.508/0001-01
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Reduzido: R$ 16.088,14
Valor total atual: R$ 583.031,86

PORTARIA Nº 512, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Tornar público o(s) projeto(s) cultural(is) referente(s) ao Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural, relacionado(s) no anexo abaixo, que teve/tiveram sua(s) APROVAÇÃO(ÕES) quanto à prestação de contas do projeto no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 8º do art. 4 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso V do Art. 10 do Decreto nº 5.671 de 2006, conforme anexo I.

Art.º 2º- Tornar público o(s) projeto(s) cultural(is) referente(s) ao Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural, relacionado(s) no anexo abaixo, que teve/tiveram sua(s) REPROVAÇÃO(ÕES) quanto à prestação de contas do projeto no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 8º do art. 4 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso V do Art. 10 do Decreto nº 5.671 de 2006, bem como a providências relativas à inscrição do(s) responsável(is) no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin, nos termos da Lei nº 10.522, de 2002, conforme anexo II.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

PRONAC	NOME DO PROJETO	PROPONENTE	CPF/CNPJ	OBJETO
12-2807	Participação em Evento Francês Realizando Intervenção Artística em Contexto Público	Fagner Marcal da Fonseca	091.096.007-01	A proposta cultural refere-se a convite para participação em evento cultural francês para realização de intervenção artística no espaço público. A oportunidade permite a difusão da cultura brasileira através da experimentação dos valores culturais brasileiros aplicados sobre intervenção artística baseada em estrutura arquitetônica temporária. O evento também contribui para intercâmbio cultural e profissional com os organizadores de eventos europeus e a aquisição de expertise para realização de eventos de intervenções urbanas. O grupo proponente IU Intervenções Urbanas inscreve esta proposta no eixo Economia Criativa por organizar-se como iniciativa cultural que participa da Incubadora Rio Criativo, programa apoiado e patrocinado pela Secretaria do Estado de Cultura do Rio de Janeiro.

ANEXO II

PRONAC	NOME DO PROJETO	PROPONENTE	CPF/CNPJ	OBJETO	VALOR NOMINAL A SER RESTITUÍDO AO FNC
12-1540	Exposição de Pinturas e Residência Artística.	Daniela de Araújo Steele	287.534.885-04	Realização uma exposição de pinturas na Galeria Projeto em Vila Nova de Cerveira, Portugal. A data de inauguração da exposição é 26 de maio e encerramento dia 30 de junho de 2012. A exposição fará parte de um programa que esta Galeria irá apresentar sobre a Arte Contemporânea brasileira de diferentes regiões, no âmbito das comemorações do ano "Brasil-Portugal" em 2012. Para esta exposição farei uma residência artística na República das Artes em Vila Nova de Cerveira, com duração de um mês e quinze dias. A data do início da residência será dia 10 de abril e terminará dia 31 de maio. Esta casa, destinada a Residências Artísticas, pertence à Associação Projeto Núcleo de Desenvolvimento Cultural, local onde também estarão diversos artistas de diferentes países convivendo e trocando experiências. As obras, num total de oito pinturas, serão elaboradas e confeccionadas nas oficinas equipadas e instaladas desta residência.	5.500,00
12-8671	Clara Trupi de Ovos e Assovios no Festival ImigrArte, em Portugal.	Rodrigo Romão Batista	310.370.858-09	A proposta tem como objetivo buscar a difusão e o intercâmbio da cultura brasileira na área das artes cênicas, e para isso visa buscar, por meio deste edital, a concessão de recursos financeiros para o custeio das despesas da viagem relativa participação da Cia Clara Teatral no Festival ImigrArte, em Portugal, uma vez que a mesma foi selecionada, convidada a participar com o seu espetáculo Varre Dor e Vadiagem. A Clara Trupi de Ovos e Assovios se dedica à pesquisa da linguagem teatral e o festival oferece ao grupo a oportunidade dessa dinâmica e multiplicidade artística e cultural que permite a difusão e visibilidade de um grupo brasileiro como também construindo uma ponte de intercâmbio artístico e cultural com outros países participantes do evento, trazendo novas experiências, referências, fomento e integração para o grupo e para o Brasil.	10.500,00
12-8329	Cultura Viva Comunitária na América Latina - Oficina e palestra em Lima, Peru	Alexandre de Souza Santini Rodrigues	088.391.787-40	Os Pontos de Cultura e o Programa Cultura Viva têm servido de exemplo e inspiração para a construção e formulação de políticas culturais na América Latina, em uma rede denominada Plataforma Puente Cultura Viva Comunitária, que se organiza para a realização do primeiro congresso latino-americano de Cultura Viva Comunitária a ser realizado na Bolívia em maio de 2013.Neste sentido, tenho participado ao longo deste ano como membro da rede nacional de pontos de cultura e atual coordenador do laboratório de políticas culturais do pontão de cultura da ECO/ UFRJ de diversos fóruns, congressos e encontros em países latino-americanos como Nicarágua, Costa Rica, Argentina, Peru e Colômbia. Interessado em debater e aprofundar o tema, o Centro Cultural de Espanha em Lima, Peru, me enviou um convite para realização de uma oficina sobre criação teatral em rede na américa latina e uma palestra sobre cultura viva comunitária entre os dias 15 e 16/11 em Lima, convite que motiva esta solicitação de apoio.	2.000,00
12-9803	O sorriso do tambor. Sergio bôer & tambores urbanos.	Sergio Felipe Silva	057.241.201-00	O grupo Sergio Boré & Tambores Urbanos, com 6 músicos participantes, fará uma série de shows e oficinas/palestras de percussão afro-brasileira e harmonia em duas cidades do Chile: em Concepción participará do Festival "África en América", realizado na Praça Ecuador, também realizando duas apresentações do show O Sorriso do Tambor nas salas da Corporación Cultural Artistas del Acero e na da Corporação Cultural Balmoceda Artejoven, Em Santiago, participará como banda principal do XIII "Festival de Músicas del Mundo", tradicional festival com artistas de várias partes do mundo. Tambores Urbanos celebra 30 anos de estrada musical e já se apresentou em várias partes do mundo, sempre divulgando a música e a cultura brasileira. Com um trabalho autoral, baseado nas raízes afro-indígenas brasileiras, representará o Brasil em shows e oficinas, através da música genuína de qualidade.	6.000,00
12-9994	Intercâmbio e Curso de Aperfeiçoamento Técnico em Flauta Transversal na University of Geórgia	Marcos Vinicius Almeida	022.139.301-39	Por intermédio da cooperação mútua entre a Universidade Federal de Goiás e a University of Georgia e com a finalidade de executar programas de interesse comum nas áreas de ensino, pesquisa e extensão nos diferentes campos de conhecimento para professores e estudantes das duas instituições, foi criado em 2008 o convênio entre as universidades mencionadas. Dentro desta cooperação a seguinte proposta visa à participação em intercâmbio para aperfeiçoamento técnico em instrumento musical. Compreende um curso, de duração de dois meses, onde o aluno terá aulas individuais com um professor de instrumento (no caso, flauta transversal) e aulas coletivas com os alunos de flauta transversal, onde serão abordadas questões técnicas do instrumento e performance. Conta também com a participação de grupos musicais e concertos dentro da programação artística da Hugh Hodgson School of Music, constituindo assim, uma oportunidade para divulgação da música brasileira.	5.500,00
12-8464	Intrumenta Oaxaca 2012	Mateus da Conceição Rangel	124.325.217-06	Participação do DUO RANGEL (violoncelos) no festival internacional de música "Instrumenta Oaxaca 2012" entre os dias 17 a 25 de novembro na cidade de Oaxaca, México. Instrumenta Oaxaca é um programa permanente de desenvolvimento musical que consiste de educação, criação, difusão e pesquisa. Busca através destes 4 conceitos criar novos públicos, promover talentos e divulgação da música de concerto. A oferta educativa e musical que constitui a programação do Instrumenta Oaxaca convida jovens interprete-as do México, Latino América e de diversas nacionalidades ao redor do mundo a somar-se em seus programas e atividades em diversas fases de suas carreiras e desenvolvimento musical. O DUO RANGEL foi um dos selecionados para a edição de 2012, tendo a oportunidade de buscar orientação com grandes professores consagrados e difundir o trabalho que vem realizando nos últimos anos na cena musical da cidade do Rio de Janeiro.	7.000,00
12-7875	Participação do Artista Mario Cesar de Souza Silva (Mario Broder) na Mostra de Cinema Brasileiro na Suécia, BrasiCine, de 25 a 30 de outubro de 2012.	Mario Cesar de Souza Silva	077.892.257-07	Este ano, a Mostra tem como objetivo principal ter o cinema como ponto de partida para que um intercâmbio cultural entre outras expressões artísticas como a música e a literatura possam acontecer. Mario Broder, músico de prestígio no Brasil e também ator de cinema, fará a ponte entre a música e a atuação com show e palestra. No dia 27/10/12 às 15h no Cine Zita participa do debate intitulado "A música brasileira: suas influências e confluências" que acontecerá logo após a exibição de Pernambucanos no sábado. Será também projetado no Cine Zita, um dos mais tradicionais de Estocolmo, o filme 'Noel Poeta da Vila" de Ricardo Van Steen, no qual Mario Broder interpreta um dos protagonistas, o Sambista Wilson Batista. Uma palestra de Mario Broder antecede a projeção do filme e a apresentação musical encerra as atividades.	5.000,00
12-9639	Cartaumcanibal	Fabio Christian da Costa Silva	992.392.053-49	Dando continuidade à pesquisa colaborativa entre os artistas Fabio Christian (Brasil), Inez Almeida (Portugal) e Cathalijn Wouters (Holanda), propõe-se uma residência artística para pesquisa sobre o MANIFESTO ANTROPÓFAGO do autor modernista Oswald de Andrade, objetivando a posterior montagem de espetáculo de Teatro Fisico+Artes Plásticas, baseada nos objetos da pesquisa. As questões aqui propostas são a Antropofagia cultural como agente determinante nas reformulações de conceitos e estéticas culturais e a relação Intérprete versus Plateia como processo relevante na inauguração de novos conceitos de apropriação cultural em sistemas colaborativos de criação. Questões já investigadas pela equipe através de anterior apoio do MINC através do edital de intercambio n 1-2011. Trata-se da continuidade de uma bem-sucedida colaboração entre a artista do projeto, concluída na produção do livro de gravuras LETTER TO A CANIBAL, da artista plástica Cathalijn Wouters.	11.000,00
12-8694	Espetáculo Poético Musical Universo Preto Paralelo - U.P.P	Leandro de Moraes	324.095.948-83	Apresentação do espetáculo poético-musical Universo Preto Paralelo no festival A Cena está Preta em Salvador - BA, que ocorrerá no dia 18 de novembro de 2012. O espetáculo é composto por uma apresentação musical do disco Universo Preto Paralelo do artista Ba Kimbuta, intercalado por diversas intervenções poéticas e foi construído através do grupo de estudos negros Kilombagem com a construção do cenário do espetáculo ao vivo pelo artista plástico cena7(grafiteiro) que pintará uma tela que será doada para a comunidade rio dos macacos-BA.	7.500,00
12-8491	Cursos HANDLING e Residência de Criação no Atelier Real - Um intercâmbio de investigação artística em torno do método de Composição em Tempo Real/Secalharidade e seus modos de transversais às Artes Cênicas contemporâneas - Lisboa/Portugal	Renan Gomes Pereira	049.874.303-98	A proposta trata-se de um requerimento de fomento que viabilize minha participação nas atividades formativas do Projeto AND_Lab (Anthropology and Dance Laboratory) que consistem em dois cursos a serem realizados em novembro, assim como o fomento à continuidade da pesquisa que iniciei em Fortaleza através de uma residência de criação na instituição que sedia o projeto, o Atelier Real (Lisboa, Portugal), durante os meses de dezembro e janeiro. O Projeto AND_Lab é um laboratório de investigação artística e criatividade científica, com direção do coreógrafo português João Fiadeiro e da antropóloga brasileira Fernanda Eugênio. Ir a Portugal para participar das atividades formativas deste projeto e a permanência em residência no Atelier Real, serão passos determinantes para a pesquisa artística que desenvolvo em Fortaleza (Ceará) em parceria com artistas locais junto ao trabalho que João e Fernanda realizam em torno do método de Composição em Tempo Real/Secalharidade.	7.500,00
12-9991	Ginga Cultural 2013 - Etapa Brasil - Europa	Instituto Baobá de Cultura e Arte	10.192.859/0001-01	A proposta tem como objetivos promover a continuidade e fortalecimento das relações e do intercâmbio cultural entre brasileiros e europeus, praticantes da Capoeira, através do projeto do Grupo Raízes do Brasil, iniciados desde 2004. A promoção, difusão e capacitação, por meio de oficinas, palestras e debates acerca do Patrimônio Cultural da Capoeira, bem como a produção de um vídeo relatando o processo deste intercâmbio e dos desdobramentos sociais e culturais promovidos pela expressão no território Europeu, mais precisamente nos países Milão e Suiça. O projeto é conduzido e orientado por brasileiros, integrantes do Grupo de Capoeira Raízes do Brasil. Haverá apresentações públicas de Capoeira e de outras manifestações culturais afro-brasileiras como o Samba de Roda, Afoxé, Maculelê e Dança Afro.	21.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12-7589	Palestra sobre o projeto Nós na Tela - Festival Internacional de la Televisión Cubana y Expo-Comercial	Geraldo Cavalcanti de Albuquerque Sobrinho	406.453.394-15	O Festival de Televisão de Cuba de 2012/Expo-Feira Internacional promove a cooperação, o intercâmbio, a comercialização e o debate de televisão sobre o estabelecimento e desafios na era global, na busca de novos mercados e incorporações que incentivam o seu desenvolvimento. Nessa ótica, o Coletivo Nós na Tela irá proferir palestra sobre a produção dos filmes do referido projeto. Na ocasião, a equipe (formada por 03 profissionais) também irá ministrar uma oficina de Roteiro de Filme de Ficção para os estudantes da Faculdade dos Meios de Comunicação Audiovisuais do Instituto Superior de Artes de Cuba - FAMCA/ISA. O "Nós na Tela" reúne artistas de vários segmentos das artes do RN, e atua desde o ano de 2008. Trata-se de um projeto de formação audiovisual, no qual os artistas se instalam numa comunidade (geralmente longe dos grandes centros) para realizar as suas ações. Durante as atividades de formação, a comunidade vai criando um filme que reflete os saberes e viveres locais.	3.500,00

PORTARIA Nº 513, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Tornar sem efeito a publicação referente ao projeto O Bosque de David Mamet - Montagem, Temporada e Turnê, Pronac nº 10-3069, na Portaria nº 507 de 18/08/2017, publicada no D.O.U. nº 160 de 21/08/2017, Seção 1, página 15.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 105, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 758, de 03 de agosto de 2017 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Aprovar os projetos culturais, relacionados nos anexos desta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
171719 - FBL - Comidas de Rua
YURI GIULIETTI CALAZANS
CNPJ/CPF: 369.234.768-52
Processo: 01400016562201781
Cidade: Santos - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.638,00
Prazo de Captação: 23/08/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto realizará a produção e execução de 1 documentário média metragem cujo formato finalizado e autorado terá 70 minutos, no qual serão relatados os hábitos alimentares do brasileiro nas ruas em diferentes cidades do Brasil. Ao contrário dos hábitos alimentares dentro de casa (que podem ser bastante saudáveis), as características dos brasileiros são completamente diferentes de norte a sul do país. Será filmado em 7 cidades diferentes para que haja uma visão mais ampla sobre as diferentes culturas do país. O documentário será exibidos gratuitamente on line e terá uma pequena distribuição gratuita em DVD. O arquivo final do documentário on line será em formato MP4 e o DVD gravado com formato avi. A resolução final do projeto será em HD.

171654 - Festival Doze Parcelas
Sopa Editora e Produtora Ltda - ME
CNPJ/CPF: 08.277.593/0001-40
Processo: 01400015165201792
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.086.030,40
Prazo de Captação: 23/08/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "Festival Doze Parcelas" prevê a montagem de um Festival de curtas e médias metragem onde se pretende estrear o média metragem de ficção de aproximadamente 69 minutos com formato de finalização Full HD, inédito "12 Parcelas", desenvolvido dentro desse projeto e que tem como tema os encontros e desencontros do amor. Outros curtas (15 títulos) já existentes com a mesma temática também farão parte da mostra que será levada para 10 capitais brasileiras como Manaus/AM, Curitiba/PR, Belo Horizonte/MG, Campo Grande/MS, Natal/RN, Goiânia/GO, São Paulo/SP, Natal/RN, Fortaleza/CE, Maceió/AL, Salvador/BA. Cada cidade receberá o festival por 3 dias, sendo 4 sessões por dia. O público estimado para o festival é de 15 mil pessoas.

171699 - MITOS INDÍGENAS EM TRAVESSIA
ZURETA SERVICOS E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA.
CNPJ/CPF: 09.002.909/0001-53
Processo: 01400015700201713
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 649.035,97
Prazo de Captação: 23/08/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto MITOS INDÍGENAS EM TRAVESSIA - tem como objetivo principal coletar e disseminar a cultura de comunidades indígenas por meio da troca de experiências e conhecimento em aldeias de etnias diversas, que resultará na co-criação de roteiro audiovisual e captação de imagens. Dividido em duas etapas, a primeira etapa terá como produto final, um média metragem do gênero "documentário poético" com 16 minutos de duração e Classificação Indicativa Livre, cocriado com grupos de jovens de três aldeias indígenas tradicionais brasileiras de etnias distintas e localizadas em três estados: Kadiwéu do Mato Grosso do Sul, Mehinako do Mato Grosso e Karajás do Tocantins. O curta-metragem será finalizado em Full-HD. Em uma segunda etapa, caso haja captação total para o projeto é prevista a conversão do média metragem em um média de animação, dirigido ao público infanto-juvenil. Ainda nesta segunda etapa prevê-se a criação de um Portal Digital para a difusão do projeto.

171511 - O Brasil no Espaço
NADIA COSTA PONTES
CNPJ/CPF: 215.856.638-83
Processo: 01400013561201785
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 440.887,00
Prazo de Captação: 23/08/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto visa a criação de um documentário de média metragem com 60 minutos de duração, que contará a história do desenvolvimento da pesquisa aeroespacial do Brasil, desde os primeiros pesquisadores formados pelo ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) e CTA (Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial), na década de 1950, até os dias atuais, trazendo fatos curiosos e bastidores. Será feita uma análise contextual e histórica entre o que ocorreu no mundo no mesmo período. HD, colorido, 60 minutos

ANEXO II

171712 - Gema - 2ª Temporada
Lucas Jaskulski Luz 81439571015
CNPJ/CPF: 13.498.602/0001-62
Processo: 01400016221201714
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 404.717,17
Prazo de Captação: 23/08/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar a segunda temporada do projeto Gema, proposta que objetiva mostrar ao público a pluralidade da música regional gaúcha. É sobretudo um projeto musical, no qual em multiplataformas (websérie em 10 episódios, 10 podcasts, revista, site e redes sociais) o público toma conhecimento acerca das músicas praticadas dentro do território do Rio Grande do Sul, bem como de seus músicos, sejam eles profissionais ou amadores, de palco ou de festas religiosas, mestres tradicionais ou que tocam apenas em chás entre vizinhos. Os episódios terão em média 10 minutos, formato fullhd, sendo lançados semanalmente. A primeira temporada pode ser acessada em www.projetogema.com.br

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 1.245/GC3, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Revoga a Portaria nº 569/GC5, de 5 de setembro de 2000, declarada inaplicável por Resolução da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o disposto na Resolução nº 440, de 9 de agosto de 2017, da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), publicada no Diário Oficial da União nº 154, de 11 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 569/GC5, de 5 de setembro de 2000, que "Estabelece novos procedimentos para o Sistema de Transporte Aéreo Regular e dá outras providências", publicada no Diário Oficial da União nº 173-E, de 6 de setembro de 2000, bem como a Portaria nº 731/GC5, de 31 de julho de 2003, que "Altera dispositivos da Política para os Serviços de Transporte Aéreo Comercial do Brasil", publicada no Diário Oficial da União nº 153, de 11 de agosto de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 25 de março de 2018.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

COMANDO DA MARINHA
COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS
1º DISTRITO NAVAL
CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 104/CPRJ, DE 28 DE JULHO DE 2017

Altera a Port. Nº 54/2016, desta Capitania.

O CAPITÃO DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso 10.5.1 da SGM-105 (4ª Revisão), e a alínea b) do item 0102 das Normas Técnicas de Procedimentos para o Serviço de Praticagem (NORTEC) - DPC - 12 (1ª Revisão), resolve:

Art. 1º Alterar o texto da Portaria nº 54/2017, desta Capitania, efetuando a seguinte alteração: I- No Item 2.1.1 do Art.1º, substituir o texto pelo seguinte:Para o Terminal 2 do Porto do Açu (subzona 4 da ZP-15), para confirmação de que os comandantes das embarcações com AB maior que 3000 e menor ou igual a 5000 foram assessorados pela praticagem e estão familiarizados com a navegação e com a entrada/saída do referido terminal, deverão fornecer cópias de comprovantes de oito Fainas de Praticagem, sendo quatro de entrada, das quais uma deverá ser manobra noturna; e quatro de saída, das quais uma deverá ser manobra noturna, para poderem ser dispensadas do Serviço de Praticagem (anexo 2-G da NORMAM-12/DPC) em manobras diurnas e noturnas. Caso sejam realizadas as seis Fainas de Praticagem, exclusivamente diurnas, poderá ser autorizada a dispensa do Serviço de Praticagem para o período diurno, apenas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Capitão de Mar e Guerra SERGIO RENATO BERNA SALGUEIRINHO

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 243/DPC, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Reajusta os preços fixados dos serviços de praticagem previstos na Portaria nº 31/DPC, de 09 de março de 2012, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, reajustando-se desde março de 2012 até a presente data.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14 da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA) e o contido na Portaria nº 156, de 3 de junho de 2004, do Comandante da Marinha; resolve:

Art. 1º Reajustar os preços constantes da Tabela Anexa à Portaria nº 31/2012/DPC, aplicando-se o índice de correção de 40,55% (quarenta vírgula cinquenta e cinco por cento), consoante o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do período de 09 de março de 2012 a 31 de julho de 2017, em cumprimento à decisão judicial proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian da 1ª Região, nos autos do Agravo de Instrumento nº 0030992-80.2017.4.01.0000/DF, interposto por Serviços de Praticagem New Pilots Ltda. e Práticos do Rio de Janeiro - Empresa de Praticagem dos portos do Estado do Rio de Janeiro - EPP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, mantidos os seus efeitos até que sobrevenha nova decisão judicial em contrário.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 241, datada de 18 de agosto de 2017, publicada no DOU de 21 de agosto de 2017.

V. Alm. WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

ANEXO

TABELA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DOS SERVIÇOS DE PRATICAGEM DAS EMPRESAS "SERVIÇOS DE PRATICAGEM NEW PILOTS LTDA." E "PRÁTICOS DO RIO - EMPRESA DE PRATICAGEM DOS PORTOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EPP".
VALORES BÁSICOS - ITAGUAÍ

ITAGUAÍ		
AB	Distância em Milhas	Valor Fixado (R$)
Até 10.000	Até 5,0	6.617,60
	5,1 - 10,0	6.948,48
	10,1-15,0	7.279,35
	15,1-20,0	7.610,23
	20,1-25,0	7.941,12
	25,1-30,0	8.272,00
	30,1-60,0	8.933,75
	60,1-90,0	9.595,49
	Acima 90,0	9.926,37
	Até 5,0	8.602,87

De 10.001 a 20.000	5,1 - 10,0	9.033,01
	10,1-15,0	9.463,16
	15,1-20,0	9.893,29
	20,1-25,0	10.323,45
	25,1-30,0	10.753,58
	30,1-60,0	11.613,87
	60,1-90,0	12.474,14
	Acima 90,0	12.904,30
De 20.001 a 30.000	Até 5,0	10.588,14
	5,1 - 10,0	11.117,55
	10,1-15,0	11.646,97
	15,1-20,0	12.176,36
	20,1-25,0	12.705,78
	25,1-30,0	13.235,18
	30,1-60,0	14.293,99
	60,1-90,0	15.352,82
	Acima 90,0	15.882,22
De 30.001 a 40.000	Até 5,0	12.573,41
	5,1 - 10,0	13.202,10
	10,1-15,0	13.830,76
	15,1-20,0	14.459,43
	20,1-25,0	15.088,11
	25,1-30,0	15.716,78
	30,1-60,0	16.974,12
	60,1-90,0	18.231,47
	Acima 90,0	18.860,13
De 40.001 a 50.000	Até 5,0	14.558,70
	5,1 - 10,0	15.286,63
	10,1-15,0	16.014,55
	15,1-20,0	16.742,51
	20,1-25,0	17.470,43
	25,1-30,0	18.198,38
	30,1-60,0	19.654,24
	60,1-90,0	21.110,11
	Acima 90,0	21.838,05
De 50.001 a 75.000	Até 5,0	16.543,97
	5,1 - 10,0	17.371,17
	10,1-15,0	18.198,38
	15,1-20,0	19.025,57
	20,1-25,0	19.852,76
	25,1-30,0	20.679,97
	30,1-60,0	22.334,36
	60,1-90,0	23.988,76
	Acima 90,0	24.815,97
De 75.001 a 100.000	Até 5,0	19.852,76
	5,1 - 10,0	20.845,41
	10,1-15,0	21.838,05
	15,1-20,0	22.830,69
	20,1-25,0	23.823,32
	25,1-30,0	24.815,97
	30,1-60,0	26.801,25
	60,1-90,0	28.786,50
	Acima 90,0	29.779,15

VALORES BÁSICOS - RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO		
AB	Distância em Milhas	Valor Fixado (R$)
Até 10.000	Até 5,0	6.015,03
	5,1 - 10,0	6.315,77
	10,1-15,0	6.616,54
	15,1-20,0	6.917,28
	20,1-25,0	7.218,03
	25,1-30,0	7.518,79
	30,1-60,0	8.120,28
	60,1-90,0	8.721,79
	Acima 90,0	9.022,53
De 10.001 a 20.000	Até 5,0	7.819,55
	5,1 - 10,0	8.210,52
	10,1-15,0	8.601,50
	15,1-20,0	8.992,47
	20,1-25,0	9.383,45
	25,1-30,0	9.774,42
	30,1-60,0	10.556,37
	60,1-90,0	11.338,34
	Acima 90,0	11.729,31
De 20.001 a 30.000	Até 5,0	9.624,04
	5,1 - 10,0	10.105,24
	10,1-15,0	10.586,45
	15,1-20,0	11.067,65
	20,1-25,0	11.548,85
	25,1-30,0	12.030,04
	30,1-60,0	12.992,46
	60,1-90,0	13.954,87
	Acima 90,0	14.436,05
De 30.001 a 40.000	Até 5,0	11.428,55
	5,1 - 10,0	11.999,98
	10,1-15,0	12.571,40
	15,1-20,0	13.142,83
	20,1-25,0	13.714,27
	25,1-30,0	14.285,69
	30,1-60,0	15.428,55
	60,1-90,0	16.571,40
	Acima 90,0	17.142,83
De 40.001 a 50.000	Até 5,0	13.233,06
	5,1 - 10,0	13.894,72
	10,1-15,0	14.556,36
	15,1-20,0	15.218,02
	20,1-25,0	15.879,66
	25,1-30,0	16.541,32
	30,1-60,0	17.864,63
	60,1-90,0	19.187,93
	Acima 90,0	19.849,59
De 50.001 a 75.000	Até 5,0	15.037,58
	5,1 - 10,0	15.789,45
	10,1-15,0	16.541,32
	15,1-20,0	17.293,20
	20,1-25,0	18.045,08
	25,1-30,0	18.796,96
	30,1-60,0	20.300,72
	60,1-90,0	21.804,48
	Acima 90,0	22.556,35
De 75.001 a 100.000	Até 5,0	18.045,08
	5,1 - 10,0	18.947,34
	10,1-15,0	19.849,59
	15,1-20,0	20.751,84
	20,1-25,0	21.654,10
	25,1-30,0	22.556,35
	30,1-60,0	24.360,86
	60,1-90,0	26.165,36
	Acima 90,0	27.067,62

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em, 22 de agosto de 2017

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 237/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que, com fulcro no art. 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conhece do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho SERES nº 182, de 30 de julho de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 31 de julho de 2014, que determinou a redução de trinta vagas na oferta do curso superior de Fisioterapia, bacharelado, da Universidade Estácio de Sá - UNESA, com sede na Rodovia General Alfredo Bruno Gomes Martins, s/n, Lote 19, campus Cabo Frio, estado do Rio de Janeiro, mantida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda., que passará a ofertar 70 (setenta) vagas totais anuais, como forma de convolação da penalidade de desativação do curso em questão, conforme consta do Processo nº 23000.017914/2011-76.

MENDONÇA FILHO

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 160, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Estabelece o calendário de atividades da Diretoria de Avaliação para o ano de 2017

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR-CAPES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23038.000648/2017-19, resolve:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria nº 9, de 12 de janeiro de 2017, publicada no D.O.U. de 17 de janeiro de 2017, Seção 1, página 19, que passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 1º Estabelecer o calendário de atividades da Diretoria de Avaliação para o ano de 2017.

ATIVIDADE	DATA
Prazo final para atualização e envio do COLETA 2013-2015	10/02
Prazo final para envio do COLETA (ano base 2016)	10/03
AVALIAÇÃO QUADRIENAL	03/07 a 04/08
Resultados da Avaliação Quadrienal	15/09
Prazo para pedidos de reconsideração - Avaliação Quadrienal	16/09 a 16/10
Submissão de APCN	20/09 a 31/10
Submissão de MINTER e de DINTER	(*)
Resultado final da Avaliação Quadrienal	20/12

(*)A submissão de MINTER e de DINTER ocorrerá em fevereiro de 2018"

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABILIO A. BAETA NEVES

PORTARIA Nº 161, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Avaliação de Propostas de Cursos Novos, APCN, de pós-graduação stricto sensu.

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR-CAPES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, considerando as orientações normativas da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, CES-CNE, bem como as deliberações do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior, CTC-ES, da CAPES, e visando aprimorar o processo de avaliação de propostas de novos cursos de pós-graduação stricto sensu, mestrado e/ou doutorado,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23038.013517/2017-93, resolve:

Art. 1º Disciplinar o processo de avaliação de propostas de cursos novos, APCN, que envolve:

I - proposta;

II - submissão;

III - avaliação;

IV - pedido de reconsideração;

V - recurso;

VI - resultado;

VII - envio à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, CES-CNE;

VIII - início do funcionamento.

Art. 2º A submissão de proposta de cursos novos aplicar-se-á para programas acadêmicos e profissionais, nos níveis de mestrado e doutorado.

SEÇÃO I

Proposta

Art. 3º As propostas de cursos de mestrado e/ou doutorado deverão atender aos requisitos gerais para toda e qualquer área de avaliação, definidos pelo CTC-ES e aos critérios e parâmetros específicos da área de avaliação a que elas se vinculem, disponibilizadas nos Requisitos para a Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN), no Portal da CAPES.

Art. 4º São requisitos gerais aplicáveis às propostas de cursos novos submetidas à avaliação da CAPES:

I - adequação ao plano de desenvolvimento da instituição proponente e comprometimento com a proposta;

II - clareza e consistência da proposta, que deve apresentar informações detalhadas sobre os objetivos; a coerência entre a área de concentração, linhas de pesquisa/atuação e projetos; e a estrutura curricular, disciplinas e referencial bibliográfico;

III - clareza dos critérios adotados para seleção de alunos; quantitativo de vagas; justificativas para o perfil da formação pretendida; e perfil do egresso;

IV - comprovação de que o grupo proponente possui competência e qualificação acadêmica, didática, técnica e/ou científica vinculadas ao objetivo da proposta;

V - quadro de docentes permanentes que, em número, regime de dedicação ao curso e qualificação, permita assegurar a regularidade e a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e orientação;

VI - indicação de, no máximo, cinco produções de cada docente permanente dos últimos cinco anos;

VII - infraestrutura de ensino e pesquisa adequada para o desenvolvimento das atividades previstas, no que se refere a instalações físicas, laboratórios e biblioteca;

VIII - infraestrutura e acesso a equipamentos de informática atualizados, à rede mundial de computadores e a fontes de informação multimídia para os docentes e discentes;

IX - infraestrutura adequada em termos de espaço físico, mobiliário e equipamento para a boa condução das atividades administrativas do curso.

Art. 5º As propostas de cursos novos em formas associativas deverão seguir os requisitos gerais expostos no artigo anterior e as especificidades constantes na legislação em vigor.

Art. 6º As propostas de cursos novos na modalidade profissional poderão contemplar:

I - corpo docente integrado por profissionais com reconhecida experiência no campo em questão, mesmo que não possuam título de doutor;

II- carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitindo o regime de dedicação parcial.

Art. 7º O corpo técnico da CAPES e os Coordenadores das Áreas de Avaliação não prestarão assessoramento para a elaboração de propostas de novos cursos.

Parágrafo único. A CAPES, em consonância com as áreas de avaliação ou outros órgãos e setores governamentais, poderá promover ações visando à indução de novos cursos para o desenvolvimento da pós-graduação nacional, fazendo-se representar em congressos, seminários, reuniões de pró-reitores e reuniões de sociedades e associações científicas ou de pós-graduação, das diferentes áreas de conhecimento.

SEÇÃO II

Submissão

Art. 8º As propostas de cursos a serem submetidas à avaliação da CAPES devem ser encaminhadas por via eletrônica, exclusivamente por meio da Plataforma Sucupira.

Parágrafo único. Não serão consideradas, sob nenhuma hipótese, propostas cujos documentos, ou eventuais anexos ou complementos, tenham sido enviados por outros meios, tais como correios e mensagens eletrônicas.

Art. 9º O período para envio das propostas será estabelecido anualmente por meio do Calendário de Atividades da Diretoria de Avaliação, publicado no Diário Oficial da União.

Art. 10 A instituição deverá informar, quando da submissão da proposta, o enquadramento pretendido do curso em área básica de conhecimento, cabendo à Diretoria de Avaliação estabelecer o enquadramento final de cada proposta em uma das áreas de avaliação, conforme legislação própria.

Art. 11 O encaminhamento das propostas de novos cursos à CAPES será efetuado mediante a adoção dos seguintes procedimentos de submissão da proposta:

I - preenchimento das informações e campos formatados de dados, existentes e solicitadas na Plataforma Sucupira, pelo Coordenador da proposta.

II - anexação dos seguintes documentos, de modo legível:

a) regimento ou regulamento do programa já existente ou do curso novo adequado ao estatuto ou às normas gerais da Instituição referentes à pós-graduação stricto sensu; se for proposta em forma associativa, o documento deverá ser assinado por todas as IES.

b) autorização para participação de docente de outra Instituição de Ensino Superior - IES no curso, quando existir e for o caso, assinada pelo pró-reitor de pós-graduação da instituição a que está vinculado ou autoridade equivalente.

c) no caso de propostas de cursos novos em formas associativas, documento oficial de todas as Instituições envolvidas declarando explicitamente o interesse em participar da proposta, assinado por todos os interessados.

d) outros documentos considerados relevantes para a avaliação da proposta.

III - envio da proposta pelo coordenador à Pró-Reitoria para análise e homologação daquela instância.

IV - análise e homologação pela Pró-Reitoria de pós-graduação da instituição de ensino e pesquisa, ou órgão equivalente, dentro do prazo fixado para esse fim.

Parágrafo único. Propostas não homologadas e não enviadas pela Pró-Reitoria ou órgão equivalente serão automaticamente desconsideradas.

Art. 12 Caso a IES encaminhe mais de uma vez proposta similar no mesmo período de submissão, será considerada, para fins de avaliação, apenas a última.

Art. 13 O pedido de cancelamento da proposta e consequente interrupção do processo de avaliação deverá ser informado à Diretoria de Avaliação pela Pró-Reitoria de pós-graduação ou órgão equivalente.

SEÇÃO III

Avaliação

Art. 14 A avaliação das propostas de novos cursos será realizada em 5 (cinco) etapas.

I - Primeira etapa: análise documental - relativa às exigências documentais, realizada pela Diretoria de Avaliação.

a) Verificar-se-á se todos os documentos foram anexados corretamente na Plataforma Sucupira e se estão legíveis.

b) Em caso de documentação incompleta e/ou ilegível, a proposta será automaticamente desconsiderada, em caráter terminativo, e não seguirá para as etapas subsequentes.

II - Segunda etapa: enquadramento da proposta em área de avaliação - relativa à verificação da pertinência da área básica e da área de avaliação sugerida na proposta.

a) A verificação será realizada pela Diretoria de Avaliação que poderá manter a escolha ou readequar a proposta para nova área de avaliação.

III - Terceira etapa: análise de admissibilidade - avaliar-se-á se as propostas enviadas atendem aos requisitos mínimos das áreas de avaliação.

a) A confrontação dos dados será realizada pelo Coordenador de Área na qual a proposta foi enquadrada após a segunda etapa.

b) Será desclassificada, em caráter definitivo, a proposta enviada que não atenda aos requisitos mínimos dispostos nos documentos de área.

IV - Quarta etapa: análise de mérito - avaliação e emissão de parecer detalhado sobre a proposta.

a) A avaliação será realizada por Comissão de Área criada para este fim, formada por profissionais de reconhecida qualificação e competência técnico-científica.

b) Nesta etapa, será admitida diligência documental, diligência de visita ou ambas, para obter esclarecimentos sobre aspectos específicos relativos ao mérito da proposta.

c) No caso de diligência documental ou de visita, as instituições terão 15 (quinze) dias corridos para envio dos dados solicitados. Neste caso, excepcionalmente, será admitida a juntada de relatórios e outros documentos exclusivamente por meio da Plataforma Sucupira, desde que estes não configurem e caracterizem uma nova proposta.

d) É permitido o reenquadramento da proposta para nova área de avaliação.

V - Quinta etapa: análise pelo CTC-ES - análise de mérito e emissão de parecer final.

a) A proposta será avaliada preliminarmente por dois relatores, membros do CTC-ES, que elaborarão parecer final.

b) O CTC-ES votará pela aprovação ou rejeição da proposta, após exposição dos relatores.

c) Nesta etapa, será admitida diligência à área de avaliação, diligência documental e diligência de visita para obter esclarecimentos sobre aspectos específicos relativos ao mérito da proposta.

d) No caso de diligência documental ou de visita, as instituições terão 15 (quinze) dias corridos para envio dos dados solicitados. Neste caso, excepcionalmente, será admitida a juntada de relatórios e outros documentos exclusivamente por meio da Plataforma Sucupira, desde que estes não configurem e caracterizem uma nova proposta.

SEÇÃO IV

Pedidos de Reconsideração

Art. 15 É facultado pedido de reconsideração do resultado da avaliação somente após a conclusão de todas as etapas expressas nos termos do artigo 14, desde que atenda às seguintes exigências:

I - ser efetuado, exclusivamente por meio da Plataforma Sucupira, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de publicação do resultado na página da CAPES;

II - ser encaminhado pelo coordenador da proposta e homologado pelo pró-reitor de pós-graduação ou autoridade equivalente, ambas as etapas cumpridas no prazo referido no inciso I do presente artigo.

§ 1º Não serão considerados pedidos de reconsideração enviados por outros meios, que não o previsto no inciso I supracitado.

§ 2º Pedidos de Reconsideração não homologados e não enviados pela Pró-Reitoria ou órgão equivalente serão automaticamente desconsiderados.

§ 3º O pedido de reconsideração deverá limitar-se a apresentar de forma clara e objetiva os argumentos, devidamente fundamentados, que, no entender da Instituição, poderão levar à revisão do resultado da avaliação da proposta submetida.

§ 4º Fica vedada a juntada de quaisquer outras informações e complementos que descaracterizem a proposta original, exceto nos casos de incorporação de documentos originários de diligência de visita.

Art. 16 Não caberá pedido de reconsideração à decisão das análises ocorridas na primeira, na segunda e na terceira etapas, descritas nos incisos I a IV do artigo 14.

SEÇÃO V

Avaliação de Pedidos de Reconsideração

Art. 17 A avaliação dos pedidos de reconsideração compreende três etapas:

I - primeira etapa: análise de admissibilidade - verificar o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 15, desta portaria, pela Diretoria de Avaliação.

II - segunda etapa: análise dos pedidos de reconsideração - emissão de parecer, por nova Comissão de Área.

III - terceira etapa: análise pelo CTC-ES - emissão de parecer definitivo realizado por novos relatores.

Parágrafo único. Na avaliação de pedidos de reconsideração é permitido apenas diligência à área de avaliação, sendo vedada, portanto, a diligência documental e/ou diligência de visita

SEÇÃO VI

Recursos

Art. 18 É facultado a submissão de recurso ao Presidente da CAPES, conforme orientação normativa da Portaria CAPES nº 86, de 19 de abril de 2017.

SEÇÃO VII

Divulgação de Resultados

Art. 19 O resultado, preliminar e definitivo, da avaliação das propostas será disponibilizado no Portal da Capes.

§ 1º O resultado será definitivo quando exaurirem os prazos para envio de pedido de reconsideração ou recurso, no âmbito da CAPES.

§ 2º O parecer final circunstanciado será disponibilizado, por meio da Plataforma Sucupira, ao coordenador e ao Pró-reitor da IES proponente, para acesso com login e senha.

SEÇÃO VIII

Reconhecimento do CNE/MEC

Art. 20 Após o resultado definitivo, a documentação correspondente será encaminhada à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, CES-CNE, para que esse órgão delibere sobre a autorização e o reconhecimento do curso, com posterior homologação do Ministro da Educação, conforme o estabelecido pela legislação vigente.

Parágrafo único. O ato de reconhecimento de um curso pela CES-CNE, nos termos da legislação vigente, aplica-se, exclusivamente, à sua oferta em conformidade com o previsto na proposta recomendada pela CAPES.

SEÇÃO IX

Início de Funcionamento dos Novos Programas

Art. 21 A IES terá até 24 (vinte e quatro) meses, a contar da recomendação da CAPES, para dar início ao efetivo funcionamento do programa, na forma e nas condições previstas na proposta recomendada.

§ 1º A data de início do funcionamento do programa, que corresponde à de início da oferta de disciplinas para atendimento dos alunos nele matriculados, deverá ser posterior à de recomendação de sua proposta pela CAPES, respeitado o estabelecido pela legislação vigente, e deverá ser informado na Plataforma Sucupira no prazo de até 30 dias após seu início.

§ 2º A emissão de diplomas está condicionada ao reconhecimento pela CES-CNE e à homologação do Ministro da Educação, após publicação em Diário Oficial da União.

Art. 22 Caso o programa não entre em funcionamento no prazo fixado pelo caput do art. 26 ou, quando pertinente, pelo § 1º do referido artigo, sua recomendação perderá a eficácia e, por conseguinte, o programa será excluído da relação de programas recomendados e reconhecidos, com posterior solicitação à CES-CNE da revogação do correspondente ato de reconhecimento.

SEÇÃO X

Disposições Finais

Art. 23 Casos omissos nesta Portaria serão resolvidos pela Diretoria de Avaliação.

Art. 24 Revoga-se a Portaria CAPES nº 91, de 29 de julho de 2015, e demais disposições em contrário.

Art. 25 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABILIO A. BAETA NEVES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 1.975, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições conferidas por Decreto de 14 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 16.06.2017, resolve:

I - HOMOLOGAR o resultado do processo seletivo, objeto do Edital de Seleção nº 039/2017, conforme segue:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Candidato	Classificação
Faculdade de Medicina - FM	Anestesiologia	Auxiliar com especialização, Nível 1, 20h.	Paulo Gabriel Melo Brandão	1º
	Saúde Materno-Infantil	Auxiliar com especialização, Nível 1, 20h.	Christine Rondon Pedrosa	1º
			Maressa de Moura Abrahim Oliveira	2º
			Airton da Silveira Rafael Neto	3º
	Cirurgia Geral	Auxiliar com especialização, Nível 1, 20h.	Júlio Francisco Arce Flôres	1º
	Hematologia	Auxiliar com especialização, Nível 1, 20h.	Rodrigo de Souza Leitão	1º
	Saúde Coletiva e/ou Saúde Pública	Auxiliar com especialização, Nível 1, 40h.	Não houve candidatos aprovados	

II - ESTABELECER que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União.

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE

PORTARIA Nº 657, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

A Reitora da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, no uso de suas atribuições, conferidas pelo decreto de 14/03/2017, publicado no DOU de 15/03/2017, resolve:

Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, do Departamento de Fonoaudiologia, instituído pelo Edital nº 28, de 30/05/2017, publicado no DOU de 31/05/2017 na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:

Área de conhecimento: Linguagem Adulto

Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva

Nº de vagas: 01 (uma)

Classificação e Pontuação Final

1º - Bárbara Costa Beber - 8,56

2º - Denise Ren da Fontoura - 7,97

3º - Rudineia Toazza - 7,73

4º - Léia Gonçalves Gurgel - 7,14

5º - Carla Ciceri Cesa - 7,07

6º - Vanessa Santos Elias - 7,00

7º - Aline Mansueto Mourão - 6,23

8º - Natalie Pereira - 5,82

Os demais candidatos não obtiveram média mínima para classificação

LUCIA CAMPOS PELLANDA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIA Nº 945, DE 15 DE AGOSTO DE 2017

A Reitora da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 19/05/2015, publicado no Diário Oficial da União de 20/05/2015, considerando o que consta do Processo 005005/2015, resolve:

Aplicar à empresa HOMETOOLS COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MULTIUTILIDADES EIRELI - EPP, CNPJ nº 10.814.963/0001-82, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 8 (oito) meses, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(dez por cento) sobre o valor do contrato representado pela Nota de Empenho nº 2015NE800271, bem como com sua rescisão, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos subitens 15.2 e 15.2.2 do Edital de Pregão nº 106/2015, determinando, ainda, o registro das punições e descredenciamento junto ao Sicaf, nos termos do subitem 15.6.

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

PORTARIA Nº 962, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O Vice-Reitor da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0580/2015, de 19/06/2015, publicada no Diário Oficial da União de 22/06/2015, considerando o que consta do Processo 010487/2015, resolve:

Aplicar à empresa CAMP LAB 2005 MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA - ME, CNPJ nº 07.253.912/0001-14, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10% (dez por cento) sobre os valores dos contratos representados pelas Notas de Empenho nºs 2016NE800237 e 2016NE800315, bem como com sua rescisão, com base nos arts. 7º e 9º da Lei nº 10.520/2002, no art. 79, I, da Lei nº 8.666/1993 e nos subitens 19.1, 19.1.6, 19.2 e 19.2.2 do Edital de Pregão nº 219/2015, Ata de Registro de Preços nº 52/2016, determinando, ainda, o cancelamento do registro do fornecedor, com base no art. 20, inc. I, do Decreto-Lei nº 7.892/2013, e o registro das punições e o descredenciamento no Sicaf.

JOÃO CARLOS CARDOSO GALVÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 2.024, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Presidencial de 11.04.2017, publicado no D.O.U de 12.04.2017, e considerando os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº 23188.019660.2017-75, resolve:

Art. 1º Aplicar sanção à empresa DISP - Segurança e Vigilância LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.052.780/0002-18, com aplicação de multa administrativa de R$ 16.122,44 (dezesseis mil, cento e vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos), e Impedimento de Licitar e Contratar com a União por 12 (doze) meses, a contar do registro no SICAF, com base prevista no art. 7º da lei nº 10.520/02 e do art. 28 do Decreto Federal nº 5.450/05.

Art. 2º A aplicação da sanção se dá em razão de inadimplemento por parte da empresa, visto que a contratada deixou de recolher regularmente FGTS e INSS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAN SILVA DE PAULA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO

PORTARIA Nº 1.332, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O Substituto do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Portaria IFTM nº 284 de 17/02/2017, publicada no DOU de 24/02/2017, e Lei nº 11.892 de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008, resolve:

I - Aprovar e divulgar a Estrutura Organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, tendo em vista o Regimento Geral, o Regimento Interno dos Campi e o disposto na Lei nº 11.892/2008, conforme o Anexo I desta Portaria.

II - Fixar os cargos de direção (CD), funções gratificadas (FG) e funções comissionadas de coordenação de curso (FUC-001), na Estrutura Organizacional do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.

III - A publicação dos atos administrativos de exoneração/nomeação, dispensa/designação e/ou apostilamento, decorrentes da divulgação da Estrutura Regimental de que trata o item I, deverão ocorrer no prazo de noventa dias, contados da data de publicação no DOU, desta Portaria.

IV - Fica revogada a Portaria IFTM-Reitoria nº 1.290 de 21/11/2013, publicada no DOU de 22/11/2013 e as demais disposições em contrário.

V - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

JOSÉ ANTÔNIO BESSA

ANEXO I

A) Reitoria

Ordem	Unidade	Denominação do cargo/função	CD/DG/FUC
1.	Reitoria	Reitor	CD-01
1.1.	Vice-Reitoria	Vice-Reitor	CD-03
1.2.	Gabinete da Reitoria	Chefe	CD-03
1.2.1.	Secretaria do Gabinete	Secretário	FG-01
1.3.	Assessoria da Reitoria	Assessor	CD-03
1.4.	Procuradoria Federal	Chefe	CD-04
1.4.1.	Secretaria da Procuradoria Federal	Secretário	FG-02
1.5.	Coordenação Geral de Auditoria Interna	Coordenador Geral	CD-04
1.6.	Coordenação de Processo Seletivo	Coordenador	FG-02
1.7.	Diretoria de Comunicação Social e Eventos	Diretor	CD-03
1.7.1.	Coordenação de Cerimonial e Eventos	Coordenador	FG-01
1.7.2.	Coordenação de Comunicação Social	Coordenador	FG-02
1.7.3.	Coordenação da Editora do IFTM	Coordenador	FG-01
1.8.	Coordenação Geral do Centro de Idiomas e Relações Internacionais	Coordenador Geral	CD-04
1.9.	Ouvidoria	Ouvidor	-X-X-
1.10.	Pró-Reitoria de Administração	Pró-Reitor	CD-02
1.10.1.	Secretaria da Pró-Reitoria de Administração	Secretário	FG-05
1.10.2.	Diretoria de Administração	Diretor	CD-03
1.10.2.1.	Coordenação Geral de Material e Logística	Coordenador Geral	CD-04
1.10.2.1.1.	Coordenação de Protocolo	Coordenador	FG-05
1.10.2.1.2.	Coordenação de Atividades Administrativas	Coordenador	FG-01
1.10.2.1.3.	Coordenação de Transporte	Coordenador	FG-01
1.10.2.1.3.1.	Coordenação de Controle e Manutenção de Veículos	Coordenador	FG-02
1.10.2.1.4.	Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio	Coordenador	FG-02
1.10.2.2.	Coordenação Geral de Contabilidade, Orçamento e Finanças	Coordenador Geral	CD-04
1.10.2.2.1.	Coordenação de Orçamento e Finanças	Coordenador	FG-01
1.10.2.2.2.	Coordenação de Acompanhamento Orçamentário	Coordenador	FG-05
1.10.2.2.3.	Coordenação de Contabilidade	Coordenador	FG-01
1.10.2.3.	Coordenação Geral de Infraestrutura e Aquisições	Coordenador Geral	CD-04
1.10.2.3.1.	Coordenação de Engenharia e Arquitetura	Coordenador	FG-01
1.10.2.3.2.	Coordenação de Licitações, Contratos e Compras	Coordenador	FG-01
1.10.2.3.2.1.	Coordenação de Compras	Coordenador	FG-02
1.10.2.3.2.2.	Coordenação de Acompanhamento de Contratos	Coordenador	FG-02
1.10.2.3.2.3.	Coordenação de Procedimentos Licitatórios	Coordenador	FG-02
1.11.	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	Pró-Reitor	CD-02
1.11.1.	Secretaria da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	Secretário	FG-06
1.11.2.	Diretoria de Gestão de Pessoas	Diretor	CD-03
1.11.2.1.	Coordenação de Legislação e Procedimentos e Assessoria a DGP	Coordenador	FG-01
1.11.2.2.	Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas	Coordenador Geral	CD-04
1.11.2.2.1.	Coordenação de Capacitação e Avaliação de Pessoal	Coordenador	FG-04
1.11.2.2.2.	Coordenação de Seleção e Movimentação de Pessoal	Coordenador	FG-04
1.11.2.2.3.	Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor	Coordenador	FG-05
1.11.2.3.	Coordenação Geral de Cadastro e Pagamento de Pessoal	Coordenador Geral	CD-04
1.11.2.3.1.	Coordenação de Pagamento de Pessoal	Coordenador	FG-02
1.11.2.3.2.	Coordenação de Cadastro, Aposentadorias e Pensões	Coordenador	FG-01
1.11.3.	Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação	Diretor	CD-03
1.11.3.1.	Coordenação de Infraestrutura e Redes de Comunicação	Coordenador	FG-01
1.11.3.2.	Coordenação de Concepção e Elaboração	Coordenador	FG-02
1.11.3.3.	Coordenação de Construção de Sistemas	Coordenador	FG-01
1.11.3.4.	Coordenação de Transição e Suporte	Coordenador	FG-02
1.11.3.5.	Coordenação de Suporte à Reitoria	Coordenador	FG-05
1.11.4.	Coordenação Geral de Planejamento Institucional	Coordenador Geral	CD-04
1.11.4.1.	Coordenação de Planejamento Orçamentário	Coordenador	FG-02
1.11.4.1.1.	Coordenação de Banco de Itens	Coordenador	FG-05
1.11.4.2.	Coordenação de Planejamento Estratégico	Coordenador	FG-02
1.12.	Pró-Reitoria de Ensino	Pró-Reitor	CD-02
1.12.1.	Diretoria de Ensino	Diretor	CD-03
1.12.1.1.	Coordenação Geral de Ensino	Coordenador Geral	CD-04
1.12.1.1.1.	Coordenação de Apoio ao Ensino	Coordenador	FG-01
1.12.1.1.2.	Coordenação de Ensino	Coordenador	FG-01
1.12.1.1.2.1.	Coordenação de Apoio Pedagógico	Coordenador	FG-05
1.12.2.	Coordenação de Registro e Certificação	Coordenador	FG-01
1.12.3.	Procuradoria Institucional	Chefe	FG-01
1.13.	Pró-Reitoria de Extensão Tecnológica	Pró-Reitor	CD-02
1.13.1.	Secretaria da Pró-Reitoria de Extensão Tecnológica	Secretário	FG-05
1.13.2.	Diretoria de Extensão Tecnológica	Diretor	CD-03
1.13.2.1.	Coordenação Geral de Extensão Tecnológica	Coordenador Geral	CD-04
1.13.2.1.1.	Coordenação de Extensão Tecnológica e Assistência Estudantil	Coordenador	FG-01
1.13.3.2.2.	Coordenação de Estágio e Acompanhamento de Egressos	Coordenador	FG-04
1.13.3.2.3.	Coordenação de Arte, Cultura, Esporte e Lazer	Coordenador	FG-05
1.14.	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Pró-Reitor	CD-02
1.14.1.	Secretaria da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Secretário	FG-05
1.14.2.	Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Diretor	CD-03
1.14.2.1.	Coordenação Geral de Pesquisa	Coordenador Geral	CD-04
1.14.2.2.	Coordenação Geral de Pós-Graduação	Coordenador Geral	CD-04
1.14.2.3.	Coordenação de Inovação	Coordenador	FG-02

B) Campus Uberaba

Ordem	Unidade	Denominação do cargo/função	CD/DG/FUC
2.	Direção Geral	Diretor Geral	CD-02
2.1.	Secretaria da Direção Geral	Secretário	FG-01
2.2.	Coordenação de Auditoria Interna	Coordenador	FG-01
2.3.	Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação	Coordenador	FG-03
2.4.	Coordenação de Gestão de Pessoas	Coordenador	FG-01
2.4.1.	Setor de Lotação, Cadastro e Pagamento	Chefe	FG-02
2.5.	Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão	Diretor	CD-03
2.5.1.	Coordenação Geral de Ensino	Coordenador Geral	CD-04
2.5.1.1.	Coordenação de Registro e Controle Acadêmico	Coordenador	FG-01
2.5.1.2.	Coordenação de Biblioteca	Coordenador	FG-02
2.5.1.3.	Coordenação de Laboratórios	Coordenador	FG-05
2.5.1.4.	Coordenação de Apoio Pedagógico	Coordenador	FG-02
2.5.1.5.	Coordenação dos Cursos Técnico e Licenciatura em Química	Coordenador	FUC-001
2.5.1.6.	Coordenação do Curso de Bacharelado em Zootecnia	Coordenador	FUC-001
2.5.1.7.	Coordenação do Curso de Tecnologia em Alimentos	Coordenador	FUC-001
2.5.1.8.	Coordenação do Curso de Bacharelado em Engenharia Agronômica	Coordenador	FUC-001
2.5.1.9.	Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais	Coordenador	FUC-001
2.5.1.10.	Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas	Coordenador	FUC-001
2.5.1.11.	Coordenação do Curso Técnico em Agropecuária e em Agricultura e Zootecnia	Coordenador	FUC-001
2.5.1.12.	Coordenação do Curso de Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Coordenador	FUC-001
2.5.1.13.	Coordenação do Curso Técnico em Administração	Coordenador	FUC-001
2.5.1.14.	Coordenação de Cursos de Pós Graduação na Área Ambiental	Coordenador	FG-02
2.5.1.15.	Coordenação do Curso de Mestrado Profissional em Produção Vegetal	Coordenador	FUC-001
2.5.1.16.	Coordenação do Programa de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica	Coordenador	FUC-001
2.5.2.	Coordenação Geral de Pesquisa, Pós-Graduação e Produção	Coordenador Geral	CD-04
2.5.2.1.	Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Coordenador	FG-02
2.5.2.2.	Coordenação de Apoio a Pesquisa e Produção	Coordenador	FG-05
2.5.2.3.	Coordenação de Produção	Coordenador	FG-01
2.5.2.3.1.	Setor de Produção Agroindustrial	Chefe	FG-05
2.5.3.	Coordenação Geral de Apoio ao Estudante	Coordenador Geral	CD-04
2.5.3.1.	Coordenação de Apoio ao Estudante	Coordenador	FG-02
2.5.3.2.	Coordenação de Alimentação e Nutrição	Coordenador	FG-03
2.5.3.3.	Coordenação de Esporte e Lazer	Coordenador	FG-05
2.5.4.	Coordenação Geral de Extensão	Coordenador Geral	CD-04
2.5.4.1.	Coordenação de Acompanhento de Egressos	Coordenador	FG-05
2.5.4.2.	Coordenação de Estágio	Coordenador	FG-01
2.5.4.3.	Coordenação de Extensão	Coordenador	FG-02
2.5.4.4.	Coordenação do Centro de Idiomas e Relações Internacionais	Coordenador	FG-02
2.6.	Diretoria de Administração e Planejamento	Diretor	CD-03
2.6.1.	Coordenação Geral de Administração e Planejamento	Coordenador Geral	CD-04
2.6.1.1.	Coordenação de Serviços de Apoio	Coordenador	FG-02
2.6.1.2.	Coordenação de Transporte e Segurança	Coordenador	FG-02
2.6.1.3.	Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	Coordenador	FG-01
2.6.1.4.	Coordenação de Licitações, Contratos e Compras	Coordenador	FG-02
2.6.1.4.1.	Setor de Gestão de Contratos	Chefe	FG-03
2.6.1.5.	Coordenação de Almoxarifado	Coordenador	FG-02
2.6.1.6.	Coordenação de Patrimônio	Coordenador	FG-02

C) Campus Uberlândia

Ordem	Unidade	Denominação do cargo/função	CD/DG/FUC
3.	Direção Geral	Diretor Geral	CD-02
3.1.	Secretaria da Direção Geral	Secretário	FG-01

3.1.1.	Secretaria do Gabinete	Secretário	FG-05
3.2.	Coordenação de Auditoria Interna	Coordenador	FG-01
3.3.	Coordenação de Processos Seletivos e Vestibular	Coordenador	FG-04
3.4.	Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação	Coordenador	FG-03
3.5.	Coordenação de Gestão de Pessoas	Coordenador	FG-01
3.5.1.	Setor de Lotação, Cadastro e Pagamento	Chefe	FG-02
3.6.	Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão	Diretor	CD-03
3.6.1.	Coordenação Geral de Ensino	Coordenador Geral	CD-04
3.6.1.1.	Coordenação de Registro e Controle Acadêmico	Coordenador	FG-01
3.6.1.2.	Coordenação de Biblioteca	Coordenador	FG-03
3.6.1.3.	Coordenação de Apoio Pedagogico	Coordenador	FG-03
3.6.1.4.	Coordenação dos Cursos Técnicos em Agropecuária	Coordenador	FUC-001
3.6.1.5.	Coordenação dos Cursos Técnicos da Área de Informática	Coordenador	FUC-001
3.6.1.6.	Coordenação do Curso Técnico em Alimentos	Coordenador	FUC-001
3.6.1.7.	Coordenação dos Cursos Técnicos em Meio Ambiente	Coordenador	FUC-001
3.6.1.8.	Coordenação do Curso Superior em Engenharia Agronômica	Coordenador	FUC-001
3.6.1.9	Coordenação de Cursos de Pós-Graduação na Área de Alimentos	Coordenador	FG-05
3.6.1.10	Coordenação do Curso de Tecnologia em Alimentos	Coordenador	FUC-001
3.6.1.11.	Coordenação do Curso Técnico em Aquicultura	Coordenador	FUC-001
3.6.2.	Coordenação Geral de Pesquisa, Pós-Graduação e Produção	Coordenador Geral	CD-04
3.6.2.1.	Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Coordenador	FG-02
3.6.2.2.	Coordenação de Produção	Coordenador	FG-01
3.6.2.3.	Coordenação de Mecanização e Apoio a Produção	Coordenador	FG-05
3.6.3.	Coordenação Geral de Extensão e Apoio ao Estudante	Coordenador Geral	CD-04
3.6.3.1.	Coordenação de Apoio ao Estudante	Coordenador	FG-02
3.6.3.2.	Coordenação de Alimentação e Nutrição	Coordenador	FG-05
3.6.3.3.	Coordenação de Orientação Educacional	Coordenador	FG-04
3.6.3.4.	Coordenação de Assistência Estudantil	Coordenador	FG-02
3.6.3.5.	Coordenação de Extensão	Coordenador	FG-01
3.6.3.6.	Coordenação de Acompanhamento de Egressos	Coordenador	FG-05
3.6.3.7.	Coordenação de Estágios	Coordenador	FG-05
3.6.3.8.	Coordenação do Centro de Idiomas e Relações Internacionais	Coordenador	FG-03
3.6.3.9.	Coordenação de Cooperativismo e Empreendedorismo	Coordenador	FG-03
3.7.	Diretoria de Administração e Planejamento	Diretor	CD-03
3.7.1.	Coordenação Geral de Administração e Planejamento	Coordenador Geral	CD-04
3.7.1.1.	Coordenação de Serviços de Apoio	Coordenador	FG-02
3.7.1.2.	Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	Coordenador	FG-01
3.7.1.3.	Coordenação de Licitações, Contratos e Compras	Coordenador	FG-02
3.7.1.3.1.	Setor de Gestão de Contratos	Chefe	FG-04
3.7.1.3.2.	Setor de Compras	Chefe	FG-05
3.7.1.4.	Coordenação de Almoxarifado	Coordenador	FG-04
3.7.1.5.	Coordenação de Patrimônio	Coordenador	FG-02
3.7.1.6.	Coordenação de Transporte e Segurança	Coordenador	FG-02

D) Campus Ituiutaba

Ordem	Unidade	Denominação do cargo/função	CD/DG/FUC
4.	Direção Geral	Diretor Geral	CD-02
4.1.	Secretaria da Direção Geral	Secretário	FG-02
4.2.	Coordenação de Auditoria Interna	Coordenador	FG-02
4.3.	Coordenação Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão	Coordenador Geral	CD-04
4.3.1.	Coordenação de Registro e Controle Acadêmico	Coordenador	FG-01
4.3.2.	Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Coordenador	FG-02
4.3.3.	Coordenação de Apoio ao Estudante	Coordenador	FG-02
4.3.4.	Coordenação de Estágio e Acompanhamento de Egressos	Coordenador	FG-02
4.3.5.	Coordenação de Extensão	Coordenador	FG-02
4.3.6.	Coordenação de Biblioteca	Coordenador	FG-05
4.3.7.	Coordenação dos Cursos Técnicos em Agroindústria	Coordenador	FUC-001
4.3.8.	Coordenação do Curso Técnico em Comércio	Coordenador	FUC-001
4.3.9.	Coordenação do Curso Técnico em Química	Coordenador	FUC-001
4.3.10.	Coordenação do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Coordenador	FUC-001
4.3.11.	Coordenação dos Cursos Técnicos em Informática	Coordenador	FUC-001
4.3.12.	Coordenação dos Cursos Técnicos em Eletrotécnica	Coordenador	FUC-001
4.3.13.	Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências da Computação	Coordenador	FUC-001
4.3.14.	Coordenação do Curso de Superior de Tecnologia em Alimentos	Coordenador	FUC-001
4.3.15.	Coordenação do Curso de Tecnologia em Processos Químicos	Coordenador	FUC-001
4.3.16.	Coordenação do Curso Técnico em Administração	Coordenador	FUC-001
4.3.17.	Coordenação do Curso Técnico em Agricultura	Coordenador	FUC-001
4.3.18.	Coordenação do Centro de Idiomas e Relações Internacionais	Coordenador	FG-04
4.4.	Coordenação Geral de Administração e Planejamento	Coordenador Geral	CD-04
4.4.1.	Coordenação de Licitações, Contratos e Compras	Coordenador	FG-01
4.4.2.	Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	Coordenador	FG-01
4.4.3.	Coordenação de Administração do Campus	Coordenador	FG-01
4.4.4.	Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio	Coordenador	FG-05
4.4.5.	Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação	Coordenador	FG-02
4.4.6.	Coordenação de Gestão de Pessoas	Coordenador	FG-02

E) Campus Paracatu

Ordem	Unidade	Denominação do cargo/função	CD/DG/FUC
5.	Direção Geral	Diretor Geral	CD-02
5.1.	Secretaria da Direção Geral	Secretário	FG-02
5.2.	Coordenação de Auditoria Interna	Coordenador	FG-02
5.3.	Coordenação Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão	Coordenador Geral	CD-04
5.3.1.	Coordenação de Registro e Controle Acadêmico	Coordenador	FG-01
5.3.2.	Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Coordenador	FG-02
5.3.3.	Coordenação de Apoio ao Estudante	Coordenador	FG-02
5.3.4.	Coordenação de Estágio e Acompanhamento de Egressos	Coordenador	FG-02
5.3.5.	Coordenação de Extensão	Coordenador	FG-02
5.3.6.	Coordenação de Biblioteca	Coordenador	FG-05
5.3.7.	Coordenação dos Cursos Técnicos em Eletrônica	Coordenador	FUC-001
5.3.8.	Coordenação do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Coordenador	FUC-001
5.3.9.	Coordenação dos Cursos Técnicos em Comércio	Coordenador	FUC-001
5.3.10	Coordenação do Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Elétrica	Coordenador	FUC-001
5.3.11.	Coordenação dos Cursos Técnicos em Informática	Coordenador	FUC-001
5.3.12.	Coordenação do Centro de Idiomas e Relações Internacionais	Coordenador	FG-04
5.3.13.	Coordenação do Curso Superior de Licenciatura em Matemática	Coordenador	FUC-001
5.4.	Coordenação Geral de Administração e Planejamento	Coordenador Geral	CD-04
5.4.1.	Coordenação de Licitações, Contratos e Compras	Coordenador	FG-01
5.4.2.	Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	Coordenador	FG-01
5.4.3.	Coordenação de Administração do Câmpus	Coordenador	FG-01
5.4.4.	Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio	Coordenador	FG-05
5.4.5.	Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação	Coordenador	FG-02
5.4.6.	Coordenação de Gestão de Pessoas	Coordenador	FG-02
5.4.7.	Coordenação de Serviços de Apoio	Coordenador	FG-05

F) Campus Patos de Minas

Ordem	Unidade	Denominação do cargo/função	CD/DG/FUC
6.	Direção Geral	Diretor Geral	CD-02
6.1.	Secretaria da Direção Geral	Secretário	FG-01
6.2.	Coordenação Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão	Coordenador Geral	CD-04
6.2.1.	Coordenação de Registro e Controle Acadêmico	Coordenador	FG-01
6.2.2.	Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação	Coordenador	FG-02
6.2.3.	Coordenação de Apoio ao Estudante	Coordenador	FG-02
6.2.4.	Coordenação de Estágio e Acompanhamento de Egressos	Coordenador	FG-04
6.2.5	Coordenação do Curso Técnico em Mineração	Coordenador	FUC-001
6.2.6.	Coordenação do Curso Técnico em Logística	Coordenador	FUC-001
6.2.7.	Coordenação do Curso Técnico em Eletrotécnica	Coordenador	FUC-001
6.2.8.	Coordenação do Centro de Idiomas e Relações Internacionais	Coordenador	FG-05
6.2.9.	Coordenação de Extensão	Coordenador	FG-02
6.3.	Coordenação Geral de Administração e Planejamento	Coordenador Geral	CD-04
6.3.1.	Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio	Coordenador	FG-05
6.3.2.	Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação	Coordenador	FG-06
6.3.3.	Coordenação de Gestão de Pessoas	Coordenador	FG-02
6.3.4.	Coordenação de Licitações, Contratos e Compras	Coordenador	FG-02
6.3.5.	Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	Coordenador	FG-01

G) Campus Patrocínio

Ordem	Unidade	Denominação do cargo/função	CD/DG/FUC
7.	Direção Geral	Diretor Geral	CD-02
7.1.	Secretaria da Direção Geral	Secretário	FG-02
7.2.	Coordenação Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão	Coordenador Geral	CD-04
7.2.1.	Coordenação de Registro e Controle Acadêmico	Coordenador	FG-01
7.2.2.	Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Coordenador	FG-02
7.2.3.	Coordenação de Apoio ao Estudante	Coordenador	FG-02
7.2.4.	Coordenação de Estágio e Acompanhamento de Egressos	Coordenador	FG-02
7.2.5.	Coordenação de Biblioteca	Coordenador	FG-05
7.2.6.	Coordenação de Extensão	Coordenador	FG-02
7.2.7.	Coordenação do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	Coordenador	FUC-001
7.2.8.	Coordenação do Curso Técnico em Eletrônica	Coordenador	FUC-001
7.2.9.	Coordenação do Curso Técnico em Contabilidade	Coordenador	FUC-001
7.2.10.	Coordenação do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Coordenador	FUC-001
7.2.11.	Coordenação do Curso Técnico em Administração	Coordenador	FUC-001
7.2.12.	Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial	Coordenador	FUC-001
7.2.13.	Coordenação do Centro de Idiomas e Relações Internacionais	Coordenador	FG-04
7.2.14.	Coordenação do Curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica	Coordenador	FUC-001
7.3.	Coordenação Geral de Administração e Planejamento	Coordenador Geral	CD-04
7.3.1.	Coordenação de Licitações, Contratos e Compras	Coordenador	FG-02
7.3.2.	Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	Coordenador	FG-01
7.3.3.	Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio	Coordenador	FG-05
7.3.4.	Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação	Coordenador	FG-05
7.3.5.	Coordenação de Gestão de Pessoas	Coordenador	FG-01

H) Campus Uberlândia Centro

Ordem	Unidade	Denominação do cargo/função	CD/DG/FUC
8.	Direção Geral	Diretor Geral	CD-02
8.1.	Secretaria da Direção Geral	Secretário	FG-01
8.2.	Coordenação Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão	Coordenador Geral	CD-04
8.2.1.	Coordenação de Registro e Controle Acadêmico	Coordenador	FG-02
8.2.2.	Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação	Coordenador	FG-01
8.2.3.	Coordenação de Apoio ao Estudante	Coordenador	FG-02
8.2.4.	Coordenação de Estágio e Acompanhamento de Egressos	Coordenador	FG-02
8.2.5.	Coordenação de Biblioteca	Coordenador	FG-04
8.2.6.	Coordenação do Curso de Tecnologia em Sistemas para Internet	Coordenador	FUC-001
8.2.7.	Coordenação do Curso de Licenciatura em Computação	Coordenador	FUC-001
8.2.8.	Coordenação do Curso de Tecnologia em Logística	Coordenador	FUC-001
8.2.9.	Coordenação do Curso Técnico em Redes de Computadores	Coordenador	FUC-001
8.2.10.	Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Marketing	Coordenador	FUC-001
8.2.11.	Coordenação do Curso Técnico em Administração	Coordenador	FUC-001
8.2.12.	Coordenação do Curso Técnico em Computação Gráfica	Coordenador	FUC-001
8.2.13.	Coordenação do Centro de Idiomas e Relações Internacionais	Coordenador	FG-04
8.2.14.	Coordenação de Extensão	Coordenador	FG-02
8.3.	Coordenação Geral de Administração e Planejamento	Coordenador Geral	CD-04
8.3.1.	Coordenação de Licitações, Contratos e Compras	Coordenador	FG-02
8.3.2.	Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	Coordenador	FG-01
8.3.3.	Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio	Coordenador	FG-05
8.3.4.	Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação	Coordenador	FG-05
8.3.5.	Coordenação de Gestão de Pessoas	Coordenador	FG-02

I) Campus Avançado Campina Verde

Ordem	Unidade	Denominação do cargo/função	CD/DG/FUC
9.	Direção do Campus Avançado	Diretor do Campus	CD-03
9.1.	Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão	Coordenador	FG-02
9.1.1.	Coordenação do Curso Técnico em Agropecuária	Coordenador	FUC-001
9.1.2.	Coordenação do Curso Técnico em Informática	Coordenador	FUC-001
9.1.3.	Coordenação do Curso Técnico em Administração	Coordenador	FUC-001
9.2.	Coordenação de Atividades Administrativas	Coordenador	FG-04

J) Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico

Ordem	Unidade	Denominação do cargo/função	CD/DG/FUC
10.	Direção do Campus Avançado	Diretor do Campus	CD-03
10.1.	Coordenação Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão	Coordenador Geral	CD-04
10.1.1.	Coordenação de Registro e Controle Acadêmico	Coordenador	FG-01
10.1.2.	Coordenação de Pesquisa e Extensão	Coordenador	FG-02
10.1.3.	Coordenação de Estágio e Acompanhamento de Egressos	Coordenador	FG-02
10.1.4.	Coordenação do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Coordenador	FUC-001
10.1.5.	Coordenação do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	Coordenador	FUC-001
10.1.6.	Coordenação do Curso de Bacharelado em Engenharia da Computação	Coordenador	FUC-001
10.1.7.	Coordenação do Curso de Doutorado em Computação - DINTER	Coordenador	FUC-001
10.1.8.	Coordenação do Curso de Doutorado em Computação - DINTER-UFU	Coordenador	FUC-001
10.1.9	Coordenação do Curso Técnico em Computação Gráfica	Coordenador	FUC-001
10.1.10	Coordenação do Curso Técnico em Eletrônica	Coordenador	FUC-001
10.1.11	Coordenação do Curso de Mestrado em Rede - Educação Profissional e Tecnológica (Prof-EPT)	Coordenador	FUC-001
10.2.	Coordenação Geral da Unidade II	Coordenador Geral	CD-04
10.3.	Coordenação Geral de Administração e Planejamento	Coordenador Geral	CD-04
10.3.1.	Coordenação de Atividades Administrativas	Coordenador	FG-01
10.3.2.	Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação	Coordenador	FG-02

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 22 de agosto de 2017

Nº 163 - Processo MEC nº 23709.000051/2016-35.
O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior, as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal, art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e a publicação do Despacho SERES/MEC nº 64, de 26 de abril de 2017, por meio do qual a Faculdade São Paulo de Santos - ESPS (cód. 1935) foi descredenciada do sistema federal de ensino, determina tornar sem efeito o Despacho SERES/MEC nº 155, de 11 de agosto de 2017, publicado DOU em 14 de agosto de 2017, seção 1, página 28.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 627, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.053174/2016-01 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento - PPGEGC/CTC, instituído pelo Edital nº 039/DDP/PRODEGESP/2016, de 29 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União nº 167, Seção 3, de 30/08/2016.
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva
N° de Vagas: 02 (duas)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Tan Yigitcanlar	10,0

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA SEI Nº 21, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições e considerando a delegação de competência que lhe foi outorgada por meio da Portaria/R/UFU/nº. 209, de 13/01/2017, do Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, publicada no Diário Oficial da União em 19/01/2017, seção 2, p. 31. resolve:

Art. 1º PRORROGAR, por mais 01 (um) ano o prazo de validade dos Concursos Públicos regidos pelos seguintes editais:

1. Edital 100/2015 de Concurso Público realizado pelo Instituto de Filosofia, na Área: Filosofia Política Clássica, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 08 de setembro de 2016;

2. Edital 024/2016 de Concurso Público realizado pelo Faculdade de Medicina, na Área III: Atenção à Saúde Individual e Coletiva, Subárea III: Saúde do Adulto (Medicina de Urgência e Emergência), cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 16 de setembro de 2016;

3. Edital 024/2016 de Concurso Público realizado pelo Faculdade de Medicina, na Área III: Atenção à Saúde Individual e Coletiva, Subárea IV: Saúde do Adulto e da Criança. Ciências Morfofuncionais (Anatomia Humana, Técnica Operatória) e Urgência e Emergência, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 16 de setembro de 2016;

4. Edital 024/2016 de Concurso Público realizado pelo Faculdade de Medicina, na Área III: Atenção à Saúde Individual e Coletiva, Subárea V: Ciência Morfofuncionais (Neurologia), cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 16 de setembro de 2016;

5. Edital 035/2016 de Concurso Público realizado pelo Instituto de Geografia, na Área II: Geologia- Mineralogia, Geoquímica e Métodos de Pesquisa em Geologia, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2016;

6. Edital 025/2016 de Concurso Público realizado pelo Instituto de Ciências Agrárias, na Área II: Produção Vegetal, Subárea II: Agricultura de Precisão,cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 27 de setembro de 2016;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

MARCIO MAGNO COSTA

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

PORTARIAS DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O REITOR PRO TEMPORE DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, a Portaria nº 282, de 06 de março de 2017, publicada no DOU de 07 de março de 2017, do Ministério da Educação, resolve,

Nº 795 - Art. 1º Alterar denominação de unidade, vinculada ao Gabinete da Reitoria, de Setor de Cerimonial e Protocolo para Setor de Cerimonial e Protocolo do Campus dos Malês, permanecendo a atribuição de função gratificada código FG-04.

Art. 2º Alterar vinculação da unidade Setor de Cerimonial e Protocolo Campus dos Malês, do Gabinete da Reitoria para Serviço de Cerimonial e Protocolo, do Gabinete da Reitoria.

Esta portaria conta seus efeitos a partir de sua publicação. (proc.23282.010374/2017-76)

Nº 796 - Art. 1º Instituir o Serviço de Cerimonial e Protocolo, vinculado ao Gabinete da Reitoria da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Art. 2º Transpor a função gratificada, código FG-03, da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis para o Serviço de Cerimonial e Protocolo, vinculado ao Gabinete da Reitoria da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Art. 3º Esta portaria conta com seus efeitos a partir da sua publicação. (proc.23282.010374/2017-76)

ANASTÁCIO DE QUEIROZ SOUSA

Ministério da Fazenda

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 831, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

O SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria MF nº 144, de 27 de abril de 2016, e a competência que lhe foi delegada pela Portaria MF nº 310, de 12 de setembro de 2012, considerando o disposto na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, no Decreto 8.435, de 22 de abril de 2015 e na Portaria MF nº 349, de 12 de julho de 2017, resolve:

Art. 1º Para efeito de cálculo da parcela institucional a ser atribuída no primeiro ciclo avaliativo dos servidores do extinto Ministério da Previdência Social redistribuídos ao Ministério da Fazenda, para fins de percepção da Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos - GDACE, da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST, da Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais - GDAPS e da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDM-PST, aplicar-se-á o último resultado obtido na avaliação de desempenho institucional do MPS, conforme Portaria AGEIN/SE/MF nº 1, de 5 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2016, na forma do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL RODRIGUES ALVES

ANEXO

Resultado da Meta Global	Resultado da Meta Intermediária	Resultado do Desempenho Institucional
98,64%	91,89%	93,24%
IDI = (20% do Resultado das Metas Globais) + (80% do Resultado das Metas Intermediárias).		

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 21 de agosto de 2017

Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2017/1504 (SEI 19957.002950/2017-54)
BRASILAGRO CIA BRAS DE PROP AGRICOLAS
Objeto: Apurar eventual responsabilidade de (i) BRASILAGRO CIA BRAS DE PROP AGRICOLAS, companhia aberta registrada nesta CVM sob o nº 2003-6; (ii) GUSTAVO JAVIER LOPEZ, na qualidade de Diretor de Relação com Investidores e Diretor Administrativo da BRASILAGRO CIA BRAS DE PROP AGRICOLAS; e (iii) ANDRÉ GUILLAUMON, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Operações da BRASILAGRO CIA BRAS DE PROP AGRICOLAS, em decorrência de infração ao artigo 155, §1º, da Lei nº 6.404/76 c/c artigo 13, §4º da Instrução CVM nº 358/02.
Assunto: Pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa

Acusados	Advogados
André Guillaumon	Otavio Yazbek OAB/SP 144.506
Brasilagro Cia Bras de Prop Agricolas	Não constituiu advogado
Gustavo Javier Lopez	Não constituiu advogado

Trata-se de pedido de prorrogação do prazo para apresentação de Defesa, formulado por André Guillaumon, acusado nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 06/09/2017, para todos os acusados no processo.

FERNANDO SOARES VIEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de agosto de 2017

Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2017/2339 (SEI 19957.004971/2017-12)
AES TIETÊ ENERGIA S.A. / BANCO BRADESCO BBI S.A.
Objeto: Apurar a responsabilidade do Banco Bradesco BBI S.A. e da AES Tietê Energia S.A. por descumprimento do disposto no Artigo 9º da Instrução CVM nº 476/09".
Assunto: Pedido de prorrogação e unificação de prazo para apresentação de defesa.

Acusados	Advogados
AES TIETÊ ENERGIA S.A	Marcos Canecchio Ribeiro OAB/SP 183.163
BANCO BRADESCO BBI S.A.	Johan Albino Ribeiro OAB/SP 64.743

Trata-se de pedido de prorrogação e unificação de prazo para apresentação de defesa, formulado por BANCO BRADESCO BBI S.A., acusado nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 22/10/2017, para todos os acusados no processo.

DOV RAWET

COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

PAUTAS DE JULGAMENTOS

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.

I - Marcação de Sessão de Julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05.03.2008, comunicamos que será realizada a seguinte Sessão de Julgamento de Processo Administrativo Sancionador na data, horário e local abaixo mencionados.

Ficam desde já convocados os acusados e os seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos nos autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de sua defesa.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

PAS CVM Nº RJ2014/1020
Data: 12.09.2017 - terça-feira
Horário: 15h
Relator: Diretor Pablo Renteria
Local: Rua Sete de Setembro, nº 111 - 34° andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Objeto do processo: Apurar a responsabilidade do acionista controlador e presidente do conselho de administração da RJCP Equity S.A. pela não divulgação de alienação de participação acionária e pela negociação de ações em período vedado, condutas vedadas pelos arts. 12, § 4º, e 13, § 4º, da Instrução CVM nº 358/2002, bem como do diretor de relações com investidores da companhia pelo não envio dos formulários de que trata o art. 11 da mesma Instrução.

Acusados	Advogados
Ricardo Bueno Saab	Não constituiu advogado
Marcelo Impellizieri de Moraes Bastos	Patricia de Azevedo Ribeiro Arrigoni (OAB/RJ nº 107.293)

PAS CVM Nº SP2014/0014
Data: 12.09.2017 - terça-feira
Horário: 15h
Relator: Diretor Pablo Renteria
Local: Rua Sete de Setembro, nº 111 - 34° andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Objeto do processo: Apurar eventual responsabilidade de Diego Berner Centelhas pela violação ao art. 16, III, da Lei 6.385/1976, ao art. 3º da Instrução CVM nº 434/2006, ao art. 23 da Lei 6.385/1976 e ao

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

art. 3º da Instrução CVM nº 306/1999; da Azimute Agente Autônomo de Investimentos S/S Ltda, por violação ao art. 16, VI, da Instrução CVM nº 434/2006, ao art. 23 da Lei 6.385/1976 e ao art. 3º da Instrução CVM nº 306/1999; e da Gradual C.C.T.V.M. S.A. e de Gilberto dos Santos pela violação ao art. 4º, parágrafo único, c/c art. 13, I, "c", da Instrução CVM nº 387/2003, c/c art. 17, § 2º, da Instrução CVM nº 434/2006.

Acusados	Advogados
Diego Berner Centelhas	Rogerio Padua Nakano (OAB/SP nº 228.926) Ricardo Mahlmann de Almeida (OAB/SP nº 300.534)
Azimute Agente Autônomo de Investimento S/S Ltda.	
Gradual CCTVM S/A	Joselaine Cristina Bueno (OAB/SP nº 213.224)
Gilberto dos Santos	Roberto Campanella Candelária (OAB/SP nº 118.933) Felipe Mendonça da Silva (OAB/SP nº 288.227)

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.

I - Marcação de Sessão de Julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05.03.2008, comunicamos que será realizada a seguinte Sessão de Julgamento de Processo Administrativo Sancionador na data, horário e local abaixo mencionados.

Ficam desde já convocados os acusados e os seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos nos autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de sua defesa.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

PAS CVM nº RJ 2015/1591
Data: 26.09.2017 - terça-feira
Horário: 15h
Relator: Diretor Gustavo Gonzalez
Local: Rua Sete de Setembro, nº 111 - 34° andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Objeto do processo: Apurar eventual responsabilidade do acusado, na qualidade de ex Diretor de Finanças e Relações com Investidores do SEB - Sistema Educacional Brasileiro S.A., pelo descumprimento ao art. 8°, parágrafo único da Instrução CVM n.° 358/02, c/c art. 155, § 1° da Lei 6404/76 e ao art. 6°, parágrafo único, da Instrução CVM n° 358/02, c/c art. 157, § 4° da Lei n° 6.404/76.

Acusado	Advogado
Marco Flávio Tenuto Rossi	Henrique Lang - OAB/SP 122.608 Théra van Swaay de Marchi - OAB/SP 124.527

PAS CVM nº RJ 2016/5039
Data: 26.09.2017 - terça-feira
Horário: 17h
Relator: Diretor Gustavo Gonzalez
Local: Rua Sete de Setembro, nº 111 - 34° andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Objeto do processo: Apurar a responsabilidade dos acusados na qualidade de investidores, pelo descumprimento ao art. 155, §4°, da Lei n° 6.404/76 combinado com o art. 13, §1°, da Instrução CVM n° 358/02.

Acusado	Advogado
Renato Ramos Ferreira Renato Ramos Ferreira Filho Alexandre Zattar Ferreira	Murilo Henrique Pereira Jorge - OAB/PR 35.165 Patrícia de Cássia Pereira Jorge - OAB/PR 18.460

Rio de Janeiro-RJ, 22 de agosto de 2017.
JOSÉ PAULO DIUANA DE CASTRO
Chefe da Coordenação de Controle de Processos Administrativos Sancionadores

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
3ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

ATAS DE JULGAMENTOS

Ata de julgamento dos recursos da sessão extraordinária da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção

A íntegra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - será publicada no sítio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisada pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sítio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

EM 26 DE JUNHO DE 2017

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Ed. Alvorada, 3º andar, Sala 301, Brasília - Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Winderley Morais Pereira (Presidente), Tatiana Josefovicz Belisário, Paulo Roberto Duarte Moreira, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Orlando Rutigliani Berri, Marcelo Giovani Vieira, Renato Vieira de Avila e eu, Patrícia Duarte Lucena, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Extraordinária.

Processo: 11128.004481/2003-63 - M CASSAB COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA - Pedido de vista.

Processo: 10916.000009/2010-31 - GAMA SERVICOS E NEGÓCIOS LTDA - ME - Acórdão: 3201-002.868.

Processo: 10380.006995/2008-12 - ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL - Acórdão: 3201-002.869.

Processo: 11444.001746/2008-01 - ANTONIO CARLOS ALBERTI - Acórdão: 3201-002.870.

Processo: 19515.003538/2005-17 - STILGRAF ARTES GRÁFICAS E EDITORA LTDA - Acórdão: 3201-002.871.

Processo: 10907.001805/99-70 - HOSPITAL SANTA CATARINA - Acórdão: 3201-002.872.

Processo: 10830.008725/2008-92 - COMPET INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - Acórdão: 3201-002.873.

Processo: 12466.721755/2011-14 - PANTOP COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Acórdão: 3201-002.875.

Processo: 10480.721441/2012-99 - EMBRASA-EMBALAGENS MICRONDULADAS DO BRASIL S/A - Acórdão: 3201-002.876.

Processo: 12466.000337/2008-94 - MICHELIN ESPÍRITO SANTO COM. IMP. EXP. LTDA. - Acórdão: 3201-002.874.

Processo: 19647.000747/2009-37 - SCIENTIFIC COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 11128.007080/2007-99 - COGNIS BRASIL LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 11050.720169/2016-86 - RG ESTALEIRO ERG1 S.A. - Retirado de pauta.

Processo:11762.720086/2015-80 - SOCIEDADE COMERCIAL E IMPORTADORA HERMES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - Retirado de pauta.

Processo: 12457.735133/2013-44 - PONTUAL COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 12448.726884/2013-89 - CGG DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA - Pedido de vista.

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Chefe de Secretaria

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da Turma

Ata de julgamento dos recursos das sessões ordinárias da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção

A integra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - será publicada no sitio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br, podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sitio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

DE 27 DE JUNHO DE 2017 A 29 DE JUNHO DE 2017

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3ª andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Winderley Morais Pereira (Presidente), Tatiana Josefovicz Belisário, Paulo Roberto Duarte Moreira, Ana Clarissa Masuko Dos Santos Araujo, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Orlando Rutigliani Berri, Marcelo Giovani Vieira, Renato Vieira de Avila e eu, Patrícia Duarte Lucena, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10907.720107/2011-89 - FLÓRIDA S/A IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO - Acórdão: 3201-002.878

Processo: 10516.000018/2010-35 - HEROMAIO - INDÚSTRIA E PARTICIPACOES LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 10508.000625/2011-85 - LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10410.721370/2014-10 - COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES - Pedido de vista.

Processo: 10925.000774/2008-28 - MADEIREIRA SELEME LIMITADA - Acórdão: 3201-002.879

Processo: 10120.722720/2015-10 - PETROGOIAS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10600.720010/2015-44 - ELETROSOM S/A - Retirado de pauta.

Processo: 10314.726400/2014-72 - TELEFÔNICA BRASIL S.A. - Resolução: 3201-000.901

Processo: 10830.723731/2013-31 - UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO - Acórdão: 3201-002.877

Processo: 10865.905444/2012-69 - ELO COMÉRCIO DE COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA - EPP - Acórdão: 3201-002.880

Processo: 11543.000049/2006-45 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Pedido de vista.

Processo: 11543.000381/2005-29 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Pedido de vista.

Processo: 11543.000385/2005-15 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Pedido de vista.

Processo: 11543.000492/2005-35 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Pedido de vista.

Processo: 11543.000718/2005-06 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Pedido de vista.

Processo: 11543.002359/2005-13 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Pedido de vista.

Processo: 11543.002360/2005-48 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Pedido de vista.

Processo: 11543.003092/2005-81 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Pedido de vista.

Processo: 11543.003093/2005-26 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Pedido de vista.

Processo: 11543.003094/2005-71 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Pedido de vista.

Processo: 11543.003095/2005-15 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Pedido de vista.

Processo: 15578.000763/2009-30 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Pedido de vista.

Processo: 15578.000766/2009-73 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Pedido de vista.

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Chefe de Secretaria

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da Turma

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3ª andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Winderley Morais Pereira (Presidente), Tatiana Josefovicz Belisário, Paulo Roberto Duarte Moreira, Cassio Schappo, Ana Clarissa Masuko Dos Santos Araujo, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Leonardo Vinicius Toledo de

Andrade, Orlando Rutigliani Berri, Marcelo Giovani Vieira, Renato Vieira de Avila e eu, Patrícia Duarte Lucena, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10425.721669/2014-13 - MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - Retirado de pauta.

Processo: 14751.720193/2014-44 - ESTADO DA PARAÍBA - Retirado de pauta.

Processo: 10600.720043/2014-11 - SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA - Acórdão: 3201-002.881

Processo: 16004.720338/2013-12 - WAY - TRADING IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP - Retirado de pauta.

Processo: 10166.722582/2012-91 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE - Retirado de pauta.

Processo: 13804.000459/2005-12 - PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S/A - Resolução: 3201-000.902

Processo: 13502.001382/2007-64 - COOPERATIVA DE SAÚDE E SERVIÇOS CORRELATOS - COOPERSAÚDE - Retirado de pauta.

Processo: 19515.720170/2014-46 - ESPN DO BRASIL EVENTOS ESPORTIVOS LTDA. - Pedido de vista.

Processo: 13808.002084/2001-61 - POMPEIA SA VEICULOS E PEAS - Retirado de pauta.

Processo: 11020.721494/2014-51 - MOVELPAR INDÚSTRIA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 14098.720101/2014-87 - GUAPORE CARNE S/A - Retirado de pauta.

Processo: 10865.001109/2003-07 - COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SAO PAULO. - Acórdão: 3201-002.882

Processo: 16682.720874/2013-18 - FURNAS-CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - Pedido de vista.

Processo: 10111.721449/2013-34 - HS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA - Pedido de vista.

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Chefe de Secretaria

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da Turma

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3ª andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Winderley Morais Pereira (Presidente), Tatiana Josefovicz Belisário, Paulo Roberto Duarte Moreira, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Orlando Rutigliani Berri, Marcelo Giovani Vieira, Renato Vieira de Avila e eu, Patrícia Duarte Lucena, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 13855.720820/2011-73 - MAGAZINE LUIZA S/A - Resolução: 3201-000.903

Processo: 11516.002635/2010-38 - ESTALEIRO SCHAEFER YACHTS LTDA. - Acórdão: 3201-002.883

Processo: 10283.006466/00-07 - DPC DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE CONSUMO LTDA - EPP - Retirado de pauta.

Processo: 10480.721239/2012-67 - BRASCOLOR GRÁFICA E EDITORA LTDA - Acórdão: 3201-003.009

Processo: 13502.000503/2005-99 - CARAÍBA METAIS SA - Pedido de vista.

Processo: 10580.720011/2013-11 - COOPERATIVA DE SAÚDE E SERVIÇOS CORRELATOS - COOPERSAÚDE - Retirado de pauta.

Processo: 10880.945004/2013-37 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Pedido de vista.

Processo: 10880.945005/2013-81 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Pedido de vista.

Processo: 10880.945006/2013-26 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Pedido de vista.

Processo: 10880.945007/2013-71 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Pedido de vista.

Processo: 10880.945008/2013-15 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Pedido de vista.

Processo: 10880.945010/2013-94 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Pedido de vista.

Processo: 10880.945011/2013-39 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Pedido de vista.

Processo: 10880.945012/2013-83 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Pedido de vista.

Processo: 10880.945013/2013-28 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Pedido de vista.

Processo: 10880.945014/2013-72 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Pedido de vista.

Processo: 10880.945015/2013-17 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Pedido de vista.

Processo: 10880.945016/2013-61 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Pedido de vista.

Processo: 12585.000451/2010-82 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Pedido de vista.

Processo: 12585.000452/2010-27 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Pedido de vista.

Processo: 12585.000453/2010-71 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Pedido de vista.

Processo: 12585.000455/2010-61 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Pedido de vista.

Processo: 12585.000456/2010-13 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Pedido de vista.

Processo: 12585.000457/2010-50 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Pedido de vista.

Processo: 12585.000458/2010-02 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Pedido de vista.

Processo: 12585.000459/2010-49 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Pedido de vista.

Processo: 10711.004148/2007-35 - IFF ESSÊNCIAS E FRAGRÂNCIAS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10715.001878/2005-82 - IFF ESSÊNCIAS E FRAGRÂNCIAS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 11128.000662/00-51 - COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10314.001149/2010-14 - SANOFI-AVENTIS FARMACEUTICA LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10580.007414/94-66 - DOW BRASIL S.A. - Retirado de pauta.

Processo: 11829.720019/2013-81 - HOT SAT TELECOMUNICAÇÕES LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 19558.720210/2012-91 - BRAZEX COMERCIAL EXPORTADORA LTDA - Retirado de pauta.

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Chefe de Secretaria

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da Turma

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3ª andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Winderley Morais Pereira (Presidente), Tatiana Josefovicz Belisário, Paulo Roberto Duarte Moreira, Ana Clarissa Masuko Dos Santos Araujo, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Orlando Rutigliani Berri, Marcelo Giovani Vieira, Renato Vieira de Avila e eu, Patrícia Duarte Lucena, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10680.016792/2005-07 - INSTITUTO PADRE MACHADO - Acórdão: 3201-002.884

Processo: 10469.723099/2015-62 - NORSA REFRIGERANTES LTDA - Resolução: 3201-000.904

Processo: 19515.007910/2008-15 - SIEMENS LTDA - Acórdão: 3201-002.983

Processo: 19515.001760/2009-17 - SIEMENS LTDA - Acórdão: 3201-002.984

Processo: 10283.720654/2013-19 - FAM DA AMAZONIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA - Pedido de vista.

Processo: 13116.900001/2014-12 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.885

Processo: 13116.900002/2014-59 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.886

Processo: 13116.900003/2014-01 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.887

Processo: 13116.900004/2014-48 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.888

Processo: 13116.900005/2014-92 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.889

Processo: 13116.900006/2014-37 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.890

Processo: 13116.900416/2013-05 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.891

Processo: 13116.900417/2013-41 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.892

Processo: 13116.900418/2013-96 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.893

Processo: 13116.900419/2013-31 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.894

Processo: 13116.900420/2013-65 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.895

Processo: 13116.900421/2013-18 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.896

Processo: 13116.900422/2013-54 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.897

Processo: 13116.900423/2013-07 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.898

Processo: 13116.900424/2013-43 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.899

Processo: 13116.900471/2013-97 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.900

Processo: 13116.900472/2013-31 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.901

Processo: 13116.900473/2013-86 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.902

Processo: 13116.900474/2013-21 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.903

Processo: 13116.900555/2013-21 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.904

Processo: 13116.900556/2013-75 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.905

Processo: 13116.900557/2013-10 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.906

Processo: 13116.900558/2013-64 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.907

Processo: 13116.900559/2013-17 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.908

Processo: 13116.901299/2012-16 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.909

Processo: 13116.901300/2012-02 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.910

Processo: 13116.901301/2012-49 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.911

Processo: 13116.901302/2012-93 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.912

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 13116.901303/2012-38 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.913

Processo: 13116.901304/2012-82 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.914

Processo: 13116.901305/2012-27 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.915

Processo: 13116.901306/2012-71 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.916

Processo: 13116.901307/2012-16 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.917

Processo: 13116.901308/2012-61 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.918

Processo: 13116.901570/2012-13 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.919

Processo: 13116.901571/2012-50 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.920

Processo: 13116.901572/2012-02 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.921

Processo: 13116.901573/2012-49 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.922

Processo: 13116.901574/2012-93 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.923

Processo: 13116.901575/2012-38 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.924

Processo: 13116.901576/2012-82 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.925

Processo: 13116.901577/2012-27 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.926

Processo: 13116.901578/2012-71 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.927

Processo: 13116.901579/2012-16 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.928

Processo: 13116.901580/2012-41 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.929

Processo: 13116.901581/2012-95 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.930

Processo: 13116.901582/2012-30 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.931

Processo: 13116.901583/2012-84 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.932

Processo: 13116.901584/2012-29 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.933

Processo: 13116.901585/2012-73 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.934

Processo: 13116.901586/2012-18 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.935

Processo: 13116.901587/2012-62 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.936

Processo: 13116.901588/2012-15 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.937

Processo: 13116.901589/2012-51 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.938

Processo: 13116.901590/2012-86 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.939

Processo: 13116.901591/2012-21 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.940

Processo: 13116.901592/2012-75 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.941

Processo: 13116.901593/2012-10 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.942

Processo: 13116.901594/2012-64 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.943

Processo: 13116.901595/2012-17 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.944

Processo: 13116.901596/2012-53 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.945

Processo: 13116.901597/2012-06 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.946

Processo: 13116.901598/2012-42 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.947

Processo: 13116.901599/2012-97 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.948

Processo: 13116.901600/2012-83 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.949

Processo: 13116.901601/2012-28 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.950

Processo: 13116.901602/2012-72 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.951

Processo: 13116.901603/2012-17 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.952

Processo: 13116.901604/2012-61 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.953

Processo: 13116.901605/2012-14 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.954

Processo: 13116.901606/2012-51 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.955

Processo: 13116.901607/2012-03 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.956

Processo: 13116.901608/2012-40 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.957

Processo: 13116.901609/2012-94 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.958

Processo: 13116.901610/2012-19 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.959

Processo: 13116.901611/2012-63 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.960

Processo: 13116.901612/2012-16 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.961

Processo: 13116.901613/2012-52 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.962

Processo: 13116.901614/2012-05 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.963

Processo: 13116.901615/2012-41 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.964

Processo: 13116.901616/2012-96 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.965

Processo: 13116.901617/2012-31 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.966

Processo: 13116.901618/2012-85 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.967

Processo: 13116.901619/2012-20 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.968

Processo: 13116.901620/2012-54 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.969

Processo: 13116.901621/2012-07 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.970

Processo: 13116.901622/2012-43 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.971

Processo: 13116.901623/2012-98 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.972

Processo: 13116.901624/2012-32 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.973

Processo: 13116.901625/2012-87 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.974

Processo: 13116.901626/2012-21 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.975

Processo: 13116.901627/2012-76 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.976

Processo: 13116.901628/2012-11 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.977

Processo: 13116.901629/2012-65 - UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Acórdão: 3201-002.978

Processo: 12448.723168/2015-10 - MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL - Retirado de pauta.

Processo: 13805.004836/94-31 - GRUPO ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS PARTICULARES - Retirado de pauta.

Processo: 11610.019569/2002-57 - ALSTOM HYDRO ENERGIA BRASIL LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10865.720361/2011-11 - TRW AUTOMOTIVE LTDA - Pedido de vista.

Processo: 15586.720024/2011-83 - COMPANHIA NIPO BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO - NIBRASCO - Acórdão: 3201-002.979

Processo: 15586.720025/2011-28 - COMPANHIA NIPO BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO - NIBRASCO - Acórdão: 3201-002.980

Processo: 15586.720146/2011-70 - COMPANHIA NIPO BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO - NIBRASCO - Acórdão: 3201-002.981

Processo: 15586.720149/2011-11 - COMPANHIA NIPO BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO - NIBRASCO - Acórdão: 3201-002.982

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Chefe de Secretaria

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da Turma

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3ª andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Winderley Morais Pereira (Presidente), Tatiana Josefovicz Belisário, Paulo Roberto Duarte Moreira, Cassio Schappo, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Orlando Rutigliani Berri, Marcelo Giovani Vieira, Renato Vieira de Avila e eu, Patrícia Duarte Lucena, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10516.720006/2012-92 - FREE TRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Acórdão: 3201-002.985

Processo: 10880.941647/2012-21 - JBS S/A - Acórdão: 3201-002.986

Processo: 10580.900671/2012-94 - BAHIA SERVIÇOS DE SAÚDE S/A - Acórdão: 3201-002.987

Processo: 10580.900673/2012-83 - BAHIA SERVIÇOS DE SAÚDE S/A - Acórdão: 3201-002.988

Processo: 10580.900674/2012-28 - BAHIA SERVIÇOS DE SAÚDE S/A - Acórdão: 3201-002.989

Processo: 10580.900675/2012-72 - BAHIA SERVIÇOS DE SAÚDE S/A - Acórdão: 3201-002.990

Processo: 10580.900676/2012-17 - BAHIA SERVIÇOS DE SAÚDE S/A - Acórdão: 3201-002.991

Processo: 10580.900677/2012-61 - BAHIA SERVIÇOS DE SAÚDE S/A - Acórdão: 3201-002.992

Processo: 10580.900678/2012-14 - BAHIA SERVIÇOS DE SAÚDE S/A - Acórdão: 3201-002.993

Processo: 10580.900679/2012-51 - BAHIA SERVIÇOS DE SAÚDE S/A - Acórdão: 3201-002.994

Processo: 10580.901393/2012-92 - BAHIA SERVIÇOS DE SAÚDE S/A - Acórdão: 3201-002.995

Processo: 10580.901395/2012-81 - BAHIA SERVIÇOS DE SAÚDE S/A - Acórdão: 3201-002.996

Processo: 10580.901399/2012-60 - BAHIA SERVIÇOS DE SAÚDE S/A - Acórdão: 3201-002.997

Processo: 10580.906238/2012-62 - BAHIA SERVIÇOS DE SAÚDE S/A - Acórdão: 3201-002.998

Processo: 10580.906239/2012-15 - BAHIA SERVIÇOS DE SAÚDE S/A - Acórdão: 3201-002.999

Processo: 10580.906240/2012-31 - BAHIA SERVIÇOS DE SAÚDE S/A - Acórdão: 3201-003.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 10580.906242/2012-21 - BAHIA SERVIÇOS DE SAÚDE S/A - Acórdão: 3201-003.001

Processo: 10580.906244/2012-10 - BAHIA SERVIÇOS DE SAÚDE S/A - Acórdão: 3201-003.002

Processo: 19515.000094/2007-20 - SPEED BLUE SERVIÇOS GERAIS LTDA - EPP - Retirado de pauta.

Processo: 10530.904837/2011-56 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.905

Processo: 10183.900650/2013-32 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.906

Processo: 10183.906824/2011-17 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.907

Processo: 10183.906825/2011-53 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.908

Processo: 10183.906826/2011-06 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.909

Processo: 10183.906827/2011-42 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.910

Processo: 10183.906828/2011-97 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.911

Processo: 10183.906829/2011-31 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.912

Processo: 10183.906830/2011-66 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.913

Processo: 10183.906831/2011-19 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.914

Processo: 10183.906832/2011-55 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.915

Processo: 10183.906833/2011-08 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.916

Processo: 10183.906834/2011-44 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.917

Processo: 10183.906835/2011-99 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.918

Processo: 10183.906836/2011-33 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.919

Processo: 10183.906950/2011-63 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.920

Processo: 10183.906951/2011-16 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.921

Processo: 10183.906952/2011-52 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.922

Processo: 10183.906953/2011-05 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.923

Processo: 10183.906954/2011-41 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.924

Processo: 10183.906955/2011-96 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.925

Processo: 10183.906956/2011-31 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.926

Processo: 10183.906957/2011-85 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.927

Processo: 10183.906958/2011-20 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.928

Processo: 10183.906959/2011-74 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.929

Processo: 10183.906960/2011-07 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.930

Processo: 10183.906961/2011-43 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.931

Processo: 10183.906962/2011-98 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.932

Processo: 10183.906963/2011-32 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.933

Processo: 10183.906964/2011-87 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.934

Processo: 10183.906965/2011-21 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.935

Processo: 10183.906966/2011-76 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.936

Processo: 10183.906967/2011-11 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.937

Processo: 10183.906968/2011-65 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.938

Processo: 10183.908045/2011-48 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.939

Processo: 10183.908046/2011-92 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.940

Processo: 10183.908047/2011-37 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.941

Processo: 10183.908048/2011-81 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.942

Processo: 10183.908049/2011-26 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.943

Processo: 10183.908050/2011-51 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.944

Processo: 10183.908051/2011-03 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.945

Processo: 10183.908052/2011-40 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.946

Processo: 10183.908053/2011-94 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.947

Processo: 10183.908054/2011-39 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.948

Processo: 10183.908055/2011-83 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.949

Processo: 10183.908056/2011-28 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.950

Processo: 10183.908057/2011-72 - RODOBENS MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. - Resolução: 3201-000.951

Processo: 10530.904836/2011-10 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.952

Processo: 10530.904838/2011-09 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.953

Processo: 10530.904839/2011-45 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.954

Processo: 10530.904840/2011-70 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.955

Processo: 10530.904841/2011-14 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.956

Processo: 10530.904842/2011-69 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.957

Processo: 10530.904843/2011-11 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.958

Processo: 10530.904844/2011-58 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.959

Processo: 10530.904845/2011-01 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.960

Processo: 10530.904846/2011-47 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.961

Processo: 10530.904847/2011-91 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.962

Processo: 10530.904848/2011-36 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.963

Processo: 10530.904849/2011-81 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.964

Processo: 10530.904850/2011-13 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.965

Processo: 10530.904851/2011-50 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.966

Processo: 10530.904852/2011-02 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.967

Processo: 10530.904853/2011-49 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.968

Processo: 10530.904854/2011-93 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.969

Processo: 10530.904855/2011-38 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.970

Processo: 10530.904856/2011-82 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.971

Processo: 10530.904857/2011-27 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.972

Processo: 10530.904858/2011-71 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.973

Processo: 10530.904859/2011-16 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.974

Processo: 10530.904860/2011-41 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.975

Processo: 10530.904861/2011-95 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.976

Processo: 10530.904862/2011-30 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.977

Processo: 10530.904863/2011-84 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.978

Processo: 10530.904864/2011-29 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.979

Processo: 10530.904865/2011-73 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.980

Processo: 10530.904866/2011-18 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.981

Processo: 10530.904867/2011-62 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.982

Processo: 10530.904868/2011-15 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.983

Processo: 10530.904869/2011-51 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.984

Processo: 10530.904870/2011-86 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.985

Processo: 10530.904871/2011-21 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.986

Processo: 10530.904872/2011-75 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.987

Processo: 10530.904873/2011-10 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.988

Processo: 10530.904874/2011-64 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.989

Processo: 10530.904875/2011-17 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.990

Processo: 10530.904876/2011-53 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.991

Processo: 10530.904877/2011-06 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.992

Processo: 10530.904878/2011-42 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.993

Processo: 10530.905482/2011-12 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.994

Processo: 10530.905483/2011-67 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.995

Processo: 10530.905484/2011-10 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.996

Processo: 10530.905487/2011-45 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-000.997

Processo: 10983.720539/2013-49 - RUELL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - Resolução: 3201-000.999

Processo: 12466.005044/2002-16 - VIA SUL COMÉRCIO E REPRESENTACOES LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10183.004790/2006-59 - ROSCH ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS E INFORMÁTICA LTDA - ME - Acórdão: 3201-003.005

Processo: 10830.720246/2009-29 - MOTOROLA MOBILITY COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA - Acórdão: 3201-003.003

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 11829.000006/2009-14 - MOTOROLA MOBILITY COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA - Acórdão: 3201-003.004

Processo: 11080.724372/2013-21 - DANA INDÚSTRIAS LTDA - Resolução: 3201-001.000

Processo: 11829.720034/2014-19 - L.R. MULTIMÍDIA COMERCIAL LTDA - Retirado de pauta.

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Chefe de Secretaria

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da Turma

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3ª andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Winderley Morais Pereira (Presidente), Tatiana Josefovicz Belisário, Paulo Roberto Duarte Moreira, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Orlando Rutigliani Berri, Marcelo Giovani Vieira, Renato Vieira de Avila e eu, Patrícia Duarte Lucena, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 18471.000819/2005-17 - DIG DISTRIBUIDORA GUANABARINA DE VEÍCULOS LTDA - Pedido de vista.

Processo: 19515.002699/2007-55 - ETL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Acórdão: 3201-003.006

Processo: 10120.016137/2008-39 - HYPERMARCAS S/A - Acórdão: 3201-003.007

Processo: 19740.000109/2005-24 - COMSHELL SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - Acórdão: 3201-003.008

Processo: 10380.005173/2005-63 - YPIOCA ÁGUAS MINERAIS IND COMÉRCIO LTDA - Acórdão: 3201-003.010

Processo: 11065.005240/2003-13 - DAIBY S A - Retirado de pauta.

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Chefe de Secretaria

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da Turma

Ata de julgamento dos recursos da sessão extraordinária da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção

A integra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - será publicada no sitio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisada pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sitio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

DE 24 DE JULHO DE 2017 A 24 DE JULHO DE 2017

Aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3ª andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Winderley Morais Pereira (Presidente), Tatiana Josefovicz Belisário, Paulo Roberto Duarte Moreira, Marcelo Giovani Vieira, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Orlando Rutigliani Berri, Renato Vieira de Avila e eu, Patrícia Duarte Lucena, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10166.722582/2012-91 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE - Acórdão: 3201-003.011

Processo: 18471.000819/2005-17 - DIG DISTRIBUIDORA GUANABARINA DE VEÍCULOS LTDA - Acórdão: 3201-003.012

Processo: 13805.004836/94-31 - GRUPO ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS PARTICULARES - Retirado de pauta.

Processo: 10508.000625/2011-85 - LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - Acórdão: 3201-003.013

Processo: 10120.722720/2015-10 - PETROGOIÁS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Acórdão: 3201-003.014

Processo: 19515.000094/2007-20 - SPEED BLUE SERVIÇOS GERAIS LTDA - EPP - Pedido de vista.

Processo: 12448.723168/2015-10 - MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - Pedido de vista.

Processo: 19647.000747/2009-37 - SCIENTIFIC COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA - Acórdão: 3201-003.015

Processo: 11128.007080/2007-99 - COGNIS BRASIL LTDA. - Acórdão: 3201-003.016

Processo: 11050.720169/2016-86 - RG ESTALEIRO ERG1 S.A. - Acórdão: 3201-003.017

Processo: 11762.720086/2015-80 - SOCIEDADE COMERCIAL E IMPORTADORA HERMES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - Acórdão: 3201-003.018

Processo: 12457.735133/2013-44 - PONTUAL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA - Acórdão: 3201-003.019

Processo: 13808.002084/2001-61 - POMPEIA SA VEÍCULOS E PEAS - Acórdão: 3201-003.020

Processo: 11829.720019/2013-81 - HOT SAT TELECOMUNICAÇÕES LTDA - Resolução: 3201-001.001

Processo: 19558.720210/2012-91 - BRAZEX COMERCIAL EXPORTADORA LTDA - Pedido de vista.

Processo: 11065.005240/2003-13 - DAIBY S A - Pedido de vista.

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Chefe de Secretaria

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da Turma

Ata de julgamento dos recursos das sessões ordinárias da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção

A integra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - será publicada no sítio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisada pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sitio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

DE 25 DE JULHO DE 2017 A 27 DE JULHO DE 2017

Aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3ª andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Winderley Morais Pereira (Presidente), Tatiana Josefovicz Belisário, Paulo Roberto Duarte Moreira, Cássio Schappo, Marcelo Giovani Vieira, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Orlando Rutigliani Berri, Renato Vieira de Avila e eu, Patrícia Duarte Lucena, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 12448.726884/2013-89 - CGG DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA - Acórdão: 3201-003.022

Processo: 10410.721370/2014-10 - COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES - Acórdão: 3201-003.021

Processo: 10600.720010/2015-44 - ELETROSOM S/A - Pedido de vista.

Processo: 11543.000381/2005-29 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Acórdão: 3201-003.023

Processo: 11543.000049/2006-45 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Acórdão: 3201-003.024

Processo: 11543.002360/2005-48 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Acórdão: 3201-003.025

Processo: 11543.002359/2005-13 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Acórdão: 3201-003.026

Processo: 11543.000492/2005-35 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Acórdão: 3201-003.027

Processo: 11543.003094/2005-71 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Acórdão: 3201-003.028

Processo: 11543.000385/2005-15 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Acórdão: 3201-003.029

Processo: 11543.003093/2005-26 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Acórdão: 3201-003.030

Processo: 11543.000718/2005-06 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Acórdão: 3201-003.031

Processo: 11543.003095/2005-15 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Acórdão: 3201-003.032

Processo: 15578.000766/2009-73 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Acórdão: 3201-003.033

Processo: 15578.000763/2009-30 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Acórdão: 3201-003.034

Processo: 11543.003092/2005-81 - EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A - Acórdão: 3201-003.035

Processo: 10111.721449/2013-34 - HS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 16004.720338/2013-12 - WAY - TRADING IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP - Acórdão: 3201-003.040

Processo: 13005.000533/2005-14 - COOPERATIVA DOS SUINOCULTORES DE ENCANTADO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10909.720605/2015-35 - SIBELE ZANETTA DE SOUZA - Retirado de pauta.

Processo: 10611.003942/2008-71 - EAO - EMPREENDIMENTOS AGROPECUARIOS E OBRAS S.A. - Retirado de pauta.

Processo: 10980.723132/2014-84 - MASTERCORP DO BRASIL EIRELI - Retirado de pauta.

Processo: 13804.004251/2005-72 - PERDIGÃO AGROINDUSTRIAL S/A - Resolução: 3201-001.002

Processo: 13804.004499/2005-33 - PERDIGÃO AGROINDUSTRIAL S/A - Resolução: 3201-001.003

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Chefe de Secretaria

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da Turma

Aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3ª andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Winderley Morais Pereira (Presidente), Tatiana Josefovicz Belisário, Paulo Roberto Duarte Moreira, Marcelo Giovani Vieira, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Orlando Rutigliani Berri, Renato Vieira de Avila e eu, Patrícia Duarte Lucena, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10530.903807/2011-22 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-001.004

Processo: 10530.903808/2011-77 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-001.005

Processo: 10530.903809/2011-11 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-001.006

Processo: 10530.903810/2011-46 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-001.007

Processo: 10530.903811/2011-91 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-001.008

Processo: 10530.903812/2011-35 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-001.009

Processo: 10530.903813/2011-80 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-001.010

Processo: 10530.903814/2011-24 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-001.011

Processo: 10530.903815/2011-79 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-001.012

Processo: 10530.903816/2011-13 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-001.013

Processo: 10530.904557/2011-48 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-001.014

Processo: 10530.904561/2011-14 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-001.015

Processo: 10530.904566/2011-39 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-001.016

Processo: 10530.904568/2011-28 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-001.017

Processo: 10530.904834/2011-12 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-001.018

Processo: 10530.904835/2011-67 - RODOBENS CAMINHÕES BAHIA S.A. - Resolução: 3201-001.019

Processo: 19515.720170/2014-46 - ESPN DO BRASIL EVENTOS ESPORTIVOS LTDA. - Acórdão: 3201-003.036

Processo: 16682.720874/2013-18 - FURNAS-CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - Acórdão: 3201-003.037

Processo: 11020.721494/2014-51 - MOVELPAR INDÚSTRIA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 12448.731119/2014-61 - ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Retirado de pauta.

Processo: 19515.000505/2009-49 - DUILIO IMÓVEIS E ADMINISTRAÇÃO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 16561.720083/2012-83 - JACOBS DOUWE EGBERTS BR COMERCIALIZAÇÃO DE CAFÉS LTDA. - Acórdão: 3201-003.038

Processo: 13807.005089/2004-07 - CESP COMPANHIA ENERGÉTICA DE SAO PAULO - Retirado de pauta.

Processo: 18470.727799/2013-37 - LEÃO ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA. - Acórdão: 3201-003.039

Processo: 10120.720027/2007-94 - RIO VERDE PREFEITURA MUNICIPAL - Retirado de pauta.

Processo: 10510.002406/2007-13 - EMS S/A - Retirado de pauta.

Processo: 10820.001490/2008-27 - BRACOL HOLDING LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13804.002840/2005-16 - BRACOL HOLDING LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 16349.000222/2007-14 - BRACOL HOLDING LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 15868.001644/2009-39 - BRACOL HOLDING LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 16349.000221/2007-61 - BRACOL HOLDING LTDA - Retirado de pauta.

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Chefe de Secretaria

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da Turma

Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3ª andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Winderley Morais Pereira (Presidente), Tatiana Josefovicz Belisário, Paulo Roberto Duarte Moreira, Marcelo Giovani Vieira, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Orlando Rutigliani Berri, Renato Vieira de Avila e eu, Patrícia Duarte Lucena, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10880.945004/2013-37 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Acórdão: 3201-003.041

Processo: 10880.945005/2013-81 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Acórdão: 3201-003.042

Processo: 10880.945006/2013-26 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Acórdão: 3201-003.043

Processo: 10880.945007/2013-71 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Acórdão: 3201-003.044

Processo: 10880.945008/2013-15 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Acórdão: 3201-003.045

Processo: 10880.945010/2013-94 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Acórdão: 3201-003.046

Processo: 10880.945011/2013-39 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Acórdão: 3201-003.047

Processo: 10880.945012/2013-83 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Acórdão: 3201-003.048

Processo: 10880.945013/2013-28 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Acórdão: 3201-003.049

Processo: 10880.945014/2013-72 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Acórdão: 3201-003.050

Processo: 10880.945015/2013-17 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Acórdão: 3201-003.051

Processo: 10880.945016/2013-61 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Acórdão: 3201-003.052

Processo: 12585.000451/2010-82 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Acórdão: 3201-003.053

Processo: 12585.000452/2010-27 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Acórdão: 3201-003.054

Processo: 12585.000453/2010-71 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Acórdão: 3201-003.055

Processo: 12585.000455/2010-61 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Acórdão: 3201-003.056

Processo: 12585.000456/2010-13 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Acórdão: 3201-003.057

Processo: 12585.000457/2010-50 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Acórdão: 3201-003.058

Processo: 12585.000458/2010-02 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Acórdão: 3201-003.059

Processo: 12585.000459/2010-49 - SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES - Acórdão: 3201-003.060

Processo: 10715.001878/2005-82 - IFF ESSÊNCIAS E FRAGRÂNCIAS LTDA - Acórdão: 3201-003.062

Processo: 10711.004148/2007-35 - IFF ESSÊNCIAS E FRAGRÂNCIAS LTDA - Resolução: 3201-001.021

Processo: 10314.001149/2010-14 - SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA - Acórdão: 3201-003.061

Processo: 10580.007414/94-66 - DOW BRASIL S.A. - Retirado de pauta.

Processo: 11128.004481/2003-63 - M CASSAB COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10283.006466/00-07 - DPC DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE CONSUMO LTDA - EPP - Pedido de vista.

Processo: 15868.720014/2012-62 - OXYPLAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 18471.001287/2005-27 - EZALPHA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇAA LTDA - Pedido de vista.

Processo: 10384.003775/2007-16 - COBEL COMÉRCIO BEBIDAS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 16327.720585/2015-20 - BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - Acórdão: 3201-003.081

Processo: 12448.732016/2014-19 - PARAMOUNT PICTURES BRASIL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA - Pedido de vista.

Processo: 10925.722369/2012-41 - SADIA S.A. - Resolução: 3201-001.020

Processo: 10950.720658/2011-17 - PREGRAPHI IMPORTAÇÃO,COMÉRCIO E CONSULTORIA LTDA - EPP - Retirado de pauta.

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Chefe de Secretaria

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da Turma

Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3ª andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Winderley Morais Pereira (Presidente), Paulo Roberto Duarte Moreira, Cássio Schappo, Marcelo Giovani Vieira, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Orlando Rutigliani Berri, Renato Vieira de Avila e eu, Patrícia Duarte Lucena, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente justificadamente a Conselheira Tatiana Josefovicz Belisário.

Processo: 10283.720654/2013-19 - FAM DA AMAZONIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA - Acórdão: 3201-003.065

Processo: 11610.019569/2002-57 - ALSTOM HYDRO ENERGIA BRASIL LTDA - Acórdão: 3201-003.063

Processo: 10865.720361/2011-11 - TRW AUTOMOTIVE LTDA - Resolução: 3201-001.022

Processo: 13502.000503/2005-99 - CARAÍBA METAIS SA - Retirado de pauta.

Processo: 10516.000018/2010-35 - HEROMAIO - INDÚSTRIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 13766.000634/99-01 - MOBILIADORA MODERNA LTDA - ME - Acórdão: 3201-003.064

Processo: 10245.002420/2004-43 - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO EXTREMO NORTE BRASILEIRO - Retirado de pauta.

Processo: 10907.000844/2003-51 - TCP - TERMINAL DE CONTEINERES DE PARANAGUÁ S/A - Retirado de pauta.

Processo: 11762.720071/2013-50 - YANG GUOXIANG - ME - Pedido de vista.

Processo: 16349.000094/2008-81 - PETROSUL DISTRIBUIDORA, TRANSPORTADORA E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Pedido de vista.

Processo: 13502.001382/2007-64 - COOPERATIVA DE SAÚDE E SERVIÇOS CORRELATOS - COOPERSAÚDE - Retirado de pauta.

Processo: 10580.720011/2013-11 - COOPERATIVA DE SAÚDE E SERVIÇOS CORRELATOS - COOPERSAÚDE - Retirado de pauta.

Processo: 12466.722045/2014-54 - FERTIPAR SUDESTE ADUBOS E CORRETIVOS AGRÍCOLAS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13609.720029/2008-70 - RVR SIDERURGIA E EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS LTDA - ME - Retirado de pauta.

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Chefe de Secretaria

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da Turma

Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3ª andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Winderley Morais Pereira (Presidente), Tatiana Josefovicz Belisário, Paulo Roberto Duarte Moreira, Marcelo Giovani Vieira, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Orlando Rutigliani Berri, Renato Vieira de Avila e eu, Patrícia Duarte Lucena, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 14098.720101/2014-87 - GUAPORE CARNE S/A - Retirado de pauta.

Processo: 10425.721669/2014-13 - MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE - Pedido de vista.

Processo: 14751.720193/2014-44 - ESTADO DA PARAÍBA - Retirado de pauta.

Processo: 12466.005044/2002-16 - VIA SUL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Resolução: 3201-001.023

Processo: 12466.000733/2002-26 - CISA TRADING S/A - Acórdão: 3201-003.066

Processo: 12466.000732/2002-81 - CISA TRADING S/A - Acórdão: 3201-003.067

Processo: 16682.720556/2014-38 - SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE - Acórdão: 3201-003.068

Processo: 19740.900034/2009-15 - SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE - Acórdão: 3201-003.069

Processo: 19740.900035/2009-51 - SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE - Acórdão: 3201-003.070

Processo: 19740.900036/2009-04 - SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE - Acórdão: 3201-003.071

Processo: 19740.900037/2009-41 - SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE - Acórdão: 3201-003.072

Processo: 10580.725511/2009-54 - PLÁSTICOS ACALANTO INDÚSTRIA LTDA - Acórdão: 3201-003.075

Processo: 13896.722884/2012-11 - ÁSIA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 19515.720162/2014-08 - T4F ENTRETENIMENTO S.A. - Acórdão: 3201-003.073

Processo: 19515.001988/2009-07 - UNITED AIRLINES, INC. - Acórdão: 3201-003.074

Processo: 15956.000249/2006-05 - COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO - Pedido de vista.

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Chefe de Secretaria

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da Turma

Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3ª andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Winderley Morais Pereira (Presidente), Tatiana Josefovicz Belisário, Paulo Roberto Duarte Moreira, Marcelo Giovani Vieira, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Orlando Rutigliani Berri, Renato Vieira de Avila e eu, Patrícia Duarte Lucena, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 11128.000662/00-51 - COSTA CRUZEIROS AGÊNCIA MARÍTIMA E TURISMO LTDA - Acórdão: 3201-003.076

Processo: 11080.722578/2014-06 - LEV E MONTE INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA MOVEIS LTDA - Acórdão: 3201-003.077

Processo: 15983.000095/2007-05 - JAC DESPACHOS E TRANSPORTES LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10921.720396/2013-08 - INTERMARES TRADING IMPORTAÇÃO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 14486.000447/2008-43 - HSBC SEGUROS (BRASIL) S.A. - Acórdão: 3201-003.078

Processo: 11516.006717/2008-37 - SAIBRITA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA - Acórdão: 3201-003.079

Processo: 16004.000323/2009-40 - HAMELIN PAZOTTO RODRIGUES - Retirado de pauta.

Processo: 16327.001923/2008-00 - AVS SEGURADORA S/A - EM LIQUID EXTRAJUD - Retirado de pauta.

Processo: 10855.721183/2015-98 - SOROCABA REFRESCOS S.A. - Pedido de vista.

Processo: 15868.000135/2010-22 - ALCOAZUL S/A - AÇÚCAR E ÁLCOOL - Acórdão: 3201-003.080

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Chefe de Secretaria

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da Turma

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/ICMS Nº 45, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Divulga planilha eletrônica com informações gerais do regime da substituição tributária relativas ao Estado de São Paulo

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições e considerando o disposto na cláusula terceira do Convênio ICMS 18/17, de 7 de abril de 2017, por este ato, torna público:

Art. 1º Fica aprovado a planilha eletrônica retificadora - versão 0000 - com informações acerca da substituição tributária relativas às operações internas realizadas no Estado de São Paulo e nas operações interestaduais a ele destinadas.

Parágrafo único. O documento referido no caput estará disponível no Portal Nacional da Substituição Tributária (www.confaz.fazenda.gov.br) identificado como "Planilha Eletrônica Substituição Tributaria - versão 0000 - SP - Retificadora 3" e terá como chave de codificação digital a sequência 40e0357e45dcf4dfc0f66c4707e593a0, obtida com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest 5.".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeitos a partir de 1º de julho de 2017.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 46, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Divulga planilha eletrônica com informações gerais do regime da substituição tributária relativas ao Estado de São Paulo

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições e considerando o disposto na cláusula terceira do Convênio ICMS 18/17, de 7 de abril de 2017, por este ato, torna público:

Art. 1º Fica aprovado a planilha eletrônica - versão 0001 - com informações acerca da substituição tributária relativas às operações internas realizadas no Estado de São Paulo e nas operações interestaduais a ele destinadas.

Parágrafo único. O documento referido no caput estará disponível no Portal Nacional da Substituição Tributária (www.confaz.fazenda.gov.br) identificado como "Planilha Eletrônica Substituição Tributaria - versão 0001 - SP - Retificadora 2" e terá como chave de codificação digital a sequência 3fd012b1929d596f68f381a1cfca5d01, obtida com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest 5.".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2017.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 47, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Divulga planilha eletrônica com informações gerais do regime da substituição tributária relativas ao Estado de São Paulo

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições e considerando o disposto na cláusula terceira do Convênio ICMS 18/17, de 7 de abril de 2017, por este ato, torna público:

Art. 1º Fica aprovado a planilha eletrônica - versão 0002 - com informações acerca da substituição tributária relativas às operações internas realizadas no Estado de São Paulo e nas operações interestaduais a ele destinadas.

Parágrafo único. O documento referido no caput estará disponível no Portal Nacional da Substituição Tributária (www.confaz.fazenda.gov.br) identificado como "Planilha Eletrônica Substituição Tributaria - versão 0002 - SP" e terá como chave de codificação digital a sequência fbd50342cf555ccf54ca88ac20001bcb, obtida com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest 5.".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeitos a partir de 1º de setembro de 2017.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 22 de agosto de 2017

Nº 119 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no parágrafo único da cláusula décima segunda do Convênio ICMS 137, de 15 de dezembro de 2006, torna público o seguinte:
Termo Descritivo Funcional Nº 003/2017
Daruma Telecomunicações e Info. S/A.
Termo Descritivo Funcional
TERMO DESCRITIVO FUNCIONAL
Os representantes das unidades federadas signatárias do Protocolo ICMS 37/13 mediante realização de análise funcional do equipamento ECF abaixo identificado emitem o presente Termo Descritivo Funcional para os efeitos previstos no mencionado Protocolo e no Convênio ICMS 137/06:
1. TERMO DESCRITIVO FUNCIONAL:

NÚMERO	DATA DA EMISSÃO	FINALIDADE	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	CERTIFICADO
003/2017	08/06/2017	Análise Revisão	Convênio ICMS 09/09. Data de protocolo 09/04/2013.	UDESC/FITEJ Nº 025/13

2. IDENTIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO E DO SOFTWARE BÁSICO:

EQUIPAMENTO			SOFTWARE BÁSICO		
TIPO	MARCA	MODELO	VERSÃO	CHECKSUM	DISPOSITIVO
ECF-IF	DARUMA	FS800i	01.00.02	33C9	S34ML02G100TFI003
Autenticação do arquivo binário do Software Básico:					
MD5: (Message Digest Algorithm) 60FCF497F318233A5AF2266AE86C695C					
SHA1: (Secure Hash Algorithm) 902AB11549675521ED6D795D727F712F2D36345B					
O CÓDIGO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTO ECF (CNIEE) PARA ESTE MODELO E VERSÃO DE SOFTWARE BÁSICO É: 08.16.03					

2.1. IDENTIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO DO NÚMERO DE FABRICAÇÃO DO EQUIPAMENTO:

FORMATAÇAO GERAL: FFMMAALLLLLLLLLLLLLL	
FF (COD. FABRICANTE): DR	
MM (MODELO): 10	
AA	ANO DE FABRICAÇÃO DO EQUIPAMENTO
LLLLLLLLLLLLL	Caracteres seqüenciais livres atribuídos pelo fabricante

3. IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE:

RAZÃO SOCIAL	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
Daruma Telecomunicações e Info. S/A	45.170.289/0001-25	688.023.460.111 (SP)

4. OPERAÇÃO DE CANCELAMENTOS:

CANCELAMENTOS													
ITEM		CUPOM		CUPOM EM EMISSÃO		OPERAÇÃO ACRÉSCIMO ITEM		OPERAÇÃO DESCONTO ITEM		OPERAÇÃO ACRÉSCIMO SUBTOTAL		OPERAÇÃO DESCONTO SUBTOTAL	
ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN
Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

5. OPERAÇÕES DE ACRÉSCIMOS E DESCONTOS:

ACRÉSCIMOS				DESCONTOS			
ITEM		SUBTOTAL		ITEM		SUBTOTAL	
ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN
Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

6. TOTALIZADORES:

Os totalizadores atendem as especificações de sigla, nome, descrição, local de gravação, formato, capacidade, funções, reinício e evento descritos no Ato COTEPE ICMS 16/09 na redação do Ato COTEPE ICMS 30/12.

7. CONTADORES:

Os contadores atendem as especificações de sigla, descrição, local de gravação, formato, capacidade, funções, reinicio e evento descritas no Ato COTEPE ICMS 16/09 na redação do Ato COTEPE ICMS 30/12.

8. INDICADORES:

Os indicadores atendem as especificações de sigla, nome, descrição, formato, capacidade e obrigatoriedade descritas no Ato COTEPE ICMS 16/09 na redação do Ato COTEPE ICMS 30/12.

9. SIMBOLO INDICADOR DE ACUMULAÇÃO DE VALOR NO TOTALIZADOR GERAL (GT):

SIMBOLO:		LOCAL DE IMPRESSÃO NO CUPOM FISCAL:	À direita do valor do item

10. CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO CONFERIDAS PELO HARDWARE:

10.1. SISTEMA DE LACRAÇÃO:

LACRAÇÃO:
EXTERNO: Não possui
SISTEMA DE LACRAÇÃO LÓGICA: O ECF possui um sistema de lacração lógica que monitora a integridade do ECF, isto é, monitora a conexão entre o MFB e o mecanismo de impressão. Havendo a desconexão entre o MFB e o mecanismo de impressão, automaticamente o MFB muda seu estado para Modo de Intervenção Técnica - MIT.

10.2. PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO:

MATERIAL	FIXAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
ABS	Gravação a laser no MFB	Base na lateral direita.

10.3. MECANISMO IMPRESSOR:

MARCA	MODELO	TIPO	COLUNAS	ALIMENTAÇÃO DE PAPEL
DARUMA	MEC700H	TÉRMICA	57	Sensor de ausência de papel e pouco papel do tipo eletromecânico.

10.4. MEMÓRIA FISCAL:

TIPO	IDENTIFICAÇÃO	CAPACIDADE	RECEPTÁCULO ADICIONAL
Flash serial	W25Q64CVSSIG	8M bytes	Não possui

10.5. MEMÓRIA DE FITA DETALHE:

TIPO DE DISPOSITIVO	IDENTIFICAÇÃO	CAPACIDADE	RECEPTÁCULO ADICIONAL	TIPO DE FIXAÇÃO
NAND Flash	MT29F64G08AFAAAWP	8G bytes	Não Possui	Soldado na placa MF/MFD
NAND Flash	MT29F32G08ABAAA	4G bytes	Não Possui	Soldado na placa MF/MFD
NAND Flash	S34ML16G202TF	2G bytes	Não Possui	Soldado na placa MF/MFD
NAND Flash	MT29F16G08ABACAWP	2G bytes	Não Possui	Soldado na placa MF/MFD

10.6. PORTAS:

10.6.1. PLACA CONTROLADORA FISCAL:

IDENTIFICAÇÃO	LOCAL	TIPO	FUNÇÃO
CN5	Externo	RJ-45	Comunicação Ethernet remota
CN6	Externo	USB Tipo B	Comunicação USB com PAF ECF
CN2	Externo	CN FEM 6P 6C	Acionamento da Gaveta
CN4	Externo	USB Tipo A	Extração de dados e atualização de Firmware.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS:
11.1 - Permite o cancelamento aleatório de Cupom Fiscal;
11.2 - Permite o cancelamento aleatório de Comprovante Não Fiscal;
11.3 - Não permite emissão de Cupom Fiscal Bilhete de Passagem para registro de prestação de serviço de transporte de passageiro;
11.4 - Permite acesso a informações remotamente, por meio de conexão Banda larga;
11.5 - Não permite a impressão de cheques.
11.6 - Não permite a autenticação de documentos.
11.7 - Todas as operações de leituras realizadas diretamente no equipamento utilizam-se dos botões SELEÇÃO e CONFIRMA localizados na parte externa do ECF.
11.8 - Leituras em meio magnético (Ato COTEPE 17/04 e Espelhos): o programa aplicativo eECFc do Fisco juntamente com a DLL disponibilizada pelo fabricante DARUMA realiza conversão dos arquivos binários lidos do ECF para o formato texto. Estes arquivos texto são assinados digitalmente pela própria DLL. Esta assinatura digital é do padrão RSA (Rivest, Shamir and Adleman) com tamanho de 1024 bits e o hash code é o MD5. O par de chaves público e privada da DLL é único.
11.9- O ECF permite autenticação digital dos arquivos gerados por meio de padrões de chaves de mercado;
11.10 - Sempre que ocorrer alteração no software básico ou no hardware do equipamento, deverá ser solicitada análise de revisão de homologação para o equipamento, nos termos do Protocolo ICMS 37/13.
11.11 - Na extração do arquivo binário do software básico, para validação do hash do mesmo é necessário à eliminação dos registros concernentes à assinatura digital do equipamento.
11.12 - O equipamento permite apenas o uso de casas decimais 2 (duas) ou 3 (três) para quantidade e/ou valor no registro do item.
11.13 - O equipamento possui a função do QR-Code para autenticação do cupom fiscal.
11.14 - O equipamento permite a parametrização para emissão e não impressão de documentos;
12. REPRESENTANTES DAS UNIDADES FEDERADAS SIGNATÁRIAS DO PROTOCOLO ICMS 37/13 INTEGRANTES DA EQUIPE DE ANÁLISE FUNCIONAL:
Campo Grande-MS, 08 de junho de 2017.

COORDENADOR OPERACIONAL	
NOME: Reinaldo Prado de Albuquerque Mello	UF: MS
DEMAIS INTEGRANTES DA EQUIPE DE ANÁLISE	
NOME: Edson Dal Castel de Oliveira	UF: SC
NOME: Felipe Letsch	UF: SC
NOME: Leonardo Lopes da Silva	UF: MS
NOME: Pedro Henrique Siqueira	UF: MS

13. REPRESENTANTE DO FABRICANTE NA ANÁLISE FUNCIONAL:

NOME: Sílvia Helena Pereira dos Santos
CPF: 168.577.968-90
CARGO OU FUNÇÃO: Engenheira Eletrônica e procuradora
ASSINATURA DO COORDENADOR OPERACIONAL:

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 53, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre o cancelamento do registro especial de fabricante de cigarros da empresa Golden Leaf Tobacco Ltda., CNPJ nº 04.522.275/0001-46.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11, incisos I e II, e o § 2º da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, cuja base legal é o Decreto-lei nº 1.593/77, declara:

Art. 1º Fica cancelado o registro especial de fabricante de cigarros da empresa Golden Leaf Tobacco Ltda., CNPJ nº 04.522.275/0001-46, concedido pelo Ato Declaratório Executivo Cofis nº 16, de 11 de agosto de 2003, sob o nº 21-01/2003, com base no art. 2º, incisos I e II, do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, conforme consta do Processo Administrativo nº 10580.726551/2017-23.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORDÃO NÓBRIGA DA SILVA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 54, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre o cancelamento do registro especial de importador de cigarros da empresa Golden Leaf Tobacco Ltda., CNPJ nº 04.522.275/0001-46.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11, incisos I e II, e o § 2º da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, cuja base legal é o Decreto-lei nº 1.593/77, declara:

Art. 1º Fica cancelado o registro especial de importador de cigarros da empresa Golden Leaf Tobacco Ltda., CNPJ nº 04.522.275/0001-46, concedido pelo Ato Declaratório Executivo Cofis nº 17, de 11 de agosto de 2003, sob o nº 05-01/2003, com base no art. 2º, incisos I e II, do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, conforme consta do Processo Administrativo nº 10580.726551/2017-23.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORDÃO NÓBRIGA DA SILVA JUNIOR

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 321, DE 9 DE AGOSTO DE 2017

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA: CISÃO PARCIAL SEM FIM ECONÔMICO OU PROPÓSITO NEGOCIAL. TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA. DESCONSIDERAÇÃO. CRÉDITOS DE TERCEIROS. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO PELA CINDENDA OU INCORPORADORA.

A operação societária de cisão parcial sem fim econômico deve ser desconsiderada quando tenha por objetivo o reconhecimento de crédito fiscal de qualquer espécie para fins de desconto, restituição, ressarcimento ou compensação, motivo pelo qual será considerado como de terceiro se utilizado pela cindenda ou por quem incorporá-la posteriormente.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA PARCIALMENTE À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 119, DE 22/5/2014.

OPERAÇÃO DE CISÃO PARCIAL COM SUBSTÂNCIA ECONÔMICA. HIPÓTESE LEGAL DE SUCESSÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS RELACIONADOS NOS ATOS DE CISÃO. POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO PELA SUCESSORA PARA RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO.

A cisão parcial, desde que possua fim econômico, é uma hipótese legal de sucessão dos direitos previstos nos atos de formalização societária, entre os quais os créditos decorrentes de indébitos tributários, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, que passam a ter natureza de créditos próprios da sucessora, se assim determinarem os atos de cisão sendo, desse modo, válidos para a solicitação de restituição e compensação com débitos desta para com a Fazenda Nacional.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 5.172/1966 - Código Tributário Nacional (CTN), arts. 123, 132, 165, 170 e 198; Lei nº 6.404/1976, arts. 223, 229 e 233; Decreto-Lei nº 1.598/1977, art. 5º; Decreto-lei nº 2.287/1986, art. 7º; Lei nº 9.430/1996, arts. 73 e 74; Lei nº 9.964/2000, art. 2º, § 7º; Lei nº 10.833/2003, art. 18, § 4º; Lei nº 10.865/2004, art. 30; Lei nº 11.033/2004, art. 17; IN RFB nº 1.396/2013, arts. 8º, 9º, 12 e 22; IN RFB nº 1.717, de 17 de julho de 2017; e SCI Cosit nº 3/2011.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 358, DE 26 DE JULHO DE 2017

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

EMENTA: FUNDO ESTADUAL. PROGRAMA DE MICROCRÉDITO. CONVÊNIO ENTRE ESTADO E MUNICÍPIO. SERVIDOR MUNICIPAL ATUANTE COMO AGENTE DE CRÉDITO. BÔNUS POR PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS. TRIBUTAÇÃO NA FONTE.

Na situação em que o Estado transfere recursos ao município para que este os repasse a servidor municipal, a título de bônus por participação nos resultados, em decorrência de sua atuação como agente de crédito de fundo estadual de microcrédito, constitui o Estado a fonte pagadora dos rendimentos e o responsável pela retenção do Imposto sobre a Renda, de acordo com a tabela progressiva mensal.

Mediante previsão expressa em convênio, o Estado pode transferir ao município a obrigação solidária de reter e recolher o imposto; nessa hipótese, o município calculará separadamente o imposto sobre os rendimentos devidos pelo Estado e o imposto sobre os rendimentos por ele devidos ao beneficiário; não obstante, os rendimentos provenientes das duas fontes poderão ser somados para efeito de cálculo do imposto, caso haja concordância da pessoa física beneficiária.

PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NOS LUCROS OU RESULTADOS DA EMPRESA. LEI Nº 10.101, DE 2000.

As disposições da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, não se aplicam a pessoas jurídicas de direito público.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, art. 7º, inciso II; Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, art. 1º; Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000; Lei (Estadual - SP) nº 9.533, de 30 de abril de 1997, arts. 1º, 3º, VI, e 4º; Lei (Estadual - SP) nº 14.922, de 28 de dezembro de 2012, art. 1º; Resolução COF nº 1, de 12 de abril de 2013; Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, art. 67, § 2º; Solução de Consulta Cosit nº 238, de 12 de setembro de 2014; Parecer Cosit/Ditir nº 214, de 28 de maio de 1996.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 371, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: CONCESSÃO PATROCINADA. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. CESSÃO DE MÃO DE OBRA NÃO CARACTERIZADA. CONTRAPRESTAÇÃO PAGA PELO PODER CONCEDENTE. RETENÇÃO. NÃO CABIMENTO.

O valor pago a concessionária de serviço público (delegação na modalidade "concessão patrocinada") pelo poder concedente, a título de "contraprestação", destinado a remunerar, em parte ("adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários"), a prestação, por ela efetuada, do serviço público de transporte de passageiros, não está sujeito à retenção de contribuição previdenciária de que trata o art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, haja vista que o citado serviço não é executado mediante cessão de mão de obra.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 8.212, de 1991, art. 31, caput; Lei nº 8.987, de 1995, art. 2º, II; Lei nº 11.079, de 2004, art. 2º, § 1º; Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 219, caput e §§ 1º e 2º, XIX; IN RFB nº 971, de 2009, arts. 115 e 118, XVIII.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 233, DE 17 DE AGOSTO DE 2017

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721488/2017-65 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca Volvo, modelo XC60 T6, ano 2013, cor marrom, chassi YV1DZ90H6D2465712, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 13/1622968-0, de 20/08/2013, pela Alfândega do Porto de Santos, de propriedade de Christer Hugo Henning Olsson, CPF 703.664.161-46.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Declara nula, de ofício, a inscrição no CNPJ sob nº 26.738.596/0001-15

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS - GO, no uso das atribuições previstas no artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 35, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e considerando o que consta do processo administrativo nº 13116.720349/2017-62, declara:

Art.1º - NULA, de ofício, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 26.738.596/0001-15, em nome de MONIQUE DE OLIVEIRA VILELA 03053729121, em razão de ter sido constatado vício no ato de sua inscrição, nos termos do disposto no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Art.2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeito retroativo a 20/12/2016, data da abertura, de acordo com o disposto no § 2º do art. 35 da IN/RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

HUGO SOUZA ALVES DOMINGOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 97, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, art. 3º do Decreto n° 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, declara:

Art. 1°.Fica reconhecido o direito da empresa RIC COMERCIO ATACADISTA DE ALGODAO LTDA EPP, CNPJ: 08.940.753/0001-99, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração dos resultados adicionais criados pelo projeto de implantação da empresa na área de atuação da SUDAM, pelo prazo de 10 (dez) anos a partir do ano-calendário de 2016, com base no LAUDO CONSTITUTIVO N° 098/2016 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo n° 10183.722479/2017-48:

I - CNPJ do Estabelecimento Incentivado: 08.940.753/0001-99;

II - Localização: Av. Lourival Lopes, 800, sala 01, caixa postal 49, Distrito Industrial II, Campo Verde/MT, CEP: 78840-000;

III- Enquadramento do empreendimento: Alínea 'a', Inciso VI, do art. 2° do Decreto n° 4.212/2002 - "têxtil, artigos de vestuário, couros e peles, calçados de couro e de plástico e seus componentes";

IV - Produto Incentivado: Fios de Algodão Diversos.

V - Capacidade instalada anual: 2.421,90 toneladas.

Art. 2º.O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto (art. 545 do Decreto n° 3.000, de 26 de março de 1999, Regulamento do Imposto de Renda - RIR):

I -a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II-a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3°. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas que usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou à redução do imposto.

Art. 5°. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 98, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e no art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, e considerando o que consta do e-processo nº 10183.723183/2017-44, declara:

Art. 1°.Habilitada a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533/2015.

Nome Empresarial: COOPNOROESTE - COOPERATIVA AGROPECUARIA DO OESTE DO MATO GROSSO LTDA
CNPJ: 03.548.401/0001-79
Edital de Aprovação de Projeto emitido pela Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 117, de 21 de junho de 2017, seção 3, pág. 6.
Período de vigência do Projeto: 01/10/2015 a 30/09/2018.

Art. 2°. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAPÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO) de que trata a Instrução Normativa RFB nº1370/2013.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAPÁ, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo art. 302, inciso VI do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 17, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.370, de 28 de junho de 2013, publicada no D.O.U. de 01 de julho de 2013 e, considerando o que consta do processo nº 10090.000815/0717-79, resolve:

Art. 1º - Habilitar ao Regime Especial de Incentivos à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO), instituido pela Lei nº 11.033/2004 e regulamentado pelo Decreto 6.582/2008 e pela IN RFB 1.370/2013, com as alterações posteriores, a pessoa jurídica AMCEL - AMAPÁ FLORESTAL E CELULOSE S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 05.995.840/0001-55.

Art. 2º Os benefícios do REPORTO poderão ser usufruidos nas aquisições e importações realizadas até 31 de dezembro de 2020, contados da data da habilitação da pessoa jurídica (Lei nº11.033/2004, art. 16 com redação dada pela Lei nº 13.169/2015).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO SERGIO SILVEIRA GENU

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 181, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Declara a exclusão do Regime Especial unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte-Simples Nacional, da empresa que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU em 17 de maio de 2012, por força da alínea VIII, art. 13, da Portaria de Delegação de Competência do Delegado da DRF/MNS nº 71, de 09 de junho de 2014 e tendo em vista o disposto no art. 29, inciso I da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, e, ainda, considerando os dados constantes no processo administrativo nº 10283.723.593/2017-67, resolve:

Art. 1° Excluir do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, a empresa N L COMERCIO DE FRIOS LTDA -ME, CNPJ 07.913.602/0001-89.

Art. 2° A exclusão surtirá efeito retroativo a partir de 1º de Janeiro de 2013, nos termos do art. 31, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 3° Poderá o contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da ciência deste, apresentar manifestação de inconformidade, dirigida à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Belém-PA, por meio dessa unidade, assegurados, portanto o contraditório e a ampla defesa.

Art.4° Não havendo manifestação no prazo estipulado, a exclusão tornar-se-á definitiva.

GLAYTON BATISTA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.024, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

AVISO PRÉVIO INDENIZADO.

Nos termos da Nota PGFN/CRJ nº 485, de 30 de maio de 2016, aprovada em 2 de junho de 2016, e com fundamento no art. 19, V, §§ 4º, 5º e 7º, da Lei nº 10.522, de 2002, e no art. 3º, § 3º, da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014, o valor pago a título de aviso prévio indenizado, exceto seu reflexo no décimo terceiro salário, não integra a base de cálculo da contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários.

VINCULAÇÃO ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 249, DE 23 DE MAIO DE 2017, E Nº 362, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

FÉRIAS GOZADAS. TERÇO CONSTITUCIONAL.

O valor referente a férias gozadas acrescidas do terço constitucional integra a base de cálculo da contribuição previdenciária devida pelo empregador e pelo empregado.

VINCULAÇÃO ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 188, DE 27 DE JUNHO DE 2014, E Nº 362, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

AUXÍLIO-DOENÇA. IMPORTÂNCIA PAGA PELA EMPRESA NOS PRIMEIROS 15 (QUINZE) DIAS DE AFASTAMENTO DO EMPREGADO POR MOTIVO DE DOENÇA.

A contribuição previdenciária incide sobre a importância paga pelo empregador nos primeiros 15 (quinze) dias de afastamento do empregado por motivo de enfermidade, anteriores ao auxílio-doença.

VINCULAÇÃO ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 126, DE 28 DE MAIO DE 2014, E Nº 362, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO DE INDÉBITO.

A pessoa jurídica que apurar crédito relativo à contribuição previdenciária prevista no inciso I do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, poderá utilizá-lo na compensação de contribuições previdenciárias correspondentes a períodos subsequentes, ou requerer a restituição nos termos do Parecer Normativo Cosit/RFB nº 1, de 31 de março de 2017.

VINCULAÇÃO À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 362, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

Dispositivos Legais: Constituição Federal, art. 7º, XVII; Lei nº 8.212, de 1991, arts. 20, 22, I, e 28; Lei nº 8.213, de 1991, art. 60, § 3º; Lei nº 10.522, de 2002, art. 19; Decreto nº 3.048, de 1999, art. 214, §§ 4º e 14; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014; Notas PGFN/CRJ nº 485/2016, nº 115/2017 e nº 520/2017.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Declara Nulidade do Ato Cadastral no CNPJ por constatação de vício.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 302, IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, e de acordo com a Instrução Normativa RFB n.º 1.634, de 06 de maio de 2016, em seus artigos 35 e 36, nos termos do processo administrativo nº 13607.720295/2016-22, declara:

Art. 1º. NULA a inscrição da pessoa jurídica Melin Comércio de Produtos Alimentícios Ltda - EPP no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, sob o nº 13.923.475/0001-00, por ter sido constatada fraude na assinatura de seu ato constitutivo.

Art. 2º. Os efeitos da anulação retroagem a 01/07/2011.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRED SENA IMBRIANI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÕES

No art. 1º do Ato Declaratório Executivo nº 12, de 16 agosto de 2017, publicado no DOU nº 159, de 18 de agosto de 2017, seção I, página 27, Onde se lê: "Art. 1º -. Portaria MME nº 125, de 26 de abril de 2016, do Ministério das Minas e Energia, publicada no DOU de 27/04/2016." Leia-se: "Art. 1º -. Portaria nº 194, de 07 de julho de 2017, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia, publicada no DOU de 11/07/2017."; e Onde se lê: "ATO AUTORIZATIVO: Portaria nº 125, de 26 de abril de 2016, do MME, DOU 27/04/2016

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 01/06/2016 A 01/11/2018, Conforme o disposto na Portaria MME nº 125/2016.", Leia-se: "ATO AUTORIZATIVO: Portaria nº 194, de 07 de julho de 2017, da SPDE/MME, DOU 11/07/2017

PRAZO DE EXECUÇÃO: 19/06/2017 a 1º/11/2018, conforme o disposto na Portaria SPDE/MME nº 194/2017."

No art. 1º do Ato Declaratório Executivo nº 13, de 16 agosto de 2017, publicado no DOU nº 159, de 18 de agosto de 2017, seção I, páginas 27 e 28, Onde se lê: "Art. 1º -. Portaria MME nº 198, de 25 de maio de 2016, do Ministério das Minas e Energia, publicada no DOU de 27/04/2016.",Leia-se: "Art. 1º - ..Portaria nº 195, de 07 de julho de 2017, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia, publicada no DOU de 11/07/2017."; e Onde se lê: "ATO AUTORIZATIVO: Portaria nº 198, de 25 de maio de 2016, do MME, DOU 27/04/2016

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 01/06/2016 A 01/11/2018, Conforme o disposto na Portaria MME nº 125/2016.", Leia-se: "ATO AUTORIZATIVO: Portaria nº 195, de 07 de julho de 2017, da SPDE/MME, DOU 11/07/2017

PRAZO DE EXECUÇÃO: 19/06/2017 a 1º/11/2018, conforme o disposto na Portaria SPDE/MME nº 195/2017."

No art. 1º do Ato Declaratório Executivo nº 14, de 16 agosto de 2017, publicado no DOU nº 159, de 18 de agosto de 2017, seção I, página 28, Onde se lê: "Art. 1º. Portaria MME nº 197, de 25 de maio de 2016, do Ministério das Minas e Energia, publicada no DOU de 27/04/2016.", Leia-se: "Art. 1º -. Portaria nº 196, de 07 de julho de 2017, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia, publicada no DOU de 11/07/2017."; e Onde se lê: "ATO AUTORIZATIVO: Portaria nº 197, de 25 de maio de 2016, do MME, DOU 27/04/2016

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 01/06/2016 A 01/11/2018, Conforme o disposto na Portaria MME nº 197/2016.", Leia-se:" ATO AUTORIZATIVO: Portaria nº 196, de 07 de julho de 2017, da SPDE/MME, DOU 11/07/2017

PRAZO DE EXECUÇÃO: 19/06/2017 a 1º/11/2018, conforme o disposto na Portaria SPDE/MME nº 196/2017."

No art. 1º do Ato Declaratório Executivo nº 15, de 16 agosto de 2017, publicado no DOU nº 159, de 18 de agosto de 2017, seção I, página 28, Onde se lê: "Art. 1º.. Portaria MME nº 260, de 17 de junho de 2016, do Ministério das Minas e Energia, publicada no DOU de 20/06/2016.", Leia-se:"Art. 1º - Portaria nº 197, de 07 de julho de 2017, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia, publicada no DOU de 11/07/2017."; e Onde se lê: "ATO AUTORIZATIVO: Portaria nº 260, de 17 de junho de 2016, do MME, DOU 20/06/2016

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 01/06/2016 A 01/11/2018, Conforme o disposto na Portaria MME nº 260/2016.", Leia-se: "ATO AUTORIZATIVO: Portaria nº 197, de 07 de julho de 2017, da SPDE/MME, DOU 11/07/2017

PRAZO DE EXECUÇÃO: 19/06/2017 a 1º/11/2018, conforme o disposto na Portaria SPDE/MME nº 197/2017."

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

Desalfandegamento, a pedido, de base militar do Ministério da Aeronáutica, com fundamento no artigo 30, §1°, Portaria nº 3.518, de 2011.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência atribuída pelo § 1° do artigo 30 da Portaria RFB n° 3.518, de 30 de setembro de 2011, e tendo em vista o que consta do processo administrativo n° 10768.016644/98-98, declara:

Art. 1º Desalfandegada, a pedido, a base militar do Ministério da Aeronáutica denominada Depósito de Aeronáutica do Rio de Janeiro (DARJ), inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.429/0045-21, situada na Avenida Brasil, 5176, Bonsucesso, Rio de Janeiro/RJ, alfandegada por meio do Ato Declaratório SRF n° 32, de 31 de março de 1999 (DOU de 01/04/1999).

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório SRF n° 32, de 31 de março de 1999 (DOU de 01/04/1999).

MARCUS VINÍCIUS VIDAL PONTES

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITÓRIA-ES NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e nos termos do art. 12 e parágrafo único da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Incluir no registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros a seguinte inscrição:

NOME	CPF	PROCESSO
THIAGO DE ANDRADE BASTOS	058.923.297-55	12466.720349/2017-20

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABRÍCIO BETTO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

Declara excluída do Regime Tributário Diferenciado, Simplificado e Favorecido aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL) a empresa MIX BAG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE COURO LTDA - EPP.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, e da competência expressa no art. 29, § 5° e art. 33 da Lei Complementar n°. 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN n°. 94, de 29 de novembro de 2011, publicada no DOU 1°/12/2012, declara:

Art. 1º Fica excluído do Simples Nacional o contribuinte MIX BAG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE COURO LTDA - EPP, inscrito no CNPJ nº 05.018.342/0001-52, em virtude de a sociedade ter cometido a infração prevista no inciso VIII, do artigo 29, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, tendo em vista que regularmente intimada, a empresa não apresentou o Livro Caixa ou o Livro Diário do ano-calendário de 2013, conforme apurado em procedimento de fiscalização externa e formalizado na Representação para Exclusão do Simples Nacional, devidamente acostada no processo administrativo nº 15540.720246/2017-18.

Art. 2º A exclusão do Simples Nacional surtirá os efeitos, a partir de 01 de janeiro de 2013, conforme disposto no parágrafo 1°, do artigo 29, da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 3º Poderá o contribuinte, dentro do prazo de trinta dias, contados a partir da ciência deste Ato, manifestar a inconformidade, por escrito, nos termos do Decreto nº 70.235, de 7 de março de 1972, e alterações posteriores, relativamente à exclusão do Simples Nacional, à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro/RJ, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

FERNANDO JOSÉ DA ROCHA VELHO

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 15 DE AGOSTO DE 2017

Declara nula a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da delegação de competência conferida pela Portaria DRF/NIT n° 80, de 24/09/2015, publicada no D.O.U. de 28/09/2015, na qual lhe foram outorgadas as atribuições constantes do art. 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 20.175.585/0001-98 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do contribuinte SELMA RITA MARIANO DE FIGUEIREDO 08566249771, por constatação de vício no ato cadastral praticado perante o CNPJ, tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso II e §1º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e ainda o que consta do processo administrativo nº 17284.720565/2017-27.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no §2º do art. 35, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

SALATIEL ANTUNES DE MATOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 15 DE AGOSTO DE 2017

Declara nula a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da delegação de competência conferida pela Portaria DRF/NIT n° 80, de 24/09/2015, publicada no D.O.U. de 28/09/2015, na qual lhe foram outorgadas as atribuições constantes do art. 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 15.252.603/0001-58 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do contribuinte ALEX SANDRO GOMES 03236908742, por constatação de vício no ato cadastral praticado perante o CNPJ, tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso II e §1º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e ainda o que consta do processo administrativo nº 10730.721848/2017-31.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no §2º do art. 35, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

SALATIEL ANTUNES DE MATOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto nos artigos 35, inciso I, e 50 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e considerando o que consta do processo 13889.720159/2017-02, declara:

1º - NULA a inscrição nº 27.027.190/0001-97, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, da pessoa jurídica denominada PANIFICADORA DORIGHETTI E DORIGHETTI LTDA - ME, em virtude da constatação de ocorrência de duplicidade de cadastro no CNPJ.

2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 03 de fevereiro de 2017.

ANDRÉ DALLE VÊDOVE BARBOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O DELEGADO-SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto nos artigos 35, inciso II, e 50 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, na Portaria RFB nº 782, de 17 de maio de 2016, e na Ordem de Serviço SRRF08 nº 01, de 12/01/2016, e, ainda, considerando o que consta do processo 13888.722158/2017-02, declara:

1º - NULA a inscrição nº 15.799.312/0001-84, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, da pessoa jurídica denominada NADIR BONORA FARIAS GOMES 12024289835, em virtude da constatação de ocorrência de vício no ato cadastral no CNPJ.

2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 28 de junho de 2012.

JEZIEL TADEU FIOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 165, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Concede registro especial obrigatório para estabelecimento engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 295, inciso IX, combinado com o Artigo 220 e o artigo 307 inciso VI, da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e considerando o disposto no art. 3º, da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 09 de fevereiro de 2005 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e de acordo com o processo administrativo nº 11516.000341/2011-52 de 10 de fevereiro de 2011, declara:

Art.1º - O estabelecimento da empresa Indústria de Bebidas Pingo de Ouro Ltda-ME, CNPJ nº 78.538.931/0001-35, situado à Rodovia SC 281, nº 105, Km 12,5, s/nº, Bairro Santa Tereza, São Pedro de Alcântara, SC, está inscrito no Registro especial obrigatório sob o número 09201/019, conforme processo nº 11516.002809/99-78, de 11/11/99.

Art.2º - O estabelecimento supracitado está autorizado a produzir, engarrafar e comercializar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Registro Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA-SC	Capacidade do Recipiente (ml)	Tipo do Recipiente	Classificação Fiscal
Coquetel Alcoólico	Limãozinho de Ouro	000071-0. 000003	900	Retornável	2206.00.90
Coquetel Alcoólico	Amendoim Pingo de Ouro	000071-0. 000004	900	Retornável	2206.00.90
Coquetel Alcoólico	Coco Pingo de Ouro	000071-0. 000006	900	Retornável	2206.00.90
Coquetel Alcoólico	Mel e Limão Pingo de Ouro	000071-0. 000007	900	Retornável	2206.00.90
Coquetel Alcoólico	Menta Pingo de Ouro	000071-0. 000009	900	Retornável	2206.00.90
Coquetel Alcoólico	Maracujá Pingo de Ouro	000071-0. 000015	900	Retornável	2206.00.90
Coquetel Alcoólico	Pingo de Ouro -	08025 00043-6	900	Retornável	2206.00.90
Coquetel Alcoólico	Pingo de Ouro Canelinha	08025 00044-4	900	Retornável	2206.00.90
Coquetel Alcoólico	Raízes Amargas Pingo de Ouro	08025 00045-2	900	Retornável	2206.00.90
Coquetel Alcoólico	Pingo de Ouro Catuaba	08025 00068-1	900	Retornável	2206.00.90
Coquetel Alcoólico	Conquistador 1	08025 00069-0	890	Retornável	2206.00.90
Coquetel Alcoólico	Conquistador	08025 00070-3	890	Retornável	2206.00.90
Coquetel Alcoólico	Ruscóvia	000071-0. 000001	965	Retornável	2206.00.90 Ex01
Cocktail Alcoólico	Saint Peter	000071-0 000017	900	Não Retornável	2206.00.90 Ex01
Coquetel Composto	Açaí Pingo de Ouro	000071-0 000019	900	Retornável	2206.00.90
Bebida Alcoólica Mista	Barra Limpa	000071-0. 000010	800	Não Retornável	2206.00.90 Ex01
Bebida Alcoólica Mista	Juba de Ouro	000071-0. 000012	900	Retornável	2206.00.90
Vodka	Biloff Pingo de Ouro	000071-0. 000011	900 965	Retornável Retornável	2208.60.00 2208.60.00
Aguardente Composta Adoçada	Conquistador	000071-0. 000016	900	Retornável	2208.90.00
Aguardente de Cana Adoçada	Popular	000071-0. 000002	900	Retornável	2208.40.00.2
Aguardente de Cana Adoçada	Pingo de Ouro	000071-0. 000008	890	Retornável	2208.40.00.2
Aguardente de Cana	Pingo de Ouro Ouro	08025 00072-0	700 900	Não-Retornável Não-Retornável	2208.40.00.3 2208.40.00.3
Cachaça Adoçada	Pingo de Ouro Export	08025 00032-1	700 1000	Não-Retornável Não-Retornável	2208.40.00.3 2208.40.00.3

Art. 3º - A presente autorização poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do Registro Especial.

Art. 4º - Ficam revogados os ADEs DRF/FNS nºs 11, de 23 de fevereiro de 2005 e 205 de 14 de outubro de 2011.

Art. 5º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data da sua publicação.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 79, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial do dia 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), a pessoa jurídica KUKA CONFEITARIA LTDA. - ME, CNPJ 20.845.655/0001-78, por ficar constatada a ocorrência da situação para exclusão de ofício prevista no inc. I do caput do art. 29 da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que não comunicou a exclusão por ter ultrapassado o limite anual da receita bruta, proporcional a R$ 3.600.000,00, acrescido de 20%, conforme demonstrado nos autos do processo administrativo nº 10945.721285/2017-66.

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir de 12/08/2014, data de início de suas atividades, impedindo nova opção pelo Simples Nacional no ano-calendário subsequente, conforme disposto § 1º do art. 31, III, a, da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste Ato Declaratório Executivo (ADE), manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolizada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Art. 4º Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o art. 3º, a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

NOME	CPF	Processo
Karen Ceroni Longaray	016.528.710-12	11050.720900/2017-54
Ruan da Silveira Vieira	041.032.560-01	11050.720901/2017-07
Fernanda Padilha Viana	031.329.650-22	11050.720936/2017-38

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

CARLOS FREDERICO S. DE MIRANDA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Exclui pessoas físicas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS-RS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF no 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º, 5º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e nos artigos 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com o seu art. 7º, as pessoas físicas abaixo relacionadas, tendo em vista que foi constatada a existência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou com recolhimento efetuado em valor inferior ao fixado no §3º e no § 6º do artigo 1º da Lei nº 10.684, de 2003, conforme apurado nos processos administrativos indicados:

CPF das pessoas físicas excluídas	Processo Administrativo
572.410.070-34	11040.721303/2017-66
510.181.950-68	11040.721304/2017-19
179.345.830-87	11040.721305/2017-55

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal em Pelotas, na sede da DRF/Pelotas, localizada à rua Professor Araújo nº 216, Centro, Pelotas-RS.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 4º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA REGINA GOMES LOBO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL/RS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 302 da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, no seu Art. 35, inciso II, § 1° e o que consta no Processo 10070.000767/0517-21 declara:

I - A Nulidade do ato cadastral que criou a empresa filial STOKLOG SERVIÇOS LOGISTICOS EM TRANSPORTE - ME , CNPJ 15.384.123/0003-02, tendo em vista a comunicação do Edital 061/2017 da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul, através do OF. JUCISRS DIV.REC.Nº 106/2017, onde é cancelado o arquivamento irregular 4218475 que criou a filial citada.

II - Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de vigência do ato cadastral declarado nulo.

LEOMAR PADILHA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

Habilitação Definitiva ao "Programa Mais Leite Saudável" instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO (RS), no uso das atribuições conferidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015 e na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 05 de novembro de 2015, e considerando o que consta no processo administrativo nº 10100.010307/0617-70, resolve:

Art. 1º - Conceder a Habilitação Definitiva ao "Programa Mais Leite Saudável", instituído pelo Decreto nº 8.533/2015, em favor de Laticínio Stefanello - Eireli, sediada à Rua Professor Humberto Possamai, nº 103, Distrito Industrial, em Rodeio Bonito/RS, inscrito no CNPJ sob nº 05.418.346/0001-28.

Art. 2º - Este Ato Declaratório tem seus efeitos vinculados à execução do projeto de investimentos denominado "Capacitação e assistência técnica em pequenas propriedades do ramo lácteo", aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, com vigência no período de 01/03/2017 a 01/03/2018, conforme edital de aprovação publicado no DOU de 08/06/2017, seção 3, página 7.

LAURI ANTÔNIO WILCHEN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

Habilitação Definitiva ao "Programa Mais Leite Saudável" instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO (RS), no uso das atribuições conferidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015 e na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 05 de novembro de 2015, e considerando o que consta no processo administrativo nº 10100.012213/0617-35, resolve:

Art. 1º - Conceder a Habilitação Definitiva ao "Programa Mais Leite Saudável", instituído pelo Decreto nº 8.533, de 2015, em favor da Cooperativa Central Gaúcha Ltda - CCGL, sediada à Rodovia RS 342, Km 149, em Cruz Alta/RS, inscrita no CNPJ sob nº 88.933.114/0001-35.

Art. 2º - Este Ato Declaratório tem seus efeitos vinculados à execução do projeto de investimentos denominado "Certificação de Propriedades Livres de Brucelose e Tuberculose - Programa Sanidade Total CCGL", aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, com vigência no período de 01/01/2017 a 30/09/2018, conforme edital de aprovação publicado no DOU de 08/06/2017, seção 3, página 7.

LAURI ANTÔNIO WILCHEN

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 715, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre o Comitê de Programação Financeira - CPF, estabelece procedimentos relativos à programação e execução financeira no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 32, incisos I e VII, do Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017, e o art. 1º, inciso VII, c/c o art. 119, incisos II, III e V do Regimento Interno aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 244, de 16 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Estabelecer as diretrizes para o funcionamento do Comitê de Programação Financeira - CPF e estabelecer procedimentos relativos à programação e à execução financeira no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF.

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 2º - Constituem objetivos da Portaria:

I - assegurar a realização planejada e transparente da programação e da execução financeira do Governo Central, com vistas ao cumprimento das metas fiscais estabelecidas;

II - prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o cumprimento da meta fiscal estabelecida nas Leis de Diretrizes Orçamentárias;

III - institucionalizar atividades e rotinas, de modo a contribuir para a governança e a conformidade da instituição.

CAPÍTULO II

DO COMITÊ DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Art. 3º - O CPF é um fórum interno de discussão e apoio à atividade de programação e execução financeira.

Art. 4º - Compete ao CPF:

I - propor ao Secretário do Tesouro Nacional, para deliberação:

a) as políticas e as diretrizes para a elaboração, formulação e ajustes da programação e execução financeira do Governo Central;

b) os procedimentos e as rotinas relacionados à programação e à execução financeira do Governo Central e, conforme o caso, o aperfeiçoamento dos já existentes; e

c) a programação financeira mensal e anual, inclusive suas reavaliações.

II - manifestar-se previamente sobre as propostas de projetos de lei e decretos de natureza orçamentária e financeira, em especial:

a) o Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA;

b) o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira - DPOF; e

c) os instrumentos de avaliação do cumprimento da legislação orçamentária e financeira, particularmente os previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

III - outras medidas que possam contribuir para a realização dos objetivos desta Portaria.

Parágrafo único - As competências conferidas ao CPF são complementares às disposições do Regimento Interno da STN/MF e não desoneram as unidades da organização do regular cumprimento de suas atribuições.

Art. 5º - O CPF será composto pelos seguintes representantes:

I - Subsecretário de Política Fiscal - SUPOF, que o presidirá;

II - Subsecretário de Planejamento e Estatística Fiscal - SUPEF;

III - Subsecretário da Dívida Pública - SUDIP;

IV - Subsecretário de Relações Financeiras Intergovernamentais - SURIN;

V - Subsecretário de Contabilidade Pública - SUCON;

VI - Subsecretário de Assuntos Corporativos - SUCOP;

VII - Diretor de Riscos, Controles e Conformidade - DIRCO;

VIII - Coordenador-Geral de Programação Financeira - COFIN;

IX - Coordenador-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimentos Públicos - COAPI;

X - Coordenador-Geral de Estudos Econômico-Fiscais - CESEF;

XI - Coordenador-Geral de Planejamento e Riscos Fiscais - COPEF;

XII - Coordenador-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV; e

XIII - demais coordenadores-gerais designados pelo Subsecretário de Política Fiscal - SUPOF.

§ 1º - O Regimento Interno do Comitê disciplinará o seu funcionamento, a ser editado no prazo de 30 dias após a publicação desta Portaria, prorrogáveis por igual período.

§ 2º - A COFIN exercerá a função de Secretaria Executiva do CPF.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 6º - A programação e a execução financeira do Governo Central observarão, além das disposições legais e regulamentares, os procedimentos definidos nesta portaria.

Seção I

Da Programação Financeira

Art. 7º - A programação financeira é um conjunto de procedimentos que tem como objetivo ajustar o ritmo da execução das despesas ao fluxo de ingresso das receitas públicas, com vistas ao cumprimento das metas fiscais estabelecidas.

Art. 8º - A proposta de programação financeira anual do Governo Central será elaborada observando-se:

I - as informações de receitas e despesas previstas na Lei Orçamentaria Anual - LOA, bem como os dados atualizados das respectivas previsões de gastos;

II - os parâmetros macroeconômicos disponibilizados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda - SPE/MF;

III - as estimativas de receita administrada disponibilizadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda - SRFB/MF;

IV - as estimativas da receita não administrada elaboradas pela STN/MF e Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MP;

V - os valores de despesas inscritas em restos a pagar;

VI - a meta de resultado primário prevista para o exercício; e

VII - os demais dados, informações, estimativas e projeções oficiais considerados necessários.

§ 1º - Na ausência de dados, informações, estimativas e projeções oficiais considerados necessários, caberá às unidades organizacionais da STN/MF elaborarem estimativas que suportem a adequada proposta de programação financeira.

§ 2º - Nas revisões dos atos de programação financeiras serão considerados os parâmetros de acompanhamento definidos nesta Portaria.

Seção II

Da Execução Financeira

Art. 9º - A execução financeira é o mecanismo de liberação tempestiva de recursos financeiros aos órgãos setoriais do sistema de programação financeira e aos beneficiários da repartição de receitas, assim como as liberações referentes às restituições, às devoluções e às compensações de receitas federais.

Parágrafo único - Considera-se tempestiva a execução financeira efetuada nos prazos legais e regulamentares, em conformidade com a programação e as disponibilidades orçamentárias e financeiras estabelecidas para o exercício.

Subseção I

Das Despesas Obrigatórias e das Transferências Constitucionais e Legais

Art. 10 - A liberação mensal de recursos relativos às despesas obrigatórias e às repartições de receitas a título de transferências constitucionais e legais será efetuada em conformidade com a programação orçamentária e financeira estabelecida para o exercício nos prazos legais e regulamentares definidos.

Subseção II

Das Despesas Discricionárias

Art. 11 - A liberação mensal de recursos relativos às despesas discricionárias ocorrerá, preferencialmente, em intervalos decendiais, observado o limite de pagamento previsto no DPOF, as disponibilidades de recursos, o limite de saque e o pagamento efetivo de cada órgão.

Parágrafo único - Despesas de caráter impreterível e emergencial não previstas na programação mensal poderão ser autorizadas pelo Subsecretário de Política Fiscal e comunicadas ao CPF, que dará ciência ao Secretário do Tesouro Nacional.

CAPÍTULO IV

DO ACOMPANHAMENTO

Art. 12 - As despesas e as receitas, bem como os fatores de risco fiscal, serão continuamente acompanhados pelo CPF.

Art. 13 - A atividade de acompanhamento compreende o monitoramento mensal, entre outros, dos seguintes elementos:

I - receita total, abrangidas:

a) receitas administradas pela SRFB;

b) arrecadação líquida para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS;

c) outras receitas.

II - despesa total, abrangidos:

a) benefícios previdenciários;

b) pessoal e encargos sociais;

c) outras despesas obrigatórias; e

d) despesas discricionárias.

III - disponibilidades de caixa;

IV - transferência a Estados e a Municípios;

V - dívida pública;

VI - concessão de garantias;

VII - operações de crédito;

VIII - inscrição e execução dos Restos a Pagar:

a) liquidadas; e

b) empenhadas e não liquidadas.

IX - pagamento efetivo dos órgãos.

Art. 14 - O não atendimento ou a perspectiva de não atendimento de eventuais limites, condições e metas definidas deverá ser comunicado ao Secretário do Tesouro Nacional.

Parágrafo único - A comunicação de que trata o caput será acompanhada de propostas de medidas para a readequação aos limites, condições e metas definidas.

Art. 15 - As atividades de monitoramento serão compartilhadas com o Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda.

Art. 16 - A programação financeira anual será mensalmente reavaliada, considerando-se os parâmetros de acompanhamento definidos nesta Portaria.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - Os indícios de não conformidade na gestão orçamentária e financeira serão comunicados ao Secretário do Tesouro Nacional que dará ciência ao Ministro de Estado da Fazenda, a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis.

Art. 18 - Os casos fortuitos ou de força maior serão submetidos à apreciação do Secretário do Tesouro Nacional, acompanhados das informações necessárias.

Art. 19 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20 - Revogam-se as disposições em contrário.

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI

SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 710, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2000, e em conformidade com a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 7.868.822 (sete milhões, oitocentas e sessenta e oito mil, oitocentas e vinte e duas) Notas do Tesouro Nacional - Série "I", NTN-I, no valor de R$ 41.262.544,54 (quarenta e um milhões, duzentos e sessenta e dois mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), referenciadas a 15 de agosto de 2017, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, observadas as seguintes condições:

I - data-base VNA: 1º de julho de 2000;

II - valor nominal na data-base: R$ 1,00;

III - data-base juros: 15 de abril de 2001;

IV - preço unitário em 15 de agosto de 2017: R$ 5,243802;

V - data de vencimento: a partir de 15 de outubro de 2017 e todos os dias 15 dos meses subsequentes em que vencerem as operações de crédito, até a última em 15 de maio de 2029;

VI - modalidade: nominativa e negociável;

VII - taxa de juros: 12% a.a. (doze por cento ao ano), calculada sobre o valor nominal atualizado;

VIII - atualização do valor nominal: pela variação da cotação de venda do dólar dos Estados Unidos no mercado de câmbio de taxas livres, divulgada pelo Banco Central do Brasil, sendo consideradas as taxas médias dos dias úteis imediatamente anteriores às datas de emissão e de resgate do título;

IX - pagamento de juros: na data de resgate do principal;

X - resgate do principal: até a data de vencimento da correspondente parcela de juros de financiamento à exportação;

XI - forma de colocação: direta, em favor do interessado, não podendo ser colocada por valor inferior ao par, em quantidade equivalente ao necessário para atender ao Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 712, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e na Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 192, de 29 de fevereiro de 2016, e na Portaria SE/MF nº 1.048, de 23 de novembro de 2016, e em conformidade com os arts. 3º e 13º da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, com o art. 9º da Portaria Ministerial MF/MEC nº 376, de 18 de setembro de 2014 e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001 e da Portaria SE/MF nº 102, de 8 de abril de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 34.430 (trinta e quatro mil, quatrocentos e trinta) Certificados Financeiros do Tesouro, série B, subsérie 1 - CFT-B1, no valor de R$ 45.703.414,90 (quarenta e cinco milhões, setecentos e três mil, quatrocentos e quatorze reais e noventa centavos), no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - PROIES, observadas as seguintes condições:

Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor Nominal Atualizado Em 21/8/2017	Quantidade	Valor (R$)
1º/1/2015	1º/1/2030	1.327,43	34.430	45.703.414,90

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAES

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS

PORTARIA Nº 711, DE 20 DE AGOSTO DE 2017

A SUBSECRETÁRIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26 do ANEXO I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, com redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º. Divulgar o montante dos recursos a serem entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios relativo ao mês de AGOSTO de 2017, de acordo com o disposto no item 1 do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 1996.

R$ 1,00

UF	COEF(%)	TOTAL	ESTADOS (75%)	MUNICÍPIOS (25%)
AC	0,09104	147.940,00	110.955,00	36.985,00
AL	0,84022	1.365.357,50	1.024.018,13	341.339,37
AP	0,40648	660.530,00	495.397,50	165.132,50
AM	1,00788	1.637.805,00	1.228.353,75	409.451,25
BA	3,71666	6.039.572,50	4.529.679,38	1.509.893,12
CE	1,62881	2.646.816,25	1.985.112,19	661.704,06
DF	0,80975	1.315.843,75	1.315.843,75	0,00
ES	4,26332	6.927.895,00	5.195.921,25	1.731.973,75
GO	1,33472	2.168.920,00	1.626.690,00	542.230,00
MA	1,67880	2.728.050,00	2.046.037,50	682.012,50
MT	1,94087	3.153.913,75	2.365.435,31	788.478,44
MS	1,23465	2.006.306,25	1.504.729,69	501.576,56
MG	12,90414	20.969.227,50	15.726.920,63	5.242.306,87
PA	4,36371	7.091.028,75	5.318.271,56	1.772.757,19
PB	0,28750	467.187,50	350.390,63	116.796,87
PR	10,08256	16.384.160,00	12.288.120,00	4.096.040,00
PE	1,48565	2.414.181,25	1.810.635,94	603.545,31
PI	0,30165	490.181,25	367.635,94	122.545,31
RJ	5,86503	9.530.673,75	7.148.005,31	2.382.668,44
RN	0,36214	588.477,50	441.358,13	147.119,37
RS	10,04446	16.322.247,50	12.241.685,63	4.080.561,87
RO	0,24939	405.258,75	303.944,06	101.314,69
RR	0,03824	62.140,00	46.605,00	15.535,00
SC	3,59131	5.835.878,75	4.376.909,06	1.458.969,69
SP	31,1418	50.605.425,00	37.954.068,75	12.651.356,25
SE	0,25049	407.046,25	305.284,69	101.761,56
TO	0,07873	127.936,25	95.952,19	31.984,06
TOTAL	100,00000	162.500.000,00	122.203.960,97	40.296.039,03

Art. 2º. Dos valores discriminados no art. 1º serão destinados recursos para composição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), conforme a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRICILLA MARIA SANTANA

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 791, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001087/2017-35 e Documento SEI nº 0057219, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios FBPREV II, CNPB nº 2013.0022-38, administrado pela Fundação Banrisul de Seguridade Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 6.982, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Composição da Comissão Contábil da Susep - CCS.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 73, inciso VI, do Regimento Interno de que trata o Anexo I da Resolução CNSP nº 338, de 09 de maio de 2016, considerando o disposto no art. 117 da Circular Susep n. 517, de 30 de julho de 2015, e o que consta do Processo Susep n. 15414.609612/2017-24, resolve:

Art. 1º Alterar a constituição da Comissão Contábil da Susep, que passa a ser composta pelos seguintes membros:

Diretor da Diretoria de Solvência da Susep;

Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Monitoramento Prudencial da Susep;

Coordenador da Coordenação de Monitoramento de Solvência e Contabilidade;

2 (dois) servidores da Coordenação de Monitoramento de Solvência e Contabilidade;

2 (dois) servidores da Coordenação-Geral de Fiscalização Prudencial;

2 (dois) representantes da CNseg;

2 (dois) representantes da FenaPrevi;

2 (dois) representantes da FenSeg;

2 (dois) representantes da FenaCap;

1 (um) representante da Fenaber;

1 (um) representante da AN-Re;

2 (dois) representantes do Ibracon.

Parágrafo único. Poderão ser convidados pela Susep especialistas em determinado assunto, para discussões específicas.

Art. 2º A Comissão possuirá caráter deliberativo com o objetivo de aprimorar as normas contábeis aplicáveis às supervisionadas, propondo alterações, interpretações e/ou orientações a elas relacionadas.

Art. 3º As reuniões serão preferencialmente mensais e as deliberações serão registradas em ata, que, uma vez aprovada, será disponibilizada no sítio da Autarquia.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria Susep n. 6905, de 18 de maio de 2017.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAIDES

PORTARIA Nº 6.983, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - Susep, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 73 do Regimento Interno de que trata a Resolução CNSP nº 346, de 02 de maio de 2017, e considerando o disposto no Processo 15414.607858/2017-61, resolve:

Art.1º Constituir Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de elaborar proposta de tarifação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não - Seguro DPVAT - para o exercício de 2018, ficando estabelecida a data de 15 de novembro de 2017 para a conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Designar, para sua composição, os servidores: CÁSSIO CABRAL KELLY, matrícula SIAPE nº 1091585; LUIZ FERNANDO HIDEICHI SASAKI, matrícula SIAPE nº 1091591, ROBERTO SUAREZ SEABRA, matrícula SIAPE nº 1819748; SERGIO MENDES COELHO, matrícula SIAPE nº 1338151; e LEONARDO DA CRUZ NASSIF, matrícula SIAPE nº 1818979, ficando a coordenação do GT a cargo do primeiro.

Parágrafo único. A Coordenação-Geral de Fiscalização Prudencial (CGFIP) fornecerá, através da equipe de fiscalização responsável pelo acompanhamento da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A, as informações sobre as operações do Seguro DPVAT que forem solicitadas pelo GT.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAIDES

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 522, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.609666/2017-90, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo único acionista de ATLÂNTICA COMPANHIA DE SEGUROS, CNPJ n. 33.151291/0001-78, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 27 de março de 2017:

I - Eleição de administradores; e

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 523, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.611581/2017-71, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de CHUBB SEGUROS BRASIL S.A., CNPJ n. 03.502.099/0001-18, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 31 de março de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 524, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.617514/2017-61, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores e membro do comitê de auditoria de ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 87.376.109/0001-06, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 16 de junho de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 525, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do Processo Susep 15414.609180/2017-51, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, CNPJ n. 08.602.745/0001-32, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 31 de março de 2017:

I - Redução do capital social no montante de R$ 367.565.735,98, passando-o para R$ 270.796.933,42, representado por 638.362.669 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

CONSULTA PÚBLICA DE 22 DE AGOSTO DE 2017
PRORROGAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA Nº 2/2017

O Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 31 de agosto de 2017, o prazo estabelecido pela Consulta Pública nº 2, de 27 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 145, de 31 de julho de 2017, Seção I, página 308, para apresentação de críticas e sugestões relativas à proposta de norma que dispõe sobre o procedimento simplificado de deferimento de pedidos de patente.

Art. 2º A proposta de norma e o formulário para o envio de manifestação estão disponíveis no endereço eletrônico: http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente/consultas-publicas.

Parágrafo único. Os interessados poderão encaminhar o formulário ao e-mail: consulta.backlog@inpi.gov.br.

Art. 3º Findo o prazo estipulado, o INPI apresentará respostas às críticas e sugestões recebidas, que ficarão disponíveis no endereço eletrônico indicado no artigo anterior.

LUIZ OTÁVIO PIMENTEL

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SDCI/MDIC nº 64, de 14 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 21 de julho de 2017, Seção 1, Página 186, referente ao Processo MDIC nº 52001.100611/2017-05, de interesse da empresa INNOV SERVIÇOS E COMPUTADORES S/A:

Onde se lê: "N68-GS4 FX; H110M-DGS",
Leia-se: "CPS-N68; CPS-H110".

No art. 1º das Portarias SDCI/MDIC nº 69 e nº 70, de 11 de agosto de 2017, publicadas no Diário Oficial da União de 22 de agosto de 2017, Seção 1, Página 99, referentes ao Processo MDIC nº 52001.100769/2017-77, de interesse da empresa INTELBRAS S.A. INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELETRÔNICA BRASILEIRA:

Onde se lê: "CNPffff01003b0b0000ffff01003b0b0000J sob o nº"

Leia-se: "CNPJ sob o nº"

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 699, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.015162/2011-26, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, OVIE ANDREW ADJAROH, de nacionalidade nigeriana, filho de Victor Adjaroh e de Queen Adjaroh, nascido na República Federal da Nigéria, em 9 de julho de 1980, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 700, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.036807/2011-72, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, EMANUEL ANTONIO MARQUES FELIZARDO, de nacionalidade portuguesa, filho de Mario Antônio Santos Felizardo e de Maria de Fátima Ferreira Marques Baptista, nascido na República Portuguesa, em 18 de fevereiro de 1986, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 701, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.007277/2014-90, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, ANGEL YUCRA VARGAS, de nacionalidade boliviana, filho de Pedro Yucra Ramos e de Rosa Vargas Gimenez, nascido na Bolívia, em 12 de agosto de 1964, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

TORQUATO JARDIM

DESPACHO DO MINISTRO
Em 21 de agosto de 2017

Nº 506 - Nº Ref.: Processo nº 08001.003842/2017-71. Interessado: Souza Lima Segurança Patrimonial Ltda: Pedido de Revisão Administrativa. DECISÃO: Conheço do pedido de revisão interposto e, no mérito, nego provimento, em face dos fundamentos expostos no Parecer nº 01090/2017/CONJUR-MJ/CGU/AGU, no DESPACHO nº 03627/2017/CONJUR-MJ/CGU/AGU e no Despacho nº 03844/2017/CONJUR-MJ/CGU/AGU, cujas razões adoto como parte integrante desta decisão.

TORQUATO JARDIM

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 148
REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2017

Dia: 22.08.2017
Hora: 14:22
Presidente: Alexandre Barreto de Souza
Secretária do Plenário Substituta: Keila de Sousa Ferreira

A distribuição é realizada em blocos de modo que os processos sejam sorteados aos Conselheiros excluindo-se os nomes dos sorteados anteriormente. Assim, a distribuição iniciará sem os nomes dos Conselheiros João Paulo de Resende, Paulo Burnier da Silveira, Maurício Oscar Bandeira Maia e Alexandre Cordeiro, que nos últimos blocos de sorteio - nas 146ª e 147ª Sessões Ordinárias de Distribuição e 64ª Sessão Extraordinária de Distribuição - foram os relatores sorteados.

Foi distribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito:

Ato de Concentração nº 08700.001390/2017-14

Requerentes: AT&T Inc. e Time Warner Inc.

Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Roberto Hugo Lima Pessoa e outros

Terceiros Interessados: SIMBA Content Intermediação e Agenciamento de Conteúdos LTDA., ESPN do Brasil Eventos Esportivos LTDA., DISCOVERY Networks Brasil Agenciamento e Representação LTDA. e Associação NeoTV

Advogados: Anderson Prates Napolião, Priscila Brolio Gonçalves, Caio Mário da Silva Pereira Neto, Ademir Antonio Pereira Júnior e outros

Relator: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho

KEILA DE SOUSA FERREIRA
Secretária do Plenário
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE ANTITRUSTE 6

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 22 de agosto de 2017

Nº 1.210 - Processo Administrativo nº 08012.005024/2011-99 (Apartado de Acesso Restrito nº 08700.010884/2014-39). Representante: SDE ex officio. Representados: Cetest Minas Engenharia e Serviços S.A., Cetest Rio Ltda., Delta Engenharia Indústria e Comércio Ltda., Fênix Engenharia e Manutenção Ltda. (denominação atual da Hidelma Hidráulica, Elétrica e Manutenção Ltda.), GLS Engenharia e Consultoria Ltda., GPC Engenharia Ltda., Hersa Engenharia e Serviços Ltda., Hidelma Engenharia Montagens e Manutenção Ltda., Mitra Engenharia e Montagens Industriais Ltda., MPE Montagens e Projetos Especiais S.A., Vivante S/A (denominação atual de Dalkia Brasil S.A.), Alessandro Geiger Sarmento Pimentel, Almir Gutierrez Martins, Carlos Alberto de Oliveira Cruz, Carlos Alberto Rodrigues da Rocha, Eder Pereira Souza Silva, Edgar Luis Fernando Insfran, Eduardo Pereira Lima, Eduardo Pezzi, Jacob Wainer, Joel de Souza, Josemar Lúcio Ávila, Luis Sergio Ferreira Marinho, Luiz Eduardo Mendonça, Márcia Helena da Fonseca, Marciel de Jesus Rocco, Márcio Melo Aranha, Milton Jungman, Moises de Oliveira Assayag, Paulo José Silva Moraes, Raul Gaspar Ramos Martins, Renato Rinaldi, Rogério Ferreira Rodrigues, Ronaldo Nascimento, Sergio Ricardo Jacomo Negro, Simone Wainer Licht e Willian Braga da Rocha. Advogados: Alcides José Moraes de Carvalho, Allan Gomes de Souza, Álvaro Augusto Brandão Cavalcanti Filho, Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior, André Franchini Giusti, André Kesselring Dias Gonçalves, Ary Bergher, Carlos Henrique Lemos, Daniel Santos Guimarães, Evandro Wilson Martins, Fábio Antinoro, Guilherme Justino Dantas, Hélio Alves Bezerra de Sá, Henrique Alves de Souza, Jaques Fernando Reolon, João Henrique Lemos, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, José Carlos Nespoli Louzada, José Eduardo Coelho Branco Junqueira Ferraz, Júlio César Cavalcante Aires, Lívia Oliveira de Magalhães, Lucas Griebeler da Motta, Marcelo Neves Barreto, Marcílio Pereira de Oliveira Junior, Marcus Danilo Barbosa Bittencourt, Maria Augusta Rost, Martim de Almeida Sampaio, Maurício Costa Fernandes da Cunha, Olavo Zago Chinaglia, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, Pedro Henrique Pedreira Dutra Leite, Polyanna Ferreira Silva Vilanova, Raphael Mattos, Ricardo Barretto de Andrade, Rodrigo Porto Lauand, Ronaldo Alves Karam, Schermann Chrystie Miranda e Silva, Solange Susini do Carmo, Victor Correia Giotto Alves Oliveira e outros. Considerando as funções de instrução previstas nos arts. 13 e 72 da Lei 12.529/11, e verificado o julgamento final do Processo Administrativo nº 08012.006130/2006-22, em que também se apura a ocorrência de infrações à concorrência no mercado nacional de serviços de manutenção predial, determino a juntada a estes autos do relatório (SEI 0372514) e voto (SEI 0375331) proferidos pelo Conselheiro-Relator Paulo Burnier da Silveira durante a 109ª Sessão Ordinária do Cade, bem como da ata correspondente, publicada no Diário Oficial da União de 22.08.2017 (SEI 0377268). Ficam os Representados intimados de que a ciência dos documentos juntados independe de vista, por se tratar de processo eletrônico, e de que poderão se manifestar sobre tais documentos até o final da instrução, sem prejuízo das alegações previstas no art. 73 da Lei 12.529/11. Ao Protocolo para juntada dos documentos acima referidos.

RAVVI AUGUSTO DE ABREU COUTINHO MADRUGA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL
DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 3.987, DE 3 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/40004 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JURISEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 07.658.074/0001-69, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1718/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.085, DE 9 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/53528 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A., CNPJ nº 18.565.382/0006-70, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

450 (quatrocentas e cinquenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 4.130, DE 11 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/28182 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CLAUDINO S.A - LOJAS DE DEPARTAMENTOS, CNPJ nº 06.862.627/0001-38 para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 1590/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.135, DE 11 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/41770 - DPF/PCA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa STRATEGIC SECURITY PROTEÇÃO PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 05.345.091/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1703/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.181, DE 11 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/55064 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ nº 10.364.152/0002-08, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

870 (oitocentas e setenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.206, DE 14 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/56711 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0003-47, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

32 (trinta e duas) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.221, DE 15 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/55448 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa SAMSEG SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 06.335.565/0001-06, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em Minas Gerais.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.226, DE 15 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/56732 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa B. SOUSA & CIA LTDA, CNPJ nº 09.580.283/0001-62 para atuar no Piauí.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.245, DE 15 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/43719 - DPF/PHB/PI, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EVANDRO COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 06.983.931/0001-33 para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 1812/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.247, DE 15 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/49770 - DPF/IJI/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FT SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 85.355.600/0003-97, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Da empresa cedente CRH INDUSTRIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 79.409.348/0001-97:

7 (sete) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente CRH INDUSTRIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 79.409.348/0001-97:

84 (oitenta e quatro) Munições calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

36 (trinta e seis) Munições calibre .380

315 (trezentas e quinze) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.264, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/38034 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CARRARA SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 13.468.972/0001-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1748/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.266, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/42112 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ADARGA SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 05.270.922/0001-32, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1817/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.304, DE 17 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/54970 - DPF/ANS/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ASE DISTRIBUIÇÃO LTDA, CNPJ nº 01.644.931/0006-08, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

18 (dezoito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.309, DE 17 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/57672 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TRAINING DE FORMACAO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 65.032.997/0001-07, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

80000 (oitenta mil) Espoletas calibre 38

22000 (vinte e dois mil) Gramas de pólvora

80000 (oitenta mil) Projéteis calibre 38

10000 (dez mil) Espoletas calibre .380

10000 (dez mil) Projéteis calibre .380

3298 (três mil e duzentas e noventa e oito) Buchas calibre 12

3298 (três mil e duzentas e noventa e oito) Espoletas calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 33.937, DE 31 DE JULHO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada nos Processos nºs 08255.306402/2016-19-DELESP/DREX/SR/PF/BA resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa RN COMÉRCIO VAREJISTA S.A., CNPJ 13.481.309/0205-41, para atuar no Estado da BAHIA, com Certificado de Segurança nº 005/2017, expedido pelo DREX/SR/PF.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 33.938, DE 31 DE JULHO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08400.002723/2016-18-SR/DPF/PE, resolve: CONCEDER autorização à empresa RN COMÉRCIO VAREJISTA S.A., CNPJ 13.481.309/0205-41, sediada na BAHIA, para adquirir:

Da empresa cedente LOJAS INSINUANTE LTDA, CNPJ: 16.182.834/0029-04:

20 (VINTE) revólveres calibre 38;

224 (DUZENTOS E VINTE E QUATRO) cartuchos de munição calibre 38;

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 33.939, DE 31 DE JULHO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08255.306402/2016-19 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Cancelar a Autorização do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida por meio da Portaria nº13, de 12/11/1999, à empresa LOJAS INSINUANTE LTDA, CNPJ: 16.182.834/0029-04, localizada no Estado da BAHIA.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 33.956, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08508.005880/2017-68 - CV/DPF/RPO/SP, resolve:

Cancelar a Autorização do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida por meio do Alvará nº 1, de 13 de janeiro de 2006, à empresa LEAO ENGENHARIA S/A, CNPJ/MF nº 04.810.550/0001-27, localizada no Estado de SÃO PAULO.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA

PORTARIAS DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, resolve:

Nº 180 - RECONHECER E CERTIFICAR aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos artigos 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos:
DAVID PEDRO DOS SANTOS MOTA FERREIRA - V128443-T, natural de Portugal, nascido em 28 de junho de 1967, filho de Julio Ferreira dos Santos e de Cesaltina dos Santos Mota Ferreira, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.048173/2017-96);
PEDRO TIAGO FERREIRA TRIGO - G185437-C, natural de Portugal, nascido em 14 de maio de 1990, filho de Antonio Luis de Seixas Trigo e de Anabela M. Sampaio de Pina Ferreira Trigo, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08420.008778/2017-84) e
WILSON TAVARES MARTINS - V890379-Z, natural de Portugal, nascido em 19 de dezembro de 1968, filho de Manuel Augusto Tavares Saramago e de Antonia Rosa Martins Tavares, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08000.047771/2017-29).

Nº 181 - RECONHECER E CERTIFICAR aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo dos direitos políticos no Brasil, nos termos do art. 17 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ANA ISABEL SANTOS GRENHO - V340874-G, natural de Portugal nascida em 06 de dezembro de 1978, filha de Francisco Antonio Paraiso Grenho e de Rosa Conceição Guerra Santos Grenho, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08260.000743/2017-87) e

SANDRO TIRSO DOS SANTOS RIBEIRO - W489605-X, natural da Angola, nascido em 08 de outubro de 1972, filho de Joaquim Gonçalves de Sousa Ribeiro e de Ivette Olimpa de Freitas Santos Ribeiro, residente no Estado de Pernambuco (Processo nº 08400.010349/2017-13).

ASTÉRIO PEREIRA DOS SANTOS

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DESPACHO DA DIRETORA

INDEFIRO o recurso tendo em vista que o requerente não comprovou a permanência em situação irregular no território nacional antes do dia 1º de fevereiro de 2009 e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 19/04/2012, Seção 1, página 32. Processo Nº 08505.053876/2011-41 - XIAOWU XU

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS DA CHEFE

A Chefe de Divisão de Processos Migratórios no uso das suas atribuições legais, com fulcro na Portaria 02, de 23 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2007, resolve:

Determinar o arquivamento dos processos abaixo relacionados, conforme parecer que poderá ser visualizado mediante solicitação de acesso externo pelo link: formularios.mj.gov.br/limesurvey/index.php/998625.

Processo nº 08505.321070/2016-03, WEALTH EMEKA SAMUEL CHINWUBA, tendo em vista que o estrangeiro não atende a exigência do art. 112, inciso VII, da Lei 6815/80

Processo nº 08505.005887/2017-18, MARIA ABO KURA, tendo em vista o interessado encontrar-se no Exterior, sem previsão de retorno, de acordo com as informações trazidas aos autos pela autoridade policial, no relatório de sindicância.

Processo nº 08389.301980/2016-35, HUSSEIN ALI MOHAMAD, tendo em vista que o estrangeiro não atende às exigências do art.112, incisos IV e V, da Lei nº 6.815/80.

Processo nº 08452.001527/2017-00, FAHAD AYUB, tendo em vista que o estrangeiro não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos

Processo nº 08452.003359/2017-89, MOUSSA DIA, tendo em vista que o estrangeiro não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo nº 08354.003177/2017-16, FORAT FARIS DAWOOD, tendo em vista que o estrangeiro não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo nº 08444.301440/2016-40, ELMER LOPEZ CASTANEDA, tendo em vista que o estrangeiro não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo nº 08444.301419/2016-44, JHONATAN ANDRÉS OVALLE RATIVA, estrangeiro não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo nº 08000.037511/2017-45, GRACE IMANOYLA KHALIL, tendo em vista a falta de amparo legal.

Processo nº 08389.300060/2016-08, DALIA GHRAYEB, tendo que o estrangeira não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo nº 08505.316183/2016-89, RENA MASAMBA KALALA, tendo em vista que o estrangeiro não atende à exigência do art.112, inciso IV e V, da Lei nº 6.815/80.

Despacho nº 25/2017/DPM_Averbacao_e_Segunda_Via/DPM/DEMIG/SNJ
Assunto: Pedido alteração de nome.
Processo: 08000.012185/2017-63.
Interessado: HO YIU CHENG
Despacho do Analista

Versa o presente sobre pedido de alteração de nome, tendo como postulante a brasileira HO YIU CHENG.

Em atenção ao seu pedido formulado através do processo nº 08000.012185/2017-63, considerando que não é possível o deferimento de alteração de nome no âmbito do DEMIG, pois embora haja previsão no § 3º do artigo 115 da Lei nº 6.815/80 de que mudança de nome de naturalizado pode ocorrer mediante autorização do Ministro da Justiça, a Constituição Federal, posterior à Lei nº 6.815/80, prevê expressamente que "A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados ... ", e por isso o naturalizado poderá se valer da ação judicial de retificação de registro civil para uma possível alteração de seu nome, mesmo procedimento a ser utilizado por brasileiros para esta finalidade.

Pelo exposto, submeto o assunto à consideração de Vossa Senhoria, propondo o arquivamento do processo por falta de amparo legal.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o pedido de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul.

Processo nº 08389.011362/2017-87 - GABRIEL MOTTA

DEFIRO os pedidos de transformação da residência temporária em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, ressaltando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso verificada realidade diversa da declarada pelos requerentes, abaixo relacionados:

Processo nº 08240.007796/2017-67 - MAIRA MARTINEZ MUNOZ
Processo nº 08444.002319/2017-19 - CARLOS PATRICIO DANDALUZ SOSA
Processo nº 08460.008710/2017-29 - NEILETH JOHANNA STAND FIGUEROA

DEFIRO os pedidos de permanência definitiva nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionados:

Processo nº 08297.001411/2017-01 - ROLANDO ALEXANDER OSORIO FUENTES
Processo nº 08505.032409/2017-72 - JUDITA VALDEROVA
Processo nº 08506.005658/2017-85 - OWAIN CALLUM GARDNER
Processo nº 08505.080695/2015-11 - XUEFEN LAI

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo nº 08505.051925/2017-04 - TSEWANG PHUNTSO
Processo nº 08000.049787/2017-76 - RONY RICARDO CABRERA RINCON, MARIANGELA DEL VALLE ABIARRAJE DELPRETTI, ALEJANDRA COROMOTO CABRERA ABIARRAJE
Processo nº 08000.049586/2017-79 - TAKASHI KIKUMOTO
Processo nº 08000.049415/2017-40 - DAVID WILLIAM JAMES SEALES
Processo nº 08000.048307/2017-50 - Bruno Jean Paul Zelmat, LUZ AMANDA GRANADOS MORA ZELMAT, JULIE ZELMAT, LUCIE ZELMAT
Processo nº 08000.037564/2017-66 - JUAN PABLO SARRATUD COLINA, MARISELA AGUIAR PINERO, MARIA VICTORIA SARRATUD AGUIAR, JUAN FRANCISCO SARRATUD AGUIAR
Processo nº 08000.037083/2017-51 - DANIEL JOSEPH O SHEA
Processo nº 08000.035239/2017-69 - ABUL KALAM BHUIYAN
Processo nº 08460.008172/2017-72 - XINGHUA XU
Processo nº 08000.034245/2017-07 - BOKJIN GO, SEUNGBI GO, JISOON KIM
Processo nº 08000.032964/2017-85 - WILLIAM LUKE FASTIGGI
Processo nº 08000.032776/2017-57 - OKJAE LEE

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente. Outrossim, informo que o(a) estrangeiros deverão ser autuados considerando o disposto no Art. 125, XVI da Lei nº 6.815/80 c/c Art. 70, § 1º, do Decreto nº 86.715/81, abaixo relacionados:

Processo nº 08000.049747/2017-24 - ANABELLE MALATE ALIRE
Processo nº 08000.045220/2017-21 - JUVILEN SALOLOY IGLESIA

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 18/08/2016, Seção 1, pág. 46, e DEFERIR o pedido de permanência definitiva nos termos da Resolução Normativa nº 108/14. Processo nº 08505.081243/2015-56 - JUNLI ZHOU

Determino o arquivamento do presente processo, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas por esta Divisão.

Processo nº 08018.002347/2014-13 - WANG LIN XIAN, ZENG LINBAO

Processo nº 08240.023154/2010-39 - DIMAS SINARAHUA LOZANO e AIDA VILLACORTA DE SINARAHUA

Determino o arquivamento do presente processo diante da solicitação da parte interessada.

Processo nº 08505.083358/2013-13 - JULIANA CHIMEBERE NWOSU, DANIELLA CHINWENDU NWOSU, CHIAGOZIE JUDITH NWOSU

Determino o arquivamento do pedido de reconsideração, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a permanência definitiva por meio do processo nº 08505.040002/2011-23.

Processo nº 08505.007216/2010-15 - OBINDINACHUKWU DESIRE YEMA , BANAN JULIE BEUGRE e OBIANAUJU GRACE EMMANUELLA YEMA

Considerando o vencimento do prazo da estada temporária do chamante, ocorrido na data de 27/03/2017, verifica-se a perda do objeto do presente requerimento, razão pela qual determino o ARQUIVAMENTO DO PEDIDO de permanência temporária a título de Reunião Familiar, nos termos do art. 52 da Lei 9.784/99. 08706.003309/2015-19 - MARIA DEL CARMEN CUENCA ALEGRIA

Considerando a decisão de indeferimento proferida pelo Conselho Nacional de Imigração, conforme publicação no Diário Oficial da União de 16/05/2017, Seção 1, pag. 43, em razão da competência do referido Órgão para tratar da matéria com fundamento na RN 27/98, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DO PEDIDO protocolado nesta Divisão.

Processo nº 08461.004892/2013-25 - ANA TERESA CAZENAVE RIBEIRO, JOANA RIBEIRO AMARO, INES RIBEIRO AMARO

Determino o arquivamento do presente pedido, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o chamante já obteve a permanência definitiva por meio do processo nº 08389.025729/2015-88, conforme a página. 34, da Seção 1, do Diário Oficial da União, de 2 de Agosto de 2016. Processo nº 08389.025730/2015-11 - LISSET FONSECA GEIGEL

Considerando a decisão de indeferimento proferida pelo Conselho Nacional de Imigração, publicada no Diário Oficial da União de 02/10/2014, Seção 1, pag. 65 (4908383), INDEFIRO o presente processo de permanência definitiva com base em reunião familiar.

08354.007887/2013-91 - DAVID EMIDIO ASSUNÇÃO CHARRUA

INDEFIRO os processos de permanência definitiva com base em reunião familiar, tendo em vista que o requerente não preenche os requisitos previstos no art. 2°, da Resolução Normativa 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionados:

Processo nº 08460.008751/2017-15 - WENYOU CHEN
Processo nº 08354.001646/2017-62 - AHMAD KOUSA

IVON JORGE DA SILVA

Determino o arquivamento do presente processo, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas pelo Departamento de Polícia Federal.

Processo: 08205.300633/2016-04 - ANTONIO SERZEDO RODRIGUES

INDEFIRO o presente processo de permanência definitiva com base em cônjuge brasileiro(a), considerando que em diligências procedidas pelo Departamento de Policia Federal verificou-se que o casal encontra-se separado de fato.

Processo: 08709.014603/2013-56 - HECTOR MARTINEZ HERNANDORENA

INDEFIRO o presente pedido de regularização migratória com base na Lei nº 11.961/2009, tendo em vista que o requerente não comprovou o ingresso em Território Nacional antes de 1º de fevereiro de 2009, na forma prevista no art. 4, IV, da referida Lei.

Processo: 08280.032225/2009-84 - BARRY MAMADOU MADIOU

GUSTAVO DE PAULA PORTO FERNANDES PEIXOTO
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União de 04/08/2017, Seção 1, pág. 21.

Onde se lê: Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente.

Outrossim, informo que o(a) estrangeiro(a) deverá ser autuado(a) considerando o disposto no Art. 125, XVI da Lei nº 6.815/80 c/c Art. 70, § 1º, do Decreto nº 86.715/81.

Leia-se - Interessado: ANTONIO PEREZ PARRA, ANA BEGONA CABRER GRANDE, ANA BELEN PEREZ CABRER, GABRIEL PEREZ CABRER, SERGIO PEREZ CABRER, EVERIS BRASIL CONSULTORIA DE NEGOCIOS E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente. Outrossim, informo que o(a) estrangeiro(a) deverá ser autuado(a) considerando o disposto no Art. 125, XVI da Lei nº 6.815/80 c/c Art. 70, § 1º, do Decreto nº 86.715/81.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DO DIRETOR ADJUNTO

Em 21 de agosto de 2017

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016, INDEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas não atenderam ao disposto no art. 6º, § 3º, da Lei nº 9.790:

I. CASA DE RECUPERAÇÃO VIDA E PAZ - CREVIPAZ, com sede na cidade de CAMPO FORMOSO, Estado da Bahia - CGC/CNPJ nº 05.246.203/0001-86 - (Processo MJ nº 08000.051272/2017-36).

II. LAR DO MENOR AMPARADO - LARMENA, com sede na cidade de CONSELHEIRO LAFAIETE, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 21.300.520/0001-90 - (Processo MJ nº 08000.050588/2017-19);

III. U.A.E - UIRAPURU ARTE E ECOLOGIA, com sede na cidade de JUQUITIBA, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 08.621.602/0001-78 - (Processo MJ nº 08000.050587/2017-66).

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016, DEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas atenderam aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 9.790:

I. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LAR MÃE DA PROVIDÊNCIA - SANTA MARIA MAIOR, com sede na cidade de SÃO ROQUE, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 04.551.839/0001-79 - (Processo MJ nº 08000.051580/2017-61);

II. INSTITUTO JURUTI SUSTENTÁVEL, com sede na cidade de JURUTI, Estado do Pará - CGC/CNPJ nº 11.081.152/0001-82 - (Processo MJ nº 08000.049038/2017-49).

OSCAR APOLÔNIO DO NASCIMENTO FILHO

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.868, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Define os recursos financeiros destinados ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas - CEO Tipo I, CEO Tipo II e CEO Tipo III;

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para CEO em fase de implantação;

Considerando a Portaria nº 2.373/GM/MS, de 7 outubro de 2009, que altera o art. 4º da Portaria nº 599/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que altera o anexo da Portaria nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas - CEO e dá outras providências; e

Considerando a Portaria nº 1.214/SAS/MS, de 3 de dezembro de 2015, que habilita os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) a receberem os incentivos financeiros destinados ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, resolve:

Art.1º Ficam definidos, na forma do anexo a esta Portaria, os recursos financeiros destinados ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas nas Portarias nº 599/2006, nº 600/2006 e nº 1.464/2011, pelos Municípios pleiteantes, implica, a qualquer tempo, no descredenciamento das Unidades de Saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos valores mensais para os Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 (PO 0000) Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFI-CAÇÃO CEO TIPO	INCENTIVO (R$) CUSTEIO MENSAL
AL	270140	CAMPO ALEGRE	7698801	Municipal	I	8.250,00
MG	315220	PORTEIRINHA	2194201	Municipal	I	8.250,00
MG	317200	VISCONDE DO RIO BRANCO	7351976	Municipal	II	11.000,00
MT	510340	CUIABÁ	3225267	Municipal	III	19.250,00
MT	510340	CUIABÁ	2655055	Municipal	III	19.250,00
PA	150293	DOM ELISEU	7527594	Municipal	I	8.250,00
PB	250330	CACHOEIRA DOS ÍNDIOS	7578261	Municipal	I	8.250,00
PB	250450	CONDADO	7446853	Municipal	I	8.250,00
PB	251110	PEDRA LAVRADA	7599307	Municipal	I	8.250,00
PB	251410	SÃO JOÃO DO TIGRE	7592795	Municipal	I	8.250,00
PB	251520	SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	7574517	Municipal	I	8.250,00
PE	260400	CARPINA	7572514	Municipal	II	11.000,00
PE	261180	RIBEIRÃO	7260156	Municipal	I	8.250,00
PI	220150	BATALHA	7522452	Municipal	I	8.250,00
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	7680058	Municipal	II	11.000,00
RN	240100	APODI	7131097	Municipal	II	11.000,00
RS	431490	PORTO ALEGRE	6883206	Municipal	II	11.000,00
RS	431490	PORTO ALEGRE	7031092	Municipal	II	11.000,00
SC	421360	PORTO UNIÃO	7561628	Municipal	I	8.250,00
SC	421950	XANXERÊ	7162340	Municipal	I	8.250,00
SP	355030	SÃO PAULO	7382413	Municipal	III	19.250,00
TO	172100	PALMAS	2492547	Municipal	III	19.250,00

PORTARIA Nº 1.938, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Concede aos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) a adesão à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e define os valores adicionais dos incentivos financeiros destinados ao custeio mensal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, ambas de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) Tipo I, CEO Tipo II e CEO Tipo III;

Considerando a Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que altera o anexo da Portaria nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e dá outras providências; e

Considerando a Portaria nº 975/SAS/MS, de 14 de setembro de 2012, que inclui na Tabela de Incentivos Redes no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) os incentivos (CEO) I, II e III - Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, resolve:

Art.1º Fica concedida aos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), relacionados no Anexo a esta Portaria, a adesão à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e ficam definidos os valores adicionais dos incentivos financeiros destinados ao custeio mensal.

Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas nas Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, ambas de 23 de março de 2006, Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, e Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, pelo Município/Estado pleiteante, implica, a qualquer tempo, no descredenciamento da Unidade de Saúde.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos valores adicionais dos incentivos financeiros destinados ao custeio mensal para os Fundos Municipais/Estaduais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 - Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada (PO 0003).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFI-CAÇÃO CEO TIPO	INCENTIVO ADICIONAL (R$) CUSTEIO MENSAL
GO	581880	RIO VERDE	CEO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS	3865894	MUNICIPAL	3	3.850,00
GO	521850	QUIRINÓPOLIS	CEO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS	6484743	MUNICIPAL	1	1.650,00
MG	311430	CARMO DO PARANAÍBA	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS MADRE MARIA DO CARMO	2101327	MUNICIPAL	1	1.650,00
MG	315170	POÇO FUNDO	CENTRO ESPECIALIZADO ODONTOLOGIA HERCY FERREIRA	5360447	MUNICIPAL	1	1.650,00
PB	250450	CONDADO	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS DE CONDADO CEO I	7446853	MUNICIPAL	1	1.650,00
PB	250560	DIAMANTE	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICA DE DIAMANTE PB	9009795	MUNICIPAL	1	1.650,00
PR	410490	CASTRO	CEO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS DE CASTRO	3718131	MUNICIPAL	2	2.200,00
SP	352800	MACATUBA	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS MACATUBA	6036627	MUNICIPAL	1	1.650,00
SP	351380	DIADEMA	QUARTEIRAO DA SAUDE	5851084	MUNICIPAL	3	3.850,00
SP	355250	SUZANO	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS II SUZANO	3996514	MUNICIPAL	2	2.200,00
TO	171820	PORTO NACIONAL	CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLOGICA PORTO NACIONAL	2468395	MUNICIPAL	2	2.200,00
TOTAL GERAL							24.200,00

PORTARIA Nº 1.953, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Habilita Centros de Reabilitação (CER) no Estado do Maranhão e estabelece recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente do Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Maranhão e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando o disposto na Portaria nº 793/GM/MS, de 24 de abril de 2012, que institui a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência;

Considerando a Portaria nº 835/GM/MS, de 25 de abril de 2012 que institui incentivos financeiros de investimentos e de custeio para o Componente da Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência; e

Considerando a Portaria nº 971/SAS/MS, de 13 de setembro de 2012, que adequa o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui Procedimentos de Manutenção e Adaptação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) da Tabela de Procedimentos do SUS; resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Centros de Reabilitação de Grajaú Itamar Dantas, CNES: 6888755; o Centro Especializado em Reabilitação do Olho D'água, CNES: 7694547 e o Centro de Saúde Maria do Carmo Neiva, CNES: 7418000, como Centros Especializados em Reabilitação - CER II, CER III e CER II, respectivamente.

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem incorporados ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Maranhão e Municípios no montante anual de R$ 5.760.000,00 (cinco milhões e setecentos e sessenta mil reais), conforme discriminado no quadro anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º desta Portaria, em parcelas mensais, aos Fundos Municipais e Estadual de Saúde, conforme consta no quadro anexo a esta Portaria, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo programa de trabalho.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade/Viver sem Limites (Plano Orçamentário 0006).

Parágrafo único. Os recursos relativos aos estabelecimentos consignados ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção das unidades.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 9ª (nona) parcela de 2017.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

ANEXO

UF	Município	Código IBGE	CNPJ vinculado do Fundo de Saúde	Tipo de Gestão	Nome do Estabelecimento	CNES	Tipo	Modalidades	Código de Habilitação	Número da proposta	Valor anual
MA	Grajaú	210480	11.354.569/0001-71	Municipal	Centro de Reabilitação de Grajaú Itamar Dantas	6888755	CER II	Física e Intelectual	22.08; 22.09	11467	R$ 1.680.000,00
MA	São Luis	211130	06.023.953/0001-51	Estadual	Centro Especializado em Reabilitação do Olho D'água	7694547	CER III	Física, Intelectual e Visual	22.08; 22.09;22.11	11532	R$ 2.400.000,00
MA	Timon	211220	11.410.879/0001-66	Municipal	Centro de Saúde Maria do Carmo Neiva	7418000	CER II	Física e intelectual	22.08; 22.09	11487	R$ 1.680.000,00
TOTAL											R$ 5.760.000,00

PORTARIA Nº 1.954, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Habilita o Município de Quipapá (PE), a receber incentivo financeiro de custeio, referente a Unidade de Suporte Básico (USB) para a Base descentralizada, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente a Central de regulação das Urgências Regional de Recife (PE) e autoriza a transferência de custeio mensal ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.556/GM/MS, de 23 de outubro de 2006, que habilita a Central de Regulação das Urgências do SAMU 192 Regional Metropolitano do Recife (PE);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192; e

Considerando o Parecer Técnico nº 174/2015, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Quipapá (PE), a receber incentivo financeiro de custeio, referente a Unidade de Suporte Básico (USB) para a Base descentralizada, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente a Central de regulação das Urgências Regional de Recife (PE) e autoriza a transferência de custeio mensal ao município, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor mencionado no anexo a esta Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Quipapá (PE).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761.0026.0026 (PE) - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência agosto de 2017.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

ANEXO

UNIDADE MÓVEL (SAMU 192)

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	SIPAR	Gestão	Código	Valor anual a ser incorporado
PE	Quipapá	261150	7305605	01 USB	25000.014800/2014-42	Municipal	82.50	R$ 157.500,00
TOTAL/ANO								R$ 157.500,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.956, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Habilita o município de Porto Alegre a receber recursos destinados ao custeio da Central de Regulação Ambulatorial organizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que institui as normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondente;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

Considerando a Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

Considerando a Portaria nº 1.559/GM/MS, de 1º de agosto de 2008, que institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 1.792/GM/MS, de 22 de agosto de 2012, que institui incentivo financeiro de custeio destinado às Centrais de Regulação organizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Portaria nº 2.655/GM/MS, de 21 de novembro de 2012, que altera a Portaria nº 1.792/GM/MS, de 22 de agosto de 2012, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o município de Porto Alegre, conforme anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados ao custeio da Central de Regulação Ambulatorial organizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros, na modalidade fundo a fundo, ao Fundo Municipal de Porto Alegre o valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual estabelecido no anexo a esta Portaria.

Art. 3º Fica estabelecido que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8721 - Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde.

Parágrafo único. Para continuidade do pagamento das parcelas às propostas habilitadas no contexto da Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (SUS), os recursos orçamentários passam a ser plurianuais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 1.957, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Habilita o Município de Pelotas (RS) a receber incentivo financeiro de custeio, referente a Motolância, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente a Central de Regulação das Urgências, Regional de Pelotas (RS) e autoriza a transferência de custeio mensal ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.587/GM/MS, de 6 de setembro de 2005, que habilita a Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) de Pelotas (RS);

Considerando a Portaria nº 2.971/GM/MS, de 8 de dezembro de 2008, que institui o veículo motocicleta (motolância) como integrante da frota de intervenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e define critérios técnicos para sua utilização;

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192; e

Considerando o Parecer Técnico nº 0552/2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, de 28 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Pelotas (RS) a receber incentivo financeiro de custeio, referente a Motolância, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente a Central de Regulação das Urgências, Regional de Pelotas (RS) e autoriza a transferência de custeio mensal ao Município, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) mensais do valor mencionado no anexo a esta Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Pelotas (RS).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.2015.8761.0043 (RS) - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência agosto de 2017.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

ANEXO

UNIDADE MÓVEL (SAMU 192)

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	SIPAR	Gestão	Código	Número Proposta	Valor anual a ser incorporado
RS	Pelotas	431440	9092595	Motolância	25000.041221/2017-15	Municipal	82.48	12148	R$ 84.000,00
TOTAL/ANO									R$ 84.000,00

PORTARIA Nº 1.963, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Altera a Portaria nº 2.171/GM/MS, de 18 de outubro de 2016, que estabelece recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente do Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Maranhão e do Município de São Luís.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da Portaria nº 2.171/GM/MS, de 18 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 206, de 26 de outubro de 2016, Seção 1, página 35, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Maranhão e Município de São Luís, no montante anual de R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais)." (NR)

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Municipal de Saúde de São Luís- IBGE 211130, sendo a parcela 9 de 2017 no valor de R$ 1.740.000,00 e as subsequentes iguais a um duodécimo do valor anual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 2.056, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Wanderlândia no Estado do Tocantins.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica - PNAB;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica - PAB, para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa a transferência do incentivo financeiro referente às Equipes de Saúde Bucal, a partir da competência financeira julho de 2017, do Município de Wanderlândia (TO), em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, especialmente no que tange ao descumprimento da carga horária por parte dos profissionais que compõem as equipes da Estratégia Saúde da Família, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 2 (duas) Equipes de Saúde Bucal e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município, devidamente comprovadas por meio de supervisão técnica por parte da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.061, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Divulga o resultado da Fase de Avaliação do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) de 2016 e os valores a serem transferidos aos Estados, Distrito Federal e Municípios que aderiram ao Programa.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 1.651, de 28 de setembro de 1995, que regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

Considerando a Portaria n° 1.708/GM/MS, de 16 de agosto de 2013, que regulamenta o Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS), com a definição de suas diretrizes, financiamento, metodologia de adesão e critérios de avaliação dos Estados e Municípios;

Considerando a Portaria n° 2.778/GM/MS, de 18 de dezembro de 2014, que revisa a relação de metas, com seus respectivos indicadores, e a metodologia para a Fase de Avaliação do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) a partir do ano de 2014;

Considerando a Portaria nº 1.955/GM/MS, de 2 de dezembro de 2015, que altera e acresce dispositivos à Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

Considerando a Portaria nº 2.082/GM/MS, de 17 de dezembro de 2015, que revisa a relação de metas e seus respectivos indicadores do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) a partir de 2016; e

Considerando a Portaria nº 2.057/GM/MS, de 21 de outubro de 2016, que atualiza os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde do Componente de Vigilância em Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde, com base na estimativa populacional do IBGE para 2015, definindo doravante os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde das 27 (vinte e sete) Unidades Federadas, resolve:

Art. 1º Fica divulgado o resultado da Fase de Avaliação do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) de 2016 e os valores a serem transferidos aos Estados, Distrito Federal e Municípios que aderiram ao Programa.

Art. 2º Fica autorizado o repasse dos valores de recursos federais, relativos ao incentivo financeiro do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS), no ano de 2017, aos Fundos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, em parcela única, em acordo com os Anexos I, II e III.

Parágrafo único. Os valores destinados aos Fundos dos Estados, Distrito Federal e Municípios foram definidos em conformidade aos valores estabelecidos na Portaria nº 2.057/GM/MS, de 21 de outubro de 2016.

Art. 3º O Distrito Federal foi avaliado conforme o critério estabelecido no inciso V do artigo 4º da Portaria n° 2.778/GM/MS, de 18 de dezembro de 2014, e seu resultado está apresentado no Anexo II.

Art. 4º O ente federativo beneficiado, constante desta Portaria, que esteja com repasse do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde bloqueado, por não alimentação do SIM e SINAN, não fará jus aos recursos previstos nesta Portaria caso a regularização da alimentação dos sistemas ocorra após 90 (noventa) dias da data de publicação do bloqueio, conforme disposto no § 2º do art. 39 da Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013.

Art. 5º Na hipótese de execução integral do objeto originalmente pactuado e verificada sobra de recursos financeiros, o ente federativo poderá efetuar o remanejamento dos recursos e a sua aplicação nos termos da Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007.

Art. 6º Nos casos em que for verificada a não execução integral do objeto originalmente pactuado e a existência de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Distrital e Municipais não executados, seja parcial ou totalmente, o ente federativo estará sujeito à devolução dos recursos financeiros transferidos e não executados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, observado o regular processo administrativo.

Art. 7º Nos casos em que for verificado que os recursos financeiros transferidos pelo FNS foram executados, total ou parcialmente em objeto distinto ao originalmente pactuado, aplicar-se-á o regramento disposto na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012.

Art. 8º Os créditos orçamentários de que tratam a presente Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho - 10.305.2015.20AL-0001 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Plano Orçamentário 0000.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

ANEXO I

UF	Municípios Aderidos	Percentual de Municípios aderidos com metas alcançadas	Valor (R$)
AC	22	90% alcançaram 70% das metas	213.008,60
AL	102	90% alcançaram 50% das metas	335.837,43
AM	62	90% alcançaram 50% das metas	817.327,34
AP	16	90% alcançaram 30% das metas	49.591,49
BA	416	90% alcançaram 30% das metas	984.487,48
CE	184	90% alcançaram 50% das metas	928.020,92
ES	78	90% alcançaram 70% das metas	723.142,84
GO	246	80% alcançaram 90% das metas	1.054.777,66
MA	217	90% alcançaram 30% das metas	687.521,25
MG	853	90% alcançaram 50% das metas	2.753.723,55
MS	79	80% alcançaram 90% das metas	568.801,33
MT	141	90% alcançaram 50% das metas	612.628,00
PA	144	90% alcançaram 30% das metas	412.108,68
PB	223	90% alcançaram 30% das metas	368.404,73
PE	184	90% alcançaram 50% das metas	1.578.082,96

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	217	90% alcançaram 50% das metas	376.150,16
PR	399	80% alcançaram 90% das metas	1.869.004,59
RJ	92	90% alcançaram 50% das metas	1.674.376,66
RN	167	90% alcançaram 30% das metas	226.991,81
RO	52	80% alcançaram 90% das metas	567.097,63
RR	15	90% alcançaram 70% das metas	85.119,35
RS	497	80% alcançaram 90% das metas	1.644.924,88
SC	263	80% alcançaram 90% das metas	927.615,09
SE	75	90% alcançaram 50% das metas	338.282,93
SP	645	90% alcançaram 50% das metas	3.241.456,23
TO	139	80% alcançaram 90% das metas	729.853,47
Total			23.768.337,06

ANEXO II

UF	IBGE	População 2016	Nº de Metas Alcançadas	Valor (R$)
DF	530000	2.977.216	6	1.388.625,01

ANEXO III

UF	IBGE	Município	População 2016	Nº de Metas Alcançadas	Valor (R$)
AC	120001	Acrelândia	14.120	7	24.991,94
AC	120005	Assis Brasil	6.863	8	12.802,20
AC	120010	Brasiléia	24.311	8	42.975,90
AC	120013	Bujari	9.503	5	17.028,73
AC	120017	Capixaba	10.820	5	14.188,05
AC	120020	Cruzeiro do Sul	82.075	9	156.027,37
AC	120025	Epitaciolândia	17.038	6	28.820,82
AC	120030	Feijó	32.372	6	49.855,87
AC	120032	Jordão	7.685	3	8.034,63
AC	120033	Mâncio Lima	17.545	8	36.750,22
AC	120034	Manoel Urbano	8.765	4	12.944,22
AC	120035	Marechal Thaumaturgo	17.401	4	19.885,42
AC	120038	Plácido de Castro	18.336	9	36.790,13
AC	120039	Porto Walter	11.059	6	20.721,83
AC	120040	Rio Branco	377.057	10	634.344,55
AC	120042	Rodrigues Alves	17.464	7	34.389,32
AC	120043	Santa Rosa do Purus	6.021	4	9.157,31
AC	120045	Senador Guiomard	21.369	5	30.406,76
AC	120050	Sena Madureira	42.451	10	79.909,50
AC	120060	Tarauacá	39.427	7	70.782,56
AC	120070	Xapuri	17.894	9	35.673,81
AC	120080	Porto Acre	17.111	8	30.196,11
AL	270010	Água Branca	20.422	8	22.471,53
AL	270020	Anadia	17.832	6	17.377,77
AL	270030	Arapiraca	232.671	5	129.303,30
AL	270040	Atalaia	47.528	4	24.658,92
AL	270050	Barra de Santo Antônio	15.909	6	19.418,18
AL	270060	Barra de São Miguel	8.336	7	11.465,60
AL	270070	Batalha	18.631	6	17.649,44
AL	270080	Belém	4.517	6	5.737,22
AL	270090	Belo Monte	6.786	4	5.521,76
AL	270100	Boca da Mata	27.498	7	29.126,42
AL	270110	Branquinha	10.709	3	4.915,74
AL	270120	Cacimbinhas	10.859	7	11.847,08
AL	270130	Cajueiro	21.443	11	22.260,16
AL	270135	Campestre	7.002	3	3.822,57
AL	270140	Campo Alegre	57.008	7	40.223,49
AL	270150	Campo Grande	9.678	3	5.347,60
AL	270160	Canapi	17.980	5	14.886,74
AL	270170	Capela	17.428	5	14.042,85
AL	270180	Carneiros	9.065	4	6.951,94
AL	270190	Chã Preta	7.424	7	8.256,02
AL	270200	Coité do Nóia	10.939	8	12.574,71
AL	270210	Colônia Leopoldina	21.786	4	12.408,25
AL	270220	Coqueiro Seco	5.895	9	8.529,38
AL	270230	Coruripe	57.079	10	60.857,83
AL	270235	Craíbas	24.403	8	26.161,87
AL	270240	Delmiro Gouveia	52.306	9	54.994,43
AL	270250	Dois Riachos	11.219	6	11.023,84
AL	270255	Estrela de Alagoas	18.373	6	18.138,38
AL	270260	Feira Grande	22.458	4	13.413,25
AL	270270	Feliz Deserto	4.777	2	1.619,82
AL	270280	Flexeiras	12.943	10	13.827,83
AL	270290	Girau do Ponciano	40.912	3	17.094,17
AL	270300	Ibateguara	15.822	4	9.312,22
AL	270310	Igaci	26.031	6	25.233,96
AL	270320	Igreja Nova	24.687	4	14.434,13
AL	270330	Inhapi	18.637	7	20.401,50
AL	270340	Jacaré dos Homens	5.391	8	6.475,98
AL	270350	Jacuípe	7.148	2	2.368,23
AL	270360	Japaratinga	8.403	4	7.230,45
AL	270370	Jaramataia	5.685	6	6.689,65
AL	270375	Jequiá da Praia	11.824	7	13.186,71
AL	270380	Joaquim Gomes	24.174	4	14.039,77
AL	270390	Jundiá	4.249	6	4.973,73
AL	270400	Junqueiro	25.088	8	27.450,89
AL	270410	Lagoa da Canoa	18.256	4	11.161,87
AL	270420	Limoeiro de Anadia	28.793	3	12.165,33
AL	270430	Maceió	1.021.709	4	528.525,83
AL	270440	Major Isidoro	20.126	5	16.271,94
AL	270450	Maragogi	32.568	8	40.376,40
AL	270460	Maravilha	9.588	0	0
AL	270470	Marechal Deodoro	51.715	8	61.127,26
AL	270480	Maribondo	13.587	2	3.824,30
AL	270490	Mar Vermelho	3.600	3	2.495,66
AL	270500	Mata Grande	25.589	4	15.277,00
AL	270510	Matriz de Camaragibe	25.010	6	23.272,58
AL	270520	Messias	17.789	6	22.087,39
AL	270530	Minador do Negrão	5.419	5	5.591,50
AL	270540	Monteirópolis	7.251	4	5.719,54
AL	270550	Murici	28.462	5	21.955,29
AL	270560	Novo Lino	12.735	5	10.223,90
AL	270570	Olho d'Água das Flores	21.706	8	22.748,60
AL	270580	Olho d'Água do Casado	9.381	2	3.106,64
AL	270590	Olho d'Água Grande	5.187	3	3.013,51
AL	270600	Olivença	11.731	5	9.622,52
AL	270610	Ouro Branco	11.589	4	6.883,19
AL	270620	Palestina	5.036	8	5.922,76
AL	270630	Palmeira dos Índios	74.049	8	71.408,89
AL	270640	Pão de Açúcar	24.834	9	26.782,93
AL	270642	Pariconha	10.674	7	12.705,38
AL	270644	Paripueira	13.076	8	18.658,80
AL	270650	Passo de Camaragibe	15.441	4	9.158,12
AL	270660	Paulo Jacinto	7.680	8	8.523,64
AL	270670	Penedo	64.292	7	48.310,00
AL	270680	Piaçabuçu	18.043	7	19.672,68
AL	270690	Pilar	35.428	10	47.243,04
AL	270700	Pindoba	2.954	6	3.623,90
AL	270710	Piranhas	25.130	4	14.542,85
AL	270720	Poço das Trincheiras	14.535	5	12.194,23
AL	270730	Porto Calvo	27.398	5	21.299,74
AL	270740	Porto de Pedras	8.055	5	9.627,87
AL	270750	Porto Real do Colégio	20.268	4	12.238,13
AL	270760	Quebrangulo	11.542	5	9.605,02
AL	270770	Rio Largo	75.688	5	50.601,79
AL	270780	Roteiro	6.788	6	7.572,29
AL	270790	Santa Luzia do Norte	7.357	7	10.987,11
AL	270800	Santana do Ipanema	48.033	8	52.231,80
AL	270810	Santana do Mundaú	10.952	7	12.291,25
AL	270820	São Brás	7.046	4	5.524,19
AL	270830	São José da Laje	24.140	6	22.561,03
AL	270840	São José da Tapera	32.455	8	34.509,76
AL	270850	São Luís do Quitunde	34.798	5	23.220,01
AL	270860	São Miguel dos Campos	61.204	7	43.864,99
AL	270870	São Miguel dos Milagres	7.951	6	9.758,76
AL	270880	São Sebastião	34.387	5	23.793,56
AL	270890	Satuba	13.824	8	21.771,74
AL	270895	Senador Rui Palmeira	13.974	8	15.400,07
AL	270900	Tanque d'Arca	6.293	5	6.531,26
AL	270910	Taquarana	20.097	7	21.750,75
AL	270915	Teotônio Vilela	44.426	8	47.970,19
AL	270920	Traipu	27.938	5	22.445,94
AL	270930	União dos Palmares	66.255	5	34.361,00
AL	270940	Viçosa	26.176	8	27.518,12
AM	130002	Alvarães	15.729	7	49.125,73
AM	130006	Amaturá	11.047	7	18.827,75
AM	130008	Anamã	12.653	6	17.508,45
AM	130010	Anori	19.749	3	10.757,22
AM	130014	Apuí	21.031	9	63.063,30
AM	130020	Atalaia do Norte	18.599	5	45.242,61
AM	130030	Autazes	37.752	7	70.434,21
AM	130040	Barcelos	27.589	5	64.211,22
AM	130050	Barreirinha	31.105	6	34.189,80
AM	130060	Benjamin Constant	40.417	6	44.032,56
AM	130063	Beruri	18.579	5	19.009,63
AM	130068	Boa Vista do Ramos	18.080	5	18.471,89
AM	130070	Boca do Acre	33.840	9	63.789,56
AM	130080	Borba	39.885	9	86.654,09
AM	130083	Caapiranga	12.622	8	18.679,99
AM	130090	Canutama	15.312	9	30.886,24
AM	130100	Carauari	28.111	9	38.864,72
AM	130110	Careiro	36.922	8	102.332,25
AM	130115	Careiro da Várzea	28.592	7	51.988,70
AM	130120	Coari	83.929	9	168.371,18
AM	130130	Codajás	27.303	6	33.594,42
AM	130140	Eirunepé	34.461	11	47.430,85
AM	130150	Envira	19.143	10	26.187,68
AM	130160	Fonte Boa	20.199	7	49.915,56
AM	130165	Guajará	16.085	9	22.061,44
AM	130170	Humaitá	52.354	6	94.021,18
AM	130180	Ipixuna	27.587	7	37.442,84
AM	130185	Iranduba	46.703	6	104.111,08
AM	130190	Itacoatiara	98.503	10	180.461,40
AM	130195	Itamarati	8.153	6	21.998,64
AM	130200	Itapiranga	9.040	9	18.232,03
AM	130210	Japurá	4.660	4	27.414,56
AM	130220	Juruá	13.581	5	17.472,61
AM	130230	Jutaí	16.200	6	50.132,49
AM	130240	Lábrea	44.071	6	50.021,61
AM	130250	Manacapuru	95.330	5	96.149,84
AM	130255	Manaquiri	29.327	5	29.927,21
AM	130260	Manaus	2.094.391	9	3.440.904,33
AM	130270	Manicoré	53.890	6	44.373,53
AM	130280	Maraã	18.477	4	14.606,50
AM	130290	Maués	61.110	7	58.531,41
AM	130300	Nhamundá	20.633	3	11.351,62
AM	130310	Nova Olinda do Norte	35.800	9	49.007,46
AM	130320	Novo Airão	18.133	5	32.288,35
AM	130330	Novo Aripuanã	24.718	5	34.225,75
AM	130340	Parintins	112.716	4	62.214,22
AM	130350	Pauini	19.488	8	35.668,78
AM	130353	Presidente Figueiredo	33.703	9	109.763,08
AM	130356	Rio Preto da Eva	31.274	4	54.730,39
AM	130360	Santa Isabel do Rio Negro	23.092	6	54.484,23
AM	130370	Santo Antônio do Içá	23.378	4	19.083,16
AM	130380	São Gabriel da Cachoeira	43.831	5	52.206,39
AM	130390	São Paulo de Olivença	37.300	7	45.838,07

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AM	130395	São Sebastião do Uatumã	13.105	4	10.630,93
AM	130400	Silves	9.147	6	18.068,46
AM	130406	Tabatinga	62.346	4	34.029,21
AM	130410	Tapauá	18.039	3	18.663,79
AM	130420	Tefé	62.230	8	80.157,82
AM	130423	Tonantins	18.632	3	10.303,33
AM	130426	Uarini	13.276	7	18.375,24
AM	130430	Urucará	17.065	6	27.585,45
AM	130440	Urucurituba	21.650	8	29.469,16
AP	160005	Serra do Navio	5.025	4	21.709,20
AP	160010	Amapá	8.690	11	20.225,76
AP	160015	Pedra Branca do Amapari	14.560	4	37.265,37
AP	160020	Calçoene	10.345	7	32.991,88
AP	160021	Cutias	5.523	6	12.077,04
AP	160023	Ferreira Gomes	7.087	4	10.698,22
AP	160025	Itaubal	5.061	2	3.827,52
AP	160027	Laranjal do Jari	46.639	9	94.449,11
AP	160030	Macapá	465.495	6	478.203,61
AP	160040	Mazagão	19.981	7	80.316,13
AP	160050	Oiapoque	24.892	7	111.843,06
AP	160053	Porto Grande	20.143	3	23.791,52
AP	160055	Pracuúba	4.655	4	9.135,33
AP	160060	Santana	113.854	6	118.782,59
AP	160070	Tartarugalzinho	15.665	6	44.590,76
AP	160080	Vitória do Jari	14.680	6	20.290,14
BA	290010	Abaíra	9.212	4	7.117,11
BA	290020	Abaré	19.939	7	21.531,40
BA	290030	Acajutiba	15.764	1	1.728,87
BA	290035	Adustina	17.254	4	10.377,57
BA	290040	Água Fria	17.431	3	7.498,92
BA	290050	Érico Cardoso	11.405	4	6.962,95
BA	290060	Aiquara	4.745	5	5.105,26
BA	290070	Alagoinhas	155.362	6	101.966,70
BA	290080	Alcobaça	23.331	6	23.049,18
BA	290090	Almadina	6.062	3	3.479,85
BA	290100	Amargosa	38.041	8	41.587,70
BA	290110	Amélia Rodrigues	26.424	5	21.843,53
BA	290115	América Dourada	16.781	7	18.615,30
BA	290120	Anagé	19.824	6	23.946,29
BA	290130	Andaraí	13.732	4	8.921,04
BA	290135	Andorinha	15.551	6	14.786,64
BA	290140	Angical	14.707	3	6.495,28
BA	290150	Anguera	11.402	6	11.186,01
BA	290160	Antas	19.382	5	15.825,98
BA	290170	Antônio Cardoso	12.200	5	10.085,63
BA	290180	Antônio Gonçalves	11.989	8	13.405,70
BA	290190	Aporá	19.223	2	5.265,15
BA	290195	Apuarema	7.745	6	8.574,50
BA	290200	Aracatu	14.023	8	15.655,20
BA	290205	Araças	12.495	5	10.271,25
BA	290210	Araci	55.637	5	31.003,50
BA	290220	Aramari	11.385	5	9.334,05
BA	290225	Arataca	11.697	4	7.152,31
BA	290230	Aratuípe	9.150	5	9.077,41
BA	290240	Aurelino Leal	12.891	2	3.719,38
BA	290250	Baianópolis	14.262	3	6.245,80
BA	290260	Baixa Grande	21.393	6	20.985,03
BA	290265	Banzaê	13.738	4	8.295,16
BA	290270	Barra	54.563	5	29.803,40
BA	290280	Barra da Estiva	22.232	6	22.340,34
BA	290290	Barra do Choça	34.421	7	35.211,33
BA	290300	Barra do Mendes	14.570	7	16.152,40
BA	290310	Barra do Rocha	6.338	6	7.169,80
BA	290320	Barreiras	155.519	5	84.654,90
BA	290323	Barro Alto	15.093	3	6.765,88
BA	290327	Barrocas	16.167	4	9.540,85
BA	290330	Barro Preto	6.367	7	7.443,70
BA	290340	Belmonte	23.891	4	14.374,20
BA	290350	Belo Campo	18.312	4	11.216,10
BA	290360	Biritinga	16.628	4	9.558,40
BA	290370	Boa Nova	14.314	6	14.989,59
BA	290380	Boa Vista do Tupim	19.516	2	5.194,20
BA	290390	Bom Jesus da Lapa	70.090	4	30.591,44
BA	290395	Bom Jesus da Serra	10.515	6	10.537,56
BA	290400	Boninal	14.675	4	8.977,38
BA	290405	Bonito	17.006	6	16.704,27
BA	290410	Boquira	22.448	5	18.503,93
BA	290420	Botuporã	10.957	4	6.753,01
BA	290430	Brejões	15.166	4	9.235,33
BA	290440	Brejolândia	10.768	4	6.903,16
BA	290450	Brotas de Macaúbas	11.049	6	11.187,99
BA	290460	Brumado	69.473	5	38.090,25
BA	290470	Buerarema	19.269	5	16.315,27
BA	290475	Buritirama	21.671	5	17.777,93
BA	290480	Caatiba	10.044	4	6.550,94
BA	290485	Cabaceiras do Paraguaçu	19.199	5	15.656,85
BA	290490	Cachoeira	35.013	7	34.189,65
BA	290500	Caculé	23.685	2	6.474,88
BA	290510	Caém	10.179	4	6.309,55
BA	290515	Caetanos	16.045	4	9.669,11
BA	290520	Caetité	52.696	5	28.892,05
BA	290530	Cafarnaum	18.917	4	11.310,48
BA	290540	Cairu	17.985	6	17.552,70
BA	290550	Caldeirão Grande	13.643	6	13.621,92
BA	290560	Camacan	33.257	8	36.516,70
BA	290570	Camaçari	292.074	5	157.805,45
BA	290580	Camamu	36.543	7	36.950,54
BA	290590	Campo Alegre de Lourdes	29.994	5	24.698,85
BA	290600	Campo Formoso	73.118	6	47.698,86
BA	290610	Canápolis	10.146	2	3.011,37
BA	290620	Canarana	26.702	5	21.765,15
BA	290630	Canavieiras	33.130	4	19.527,82
BA	290640	Candeal	8.894	3	5.028,65
BA	290650	Candeias	89.271	6	59.349,35
BA	290660	Candiba	14.732	6	14.520,33
BA	290670	Cândido Sales	26.760	8	29.762,70
BA	290680	Cansanção	36.105	8	38.758,50
BA	290682	Canudos	17.222	6	17.005,23
BA	290685	Capela do Alto Alegre	12.203	5	10.176,78
BA	290687	Capim Grosso	31.181	6	25.824,48
BA	290689	Caraíbas	9.890	3	5.660,60
BA	290690	Caravelas	22.646	7	24.802,80
BA	290700	Cardeal da Silva	9.809	7	10.721,70
BA	290710	Carinhanha	30.041	7	29.655,45
BA	290720	Casa Nova	72.798	7	55.572,44
BA	290730	Castro Alves	27.161	4	16.508,03
BA	290740	Catolândia	3.695	4	3.276,56
BA	290750	Catu	56.037	7	42.903,63
BA	290755	Caturama	9.764	5	9.664,38
BA	290760	Central	17.935	6	17.958,60
BA	290770	Chorrochó	11.558	9	12.674,20
BA	290780	Cícero Dantas	34.581	6	30.395,20
BA	290790	Cipó	17.673	5	14.521,65
BA	290800	Coaraci	19.383	4	12.695,72
BA	290810	Cocos	19.449	2	5.333,90
BA	290820	Conceição da Feira	22.840	6	22.429,44
BA	290830	Conceição do Almeida	18.278	7	20.508,40
BA	290840	Conceição do Coité	67.875	6	44.976,36
BA	290850	Conceição do Jacuípe	33.624	7	33.020,46
BA	290870	Condeúba	18.229	7	20.194,90
BA	290880	Contendas do Sincorá	4.312	4	3.552,01
BA	290890	Coração de Maria	23.961	6	23.080,86
BA	290900	Cordeiros	8.870	7	9.717,40
BA	290910	Coribe	14.954	5	12.394,80
BA	290920	Coronel João Sá	16.951	6	17.370,03
BA	290930	Correntina	33.275	7	32.851,17
BA	290940	Cotegipe	14.409	4	8.713,82
BA	290950	Cravolândia	5.568	7	6.310,03
BA	290960	Crisópolis	21.700	6	21.400,83
BA	290970	Cristópolis	14.354	2	3.933,05
BA	290980	Cruz das Almas	64.552	5	35.308,35
BA	290990	Curaçá	35.320	7	34.855,92
BA	291000	Dário Meira	11.864	7	13.993,10
BA	291005	Dias d'Ávila	79.401	6	51.518,28
BA	291010	Dom Basílio	12.553	5	10.311,68
BA	291020	Dom Macedo Costa	4.201	8	4.568,30
BA	291030	Elísio Medrado	8.448	5	8.355,61
BA	291040	Encruzilhada	19.837	10	24.725,80
BA	291050	Entre Rios	43.172	8	47.306,60
BA	291060	Esplanada	37.085	5	26.257,66
BA	291070	Euclides da Cunha	61.618	7	46.917,64
BA	291072	Eunápolis	114.275	8	99.608,08
BA	291075	Fátima	18.461	5	15.624,10
BA	291077	Feira da Mata	5.918	3	3.400,80
BA	291080	Feira de Santana	622.639	7	475.496,56
BA	291085	Filadélfia	17.184	8	19.363,30
BA	291090	Firmino Alves	5.804	4	4.455,22
BA	291100	Floresta Azul	11.279	4	6.892,16
BA	291110	Formosa do Rio Preto	25.652	4	15.350,06
BA	291120	Gandu	33.030	6	29.125,36
BA	291125	Gavião	4.740	5	4.699,53
BA	291130	Gentio do Ouro	11.603	4	7.082,85
BA	291140	Glória	15.810	8	17.679,20
BA	291150	Gongogi	7.961	4	6.410,25
BA	291160	Governador Mangabeira	21.435	4	12.866,54
BA	291165	Guajeru	8.322	6	10.666,88
BA	291170	Guanambi	86.320	7	66.063,69
BA	291180	Guaratinga	22.251	5	18.630,98
BA	291185	Heliópolis	13.739	1	1.554,49
BA	291190	Iaçu	26.012	8	30.099,01
BA	291200	Ibiassucê	10.337	2	2.988,15
BA	291210	Ibicaraí	23.770	7	27.054,50
BA	291220	Ibicoara	19.578	7	21.502,80
BA	291230	Ibicuí	16.748	4	10.101,08
BA	291240	Ibipeba	18.563	3	8.216,56
BA	291250	Ibipitanga	15.356	5	12.619,20
BA	291260	Ibiquera	4.207	7	5.683,72
BA	291270	Ibirapitanga	24.238	7	26.598,00
BA	291280	Ibirapuã	8.796	8	9.608,50
BA	291290	Ibirataia	17.573	10	25.396,92
BA	291300	Ibitiara	16.779	1	1.840,54
BA	291310	Ibititá	17.957	3	8.250,88
BA	291320	Ibotirama	27.762	6	27.378,45
BA	291330	Ichu	6.418	4	4.859,47
BA	291340	Igaporã	16.255	2	4.461,88
BA	291345	Igrapiúna	14.288	4	8.777,95
BA	291350	Iguaí	27.865	5	23.661,72
BA	291360	Ilhéus	178.210	4	88.628,33
BA	291370	Inhambupe	40.908	6	36.005,20
BA	291380	Ipecaetá	15.596	7	17.328,30
BA	291390	Ipiaú	47.606	5	33.963,22
BA	291400	Ipirá	62.697	5	34.239,15
BA	291410	Ipupiara	10.107	7	11.124,30
BA	291420	Irajuba	7.497	3	4.125,06
BA	291430	Iramaia	10.184	6	13.886,39
BA	291440	Iraquara	25.279	6	24.926,24
BA	291450	Irará	29.723	9	32.945,00
BA	291460	Irecê	73.915	6	48.430,80
BA	291465	Itabela	31.244	7	30.744,45
BA	291470	Itaberaba	66.592	5	36.470,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	291480	Itabuna	220.386	4	96.659,20
BA	291490	Itacaré	28.013	4	16.709,50
BA	291500	Itaeté	16.519	5	13.567,95
BA	291510	Itagi	13.276	10	14.902,88
BA	291520	Itagibá	15.669	6	15.737,26
BA	291530	Itagimirim	7.319	5	7.345,80
BA	291535	Itaguaçu da Bahia	14.604	1	1.613,37
BA	291540	Itaju do Colônia	7.284	2	2.477,31
BA	291550	Itajuípe	21.697	4	13.239,82
BA	291560	Itamaraju	67.305	3	22.192,17
BA	291570	Itamari	8.495	2	2.874,69
BA	291580	Itambé	23.147	3	14.907,48
BA	291590	Itanagra	8.038	2	2.651,22
BA	291600	Itanhém	20.554	7	22.808,50
BA	291610	Itaparica	22.744	6	24.049,35
BA	291620	Itapé	10.022	6	10.575,18
BA	291630	Itapebi	10.856	6	11.390,61
BA	291640	Itapetinga	76.881	8	75.422,16
BA	291650	Itapicuru	36.320	6	31.668,56
BA	291660	Itapitanga	10.799	5	8.910,00
BA	291670	Itaquara	8.557	2	2.811,27
BA	291680	Itarantim	20.206	6	19.890,09
BA	291685	Itatim	14.895	7	16.592,83
BA	291690	Itiruçu	13.280	6	16.075,01
BA	291700	Itiúba	37.500	6	33.872,96
BA	291710	Itororó	21.210	5	17.471,85
BA	291720	Ituaçu	19.494	5	16.009,95
BA	291730	Ituberá	29.273	4	17.610,34
BA	291733	Iuiú	11.366	4	6.908,38
BA	291735	Jaborandi	9.138	4	7.251,09
BA	291740	Jacaraci	15.435	4	9.322,45
BA	291750	Jacobina	83.435	6	55.975,26
BA	291760	Jaguaquara	55.751	8	54.894,51
BA	291770	Jaguarari	34.304	7	32.854,14
BA	291780	Jaguaripe	18.849	9	20.511,70
BA	291790	Jandaíra	11.092	5	9.126,98
BA	291800	Jequié	161.880	4	71.178,61
BA	291810	Jeremoabo	41.387	9	45.210,00
BA	291820	Jiquiriçá	15.071	2	4.134,08
BA	291830	Jitaúna	12.985	6	15.188,03
BA	291835	João Dourado	25.431	6	24.889,59
BA	291840	Juazeiro	220.253	8	213.753,50
BA	291845	Jucuruçu	10.032	5	8.582,48
BA	291850	Jussara	16.006	5	13.074,60
BA	291855	Jussari	6.324	5	6.428,07
BA	291860	Jussiape	7.239	4	5.960,57
BA	291870	Lafaiete Coutinho	3.996	7	4.450,60
BA	291875	Lagoa Real	15.920	3	6.952,44
BA	291880	Laje	24.112	5	20.157,98
BA	291890	Lajedão	4.046	9	4.424,20
BA	291900	Lajedinho	4.032	6	4.705,33
BA	291905	Lajedo do Tabocal	8.862	9	9.760,42
BA	291910	Lamarão	9.099	2	4.075,68
BA	291915	Lapão	28.166	5	22.704,83
BA	291920	Lauro de Freitas	194.641	6	126.347,76
BA	291930	Lençóis	11.544	4	6.924,23
BA	291940	Licínio de Almeida	12.967	3	5.705,04
BA	291950	Livramento de Nossa Senhora	46.399	4	25.319,25
BA	291955	Luís Eduardo Magalhães	81.730	5	43.539,10
BA	291960	Macajuba	11.878	4	7.161,39
BA	291970	Macarani	18.954	8	20.664,60
BA	291980	Macaúbas	50.637	5	27.644,10
BA	291990	Macururé	8.288	4	6.481,09
BA	291992	Madre de Deus	20.689	8	22.382,80
BA	291995	Maetinga	4.796	7	7.899,77
BA	292000	Maiquinique	10.183	7	11.090,20
BA	292010	Mairi	19.736	5	16.660,05
BA	292020	Malhada	17.491	4	10.560,28
BA	292030	Malhada de Pedras	8.875	6	9.836,20
BA	292040	Manoel Vitorino	14.364	3	6.431,92
BA	292045	Mansidão	13.864	2	3.784,28
BA	292050	Maracás	23.373	9	36.368,19
BA	292060	Maragogipe	46.106	3	20.286,64
BA	292070	Maraú	21.246	6	20.963,25
BA	292080	Marcionílio Souza	10.941	4	6.670,73
BA	292090	Mascote	14.800	6	15.972,45
BA	292100	Mata de São João	46.392	11	50.394,30
BA	292105	Matina	12.404	3	5.815,77
BA	292110	Medeiros Neto	23.535	9	25.825,80
BA	292120	Miguel Calmon	27.600	7	30.389,70
BA	292130	Milagres	11.621	3	5.533,54
BA	292140	Mirangaba	18.588	5	15.544,29
BA	292145	Mirante	9.735	5	10.167,30
BA	292150	Monte Santo	52.015	6	36.223,44
BA	292160	Morpará	8.958	5	8.897,13
BA	292170	Morro do Chapéu	36.789	6	32.915,01
BA	292180	Mortugaba	12.505	4	8.626,24
BA	292190	Mucugê	10.096	5	11.518,62
BA	292200	Mucuri	41.587	7	40.657,32
BA	292205	Mulungu do Morro	12.159	7	14.682,44
BA	292210	Mundo Novo	27.165	5	22.411,13
BA	292220	Muniz Ferreira	7.650	7	8.682,30
BA	292225	Muquém de São Francisco	11.571	4	6.988,96
BA	292230	Muritiba	30.585	9	33.817,30
BA	292240	Mutuípe	22.917	6	22.789,55
BA	292250	Nazaré	29.450	8	32.346,60
BA	292260	Nilo Peçanha	14.279	2	3.901,70
BA	292265	Nordestina	13.552	4	8.059,21
BA	292270	Nova Canaã	17.113	5	16.242,41
BA	292273	Nova Fátima	8.101	5	8.043,75
BA	292275	Nova Ibiá	7.010	4	5.438,51
BA	292280	Nova Itarana	8.372	6	9.143,20
BA	292285	Nova Redenção	9.485	4	7.695,21
BA	292290	Nova Soure	25.931	1	2.876,96
BA	292300	Nova Viçosa	43.648	4	23.768,80
BA	292303	Novo Horizonte	12.381	4	7.403,99
BA	292305	Novo Triunfo	16.016	4	9.675,77
BA	292310	Olindina	26.907	4	16.224,29
BA	292320	Oliveira dos Brejinhos	22.789	6	22.546,26
BA	292330	Ouriçangas	8.895	5	8.750,61
BA	292335	Ourolândia	17.954	6	17.597,25
BA	292340	Palmas de Monte Alto	22.487	2	6.164,40
BA	292350	Palmeiras	9.191	3	5.052,52
BA	292360	Paramirim	22.184	7	24.284,70
BA	292370	Paratinga	32.807	4	17.949,80
BA	292380	Paripiranga	29.980	5	24.649,35
BA	292390	Pau Brasil	10.784	8	13.177,44
BA	292400	Paulo Afonso	119.930	10	124.578,63
BA	292405	Pé de Serra	14.229	4	8.759,19
BA	292410	Pedrão	7.486	6	8.324,80
BA	292420	Pedro Alexandre	18.173	6	17.953,65
BA	292430	Piatã	18.366	5	15.331,80
BA	292440	Pilão Arcado	35.590	6	31.176,64
BA	292450	Pindaí	16.849	5	13.864,13
BA	292460	Pindobaçu	21.191	4	12.773,37
BA	292465	Pintadas	11.036	7	11.877,80
BA	292467	Piraí do Norte	10.386	1	1.213,96
BA	292470	Piripá	12.035	5	10.459,35
BA	292480	Piritiba	25.002	6	26.177,07
BA	292490	Planaltino	9.529	6	10.534,32
BA	292500	Planalto	26.743	4	16.112,36
BA	292510	Poções	48.798	9	53.601,90
BA	292520	Pojuca	37.993	6	33.037,84
BA	292525	Ponto Novo	15.892	5	13.464,83
BA	292530	Porto Seguro	147.444	7	111.981,87
BA	292540	Potiraguá	8.694	2	3.159,42
BA	292550	Prado	29.273	5	24.104,85
BA	292560	Presidente Dutra	15.699	7	16.183,20
BA	292570	Presidente Jânio Quadros	13.456	6	13.402,66
BA	292575	Presidente Tancredo Neves	27.803	10	30.255,50
BA	292580	Queimadas	26.525	4	16.785,64
BA	292590	Quijingue	28.556	4	17.598,24
BA	292593	Quixabeira	9.414	3	5.524,75
BA	292595	Rafael Jambeiro	23.525	8	26.783,90
BA	292600	Remanso	42.481	7	41.852,25
BA	292610	Retirolândia	14.627	3	5.860,36
BA	292620	Riachão das Neves	23.290	4	14.074,72
BA	292630	Riachão do Jacuípe	34.715	6	31.154,64
BA	292640	Riacho de Santana	36.246	2	9.910,73
BA	292650	Ribeira do Amparo	15.308	4	9.237,75
BA	292660	Ribeira do Pombal	54.773	5	28.279,90
BA	292665	Ribeirão do Largo	7.835	5	13.212,53
BA	292670	Rio de Contas	13.581	4	8.260,07
BA	292680	Rio do Antônio	15.720	1	1.719,08
BA	292690	Rio do Pires	12.109	3	5.316,96
BA	292700	Rio Real	41.085	6	35.911,92
BA	292710	Rodelas	9.297	6	9.775,70
BA	292720	Ruy Barbosa	31.933	8	35.074,66
BA	292730	Salinas da Margarida	15.585	4	9.307,93
BA	292740	Salvador	2.938.092	4	1.285.278,28
BA	292750	Santa Bárbara	21.310	4	12.556,17
BA	292760	Santa Brígida	15.091	6	15.227,19
BA	292770	Santa Cruz Cabrália	28.394	4	17.076,73
BA	292780	Santa Cruz da Vitória	6.723	6	7.488,80
BA	292790	Santa Inês	11.169	5	9.228,45
BA	292800	Santaluz	38.219	6	32.485,20
BA	292805	Santa Luzia	13.508	5	12.392,97
BA	292810	Santa Maria da Vitória	41.782	7	41.405,76
BA	292820	Santana	27.381	5	22.489,50
BA	292830	Santanópolis	9.232	6	10.386,20
BA	292840	Santa Rita de Cássia	28.988	5	23.778,15
BA	292850	Santa Teresinha	10.619	6	10.480,14
BA	292860	Santo Amaro	61.836	3	20.361,66
BA	292870	Santo Antônio de Jesus	102.469	7	78.191,96
BA	292880	Santo Estêvão	53.473	9	58.512,30
BA	292890	São Desidério	33.168	5	23.337,60
BA	292895	São Domingos	9.381	5	9.778,23
BA	292900	São Félix	15.272	4	9.541,11
BA	292905	São Félix do Coribe	15.738	8	17.211,70
BA	292910	São Felipe	21.935	7	23.740,20
BA	292920	São Francisco do Conde	39.790	7	38.935,71
BA	292925	São Gabriel	19.594	3	8.598,48
BA	292930	São Gonçalo dos Campos	37.634	6	33.047,52
BA	292935	São José da Vitória	6.081	5	6.252,07
BA	292937	São José do Jacuípe	10.735	2	3.041,78

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	292940	São Miguel das Matas	12.051	6	11.888,91
BA	292950	São Sebastião do Passé	45.660	6	40.024,16
BA	292960	Sapeaçu	18.083	5	14.572,80
BA	292970	Sátiro Dias	20.376	4	12.293,60
BA	292975	Saubara	12.311	2	3.365,45
BA	292980	Saúde	13.343	6	12.611,61
BA	292990	Seabra	45.395	4	24.861,10
BA	293000	Sebastião Laranjeiras	11.615	7	12.680,80
BA	293010	Senhor do Bonfim	80.769	7	62.624,10
BA	293015	Serra do Ramalho	33.000	5	23.619,31
BA	293020	Sento Sé	41.576	4	22.805,20
BA	293030	Serra Dourada	18.352	8	20.313,70
BA	293040	Serra Preta	16.171	5	12.929,40
BA	293050	Serrinha	82.621	6	54.961,50
BA	293060	Serrolândia	13.774	4	8.090,67
BA	293070	Simões Filho	134.674	4	58.608,88
BA	293075	Sítio do Mato	13.381	3	5.860,80
BA	293076	Sítio do Quinto	11.517	2	3.571,88
BA	293077	Sobradinho	23.650	7	25.941,30
BA	293080	Souto Soares	17.419	5	15.816,74
BA	293090	Tabocas do Brejo Velho	13.043	3	5.757,44
BA	293100	Tanhaçu	21.299	3	9.364,08
BA	293105	Tanque Novo	17.797	4	10.709,71
BA	293110	Tanquinho	8.214	3	4.704,15
BA	293120	Taperoá	21.282	3	9.280,04
BA	293130	Tapiramutá	17.855	7	19.154,30
BA	293135	Teixeira de Freitas	159.813	5	86.792,20
BA	293140	Teodoro Sampaio	7.984	4	6.256,25
BA	293150	Teofilândia	23.319	5	18.984,08
BA	293160	Teolândia	15.269	7	16.695,80
BA	293170	Terra Nova	13.527	6	13.411,53
BA	293180	Tremedal	17.854	4	11.228,80
BA	293190	Tucano	52.381	4	24.697,64
BA	293200	Uauá	25.853	7	27.801,40
BA	293210	Ubaíra	20.793	6	21.690,55
BA	293220	Ubaitaba	20.646	1	2.330,13
BA	293230	Ubatã	27.297	6	27.305,36
BA	293240	Uibaí	14.454	8	15.931,30
BA	293245	Umburanas	19.343	4	11.528,28
BA	293250	Una	21.706	6	22.762,08
BA	293260	Urandi	17.329	4	10.467,11
BA	293270	Uruçuca	21.778	3	10.433,34
BA	293280	Utinga	19.688	4	12.102,70
BA	293290	Valença	98.053	4	42.814,20
BA	293300	Valente	28.426	5	23.022,45
BA	293305	Várzea da Roça	14.632	3	6.485,66
BA	293310	Várzea do Poço	9.404	4	7.250,32
BA	293315	Várzea Nova	13.500	6	13.627,66
BA	293317	Varzedo	9.409	7	10.393,90
BA	293320	Vera Cruz	43.162	5	32.359,42
BA	293325	Vereda	6.657	4	5.229,60
BA	293330	Vitória da Conquista	346.069	7	264.287,10
BA	293340	Wagner	9.743	4	7.492,87
BA	293345	Wanderley	12.971	3	5.759,16
BA	293350	Wenceslau Guimarães	22.445	4	14.377,06
BA	293360	Xique-Xique	48.274	4	26.573,80
CE	230010	Abaiara	11.483	5	8.960,01
CE	230015	Acarape	16.418	4	9.471,48
CE	230020	Acaraú	61.715	8	58.062,45
CE	230030	Acopiara	53.358	9	56.413,91
CE	230040	Aiuaba	17.098	5	13.459,43
CE	230050	Alcântaras	11.391	3	4.794,39
CE	230060	Altaneira	7.413	5	6.995,38
CE	230070	Alto Santo	16.927	5	13.383,92
CE	230075	Amontada	42.508	8	44.991,63
CE	230080	Antonina do Norte	7.253	5	6.935,46
CE	230090	Apuiarés	14.644	8	15.472,22
CE	230100	Aquiraz	78.438	5	50.984,95
CE	230110	Aracati	73.188	8	68.948,03
CE	230120	Aracoiaba	26.203	5	20.913,45
CE	230125	Ararendá	10.800	6	10.370,23
CE	230130	Araripe	21.345	10	22.706,34
CE	230140	Aratuba	11.300	2	3.109,67
CE	230150	Arneiroz	7.774	4	5.779,96
CE	230160	Assaré	23.191	4	13.410,94
CE	230170	Aurora	24.548	8	26.281,61
CE	230180	Baixio	6.214	3	3.311,39
CE	230185	Banabuiú	17.968	8	18.971,68
CE	230190	Barbalha	59.343	7	43.430,00
CE	230195	Barreira	20.835	3	8.743,27
CE	230200	Barro	22.361	5	17.678,10
CE	230205	Barroquinha	14.854	7	15.681,18
CE	230210	Baturité	35.154	5	24.294,87
CE	230220	Beberibe	52.719	6	32.916,08
CE	230230	Bela Cruz	32.243	8	33.962,67
CE	230240	Boa Viagem	53.945	7	40.204,46
CE	230250	Brejo Santo	48.451	10	50.384,68
CE	230260	Camocim	62.734	7	46.324,39
CE	230270	Campos Sales	27.167	8	28.756,28
CE	230280	Canindé	77.261	5	40.950,30
CE	230290	Capistrano	17.621	6	16.799,58
CE	230300	Caridade	22.065	6	20.792,18
CE	230310	Cariré	18.653	6	17.820,89
CE	230320	Caririaçu	26.876	4	15.742,17
CE	230330	Cariús	18.807	6	17.943,92
CE	230340	Carnaubal	17.549	12	18.551,83
CE	230350	Cascavel	70.574	7	51.452,33
CE	230360	Catarina	20.269	5	15.657,55
CE	230365	Catunda	10.331	4	6.051,16
CE	230370	Caucaia	358.164	5	231.774,17
CE	230380	Cedro	25.038	3	10.640,54
CE	230390	Chaval	12.931	4	7.492,64
CE	230393	Choró	13.340	3	5.676,13
CE	230395	Chorozinho	19.194	4	13.843,08
CE	230400	Coreaú	23.000	7	24.260,77
CE	230410	Crateús	74.350	6	47.401,87
CE	230420	Crato	129.662	5	67.791,04
CE	230423	Croatá	17.802	5	14.183,45
CE	230425	Cruz	23.833	11	25.134,40
CE	230426	Deputado Irapuan Pinheiro	9.483	7	10.060,52
CE	230427	Ererê	7.134	5	6.747,36
CE	230428	Eusébio	51.913	11	67.105,60
CE	230430	Farias Brito	18.789	7	20.317,63
CE	230435	Forquilha	23.801	5	18.756,22
CE	230440	Fortaleza	2.609.716	4	1.352.236,24
CE	230445	Fortim	16.115	3	6.697,05
CE	230450	Frecheirinha	13.606	5	10.792,38
CE	230460	General Sampaio	6.845	8	7.180,82
CE	230465	Graça	15.300	2	4.100,62
CE	230470	Granja	54.146	7	40.300,87
CE	230480	Granjeiro	4.459	5	4.396,18
CE	230490	Groaíras	10.931	6	10.309,85
CE	230495	Guaiúba	26.091	7	33.920,05
CE	230500	Guaraciaba do Norte	39.301	12	42.180,42
CE	230510	Guaramiranga	3.632	3	2.163,52
CE	230520	Hidrolândia	20.136	5	16.060,65
CE	230523	Horizonte	64.673	5	41.476,04
CE	230526	Ibaretama	13.203	3	5.618,33
CE	230530	Ibiapina	24.739	7	26.656,73
CE	230533	Ibicuitinga	12.242	2	3.204,73
CE	230535	Icapuí	19.554	8	20.435,80
CE	230540	Icó	67.345	9	71.380,37
CE	230550	Iguatu	102.013	8	85.286,64
CE	230560	Independência	25.962	6	24.908,65
CE	230565	Ipaporanga	11.499	6	11.002,28
CE	230570	Ipaumirim	12.327	4	7.206,02
CE	230580	Ipu	41.485	6	35.211,62
CE	230590	Ipueiras	37.957	7	36.806,16
CE	230600	Iracema	14.098	6	13.510,17
CE	230610	Irauçuba	23.704	6	22.606,21
CE	230620	Itaiçaba	7.698	10	8.051,30
CE	230625	Itaitinga	38.933	3	20.204,14
CE	230630	Itapagé	51.538	4	21.516,85
CE	230640	Itapipoca	126.234	9	119.099,20
CE	230650	Itapiúna	19.872	5	15.693,61
CE	230655	Itarema	40.822	11	43.197,32
CE	230660	Itatira	20.484	9	21.527,57
CE	230670	Jaguaretama	17.977	4	10.572,40
CE	230680	Jaguaribara	11.200	10	11.757,50
CE	230690	Jaguaribe	34.503	9	36.805,86
CE	230700	Jaguaruana	33.607	8	35.340,22
CE	230710	Jardim	27.074	6	26.007,02
CE	230720	Jati	7.827	3	4.113,21
CE	230725	Jijoca de Jericoacoara	19.224	7	19.880,58
CE	230730	Juazeiro do Norte	268.248	5	140.122,99
CE	230740	Jucás	24.540	4	14.316,96
CE	230750	Lavras da Mangabeira	31.359	2	8.316,53
CE	230760	Limoeiro do Norte	58.552	8	55.173,85
CE	230763	Madalena	19.616	4	11.318,25
CE	230765	Maracanaú	223.188	8	234.300,26
CE	230770	Maranguape	125.058	8	129.278,91
CE	230780	Marco	26.738	9	28.186,25
CE	230790	Martinópole	10.990	5	8.725,88
CE	230800	Massapê	37.892	8	39.702,83
CE	230810	Mauriti	46.335	8	48.682,63
CE	230820	Meruoca	14.814	7	15.603,64
CE	230830	Milagres	28.292	7	30.177,07
CE	230835	Milhã	13.152	6	12.607,05
CE	230837	Miraíma	13.507	4	7.894,36
CE	230840	Missão Velha	35.326	5	24.255,88
CE	230850	Mombaça	43.678	8	46.404,18
CE	230860	Monsenhor Tabosa	17.025	8	18.526,86
CE	230870	Morada Nova	61.722	5	33.018,58
CE	230880	Moraújo	8.579	3	4.524,12
CE	230890	Morrinhos	22.067	8	23.154,06
CE	230900	Mucambo	14.367	4	8.406,57
CE	230910	Mulungu	12.682	3	5.307,99
CE	230920	Nova Olinda	15.310	4	8.832,40
CE	230930	Nova Russas	31.954	4	17.007,20
CE	230940	Novo Oriente	28.288	7	30.134,21
CE	230945	Ocara	25.261	7	26.474,10
CE	230950	Orós	21.342	7	22.809,09
CE	230960	Pacajus	69.877	5	44.956,68
CE	230970	Pacatuba	81.627	8	94.155,75
CE	230980	Pacoti	11.936	6	11.503,01
CE	230990	Pacujá	6.186	2	1.973,65

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	231000	Palhano	9.248	4	6.851,46
CE	231010	Palmácia	13.022	4	7.466,27
CE	231020	Paracuru	33.665	8	35.291,44
CE	231025	Paraipaba	32.256	6	26.952,36
CE	231030	Parambu	31.213	9	33.480,11
CE	231040	Paramoti	11.564	5	9.166,14
CE	231050	Pedra Branca	42.795	4	22.678,76
CE	231060	Penaforte	8.888	9	9.333,69
CE	231070	Pentecoste	36.928	6	31.080,70
CE	231080	Pereiro	16.139	10	17.160,16
CE	231085	Pindoretama	20.430	7	21.356,87
CE	231090	Piquet Carneiro	16.599	10	17.351,40
CE	231095	Pires Ferreira	10.730	8	11.301,00
CE	231100	Poranga	12.234	7	13.182,49
CE	231110	Porteiras	14.965	7	16.046,31
CE	231120	Potengi	10.856	5	8.607,45
CE	231123	Potiretama	6.337	3	3.362,97
CE	231126	Quiterianópolis	20.777	5	16.559,50
CE	231130	Quixadá	85.991	8	81.104,97
CE	231135	Quixelô	14.903	6	14.419,90
CE	231140	Quixeramobim	77.931	7	56.982,26
CE	231150	Quixeré	21.728	7	22.776,88
CE	231160	Redenção	27.358	6	26.258,74
CE	231170	Reriutaba	18.889	5	15.458,59
CE	231180	Russas	75.762	7	55.157,05
CE	231190	Saboeiro	15.715	7	17.003,38
CE	231195	Salitre	16.248	7	17.184,51
CE	231200	Santana do Acaraú	31.814	5	21.795,48
CE	231210	Santana do Cariri	17.479	7	18.611,73
CE	231220	Santa Quitéria	43.359	1	4.646,24
CE	231230	São Benedito	46.414	9	49.881,10
CE	231240	São Gonçalo do Amarante	47.791	9	62.375,75
CE	231250	São João do Jaguaribe	7.670	8	8.323,44
CE	231260	São Luís do Curu	12.805	9	13.557,23
CE	231270	Senador Pompeu	26.496	6	25.533,39
CE	231280	Senador Sá	7.442	5	7.094,17
CE	231290	Sobral	203.682	11	212.738,66
CE	231300	Solonópole	18.127	7	19.132,83
CE	231310	Tabuleiro do Norte	30.378	9	31.961,89
CE	231320	Tamboril	25.560	4	15.051,99
CE	231325	Tarrafas	8.875	4	6.629,65
CE	231330	Tauá	57.914	11	61.202,12
CE	231335	Tejuçuoca	18.709	8	19.697,23
CE	231340	Tianguá	74.107	10	78.512,41
CE	231350	Trairi	54.820	4	23.021,66
CE	231355	Tururu	15.768	7	16.565,36
CE	231360	Ubajara	34.068	10	36.276,94
CE	231370	Umari	7.668	2	2.457,50
CE	231375	Umirim	19.602	2	5.184,88
CE	231380	Uruburetama	21.411	6	20.168,08
CE	231390	Uruoca	13.600	7	14.364,61
CE	231395	Varjota	18.188	5	14.523,56
CE	231400	Várzea Alegre	40.255	4	21.277,19
CE	231410	Viçosa do Ceará	59.487	10	63.275,34
ES	320010	Afonso Cláudio	32.407	10	31.899,98
ES	320013	Águia Branca	10.075	7	9.863,70
ES	320016	Água Doce do Norte	11.958	7	11.920,72
ES	320020	Alegre	32.175	5	20.554,08
ES	320030	Alfredo Chaves	15.029	10	14.673,54
ES	320035	Alto Rio Novo	7.979	5	6.997,79
ES	320040	Anchieta	28.091	7	27.071,52
ES	320050	Apiacá	7.928	6	7.765,52
ES	320060	Aracruz	96.746	7	65.208,42
ES	320070	Atilio Vivacqua	11.335	7	10.957,38
ES	320080	Baixo Guandu	31.633	8	30.837,66
ES	320090	Barra de São Francisco	44.946	11	43.707,02
ES	320100	Boa Esperança	15.390	8	15.011,64
ES	320110	Bom Jesus do Norte	10.215	6	8.975,23
ES	320115	Brejetuba	12.797	10	12.499,90
ES	320120	Cachoeiro de Itapemirim	210.325	7	149.013,23
ES	320130	Cariacica	384.621	7	335.145,80
ES	320140	Castelo	38.070	9	37.072,42
ES	320150	Colatina	123.598	10	114.183,43
ES	320160	Conceição da Barra	31.353	9	30.504,46
ES	320170	Conceição do Castelo	12.856	6	11.259,61
ES	320180	Divino de São Lourenço	4.630	5	4.134,82
ES	320190	Domingos Martins	34.589	11	33.727,68
ES	320200	Dores do Rio Preto	6.920	7	6.752,20
ES	320210	Ecoporanga	24.243	5	17.880,35
ES	320220	Fundão	20.376	6	22.555,07
ES	320225	Governador Lindenberg	12.444	6	10.834,49
ES	320230	Guaçuí	30.946	9	30.071,30
ES	320240	Guarapari	121.506	9	151.597,45
ES	320245	Ibatiba	25.567	11	24.739,12
ES	320250	Ibiraçu	12.471	6	10.899,76
ES	320255	Ibitirama	9.379	4	6.448,40
ES	320260	Iconha	13.904	10	13.512,24
ES	320265	Irupi	13.240	6	11.550,67
ES	320270	Itaguaçu	14.822	5	10.910,34
ES	320280	Itapemirim	34.585	7	31.029,87
ES	320290	Itarana	11.259	6	10.009,82
ES	320300	Iúna	29.743	5	21.744,98
ES	320305	Jaguaré	29.150	9	28.071,12
ES	320310	Jerônimo Monteiro	11.957	10	11.638,48
ES	320313	João Neiva	17.096	9	16.681,56
ES	320316	Laranja da Terra	11.447	6	10.088,32
ES	320320	Linhares	166.491	6	96.233,26
ES	320330	Mantenópolis	15.272	6	13.336,72
ES	320332	Marataízes	38.301	5	34.953,63
ES	320334	Marechal Floriano	16.339	6	14.224,01
ES	320335	Marilândia	12.479	9	12.105,94
ES	320340	Mimoso do Sul	27.369	5	20.101,52
ES	320350	Montanha	19.309	5	14.129,64
ES	320360	Mucurici	5.873	8	5.790,82
ES	320370	Muniz Freire	18.826	5	14.024,54
ES	320380	Muqui	15.717	7	15.313,48
ES	320390	Nova Venécia	50.647	10	49.288,12
ES	320400	Pancas	23.559	7	22.949,64
ES	320405	Pedro Canário	26.336	6	23.044,90
ES	320410	Pinheiros	26.863	8	26.057,22
ES	320420	Piúma	21.030	3	14.037,16
ES	320425	Ponto Belo	7.826	5	6.834,62
ES	320430	Presidente Kennedy	11.396	11	11.082,82
ES	320435	Rio Bananal	19.321	11	18.797,38
ES	320440	Rio Novo do Sul	12.070	7	11.804,10
ES	320450	Santa Leopoldina	12.887	5	9.470,48
ES	320455	Santa Maria de Jetibá	39.396	9	38.073,00
ES	320460	Santa Teresa	23.882	4	12.793,17
ES	320465	São Domingos do Norte	8.764	8	8.534,82
ES	320470	São Gabriel da Palha	36.858	10	35.601,44
ES	320480	São José do Calçado	11.024	6	9.712,58
ES	320490	São Mateus	126.437	8	97.666,80
ES	320495	São Roque do Canaã	12.483	9	12.136,32
ES	320500	Serra	494.109	8	486.929,20
ES	320501	Sooretama	28.509	4	15.073,67
ES	320503	Vargem Alta	21.396	8	20.718,18
ES	320506	Venda Nova do Imigrante	24.165	10	23.269,12
ES	320510	Viana	75.652	4	37.368,70
ES	320515	Vila Pavão	9.414	8	9.180,64
ES	320517	Vila Valério	14.677	10	14.363,86
ES	320520	Vila Velha	479.664	7	414.990,48
ES	320530	Vitória	359.555	11	446.267,25
GO	520005	Abadia de Goiás	8.053	8	16.169,18
GO	520010	Abadiânia	18.427	5	15.993,03
GO	520013	Acreúna	21.905	7	23.026,78
GO	520015	Adelândia	2.561	6	7.094,98
GO	520017	Água Fria de Goiás	5.560	6	17.604,05
GO	520020	Água Limpa	1.980	9	7.887,19
GO	520025	Águas Lindas de Goiás	191.499	8	143.055,19
GO	520030	Alexânia	26.457	6	24.027,22
GO	520050	Aloândia	2.075	6	7.096,52
GO	520055	Alto Horizonte	5.629	8	10.328,46
GO	520060	Alto Paraíso de Goiás	7.454	7	16.898,90
GO	520080	Alvorada do Norte	8.598	7	14.011,96
GO	520082	Amaralina	3.723	3	5.727,66
GO	520085	Americano do Brasil	5.969	7	8.244,28
GO	520090	Amorinópolis	3.447	5	6.848,42
GO	520110	Anápolis	370.875	8	257.593,88
GO	520120	Anhanguera	1.115	4	5.085,19
GO	520130	Anicuns	21.614	9	20.466,11
GO	520140	Aparecida de Goiânia	532.135	6	344.460,60
GO	520145	Aparecida do Rio Doce	2.514	10	8.441,05
GO	520150	Aporé	4.110	7	14.976,93
GO	520160	Araçu	3.753	7	7.528,42
GO	520170	Aragarças	19.736	5	15.542,13
GO	520180	Aragoiânia	9.607	8	17.283,46
GO	520215	Araguapaz	7.841	9	15.553,97
GO	520235	Arenópolis	3.011	9	9.165,13
GO	520250	Aruanã	8.945	7	18.095,41
GO	520260	Aurilândia	3.465	8	8.038,87
GO	520280	Avelinópolis	2.496	6	7.160,04
GO	520310	Baliza	4.562	4	9.556,36
GO	520320	Barro Alto	10.235	7	13.135,75
GO	520330	Bela Vista de Goiás	28.077	9	31.442,60
GO	520340	Bom Jardim de Goiás	8.862	7	15.321,70
GO	520350	Bom Jesus de Goiás	23.632	7	21.248,95
GO	520355	Bonfinópolis	8.876	8	12.550,62
GO	520357	Bonópolis	4.069	7	12.020,38
GO	520360	Brazabrantes	3.565	7	10.292,81
GO	520380	Britânia	5.795	9	12.079,50
GO	520390	Buriti Alegre	9.501	7	12.521,04
GO	520393	Buriti de Goiás	2.589	4	5.384,28
GO	520396	Buritinópolis	3.391	6	7.990,22
GO	520400	Cabeceiras	7.882	7	15.067,67
GO	520410	Cachoeira Alta	11.844	10	16.591,46
GO	520420	Cachoeira de Goiás	1.419	6	8.117,20
GO	520425	Cachoeira Dourada	8.369	11	11.098,70
GO	520430	Caçu	15.065	10	19.492,80
GO	520440	Caiapônia	18.329	8	40.854,25
GO	520450	Caldas Novas	83.220	6	55.882,77
GO	520455	Caldazinha	3.664	5	9.815,43
GO	520460	Campestre de Goiás	3.602	7	8.604,54
GO	520465	Campinaçu	3.741	3	5.915,53
GO	520470	Campinorte	12.198	3	6.060,39
GO	520480	Campo Alegre de Goiás	7.024	5	13.659,07
GO	520485	Campo Limpo de Goiás	7.219	9	8.367,56
GO	520490	Campos Belos	19.665	8	19.447,11
GO	520495	Campos Verdes	3.631	7	8.232,53
GO	520500	Carmo do Rio Verde	9.767	9	10.744,81
GO	520505	Castelândia	3.626	9	7.592,86
GO	520510	Catalão	100.590	10	88.910,31
GO	520520	Caturaí	5.010	8	10.347,35
GO	520530	Cavalcante	9.803	8	30.897,28
GO	520540	Ceres	22.034	10	20.233,99
GO	520545	Cezarina	8.299	8	10.233,72
GO	520547	Chapadão do Céu	8.853	10	17.132,32

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	520549	Cidade Ocidental	65.520	9	53.053,15
GO	520551	Cocalzinho de Goiás	19.352	9	25.858,71
GO	520552	Colinas do Sul	3.540	4	8.272,73
GO	520570	Córrego do Ouro	2.539	8	7.628,04
GO	520580	Corumbá de Goiás	11.024	7	16.901,17
GO	520590	Corumbaíba	9.206	8	15.096,99
GO	520620	Cristalina	54.337	9	65.532,82
GO	520630	Cristianópolis	3.026	8	7.500,81
GO	520640	Crixás	16.795	8	26.128,53
GO	520650	Cromínia	3.611	7	7.706,40
GO	520660	Cumari	2.983	6	8.155,33
GO	520670	Damianópolis	3.387	5	7.540,00
GO	520680	Damolândia	2.919	7	6.868,91
GO	520690	Davinópolis	2.130	6	8.043,36
GO	520710	Diorama	2.546	8	8.546,82
GO	520725	Doverlândia	7.795	10	42.765,26
GO	520735	Edealina	3.811	10	8.320,25
GO	520740	Edéia	12.140	8	15.976,43
GO	520750	Estrela do Norte	3.382	5	6.768,80
GO	520753	Faina	6.975	8	13.998,36
GO	520760	Fazenda Nova	6.125	5	10.864,77
GO	520780	Firminópolis	12.783	7	12.660,43
GO	520790	Flores de Goiás	14.747	4	17.125,22
GO	520800	Formosa	114.036	7	77.658,53
GO	520810	Formoso	4.674	5	8.591,08
GO	520815	Gameleira de Goiás	3.721	8	9.022,07
GO	520830	Divinópolis de Goiás	5.007	5	10.097,21
GO	520840	Goianápolis	11.460	10	18.272,91
GO	520850	Goiandira	5.578	9	8.869,77
GO	520860	Goianésia	66.649	12	54.323,54
GO	520870	Goiânia	1.448.639	9	1.538.591,63
GO	520880	Goianira	40.338	10	43.432,40
GO	520890	Goiás	24.269	7	32.900,41
GO	520910	Goiatuba	34.179	5	20.740,36
GO	520915	Gouvelândia	5.578	9	9.646,07
GO	520920	Guapó	14.462	6	15.634,54
GO	520929	Guaraíta	2.237	5	8.546,84
GO	520940	Guarani de Goiás	4.174	5	9.958,82
GO	520945	Guarinos	2.093	8	7.720,97
GO	520960	Heitoraí	3.744	7	8.202,31
GO	520970	Hidrolândia	20.121	9	26.262,60
GO	520980	Hidrolina	3.889	4	5.717,70
GO	520990	Iaciara	13.551	7	17.582,71
GO	520993	Inaciolândia	6.107	7	9.746,78
GO	520995	Indiara	15.056	5	11.986,40
GO	521000	Inhumas	51.932	7	30.180,79
GO	521010	Ipameri	26.563	11	32.947,84
GO	521015	Ipiranga de Goiás	2.944	8	7.363,15
GO	521020	Iporá	32.218	10	27.224,90
GO	521030	Israelândia	2.916	4	5.624,59
GO	521040	Itaberaí	40.259	9	32.733,55
GO	521056	Itaguari	4.717	7	7.456,10
GO	521060	Itaguaru	5.472	6	7.970,08
GO	521080	Itajá	4.918	9	13.605,42
GO	521090	Itapaci	21.323	8	18.689,09
GO	521100	Itapirapuã	6.541	6	16.361,84
GO	521120	Itapuranga	26.612	10	23.947,94
GO	521130	Itarumã	6.927	8	18.419,06
GO	521140	Itauçu	8.988	5	9.401,68
GO	521150	Itumbiara	101.544	5	41.526,32
GO	521160	Ivolândia	2.577	7	9.566,84
GO	521170	Jandaia	6.263	9	10.472,70
GO	521180	Jaraguá	47.513	7	36.006,98
GO	521190	Jataí	97.077	11	97.475,78
GO	521200	Jaupaci	3.014	6	8.527,56
GO	521205	Jesúpolis	2.460	6	7.038,65
GO	521210	Joviânia	7.445	7	10.058,56
GO	521220	Jussara	19.292	8	27.502,42
GO	521225	Lagoa Santa	1.463	5	7.832,34
GO	521230	Leopoldo de Bulhões	7.758	7	10.829,39
GO	521250	Luziânia	196.864	7	129.677,73
GO	521260	Mairipotaba	2.432	8	7.862,79
GO	521270	Mambaí	8.106	5	11.034,13
GO	521280	Mara Rosa	10.320	7	15.729,55
GO	521290	Marzagão	2.212	5	6.873,49
GO	521295	Matrinchã	4.495	4	7.273,37
GO	521300	Maurilândia	13.170	8	12.647,81
GO	521305	Mimoso de Goiás	2.708	5	11.268,92
GO	521308	Minaçu	30.862	7	31.384,76
GO	521310	Mineiros	61.623	9	73.189,44
GO	521340	Moiporá	1.684	7	7.655,25
GO	521350	Monte Alegre de Goiás	8.392	6	19.945,87
GO	521370	Montes Claros de Goiás	8.230	10	17.050,76
GO	521375	Montividiu	12.337	7	17.059,15
GO	521377	Montividiu do Norte	4.417	1	1.235,00
GO	521380	Morrinhos	45.000	9	39.304,70
GO	521385	Morro Agudo de Goiás	2.360	9	7.672,12
GO	521390	Mossâmedes	4.758	7	8.915,25
GO	521400	Mozarlândia	14.941	9	17.715,97
GO	521405	Mundo Novo	5.786	7	16.346,96
GO	521410	Mutunópolis	3.911	5	8.153,93
GO	521440	Nazário	8.747	7	9.984,13
GO	521450	Nerópolis	27.812	9	31.760,74
GO	521460	Niquelândia	45.582	7	53.225,72
GO	521470	Nova América	2.366	6	7.372,14
GO	521480	Nova Aurora	2.194	8	7.707,12
GO	521483	Nova Crixás	12.732	10	33.396,86
GO	521486	Nova Glória	8.548	9	10.882,55
GO	521487	Nova Iguaçu de Goiás	2.953	6	8.351,85
GO	521490	Nova Roma	3.453	6	12.920,69
GO	521500	Nova Veneza	9.249	6	13.237,27
GO	521520	Novo Brasil	3.291	3	4.039,31
GO	521523	Novo Gama	108.410	7	62.926,53
GO	521525	Novo Planalto	4.343	5	9.661,49
GO	521530	Orizona	15.364	6	17.011,73
GO	521540	Ouro Verde de Goiás	3.993	8	7.140,83
GO	521550	Ouvidor	6.242	7	8.987,29
GO	521560	Padre Bernardo	31.646	8	35.674,63
GO	521565	Palestina de Goiás	3.507	7	10.088,31
GO	521570	Palmeiras de Goiás	26.855	10	23.255,34
GO	521580	Palmelo	2.420	5	6.413,95
GO	521590	Palminópolis	3.664	6	7.938,96
GO	521600	Panamá	2.717	8	7.915,26
GO	521630	Paranaiguara	9.841	7	13.975,65
GO	521640	Paraúna	11.210	10	22.046,68
GO	521645	Perolândia	3.121	7	11.351,62
GO	521680	Petrolina de Goiás	10.548	9	13.024,05
GO	521690	Pilar de Goiás	2.571	7	8.419,83
GO	521710	Piracanjuba	24.830	8	26.209,47
GO	521720	Piranhas	11.092	8	17.159,73
GO	521730	Pirenópolis	24.604	5	21.189,87
GO	521740	Pires do Rio	30.930	8	26.474,58
GO	521760	Planaltina	88.178	9	90.675,60
GO	521770	Pontalina	17.933	5	14.493,06
GO	521800	Porangatu	45.055	8	51.206,56
GO	521805	Porteirão	3.715	8	9.094,12
GO	521810	Portelândia	4.030	5	8.346,43
GO	521830	Posse	35.128	7	30.066,09
GO	521839	Professor Jamil	3.369	5	6.947,01
GO	521850	Quirinópolis	47.950	8	48.124,55
GO	521860	Rialma	11.003	6	10.800,43
GO	521870	Rianápolis	4.808	7	7.554,61
GO	521878	Rio Quente	4.014	7	9.250,14
GO	521880	Rio Verde	212.237	6	105.442,28
GO	521890	Rubiataba	19.914	10	18.494,97
GO	521900	Sanclerlândia	7.791	9	10.320,21
GO	521910	Santa Bárbara de Goiás	6.327	8	8.469,18
GO	521920	Santa Cruz de Goiás	3.071	3	4.978,20
GO	521925	Santa Fé de Goiás	5.253	8	10.838,35
GO	521930	Santa Helena de Goiás	38.563	10	31.700,23
GO	521935	Santa Isabel	3.847	5	8.074,03
GO	521940	Santa Rita do Araguaia	8.069	4	9.044,78
GO	521945	Santa Rita do Novo Destino	3.345	7	9.561,85
GO	521950	Santa Rosa de Goiás	2.673	6	6.940,32
GO	521960	Santa Tereza de Goiás	3.761	7	8.803,23
GO	521970	Santa Terezinha de Goiás	9.747	6	13.111,34
GO	521971	Santo Antônio da Barra	4.747	8	8.499,99
GO	521973	Santo Antônio de Goiás	5.659	6	15.853,39
GO	521975	Santo Antônio do Descoberto	70.950	7	53.737,81
GO	521980	São Domingos	12.448	6	21.140,42
GO	521990	São Francisco de Goiás	6.354	8	8.746,26
GO	522000	São João d'Aliança	12.360	8	14.904,75
GO	522005	São João da Paraúna	1.571	9	14.272,30
GO	522010	São Luís de Montes Belos	32.808	9	26.837,57
GO	522015	São Luiz do Norte	5.026	6	9.255,21
GO	522020	São Miguel do Araguaia	22.706	5	30.817,90
GO	522026	São Miguel do Passa Quatro	4.013	7	8.890,15
GO	522028	São Patrício	2.066	6	7.746,86
GO	522040	São Simão	19.407	11	21.948,19
GO	522045	Senador Canedo	102.947	9	99.363,33
GO	522050	Serranópolis	8.236	7	24.212,83
GO	522060	Silvânia	20.357	10	23.377,33
GO	522068	Simolândia	6.863	6	10.015,59
GO	522070	Sítio d'Abadia	2.984	6	11.599,99
GO	522100	Taquaral de Goiás	3.625	6	7.237,29
GO	522108	Teresina de Goiás	3.327	4	24.203,34
GO	522119	Terezópolis de Goiás	7.513	8	12.231,55
GO	522130	Três Ranchos	2.899	4	5.307,28
GO	522140	Trindade	119.385	10	122.739,43
GO	522145	Trombas	3.567	4	6.150,77
GO	522150	Turvânia	4.837	9	8.441,21
GO	522155	Turvelândia	4.978	8	10.417,93
GO	522157	Uirapuru	2.967	5	8.691,17
GO	522160	Uruaçu	39.787	10	37.630,52
GO	522170	Uruana	14.193	9	14.297,86
GO	522180	Urutaí	3.154	9	8.797,49
GO	522185	Valparaíso de Goiás	156.419	7	89.640,32
GO	522190	Varjão	3.842	4	5.829,38
GO	522200	Vianópolis	13.567	7	15.345,79
GO	522205	Vicentinópolis	8.286	7	11.714,52
GO	522220	Vila Boa	5.615	5	13.939,16
GO	522230	Vila Propício	5.635	4	10.230,26
MA	210005	Açailândia	110.543	10	194.957,46
MA	210010	Afonso Cunha	6.421	9	9.978,78
MA	210015	Água Doce do Maranhão	12.360	4	9.573,32
MA	210020	Alcântara	21.667	0	0
MA	210030	Aldeias Altas	26.115	3	10.698,26
MA	210040	Altamira do Maranhão	10.210	2	4.535,62
MA	210043	Alto Alegre do Maranhão	26.619	6	33.102,50
MA	210047	Alto Alegre do Pindaré	31.303	7	41.888,81
MA	210050	Alto Parnaíba	10.979	5	18.001,39
MA	210055	Amapá do Maranhão	6.844	5	11.470,03
MA	210060	Amarante do Maranhão	40.756	9	59.556,57
MA	210070	Anajatuba	27.125	10	40.340,68
MA	210080	Anapurus	15.499	2	4.179,99
MA	210083	Apicum-Açu	18.169	6	25.704,73
MA	210087	Araguanã	15.182	3	10.128,52
MA	210090	Araioses	45.680	6	48.033,39
MA	210095	Arame	32.083	4	23.350,16
MA	210100	Arari	29.297	10	42.140,18
MA	210110	Axixá	11.915	7	20.152,95
MA	210120	Bacabal	103.020	3	48.716,48
MA	210125	Bacabeira	16.812	6	21.780,71
MA	210130	Bacuri	17.388	3	10.963,35
MA	210135	Bacurituba	5.544	3	5.032,91
MA	210140	Balsas	93.511	9	117.022,88
MA	210150	Barão de Grajaú	18.496	9	27.074,56
MA	210160	Barra do Corda	86.662	8	138.966,78
MA	210170	Barreirinhas	61.621	8	49.861,50
MA	210173	Belágua	7.350	3	5.407,38
MA	210177	Bela Vista do Maranhão	11.020	9	20.053,10
MA	210180	Benedito Leite	5.524	5	9.920,64
MA	210190	Bequimão	20.867	5	22.867,78
MA	210193	Bernardo do Mearim	5.938	3	5.982,36
MA	210197	Boa Vista do Gurupi	9.164	3	7.321,88
MA	210200	Bom Jardim	40.898	6	46.208,67

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	210203	Bom Jesus das Selvas	33.615	7	41.507,06
MA	210207	Bom Lugar	16.041	3	9.708,32
MA	210210	Brejo	35.799	4	18.808,13
MA	210215	Brejo de Areia	10.444	4	12.100,71
MA	210220	Buriti	28.170	3	12.699,43
MA	210230	Buriti Bravo	23.437	8	35.743,34
MA	210232	Buriticupu	71.227	9	93.581,83
MA	210235	Buritirana	15.142	6	21.805,10
MA	210237	Cachoeira Grande	8.878	4	12.145,20
MA	210240	Cajapió	10.975	4	7.632,51
MA	210250	Cajari	19.030	5	21.092,35
MA	210255	Campestre do Maranhão	14.127	5	15.669,94
MA	210260	Cândido Mendes	19.827	3	12.465,39
MA	210270	Cantanhede	21.617	7	41.642,95
MA	210275	Capinzal do Norte	10.716	2	4.406,04
MA	210280	Carolina	23.833	9	48.413,27
MA	210290	Carutapera	23.404	3	17.566,12
MA	210300	Caxias	161.926	8	163.715,19
MA	210310	Cedral	10.473	7	17.304,90
MA	210312	Central do Maranhão	8.534	3	7.442,70
MA	210315	Centro do Guilherme	13.295	6	18.782,80
MA	210317	Centro Novo do Maranhão	21.300	5	26.329,23
MA	210320	Chapadinha	78.348	8	82.533,56
MA	210325	Cidelândia	14.446	4	12.277,87
MA	210330	Codó	120.548	7	163.439,66
MA	210340	Coelho Neto	48.546	7	45.266,17
MA	210350	Colinas	40.427	7	58.813,06
MA	210355	Conceição do Lago-Açu	15.995	5	26.083,13
MA	210360	Coroatá	64.123	9	127.895,16
MA	210370	Cururupu	30.805	5	33.959,57
MA	210375	Davinópolis	12.656	8	20.073,12
MA	210380	Dom Pedro	22.897	5	21.794,15
MA	210390	Duque Bacelar	11.148	7	20.364,07
MA	210400	Esperantinópolis	16.833	5	24.368,22
MA	210405	Estreito	41.397	9	83.841,47
MA	210407	Feira Nova do Maranhão	8.347	2	4.992,53
MA	210408	Fernando Falcão	10.204	7	16.992,77
MA	210409	Formosa da Serra Negra	18.793	6	28.756,51
MA	210410	Fortaleza dos Nogueiras	12.390	8	20.739,33
MA	210420	Fortuna	15.251	4	13.955,22
MA	210430	Godofredo Viana	11.654	2	5.236,52
MA	210440	Gonçalves Dias	17.583	6	20.092,80
MA	210450	Governador Archer	10.648	8	17.122,34
MA	210455	Governador Edison Lobão	18.042	8	26.794,88
MA	210460	Governador Eugênio Barros	16.522	5	15.674,34
MA	210462	Governador Luiz Rocha	7.668	1	968,5
MA	210465	Governador Newton Bello	9.965	4	13.234,73
MA	210467	Governador Nunes Freire	25.052	1	4.615,01
MA	210470	Graça Aranha	6.138	3	3.905,89
MA	210480	Grajaú	68.458	5	56.556,92
MA	210490	Guimarães	11.776	5	15.923,54
MA	210500	Humberto de Campos	28.252	4	25.495,67
MA	210510	Icatu	26.651	4	20.735,45
MA	210515	Igarapé do Meio	13.968	5	16.281,55
MA	210520	Igarapé Grande	11.718	3	5.907,02
MA	210530	Imperatriz	253.873	10	416.957,30
MA	210535	Itaipava do Grajaú	15.817	7	32.909,74
MA	210540	Itapecuru Mirim	67.104	12	130.082,49
MA	210542	Itinga do Maranhão	25.518	7	40.398,92
MA	210545	Jatobá	10.027	5	14.231,49
MA	210547	Jenipapo dos Vieiras	16.226	3	12.287,82
MA	210550	João Lisboa	23.133	6	32.321,74
MA	210560	Joselândia	15.861	4	13.271,17
MA	210565	Junco do Maranhão	3.330	4	6.870,03
MA	210570	Lago da Pedra	49.440	6	71.305,15
MA	210580	Lago do Junco	10.638	5	14.331,06
MA	210590	Lago Verde	15.962	3	10.512,42
MA	210592	Lagoa do Mato	11.034	10	14.100,42
MA	210594	Lago dos Rodrigues	8.689	5	16.145,60
MA	210596	Lagoa Grande do Maranhão	11.202	5	12.212,96
MA	210598	Lajeado Novo	7.427	6	9.345,93
MA	210600	Lima Campos	11.670	8	18.821,29
MA	210610	Loreto	11.943	7	23.260,43
MA	210620	Luís Domingues	6.829	3	6.356,99
MA	210630	Magalhães de Almeida	19.532	2	8.621,10
MA	210632	Maracaçumé	21.063	2	7.653,34
MA	210635	Marajá do Sena	7.630	3	5.543,76
MA	210637	Maranhãozinho	16.062	4	13.370,02
MA	210640	Mata Roma	16.567	3	11.427,78
MA	210650	Matinha	22.962	7	35.119,11
MA	210660	Matões	33.188	5	19.606,74
MA	210663	Matões do Norte	16.552	6	22.420,34
MA	210667	Milagres do Maranhão	8.306	5	10.456,50
MA	210670	Mirador	20.605	3	18.482,46
MA	210675	Miranda do Norte	27.999	3	20.824,21
MA	210680	Mirinzal	14.690	4	12.452,37
MA	210690	Monção	32.884	5	31.132,33
MA	210700	Montes Altos	8.955	6	21.771,73
MA	210710	Morros	19.116	4	20.067,21
MA	210720	Nina Rodrigues	14.259	7	17.092,68
MA	210725	Nova Colinas	5.298	6	10.822,58
MA	210730	Nova Iorque	4.589	5	8.855,78
MA	210735	Nova Olinda do Maranhão	20.588	4	17.663,23
MA	210740	Olho d'Água das Cunhãs	19.145	2	7.070,02
MA	210745	Olinda Nova do Maranhão	14.474	6	20.111,70
MA	210750	Paço do Lumiar	119.915	7	148.654,85
MA	210760	Palmeirândia	19.359	4	15.700,95
MA	210770	Paraibano	21.008	7	30.612,33
MA	210780	Parnarama	34.265	7	28.100,79
MA	210790	Passagem Franca	18.699	7	21.088,48
MA	210800	Pastos Bons	19.140	7	24.128,73
MA	210805	Paulino Neves	15.779	7	18.443,33
MA	210810	Paulo Ramos	20.635	3	9.554,49
MA	210820	Pedreiras	38.433	6	60.808,65
MA	210825	Pedro do Rosário	24.748	3	14.933,86
MA	210830	Penalva	37.833	7	42.582,47
MA	210840	Peri Mirim	14.048	5	16.375,01
MA	210845	Peritoró	22.818	8	45.295,54
MA	210850	Pindaré-Mirim	32.348	6	40.851,93
MA	210860	Pinheiro	81.924	5	73.702,69
MA	210870	Pio XII	21.007	5	26.670,36
MA	210880	Pirapemas	18.302	8	27.187,69
MA	210890	Poção de Pedras	17.384	5	30.248,91
MA	210900	Porto Franco	23.511	9	29.518,61
MA	210905	Porto Rico do Maranhão	5.847	6	11.589,67
MA	210910	Presidente Dutra	46.970	8	89.999,72
MA	210920	Presidente Juscelino	12.532	4	8.660,00
MA	210923	Presidente Médici	6.902	4	8.984,74
MA	210927	Presidente Sarney	18.615	2	6.888,01
MA	210930	Presidente Vargas	11.391	6	16.625,10
MA	210940	Primeira Cruz	15.068	5	22.701,40
MA	210945	Raposa	30.304	6	48.881,78
MA	210950	Riachão	19.771	8	33.510,07
MA	210955	Ribamar Fiquene	7.652	8	13.749,05
MA	210960	Rosário	42.016	7	53.204,69
MA	210970	Sambaíba	5.561	3	6.543,06
MA	210975	Santa Filomena do Maranhão	7.645	3	5.554,83
MA	210980	Santa Helena	41.466	3	21.122,04
MA	210990	Santa Inês	83.759	9	105.712,26
MA	211000	Santa Luzia	71.329	4	50.606,11
MA	211003	Santa Luzia do Paruá	24.810	4	24.288,13
MA	211010	Santa Quitéria do Maranhão	25.192	9	32.878,81
MA	211020	Santa Rita	36.556	4	26.029,54
MA	211023	Santana do Maranhão	13.199	6	14.519,07
MA	211027	Santo Amaro do Maranhão	15.623	4	11.242,18
MA	211030	Santo Antônio dos Lopes	14.237	4	12.181,21
MA	211040	São Benedito do Rio Preto	18.319	7	22.777,26
MA	211050	São Bento	45.560	5	41.346,51
MA	211060	São Bernardo	28.020	8	29.550,19
MA	211065	São Domingos do Azeitão	7.259	5	11.923,50
MA	211070	São Domingos do Maranhão	33.699	3	17.132,30
MA	211080	São Félix de Balsas	4.484	5	10.697,28
MA	211085	São Francisco do Brejão	11.633	5	15.689,71
MA	211090	São Francisco do Maranhão	11.971	4	11.113,45
MA	211100	São João Batista	20.272	7	29.722,84
MA	211102	São João do Carú	15.483	7	23.845,12
MA	211105	São João do Paraíso	10.963	4	9.859,01
MA	211107	São João do Soter	18.225	5	21.856,09
MA	211110	São João dos Patos	25.448	11	47.500,96
MA	211120	São José de Ribamar	176.008	6	209.169,19
MA	211125	São José dos Basílios	7.489	5	9.778,44
MA	211130	São Luís	1.082.935	5	1.019.161,66
MA	211140	São Luís Gonzaga do Maranhão	18.421	5	16.550,04
MA	211150	São Mateus do Maranhão	40.791	7	46.376,08
MA	211153	São Pedro da Água Branca	12.461	8	19.821,46
MA	211157	São Pedro dos Crentes	4.583	6	7.420,64
MA	211160	São Raimundo das Mangabeiras	18.548	10	31.609,13
MA	211163	São Raimundo do Doca Bezerra	5.082	4	8.616,36
MA	211167	São Roberto	6.620	7	14.614,74
MA	211170	São Vicente Ferrer	20.800	2	7.869,75
MA	211172	Satubinha	13.727	4	11.183,86
MA	211174	Senador Alexandre Costa	10.955	3	7.169,59
MA	211176	Senador La Rocque	13.975	7	22.341,91
MA	211178	Serrano do Maranhão	10.953	4	9.848,13
MA	211180	Sítio Novo	17.760	13	26.511,71
MA	211190	Sucupira do Norte	10.425	5	12.954,30
MA	211195	Sucupira do Riachão	5.556	4	6.380,49
MA	211200	Tasso Fragoso	8.382	5	15.086,26
MA	211210	Timbiras	28.575	4	31.015,01
MA	211220	Timon	166.295	7	109.034,46
MA	211223	Trizidela do Vale	21.028	6	31.648,71
MA	211227	Tufilândia	5.731	6	15.349,05
MA	211230	Tuntum	41.102	6	41.497,50
MA	211240	Turiaçu	34.949	5	35.333,14
MA	211245	Turilândia	25.232	4	19.704,69
MA	211250	Tutóia	57.955	5	50.280,83
MA	211260	Urbano Santos	32.629	10	34.647,71
MA	211270	Vargem Grande	55.710	8	91.347,71
MA	211280	Viana	51.503	8	84.256,57
MA	211285	Vila Nova dos Martírios	13.227	10	21.204,21
MA	211290	Vitória do Mearim	32.161	7	45.747,53
MA	211300	Vitorino Freire	30.897	3	20.103,10
MA	211400	Zé Doca	50.806	10	80.267,65
MG	310010	Abadia dos Dourados	7.037	6	6.734,40
MG	310020	Abaeté	23.574	6	20.334,24
MG	310030	Abre Campo	13.726	5	9.877,68
MG	310040	Acaiaca	4.061	6	3.893,76
MG	310050	Açucena	10.066	9	9.885,12
MG	310060	Água Boa	14.524	6	12.989,38
MG	310070	Água Comprida	2.061	6	1.987,20
MG	310080	Aguanil	4.406	6	4.195,20
MG	310090	Águas Formosas	19.363	7	18.534,72
MG	310100	Águas Vermelhas	13.513	4	7.100,02
MG	310110	Aimorés	25.703	5	18.499,68
MG	310120	Aiuruoca	6.224	10	6.023,04
MG	310130	Alagoa	2.756	3	1.328,64
MG	310140	Albertina	3.040	7	2.911,68
MG	310150	Além Paraíba	35.795	7	32.148,00
MG	310160	Alfenas	79.222	7	52.894,46
MG	310163	Alfredo Vasconcelos	6.709	5	5.736,10
MG	310170	Almenara	41.552	6	31.715,33
MG	310180	Alpercata	7.497	8	7.178,88
MG	310190	Alpinópolis	19.741	2	4.711,20
MG	310200	Alterosa	14.494	5	10.392,48
MG	310205	Alto Caparaó	5.748	4	3.831,74
MG	310210	Alto Rio Doce	11.792	4	6.399,36
MG	310220	Alvarenga	4.245	7	4.219,20
MG	310230	Alvinópolis	15.609	5	11.262,24
MG	310240	Alvorada de Minas	3.669	5	3.167,42
MG	310250	Amparo do Serra	4.947	5	4.339,87
MG	310260	Andradas	40.407	7	34.639,49
MG	310270	Cachoeira de Pajeú	9.445	4	6.323,52
MG	310280	Andrelândia	12.507	5	9.005,04
MG	310285	Angelândia	8.502	4	5.685,12

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	310290	Antônio Carlos	11.584	4	6.103,68
MG	310300	Antônio Dias	9.660	8	9.348,48
MG	310310	Antônio Prado de Minas	1.670	4	1.137,02
MG	310320	Araçaí	2.361	6	2.257,92
MG	310330	Aracitaba	2.112	6	2.028,48
MG	310340	Araçuaí	37.317	10	35.779,20
MG	310350	Araguari	116.871	7	87.897,85
MG	310360	Arantina	2.877	3	1.386,24
MG	310370	Araponga	8.523	6	8.160,96
MG	310375	Araporã	6.717	6	6.390,72
MG	310380	Arapuá	2.879	6	2.760,00
MG	310390	Araújos	8.885	3	4.208,64
MG	310400	Araxá	103.287	9	88.333,63
MG	310410	Arceburgo	10.478	8	9.958,08
MG	310420	Arcos	39.537	11	37.836,04
MG	310430	Areado	14.851	6	12.735,36
MG	310440	Argirita	2.874	8	2.807,04
MG	310445	Aricanduva	5.156	2	1.473,98
MG	310450	Arinos	18.232	7	17.492,16
MG	310460	Astolfo Dutra	14.030	8	13.379,52
MG	310470	Ataléia	13.897	7	13.770,24
MG	310480	Augusto de Lima	5.032	8	4.859,52
MG	310490	Baependi	19.252	7	18.418,56
MG	310500	Baldim	8.061	7	9.064,16
MG	310510	Bambuí	23.936	8	22.896,00
MG	310520	Bandeira	5.001	6	4.856,64
MG	310530	Bandeira do Sul	5.708	7	5.447,04
MG	310540	Barão de Cocais	31.628	4	15.009,60
MG	310550	Barão de Monte Alto	5.676	6	5.539,20
MG	310560	Barbacena	135.829	7	102.002,54
MG	310570	Barra Longa	5.710	4	4.025,95
MG	310590	Barroso	20.790	3	7.946,11
MG	310600	Bela Vista de Minas	10.399	6	8.969,18
MG	310610	Belmiro Braga	3.502	5	3.024,86
MG	310620	Belo Horizonte	2.513.451	7	2.892.555,48
MG	310630	Belo Oriente	25.895	5	18.445,68
MG	310640	Belo Vale	7.829	6	7.503,36
MG	310650	Berilo	12.394	5	9.005,76
MG	310660	Bertópolis	4.671	5	4.029,70
MG	310665	Berizal	4.691	5	4.027,10
MG	310670	Betim	422.354	7	387.928,59
MG	310680	Bias Fortes	3.648	4	2.530,08
MG	310690	Bicas	14.481	7	13.836,48
MG	310700	Biquinhas	2.630	3	1.278,72
MG	310710	Boa Esperança	40.412	6	30.940,42
MG	310720	Bocaina de Minas	5.180	5	4.470,34
MG	310730	Bocaiúva	49.891	8	47.616,00
MG	310740	Bom Despacho	49.650	5	30.723,26
MG	310750	Bom Jardim de Minas	6.648	7	6.396,48
MG	310760	Bom Jesus da Penha	4.177	6	3.984,00
MG	310770	Bom Jesus do Amparo	5.972	5	5.117,47
MG	310780	Bom Jesus do Galho	15.500	3	6.003,07
MG	310790	Bom Repouso	10.771	8	10.336,32
MG	310800	Bom Sucesso	17.883	9	17.143,68
MG	310810	Bonfim	7.018	4	5.500,54
MG	310820	Bonfinópolis de Minas	5.797	2	1.700,35
MG	310825	Bonito de Minas	10.797	6	9.218,02
MG	310830	Borda da Mata	18.873	7	17.934,72
MG	310840	Botelhos	15.323	7	14.712,96
MG	310850	Botumirim	6.557	2	1.904,26
MG	310855	Brasilândia de Minas	15.921	9	15.097,92
MG	310860	Brasília de Minas	32.650	7	28.135,30
MG	310870	Brás Pires	4.577	7	4.477,44
MG	310880	Braúnas	5.024	6	4.887,36
MG	310890	Brazópolis	14.911	10	14.382,72
MG	310900	Brumadinho	38.373	9	42.399,84
MG	310910	Bueno Brandão	11.228	9	10.774,08
MG	310920	Buenópolis	10.592	9	10.165,44
MG	310925	Bugre	4.140	6	3.968,64
MG	310930	Buritis	24.524	7	23.376,96
MG	310940	Buritizeiro	28.251	8	27.036,48
MG	310945	Cabeceira Grande	6.901	6	6.586,56
MG	310950	Cabo Verde	14.314	8	13.726,08
MG	310960	Cachoeira da Prata	3.716	7	3.584,64
MG	310970	Cachoeira de Minas	11.607	9	11.104,32
MG	310980	Cachoeira Dourada	2.676	8	2.554,56
MG	310990	Caetanópolis	11.287	8	10.723,20
MG	311000	Caeté	44.066	4	24.493,84
MG	311010	Caiana	5.398	4	3.597,89
MG	311020	Cajuri	4.114	6	3.969,60
MG	311030	Caldas	14.464	4	7.601,09
MG	311040	Camacho	3.086	8	3.031,68
MG	311050	Camanducaia	22.007	9	21.076,80
MG	311060	Cambuí	28.924	6	24.770,02
MG	311070	Cambuquira	13.040	4	6.877,73
MG	311080	Campanário	3.745	9	3.583,68
MG	311090	Campanha	16.532	6	14.196,38
MG	311100	Campestre	21.417	10	20.536,32
MG	311110	Campina Verde	20.052	6	17.299,01
MG	311115	Campo Azul	3.853	6	3.689,28
MG	311120	Campo Belo	54.272	10	51.912,96
MG	311130	Campo do Meio	11.867	1	1.138,18
MG	311140	Campo Florido	7.783	7	7.368,00
MG	311150	Campos Altos	15.289	9	14.578,56
MG	311160	Campos Gerais	28.970	4	15.248,11
MG	311170	Canaã	4.706	5	4.085,86
MG	311180	Canápolis	12.062	9	11.524,80
MG	311190	Cana Verde	5.736	4	3.856,61
MG	311200	Candeias	15.128	6	13.053,31
MG	311205	Cantagalo	4.491	6	4.285,44
MG	311210	Caparaó	5.472	4	3.665,09
MG	311220	Capela Nova	4.815	6	4.654,08
MG	311230	Capelinha	37.606	5	23.293,92
MG	311240	Capetinga	7.168	5	6.239,81
MG	311250	Capim Branco	9.609	7	10.681,44
MG	311260	Capinópolis	16.183	9	15.467,52
MG	311265	Capitão Andrade	5.362	5	4.593,89
MG	311270	Capitão Enéas	15.157	5	10.853,28
MG	311280	Capitólio	8.648	7	8.267,52
MG	311290	Caputira	9.412	5	8.114,69
MG	311300	Caraí	23.679	5	16.971,12
MG	311310	Caranaíba	3.309	3	1.603,68
MG	311320	Carandaí	25.214	6	21.638,02
MG	311330	Carangola	33.513	6	25.699,58
MG	311340	Caratinga	91.342	9	87.150,72
MG	311350	Carbonita	9.526	6	9.126,72
MG	311360	Careaçu	6.721	7	6.416,64
MG	311370	Carlos Chagas	19.857	9	19.405,44
MG	311380	Carmésia	2.615	4	1.747,20
MG	311390	Carmo da Cachoeira	12.326	2	2.952,48
MG	311400	Carmo da Mata	11.518	4	6.058,80
MG	311410	Carmo de Minas	14.736	7	14.059,20
MG	311420	Carmo do Cajuru	21.941	7	20.865,60
MG	311430	Carmo do Paranaíba	30.823	8	29.550,72
MG	311440	Carmo do Rio Claro	21.400	8	20.484,48
MG	311450	Carmópolis de Minas	18.812	5	13.405,68
MG	311455	Carneirinho	10.030	5	7.189,20
MG	311460	Carrancas	4.103	4	2.752,51
MG	311470	Carvalhópolis	3.563	8	3.402,24
MG	311480	Carvalhos	4.625	6	4.464,96
MG	311490	Casa Grande	2.309	3	1.107,84
MG	311500	Cascalho Rico	3.055	7	2.915,52
MG	311510	Cássia	18.036	9	17.293,44
MG	311520	Conceição da Barra de Minas	4.052	5	3.505,25
MG	311530	Cataguases	74.609	7	49.842,91
MG	311535	Catas Altas	5.274	3	2.510,40
MG	311540	Catas Altas da Noruega	3.652	3	1.746,24
MG	311545	Catuji	6.646	6	6.490,56
MG	311547	Catuti	5.163	6	4.992,00
MG	311550	Caxambu	22.219	6	19.230,05
MG	311560	Cedro do Abaeté	1.213	7	1.177,92
MG	311570	Central de Minas	7.092	6	6.789,12
MG	311580	Centralina	10.613	7	10.179,84
MG	311590	Chácara	3.072	2	876,1
MG	311600	Chalé	5.820	7	5.584,32
MG	311610	Chapada do Norte	15.666	6	13.527,65
MG	311615	Chapada Gaúcha	12.739	5	8.996,40
MG	311620	Chiador	2.798	3	1.356,96
MG	311630	Cipotânea	6.850	3	3.279,36
MG	311640	Claraval	4.824	6	4.608,96
MG	311650	Claro dos Poções	7.840	8	7.592,64
MG	311660	Cláudio	28.063	5	20.035,44
MG	311670	Coimbra	7.520	4	5.026,56
MG	311680	Coluna	9.162	5	7.960,03
MG	311690	Comendador Gomes	3.127	4	2.093,95
MG	311700	Comercinho	7.714	4	5.439,17
MG	311710	Conceição da Aparecida	10.339	8	9.889,92
MG	311720	Conceição das Pedras	2.854	4	1.914,53
MG	311730	Conceição das Alagoas	26.428	8	24.977,28
MG	311740	Conceição de Ipanema	4.636	4	3.109,34
MG	311750	Conceição do Mato Dentro	18.160	6	15.787,87
MG	311760	Conceição do Pará	5.488	6	5.241,60
MG	311770	Conceição do Rio Verde	13.672	6	11.765,09
MG	311780	Conceição dos Ouros	11.367	9	10.811,52
MG	311783	Cônego Marinho	7.611	5	6.535,30
MG	311787	Confins	6.545	6	7.255,36
MG	311790	Congonhal	11.588	6	9.904,90
MG	311800	Congonhas	53.348	7	35.499,74
MG	311810	Congonhas do Norte	5.128	4	3.439,30
MG	311820	Conquista	6.928	7	6.619,20
MG	311830	Conselheiro Lafaiete	126.420	5	67.727,34
MG	311840	Conselheiro Pena	23.192	7	22.215,36
MG	311850	Consolação	1.807	6	1.731,84
MG	311860	Contagem	653.800	3	221.877,97
MG	311870	Coqueiral	9.446	8	9.112,32
MG	311880	Coração de Jesus	27.014	6	23.305,54
MG	311890	Cordisburgo	9.014	5	7.774,27
MG	311900	Cordislândia	3.580	5	3.087,07
MG	311910	Corinto	24.407	7	23.504,64
MG	311920	Coroaci	10.365	8	10.034,88
MG	311930	Coromandel	28.483	8	27.317,76
MG	311940	Coronel Fabriciano	109.857	8	103.938,60
MG	311950	Coronel Murta	9.405	6	9.024,00
MG	311960	Coronel Pacheco	3.117	6	2.985,60
MG	311970	Coronel Xavier Chaves	3.461	5	2.981,66
MG	311980	Córrego Danta	3.374	7	3.288,96
MG	311990	Córrego do Bom Jesus	3.807	7	3.666,24
MG	311995	Córrego Fundo	6.252	5	5.362,85
MG	312000	Córrego Novo	3.000	3	1.488,00
MG	312010	Couto de Magalhães de Minas	4.428	7	4.235,52
MG	312015	Crisólita	6.579	5	5.637,60
MG	312020	Cristais	12.444	5	8.868,24
MG	312030	Cristália	6.026	4	4.038,72
MG	312040	Cristiano Otoni	5.215	2	1.498,75
MG	312050	Cristina	10.483	9	10.066,56
MG	312060	Crucilândia	5.036	6	4.813,44
MG	312070	Cruzeiro da Fortaleza	4.158	7	3.974,40
MG	312080	Cruzília	15.435	6	13.278,82
MG	312083	Cuparaque	4.972	4	3.324,38
MG	312087	Curral de Dentro	7.559	8	7.191,36
MG	312090	Curvelo	79.401	9	75.744,00
MG	312100	Datas	5.457	4	3.656,35
MG	312110	Delfim Moreira	8.203	5	7.085,66
MG	312120	Delfinópolis	7.165	5	6.171,55
MG	312125	Delta	9.707	7	9.119,04
MG	312130	Descoberto	5.029	2	1.442,88
MG	312140	Desterro de Entre Rios	7.317	6	7.006,08
MG	312150	Desterro do Melo	3.026	8	2.937,60
MG	312160	Diamantina	48.095	7	41.430,53
MG	312170	Diogo de Vasconcelos	3.918	4	2.644,32
MG	312180	Dionísio	8.373	4	5.817,50
MG	312190	Divinésia	3.446	8	3.299,52
MG	312200	Divino	20.074	6	17.290,37
MG	312210	Divino das Laranjeiras	5.084	8	4.878,72
MG	312220	Divinolândia de Minas	7.517	9	7.173,12
MG	312230	Divinópolis	232.945	9	224.384,26

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	312235	Divisa Alegre	6.553	6	6.218,88
MG	312240	Divisa Nova	6.050	7	5.789,76
MG	312245	Divisópolis	10.382	4	5.390,35
MG	312247	Dom Bosco	3.830	5	3.345,41
MG	312250	Dom Cavati	5.260	6	5.090,88
MG	312260	Dom Joaquim	4.609	6	4.446,72
MG	312270	Dom Silvério	5.349	7	5.134,08
MG	312280	Dom Viçoso	3.073	5	2.655,94
MG	312290	Dona Eusébia	6.483	8	6.177,60
MG	312300	Dores de Campos	10.026	5	7.168,32
MG	312310	Dores de Guanhães	5.322	5	4.616,35
MG	312320	Dores do Indaiá	13.952	7	13.486,08
MG	312330	Dores do Turvo	4.455	5	3.901,82
MG	312340	Doresópolis	1.526	5	1.312,42
MG	312350	Douradoquara	1.925	8	1.843,20
MG	312352	Durandé	7.852	7	7.505,28
MG	312360	Elói Mendes	27.505	5	19.632,96
MG	312370	Engenheiro Caldas	11.032	7	10.523,52
MG	312380	Engenheiro Navarro	7.369	8	7.067,52
MG	312385	Entre Folhas	5.397	4	3.618,72
MG	312390	Entre Rios de Minas	15.210	7	14.519,04
MG	312400	Ervália	18.944	5	13.584,96
MG	312410	Esmeraldas	68.133	6	45.163,78
MG	312420	Espera Feliz	24.641	9	23.490,24
MG	312430	Espinosa	32.183	5	20.062,22
MG	312440	Espírito Santo do Dourado	4.692	7	4.483,20
MG	312450	Estiva	11.411	3	4.366,46
MG	312460	Estrela Dalva	2.459	6	2.396,16
MG	312470	Estrela do Indaiá	3.593	6	3.457,92
MG	312480	Estrela do Sul	7.940	2	2.274,34
MG	312490	Eugenópolis	11.229	5	8.041,68
MG	312500	Ewbank da Câmara	3.940	4	2.638,94
MG	312510	Extrema	33.729	8	31.758,72
MG	312520	Fama	2.424	5	2.093,47
MG	312530	Faria Lemos	3.383	4	2.300,26
MG	312540	Felício dos Santos	5.046	4	3.465,50
MG	312550	São Gonçalo do Rio Preto	3.197	3	1.530,72
MG	312560	Felisburgo	7.386	9	7.044,48
MG	312570	Felixlândia	15.178	3	5.789,95
MG	312580	Fernandes Tourinho	3.337	6	3.171,84
MG	312590	Ferros	10.519	8	10.374,72
MG	312595	Fervedouro	10.989	5	7.873,92
MG	312600	Florestal	7.278	8	8.074,08
MG	312610	Formiga	68.236	9	67.359,60
MG	312620	Formoso	9.184	3	4.352,16
MG	312630	Fortaleza de Minas	4.382	8	4.182,72
MG	312640	Fortuna de Minas	2.913	6	2.777,28
MG	312650	Francisco Badaró	10.553	5	7.596,00
MG	312660	Francisco Dumont	5.188	6	4.953,60
MG	312670	Francisco Sá	26.325	8	25.168,32
MG	312675	Franciscópolis	5.708	7	5.592,00
MG	312680	Frei Gaspar	6.026	9	5.791,68
MG	312690	Frei Inocêncio	9.543	6	9.107,52
MG	312695	Frei Lagonegro	3.498	4	2.343,26
MG	312700	Fronteira	16.744	7	15.743,04
MG	312705	Fronteira dos Vales	4.743	8	4.585,92
MG	312707	Fruta de Leite	5.758	7	5.682,24
MG	312710	Frutal	58.295	9	55.483,20
MG	312720	Funilândia	4.237	9	4.028,16
MG	312730	Galiléia	7.047	10	6.808,32
MG	312733	Gameleiras	5.250	7	5.053,44
MG	312735	Glaucilândia	3.145	5	2.704,32
MG	312737	Goiabeira	3.304	3	1.573,92
MG	312738	Goianá	3.928	1	374,69
MG	312740	Gonçalves	4.401	6	4.215,36
MG	312750	Gonzaga	6.206	4	4.158,34
MG	312760	Gouveia	12.056	5	8.674,56
MG	312770	Governador Valadares	279.665	8	240.505,63
MG	312780	Grão Mogol	15.870	5	11.379,60
MG	312790	Grupiara	1.417	3	679,68
MG	312800	Guanhães	33.815	6	25.775,62
MG	312810	Guapé	14.435	8	13.830,72
MG	312820	Guaraciaba	10.537	8	10.110,72
MG	312825	Guaraciama	4.982	6	4.763,52
MG	312830	Guaranésia	19.360	7	18.566,40
MG	312840	Guarani	9.031	4	6.057,41
MG	312850	Guarará	3.951	4	2.681,95
MG	312860	Guarda-Mor	6.737	5	5.824,22
MG	312870	Guaxupé	52.108	7	34.884,19
MG	312880	Guidoval	7.313	5	6.355,58
MG	312890	Guimarânia	7.895	7	7.517,76
MG	312900	Guiricema	8.743	6	8.484,48
MG	312910	Gurinhatã	6.002	6	5.898,24
MG	312920	Heliodora	6.528	5	5.609,09
MG	312930	Iapu	10.917	7	10.435,20
MG	312940	Ibertioga	5.153	3	2.478,24
MG	312950	Ibiá	24.946	9	23.792,64
MG	312960	Ibiaí	8.357	6	7.979,52
MG	312965	Ibiracatu	6.185	3	3.000,00
MG	312970	Ibiraci	13.444	6	11.495,52
MG	312980	Ibirité	175.721	7	153.355,99
MG	312990	Ibitiúra de Minas	3.528	8	3.379,20
MG	313000	Ibituruna	3.009	4	2.016,00
MG	313005	Icaraí de Minas	11.736	7	11.167,68
MG	313010	Igarapé	40.468	5	28.955,47
MG	313020	Igaratinga	10.420	6	8.887,10
MG	313030	Iguatama	8.182	7	7.884,48
MG	313040	Ijaci	6.406	4	4.265,86
MG	313050	Ilicínea	12.289	7	11.728,32
MG	313055	Imbé de Minas	6.862	5	5.895,07
MG	313060	Inconfidentes	7.324	3	3.499,20
MG	313065	Indaiabira	7.525	5	6.504,19
MG	313070	Indianópolis	6.751	4	4.497,70
MG	313080	Ingaí	2.775	5	2.388,10
MG	313090	Inhapim	24.813	7	23.886,72
MG	313100	Inhaúma	6.200	5	5.320,51
MG	313110	Inimutaba	7.445	9	7.101,12
MG	313115	Ipaba	18.225	3	6.938,11
MG	313120	Ipanema	19.603	11	18.685,44
MG	313130	Ipatinga	259.324	10	264.035,97
MG	313140	Ipiaçu	4.277	6	4.098,24
MG	313150	Ipuiúna	10.082	6	8.672,83
MG	313160	Iraí de Minas	6.929	6	6.610,56
MG	313170	Itabira	118.481	7	88.931,30
MG	313180	Itabirinha	11.434	10	10.912,32
MG	313190	Itabirito	50.305	4	19.110,91
MG	313200	Itacambira	5.343	4	3.568,32
MG	313210	Itacarambi	18.414	8	17.647,68
MG	313220	Itaguara	13.253	5	11.064,48
MG	313230	Itaipé	12.651	10	12.069,12
MG	313240	Itajubá	96.523	8	82.961,28
MG	313250	Itamarandiba	34.462	5	21.373,87
MG	313260	Itamarati de Minas	4.340	5	3.730,75
MG	313270	Itambacuri	23.612	8	22.641,60
MG	313280	Itambé do Mato Dentro	2.224	6	2.189,76
MG	313290	Itamogi	10.517	9	10.149,12
MG	313300	Itamonte	15.267	6	13.077,50
MG	313310	Itanhandu	15.200	8	14.500,80
MG	313320	Itanhomi	12.368	7	11.846,40
MG	313330	Itaobim	21.562	4	11.388,43
MG	313340	Itapagipe	14.916	10	14.192,64
MG	313350	Itapecerica	22.134	4	11.673,55
MG	313360	Itapeva	9.529	4	6.340,99
MG	313370	Itatiaiuçu	10.882	5	9.056,04
MG	313375	Itaú de Minas	15.992	8	15.261,12
MG	313380	Itaúna	92.091	6	52.676,93
MG	313390	Itaverava	5.723	2	1.679,90
MG	313400	Itinga	15.104	7	14.456,64
MG	313410	Itueta	6.104	4	4.090,46
MG	313420	Ituiutaba	103.945	9	89.279,71
MG	313430	Itumirim	6.225	3	3.006,24
MG	313440	Iturama	38.102	11	36.192,00
MG	313450	Itutinga	3.938	5	3.435,26
MG	313460	Jaboticatubas	19.305	10	21.338,24
MG	313470	Jacinto	12.549	6	10.831,97
MG	313480	Jacuí	7.797	10	7.471,68
MG	313490	Jacutinga	25.199	8	23.932,80
MG	313500	Jaguaraçu	3.147	6	3.010,56
MG	313505	Jaíba	37.516	5	23.121,70
MG	313507	Jampruca	5.389	8	5.146,56
MG	313510	Janaúba	71.279	11	71.594,86
MG	313520	Januária	68.420	6	39.310,27
MG	313530	Japaraíba	4.275	6	4.071,36
MG	313535	Japonvar	8.664	8	8.297,28
MG	313540	Jeceaba	5.250	5	4.654,37
MG	313545	Jenipapo de Minas	7.627	7	7.276,80
MG	313550	Jequeri	12.901	6	11.267,42
MG	313560	Jequitaí	7.932	5	6.971,62
MG	313570	Jequitibá	5.316	7	5.100,48
MG	313580	Jequitinhonha	25.465	7	24.350,40
MG	313590	Jesuânia	4.899	5	4.232,74
MG	313600	Joaíma	15.599	5	11.204,64
MG	313610	Joanésia	5.067	5	4.583,52
MG	313620	João Monlevade	79.100	6	45.263,81
MG	313630	João Pinheiro	48.472	8	46.251,84
MG	313640	Joaquim Felício	4.639	8	4.422,72
MG	313650	Jordânia	10.865	8	10.392,96
MG	313652	José Gonçalves de Minas	4.637	7	4.469,76
MG	313655	José Raydan	4.845	5	4.141,15
MG	313657	Josenópolis	4.854	3	2.318,40
MG	313660	Nova União	5.792	5	5.825,23
MG	313665	Juatuba	25.490	3	11.238,98
MG	313670	Juiz de Fora	559.636	2	119.941,34
MG	313680	Juramento	4.342	5	3.736,80
MG	313690	Juruaia	10.235	7	9.720,00
MG	313695	Juvenília	5.861	3	2.814,24
MG	313700	Ladainha	18.066	5	12.942,72
MG	313710	Lagamar	7.797	5	6.740,93
MG	313720	Lagoa da Prata	50.714	8	43.370,21
MG	313730	Lagoa dos Patos	4.260	6	4.126,08
MG	313740	Lagoa Dourada	12.999	7	12.420,48
MG	313750	Lagoa Formosa	18.107	9	17.315,52
MG	313753	Lagoa Grande	9.369	9	8.922,24
MG	313760	Lagoa Santa	60.787	7	46.859,68
MG	313770	Lajinha	20.282	4	10.698,34
MG	313780	Lambari	20.773	6	17.859,74
MG	313790	Lamim	3.504	4	2.368,13
MG	313800	Laranjal	6.826	7	6.527,04
MG	313810	Lassance	6.663	5	5.756,83
MG	313820	Lavras	101.208	6	57.739,97
MG	313830	Leandro Ferreira	3.299	3	1.583,04
MG	313835	Leme do Prado	4.991	6	4.783,68
MG	313840	Leopoldina	53.252	5	25.509,60
MG	313850	Liberdade	5.320	5	4.666,46
MG	313860	Lima Duarte	16.871	4	8.885,71
MG	313862	Limeira do Oeste	7.436	7	7.087,68
MG	313865	Lontra	8.992	5	7.722,43
MG	313867	Luisburgo	6.408	6	6.151,68
MG	313868	Luislândia	6.733	5	5.797,44
MG	313870	Luminárias	5.571	7	5.348,16
MG	313880	Luz	18.347	8	17.558,40
MG	313890	Machacalis	7.228	11	6.930,24
MG	313900	Machado	41.651	9	39.713,28
MG	313910	Madre de Deus de Minas	5.139	6	4.919,04
MG	313920	Malacacheta	19.173	7	18.458,88
MG	313925	Mamonas	6.608	7	6.327,36
MG	313930	Manga	19.494	7	19.102,08
MG	313940	Manhuaçu	87.735	8	75.033,22
MG	313950	Manhumirim	22.683	8	21.673,92
MG	313960	Mantena	28.097	7	26.938,56
MG	313970	Maravilhas	7.812	8	7.434,24
MG	313980	Mar de Espanha	12.660	3	4.827,65
MG	313990	Maria da Fé	14.502	6	12.572,06
MG	314000	Mariana	59.343	6	33.869,95
MG	314010	Marilac	4.264	6	4.125,12
MG	314015	Mário Campos	14.811	5	12.284,16

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	314020	Maripá de Minas	2.965	3	1.416,00
MG	314030	Marliéria	4.128	5	3.565,73
MG	314040	Marmelópolis	2.918	6	2.859,84
MG	314050	Martinho Campos	13.376	9	12.781,44
MG	314053	Martins Soares	8.073	5	6.884,35
MG	314055	Mata Verde	8.483	4	5.661,60
MG	314060	Materlândia	4.631	3	2.243,04
MG	314070	Mateus Leme	30.423	9	33.773,60
MG	314080	Matias Barbosa	14.369	2	3.428,40
MG	314085	Matias Cardoso	10.905	10	10.389,12
MG	314090	Matipó	18.816	4	9.880,46
MG	314100	Mato Verde	12.871	6	11.186,21
MG	314110	Matozinhos	37.040	4	20.562,64
MG	314120	Matutina	3.849	4	2.591,23
MG	314130	Medeiros	3.737	8	3.558,72
MG	314140	Medina	21.433	5	15.489,36
MG	314150	Mendes Pimentel	6.557	7	6.287,04
MG	314160	Mercês	10.842	2	2.595,12
MG	314170	Mesquita	5.951	7	5.840,64
MG	314180	Minas Novas	31.963	4	15.319,20
MG	314190	Minduri	3.967	3	1.902,72
MG	314200	Mirabela	13.685	7	13.097,28
MG	314210	Miradouro	10.799	4	5.680,75
MG	314220	Miraí	14.852	7	14.162,88
MG	314225	Miravânia	4.859	5	4.174,85
MG	314230	Moeda	4.940	8	4.725,12
MG	314240	Moema	7.487	7	7.150,08
MG	314250	Monjolos	2.339	7	2.283,84
MG	314260	Monsenhor Paulo	8.671	6	8.282,88
MG	314270	Montalvânia	15.689	8	15.335,04
MG	314280	Monte Alegre de Minas	20.979	6	18.019,58
MG	314290	Monte Azul	21.884	5	15.996,96
MG	314300	Monte Belo	13.449	5	9.679,68
MG	314310	Monte Carmelo	48.096	7	41.417,57
MG	314315	Monte Formoso	4.917	2	1.410,34
MG	314320	Monte Santo de Minas	21.932	8	21.038,40
MG	314330	Montes Claros	398.288	7	298.128,60
MG	314340	Monte Sião	23.238	5	16.575,84
MG	314345	Montezuma	8.106	6	7.719,36
MG	314350	Morada Nova de Minas	8.813	8	8.413,44
MG	314360	Morro da Garça	2.612	6	2.562,24
MG	314370	Morro do Pilar	3.358	2	985,25
MG	314380	Munhoz	6.282	9	6.096,96
MG	314390	Muriaé	107.916	7	81.090,83
MG	314400	Mutum	27.512	8	26.394,24
MG	314410	Muzambinho	21.021	8	20.176,32
MG	314420	Nacip Raydan	3.270	4	2.194,75
MG	314430	Nanuque	41.808	8	40.200,96
MG	314435	Naque	6.878	4	4.585,73
MG	314437	Natalândia	3.381	7	3.243,84
MG	314440	Natércia	4.816	8	4.619,52
MG	314450	Nazareno	8.532	7	8.138,88
MG	314460	Nepomuceno	26.977	4	14.201,62
MG	314465	Ninheira	10.339	6	8.900,06
MG	314467	Nova Belém	3.511	6	3.515,52
MG	314470	Nova Era	17.996	8	17.281,92
MG	314480	Nova Lima	91.069	7	70.481,60
MG	314490	Nova Módica	3.774	6	3.676,80
MG	314500	Nova Ponte	14.715	7	13.904,64
MG	314505	Nova Porteirinha	7.642	6	7.330,56
MG	314510	Nova Resende	16.540	6	14.194,66
MG	314520	Nova Serrana	92.332	7	60.385,25
MG	314530	Novo Cruzeiro	31.844	9	30.530,88
MG	314535	Novo Oriente de Minas	10.839	8	10.374,72
MG	314537	Novorizonte	5.282	4	3.531,36
MG	314540	Olaria	1.893	4	1.315,10
MG	314545	Olhos-d'Água	5.878	6	5.575,68
MG	314550	Olímpio Noronha	2.743	7	2.613,12
MG	314560	Oliveira	41.739	8	39.899,52
MG	314570	Oliveira Fortes	2.182	8	2.094,72
MG	314580	Onça de Pitangui	3.186	10	3.051,84
MG	314585	Oratórios	4.698	5	4.048,70
MG	314587	Orizânia	7.891	5	6.765,98
MG	314590	Ouro Branco	38.601	4	18.359,52
MG	314600	Ouro Fino	33.557	6	25.643,52
MG	314610	Ouro Preto	74.356	4	28.429,82
MG	314620	Ouro Verde de Minas	6.118	7	5.902,08
MG	314625	Padre Carvalho	6.295	6	6.000,00
MG	314630	Padre Paraíso	20.076	8	19.172,16
MG	314640	Paineiras	4.663	9	4.519,68
MG	314650	Pains	8.371	7	8.016,96
MG	314655	Pai Pedro	6.173	6	5.915,52
MG	314660	Paiva	1.580	2	457,92
MG	314670	Palma	6.750	5	5.828,54
MG	314675	Palmópolis	6.280	5	5.814,39
MG	314690	Papagaios	15.398	8	14.663,04
MG	314700	Paracatu	91.724	5	43.692,96
MG	314710	Pará de Minas	91.969	7	61.258,18
MG	314720	Paraguaçu	21.486	6	18.475,78
MG	314730	Paraisópolis	20.850	7	19.881,60
MG	314740	Paraopeba	24.273	9	23.145,60
MG	314750	Passabém	1.742	2	511,49
MG	314760	Passa Quatro	16.413	8	15.698,88
MG	314770	Passa Tempo	8.336	7	8.041,92
MG	314780	Passa-Vinte	2.108	4	1.425,31
MG	314790	Passos	113.807	9	109.954,58
MG	314795	Patis	5.946	5	5.109,70
MG	314800	Patos de Minas	149.856	9	144.596,66
MG	314810	Patrocínio	89.333	11	85.102,08
MG	314820	Patrocínio do Muriaé	5.649	6	5.392,32
MG	314830	Paula Cândido	9.676	4	6.487,49
MG	314840	Paulistas	4.990	4	3.373,44
MG	314850	Pavão	8.724	9	8.420,16
MG	314860	Peçanha	17.854	6	15.410,30
MG	314870	Pedra Azul	24.717	6	21.326,11
MG	314875	Pedra Bonita	7.085	4	4.738,27
MG	314880	Pedra do Anta	3.304	4	2.294,21
MG	314890	Pedra do Indaiá	4.028	6	3.860,16
MG	314900	Pedra Dourada	2.427	3	1.152,48
MG	314910	Pedralva	11.596	8	11.215,68
MG	314915	Pedras de Maria da Cruz	11.297	4	5.909,90
MG	314920	Pedrinópolis	3.661	7	3.504,00
MG	314930	Pedro Leopoldo	63.406	5	40.603,40
MG	314940	Pedro Teixeira	1.842	4	1.237,15
MG	314950	Pequeri	3.335	2	957,02
MG	314960	Pequi	4.369	6	4.168,32
MG	314970	Perdigão	10.637	6	8.999,42
MG	314980	Perdizes	15.785	9	15.013,44
MG	314990	Perdões	21.344	7	20.389,44
MG	314995	Periquito	7.081	7	6.864,00
MG	315000	Pescador	4.302	9	4.121,28
MG	315010	Piau	2.859	3	1.385,76
MG	315015	Piedade de Caratinga	8.130	7	7.687,68
MG	315020	Piedade de Ponte Nova	4.208	4	2.824,42
MG	315030	Piedade do Rio Grande	4.703	6	4.575,36
MG	315040	Piedade dos Gerais	4.954	6	4.729,92
MG	315050	Pimenta	8.688	5	7.477,92
MG	315053	Pingo-d'Água	4.832	8	4.597,44
MG	315057	Pintópolis	7.563	5	6.514,56
MG	315060	Piracema	6.568	7	6.312,00
MG	315070	Pirajuba	5.665	8	5.312,64
MG	315080	Piranga	17.892	5	12.862,08
MG	315090	Piranguçu	5.495	6	5.256,00
MG	315100	Piranguinho	8.553	8	8.164,80
MG	315110	Pirapetinga	10.848	7	10.385,28
MG	315120	Pirapora	56.474	7	37.785,89
MG	315130	Piraúba	11.090	4	5.872,94
MG	315140	Pitangui	27.495	8	26.182,08
MG	315150	Piumhi	34.306	11	32.712,00
MG	315160	Planura	11.656	4	6.076,75
MG	315170	Poço Fundo	16.841	8	16.104,00
MG	315180	Poços de Caldas	164.912	8	141.416,93
MG	315190	Pocrane	8.889	4	6.081,60
MG	315200	Pompéu	31.401	5	19.455,07
MG	315210	Ponte Nova	60.188	5	28.802,40
MG	315213	Ponto Chique	4.236	7	4.043,52
MG	315217	Ponto dos Volantes	12.078	7	11.535,36
MG	315220	Porteirinha	38.730	10	37.171,20
MG	315230	Porto Firme	11.178	3	4.265,09
MG	315240	Poté	16.573	8	15.841,92
MG	315250	Pouso Alegre	145.535	8	124.282,94
MG	315260	Pouso Alto	6.210	8	6.039,36
MG	315270	Prados	8.972	4	5.993,57
MG	315280	Prata	27.637	7	26.370,24
MG	315290	Pratápolis	8.910	2	2.584,80
MG	315300	Pratinha	3.543	7	3.374,40
MG	315310	Presidente Bernardes	5.578	6	5.404,80
MG	315320	Presidente Juscelino	3.851	6	3.770,88
MG	315330	Presidente Kubitschek	3.059	4	2.053,63
MG	315340	Presidente Olegário	19.536	8	18.690,24
MG	315350	Alto Jequitibá	8.525	7	8.193,60
MG	315360	Prudente de Morais	10.485	4	5.484,86
MG	315370	Quartel Geral	3.537	5	3.037,82
MG	315380	Queluzito	1.953	5	1.682,21
MG	315390	Raposos	16.312	6	16.359,84
MG	315400	Raul Soares	24.381	5	17.584,56
MG	315410	Recreio	10.682	4	5.632,18
MG	315415	Reduto	7.071	4	4.719,46
MG	315420	Resende Costa	11.525	5	8.264,16
MG	315430	Resplendor	17.695	7	16.968,00
MG	315440	Ressaquinha	4.848	6	4.707,07
MG	315445	Riachinho	8.283	3	3.971,52
MG	315450	Riacho dos Machados	9.665	7	9.271,68
MG	315460	Ribeirão das Neves	325.846	6	264.838,51
MG	315470	Ribeirão Vermelho	4.042	4	2.705,47
MG	315480	Rio Acima	10.026	6	10.003,39
MG	315490	Rio Casca	14.187	6	12.420,86
MG	315500	Rio Doce	2.611	4	1.747,20
MG	315510	Rio do Prado	5.309	7	5.119,68
MG	315520	Rio Espera	5.876	7	5.803,20
MG	315530	Rio Manso	5.730	6	6.366,08
MG	315540	Rio Novo	9.067	5	7.819,20
MG	315550	Rio Paranaíba	12.431	8	11.902,08
MG	315560	Rio Pardo de Minas	30.878	7	26.552,45
MG	315570	Rio Piracicaba	14.613	4	7.709,86
MG	315580	Rio Pomba	18.001	5	12.916,08
MG	315590	Rio Preto	5.531	5	4.766,69
MG	315600	Rio Vermelho	13.523	3	5.281,92
MG	315610	Ritápolis	4.862	5	4.281,12
MG	315620	Rochedo de Minas	2.278	2	651,74
MG	315630	Rodeiro	7.758	7	7.346,88
MG	315640	Romaria	3.650	4	2.466,91
MG	315645	Rosário da Limeira	4.553	4	3.040,80
MG	315650	Rubelita	6.937	5	6.417,79
MG	315660	Rubim	10.354	5	7.437,60
MG	315670	Sabará	135.196	8	131.156,83
MG	315680	Sabinópolis	15.961	8	15.400,32
MG	315690	Sacramento	25.819	8	24.604,80
MG	315700	Salinas	41.494	9	39.648,96
MG	315710	Salto da Divisa	7.117	6	6.822,72
MG	315720	Santa Bárbara	30.436	7	30.410,35
MG	315725	Santa Bárbara do Leste	8.144	3	3.891,36
MG	315727	Santa Bárbara do Monte Verde	3.067	7	2.915,52
MG	315730	Santa Bárbara do Tugúrio	4.603	5	4.014,14
MG	315733	Santa Cruz de Minas	8.489	7	8.091,84
MG	315737	Santa Cruz de Salinas	4.359	6	4.256,64
MG	315740	Santa Cruz do Escalvado	4.981	5	4.363,20
MG	315750	Santa Efigênia de Minas	4.604	6	4.474,56
MG	315760	Santa Fé de Minas	3.997	6	3.872,64
MG	315765	Santa Helena de Minas	6.387	7	6.107,52
MG	315770	Santa Juliana	13.165	8	12.421,44
MG	315780	Santa Luzia	217.610	8	214.523,97
MG	315790	Santa Margarida	16.080	5	11.507,04
MG	315800	Santa Maria de Itabira	10.986	1	1.052,54
MG	315810	Santa Maria do Salto	5.387	6	5.189,76

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	315820	Santa Maria do Suaçuí	14.883	7	14.274,24
MG	315830	Santana da Vargem	7.336	4	4.958,69
MG	315840	Santana de Cataguases	3.856	5	3.314,30
MG	315850	Santana de Pirapama	7.997	6	7.781,76
MG	315860	Santana do Deserto	4.024	4	2.698,75
MG	315870	Santana do Garambéu	2.419	6	2.304,00
MG	315880	Santana do Jacaré	4.845	7	4.634,88
MG	315890	Santana do Manhuaçu	8.849	7	8.490,24
MG	315895	Santana do Paraíso	32.232	9	30.339,84
MG	315900	Santana do Riacho	4.280	4	2.861,38
MG	315910	Santana dos Montes	3.892	4	2.626,18
MG	315920	Santa Rita de Caldas	9.208	5	7.982,50
MG	315930	Santa Rita de Jacutinga	5.054	3	2.443,20
MG	315935	Santa Rita de Minas	7.097	5	6.084,29
MG	315940	Santa Rita de Ibitipoca	3.580	4	2.438,02
MG	315950	Santa Rita do Itueto	5.719	6	5.550,72
MG	315960	Santa Rita do Sapucaí	41.886	9	39.768,00
MG	315970	Santa Rosa da Serra	3.377	5	2.909,95
MG	315980	Santa Vitória	19.520	8	18.613,44
MG	315990	Santo Antônio do Amparo	18.462	10	17.632,32
MG	316000	Santo Antônio do Aventureiro	3.664	5	3.161,38
MG	316010	Santo Antônio do Grama	4.087	2	1.191,74
MG	316020	Santo Antônio do Itambé	4.066	4	2.789,47
MG	316030	Santo Antônio do Jacinto	11.992	7	11.560,32
MG	316040	Santo Antônio do Monte	27.938	8	26.641,92
MG	316045	Santo Antônio do Retiro	7.315	5	6.298,56
MG	316050	Santo Antônio do Rio Abaixo	1.815	2	524,16
MG	316060	Santo Hipólito	3.231	5	2.830,46
MG	316070	Santos Dumont	47.560	6	36.525,31
MG	316080	São Bento Abade	5.103	5	4.357,15
MG	316090	São Brás do Suaçuí	3.730	4	2.494,46
MG	316095	São Domingos das Dores	5.680	6	5.434,56
MG	316100	São Domingos do Prata	17.792	7	17.098,56
MG	316105	São Félix de Minas	3.460	2	998,5
MG	316110	São Francisco	56.619	4	22.569,20
MG	316120	São Francisco de Paula	6.671	9	6.403,20
MG	316130	São Francisco de Sales	6.188	5	5.313,60
MG	316140	São Francisco do Glória	5.114	4	3.501,79
MG	316150	São Geraldo	11.736	4	6.103,15
MG	316160	São Geraldo da Piedade	4.251	7	4.197,12
MG	316165	São Geraldo do Baixio	3.878	7	3.680,64
MG	316170	São Gonçalo do Abaeté	6.840	7	6.508,80
MG	316180	São Gonçalo do Pará	11.823	6	10.069,06
MG	316190	São Gonçalo do Rio Abaixo	10.683	6	9.148,03
MG	316200	São Gonçalo do Sapucaí	25.399	4	13.344,67
MG	316210	São Gotardo	34.728	8	33.048,00
MG	316220	São João Batista do Glória	7.387	6	7.047,36
MG	316225	São João da Lagoa	4.922	4	3.294,14
MG	316230	São João da Mata	2.810	7	2.697,60
MG	316240	São João da Ponte	25.880	2	6.230,64
MG	316245	São João das Missões	12.760	8	12.145,92
MG	316250	São João del Rei	89.832	4	34.321,15
MG	316255	São João do Manhuaçu	11.262	5	8.030,16
MG	316257	São João do Manteninha	5.706	6	5.424,00
MG	316260	São João do Oriente	7.853	7	7.645,44
MG	316265	São João do Pacuí	4.369	8	4.165,44
MG	316270	São João do Paraíso	23.630	6	20.326,46
MG	316280	São João Evangelista	16.070	6	13.873,25
MG	316290	São João Nepomuceno	26.439	3	10.113,02
MG	316292	São Joaquim de Bicas	29.674	8	32.661,44
MG	316294	São José da Barra	7.323	6	6.979,20
MG	316295	São José da Lapa	22.592	5	18.695,88
MG	316300	São José da Safira	4.289	5	3.692,74
MG	316310	São José da Varginha	4.770	5	4.062,53
MG	316320	São José do Alegre	4.213	1	402,91
MG	316330	São José do Divino	3.945	9	3.786,24
MG	316340	São José do Goiabal	5.653	3	2.744,16
MG	316350	São José do Jacuri	6.660	4	4.498,37
MG	316360	São José do Mantimento	2.771	4	1.851,36
MG	316370	São Lourenço	45.128	9	42.989,76
MG	316380	São Miguel do Anta	7.032	3	3.369,12
MG	316390	São Pedro da União	4.944	7	4.851,84
MG	316400	São Pedro dos Ferros	8.231	7	8.061,12
MG	316410	São Pedro do Suaçuí	5.522	5	4.852,22
MG	316420	São Romão	11.727	7	11.090,88
MG	316430	São Roque de Minas	7.064	5	6.078,24
MG	316440	São Sebastião da Bela Vista	5.394	7	5.134,08
MG	316443	São Sebastião da Vargem Alegre	2.990	5	2.568,67
MG	316447	São Sebastião do Anta	6.355	6	6.034,56
MG	316450	São Sebastião do Maranhão	10.564	6	9.279,36
MG	316460	São Sebastião do Oeste	6.512	4	4.320,96
MG	316470	São Sebastião do Paraíso	70.066	10	66.791,04
MG	316480	São Sebastião do Rio Preto	1.591	3	778,56
MG	316490	São Sebastião do Rio Verde	2.239	5	1.924,99
MG	316500	São Tiago	11.046	7	10.576,32
MG	316510	São Tomás de Aquino	7.230	8	6.966,72
MG	316520	São Thomé das Letras	7.072	6	6.755,52
MG	316530	São Vicente de Minas	7.614	4	5.074,94
MG	316540	Sapucaí-Mirim	6.796	4	4.528,61
MG	316550	Sardoá	6.142	7	5.839,68
MG	316553	Sarzedo	30.478	7	30.128,11
MG	316555	Setubinha	11.952	8	11.363,52
MG	316556	Sem-Peixe	2.794	3	1.370,88
MG	316557	Senador Amaral	5.429	10	5.202,24
MG	316560	Senador Cortes	2.048	0	0
MG	316570	Senador Firmino	7.747	5	6.652,80
MG	316580	Senador José Bento	1.703	2	519,55
MG	316590	Senador Modestino Gonçalves	4.446	5	3.943,30
MG	316600	Senhora de Oliveira	5.886	4	3.950,69
MG	316610	Senhora do Porto	3.600	7	3.455,04
MG	316620	Senhora dos Remédios	10.604	6	9.145,44
MG	316630	Sericita	7.420	6	7.109,76
MG	316640	Seritinga	1.870	6	1.790,40
MG	316650	Serra Azul de Minas	4.368	4	2.931,94
MG	316660	Serra da Saudade	815	3	396
MG	316670	Serra dos Aimorés	8.789	7	8.416,32
MG	316680	Serra do Salitre	11.410	8	10.872,00
MG	316690	Serrania	7.804	8	7.484,16
MG	316695	Serranópolis de Minas	4.741	8	4.523,52
MG	316700	Serranos	2.026	9	1.955,52
MG	316710	Serro	21.431	5	15.427,44
MG	316720	Sete Lagoas	234.221	8	200.540,45
MG	316730	Silveirânia	2.287	4	1.533,50
MG	316740	Silvianópolis	6.299	6	6.031,68
MG	316750	Simão Pereira	2.646	3	1.267,20
MG	316760	Simonésia	19.530	7	18.644,16
MG	316770	Sobrália	5.816	7	5.661,12
MG	316780	Soledade de Minas	6.094	4	4.068,96
MG	316790	Tabuleiro	3.991	0	0
MG	316800	Taiobeiras	33.576	6	25.585,92
MG	316805	Taparuba	3.199	6	3.081,60
MG	316810	Tapira	4.598	7	4.360,32
MG	316820	Tapiraí	1.921	5	1.661,47
MG	316830	Taquaraçu de Minas	4.053	3	2.256,80
MG	316840	Tarumirim	14.670	6	12.680,93
MG	316850	Teixeiras	11.815	2	2.830,32
MG	316860	Teófilo Otoni	141.502	9	137.096,71
MG	316870	Timóteo	88.255	7	63.117,78
MG	316880	Tiradentes	7.726	3	3.667,20
MG	316890	Tiros	6.832	7	6.676,80
MG	316900	Tocantins	16.703	9	15.971,52
MG	316905	Tocos do Moji	4.136	5	3.563,14
MG	316910	Toledo	6.194	7	5.906,88
MG	316920	Tombos	8.899	6	8.948,16
MG	316930	Três Corações	78.474	7	52.362,91
MG	316935	Três Marias	31.366	8	29.786,88
MG	316940	Três Pontas	56.879	7	38.068,13
MG	316950	Tumiritinga	6.705	5	5.762,02
MG	316960	Tupaciguara	25.452	7	24.348,48
MG	316970	Turmalina	19.612	6	16.808,26
MG	316980	Turvolândia	4.995	3	2.382,72
MG	316990	Ubá	112.186	7	83.925,07
MG	317000	Ubaí	12.466	3	4.760,45
MG	317005	Ubaporanga	12.591	6	10.850,11
MG	317010	Uberaba	325.279	6	208.737,65
MG	317020	Uberlândia	669.672	7	500.745,67
MG	317030	Umburatiba	2.718	6	2.636,16
MG	317040	Unaí	83.448	6	47.742,91
MG	317043	União de Minas	4.463	7	4.318,08
MG	317047	Uruana de Minas	3.337	3	1.601,28
MG	317050	Urucânia	10.587	5	7.621,20
MG	317052	Urucuia	15.833	8	14.933,76
MG	317057	Vargem Alegre	6.633	8	6.369,60
MG	317060	Vargem Bonita	2.211	5	1.914,62
MG	317065	Vargem Grande do Rio Pardo	5.011	3	2.394,72
MG	317070	Varginha	133.384	4	57.176,50
MG	317075	Varjão de Minas	6.857	8	6.491,52
MG	317080	Várzea da Palma	38.838	7	33.293,38
MG	317090	Varzelândia	19.712	8	18.913,92
MG	317100	Vazante	20.720	8	19.825,92
MG	317103	Verdelândia	9.140	5	7.824,38
MG	317107	Veredinha	5.786	4	3.879,46
MG	317110	Veríssimo	3.870	7	3.672,96
MG	317115	Vermelho Novo	4.894	5	4.218,91
MG	317120	Vespasiano	120.510	4	54.061,99
MG	317130	Viçosa	77.863	6	44.535,17
MG	317140	Vieiras	3.753	6	3.638,40
MG	317150	Mathias Lobato	3.357	6	3.269,76
MG	317160	Virgem da Lapa	14.037	5	10.101,60
MG	317170	Virgínia	8.868	8	8.512,32
MG	317180	Virginópolis	10.801	8	10.396,80
MG	317190	Virgolândia	5.638	7	5.491,20
MG	317200	Visconde do Rio Branco	41.567	4	19.767,36
MG	317210	Volta Grande	5.302	3	2.538,24
MG	317220	Wenceslau Braz	2.616	5	2.262,82
MS	500020	Água Clara	14.734	8	21.825,55
MS	500025	Alcinópolis	5.114	11	4.030,40
MS	500060	Amambai	38.030	11	32.967,01
MS	500070	Anastácio	24.852	8	24.503,97
MS	500080	Anaurilândia	8.885	3	7.980,56
MS	500085	Angélica	10.304	6	7.307,28
MS	500090	Antônio João	8.744	6	6.943,20
MS	500100	Aparecida do Taboado	24.745	8	23.874,55
MS	500110	Aquidauana	47.323	10	52.493,84
MS	500124	Aral Moreira	11.586	7	9.119,20
MS	500150	Bandeirantes	6.783	6	6.327,54
MS	500190	Bataguassu	22.084	5	16.297,21
MS	500200	Batayporã	11.228	7	8.966,40
MS	500210	Bela Vista	24.223	7	19.290,40
MS	500215	Bodoquena	7.859	11	6.383,20
MS	500220	Bonito	21.267	6	28.052,64
MS	500230	Brasilândia	11.884	9	9.606,71
MS	500240	Caarapó	28.867	11	25.620,44
MS	500260	Camapuã	13.712	7	13.013,95
MS	500270	Campo Grande	863.982	7	862.695,72
MS	500280	Caracol	5.906	6	5.177,07
MS	500290	Cassilândia	21.685	10	31.157,97
MS	500295	Chapadão do Sul	23.284	9	18.096,00
MS	500310	Corguinho	5.622	4	4.022,78
MS	500315	Coronel Sapucaia	14.916	6	10.666,80
MS	500320	Corumbá	109.294	7	103.541,69
MS	500325	Costa Rica	19.835	10	15.606,40
MS	500330	Coxim	33.231	10	37.679,29
MS	500345	Deodápolis	12.712	8	10.120,00
MS	500348	Dois Irmãos do Buriti	11.049	9	8.772,00
MS	500350	Douradina	5.775	4	3.797,97
MS	500370	Dourados	215.486	9	172.306,81
MS	500375	Eldorado	12.176	6	8.732,16
MS	500380	Fátima do Sul	19.200	11	15.408,00
MS	500390	Figueirão	3.020	5	3.342,76
MS	500400	Glória de Dourados	9.976	4	5.614,00
MS	500410	Guia Lopes da Laguna	10.063	7	8.372,71
MS	500430	Iguatemi	15.738	7	12.509,60
MS	500440	Inocência	7.641	8	6.997,27
MS	500450	Itaporã	23.220	9	18.316,80
MS	500460	Itaquiraí	20.401	7	22.357,19

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MS	500470	Ivinhema	22.975	10	22.171,93
MS	500480	Japorã	8.702	5	6.168,24
MS	500490	Jaraguari	6.940	6	5.488,00
MS	500500	Jardim	25.617	10	24.553,69
MS	500510	Jateí	4.031	6	3.816,44
MS	500515	Juti	6.476	6	5.119,20
MS	500520	Ladário	22.228	9	17.488,00
MS	500525	Laguna Carapã	7.097	6	5.769,62
MS	500540	Maracaju	44.042	11	34.554,47
MS	500560	Miranda	27.316	11	22.665,74
MS	500568	Mundo Novo	17.994	7	14.307,20
MS	500570	Naviraí	52.367	11	41.228,00
MS	500580	Nioaque	14.162	9	12.043,94
MS	500600	Nova Alvorada do Sul	20.217	3	9.392,99
MS	500620	Nova Andradina	51.764	9	47.827,17
MS	500625	Novo Horizonte do Sul	4.173	3	2.027,22
MS	500627	Paraíso das Águas	5.251	7	4.120,00
MS	500630	Paranaíba	41.626	8	43.715,73
MS	500635	Paranhos	13.674	9	10.795,20
MS	500640	Pedro Gomes	7.738	6	6.446,46
MS	500660	Ponta Porã	88.164	7	58.563,39
MS	500690	Porto Murtinho	16.686	9	13.211,20
MS	500710	Ribas do Rio Pardo	23.526	5	13.900,20
MS	500720	Rio Brilhante	35.465	9	27.820,80
MS	500730	Rio Negro	4.871	7	3.991,20
MS	500740	Rio Verde de Mato Grosso	19.515	11	30.470,09
MS	500750	Rochedo	5.300	5	3.791,38
MS	500755	Santa Rita do Pardo	7.682	3	3.774,69
MS	500769	São Gabriel do Oeste	25.443	11	22.653,77
MS	500770	Sete Quedas	10.811	7	8.700,80
MS	500780	Selvíria	6.469	7	5.247,66
MS	500790	Sidrolândia	52.975	9	41.084,00
MS	500793	Sonora	17.941	7	19.469,13
MS	500795	Tacuru	11.160	5	7.134,31
MS	500797	Taquarussu	3.570	8	3.915,73
MS	500800	Terenos	20.387	7	15.931,20
MS	500830	Três Lagoas	115.561	12	108.448,63
MS	500840	Vicentina	6.034	10	4.821,60
MT	510010	Acorizal	5.301	3	2.807,06
MT	510020	Água Boa	24.032	9	24.167,05
MT	510025	Alta Floresta	50.082	8	63.175,75
MT	510030	Alto Araguaia	17.841	8	17.967,00
MT	510035	Alto Boa Vista	6.308	4	6.040,97
MT	510040	Alto Garças	11.383	9	11.522,73
MT	510050	Alto Paraguai	10.814	3	4.393,60
MT	510060	Alto Taquari	9.963	10	9.927,05
MT	510080	Apiacás	9.551	8	15.169,85
MT	510100	Araguaiana	3.059	7	4.424,34
MT	510120	Araguainha	953	6	4.141,94
MT	510125	Araputanga	16.109	3	6.586,70
MT	510130	Arenápolis	9.576	6	10.386,77
MT	510140	Aripuanã	21.011	7	32.854,60
MT	510160	Barão de Melgaço	7.886	4	5.465,18
MT	510170	Barra do Bugres	33.334	7	31.123,38
MT	510180	Barra do Garças	58.690	7	41.947,91
MT	510185	Bom Jesus do Araguaia	6.144	6	8.450,22
MT	510190	Brasnorte	18.258	7	25.015,08
MT	510250	Cáceres	90.881	8	83.597,22
MT	510260	Campinápolis	15.252	4	8.529,02
MT	510263	Campo Novo do Parecis	32.778	8	32.821,67
MT	510267	Campo Verde	38.814	9	38.982,73
MT	510268	Campos de Júlio	6.336	9	8.657,55
MT	510269	Canabrava do Norte	4.654	6	9.001,58
MT	510270	Canarana	20.461	5	23.103,16
MT	510279	Carlinda	10.258	6	13.925,72
MT	510285	Castanheira	8.429	8	11.801,95
MT	510300	Chapada dos Guimarães	18.906	6	17.269,32
MT	510305	Cláudia	11.632	8	17.366,62
MT	510310	Cocalinho	5.533	3	5.123,52
MT	510320	Colíder	32.120	11	44.785,63
MT	510325	Colniza	34.885	7	45.739,52
MT	510330	Comodoro	19.702	8	31.887,00
MT	510335	Confresa	28.913	11	45.735,36
MT	510336	Conquista D'Oeste	3.799	4	3.335,43
MT	510337	Cotriguaçu	18.209	4	13.681,84
MT	510340	Cuiabá	585.367	4	373.937,08
MT	510343	Curvelândia	5.028	6	5.136,94
MT	510345	Denise	9.040	6	9.209,77
MT	510350	Diamantino	21.180	10	21.615,00
MT	510360	Dom Aquino	8.009	10	8.346,77
MT	510370	Feliz Natal	13.127	10	17.947,95
MT	510380	Figueirópolis D'Oeste	3.492	4	3.149,16
MT	510385	Gaúcha do Norte	7.167	5	10.713,77
MT	510390	General Carneiro	5.286	7	5.457,11
MT	510395	Glória D'Oeste	2.986	8	4.416,02
MT	510410	Guarantã do Norte	34.218	8	48.855,42
MT	510420	Guiratinga	14.525	7	14.875,19
MT	510450	Indiavaí	2.624	5	4.045,22
MT	510452	Ipiranga do Norte	6.903	6	6.802,40
MT	510454	Itanhangá	6.252	7	6.262,64
MT	510455	Itaúba	3.905	2	2.704,94
MT	510460	Itiquira	12.620	11	12.798,24
MT	510480	Jaciara	26.519	11	27.091,60
MT	510490	Jangada	7.961	4	5.692,61
MT	510500	Jauru	9.003	3	5.162,60
MT	510510	Juara	33.731	9	53.083,26
MT	510515	Juína	39.734	10	60.181,43
MT	510517	Juruena	14.430	9	19.564,14
MT	510520	Juscimeira	11.039	7	11.631,50
MT	510523	Lambari D'Oeste	5.831	7	5.917,85
MT	510525	Lucas do Rio Verde	59.436	12	80.437,21
MT	510530	Luciara	2.068	4	3.005,10
MT	510550	Vila Bela da Santíssima Trindade	15.406	3	6.269,42
MT	510558	Marcelândia	10.639	6	23.025,05
MT	510560	Matupá	15.654	7	21.670,37
MT	510562	Mirassol d'Oeste	26.596	4	14.882,32
MT	510590	Nobres	14.938	2	3.849,12
MT	510600	Nortelândia	5.971	5	5.831,25
MT	510610	Nossa Senhora do Livramento	12.518	8	12.558,03
MT	510615	Nova Bandeirantes	14.106	8	20.644,06
MT	510617	Nova Nazaré	3.574	4	3.394,93
MT	510618	Nova Lacerda	6.231	5	5.589,28
MT	510619	Nova Santa Helena	3.581	6	4.548,02
MT	510620	Nova Brasilândia	3.931	5	4.131,99
MT	510621	Nova Canaã do Norte	12.355	5	13.243,94
MT	510622	Nova Mutum	41.178	13	40.750,80
MT	510623	Nova Olímpia	19.218	2	4.865,27
MT	510624	Nova Ubiratã	11.074	9	15.796,47
MT	510625	Nova Xavantina	20.519	9	20.932,60
MT	510626	Novo Mundo	8.549	9	11.744,38
MT	510627	Novo Horizonte do Norte	3.862	8	5.398,99
MT	510628	Novo São Joaquim	5.200	7	6.731,90
MT	510629	Paranaíta	10.864	11	15.717,51
MT	510630	Paranatinga	21.317	8	31.831,98
MT	510631	Novo Santo Antônio	2.434	3	2.384,37
MT	510637	Pedra Preta	16.811	7	17.110,16
MT	510642	Peixoto de Azevedo	33.296	8	46.081,67
MT	510645	Planalto da Serra	2.620	4	3.053,84
MT	510650	Poconé	32.205	4	16.485,75
MT	510665	Pontal do Araguaia	6.259	4	4.401,81
MT	510670	Ponte Branca	1.588	5	3.807,68
MT	510675	Pontes e Lacerda	43.538	8	48.509,20
MT	510677	Porto Alegre do Norte	11.837	6	14.752,93
MT	510680	Porto dos Gaúchos	5.308	9	9.937,51
MT	510682	Porto Esperidião	11.535	7	11.763,88
MT	510685	Porto Estrela	3.064	3	2.234,11
MT	510700	Poxoréo	16.209	9	17.682,76
MT	510704	Primavera do Leste	58.370	9	58.925,09
MT	510706	Querência	16.061	8	22.155,89
MT	510710	São José dos Quatro Marcos	18.536	2	4.847,06
MT	510715	Reserva do Cabaçal	2.638	4	3.084,75
MT	510718	Ribeirão Cascalheira	9.681	4	9.655,57
MT	510719	Ribeirãozinho	2.306	6	4.409,33
MT	510720	Rio Branco	5.028	6	5.199,54
MT	510724	Santa Carmem	4.326	7	6.957,69
MT	510726	Santo Afonso	3.044	2	1.333,43
MT	510729	São José do Povo	3.869	6	4.676,24
MT	510730	São José do Rio Claro	19.395	5	14.662,77
MT	510735	São José do Xingu	5.396	5	10.746,27
MT	510740	São Pedro da Cipa	4.493	9	4.769,95
MT	510757	Rondolândia	3.823	7	8.278,23
MT	510760	Rondonópolis	218.899	7	154.666,69
MT	510770	Rosário Oeste	17.016	5	13.488,34
MT	510774	Santa Cruz do Xingu	2.353	5	4.324,22
MT	510775	Salto do Céu	3.423	6	4.506,72
MT	510776	Santa Rita do Trivelato	3.135	4	3.461,79
MT	510777	Santa Terezinha	7.967	1	1.142,87
MT	510779	Santo Antônio do Leste	4.728	8	5.163,71
MT	510780	Santo Antônio do Leverger	18.186	3	8.017,27
MT	510785	São Félix do Araguaia	11.209	6	15.258,54
MT	510787	Sapezal	23.496	9	31.825,25
MT	510788	Serra Nova Dourada	1.548	2	1.346,59
MT	510790	Sinop	132.934	9	184.478,39
MT	510792	Sorriso	82.792	11	112.751,10
MT	510794	Tabaporã	9.398	9	21.297,35
MT	510795	Tangará da Serra	96.932	11	96.755,44
MT	510800	Tapurah	12.632	12	17.278,17
MT	510805	Terra Nova do Norte	9.816	9	18.601,54
MT	510810	Tesouro	3.666	6	4.539,62
MT	510820	Torixoréu	3.644	5	4.077,78
MT	510830	União do Sul	3.509	9	7.946,64
MT	510835	Vale de São Domingos	3.047	4	3.086,62
MT	510840	Várzea Grande	271.339	2	55.123,99
MT	510850	Vera	10.820	8	17.437,85
MT	510860	Vila Rica	24.392	7	33.611,33
MT	510880	Nova Guarita	4.523	8	7.921,95
MT	510885	Nova Marilândia	3.133	5	4.094,87
MT	510890	Nova Maringá	7.975	5	10.080,33
MT	510895	Nova Monte Verde	8.730	7	13.623,56
PA	150010	Abaetetuba	151.934	8	229.184,64
PA	150013	Abel Figueiredo	7.179	9	13.570,75
PA	150020	Acará	54.080	5	51.479,74
PA	150030	Afuá	37.778	8	71.220,75
PA	150034	Água Azul do Norte	26.497	3	20.038,10
PA	150040	Alenquer	54.960	6	62.458,99
PA	150050	Almeirim	33.282	8	87.689,69
PA	150060	Altamira	109.938	8	165.122,14
PA	150070	Anajás	28.012	3	20.978,87
PA	150080	Ananindeua	510.834	7	673.743,96
PA	150085	Anapu	26.271	9	48.398,42
PA	150090	Augusto Corrêa	44.227	5	54.094,48
PA	150095	Aurora do Pará	29.991	5	42.123,42
PA	150100	Aveiro	15.950	3	12.156,93
PA	150110	Bagre	29.065	3	21.551,71
PA	150120	Baião	44.956	10	83.330,83
PA	150125	Bannach	3.233	4	4.504,48
PA	150130	Barcarena	118.537	8	176.391,62
PA	150140	Belém	1.446.042	8	2.193.199,97
PA	150145	Belterra	17.145	7	32.443,36
PA	150150	Benevides	59.836	6	67.000,98
PA	150157	Bom Jesus do Tocantins	16.375	6	27.812,43
PA	150160	Bonito	15.563	6	26.192,73
PA	150170	Bragança	122.881	8	185.150,34
PA	150172	Brasil Novo	14.834	7	34.203,02
PA	150175	Brejo Grande do Araguaia	7.206	6	13.892,60
PA	150178	Breu Branco	62.737	4	46.636,47
PA	150180	Breves	99.080	3	56.121,33
PA	150190	Bujaru	28.016	9	52.730,93
PA	150195	Cachoeira do Piriá	32.139	6	35.819,25
PA	150200	Cachoeira do Arari	22.786	6	51.224,01
PA	150210	Cametá	132.515	4	99.690,01
PA	150215	Canaã dos Carajás	34.853	10	64.048,78
PA	150220	Capanema	66.759	8	113.726,39
PA	150230	Capitão Poço	52.768	7	70.243,98
PA	150240	Castanhal	192.571	7	252.997,25
PA	150250	Chaves	22.821	6	38.677,22

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	150260	Colares	11.721	8	22.247,20
PA	150270	Conceição do Araguaia	46.485	6	70.683,71
PA	150275	Concórdia do Pará	31.884	7	53.736,07
PA	150276	Cumaru do Norte	12.765	5	17.743,77
PA	150277	Curionópolis	17.578	9	34.484,88
PA	150280	Curralinho	32.881	5	39.918,51
PA	150285	Curuá	13.783	7	25.827,47
PA	150290	Curuçá	38.391	9	71.986,32
PA	150293	Dom Eliseu	57.251	8	96.663,91
PA	150295	Eldorado dos Carajás	32.780	6	49.764,25
PA	150300	Faro	7.168	2	8.496,84
PA	150304	Floresta do Araguaia	19.508	4	20.174,36
PA	150307	Garrafão do Norte	25.345	5	36.173,12
PA	150309	Goianésia do Pará	38.677	4	36.159,79
PA	150310	Gurupá	32.049	5	39.144,84
PA	150320	Igarapé-Açu	37.547	10	71.096,96
PA	150330	Igarapé-Miri	60.675	6	68.950,32
PA	150340	Inhangapi	11.224	7	21.049,33
PA	150345	Ipixuna do Pará	60.433	5	55.758,93
PA	150350	Irituia	31.664	8	60.281,87
PA	150360	Itaituba	98.485	7	131.236,39
PA	150370	Itupiranga	51.806	8	88.740,28
PA	150375	Jacareacanga	41.487	6	63.206,27
PA	150380	Jacundá	56.781	7	74.660,48
PA	150390	Juruti	55.179	5	51.408,32
PA	150400	Limoeiro do Ajuru	27.760	5	39.089,71
PA	150405	Mãe do Rio	29.112	6	49.634,56
PA	150410	Magalhães Barata	8.298	3	7.883,26
PA	150420	Marabá	266.932	6	299.468,80
PA	150430	Maracanã	28.668	6	49.115,24
PA	150440	Marapanim	27.471	5	39.089,71
PA	150442	Marituba	125.435	8	187.264,98
PA	150445	Medicilândia	30.315	5	36.995,92
PA	150450	Melgaço	26.652	1	5.027,04
PA	150460	Mocajuba	29.846	7	55.985,55
PA	150470	Moju	78.629	6	88.423,19
PA	150475	Mojuí dos Campos	15.548	3	11.766,14
PA	150480	Monte Alegre	56.391	7	75.068,40
PA	150490	Muaná	38.616	5	47.010,21
PA	150495	Nova Esperança do Piriá	20.727	8	39.350,61
PA	150497	Nova Ipixuna	16.032	5	22.618,56
PA	150500	Nova Timboteua	14.791	5	20.903,17
PA	150503	Novo Progresso	25.102	7	80.148,33
PA	150506	Novo Repartimento	72.347	5	67.449,09
PA	150510	Óbidos	50.596	9	96.094,12
PA	150520	Oeiras do Pará	31.257	7	52.927,08
PA	150530	Oriximiná	70.071	9	164.703,83
PA	150540	Ourém	17.237	9	32.591,90
PA	150543	Ourilândia do Norte	31.359	4	29.304,91
PA	150548	Pacajá	45.596	11	85.275,22
PA	150549	Palestina do Pará	7.404	3	7.108,17
PA	150550	Paragominas	108.547	7	142.652,89
PA	150553	Parauapebas	196.259	4	144.674,22
PA	150555	Pau D'Arco	5.436	3	5.588,46
PA	150560	Peixe-Boi	7.867	5	13.521,43
PA	150563	Piçarra	12.653	8	24.223,97
PA	150565	Placas	29.336	8	54.338,24
PA	150570	Ponta de Pedras	29.700	9	55.532,30
PA	150580	Portel	59.322	5	55.496,12
PA	150590	Porto de Moz	39.246	8	73.264,17
PA	150600	Prainha	29.132	9	55.878,90
PA	150610	Primavera	10.510	7	19.967,63
PA	150611	Quatipuru	13.142	4	13.662,54
PA	150613	Redenção	81.647	5	76.934,90
PA	150616	Rio Maria	17.721	3	13.539,52
PA	150618	Rondon do Pará	50.460	8	85.658,58
PA	150619	Rurópolis	47.971	5	57.936,80
PA	150620	Salinópolis	39.328	5	48.373,09
PA	150630	Salvaterra	22.740	8	42.601,42
PA	150635	Santa Bárbara do Pará	20.077	6	33.670,74
PA	150640	Santa Cruz do Arari	9.635	5	16.140,36
PA	150650	Santa Izabel do Pará	67.686	5	63.311,78
PA	150655	Santa Luzia do Pará	19.348	7	37.050,10
PA	150658	Santa Maria das Barreiras	20.396	6	34.150,65
PA	150660	Santa Maria do Pará	24.059	3	18.226,63
PA	150670	Santana do Araguaia	68.934	7	89.360,35
PA	150680	Santarém	294.447	8	445.660,07
PA	150690	Santarém Novo	6.482	5	11.032,76
PA	150700	Santo Antônio do Tauá	30.129	4	28.212,73
PA	150710	São Caetano de Odivelas	17.492	2	8.293,66
PA	150715	São Domingos do Araguaia	24.659	9	46.564,48
PA	150720	São Domingos do Capim	30.987	9	58.745,03
PA	150730	São Félix do Xingu	120.580	4	88.505,85
PA	150740	São Francisco do Pará	15.418	8	29.289,67
PA	150745	São Geraldo do Araguaia	24.394	7	48.137,52
PA	150746	São João da Ponta	5.884	8	11.035,99
PA	150747	São João de Pirabas	22.207	11	41.879,66
PA	150750	São João do Araguaia	13.569	5	19.312,04
PA	150760	São Miguel do Guamá	56.667	9	106.535,94
PA	150770	São Sebastião da Boa Vista	25.540	7	47.916,60
PA	150775	Sapucaia	5.678	5	9.575,89
PA	150780	Senador José Porfírio	11.587	7	24.073,52
PA	150790	Soure	24.488	3	18.500,10
PA	150795	Tailândia	100.300	8	148.026,72
PA	150796	Terra Alta	11.262	8	21.176,93
PA	150797	Terra Santa	18.105	6	30.758,72
PA	150800	Tomé-Açu	61.095	9	115.132,40
PA	150803	Tracuateua	29.793	6	50.501,83
PA	150805	Trairão	18.280	7	34.439,17
PA	150808	Tucumã	37.920	7	63.944,42
PA	150810	Tucuruí	108.885	7	142.891,51
PA	150812	Ulianópolis	55.739	8	92.349,87
PA	150815	Uruará	44.370	4	42.592,86
PA	150820	Vigia	51.705	6	58.472,32
PA	150830	Viseu	59.401	4	44.984,97
PA	150835	Vitória do Xingu	14.566	9	27.436,68
PA	150840	Xinguara	43.188	8	81.571,16
PB	250010	Água Branca	10.172	7	9.074,70
PB	250020	Aguiar	5.567	3	2.513,70
PB	250030	Alagoa Grande	28.604	8	25.859,70
PB	250040	Alagoa Nova	20.596	6	16.605,00
PB	250050	Alagoinha	14.376	6	11.570,04
PB	250053	Alcantil	5.475	4	3.434,13
PB	250057	Algodão de Jandaíra	2.488	4	1.559,25
PB	250060	Alhandra	19.412	6	20.777,04
PB	250070	São João do Rio do Peixe	17.934	3	6.454,44
PB	250073	Amparo	2.229	3	1.056,12
PB	250077	Aparecida	8.348	4	5.205,69
PB	250080	Araçagi	17.061	4	8.539,74
PB	250090	Arara	13.448	6	10.817,55
PB	250100	Araruna	20.237	5	13.534,43
PB	250110	Areia	22.940	5	15.843,60
PB	250115	Areia de Baraúnas	2.137	3	858,6
PB	250120	Areial	6.938	6	6.210,00
PB	250130	Aroeiras	19.178	5	12.999,83
PB	250135	Assunção	3.876	5	3.102,30
PB	250140	Baía da Traição	8.951	1	794,34
PB	250150	Bananeiras	21.195	8	19.810,80
PB	250153	Baraúna	4.843	4	2.997,54
PB	250157	Barra de Santana	8.245	4	5.232,15
PB	250160	Barra de Santa Rosa	15.286	7	13.630,50
PB	250170	Barra de São Miguel	5.943	5	4.783,05
PB	250180	Bayeux	96.583	4	48.739,21
PB	250190	Belém	17.640	7	15.834,60
PB	250200	Belém do Brejo do Cruz	7.334	5	5.929,20
PB	250205	Bernardino Batista	3.398	4	2.114,28
PB	250210	Boa Ventura	5.410	7	5.062,50
PB	250215	Boa Vista	6.986	7	6.195,60
PB	250220	Bom Jesus	2.550	5	2.050,92
PB	250230	Bom Sucesso	4.989	5	4.085,64
PB	250240	Bonito de Santa Fé	11.814	3	4.206,24
PB	250250	Boqueirão	17.757	4	8.746,65
PB	250260	Igaracy	6.182	3	2.794,50
PB	250270	Borborema	5.399	4	3.380,58
PB	250280	Brejo do Cruz	14.006	7	12.510,00
PB	250290	Brejo dos Santos	6.435	3	2.885,85
PB	250300	Caaporã	21.717	4	14.226,30
PB	250310	Cabaceiras	5.511	2	1.471,23
PB	250320	Cabedelo	66.858	6	47.256,48
PB	250330	Cachoeira dos Índios	10.191	3	3.641,04
PB	250340	Cacimba de Areia	3.731	4	2.339,19
PB	250350	Cacimba de Dentro	17.153	5	11.575,58
PB	250355	Cacimbas	7.148	4	4.480,56
PB	250360	Caiçara	7.288	4	4.601,52
PB	250370	Cajazeiras	61.816	5	27.643,95
PB	250375	Cajazeirinhas	3.181	3	1.424,25
PB	250380	Caldas Brandão	5.986	4	3.745,35
PB	250390	Camalaú	5.996	8	5.373,90
PB	250400	Campina Grande	407.754	8	291.651,84
PB	250403	Capim	6.441	2	1.708,02
PB	250407	Caraúbas	4.143	6	3.703,50
PB	250410	Carrapateira	2.635	1	234,09
PB	250415	Casserengue	7.436	5	5.989,14
PB	250420	Catingueira	4.927	5	3.985,20
PB	250430	Catolé do Rocha	30.360	6	21.728,88
PB	250435	Caturité	4.810	8	4.301,10
PB	250440	Conceição	18.903	5	12.730,50
PB	250450	Condado	6.743	4	4.241,79
PB	250460	Conde	24.380	4	15.823,50
PB	250470	Congo	4.785	5	3.871,80
PB	250480	Coremas	15.418	6	12.481,29
PB	250485	Coxixola	1.909	6	1.702,80
PB	250490	Cruz do Espírito Santo	17.389	4	11.359,92
PB	250500	Cubati	7.234	5	5.826,33
PB	250510	Cuité	20.337	4	10.060,88
PB	250520	Cuitegi	6.815	4	4.343,85
PB	250523	Cuité de Mamanguape	6.349	4	3.994,20
PB	250527	Curral de Cima	5.238	2	1.419,93
PB	250530	Curral Velho	2.520	5	2.048,49
PB	250535	Damião	5.296	4	3.304,98
PB	250540	Desterro	8.280	3	3.713,85
PB	250550	Vista Serrana	3.777	4	2.358,72
PB	250560	Diamante	6.570	5	5.375,16
PB	250570	Dona Inês	10.419	2	2.370,38
PB	250580	Duas Estradas	3.606	3	1.640,25
PB	250590	Emas	3.507	5	2.822,85
PB	250600	Esperança	33.031	8	29.506,50
PB	250610	Fagundes	11.345	7	10.304,10
PB	250620	Frei Martinho	2.988	5	2.418,66
PB	250625	Gado Bravo	8.443	6	7.619,40
PB	250630	Guarabira	58.529	7	36.642,06
PB	250640	Gurinhém	14.126	5	9.528,98
PB	250650	Gurjão	3.407	6	3.038,40
PB	250660	Ibiara	5.949	6	5.424,30
PB	250670	Imaculada	11.792	4	5.815,76
PB	250680	Ingá	18.105	6	14.614,02
PB	250690	Itabaiana	24.519	5	16.647,53
PB	250700	Itaporanga	24.674	5	16.536,83
PB	250710	Itapororoca	18.527	6	14.848,92
PB	250720	Itatuba	10.809	3	3.866,04
PB	250730	Jacaraú	14.348	4	7.086,42
PB	250740	Jericó	7.730	8	6.945,30
PB	250750	João Pessoa	801.718	5	474.862,80
PB	250760	Juarez Távora	7.901	4	4.945,50
PB	250770	Juazeirinho	18.061	7	16.111,80
PB	250780	Junco do Seridó	7.111	6	6.348,60
PB	250790	Juripiranga	10.721	5	7.201,58
PB	250800	Juru	9.880	7	8.927,10
PB	250810	Lagoa	4.676	5	3.815,10
PB	250820	Lagoa de Dentro	7.645	3	3.428,55
PB	250830	Lagoa Seca	27.398	6	22.070,07
PB	250840	Lastro	2.745	4	1.769,67
PB	250850	Livramento	7.371	5	5.957,55
PB	250855	Logradouro	4.299	5	3.445,74
PB	250860	Lucena	12.965	5	11.523,60
PB	250870	Mãe d'Água	4.017	5	3.275,64

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	250880	Malta	5.668	6	5.111,10
PB	250890	Mamanguape	44.694	2	13.310,70
PB	250900	Manaíra	11.094	4	5.477,67
PB	250905	Marcação	8.475	3	3.762,45
PB	250910	Mari	21.806	2	4.894,88
PB	250915	Marizópolis	6.569	5	5.282,82
PB	250920	Massaranduba	13.755	4	6.758,73
PB	250930	Mataraca	8.345	4	5.177,97
PB	250933	Matinhas	4.517	2	1.214,19
PB	250937	Mato Grosso	2.892	3	1.291,05
PB	250939	Maturéia	6.516	5	5.217,21
PB	250940	Mogeiro	13.300	5	9.010,58
PB	250950	Montadas	5.611	4	3.482,64
PB	250960	Monte Horebe	4.793	4	2.998,17
PB	250970	Monteiro	33.039	8	29.496,60
PB	250980	Mulungu	9.882	6	8.856,00
PB	250990	Natuba	10.455	3	3.762,00
PB	251000	Nazarezinho	7.307	4	4.625,46
PB	251010	Nova Floresta	10.644	6	8.635,41
PB	251020	Nova Olinda	5.971	3	2.726,10
PB	251030	Nova Palmeira	4.849	5	3.875,04
PB	251040	Olho d'Água	6.578	5	5.504,76
PB	251050	Olivedos	3.916	6	3.492,00
PB	251060	Ouro Velho	3.033	2	816,21
PB	251065	Parari	1.782	3	1.003,29
PB	251070	Passagem	2.404	5	1.930,23
PB	251080	Patos	107.067	7	66.977,82
PB	251090	Paulista	12.263	4	6.046,92
PB	251100	Pedra Branca	3.800	3	1.708,20
PB	251110	Pedra Lavrada	8.053	9	7.183,80
PB	251120	Pedras de Fogo	28.395	7	25.457,40
PB	251130	Piancó	16.039	5	10.789,88
PB	251140	Picuí	18.704	7	16.803,00
PB	251150	Pilar	11.863	3	4.242,96
PB	251160	Pilões	6.667	7	6.174,00
PB	251170	Pilõezinhos	5.099	6	4.643,10
PB	251180	Pirpirituba	10.570	6	8.549,55
PB	251190	Pitimbu	18.938	3	8.968,80
PB	251200	Pocinhos	18.451	6	14.800,32
PB	251203	Poço Dantas	3.774	4	2.386,44
PB	251207	Poço de José de Moura	4.282	3	1.910,25
PB	251210	Pombal	32.739	6	23.552,64
PB	251220	Prata	4.145	5	3.328,29
PB	251230	Princesa Isabel	23.247	4	11.382,53
PB	251240	Puxinanã	13.638	5	9.150,98
PB	251250	Queimadas	43.945	7	35.370,27
PB	251260	Quixaba	1.933	3	1.257,43
PB	251270	Remígio	19.368	5	12.925,58
PB	251272	Pedro Régis	6.067	6	5.430,60
PB	251274	Riachão	3.570	2	953,37
PB	251275	Riachão do Bacamarte	4.503	4	2.819,88
PB	251276	Riachão do Poço	4.481	2	1.199,34
PB	251278	Riacho de Santo Antônio	1.955	5	2.149,53
PB	251280	Riacho dos Cavalos	8.587	6	7.706,70
PB	251290	Rio Tinto	24.090	8	28.827,60
PB	251300	Salgadinho	3.927	2	1.045,17
PB	251310	Salgado de São Félix	12.145	4	6.011,28
PB	251315	Santa Cecília	6.570	6	5.949,00
PB	251320	Santa Cruz	6.582	3	2.960,55
PB	251330	Santa Helena	5.902	2	1.606,23
PB	251335	Santa Inês	3.595	2	970,38
PB	251340	Santa Luzia	15.341	7	13.750,20
PB	251350	Santana de Mangueira	5.191	3	2.381,40
PB	251360	Santana dos Garrotes	7.067	4	4.541,67
PB	251365	Joca Claudino	2.685	6	2.412,00
PB	251370	Santa Rita	135.915	4	64.771,20
PB	251380	Santa Teresinha	4.582	3	2.075,40
PB	251385	Santo André	2.529	4	1.615,95
PB	251390	São Bento	33.847	8	30.117,60
PB	251392	São Bentinho	4.497	5	3.605,31
PB	251394	São Domingos do Cariri	2.582	6	2.306,70
PB	251396	São Domingos	3.091	5	2.479,41
PB	251398	São Francisco	3.369	4	2.135,07
PB	251400	São João do Cariri	4.309	5	3.525,12
PB	251410	São João do Tigre	4.427	5	3.598,02
PB	251420	São José da Lagoa Tapada	7.678	6	6.909,30
PB	251430	São José de Caiana	6.256	3	2.803,95
PB	251440	São José de Espinharas	4.659	5	3.837,78
PB	251445	São José dos Ramos	5.920	5	4.754,70
PB	251450	São José de Piranhas	20.062	5	13.470,30
PB	251455	São José de Princesa	3.897	3	1.847,70
PB	251460	São José do Bonfim	3.530	5	2.828,52
PB	251465	São José do Brejo do Cruz	1.793	5	1.895,97
PB	251470	São José do Sabugi	4.135	2	1.113,48
PB	251480	São José dos Cordeiros	3.720	3	1.687,05
PB	251490	São Mamede	7.738	4	4.910,22
PB	251500	São Miguel de Taipu	7.131	2	1.911,33
PB	251510	São Sebastião de Lagoa de Roça	11.762	6	9.458,37
PB	251520	São Sebastião do Umbuzeiro	3.469	4	2.167,20
PB	251530	Sapé	52.463	5	23.498,10
PB	251540	São Vicente do Seridó	10.994	2	2.452,50
PB	251550	Serra Branca	13.637	3	4.883,04
PB	251560	Serra da Raiz	3.137	6	2.871,00
PB	251570	Serra Grande	3.089	5	2.493,18
PB	251580	Serra Redonda	7.036	3	3.190,05
PB	251590	Serraria	6.123	3	2.798,10
PB	251593	Sertãozinho	4.969	6	4.402,80
PB	251597	Sobrado	7.754	1	694,08
PB	251600	Solânea	26.551	4	13.327,88
PB	251610	Soledade	14.853	5	9.931,95
PB	251615	Sossêgo	3.522	7	3.127,50
PB	251620	Sousa	69.196	8	55.745,82
PB	251630	Sumé	16.872	5	11.329,20
PB	251640	Tacima	10.896	6	8.765,82
PB	251650	Taperoá	15.193	5	10.378,80
PB	251660	Tavares	14.615	7	13.111,20
PB	251670	Teixeira	15.085	2	3.369,15
PB	251675	Tenório	3.039	3	1.354,95
PB	251680	Triunfo	9.465	5	7.652,07
PB	251690	Uiraúna	15.307	2	3.426,30
PB	251700	Umbuzeiro	9.901	5	8.010,09
PB	251710	Várzea	2.784	4	1.730,61
PB	251720	Vieirópolis	5.327	6	4.765,50
PB	251740	Zabelê	2.227	5	1.788,48
PE	260005	Abreu e Lima	98.990	6	65.077,32
PE	260010	Afogados da Ingazeira	36.866	11	40.379,90
PE	260020	Afrânio	19.225	7	15.719,61
PE	260030	Agrestina	24.454	8	20.035,46
PE	260040	Água Preta	36.040	7	26.537,89
PE	260050	Águas Belas	42.831	5	22.853,69
PE	260060	Alagoinha	14.431	7	11.845,67
PE	260070	Aliança	38.261	8	31.598,63
PE	260080	Altinho	22.886	5	14.171,68
PE	260090	Amaraji	22.685	6	16.832,81
PE	260100	Angelim	10.965	7	8.988,53
PE	260105	Araçoiaba	20.046	7	21.797,60
PE	260110	Araripina	83.287	10	79.819,20
PE	260120	Arcoverde	73.154	11	79.939,20
PE	260130	Barra de Guabiraba	14.091	6	10.372,66
PE	260140	Barreiros	42.331	5	26.455,05
PE	260150	Belém de Maria	11.941	7	9.819,49
PE	260160	Belém de São Francisco	20.672	7	17.081,68
PE	260170	Belo Jardim	75.729	11	83.008,20
PE	260180	Betânia	12.589	5	7.767,91
PE	260190	Bezerros	60.469	7	46.497,22
PE	260200	Bodocó	37.571	7	36.943,83
PE	260210	Bom Conselho	47.991	8	46.040,64
PE	260220	Bom Jardim	38.976	8	32.151,22
PE	260230	Bonito	38.069	7	33.217,80
PE	260240	Brejão	8.980	6	7.438,96
PE	260250	Brejinho	7.464	9	6.165,26
PE	260260	Brejo da Madre de Deus	49.624	6	43.200,96
PE	260270	Buenos Aires	13.050	9	10.747,91
PE	260280	Buíque	57.120	6	28.012,80
PE	260290	Cabo de Santo Agostinho	202.636	5	110.300,30
PE	260300	Cabrobó	33.557	10	27.462,02
PE	260310	Cachoeirinha	20.082	8	16.479,53
PE	260320	Caetés	28.326	4	14.922,48
PE	260330	Calçado	11.094	10	9.270,20
PE	260340	Calumbi	5.741	6	4.752,80
PE	260345	Camaragibe	155.228	7	118.621,58
PE	260350	Camocim de São Félix	18.440	10	15.109,19
PE	260360	Camutanga	8.472	9	6.979,70
PE	260370	Canhotinho	24.799	5	18.015,71
PE	260380	Capoeiras	19.994	7	16.523,30
PE	260390	Carnaíba	19.380	13	15.956,67
PE	260392	Carnaubeira da Penha	12.706	8	10.410,08
PE	260400	Carpina	81.884	5	33.475,30
PE	260410	Caruaru	351.686	9	343.617,12
PE	260415	Casinhas	14.247	6	10.570,40
PE	260420	Catende	41.865	10	34.170,79
PE	260430	Cedro	11.607	9	11.100,46
PE	260440	Chã de Alegria	13.302	7	10.908,16
PE	260450	Chã Grande	21.402	5	17.551,05
PE	260460	Condado	26.008	6	19.196,82
PE	260470	Correntes	18.033	2	3.710,39
PE	260480	Cortês	12.581	7	12.191,71
PE	260490	Cumaru	12.332	5	10.822,67
PE	260500	Cupira	23.909	5	14.769,50
PE	260510	Custódia	36.474	7	26.899,19
PE	260515	Dormentes	18.510	8	15.133,15
PE	260520	Escada	67.839	7	45.468,70
PE	260530	Exu	31.858	9	26.494,78
PE	260540	Feira Nova	21.836	6	16.139,21
PE	260550	Ferreiros	12.008	7	9.876,48
PE	260560	Flores	22.577	7	18.675,86
PE	260570	Floresta	32.152	11	30.663,88
PE	260580	Frei Miguelinho	15.234	3	5.001,26
PE	260590	Gameleira	30.426	6	23.237,80
PE	260600	Garanhuns	137.810	8	105.615,07
PE	260610	Glória do Goitá	30.324	5	16.225,12
PE	260620	Goiana	78.940	7	53.051,43
PE	260630	Granito	7.363	4	4.225,49
PE	260640	Gravatá	82.579	7	63.057,61
PE	260650	Iati	19.056	6	16.493,08
PE	260660	Ibimirim	28.798	11	23.626,90
PE	260670	Ibirajuba	7.730	4	4.466,60
PE	260680	Igarassu	113.956	4	49.483,72
PE	260690	Iguaracy	12.156	9	10.025,16
PE	260700	Inajá	22.374	7	18.115,83
PE	260710	Ingazeira	4.549	13	3.774,82
PE	260720	Ipojuca	92.965	10	100.475,10
PE	260730	Ipubi	30.091	7	22.621,01
PE	260740	Itacuruba	4.807	6	3.926,80
PE	260750	Itaíba	26.362	4	12.107,55
PE	260760	Ilha de Itamaracá	25.346	5	21.131,25
PE	260765	Itambé	36.299	8	34.971,99
PE	260770	Itapetim	13.708	11	11.507,83
PE	260775	Itapissuma	26.073	4	15.607,79
PE	260780	Itaquitinga	16.806	4	7.610,89
PE	260790	Jaboatão dos Guararapes	691.125	6	452.840,52
PE	260795	Jaqueira	11.649	6	8.694,81
PE	260800	Jataúba	16.943	6	12.532,24
PE	260805	Jatobá	14.646	5	10.546,40
PE	260810	João Alfredo	33.217	7	24.486,85
PE	260820	Joaquim Nabuco	16.004	7	13.262,26
PE	260825	Jucati	11.269	6	8.327,57
PE	260830	Jupi	14.620	3	5.600,84
PE	260840	Jurema	15.229	6	11.278,12
PE	260845	Lagoa do Carro	17.654	7	16.825,66
PE	260850	Lagoa de Itaenga	21.308	6	15.816,58
PE	260860	Lagoa do Ouro	12.951	9	10.626,49

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	260870	Lagoa dos Gatos	16.190	6	12.014,09
PE	260875	Lagoa Grande	25.030	9	20.449,28
PE	260880	Lajedo	39.570	4	16.206,12
PE	260890	Limoeiro	56.203	9	54.376,35
PE	260900	Macaparana	25.114	10	20.659,09
PE	260910	Machados	15.571	9	12.648,54
PE	260915	Manari	20.681	9	16.769,45
PE	260920	Maraial	11.570	7	9.919,43
PE	260930	Mirandiba	15.185	11	12.470,95
PE	260940	Moreno	61.577	5	33.558,80
PE	260950	Nazaré da Mata	32.174	7	27.818,73
PE	260960	Olinda	390.144	6	257.066,04
PE	260970	Orobó	23.717	6	17.591,07
PE	260980	Orocó	14.623	7	11.931,57
PE	260990	Ouricuri	68.236	10	65.814,29
PE	261000	Palmares	62.571	7	42.040,04
PE	261010	Palmeirina	7.864	3	3.382,88
PE	261020	Panelas	26.440	8	21.901,39
PE	261030	Paranatama	11.403	8	9.456,87
PE	261040	Parnamirim	21.290	9	17.505,42
PE	261050	Passira	28.935	10	24.021,73
PE	261060	Paudalho	55.493	4	21.218,80
PE	261070	Paulista	325.590	6	213.001,80
PE	261080	Pedra	22.455	9	18.503,23
PE	261090	Pesqueira	66.524	7	44.640,04
PE	261100	Petrolândia	35.731	10	34.069,69
PE	261110	Petrolina	337.683	7	255.602,27
PE	261120	Poção	11.266	3	3.721,96
PE	261130	Pombos	26.902	9	29.525,10
PE	261140	Primavera	14.657	4	6.591,44
PE	261150	Quipapá	25.686	10	21.092,74
PE	261153	Quixaba	6.812	8	5.654,80
PE	261160	Recife	1.625.583	5	1.001.036,28
PE	261170	Riacho das Almas	20.286	3	8.877,88
PE	261180	Ribeirão	46.877	5	29.236,53
PE	261190	Rio Formoso	23.282	6	17.232,76
PE	261200	Sairé	10.247	5	6.738,30
PE	261210	Salgadinho	10.588	3	3.443,76
PE	261220	Salgueiro	60.117	12	57.617,32
PE	261230	Saloá	15.761	9	15.175,29
PE	261240	Sanharó	25.521	6	18.619,94
PE	261245	Santa Cruz	15.032	7	12.271,88
PE	261247	Santa Cruz da Baixa Verde	12.439	8	10.221,75
PE	261250	Santa Cruz do Capibaribe	103.660	6	66.980,10
PE	261255	Santa Filomena	14.265	7	11.706,07
PE	261260	Santa Maria da Boa Vista	41.475	8	34.108,02
PE	261270	Santa Maria do Cambucá	13.921	7	11.420,28
PE	261280	Santa Terezinha	11.682	10	9.603,90
PE	261290	São Benedito do Sul	15.497	5	9.481,45
PE	261300	São Bento do Una	58.251	8	42.863,70
PE	261310	São Caitano	36.895	5	19.738,05
PE	261320	São João	22.518	7	24.643,30
PE	261330	São Joaquim do Monte	21.215	6	15.738,52
PE	261340	São José da Coroa Grande	20.654	7	19.602,94
PE	261350	São José do Belmonte	33.742	6	22.253,76
PE	261360	São José do Egito	33.537	13	27.559,49
PE	261370	São Lourenço da Mata	111.197	8	97.032,32
PE	261380	São Vicente Ferrer	17.834	7	14.672,24
PE	261390	Serra Talhada	84.970	11	81.315,33
PE	261400	Serrita	19.049	12	15.708,04
PE	261410	Sertânia	35.521	7	26.291,83
PE	261420	Sirinhaém	44.734	9	36.498,46
PE	261430	Moreilândia	11.240	7	9.289,20
PE	261440	Solidão	5.964	7	4.913,87
PE	261450	Surubim	63.780	9	60.892,02
PE	261460	Tabira	28.132	10	23.093,31
PE	261470	Tacaimbó	12.872	5	8.011,37
PE	261480	Tacaratu	25.003	7	20.341,08
PE	261485	Tamandaré	22.850	7	21.777,72
PE	261500	Taquaritinga do Norte	27.981	6	20.511,89
PE	261510	Terezinha	7.089	7	5.829,08
PE	261520	Terra Nova	10.313	9	8.412,81
PE	261530	Timbaúba	53.328	11	52.166,86
PE	261540	Toritama	43.174	7	31.314,24
PE	261550	Tracunhaém	13.643	3	4.492,12
PE	261560	Trindade	29.842	9	24.382,69
PE	261570	Triunfo	15.235	7	12.621,28
PE	261580	Tupanatinga	26.727	10	21.851,00
PE	261590	Tuparetama	8.159	5	6.057,97
PE	261600	Venturosa	18.067	7	14.760,62
PE	261610	Verdejante	9.471	7	7.805,70
PE	261618	Vertente do Lério	7.693	6	6.491,53
PE	261620	Vertentes	20.222	7	21.973,60
PE	261630	Vicência	32.296	6	28.298,16
PE	261640	Vitória de Santo Antão	136.706	5	65.458,01
PE	261650	Xexéu	14.618	7	12.046,38
PI	220005	Acauã	6.951	6	6.757,45
PI	220010	Agricolândia	5.069	6	5.295,46
PI	220020	Água Branca	17.068	10	17.708,36
PI	220025	Alagoinha do Piauí	7.515	8	7.311,07
PI	220027	Alegrete do Piauí	4.835	5	4.574,66
PI	220030	Alto Longá	14.040	5	10.238,52
PI	220040	Altos	39.795	7	46.395,06
PI	220045	Alvorada do Gurguéia	5.303	5	4.629,92
PI	220050	Amarante	17.317	7	16.873,66
PI	220060	Angical do Piauí	6.688	6	6.533,28
PI	220070	Anísio de Abreu	9.655	5	8.418,60
PI	220080	Antônio Almeida	3.109	6	3.024,43
PI	220090	Aroazes	5.755	5	5.073,79
PI	220095	Aroeiras do Itaim	2.460	4	1.678,40
PI	220100	Arraial	4.662	7	4.569,30
PI	220105	Assunção do Piauí	7.703	3	3.745,69
PI	220110	Avelino Lopes	11.471	3	4.457,41
PI	220115	Baixa Grande do Ribeiro	11.302	5	8.200,47
PI	220117	Barra D'Alcântara	3.888	9	3.788,58
PI	220120	Barras	46.189	7	40.598,72
PI	220130	Barreiras do Piauí	3.291	4	2.242,64
PI	220140	Barro Duro	6.930	7	7.541,87
PI	220150	Batalha	26.379	10	25.664,30
PI	220155	Bela Vista do Piauí	3.934	4	2.673,84
PI	220157	Belém do Piauí	3.485	6	3.376,29
PI	220160	Beneditinos	10.032	8	13.015,05
PI	220170	Bertolínia	5.408	5	4.738,70
PI	220173	Betânia do Piauí	6.102	7	5.942,62
PI	220177	Boa Hora	6.633	4	4.502,34
PI	220180	Bocaina	4.440	4	3.026,57
PI	220190	Bom Jesus	24.532	5	17.783,28
PI	220191	Bom Princípio do Piauí	5.517	3	2.678,91
PI	220192	Bonfim do Piauí	5.564	6	5.408,50
PI	220194	Boqueirão do Piauí	6.284	6	6.218,46
PI	220196	Brasileira	8.177	6	7.952,41
PI	220198	Brejo do Piauí	3.845	6	4.522,17
PI	220200	Buriti dos Lopes	19.441	5	14.192,56
PI	220202	Buriti dos Montes	7.909	6	7.980,68
PI	220205	Cabeceiras do Piauí	10.368	5	7.547,68
PI	220207	Cajazeiras do Piauí	3.485	3	1.691,56
PI	220208	Cajueiro da Praia	7.483	4	5.083,64
PI	220209	Caldeirão Grande do Piauí	5.680	7	5.596,61
PI	220210	Campinas do Piauí	5.515	4	3.757,29
PI	220211	Campo Alegre do Fidalgo	4.935	5	4.307,99
PI	220213	Campo Grande do Piauí	5.823	8	5.654,11
PI	220217	Campo Largo do Piauí	7.126	4	4.840,06
PI	220220	Campo Maior	46.031	4	24.753,38
PI	220225	Canavieira	3.898	5	3.438,67
PI	220230	Canto do Buriti	20.770	9	20.175,87
PI	220240	Capitão de Campos	11.205	5	8.215,82
PI	220245	Capitão Gervásio Oliveira	4.021	4	2.734,56
PI	220250	Caracol	10.688	6	9.334,41
PI	220253	Caraúbas do Piauí	5.750	7	5.582,97
PI	220255	Caridade do Piauí	5.012	5	4.380,79
PI	220260	Castelo do Piauí	19.410	5	13.501,02
PI	220265	Caxingó	5.306	3	2.572,67
PI	220270	Cocal	27.287	8	26.648,99
PI	220271	Cocal de Telha	4.805	7	4.503,99
PI	220272	Cocal dos Alves	6.042	4	4.112,76
PI	220273	Coivaras	3.942	6	5.101,14
PI	220275	Colônia do Gurguéia	6.345	7	6.154,13
PI	220277	Colônia do Piauí	7.532	4	5.135,49
PI	220280	Conceição do Canindé	4.540	9	4.511,36
PI	220285	Coronel José Dias	4.605	5	4.036,93
PI	220290	Corrente	26.149	8	25.423,55
PI	220300	Cristalândia do Piauí	8.130	3	3.948,43
PI	220310	Cristino Castro	10.235	4	5.475,46
PI	220320	Curimatá	11.158	4	5.961,68
PI	220323	Currais	4.859	4	3.305,63
PI	220325	Curralinhos	4.353	4	3.940,60
PI	220327	Curral Novo do Piauí	5.152	5	4.461,50
PI	220330	Demerval Lobão	13.575	7	17.590,50
PI	220335	Dirceu Arcoverde	6.880	4	4.681,78
PI	220340	Dom Expedito Lopes	6.774	6	6.584,93
PI	220342	Domingos Mourão	4.288	7	4.183,33
PI	220345	Dom Inocêncio	9.396	3	4.574,66
PI	220350	Elesbão Veloso	14.406	5	10.596,72
PI	220360	Eliseu Martins	4.822	3	2.342,64
PI	220370	Esperantina	38.983	10	37.889,71
PI	220375	Fartura do Piauí	5.210	5	4.560,62
PI	220380	Flores do Piauí	4.394	6	4.284,69
PI	220385	Floresta do Piauí	2.517	3	1.225,66
PI	220390	Floriano	58.892	6	34.751,42
PI	220400	Francinópolis	5.265	8	5.136,56
PI	220410	Francisco Ayres	4.309	5	4.041,68
PI	220420	Francisco Santos	9.108	2	2.647,42
PI	220430	Fronteiras	11.405	3	4.448,83
PI	220435	Geminiano	5.337	6	5.184,32
PI	220440	Gilbués	10.518	3	4.099,11
PI	220450	Guadalupe	10.337	8	10.080,14
PI	220455	Guaribas	4.484	4	3.055,23
PI	220460	Hugo Napoleão	3.815	5	3.344,81
PI	220465	Ilha Grande	9.242	7	8.977,77
PI	220470	Inhuma	15.056	9	14.663,08
PI	220480	Ipiranga do Piauí	9.626	5	8.420,36
PI	220490	Isaías Coelho	8.424	8	8.195,11
PI	220500	Itainópolis	11.375	9	11.066,51
PI	220510	Itaueira	10.837	11	10.553,83
PI	220515	Jacobina do Piauí	5.671	4	3.895,80
PI	220520	Jaicós	18.725	6	16.368,77
PI	220525	Jardim do Mulato	4.422	3	2.150,14
PI	220527	Jatobá do Piauí	4.777	5	4.181,67
PI	220530	Jerumenha	4.388	5	3.862,36
PI	220535	João Costa	2.963	4	2.027,04
PI	220540	Joaquim Pires	14.105	6	12.353,78
PI	220545	Joca Marques	5.331	4	3.621,52
PI	220550	José de Freitas	38.440	5	32.325,52
PI	220551	Juazeiro do Piauí	5.385	2	1.573,13
PI	220552	Júlio Borges	5.523	2	1.611,14
PI	220554	Lagoinha do Piauí	2.785	4	2.436,90
PI	220555	Lagoa Alegre	8.365	5	9.731,11
PI	220556	Lagoa do Barro do Piauí	4.580	3	2.231,53
PI	220557	Lagoa de São Francisco	6.630	6	6.443,61
PI	220558	Lagoa do Piauí	3.987	7	5.159,55
PI	220559	Lagoa do Sítio	5.068	5	4.427,29
PI	220560	Landri Sales	5.227	6	5.132,66
PI	220570	Luís Correia	29.683	5	21.607,19
PI	220580	Luzilândia	25.067	6	21.973,28
PI	220585	Madeiro	8.143	3	3.952,81
PI	220590	Manoel Emídio	5.265	6	5.129,74
PI	220595	Marcolândia	8.299	6	8.040,13
PI	220600	Marcos Parente	4.479	8	4.370,46
PI	220605	Massapê do Piauí	6.332	7	6.162,90
PI	220610	Matias Olímpio	10.740	3	4.178,65
PI	220620	Miguel Alves	33.146	6	25.790,03
PI	220630	Miguel Leão	1.231	4	1.130,30
PI	220635	Milton Brandão	6.513	5	5.962,41
PI	220640	Monsenhor Gil	10.409	5	10.135,11
PI	220650	Monsenhor Hipólito	7.605	7	7.393,92
PI	220660	Monte Alegre do Piauí	10.446	5	7.634,67

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	220665	Morro Cabeça no Tempo	4.070	4	2.785,05
PI	220667	Morro do Chapéu do Piauí	6.672	7	6.488,44
PI	220669	Murici dos Portelas	8.954	4	6.074,30
PI	220670	Nazaré do Piauí	7.245	6	7.115,16
PI	220672	Nazária	8.398	5	9.773,16
PI	220675	Nossa Senhora de Nazaré	4.768	3	2.313,40
PI	220680	Nossa Senhora dos Remédios	8.521	8	8.276,00
PI	220690	Novo Oriente do Piauí	6.474	5	5.706,26
PI	220695	Novo Santo Antônio	2.930	7	3.301,24
PI	220700	Oeiras	36.385	9	35.409,15
PI	220710	Olho D'Água do Piauí	2.409	4	1.848,48
PI	220720	Padre Marcos	6.753	3	3.288,57
PI	220730	Paes Landim	4.068	4	2.781,64
PI	220735	Pajeú do Piauí	3.321	7	3.390,91
PI	220740	Palmeira do Piauí	4.973	4	3.409,33
PI	220755	Paquetá	3.893	2	1.145,93
PI	220760	Parnaguá	10.589	3	4.117,44
PI	220770	Parnaíba	150.201	5	78.590,91
PI	220775	Passagem Franca do Piauí	4.491	2	1.310,55
PI	220777	Patos do Piauí	6.271	8	6.098,57
PI	220779	Pau D'Arco do Piauí	3.957	6	3.837,31
PI	220780	Paulistana	20.198	5	14.743,01
PI	220785	Pavussu	3.629	4	2.493,72
PI	220790	Pedro II	38.090	4	18.545,72
PI	220793	Pedro Laurentino	2.488	4	1.692,73
PI	220795	Nova Santa Rita	4.295	6	4.177,48
PI	220800	Picos	76.749	8	67.145,31
PI	220810	Pimenteiras	11.925	5	8.708,52
PI	220820	Pio IX	18.095	5	13.202,77
PI	220830	Piracuruca	28.242	8	27.557,49
PI	220840	Piripiri	62.695	6	39.349,84
PI	220855	Porto Alegre do Piauí	2.656	6	2.579,98
PI	220860	Prata do Piauí	3.104	6	3.030,28
PI	220865	Queimada Nova	8.821	5	7.715,95
PI	220870	Redenção do Gurguéia	8.618	4	5.867,57
PI	220880	Regeneração	17.697	6	15.524,02
PI	220885	Riacho Frio	4.248	3	2.075,58
PI	220887	Ribeira do Piauí	4.393	3	2.135,04
PI	220890	Ribeiro Gonçalves	7.185	4	4.878,95
PI	220900	Rio Grande do Piauí	6.330	5	5.551,87
PI	220910	Santa Cruz do Piauí	6.134	4	4.180,30
PI	220915	Santa Cruz dos Milagres	3.940	7	3.826,59
PI	220920	Santa Filomena	6.155	3	2.998,60
PI	220930	Santa Luz	5.741	3	2.787,10
PI	220935	Santana do Piauí	4.552	4	3.100,26
PI	220937	Santa Rosa do Piauí	5.177	4	3.535,55
PI	220940	Santo Antônio de Lisboa	6.270	6	6.085,90
PI	220950	Santo Inácio do Piauí	3.726	3	1.812,90
PI	220955	São Braz do Piauí	4.374	5	3.834,29
PI	220960	São Félix do Piauí	2.909	7	2.870,43
PI	220970	São Francisco do Piauí	6.326	5	5.557,14
PI	220975	São Gonçalo do Gurguéia	2.975	3	1.442,53
PI	220980	São Gonçalo do Piauí	4.918	1	477,89
PI	220985	São João da Canabrava	4.529	3	2.204,24
PI	220987	São João da Fronteira	5.919	4	4.024,06
PI	220990	São João da Serra	6.064	5	5.370,29
PI	220995	São João da Varjota	4.755	3	2.313,40
PI	220997	São João do Arraial	7.804	7	7.558,64
PI	221000	São João do Piauí	20.206	10	19.635,90
PI	221005	São José do Divino	5.253	6	5.113,17
PI	221010	São José do Peixe	3.692	6	3.613,14
PI	221020	São José do Piauí	6.606	5	5.808,02
PI	221030	São Julião	6.253	5	5.477,31
PI	221037	São Luis do Piauí	2.597	5	2.276,36
PI	221038	São Miguel da Baixa Grande	2.412	4	1.643,60
PI	221039	São Miguel do Fidalgo	2.992	5	2.627,25
PI	221040	São Miguel do Tapuio	17.604	8	17.702,14
PI	221050	São Pedro do Piauí	14.027	6	13.060,18
PI	221060	São Raimundo Nonato	33.966	9	32.946,13
PI	221062	Sebastião Barros	3.437	2	1.213,48
PI	221063	Sebastião Leal	4.217	4	2.871,70
PI	221065	Sigefredo Pacheco	9.865	3	4.802,25
PI	221070	Simões	14.384	6	12.641,50
PI	221080	Simplício Mendes	12.458	9	12.109,42
PI	221090	Socorro do Piauí	4.506	3	2.206,19
PI	221093	Sussuapara	6.581	6	6.379,28
PI	221095	Tamboril do Piauí	2.861	6	2.778,81
PI	221097	Tanque do Piauí	2.712	5	2.371,10
PI	221100	Teresina	847.430	7	886.314,63
PI	221110	União	43.689	4	28.300,29
PI	221120	Uruçuí	21.105	7	20.479,00
PI	221130	Valença do Piauí	20.579	7	20.047,22
PI	221135	Várzea Branca	4.881	7	4.810,70
PI	221140	Várzea Grande	4.329	5	3.812,36
PI	221150	Vera Mendes	3.028	5	2.653,56
PI	221160	Vila Nova do Piauí	2.947	6	2.933,79
PI	221170	Wall Ferraz	4.383	2	1.279,27
PR	410010	Abatiá	7.795	11	4.288,25
PR	410020	Adrianópolis	6.293	6	4.605,76
PR	410030	Agudos do Sul	9.073	7	6.251,96
PR	410040	Almirante Tamandaré	114.129	10	68.315,45
PR	410045	Altamira do Paraná	3.143	6	3.450,71
PR	410050	Altônia	21.867	8	10.872,81
PR	410060	Alto Paraná	14.606	8	8.524,79
PR	410070	Alto Piquiri	10.253	6	4.913,05
PR	410080	Alvorada do Sul	11.148	8	5.812,20
PR	410090	Amaporã	6.019	7	3.659,63
PR	410100	Ampére	18.740	9	9.382,96
PR	410105	Anahy	2.908	11	3.509,12
PR	410110	Andirá	20.822	7	10.501,73
PR	410115	Ângulo	2.969	8	3.541,12
PR	410120	Antonina	19.418	5	7.400,35
PR	410130	Antônio Olinto	7.582	8	4.148,49
PR	410140	Apucarana	131.571	10	87.049,14
PR	410150	Arapongas	116.960	11	62.624,15
PR	410160	Arapoti	27.728	9	13.625,28
PR	410165	Arapuã	3.384	5	3.116,37
PR	410170	Araruna	14.056	7	7.203,63
PR	410180	Araucária	135.459	12	84.912,06
PR	410185	Ariranha do Ivaí	2.330	7	3.465,06
PR	410190	Assaí	16.104	9	8.341,21
PR	410200	Assis Chateaubriand	34.046	11	17.656,10
PR	410210	Astorga	26.087	10	12.876,11
PR	410220	Atalaia	4.002	8	3.517,51
PR	410230	Balsa Nova	12.471	7	8.373,54
PR	410240	Bandeirantes	32.562	11	16.100,79
PR	410250	Barbosa Ferraz	12.393	7	6.561,67
PR	410260	Barracão	10.273	12	5.412,70
PR	410270	Barra do Jacaré	2.825	4	2.475,08
PR	410275	Bela Vista da Caroba	3.811	9	3.476,82
PR	410280	Bela Vista do Paraíso	15.634	8	7.958,11
PR	410290	Bituruna	16.511	10	8.549,42
PR	410300	Boa Esperança	4.438	9	3.480,33
PR	410302	Boa Esperança do Iguaçu	2.694	7	3.482,28
PR	410304	Boa Ventura de São Roque	6.674	9	3.740,63
PR	410305	Boa Vista da Aparecida	7.939	11	4.357,89
PR	410310	Bocaiúva do Sul	12.320	10	8.265,77
PR	410315	Bom Jesus do Sul	3.755	10	3.494,19
PR	410320	Bom Sucesso	6.982	9	3.857,11
PR	410322	Bom Sucesso do Sul	3.361	7	3.516,24
PR	410330	Borrazópolis	7.387	10	4.216,36
PR	410335	Braganey	5.714	6	3.498,91
PR	410337	Brasilândia do Sul	2.990	5	3.106,06
PR	410340	Cafeara	2.892	9	3.602,32
PR	410345	Cafelândia	16.896	10	8.463,17
PR	410347	Cafezal do Sul	4.266	8	3.498,37
PR	410350	Califórnia	8.545	8	4.595,57
PR	410360	Cambará	25.287	9	12.494,72
PR	410370	Cambé	104.592	10	70.496,52
PR	410380	Cambira	7.759	8	4.221,51
PR	410390	Campina da Lagoa	15.144	8	7.879,90
PR	410395	Campina do Simão	4.079	9	3.501,50
PR	410400	Campina Grande do Sul	42.187	10	27.003,21
PR	410405	Campo Bonito	4.210	6	3.468,57
PR	410410	Campo do Tenente	7.762	8	5.434,58
PR	410420	Campo Largo	125.719	9	71.109,15
PR	410425	Campo Magro	27.884	8	17.972,36
PR	410430	Campo Mourão	93.547	13	52.808,32
PR	410440	Cândido de Abreu	16.198	12	8.433,24
PR	410442	Candói	15.901	13	8.064,52
PR	410445	Cantagalo	13.478	10	6.935,37
PR	410450	Capanema	19.320	11	9.696,08
PR	410460	Capitão Leônidas Marques	15.788	10	8.016,21
PR	410465	Carambeí	21.939	8	10.821,29
PR	410470	Carlópolis	14.384	10	7.357,33
PR	410480	Cascavel	316.226	12	218.123,74
PR	410490	Castro	71.159	10	34.128,70
PR	410500	Catanduvas	10.455	8	5.533,31
PR	410510	Centenário do Sul	11.279	8	5.948,23
PR	410520	Cerro Azul	17.821	7	11.783,48
PR	410530	Céu Azul	11.707	10	6.086,49
PR	410540	Chopinzinho	19.951	13	10.070,32
PR	410550	Cianorte	78.553	14	48.243,81
PR	410560	Cidade Gaúcha	12.199	11	6.296,97
PR	410570	Clevelândia	17.311	12	8.848,19
PR	410580	Colombo	234.941	10	140.099,78
PR	410590	Colorado	23.811	11	11.789,48
PR	410600	Congonhinhas	8.779	7	4.705,46
PR	410610	Conselheiro Mairinck	3.849	6	3.576,08
PR	410620	Contenda	17.745	10	11.655,87
PR	410630	Corbélia	17.135	9	8.655,89
PR	410640	Cornélio Procópio	48.615	8	23.570,95
PR	410645	Coronel Domingos Soares	7.607	10	4.327,87
PR	410650	Coronel Vivida	21.755	9	10.996,91
PR	410655	Corumbataí do Sul	3.682	10	3.443,18
PR	410657	Cruzeiro do Iguaçu	4.373	10	3.517,16
PR	410660	Cruzeiro do Oeste	21.197	10	10.602,94
PR	410670	Cruzeiro do Sul	4.628	8	3.511,27
PR	410680	Cruz Machado	18.858	9	9.474,93
PR	410685	Cruzmaltina	3.128	7	3.492,73
PR	410690	Curitiba	1.893.997	10	1.128.906,62
PR	410700	Curiúva	14.911	10	7.590,86
PR	410710	Diamante do Norte	5.425	10	4.234,17
PR	410712	Diamante do Sul	3.562	10	3.512,39
PR	410715	Diamante D'Oeste	5.277	9	3.859,86
PR	410720	Dois Vizinhos	39.500	10	19.124,73
PR	410725	Douradina	8.335	8	4.480,83
PR	410730	Doutor Camargo	6.058	10	3.542,88
PR	410740	Enéas Marques	6.182	7	3.510,65
PR	410750	Engenheiro Beltrão	14.311	9	7.337,37
PR	410752	Esperança Nova	1.875	5	3.120,63
PR	410753	Entre Rios do Oeste	4.357	12	3.665,25
PR	410754	Espigão Alto do Iguaçu	4.494	8	3.473,13
PR	410755	Farol	3.355	7	3.477,62
PR	410760	Faxinal	17.233	8	8.697,37
PR	410765	Fazenda Rio Grande	93.730	8	52.975,13
PR	410770	Fênix	4.903	7	3.516,53
PR	410773	Fernandes Pinheiro	5.929	10	3.591,51
PR	410775	Figueira	8.222	9	4.515,86
PR	410780	Floraí	5.114	9	3.510,62
PR	410785	Flor da Serra do Sul	4.792	6	3.511,75
PR	410790	Floresta	6.535	10	4.661,81
PR	410800	Florestópolis	11.145	10	5.921,00
PR	410810	Flórida	2.685	8	3.571,52
PR	410820	Formosa do Oeste	7.214	10	4.087,15
PR	410830	Foz do Iguaçu	263.915	10	229.018,60
PR	410832	Francisco Alves	6.382	8	3.624,63
PR	410840	Francisco Beltrão	87.491	13	41.578,34

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	410845	Foz do Jordão	5.144	9	3.464,63
PR	410850	General Carneiro	14.038	9	7.641,63
PR	410855	Godoy Moreira	3.211	5	3.127,33
PR	410860	Goioerê	29.683	11	14.653,02
PR	410865	Goioxim	7.482	10	4.448,01
PR	410870	Grandes Rios	6.251	12	3.904,42
PR	410880	Guaíra	32.784	8	18.780,14
PR	410890	Guairaçá	6.562	9	3.659,83
PR	410895	Guamiranga	8.552	10	4.592,16
PR	410900	Guapirama	3.942	7	3.510,38
PR	410910	Guaporema	2.291	7	3.522,32
PR	410920	Guaraci	5.463	7	3.586,23
PR	410930	Guaraniaçu	13.817	10	7.411,11
PR	410940	Guarapuava	179.256	10	80.749,29
PR	410950	Guaraqueçaba	7.944	7	4.851,91
PR	410960	Guaratuba	35.588	9	17.254,23
PR	410965	Honório Serpa	5.705	12	3.471,61
PR	410970	Ibaiti	30.888	9	15.109,89
PR	410975	Ibema	6.374	8	3.572,75
PR	410980	Ibiporã	52.848	9	32.919,80
PR	410990	Icaraíma	8.561	11	4.724,20
PR	411000	Iguaraçu	4.309	9	4.254,29
PR	411005	Iguatu	2.303	9	3.528,07
PR	411007	Imbaú	12.550	9	6.456,75
PR	411010	Imbituva	31.391	11	15.296,49
PR	411020	Inácio Martins	11.319	8	5.916,87
PR	411030	Inajá	3.128	8	3.554,89
PR	411040	Indianópolis	4.493	9	3.552,45
PR	411050	Ipiranga	15.059	7	7.665,27
PR	411060	Iporã	14.794	7	7.697,85
PR	411065	Iracema do Oeste	2.487	7	3.476,20
PR	411070	Irati	60.070	9	28.868,56
PR	411080	Iretama	10.648	7	5.658,89
PR	411090	Itaguajé	4.629	7	3.510,43
PR	411095	Itaipulândia	10.413	12	6.455,40
PR	411100	Itambaracá	6.835	10	3.817,92
PR	411110	Itambé	6.201	9	3.538,70
PR	411120	Itapejara d'Oeste	11.571	9	6.004,41
PR	411125	Itaperuçu	27.131	9	17.496,30
PR	411130	Itaúna do Sul	3.288	7	3.442,04
PR	411140	Ivaí	13.714	5	5.270,24
PR	411150	Ivaiporã	32.715	8	16.060,14
PR	411155	Ivaté	8.067	8	4.366,50
PR	411160	Ivatuba	3.220	9	3.596,80
PR	411170	Jaboti	5.226	7	3.589,88
PR	411180	Jacarezinho	40.253	10	19.630,99
PR	411190	Jaguapitã	13.287	11	6.816,43
PR	411200	Jaguariaíva	34.647	9	16.903,10
PR	411210	Jandaia do Sul	21.273	10	10.611,84
PR	411220	Janiópolis	6.005	10	3.569,31
PR	411230	Japira	5.078	9	3.535,70
PR	411240	Japurá	9.238	9	4.915,40
PR	411250	Jardim Alegre	12.104	9	6.690,69
PR	411260	Jardim Olinda	1.403	8	3.497,86
PR	411270	Jataizinho	12.560	12	7.630,00
PR	411275	Jesuítas	8.912	9	4.851,30
PR	411280	Joaquim Távora	11.639	9	6.043,03
PR	411290	Jundiaí do Sul	3.443	8	3.503,76
PR	411295	Juranda	7.669	10	4.228,53
PR	411300	Jussara	6.995	9	3.864,51
PR	411310	Kaloré	4.402	10	3.485,71
PR	411320	Lapa	47.814	8	30.621,73
PR	411325	Laranjal	6.248	9	3.798,25
PR	411330	Laranjeiras do Sul	32.228	9	16.938,44
PR	411340	Leópolis	4.147	6	3.501,80
PR	411342	Lidianópolis	3.717	5	3.109,30
PR	411345	Lindoeste	5.129	9	3.470,25
PR	411350	Loanda	22.754	8	11.282,04
PR	411360	Lobato	4.721	9	3.602,05
PR	411370	Londrina	553.393	8	345.478,20
PR	411373	Luiziana	7.463	9	4.103,28
PR	411375	Lunardelli	5.095	8	3.492,57
PR	411380	Lupionópolis	4.885	9	3.586,05
PR	411390	Mallet	13.611	9	6.992,24
PR	411400	Mamborê	13.870	12	7.232,58
PR	411410	Mandaguaçu	21.920	11	12.140,97
PR	411420	Mandaguari	34.425	11	19.700,16
PR	411430	Mandirituba	25.287	5	12.244,31
PR	411435	Manfrinópolis	2.907	7	3.449,77
PR	411440	Mangueirinha	17.301	6	7.922,24
PR	411450	Manoel Ribas	13.684	10	7.033,53
PR	411460	Marechal Cândido Rondon	51.306	10	33.033,53
PR	411470	Maria Helena	5.957	8	3.501,67
PR	411480	Marialva	34.675	13	22.598,71
PR	411490	Marilândia do Sul	9.073	10	4.862,60
PR	411500	Marilena	7.150	8	3.941,17
PR	411510	Mariluz	10.548	7	5.552,96
PR	411520	Maringá	403.063	15	291.635,45
PR	411530	Mariópolis	6.612	10	3.684,41
PR	411535	Maripá	5.784	13	3.513,60
PR	411540	Marmeleiro	14.505	11	7.418,70
PR	411545	Marquinho	4.826	6	3.479,53
PR	411550	Marumbi	4.760	6	3.532,94
PR	411560	Matelândia	17.491	11	9.719,42
PR	411570	Matinhos	33.024	9	18.527,71
PR	411573	Mato Rico	3.622	9	3.464,35
PR	411575	Mauá da Serra	9.874	9	5.190,20
PR	411580	Medianeira	45.239	7	22.648,56
PR	411585	Mercedes	5.437	9	3.609,85
PR	411590	Mirador	2.324	9	3.499,50
PR	411600	Miraselva	1.880	8	3.508,07
PR	411605	Missal	10.863	9	6.611,72
PR	411610	Moreira Sales	12.664	12	6.619,98
PR	411620	Morretes	16.488	12	8.351,65
PR	411630	Munhoz de Melo	3.934	7	3.599,75
PR	411640	Nossa Senhora das Graças	4.070	12	3.535,85
PR	411650	Nova Aliança do Ivaí	1.527	8	3.589,51
PR	411660	Nova América da Colina	3.549	6	3.516,05
PR	411670	Nova Aurora	11.418	9	6.134,57
PR	411680	Nova Cantu	6.471	9	4.349,68
PR	411690	Nova Esperança	27.986	11	15.806,01
PR	411695	Nova Esperança do Sudoeste	5.200	9	3.516,30
PR	411700	Nova Fátima	8.357	7	4.519,19
PR	411705	Nova Laranjeiras	11.947	13	7.758,39
PR	411710	Nova Londrina	13.478	10	8.151,27
PR	411720	Nova Olímpia	5.806	7	3.570,55
PR	411721	Nova Santa Bárbara	4.190	8	3.600,90
PR	411722	Nova Santa Rosa	8.140	11	4.402,17
PR	411725	Nova Prata do Iguaçu	10.733	7	5.639,58
PR	411727	Nova Tebas	6.644	11	3.905,80
PR	411729	Novo Itacolomi	2.907	6	3.522,25
PR	411730	Ortigueira	23.308	11	12.221,56
PR	411740	Ourizona	3.491	12	3.530,60
PR	411745	Ouro Verde do Oeste	6.000	9	3.568,55
PR	411750	Paiçandu	39.728	10	25.887,28
PR	411760	Palmas	48.339	12	23.180,35
PR	411770	Palmeira	33.889	9	16.561,99
PR	411780	Palmital	14.332	8	7.697,76
PR	411790	Palotina	31.115	12	15.198,57
PR	411800	Paraíso do Norte	13.180	9	6.748,08
PR	411810	Paranacity	11.168	10	5.819,39
PR	411820	Paranaguá	151.829	9	80.422,19
PR	411830	Paranapoema	3.084	7	3.656,64
PR	411840	Paranavaí	87.316	9	46.614,42
PR	411845	Pato Bragado	5.369	8	3.671,95
PR	411850	Pato Branco	79.869	12	38.027,76
PR	411860	Paula Freitas	5.808	9	3.594,86
PR	411870	Paulo Frontin	7.326	10	4.020,35
PR	411880	Peabiru	14.171	8	7.263,24
PR	411885	Perobal	6.029	7	3.591,18
PR	411890	Pérola	11.020	9	5.754,09
PR	411900	Pérola d'Oeste	6.710	9	3.785,01
PR	411910	Piên	12.334	6	7.463,03
PR	411915	Pinhais	128.256	10	76.823,01
PR	411920	Pinhalão	6.433	9	3.602,93
PR	411925	Pinhal de São Bento	2.749	8	3.555,51
PR	411930	Pinhão	32.152	8	15.723,33
PR	411940	Piraí do Sul	25.117	7	12.395,66
PR	411950	Piraquara	106.132	9	59.956,88
PR	411960	Pitanga	32.215	10	16.117,45
PR	411965	Pitangueiras	3.107	7	3.656,01
PR	411970	Planaltina do Paraná	4.290	6	3.557,33
PR	411980	Planalto	13.907	10	7.173,28
PR	411990	Ponta Grossa	341.130	9	144.649,94
PR	411995	Pontal do Paraná	24.878	11	12.142,02
PR	412000	Porecatu	13.863	10	7.281,89
PR	412010	Porto Amazonas	4.809	7	3.588,87
PR	412015	Porto Barreiro	3.527	8	3.474,63
PR	412020	Porto Rico	2.610	7	3.528,86
PR	412030	Porto Vitória	4.146	7	3.527,39
PR	412033	Prado Ferreira	3.693	9	3.607,09
PR	412035	Pranchita	5.517	10	3.487,24
PR	412040	Presidente Castelo Branco	5.186	8	3.621,30
PR	412050	Primeiro de Maio	11.265	8	5.888,08
PR	412060	Prudentópolis	51.849	9	25.008,53
PR	412065	Quarto Centenário	4.794	8	3.492,88
PR	412070	Quatiguá	7.441	10	4.075,86
PR	412080	Quatro Barras	22.353	7	14.516,90
PR	412085	Quatro Pontes	4.014	11	3.572,04
PR	412090	Quedas do Iguaçu	33.265	10	16.205,45
PR	412100	Querência do Norte	12.284	11	6.366,05
PR	412110	Quinta do Sol	4.941	7	3.480,97
PR	412120	Quitandinha	18.578	10	12.212,83
PR	412125	Ramilândia	4.410	7	3.591,25
PR	412130	Rancho Alegre	3.977	8	3.586,61
PR	412135	Rancho Alegre D'Oeste	2.816	6	3.493,57
PR	412140	Realeza	17.068	10	8.629,12
PR	412150	Rebouças	14.926	11	7.610,43
PR	412160	Renascença	6.981	13	3.867,85
PR	412170	Reserva	26.643	10	13.135,55
PR	412175	Reserva do Iguaçu	7.872	7	4.273,66
PR	412180	Ribeirão Claro	10.945	8	5.748,16
PR	412190	Ribeirão do Pinhal	13.601	8	7.065,66
PR	412200	Rio Azul	15.112	11	7.684,61
PR	412210	Rio Bom	3.348	7	3.505,21
PR	412215	Rio Bonito do Iguaçu	13.545	12	8.957,97
PR	412217	Rio Branco do Ivaí	4.104	7	3.565,80
PR	412220	Rio Branco do Sul	32.369	9	20.934,08
PR	412230	Rio Negro	33.628	9	21.674,41
PR	412240	Rolândia	64.028	13	39.322,64
PR	412250	Roncador	10.921	9	5.933,19
PR	412260	Rondon	9.535	8	5.062,05
PR	412265	Rosário do Ivaí	5.298	10	3.463,90
PR	412270	Sabáudia	6.644	10	3.694,04
PR	412280	Salgado Filho	4.072	8	3.446,60
PR	412290	Salto do Itararé	5.179	9	3.502,04
PR	412300	Salto do Lontra	14.627	10	7.458,39
PR	412310	Santa Amélia	3.643	6	3.471,77
PR	412320	Santa Cecília do Pavão	3.570	8	3.487,02
PR	412330	Santa Cruz de Monte Castelo	8.140	7	4.450,14
PR	412340	Santa Fé	11.562	9	6.360,37
PR	412350	Santa Helena	25.665	14	13.956,22
PR	412360	Santa Inês	1.746	10	3.473,17
PR	412370	Santa Isabel do Ivaí	8.877	10	4.788,95
PR	412380	Santa Izabel do Oeste	14.289	8	7.286,52
PR	412382	Santa Lúcia	3.965	7	3.508,80
PR	412385	Santa Maria do Oeste	10.861	8	6.338,97
PR	412390	Santa Mariana	12.369	9	6.506,08
PR	412395	Santa Mônica	3.882	9	3.626,54
PR	412400	Santana do Itararé	5.244	7	3.500,94
PR	412402	Santa Tereza do Oeste	10.489	10	6.809,28
PR	412405	Santa Terezinha de Itaipu	22.783	10	13.454,14
PR	412410	Santo Antônio da Platina	45.562	9	22.038,17
PR	412420	Santo Antônio do Caiuá	2.749	9	3.506,48
PR	412430	Santo Antônio do Paraíso	2.307	5	3.124,46

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	412440	Santo Antônio do Sudoeste	20.059	7	10.025,11
PR	412450	Santo Inácio	5.494	10	3.548,08
PR	412460	São Carlos do Ivaí	6.797	11	3.769,65
PR	412470	São Jerônimo da Serra	11.535	10	6.046,94
PR	412480	São João	10.676	11	5.661,36
PR	412490	São João do Caiuá	6.031	9	3.516,31
PR	412500	São João do Ivaí	11.115	10	5.980,77
PR	412510	São João do Triunfo	14.815	8	7.538,14
PR	412520	São Jorge d'Oeste	9.296	12	4.969,17
PR	412530	São Jorge do Ivaí	5.675	10	3.523,59
PR	412535	São Jorge do Patrocínio	5.980	10	4.501,95
PR	412540	São José da Boa Vista	6.512	7	3.678,74
PR	412545	São José das Palmeiras	3.832	7	3.501,38
PR	412550	São José dos Pinhais	302.759	10	179.414,65
PR	412555	São Manoel do Paraná	2.184	11	3.546,14
PR	412560	São Mateus do Sul	45.000	8	21.710,60
PR	412570	São Miguel do Iguaçu	27.330	10	16.348,35
PR	412575	São Pedro do Iguaçu	6.336	7	3.628,21
PR	412580	São Pedro do Ivaí	10.864	10	5.685,65
PR	412590	São Pedro do Paraná	2.459	9	3.491,71
PR	412600	São Sebastião da Amoreira	8.968	8	4.802,11
PR	412610	São Tomé	5.686	11	3.585,31
PR	412620	Sapopema	6.906	7	3.831,29
PR	412625	Sarandi	91.344	8	54.176,21
PR	412627	Saudade do Iguaçu	5.410	12	3.607,28
PR	412630	Sengés	19.373	9	9.711,45
PR	412635	Serranópolis do Iguaçu	4.645	7	3.512,59
PR	412640	Sertaneja	5.678	7	3.484,52
PR	412650	Sertanópolis	16.429	11	8.322,71
PR	412660	Siqueira Campos	20.303	11	10.100,17
PR	412665	Sulina	3.257	6	3.471,87
PR	412667	Tamarana	13.939	11	7.093,46
PR	412670	Tamboara	5.028	6	3.610,99
PR	412680	Tapejara	15.835	9	8.015,05
PR	412690	Tapira	5.824	8	3.500,46
PR	412700	Teixeira Soares	11.666	7	6.033,48
PR	412710	Telêmaco Borba	76.550	10	36.507,83
PR	412720	Terra Boa	16.887	12	8.521,62
PR	412730	Terra Rica	16.453	9	8.308,84
PR	412740	Terra Roxa	17.573	8	8.864,36
PR	412750	Tibagi	20.470	9	10.222,73
PR	412760	Tijucas do Sul	16.161	7	10.671,76
PR	412770	Toledo	133.824	11	73.253,11
PR	412780	Tomazina	8.544	4	3.296,24
PR	412785	Três Barras do Paraná	12.242	12	6.353,19
PR	412788	Tunas do Paraná	7.767	6	5.389,71
PR	412790	Tuneiras do Oeste	8.847	9	4.766,67
PR	412795	Tupãssi	8.269	10	4.472,98
PR	412796	Turvo	13.712	11	7.157,63
PR	412800	Ubiratã	21.812	12	10.967,85
PR	412810	Umuarama	109.132	10	58.991,37
PR	412820	União da Vitória	56.650	10	27.238,10
PR	412830	Uniflor	2.604	8	3.572,17
PR	412840	Uraí	11.678	6	5.502,45
PR	412850	Wenceslau Braz	19.852	9	9.963,20
PR	412853	Ventania	11.252	7	5.841,75
PR	412855	Vera Cruz do Oeste	8.958	11	4.856,42
PR	412860	Verê	7.745	9	4.300,21
PR	412862	Alto Paraíso	3.037	6	3.463,11
PR	412863	Doutor Ulysses	5.794	4	2.969,80
PR	412865	Virmond	4.090	10	3.535,22
PR	412870	Vitorino	6.853	10	3.798,79
PR	412880	Xambrê	5.986	7	3.498,71
RJ	330010	Angra dos Reis	191.504	7	147.608,38
RJ	330015	Aperibé	11.160	8	12.345,76
RJ	330020	Araruama	124.940	6	82.565,28
RJ	330022	Areal	12.058	4	7.373,52
RJ	330023	Armação dos Búzios	31.674	7	31.315,54
RJ	330025	Arraial do Cabo	29.077	7	32.588,64
RJ	330030	Barra do Piraí	97.152	7	75.942,16
RJ	330040	Barra Mansa	180.126	8	161.203,84
RJ	330045	Belford Roxo	494.141	4	215.544,90
RJ	330050	Bom Jardim	26.424	5	22.073,52
RJ	330060	Bom Jesus do Itabapoana	36.031	9	40.279,68
RJ	330070	Cabo Frio	212.289	2	46.693,02
RJ	330080	Cachoeiras de Macacu	56.603	8	56.740,32
RJ	330090	Cambuci	14.824	7	16.645,44
RJ	330093	Carapebus	15.293	5	12.606,72
RJ	330095	Comendador Levy Gasparian	8.255	6	9.240,00
RJ	330100	Campos dos Goytacazes	487.186	6	325.227,84
RJ	330110	Cantagalo	19.727	9	22.209,60
RJ	330115	Cardoso Moreira	12.538	6	12.701,81
RJ	330120	Carmo	18.322	8	20.384,00
RJ	330130	Casimiro de Abreu	41.167	7	40.627,44
RJ	330140	Conceição de Macabu	22.315	3	9.929,02
RJ	330150	Cordeiro	21.158	8	23.590,56
RJ	330160	Duas Barras	11.145	8	12.455,52
RJ	330170	Duque de Caxias	886.917	7	692.059,54
RJ	330180	Engenheiro Paulo de Frontin	13.521	6	13.735,01
RJ	330185	Guapimirim	57.105	6	37.978,08
RJ	330187	Iguaba Grande	26.430	7	29.009,12
RJ	330190	Itaboraí	230.786	7	179.541,49
RJ	330200	Itaguaí	120.855	8	106.752,13
RJ	330205	Italva	14.647	6	14.685,55
RJ	330210	Itaocara	22.736	3	10.252,03
RJ	330220	Itaperuna	99.504	7	77.632,46
RJ	330225	Itatiaia	30.475	10	34.863,49
RJ	330227	Japeri	100.562	5	55.923,28
RJ	330230	Laje do Muriaé	7.257	4	5.820,42
RJ	330240	Macaé	239.471	7	183.948,35
RJ	330245	Macuco	5.417	7	6.045,76
RJ	330250	Magé	236.319	6	157.791,65
RJ	330260	Mangaratiba	41.557	8	45.672,48
RJ	330270	Maricá	149.876	8	131.307,90
RJ	330280	Mendes	18.111	9	20.270,88
RJ	330285	Mesquita	171.020	6	114.744,67
RJ	330290	Miguel Pereira	24.855	6	25.040,74
RJ	330300	Miracema	26.607	6	27.024,48
RJ	330310	Natividade	14.986	6	15.196,61
RJ	330320	Nilópolis	158.319	6	106.383,65
RJ	330330	Niterói	497.883	8	445.039,62
RJ	330340	Nova Friburgo	185.102	7	144.872,22
RJ	330350	Nova Iguaçu	797.435	6	542.634,62
RJ	330360	Paracambi	50.071	10	55.463,52
RJ	330370	Paraíba do Sul	42.737	6	37.950,98
RJ	330380	Paraty	40.975	9	45.335,36
RJ	330385	Paty do Alferes	26.939	3	12.014,46
RJ	330390	Petrópolis	298.158	7	233.743,33
RJ	330395	Pinheiral	24.076	10	26.753,44
RJ	330400	Piraí	28.088	11	31.178,56
RJ	330410	Porciúncula	18.156	7	20.488,16
RJ	330411	Porto Real	18.552	9	20.457,92
RJ	330412	Quatis	13.666	7	15.168,16
RJ	330414	Queimados	144.525	5	80.433,92
RJ	330415	Quissamã	23.125	9	25.424,00
RJ	330420	Resende	126.084	11	140.239,68
RJ	330430	Rio Bonito	57.963	4	25.811,52
RJ	330440	Rio Claro	17.850	9	19.965,12
RJ	330450	Rio das Flores	8.943	4	6.971,33
RJ	330452	Rio das Ostras	136.626	8	118.250,50
RJ	330455	Rio de Janeiro	6.498.837	7	5.077.678,70
RJ	330460	Santa Maria Madalena	10.198	6	10.380,38
RJ	330470	Santo Antônio de Pádua	41.246	9	46.119,36
RJ	330475	São Francisco de Itabapoana	41.240	5	30.137,02
RJ	330480	São Fidélis	37.696	7	41.629,05
RJ	330490	São Gonçalo	1.044.058	6	697.590,43
RJ	330500	São João da Barra	34.884	3	15.493,18
RJ	330510	São João de Meriti	460.541	5	258.047,44
RJ	330513	São José de Ubá	7.236	4	5.649,50
RJ	330515	São José do Vale do Rio Preto	21.017	5	17.569,44
RJ	330520	São Pedro da Aldeia	98.470	5	54.275,20
RJ	330530	São Sebastião do Alto	9.075	6	10.140,48
RJ	330540	Sapucaia	17.604	8	19.723,20
RJ	330550	Saquarema	83.750	7	64.569,46
RJ	330555	Seropédica	83.667	8	83.555,14
RJ	330560	Silva Jardim	21.279	7	23.929,92
RJ	330570	Sumidouro	15.153	6	15.248,02
RJ	330575	Tanguá	32.703	6	29.053,70
RJ	330580	Teresópolis	174.587	6	116.296,32
RJ	330590	Trajano de Moraes	10.351	4	6.375,60
RJ	330600	Três Rios	79.230	7	62.142,98
RJ	330610	Valença	73.997	8	74.314,80
RJ	330615	Varre-Sai	10.500	7	11.650,24
RJ	330620	Vassouras	35.622	7	35.715,46
RJ	330630	Volta Redonda	263.659	9	265.073,76
RN	240010	Acari	11.338	5	9.552,16
RN	240020	Açu	57.743	4	25.254,31
RN	240030	Afonso Bezerra	11.207	4	6.789,53
RN	240040	Água Nova	3.235	4	2.476,19
RN	240050	Alexandria	13.839	5	11.470,17
RN	240060	Almino Afonso	4.876	6	5.449,39
RN	240070	Alto do Rodrigues	14.143	4	8.433,88
RN	240080	Angicos	11.908	6	11.809,36
RN	240090	Antônio Martins	7.221	4	5.557,94
RN	240100	Apodi	36.257	8	39.880,28
RN	240110	Areia Branca	27.176	6	27.131,68
RN	240120	Arês	14.176	8	15.474,28
RN	240130	Augusto Severo	9.742	5	9.636,33
RN	240140	Baía Formosa	9.247	4	7.082,99
RN	240145	Baraúna	27.667	4	16.508,95
RN	240150	Barcelona	4.065	4	3.137,28
RN	240160	Bento Fernandes	5.493	5	5.413,24
RN	240165	Bodó	2.332	5	2.392,22
RN	240170	Bom Jesus	10.185	3	4.458,25
RN	240180	Brejinho	12.616	7	13.784,92
RN	240185	Caiçara do Norte	6.606	4	5.081,21
RN	240190	Caiçara do Rio do Vento	3.645	4	2.783,21
RN	240200	Caicó	67.747	6	44.471,65
RN	240210	Campo Redondo	11.156	6	10.975,26
RN	240220	Canguaretama	33.949	5	24.084,15
RN	240230	Caraúbas	20.636	5	17.976,38
RN	240240	Carnaúba dos Dantas	8.117	6	8.865,59
RN	240250	Carnaubais	10.592	3	4.743,01
RN	240260	Ceará-Mirim	73.370	5	40.082,90
RN	240270	Cerro Corá	11.331	5	9.354,33
RN	240280	Coronel Ezequiel	5.590	2	1.847,06
RN	240290	Coronel João Pessoa	4.972	4	3.828,46
RN	240300	Cruzeta	8.155	7	9.016,56
RN	240310	Currais Novos	45.060	6	39.572,38
RN	240320	Doutor Severiano	7.187	6	7.916,77
RN	240325	Parnamirim	248.623	4	106.648,96
RN	240330	Encanto	5.630	6	6.163,49
RN	240340	Equador	6.103	8	6.707,87
RN	240350	Espírito Santo	10.714	5	8.887,35
RN	240360	Extremoz	27.933	4	16.652,63
RN	240370	Felipe Guerra	6.033	5	5.963,69
RN	240375	Fernando Pedroza	3.055	5	3.012,10
RN	240380	Florânia	9.258	8	10.197,91
RN	240390	Francisco Dantas	2.899	4	2.259,43
RN	240400	Frutuoso Gomes	4.204	5	4.244,90
RN	240410	Galinhos	2.650	3	1.423,78
RN	240420	Goianinha	25.685	8	27.871,78
RN	240430	Governador Dix-Sept Rosado	13.103	1	1.437,89
RN	240440	Grossos	10.293	6	10.113,38
RN	240450	Guamaré	14.975	6	14.513,01
RN	240460	Ielmo Marinho	13.559	4	8.121,74
RN	240470	Ipanguaçu	15.308	2	4.173,00
RN	240480	Ipueira	2.236	6	2.447,54
RN	240485	Itajá	7.515	4	5.752,33
RN	240490	Itaú	5.904	2	1.943,27
RN	240500	Jaçanã	8.949	3	4.863,68
RN	240510	Jandaíra	6.920	4	5.484,43
RN	240520	Janduís	5.402	3	3.004,60
RN	240530	Januário Cicco	9.989	4	7.620,66
RN	240540	Japi	5.306	3	3.024,99
RN	240550	Jardim de Angicos	2.666	3	1.474,48

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	240560	Jardim de Piranhas	14.734	6	14.486,23
RN	240570	Jardim do Seridó	12.566	6	12.450,07
RN	240580	João Câmara	34.839	5	24.773,24
RN	240590	João Dias	2.693	5	2.668,93
RN	240600	José da Penha	6.050	4	4.666,20
RN	240610	Jucurutu	18.490	8	20.331,90
RN	240615	Jundiá	3.881	5	3.819,42
RN	240620	Lagoa d'Anta	6.743	5	6.637,13
RN	240630	Lagoa de Pedras	7.529	5	7.416,68
RN	240640	Lagoa de Velhos	2.768	2	914,11
RN	240650	Lagoa Nova	15.434	9	16.831,95
RN	240660	Lagoa Salgada	8.206	3	4.486,24
RN	240670	Lajes	11.234	6	11.059,56
RN	240680	Lajes Pintadas	4.813	6	5.292,91
RN	240690	Lucrécia	3.968	6	4.334,17
RN	240700	Luís Gomes	10.171	5	8.371,62
RN	240710	Macaíba	79.211	6	51.493,86
RN	240720	Macau	31.592	4	17.256,22
RN	240725	Major Sales	3.955	7	4.304,41
RN	240730	Marcelino Vieira	8.495	3	4.686,81
RN	240740	Martins	8.750	4	6.715,81
RN	240750	Maxaranguape	12.030	7	13.037,76
RN	240760	Messias Targino	4.569	3	2.496,03
RN	240770	Montanhas	11.537	4	7.057,43
RN	240780	Monte Alegre	22.311	9	24.414,81
RN	240790	Monte das Gameleiras	2.198	4	1.744,14
RN	240800	Mossoró	291.937	4	127.021,81
RN	240810	Natal	877.662	5	478.474,70
RN	240820	Nísia Floresta	26.994	3	11.727,92
RN	240830	Nova Cruz	37.547	7	37.088,36
RN	240840	Olho-d'Água do Borges	4.359	5	4.354,99
RN	240850	Ouro Branco	4.877	6	5.367,84
RN	240860	Paraná	4.249	6	4.652,64
RN	240870	Paraú	3.875	2	1.297,27
RN	240880	Parazinho	5.215	5	5.142,59
RN	240890	Parelhas	21.577	4	13.020,85
RN	240895	Rio do Fogo	10.830	4	6.520,42
RN	240910	Passa e Fica	12.880	6	12.551,23
RN	240920	Passagem	3.092	5	3.049,79
RN	240930	Patu	12.776	4	7.701,11
RN	240933	Santa Maria	5.422	6	5.885,78
RN	240940	Pau dos Ferros	30.206	5	21.456,05
RN	240950	Pedra Grande	3.392	4	2.703,76
RN	240960	Pedra Preta	2.550	4	2.011,04
RN	240970	Pedro Avelino	6.998	2	2.375,69
RN	240980	Pedro Velho	14.900	4	8.996,95
RN	240990	Pendências	14.919	4	8.940,58
RN	241000	Pilões	3.799	6	4.144,62
RN	241010	Poço Branco	15.280	5	12.512,38
RN	241020	Portalegre	7.861	7	8.607,72
RN	241025	Porto do Mangue	6.691	3	3.242,08
RN	241030	Serra Caiada	9.958	7	10.815,03
RN	241040	Pureza	9.451	5	9.254,49
RN	241050	Rafael Fernandes	5.078	3	2.777,04
RN	241060	Rafael Godeiro	3.224	1	354,07
RN	241070	Riacho da Cruz	3.526	4	2.688,33
RN	241080	Riacho de Santana	4.278	2	1.414,97
RN	241090	Riachuelo	7.970	3	4.332,51
RN	241100	Rodolfo Fernandes	4.546	4	3.509,10
RN	241105	Tibau	4.060	1	442,89
RN	241110	Ruy Barbosa	3.673	5	3.658,75
RN	241120	Santa Cruz	39.300	6	34.315,40
RN	241140	Santana do Matos	13.445	4	8.344,78
RN	241142	Santana do Seridó	2.688	6	2.947,85
RN	241150	Santo Antônio	24.045	8	26.299,23
RN	241160	São Bento do Norte	2.875	4	2.288,74
RN	241170	São Bento do Trairí	4.372	3	2.379,22
RN	241180	São Fernando	3.603	6	3.952,87
RN	241190	São Francisco do Oeste	4.206	7	4.598,65
RN	241200	São Gonçalo do Amarante	99.724	6	64.851,60
RN	241210	São João do Sabugi	6.240	5	6.167,01
RN	241220	São José de Mipibu	43.598	8	47.596,48
RN	241230	São José do Campestre	12.971	6	12.826,95
RN	241240	São José do Seridó	4.605	7	5.032,83
RN	241250	São Miguel	23.444	5	19.235,96
RN	241255	São Miguel do Gostoso	9.518	5	9.349,70
RN	241260	São Paulo do Potengi	17.407	6	17.097,64
RN	241270	São Pedro	6.177	5	6.244,37
RN	241280	São Rafael	8.345	6	9.202,80
RN	241290	São Tomé	11.214	3	4.939,16
RN	241300	São Vicente	6.435	7	7.052,80
RN	241310	Senador Elói de Souza	6.138	6	6.707,87
RN	241320	Senador Georgino Avelino	4.373	5	4.286,56
RN	241330	Serra de São Bento	5.877	4	4.548,17
RN	241335	Serra do Mel	11.675	5	9.510,54
RN	241340	Serra Negra do Norte	8.152	6	8.959,26
RN	241350	Serrinha	6.470	3	3.647,62
RN	241355	Serrinha dos Pintos	4.819	7	5.286,29
RN	241360	Severiano Melo	3.517	6	7.242,26
RN	241370	Sítio Novo	5.481	4	4.191,02
RN	241380	Taboleiro Grande	2.542	5	2.497,35
RN	241390	Taipu	12.398	3	5.450,93
RN	241400	Tangará	15.700	3	6.845,18
RN	241410	Tenente Ananias	10.731	6	10.558,70
RN	241415	Tenente Laurentino Cruz	5.835	5	5.876,75
RN	241420	Tibau do Sul	13.609	5	11.005,67
RN	241430	Timbaúba dos Batistas	2.428	6	2.664,64
RN	241440	Touros	33.778	5	24.000,35
RN	241445	Triunfo Potiguar	3.346	1	375,34
RN	241450	Umarizal	10.808	5	9.003,06
RN	241460	Upanema	14.448	3	6.827,44
RN	241470	Várzea	5.534	5	5.466,80
RN	241475	Venha-Ver	4.154	3	2.270,67
RN	241480	Vera Cruz	12.196	4	7.282,90
RN	241490	Viçosa	1.722	6	1.888,83
RN	241500	Vila Flor	3.145	5	3.090,45
RO	110001	Alta Floresta D'Oeste	25.506	9	36.019,20
RO	110002	Ariquemes	105.896	11	146.161,40
RO	110003	Cabixi	6.289	8	15.588,00
RO	110004	Cacoal	87.877	12	122.116,40
RO	110005	Cerejeiras	17.959	10	25.257,40
RO	110006	Colorado do Oeste	18.639	7	26.866,00
RO	110007	Corumbiara	8.749	10	21.686,40
RO	110008	Costa Marques	17.031	9	36.632,20
RO	110009	Espigão D'Oeste	32.712	9	45.339,00
RO	110010	Guajará-Mirim	47.048	6	78.938,65
RO	110011	Jaru	55.806	7	54.623,24
RO	110012	Ji-Paraná	131.560	11	182.586,60
RO	110013	Machadinho D'Oeste	37.899	8	78.645,37
RO	110014	Nova Brasilândia D'Oeste	21.670	6	27.205,92
RO	110015	Ouro Preto do Oeste	39.840	6	44.910,88
RO	110018	Pimenta Bueno	37.786	9	52.516,80
RO	110020	Porto Velho	511.219	6	574.339,32
RO	110025	Presidente Médici	22.337	10	32.223,80
RO	110026	Rio Crespo	3.790	6	10.669,82
RO	110028	Rolim de Moura	56.664	7	55.117,16
RO	110029	Santa Luzia D'Oeste	8.362	8	21.328,80
RO	110030	Vilhena	93.745	8	115.669,26
RO	110032	São Miguel do Guaporé	24.059	11	33.506,20
RO	110033	Nova Mamoré	28.255	7	58.401,60
RO	110034	Alvorada D'Oeste	16.902	9	24.358,60
RO	110037	Alto Alegre dos Parecis	13.993	8	30.668,00
RO	110040	Alto Paraíso	20.569	7	42.764,36
RO	110045	Buritis	38.450	10	90.811,20
RO	110050	Novo Horizonte do Oeste	10.161	8	25.236,00
RO	110060	Cacaulândia	6.414	8	15.280,80
RO	110070	Campo Novo de Rondônia	14.354	6	30.715,20
RO	110080	Candeias do Jamari	24.719	7	51.111,98
RO	110090	Castanheiras	3.583	8	10.179,48
RO	110092	Chupinguaia	10.364	10	24.309,60
RO	110094	Cujubim	21.720	8	44.380,98
RO	110100	Governador Jorge Teixeira	9.933	7	25.281,60
RO	110110	Itapuã do Oeste	10.155	4	13.193,40
RO	110120	Ministro Andreazza	10.786	7	26.157,60
RO	110130	Mirante da Serra	12.308	9	29.925,60
RO	110140	Monte Negro	16.032	7	33.587,27
RO	110143	Nova União	7.796	6	18.919,20
RO	110145	Parecis	5.802	7	12.054,85
RO	110146	Pimenteiras do Oeste	2.417	7	10.260,18
RO	110147	Primavera de Rondônia	3.456	7	10.138,34
RO	110148	São Felipe D'Oeste	6.048	8	14.925,60
RO	110149	São Francisco do Guaporé	19.353	5	34.203,60
RO	110150	Seringueiras	12.617	10	30.194,40
RO	110155	Teixeirópolis	4.966	9	10.749,28
RO	110160	Theobroma	11.348	6	24.509,52
RO	110170	Urupá	13.198	12	29.680,20
RO	110175	Vale do Anari	10.999	8	26.023,20
RO	110180	Vale do Paraíso	8.138	7	20.220,00
RR	140002	Amajari	11.285	7	29.606,14
RR	140005	Alto Alegre	16.053	9	54.146,69
RR	140010	Boa Vista	326.419	8	556.656,87
RR	140015	Bonfim	11.843	5	32.487,68
RR	140017	Cantá	16.516	5	29.068,20
RR	140020	Caracaraí	20.537	6	53.136,50
RR	140023	Caroebe	9.331	7	21.996,00
RR	140028	Iracema	10.592	6	31.096,22
RR	140030	Mucajaí	16.618	4	32.972,94
RR	140040	Normandia	10.339	7	24.355,20
RR	140045	Pacaraima	12.144	8	39.582,19
RR	140047	Rorainópolis	27.756	9	93.488,69
RR	140050	São João da Baliza	7.629	6	20.879,45
RR	140060	São Luiz	7.503	5	15.999,12
RR	140070	Uiramutã	9.664	6	22.771,20
RS	430003	Aceguá	4.731	7	6.280,91
RS	430005	Água Santa	3.841	5	3.256,44
RS	430010	Agudo	17.102	10	8.863,24
RS	430020	Ajuricaba	7.372	7	6.274,77
RS	430030	Alecrim	6.799	5	4.893,45
RS	430040	Alegrete	78.244	9	45.994,56
RS	430045	Alegria	4.085	6	3.494,08
RS	430047	Almirante Tamandaré do Sul	2.085	5	3.163,40
RS	430050	Alpestre	7.533	10	4.550,35
RS	430055	Alto Alegre	1.815	7	3.502,65
RS	430057	Alto Feliz	3.032	6	3.545,81
RS	430060	Alvorada	207.392	9	139.801,33
RS	430063	Amaral Ferrador	6.817	5	3.410,45
RS	430064	Ametista do Sul	7.573	9	4.280,33
RS	430066	André da Rocha	1.300	3	1.798,60
RS	430070	Anta Gorda	6.216	5	3.272,34
RS	430080	Antônio Prado	13.296	6	6.920,47
RS	430085	Arambaré	3.755	5	3.164,60
RS	430087	Araricá	5.349	8	6.548,92
RS	430090	Aratiba	6.621	8	6.054,93
RS	430100	Arroio do Meio	20.162	5	7.552,81
RS	430105	Arroio do Sal	8.921	9	7.937,87
RS	430107	Arroio do Padre	2.895	4	2.505,53
RS	430110	Arroio dos Ratos	14.227	8	9.415,96
RS	430120	Arroio do Tigre	13.353	9	7.503,31
RS	430130	Arroio Grande	18.935	8	9.769,13
RS	430140	Arvorezinha	10.605	6	4.931,21
RS	430150	Augusto Pestana	7.117	5	3.449,11
RS	430155	Áurea	3.725	5	3.163,67
RS	430160	Bagé	121.986	8	53.176,42
RS	430163	Balneário Pinhal	12.493	5	6.296,11
RS	430165	Barão	6.086	7	3.566,54
RS	430170	Barão de Cotegipe	6.759	6	6.223,62
RS	430175	Barão do Triunfo	7.415	8	3.794,95
RS	430180	Barracão	5.479	7	3.523,92
RS	430185	Barra do Guarita	3.245	7	3.582,79
RS	430187	Barra do Quaraí	4.212	6	5.412,36
RS	430190	Barra do Ribeiro	13.316	8	7.870,32
RS	430192	Barra do Rio Azul	1.933	4	2.477,48
RS	430195	Barra Funda	2.507	8	3.577,45
RS	430200	Barros Cassal	11.484	6	5.568,37
RS	430205	Benjamin Constant do Sul	2.245	4	2.606,14
RS	430210	Bento Gonçalves	114.203	11	59.353,94
RS	430215	Boa Vista das Missões	2.168	3	1.770,93

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	430220	Boa Vista do Buricá	6.822	7	6.915,76
RS	430222	Boa Vista do Cadeado	2.524	7	3.526,61
RS	430223	Boa Vista do Incra	2.569	6	3.577,52
RS	430225	Boa Vista do Sul	2.859	6	3.614,17
RS	430230	Bom Jesus	11.784	8	7.095,48
RS	430235	Bom Princípio	13.064	8	7.754,59
RS	430237	Bom Progresso	2.238	4	3.832,80
RS	430240	Bom Retiro do Sul	12.158	6	5.540,78
RS	430245	Boqueirão do Leão	7.913	3	2.114,12
RS	430250	Bossoroca	6.836	8	6.383,98
RS	430258	Bozano	2.233	8	3.514,27
RS	430260	Braga	3.667	7	3.506,86
RS	430265	Brochier	4.975	7	3.573,66
RS	430270	Butiá	21.220	5	8.031,91
RS	430280	Caçapava do Sul	34.644	10	17.608,57
RS	430290	Cacequi	13.616	8	7.424,63
RS	430300	Cachoeira do Sul	85.600	10	45.201,68
RS	430310	Cachoeirinha	126.666	6	47.856,87
RS	430320	Cacique Doble	5.090	5	3.272,00
RS	430330	Caibaté	5.050	8	5.901,59
RS	430340	Caiçara	5.083	8	3.516,67
RS	430350	Camaquã	66.031	7	23.148,79
RS	430355	Camargo	2.726	8	3.618,32
RS	430360	Cambará do Sul	6.687	8	3.779,94
RS	430367	Campestre da Serra	3.400	5	3.196,42
RS	430370	Campina das Missões	6.031	7	9.115,87
RS	430380	Campinas do Sul	5.645	5	5.449,29
RS	430390	Campo Bom	64.553	8	36.500,46
RS	430400	Campo Novo	5.217	4	4.057,90
RS	430410	Campos Borges	3.524	9	3.513,00
RS	430420	Candelária	31.541	10	16.021,17
RS	430430	Cândido Godói	6.587	5	3.254,10
RS	430435	Candiota	9.362	4	5.050,74
RS	430440	Canela	42.746	9	22.079,56
RS	430450	Canguçu	55.956	8	26.519,12
RS	430460	Canoas	342.634	7	180.469,93
RS	430461	Canudos do Vale	1.823	5	3.161,94
RS	430462	Capão Bonito do Sul	1.764	5	3.159,68
RS	430463	Capão da Canoa	47.792	7	21.058,31
RS	430465	Capão do Cipó	3.419	5	3.258,15
RS	430466	Capão do Leão	25.441	8	12.985,69
RS	430467	Capivari do Sul	4.320	7	6.985,88
RS	430468	Capela de Santana	11.375	5	5.888,57
RS	430469	Capitão	2.763	8	3.554,26
RS	430470	Carazinho	62.193	6	19.055,41
RS	430471	Caraá	7.918	9	4.082,00
RS	430480	Carlos Barbosa	27.835	11	13.920,38
RS	430485	Carlos Gomes	1.560	7	3.500,23
RS	430490	Casca	9.059	6	6.674,57
RS	430495	Caseiros	3.174	5	3.212,35
RS	430500	Catuípe	9.367	8	6.606,98
RS	430510	Caxias do Sul	479.236	9	218.792,77
RS	430511	Centenário	3.021	5	3.164,79
RS	430512	Cerrito	6.461	2	1.872,29
RS	430513	Cerro Branco	4.681	8	3.560,68
RS	430515	Cerro Grande	2.443	5	3.161,96
RS	430517	Cerro Grande do Sul	11.377	6	5.046,40
RS	430520	Cerro Largo	14.024	8	7.577,86
RS	430530	Chapada	9.605	7	6.658,68
RS	430535	Charqueadas	38.599	10	24.193,59
RS	430537	Charrua	3.493	5	3.278,97
RS	430540	Chiapetta	4.043	3	2.899,07
RS	430543	Chuí	6.413	3	2.650,30
RS	430544	Chuvisca	5.292	5	3.229,03
RS	430545	Cidreira	14.511	7	8.831,07
RS	430550	Ciríaco	4.993	6	3.516,94
RS	430558	Colinas	2.499	7	3.524,93
RS	430560	Colorado	3.499	6	3.504,51
RS	430570	Condor	6.826	8	6.372,98
RS	430580	Constantina	10.101	6	6.159,72
RS	430583	Coqueiro Baixo	1.560	4	2.461,45
RS	430585	Coqueiros do Sul	2.467	6	3.511,88
RS	430587	Coronel Barros	2.556	5	3.182,87
RS	430590	Coronel Bicaco	7.801	5	5.634,44
RS	430593	Coronel Pilar	1.734	6	3.671,17
RS	430595	Cotiporã	4.004	7	3.518,46
RS	430597	Coxilha	2.880	8	3.518,20
RS	430600	Crissiumal	14.233	8	8.049,75
RS	430605	Cristal	7.792	6	6.692,42
RS	430607	Cristal do Sul	2.918	5	3.172,34
RS	430610	Cruz Alta	63.615	10	33.599,51
RS	430613	Cruzaltense	2.077	6	3.498,11
RS	430620	Cruzeiro do Sul	12.215	11	6.661,36
RS	430630	David Canabarro	4.842	5	3.173,96
RS	430632	Derrubadas	3.125	9	5.151,30
RS	430635	Dezesseis de Novembro	2.769	6	3.497,11
RS	430637	Dilermando de Aguiar	3.133	5	3.166,47
RS	430640	Dois Irmãos	30.472	8	19.070,60
RS	430642	Dois Irmãos das Missões	2.166	5	3.160,93
RS	430645	Dois Lajeados	3.424	5	3.191,58
RS	430650	Dom Feliciano	15.224	4	4.429,69
RS	430655	Dom Pedro de Alcântara	2.618	6	3.520,48
RS	430660	Dom Pedrito	39.853	11	20.787,02
RS	430670	Dona Francisca	3.352	5	3.153,33
RS	430673	Doutor Maurício Cardoso	5.154	7	5.173,99
RS	430675	Doutor Ricardo	2.074	5	3.166,13
RS	430676	Eldorado do Sul	38.199	8	23.885,81
RS	430680	Encantado	22.009	7	10.937,02
RS	430690	Encruzilhada do Sul	25.801	9	13.331,11
RS	430692	Engenho Velho	1.367	7	3.601,59
RS	430693	Entre-Ijuís	9.008	7	6.615,49
RS	430695	Entre Rios do Sul	3.052	7	3.507,98
RS	430697	Erebango	3.065	4	2.493,48
RS	430700	Erechim	102.906	8	41.544,18
RS	430705	Ernestina	3.211	6	3.536,45
RS	430710	Herval	6.978	6	5.296,11
RS	430720	Erval Grande	5.188	6	3.519,70
RS	430730	Erval Seco	7.715	7	6.253,57
RS	430740	Esmeralda	3.307	6	3.544,67
RS	430745	Esperança do Sul	3.224	6	5.152,06
RS	430750	Espumoso	15.826	7	8.091,42
RS	430755	Estação	6.165	6	6.279,88
RS	430760	Estância Velha	46.877	7	26.910,98
RS	430770	Esteio	84.114	6	32.366,80
RS	430780	Estrela	32.950	7	14.685,46
RS	430781	Estrela Velha	3.744	8	3.523,11
RS	430783	Eugênio de Castro	2.721	4	2.449,33
RS	430786	Fagundes Varela	2.716	9	3.565,03
RS	430790	Farroupilha	69.066	8	30.571,62
RS	430800	Faxinal do Soturno	6.868	7	6.440,51
RS	430805	Faxinalzinho	2.538	6	3.505,31
RS	430807	Fazenda Vilanova	4.148	7	3.709,77
RS	430810	Feliz	13.208	7	7.624,71
RS	430820	Flores da Cunha	29.405	10	14.462,07
RS	430825	Floriano Peixoto	1.972	6	3.499,91
RS	430830	Fontoura Xavier	10.861	5	4.393,82
RS	430840	Formigueiro	7.074	8	3.760,88
RS	430843	Forquetinha	2.523	7	3.515,88
RS	430845	Fortaleza dos Valos	4.603	9	3.512,83
RS	430850	Frederico Westphalen	30.699	12	15.808,09
RS	430860	Garibaldi	33.384	10	16.385,08
RS	430865	Garruchos	3.200	5	4.639,57
RS	430870	Gaurama	5.897	8	6.120,02
RS	430880	General Câmara	8.668	8	4.735,22
RS	430885	Gentil	1.708	8	3.733,64
RS	430890	Getúlio Vargas	16.648	5	6.356,53
RS	430900	Giruá	17.132	7	8.930,68
RS	430905	Glorinha	7.588	8	6.515,81
RS	430910	Gramado	34.832	8	17.975,46
RS	430912	Gramado dos Loureiros	2.258	6	3.508,84
RS	430915	Gramado Xavier	4.232	10	3.595,04
RS	430920	Gravataí	273.742	8	144.768,48
RS	430925	Guabiju	1.606	7	3.512,31
RS	430930	Guaíba	99.186	7	44.696,25
RS	430940	Guaporé	24.677	12	12.173,52
RS	430950	Guarani das Missões	8.114	8	9.536,19
RS	430955	Harmonia	4.630	6	3.603,22
RS	430957	Herveiras	3.067	11	3.532,09
RS	430960	Horizontina	19.286	8	10.058,02
RS	430965	Hulha Negra	6.521	8	3.641,30
RS	430970	Humaitá	4.998	6	5.767,21
RS	430975	Ibarama	4.518	8	3.525,65
RS	430980	Ibiaçá	4.847	4	2.467,58
RS	430990	Ibiraiaras	7.449	6	6.344,00
RS	430995	Ibirapuitã	4.159	8	3.518,62
RS	431000	Ibirubá	20.300	9	10.218,03
RS	431010	Igrejinha	34.630	11	18.000,37
RS	431020	Ijuí	83.089	11	41.987,46
RS	431030	Ilópolis	4.205	10	3.519,97
RS	431033	Imbé	20.294	7	9.916,67
RS	431036	Imigrante	3.152	5	3.187,14
RS	431040	Independência	6.625	6	6.159,30
RS	431041	Inhacorá	2.315	4	2.461,81
RS	431043	Ipê	6.448	7	3.713,32
RS	431046	Ipiranga do Sul	1.978	3	1.758,88
RS	431050	Iraí	7.969	4	4.441,88
RS	431053	Itaara	5.357	7	6.463,33
RS	431055	Itacurubi	3.552	7	3.524,51
RS	431057	Itapuca	2.309	7	3.504,49
RS	431060	Itaqui	39.049	5	14.953,48
RS	431065	Itati	2.592	7	3.512,10
RS	431070	Itatiba do Sul	3.944	3	1.744,85
RS	431075	Ivorá	2.118	4	2.453,58
RS	431080	Ivoti	22.270	7	13.911,58
RS	431085	Jaboticaba	4.099	6	3.511,16
RS	431087	Jacuizinho	2.656	3	1.780,62
RS	431090	Jacutinga	3.709	6	3.533,37
RS	431100	Jaguarão	28.230	9	16.588,17
RS	431110	Jaguari	11.551	6	6.330,82
RS	431112	Jaquirana	4.110	6	3.504,89
RS	431113	Jari	3.650	6	3.517,74
RS	431115	Jóia	8.668	7	4.484,61
RS	431120	Júlio de Castilhos	20.032	7	10.448,19
RS	431123	Lagoa Bonita do Sul	2.839	5	3.233,02
RS	431125	Lagoão	6.504	5	3.398,02
RS	431127	Lagoa dos Três Cantos	1.649	6	3.523,93
RS	431130	Lagoa Vermelha	28.443	8	14.827,42
RS	431140	Lajeado	79.172	10	39.243,81
RS	431142	Lajeado do Bugre	2.592	7	3.539,04
RS	431150	Lavras do Sul	7.820	5	3.924,16
RS	431160	Liberato Salzano	5.718	5	3.215,87
RS	431162	Lindolfo Collor	5.719	5	3.261,75
RS	431164	Linha Nova	1.707	7	3.799,33
RS	431170	Machadinho	5.645	10	3.537,86
RS	431171	Maçambará	4.814	8	3.790,57
RS	431173	Mampituba	3.081	5	3.198,43
RS	431175	Manoel Viana	7.372	7	6.618,98
RS	431177	Maquiné	7.028	3	1.977,40
RS	431179	Maratá	2.668	11	3.570,83
RS	431180	Marau	40.629	7	17.927,14
RS	431190	Marcelino Ramos	4.982	3	1.760,22
RS	431198	Mariana Pimentel	3.926	7	3.538,18
RS	431200	Mariano Moro	2.200	3	1.753,41
RS	431205	Marques de Souza	4.163	6	3.525,47
RS	431210	Mata	5.141	2	1.801,70
RS	431213	Mato Castelhano	2.571	5	3.184,71
RS	431215	Mato Leitão	4.240	4	2.582,36
RS	431217	Mato Queimado	1.789	9	3.508,63
RS	431220	Maximiliano de Almeida	4.834	6	3.509,54
RS	431225	Minas do Leão	8.035	7	4.269,89
RS	431230	Miraguaí	4.978	6	3.520,70
RS	431235	Montauri	1.551	6	3.511,66
RS	431237	Monte Alegre dos Campos	3.243	7	3.547,50
RS	431238	Monte Belo do Sul	2.696	8	3.513,62
RS	431240	Montenegro	63.551	9	40.170,68
RS	431242	Mormaço	2.968	6	3.666,28

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	431244	Morrinhos do Sul	3.179	7	3.510,91
RS	431245	Morro Redondo	6.548	4	4.430,72
RS	431247	Morro Reuter	6.143	5	3.234,93
RS	431250	Mostardas	12.758	10	7.555,18
RS	431260	Muçum	4.998	8	3.567,33
RS	431261	Muitos Capões	3.147	4	2.495,40
RS	431262	Muliterno	1.899	5	3.197,03
RS	431265	Não-Me-Toque	17.094	10	8.531,05
RS	431267	Nicolau Vergueiro	1.754	8	3.516,09
RS	431270	Nonoai	12.270	11	7.372,38
RS	431275	Nova Alvorada	3.457	6	3.634,56
RS	431280	Nova Araçá	4.429	10	3.678,50
RS	431290	Nova Bassano	9.540	11	7.084,21
RS	431295	Nova Boa Vista	1.942	6	3.507,47
RS	431300	Nova Bréscia	3.337	7	3.554,38
RS	431301	Nova Candelária	2.810	7	3.518,62
RS	431303	Nova Esperança do Sul	5.087	8	3.604,17
RS	431306	Nova Hartz	20.225	8	12.662,12
RS	431308	Nova Pádua	2.563	5	3.194,06
RS	431310	Nova Palma	6.597	6	3.716,26
RS	431320	Nova Petrópolis	20.549	9	10.209,09
RS	431330	Nova Prata	25.315	9	13.095,65
RS	431333	Nova Ramada	2.428	5	3.157,96
RS	431335	Nova Roma do Sul	3.584	6	3.605,43
RS	431337	Nova Santa Rita	26.086	5	12.181,80
RS	431339	Novo Cabrais	4.107	6	3.590,69
RS	431340	Novo Hamburgo	249.113	10	170.263,51
RS	431342	Novo Machado	3.791	5	4.628,28
RS	431344	Novo Tiradentes	2.316	4	2.461,60
RS	431346	Novo Xingu	1.793	4	2.462,41
RS	431349	Novo Barreiro	4.171	3	1.777,32
RS	431350	Osório	44.190	9	22.324,92
RS	431360	Paim Filho	4.196	5	5.132,06
RS	431365	Palmares do Sul	11.431	6	6.681,10
RS	431370	Palmeira das Missões	34.907	6	14.337,75
RS	431380	Palmitinho	7.177	7	3.783,11
RS	431390	Panambi	41.473	10	20.848,22
RS	431395	Pantano Grande	9.887	7	7.675,07
RS	431400	Paraí	7.357	9	3.935,55
RS	431402	Paraíso do Sul	7.662	7	3.998,95
RS	431403	Pareci Novo	3.743	6	3.884,42
RS	431405	Parobé	55.893	8	31.560,44
RS	431406	Passa Sete	5.523	4	2.521,55
RS	431407	Passo do Sobrado	6.402	6	3.738,44
RS	431410	Passo Fundo	197.798	6	61.805,92
RS	431413	Paulo Bento	2.302	7	3.627,69
RS	431415	Paverama	8.461	7	4.146,15
RS	431417	Pedras Altas	2.181	7	5.153,13
RS	431420	Pedro Osório	8.005	8	4.319,90
RS	431430	Pejuçara	4.049	8	3.540,56
RS	431440	Pelotas	343.651	7	130.283,13
RS	431442	Picada Café	5.564	6	3.763,71
RS	431445	Pinhal	2.613	5	3.321,23
RS	431446	Pinhal da Serra	2.115	6	3.683,84
RS	431447	Pinhal Grande	4.552	7	3.517,05
RS	431449	Pinheirinho do Vale	4.783	8	6.000,53
RS	431450	Pinheiro Machado	12.944	8	7.373,16
RS	431454	Pinto Bandeira	2.847	4	2.612,01
RS	431455	Pirapó	2.651	5	4.626,93
RS	431460	Piratini	20.757	5	8.365,40
RS	431470	Planalto	10.650	5	5.190,78
RS	431475	Poço das Antas	2.108	7	3.547,74
RS	431477	Pontão	3.988	6	3.526,73
RS	431478	Ponte Preta	1.717	6	3.502,07
RS	431480	Portão	34.353	7	19.335,79
RS	431490	Porto Alegre	1.481.019	9	872.075,90
RS	431500	Porto Lucena	5.269	6	5.834,81
RS	431505	Porto Mauá	2.546	5	4.645,54
RS	431507	Porto Vera Cruz	1.704	7	5.114,91
RS	431510	Porto Xavier	10.737	6	10.605,12
RS	431513	Pouso Novo	1.832	8	3.501,49
RS	431514	Presidente Lucena	2.729	7	3.617,71
RS	431515	Progresso	6.376	7	3.645,76
RS	431517	Protásio Alves	2.037	9	3.516,28
RS	431520	Putinga	4.172	3	1.756,54
RS	431530	Quaraí	23.555	9	13.464,51
RS	431531	Quatro Irmãos	1.852	6	3.544,18
RS	431532	Quevedos	2.820	9	3.538,18
RS	431535	Quinze de Novembro	3.819	5	3.188,76
RS	431540	Redentora	11.108	8	7.580,76
RS	431545	Relvado	2.191	8	3.516,44
RS	431550	Restinga Sêca	16.324	8	8.286,88
RS	431555	Rio dos Índios	3.366	7	3.483,35
RS	431560	Rio Grande	208.641	8	85.849,58
RS	431570	Rio Pardo	38.968	9	20.349,92
RS	431575	Riozinho	4.590	4	2.504,99
RS	431580	Roca Sales	11.040	9	7.149,54
RS	431590	Rodeio Bonito	5.961	8	3.538,16
RS	431595	Rolador	2.528	6	3.507,31
RS	431600	Rolante	20.819	6	9.712,62
RS	431610	Ronda Alta	10.675	8	7.063,00
RS	431620	Rondinha	5.520	8	5.841,55
RS	431630	Roque Gonzales	7.267	5	5.547,49
RS	431640	Rosário do Sul	40.750	9	21.801,41
RS	431642	Sagrada Família	2.676	6	3.523,59
RS	431643	Saldanha Marinho	2.862	6	3.509,07
RS	431645	Salto do Jacuí	12.460	7	7.598,87
RS	431647	Salvador das Missões	2.773	9	3.533,94
RS	431650	Salvador do Sul	7.377	7	3.772,28
RS	431660	Sananduva	16.189	8	8.095,86
RS	431670	Santa Bárbara do Sul	8.742	7	6.511,07
RS	431673	Santa Cecília do Sul	1.696	6	3.518,15
RS	431675	Santa Clara do Sul	6.235	7	3.740,06
RS	431680	Santa Cruz do Sul	126.775	10	63.703,98
RS	431690	Santa Maria	277.309	9	131.911,03
RS	431695	Santa Maria do Herval	6.344	4	2.484,08
RS	431697	Santa Margarida do Sul	2.507	5	3.391,21
RS	431700	Santana da Boa Vista	8.424	4	4.671,22
RS	431710	Sant'Ana do Livramento	82.631	4	20.330,22
RS	431720	Santa Rosa	72.504	11	46.947,04
RS	431725	Santa Tereza	1.780	6	3.536,29
RS	431730	Santa Vitória do Palmar	31.352	9	18.257,73
RS	431740	Santiago	50.647	9	26.662,85
RS	431750	Santo Ângelo	79.040	7	27.938,25
RS	431755	Santo Antônio do Palma	2.197	7	3.520,00
RS	431760	Santo Antônio da Patrulha	42.160	7	23.981,49
RS	431770	Santo Antônio das Missões	11.111	6	6.365,35
RS	431775	Santo Antônio do Planalto	2.058	7	3.528,24
RS	431780	Santo Augusto	14.341	7	7.488,14
RS	431790	Santo Cristo	14.747	6	6.797,47
RS	431795	Santo Expedito do Sul	2.476	4	2.459,12
RS	431800	São Borja	62.897	9	35.763,86
RS	431805	São Domingos do Sul	3.073	5	3.202,19
RS	431810	São Francisco de Assis	19.437	9	10.290,37
RS	431820	São Francisco de Paula	21.617	3	4.750,14
RS	431830	São Gabriel	62.874	8	28.575,18
RS	431840	São Jerônimo	23.649	4	8.220,00
RS	431842	São João da Urtiga	4.836	9	3.523,55
RS	431843	São João do Polêsine	2.649	5	3.167,08
RS	431844	São Jorge	2.844	7	3.518,75
RS	431845	São José das Missões	2.725	8	3.511,97
RS	431846	São José do Herval	2.172	3	1.752,20
RS	431848	São José do Hortêncio	4.504	6	3.618,84
RS	431849	São José do Inhacorá	2.212	5	3.269,76
RS	431850	São José do Norte	27.095	10	13.785,98
RS	431860	São José do Ouro	7.117	5	5.689,70
RS	431861	São José do Sul	2.279	9	3.610,91
RS	431862	São José dos Ausentes	3.483	6	3.576,65
RS	431870	São Leopoldo	229.678	7	101.129,25
RS	431880	São Lourenço do Sul	44.561	6	18.131,40
RS	431890	São Luiz Gonzaga	35.123	9	18.233,19
RS	431900	São Marcos	21.286	9	10.800,19
RS	431910	São Martinho	5.799	9	5.872,70
RS	431912	São Martinho da Serra	3.308	7	3.524,74
RS	431915	São Miguel das Missões	7.742	5	5.885,38
RS	431920	São Nicolau	5.704	8	5.973,86
RS	431930	São Paulo das Missões	6.313	3	2.571,85
RS	431935	São Pedro da Serra	3.612	10	3.604,52
RS	431936	São Pedro das Missões	1.991	4	2.499,83
RS	431937	São Pedro do Butiá	2.987	7	3.619,84
RS	431940	São Pedro do Sul	16.775	9	8.900,12
RS	431950	São Sebastião do Caí	24.825	6	11.113,38
RS	431960	São Sepé	24.418	4	6.987,72
RS	431970	São Valentim	3.600	6	3.506,87
RS	431971	São Valentim do Sul	2.261	6	3.542,68
RS	431973	São Valério do Sul	2.756	6	3.586,76
RS	431975	São Vendelino	2.140	4	2.646,77
RS	431980	São Vicente do Sul	8.802	6	6.739,11
RS	431990	Sapiranga	79.946	9	52.266,95
RS	432000	Sapucaia do Sul	138.933	7	61.272,70
RS	432010	Sarandi	23.222	5	8.798,48
RS	432020	Seberi	11.154	6	6.157,74
RS	432023	Sede Nova	3.057	7	3.532,63
RS	432026	Segredo	7.409	9	3.842,19
RS	432030	Selbach	5.143	8	3.555,76
RS	432032	Senador Salgado Filho	2.882	4	2.463,76
RS	432035	Sentinela do Sul	5.507	7	3.569,35
RS	432040	Serafina Corrêa	16.004	13	8.383,41
RS	432045	Sério	2.216	7	3.498,59
RS	432050	Sertão	6.116	6	5.987,77
RS	432055	Sertão Santana	6.282	6	3.600,11
RS	432057	Sete de Setembro	2.123	9	3.510,76
RS	432060	Severiano de Almeida	3.879	7	3.513,19
RS	432065	Silveira Martins	2.484	5	3.166,01
RS	432067	Sinimbu	10.404	9	6.852,61
RS	432070	Sobradinho	14.982	8	7.782,81
RS	432080	Soledade	31.313	8	16.223,11
RS	432085	Tabaí	4.494	5	3.274,92
RS	432090	Tapejara	21.809	10	10.516,78
RS	432100	Tapera	10.809	8	7.026,57
RS	432110	Tapes	17.390	5	6.770,16
RS	432120	Taquara	57.396	6	22.169,35
RS	432130	Taquari	27.168	5	10.445,28
RS	432132	Taquaruçu do Sul	3.096	7	3.591,73
RS	432135	Tavares	5.561	4	4.321,88
RS	432140	Tenente Portela	14.023	9	7.674,08
RS	432143	Terra de Areia	10.711	8	7.281,07
RS	432145	Teutônia	30.518	9	14.874,07
RS	432146	Tio Hugo	2.930	5	3.250,94
RS	432147	Tiradentes do Sul	6.338	6	5.200,92
RS	432149	Toropi	2.978	7	3.512,70
RS	432150	Torres	37.342	11	19.794,10
RS	432160	Tramandaí	46.962	7	21.896,17

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	432162	Travesseiro	2.390	8	3.524,42
RS	432163	Três Arroios	2.862	7	3.510,58
RS	432166	Três Cachoeiras	10.859	11	7.309,85
RS	432170	Três Coroas	26.348	11	13.390,36
RS	432180	Três de Maio	24.491	7	12.449,89
RS	432183	Três Forquilhas	2.910	8	3.511,03
RS	432185	Três Palmeiras	4.464	9	3.543,79
RS	432190	Três Passos	24.640	7	12.666,80
RS	432195	Trindade do Sul	5.961	5	5.357,64
RS	432200	Triunfo	28.084	9	17.658,68
RS	432210	Tucunduva	5.979	8	6.019,93
RS	432215	Tunas	4.595	8	3.549,26
RS	432218	Tupanci do Sul	1.578	6	3.511,89
RS	432220	Tupanciretã	23.615	6	11.320,21
RS	432225	Tupandi	4.421	8	3.654,14
RS	432230	Tuparendi	8.533	4	7.862,48
RS	432232	Turuçu	3.590	3	1.758,77
RS	432234	Ubiretama	2.248	4	2.451,57
RS	432235	União da Serra	1.393	10	3.485,34
RS	432237	Unistalda	2.474	6	3.513,33
RS	432240	Uruguaiana	129.720	10	69.155,15
RS	432250	Vacaria	65.135	8	31.321,83
RS	432252	Vale Verde	3.448	8	3.579,57
RS	432253	Vale do Sol	11.689	4	3.249,29
RS	432254	Vale Real	5.594	8	3.771,27
RS	432255	Vanini	2.094	9	3.569,84
RS	432260	Venâncio Aires	70.179	7	24.988,54
RS	432270	Vera Cruz	25.866	11	12.804,59
RS	432280	Veranópolis	24.885	8	13.882,55
RS	432285	Vespasiano Corrêa	1.966	6	3.508,29
RS	432290	Viadutos	5.237	7	3.527,59
RS	432300	Viamão	252.872	7	124.424,60
RS	432310	Vicente Dutra	5.187	8	3.517,99
RS	432320	Victor Graeff	3.060	4	2.458,45
RS	432330	Vila Flores	3.373	8	3.561,48
RS	432335	Vila Lângaro	2.189	5	3.163,45
RS	432340	Vila Maria	4.400	6	3.541,65
RS	432345	Vila Nova do Sul	4.368	5	3.174,86
RS	432350	Vista Alegre	2.882	5	3.165,11
RS	432360	Vista Alegre do Prata	1.612	8	3.660,69
RS	432370	Vista Gaúcha	2.877	5	3.188,76
RS	432375	Vitória das Missões	3.442	4	2.453,69
RS	432377	Westfália	2.965	7	3.582,61
RS	432380	Xangri-lá	14.430	10	8.765,60
SC	420005	Abdon Batista	2.617	4	1.949,96
SC	420010	Abelardo Luz	17.782	9	10.842,80
SC	420020	Agrolândia	10.427	6	5.657,82
SC	420030	Agronômica	5.371	6	3.286,77
SC	420050	Águas de Chapecó	6.412	7	3.903,95
SC	420055	Águas Frias	2.397	8	2.756,26
SC	420060	Águas Mornas	6.206	7	4.707,01
SC	420070	Alfredo Wagner	9.905	8	6.028,20
SC	420075	Alto Bela Vista	1.977	8	2.696,25
SC	420080	Anchieta	5.909	9	3.777,26
SC	420090	Angelina	4.998	7	3.164,65
SC	420100	Anita Garibaldi	7.708	4	3.587,42
SC	420110	Anitápolis	3.251	6	2.885,62
SC	420120	Antônio Carlos	8.223	10	6.250,86
SC	420125	Apiúna	10.432	8	6.317,06
SC	420127	Arabutã	4.278	6	3.034,68
SC	420130	Araquari	33.867	11	19.861,85
SC	420140	Araranguá	66.442	10	40.250,63
SC	420150	Armazém	8.431	6	5.104,69
SC	420160	Arroio Trinta	3.564	9	2.932,10
SC	420165	Arvoredo	2.266	6	2.743,53
SC	420170	Ascurra	7.829	11	4.761,97
SC	420180	Atalanta	3.268	5	2.590,19
SC	420190	Aurora	5.681	5	3.125,24
SC	420200	Balneário Camboriú	131.727	9	70.587,77
SC	420205	Balneário Barra do Sul	10.073	9	6.014,74
SC	420207	Balneário Gaivota	10.128	9	6.022,69
SC	420208	Bandeirante	2.779	9	2.795,51
SC	420209	Barra Bonita	1.764	9	2.655,71
SC	420210	Barra Velha	27.080	10	16.140,89
SC	420213	Bela Vista do Toldo	6.276	3	1.911,89
SC	420215	Belmonte	2.705	8	2.824,36
SC	420220	Benedito Novo	11.297	9	6.834,82
SC	420230	Biguaçu	65.528	12	49.655,76
SC	420240	Blumenau	343.715	11	207.392,11
SC	420243	Bocaina do Sul	3.440	5	2.656,95
SC	420245	Bombinhas	18.052	9	10.695,92
SC	420250	Bom Jardim da Serra	4.663	8	3.140,63
SC	420253	Bom Jesus	2.870	5	2.694,87
SC	420257	Bom Jesus do Oeste	2.153	4	1.912,32
SC	420260	Bom Retiro	9.698	10	5.873,98
SC	420270	Botuverá	5.022	6	3.270,09
SC	420280	Braço do Norte	32.209	8	19.440,18
SC	420285	Braço do Trombudo	3.682	5	2.710,15
SC	420287	Brunópolis	2.589	6	2.783,36
SC	420290	Brusque	125.810	12	75.138,30
SC	420300	Caçador	76.571	6	27.838,17
SC	420310	Caibi	6.228	9	3.839,69
SC	420315	Calmon	3.389	8	2.900,56
SC	420320	Camboriú	76.592	7	31.887,53
SC	420325	Capão Alto	2.625	5	2.496,95
SC	420330	Campo Alegre	12.002	9	7.339,10
SC	420340	Campo Belo do Sul	7.237	5	4.086,39
SC	420350	Campo Erê	8.890	5	5.079,48
SC	420370	Canelinha	11.781	7	7.109,60
SC	420380	Canoinhas	54.296	11	33.163,06
SC	420395	Capivari de Baixo	23.982	8	14.481,76
SC	420400	Catanduvas	10.503	8	6.348,89
SC	420410	Caxambu do Sul	3.939	8	2.991,05
SC	420415	Celso Ramos	2.768	5	2.531,81
SC	420417	Cerro Negro	3.308	4	2.018,39
SC	420420	Chapecó	209.553	10	119.649,21
SC	420425	Cocal do Sul	16.301	9	9.887,47
SC	420430	Concórdia	73.206	11	44.456,90
SC	420435	Cordilheira Alta	4.253	6	3.172,79
SC	420440	Coronel Freitas	10.165	8	6.286,46
SC	420445	Coronel Martins	2.541	7	2.812,87
SC	420450	Corupá	15.337	11	9.260,78
SC	420455	Correia Pinto	13.591	10	8.841,56
SC	420460	Criciúma	209.153	10	120.302,13
SC	420470	Cunha Porã	11.020	10	6.720,98
SC	420475	Cunhataí	1.949	6	2.732,82
SC	420480	Curitibanos	39.399	7	21.608,43
SC	420490	Descanso	8.452	6	5.270,54
SC	420500	Dionísio Cerqueira	15.395	9	9.387,47
SC	420510	Dona Emma	4.039	10	3.086,68
SC	420515	Doutor Pedrinho	3.990	7	3.108,82
SC	420517	Entre Rios	3.167	7	2.920,01
SC	420530	Faxinal dos Guedes	10.758	9	6.607,76
SC	420535	Flor do Sertão	1.597	9	2.651,77
SC	420540	Florianópolis	477.798	9	325.495,17
SC	420543	Formosa do Sul	2.562	8	2.777,80
SC	420545	Forquilhinha	25.560	10	15.378,95
SC	420550	Fraiburgo	36.102	13	21.996,50
SC	420555	Frei Rogério	2.197	3	1.365,53
SC	420560	Galvão	3.137	8	2.876,38
SC	420570	Garopaba	21.573	6	11.600,40
SC	420580	Garuva	17.134	11	10.273,03
SC	420590	Gaspar	66.213	11	39.794,69
SC	420600	Governador Celso Ramos	14.087	7	10.736,88
SC	420610	Grão Pará	6.507	4	2.775,18
SC	420620	Gravatal	11.313	6	6.186,03
SC	420630	Guabiruba	22.174	9	13.226,54
SC	420640	Guaraciaba	10.316	7	6.421,10
SC	420650	Guaramirim	41.879	12	25.017,34
SC	420660	Guarujá do Sul	5.118	11	3.179,16
SC	420665	Guatambú	4.736	4	2.163,61
SC	420675	Ibiam	1.968	9	2.708,08
SC	420690	Ibirama	18.567	9	11.268,14
SC	420700	Içara	53.998	10	32.524,74
SC	420710	Ilhota	13.676	6	7.431,94
SC	420720	Imaruí	10.752	5	5.237,65
SC	420730	Imbituba	43.624	11	26.418,82
SC	420750	Indaial	65.000	12	38.855,27
SC	420757	Iomerê	2.899	9	2.894,54
SC	420760	Ipira	4.599	8	3.057,54
SC	420765	Iporã do Oeste	8.876	8	5.399,68
SC	420768	Ipuaçu	7.331	7	4.444,34
SC	420770	Ipumirim	7.530	8	4.589,39
SC	420775	Iraceminha	4.103	9	2.986,97
SC	420780	Irani	10.202	8	6.192,22
SC	420785	Irati	2.004	7	2.685,25
SC	420790	Irineópolis	11.061	6	6.052,74
SC	420800	Itá	6.311	8	3.929,04
SC	420810	Itaiópolis	21.385	10	13.012,96
SC	420830	Itapema	59.147	9	34.938,47
SC	420840	Itapiranga	16.541	9	10.035,58
SC	420845	Itapoá	18.749	10	11.099,84
SC	420850	Ituporanga	24.343	12	14.725,33
SC	420860	Jaborá	4.006	5	2.684,84

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	420870	Jacinto Machado	10.573	7	6.534,32
SC	420880	Jaguaruna	19.254	8	11.615,76
SC	420890	Jaraguá do Sul	167.300	12	100.205,82
SC	420895	Jardinópolis	1.649	7	2.639,02
SC	420910	Joinville	569.645	10	326.834,59
SC	420915	José Boiteux	4.874	9	3.132,21
SC	420917	Jupiá	2.134	6	2.720,25
SC	420920	Lacerdópolis	2.249	7	2.756,79
SC	420930	Lages	158.620	10	92.419,93
SC	420940	Laguna	44.982	11	27.325,80
SC	420945	Lajeado Grande	1.461	6	2.621,58
SC	420960	Lauro Muller	15.073	10	9.177,55
SC	420970	Lebon Régis	12.119	7	7.408,26
SC	420980	Leoberto Leal	3.179	6	2.856,64
SC	420985	Lindóia do Sul	4.630	9	3.072,01
SC	420990	Lontras	11.584	8	6.972,52
SC	421000	Luiz Alves	12.162	11	7.287,70
SC	421005	Macieira	1.807	7	2.673,83
SC	421010	Mafra	55.611	10	33.851,56
SC	421020	Major Gercino	3.416	5	2.649,29
SC	421050	Maravilha	24.712	12	14.899,14
SC	421055	Marema	1.952	6	2.694,77
SC	421070	Matos Costa	2.652	4	1.948,93
SC	421085	Mirim Doce	2.399	5	2.467,64
SC	421090	Modelo	4.181	6	3.037,93
SC	421100	Mondaí	11.343	12	6.847,67
SC	421105	Monte Carlo	9.740	8	5.933,34
SC	421110	Monte Castelo	8.473	6	5.188,54
SC	421120	Morro da Fumaça	17.373	11	10.534,36
SC	421130	Navegantes	74.964	8	40.082,82
SC	421140	Nova Erechim	4.804	6	3.240,29
SC	421145	Nova Itaberaba	4.339	5	2.734,32
SC	421150	Nova Trento	13.861	7	8.336,05
SC	421160	Nova Veneza	14.654	8	8.855,64
SC	421165	Novo Horizonte	2.569	8	2.772,19
SC	421170	Orleans	22.587	11	13.738,79
SC	421175	Otacílio Costa	18.075	9	10.915,02
SC	421185	Ouro Verde	2.254	8	2.738,15
SC	421187	Paial	1.607	9	2.637,36
SC	421189	Painel	2.378	7	2.763,84
SC	421190	Palhoça	161.395	9	109.378,27
SC	421205	Palmeira	2.562	4	2.013,60
SC	421210	Palmitos	16.257	9	9.957,24
SC	421220	Papanduva	18.905	9	11.501,32
SC	421223	Paraíso	3.688	9	2.948,14
SC	421227	Passos Maia	4.279	5	2.711,28
SC	421230	Paulo Lopes	7.282	7	4.408,24
SC	421250	Penha	30.262	7	17.994,11
SC	421260	Peritiba	2.880	6	2.813,08
SC	421265	Pescaria Brava	9.908	7	6.019,02
SC	421270	Petrolândia	6.051	10	3.757,68
SC	421280	Balneário Piçarras	21.253	8	12.617,60
SC	421290	Pinhalzinho	19.105	9	11.441,95
SC	421300	Pinheiro Preto	3.438	9	3.023,63
SC	421310	Piratuba	4.209	4	2.127,45
SC	421315	Planalto Alegre	2.823	6	2.892,29
SC	421320	Pomerode	31.760	11	19.082,77
SC	421330	Ponte Alta	4.796	4	2.162,97
SC	421335	Ponte Alta do Norte	3.405	8	2.927,41
SC	421340	Ponte Serrada	11.499	6	6.307,76
SC	421350	Porto Belo	19.744	8	11.743,67
SC	421360	Porto União	35.045	9	21.347,78
SC	421370	Pouso Redondo	16.692	9	10.051,49
SC	421380	Praia Grande	7.367	9	4.514,72
SC	421390	Presidente Castello Branco	1.630	5	2.370,77
SC	421400	Presidente Getúlio	16.736	10	10.082,09
SC	421410	Presidente Nereu	2.306	7	2.754,05
SC	421415	Princesa	2.891	9	2.880,76
SC	421420	Quilombo	10.096	6	5.648,45
SC	421430	Rancho Queimado	2.860	5	2.579,46
SC	421440	Rio das Antas	6.246	6	3.822,55
SC	421450	Rio do Campo	6.078	6	3.785,22
SC	421460	Rio do Oeste	7.428	11	4.523,90
SC	421470	Rio dos Cedros	11.295	9	6.828,08
SC	421480	Rio do Sul	68.217	10	41.149,04
SC	421490	Rio Fortuna	4.594	7	3.094,65
SC	421500	Rio Negrinho	41.817	10	25.460,42
SC	421505	Rio Rufino	2.487	5	2.508,47
SC	421507	Riqueza	4.705	9	3.074,30
SC	421510	Rodeio	11.434	10	6.964,56
SC	421520	Romelândia	5.120	10	3.362,33
SC	421530	Salete	7.614	8	4.647,53
SC	421535	Saltinho	3.872	6	2.958,27
SC	421540	Salto Veloso	4.616	9	3.149,81
SC	421545	Sangão	12.001	7	7.201,40
SC	421550	Santa Cecília	16.606	9	10.104,12
SC	421555	Santa Helena	2.288	5	2.455,12
SC	421560	Santa Rosa de Lima	2.133	8	2.756,15
SC	421567	Santa Terezinha	8.855	10	5.436,40
SC	421568	Santa Terezinha do Progresso	2.611	9	2.788,88
SC	421569	Santiago do Sul	1.341	7	2.597,48
SC	421575	São Bernardino	2.496	7	2.769,29
SC	421580	São Bento do Sul	81.893	11	49.532,83
SC	421590	São Bonifácio	2.922	9	2.822,16
SC	421600	São Carlos	11.038	5	5.023,30
SC	421605	São Cristovão do Sul	5.412	7	3.280,32
SC	421610	São Domingos	9.509	8	5.832,36
SC	421620	São Francisco do Sul	49.658	11	29.746,87
SC	421625	São João do Oeste	6.285	7	3.831,12
SC	421630	São João Batista	33.897	9	20.024,64
SC	421635	São João do Itaperiú	3.662	8	3.009,86
SC	421650	São Joaquim	26.447	10	16.063,16
SC	421660	São José	236.029	9	160.990,14
SC	421670	São José do Cedro	13.899	9	8.509,25
SC	421680	São José do Cerrito	8.705	7	5.571,65
SC	421690	São Lourenço do Oeste	23.473	9	14.225,94
SC	421700	São Ludgero	12.688	10	7.613,89
SC	421710	São Martinho	3.217	5	2.588,61
SC	421715	São Miguel da Boa Vista	1.860	8	2.674,50
SC	421720	São Miguel do Oeste	39.390	9	23.858,21
SC	421725	São Pedro de Alcântara	5.488	8	4.137,21
SC	421730	Saudades	9.594	11	5.828,69
SC	421740	Schroeder	19.463	9	11.522,12
SC	421750	Seara	17.483	7	10.672,67
SC	421755	Serra Alta	3.307	7	2.890,78
SC	421760	Siderópolis	13.778	10	8.375,83
SC	421775	Sul Brasil	2.587	11	2.774,53
SC	421780	Taió	18.161	9	11.052,72
SC	421795	Tigrinhos	1.707	11	2.650,61
SC	421800	Tijucas	36.170	9	21.666,02
SC	421820	Timbó	42.045	12	25.265,20
SC	421825	Timbó Grande	7.699	6	4.670,78
SC	421830	Três Barras	19.046	12	11.594,34
SC	421835	Treviso	3.824	8	3.056,22
SC	421840	Treze de Maio	7.082	6	4.325,00
SC	421850	Treze Tílias	7.392	7	4.429,04
SC	421860	Trombudo Central	7.135	7	4.318,88
SC	421870	Tubarão	103.674	11	62.964,40
SC	421875	Tunápolis	4.612	9	3.068,06
SC	421885	União do Oeste	2.650	9	2.791,64
SC	421890	Urubici	11.147	5	5.095,82
SC	421895	Urupema	2.492	3	1.388,01
SC	421900	Urussanga	21.090	10	12.853,84
SC	421910	Vargeão	3.590	6	2.934,14
SC	421917	Vargem Bonita	4.635	9	3.062,87
SC	421920	Vidal Ramos	6.361	10	3.902,72
SC	421930	Videira	51.499	11	31.166,71
SC	421940	Witmarsum	3.876	9	3.053,57
SC	421950	Xanxerê	49.057	8	29.602,44
SC	421960	Xavantina	4.039	8	2.981,39
SC	421970	Xaxim	27.921	8	16.909,56
SC	421985	Zortéa	3.264	6	2.987,94
SC	422000	Balneário Rincão	12.212	7	7.355,02
SE	280010	Amparo de São Francisco	2.382	5	2.195,00
SE	280020	Aquidabã	21.452	4	12.019,92
SE	280030	Aracaju	641.523	9	665.028,13
SE	280040	Arauá	10.467	8	11.282,85
SE	280050	Areia Branca	18.329	7	18.532,64
SE	280060	Barra dos Coqueiros	29.248	9	29.065,48
SE	280067	Boquim	26.856	5	20.679,45
SE	280070	Brejo Grande	8.271	6	8.466,52
SE	280100	Campo do Brito	17.986	5	13.763,15
SE	280110	Canhoba	4.057	5	3.779,69
SE	280120	Canindé de São Francisco	28.832	5	21.746,76

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SE	280130	Capela	33.715	5	22.222,83
SE	280140	Carira	21.665	6	19.768,51
SE	280150	Carmópolis	15.952	8	15.975,85
SE	280160	Cedro de São João	5.912	6	6.024,26
SE	280170	Cristinápolis	18.092	6	16.449,47
SE	280190	Cumbe	3.999	6	4.082,57
SE	280200	Divina Pastora	4.975	8	5.010,02
SE	280210	Estância	68.846	10	69.808,02
SE	280220	Feira Nova	5.595	4	4.015,31
SE	280230	Frei Paulo	15.200	6	13.841,35
SE	280240	Gararu	11.730	7	11.977,94
SE	280250	General Maynard	3.274	7	3.290,34
SE	280260	Gracho Cardoso	5.859	7	5.989,78
SE	280270	Ilha das Flores	8.604	7	8.812,61
SE	280280	Indiaroba	17.600	5	13.437,78
SE	280290	Itabaiana	94.393	8	85.931,16
SE	280300	Itabaianinha	41.686	8	42.229,13
SE	280310	Itabi	5.002	4	3.605,49
SE	280320	Itaporanga d'Ajuda	33.713	10	34.034,67
SE	280330	Japaratuba	18.474	7	18.679,41
SE	280340	Japoatã	13.242	4	7.474,62
SE	280350	Lagarto	103.188	12	104.037,95
SE	280360	Laranjeiras	29.418	8	29.777,54
SE	280370	Macambira	6.873	4	4.924,59
SE	280380	Malhada dos Bois	3.673	6	3.783,51
SE	280390	Malhador	12.645	9	12.953,63
SE	280400	Maruim	17.225	2	4.409,17
SE	280410	Moita Bonita	11.416	8	11.604,04
SE	280420	Monte Alegre de Sergipe	15.017	5	11.411,88
SE	280430	Muribeca	7.662	4	5.494,53
SE	280440	Neópolis	18.956	6	17.407,04
SE	280445	Nossa Senhora Aparecida	8.850	4	6.278,77
SE	280450	Nossa Senhora da Glória	36.174	7	32.683,96
SE	280460	Nossa Senhora das Dores	26.434	7	26.823,65
SE	280470	Nossa Senhora de Lourdes	6.512	7	6.652,72
SE	280480	Nossa Senhora do Socorro	179.661	5	90.182,50
SE	280490	Pacatuba	14.293	8	14.440,24
SE	280500	Pedra Mole	3.227	6	3.264,13
SE	280510	Pedrinhas	9.523	7	9.688,25
SE	280520	Pinhão	6.499	7	6.562,93
SE	280530	Pirambu	9.153	6	9.303,32
SE	280540	Poço Redondo	34.147	8	34.530,83
SE	280550	Poço Verde	23.580	2	5.958,69
SE	280560	Porto da Folha	28.615	6	26.233,80
SE	280570	Propriá	29.745	7	30.248,22
SE	280580	Riachão do Dantas	19.995	5	15.283,26
SE	280590	Riachuelo	10.116	5	7.727,56
SE	280600	Ribeirópolis	18.503	5	14.014,31
SE	280610	Rosário do Catete	10.533	6	9.509,73
SE	280620	Salgado	20.126	6	18.427,07
SE	280630	Santa Luzia do Itanhy	13.936	4	8.085,62
SE	280640	Santana do São Francisco	7.680	4	5.248,63
SE	280650	Santa Rosa de Lima	3.926	5	3.848,22
SE	280660	Santo Amaro das Brotas	12.086	4	6.798,56
SE	280670	São Cristóvão	88.118	5	44.170,87
SE	280680	São Domingos	11.053	4	6.153,63
SE	280690	São Francisco	3.916	7	3.886,62
SE	280700	São Miguel do Aleixo	3.923	1	395,19
SE	280710	Simão Dias	40.684	12	41.229,92
SE	280720	Siriri	8.765	6	8.976,01
SE	280730	Telha	3.196	4	2.258,69
SE	280740	Tobias Barreto	51.770	6	31.426,49
SE	280750	Tomar do Geru	13.204	6	12.112,46
SE	280760	Umbaúba	24.832	9	25.140,02
SP	350010	Adamantina	35.094	10	20.415,92
SP	350020	Adolfo	3.616	8	4.937,03
SP	350030	Aguaí	35.189	11	16.385,61
SP	350040	Águas da Prata	8.065	9	5.033,32
SP	350050	Águas de Lindóia	18.412	5	8.240,85
SP	350055	Águas de Santa Bárbara	5.977	3	2.521,31
SP	350060	Águas de São Pedro	3.205	5	4.788,30
SP	350070	Agudos	36.704	8	17.166,28
SP	350075	Alambari	5.658	7	5.262,86
SP	350080	Alfredo Marcondes	4.118	6	5.020,35
SP	350090	Altair	4.085	8	5.050,01
SP	350100	Altinópolis	16.199	7	7.604,13
SP	350110	Alto Alegre	4.164	4	3.454,75
SP	350115	Alumínio	18.194	7	8.488,67
SP	350120	Álvares Florence	3.824	9	4.901,41
SP	350130	Álvares Machado	24.733	7	12.710,30
SP	350140	Álvaro de Carvalho	5.075	6	5.102,28
SP	350150	Alvinlândia	3.182	5	4.524,22
SP	350160	Americana	231.621	3	43.066,67
SP	350170	Américo Brasiliense	38.701	6	14.363,95
SP	350180	Américo de Campos	5.955	9	4.983,68
SP	350190	Amparo	70.742	4	16.867,20
SP	350200	Analândia	4.789	7	5.159,91
SP	350210	Andradina	57.300	14	38.226,78
SP	350220	Angatuba	24.400	6	10.220,10
SP	350230	Anhembi	6.397	8	5.199,86
SP	350240	Anhumas	4.026	7	5.067,37
SP	350250	Aparecida	36.248	6	17.384,16
SP	350260	Aparecida d'Oeste	4.362	11	4.899,79
SP	350270	Apiaí	25.077	6	10.782,69
SP	350275	Araçariguama	20.581	6	8.508,22
SP	350280	Araçatuba	193.828	5	63.388,28
SP	350290	Araçoiaba da Serra	31.915	7	13.248,78
SP	350300	Aramina	5.519	2	1.515,99
SP	350310	Arandu	6.360	7	4.971,43
SP	350315	Arapeí	2.516	5	4.435,20
SP	350320	Araraquara	228.664	8	113.435,21
SP	350330	Araras	130.102	8	54.831,52
SP	350335	Arco-Íris	1.873	4	3.422,22
SP	350340	Arealva	8.402	8	5.053,55
SP	350350	Areias	3.869	6	4.991,43
SP	350360	Areiópolis	11.078	6	4.673,73
SP	350370	Ariranha	9.365	7	5.113,05
SP	350380	Artur Nogueira	51.126	6	18.088,56
SP	350390	Arujá	85.199	9	52.545,81
SP	350395	Aspásia	1.845	8	4.938,51
SP	350400	Assis	102.268	12	63.599,72
SP	350410	Atibaia	138.449	6	51.527,44
SP	350420	Auriflama	15.024	7	8.515,35
SP	350430	Avaí	5.306	3	2.524,93
SP	350440	Avanhandava	12.918	5	5.971,57
SP	350450	Avaré	88.938	8	49.796,11
SP	350460	Bady Bassitt	16.604	7	8.003,12
SP	350470	Balbinos	5.006	5	5.123,82
SP	350480	Bálsamo	8.841	9	5.083,34
SP	350490	Bananal	10.821	4	3.555,75
SP	350500	Barão de Antonina	3.380	8	5.085,11
SP	350510	Barbosa	7.190	6	5.100,53
SP	350520	Bariri	34.328	5	10.401,66
SP	350530	Barra Bonita	36.326	5	14.165,19
SP	350535	Barra do Chapéu	5.619	7	5.053,34
SP	350540	Barra do Turvo	7.804	7	4.928,88
SP	350550	Barretos	119.948	8	56.211,50
SP	350560	Barrinha	31.579	8	14.678,10
SP	350570	Barueri	264.935	9	147.765,74
SP	350580	Bastos	21.070	8	10.184,44
SP	350590	Batatais	61.040	5	18.176,70
SP	350600	Bauru	369.368	8	210.636,25
SP	350610	Bebedouro	77.695	10	45.752,42
SP	350620	Bento de Abreu	2.902	5	4.577,57
SP	350630	Bernardino de Campos	11.169	8	5.243,79
SP	350635	Bertioga	57.942	8	30.539,70
SP	350640	Bilac	7.761	6	5.126,31
SP	350650	Birigui	119.536	10	70.383,93
SP	350660	Biritiba-Mirim	31.479	8	19.504,91
SP	350670	Boa Esperança do Sul	14.638	5	5.446,23
SP	350680	Bocaina	11.926	4	3.052,89
SP	350690	Bofete	11.059	11	5.242,89
SP	350700	Boituva	56.830	9	26.190,75
SP	350710	Bom Jesus dos Perdões	23.530	5	8.116,31
SP	350715	Bom Sucesso de Itararé	3.860	5	4.568,01
SP	350720	Borá	838	3	2.486,24
SP	350730	Boracéia	4.675	5	4.601,17
SP	350740	Borborema	15.681	9	7.317,43
SP	350745	Borebi	2.548	6	5.149,57
SP	350750	Botucatu	141.032	12	73.998,39
SP	350760	Bragança Paulista	162.435	8	80.461,03
SP	350770	Braúna	5.506	5	4.603,61
SP	350775	Brejo Alegre	2.790	9	5.082,78
SP	350780	Brodowski	23.780	8	11.026,20
SP	350790	Brotas	23.641	7	11.006,93
SP	350800	Buri	19.655	9	9.197,90
SP	350810	Buritama	16.714	9	9.065,60
SP	350820	Buritizal	4.377	4	3.551,25
SP	350830	Cabrália Paulista	4.371	5	4.427,95
SP	350840	Cabreúva	47.210	8	21.868,16
SP	350850	Caçapava	91.883	8	49.227,48
SP	350860	Cachoeira Paulista	32.536	7	17.438,76
SP	350870	Caconde	19.001	9	11.385,60
SP	350880	Cafelândia	17.573	7	8.423,77
SP	350890	Caiabu	4.208	4	3.470,57
SP	350900	Caieiras	97.016	6	35.974,97
SP	350910	Caiuá	5.628	4	3.615,56
SP	350920	Cajamar	72.875	7	31.464,95

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	350925	Cajati	28.916	6	12.291,96
SP	350930	Cajobi	10.393	5	3.776,38
SP	350940	Cajuru	25.445	7	11.938,52
SP	350945	Campina do Monte Alegre	5.932	7	5.038,20
SP	350950	Campinas	1.173.370	7	531.678,68
SP	350960	Campo Limpo Paulista	81.693	5	18.999,05
SP	350970	Campos do Jordão	51.157	9	30.511,20
SP	350980	Campos Novos Paulista	4.870	4	3.539,19
SP	350990	Cananéia	12.606	4	4.159,32
SP	350995	Canas	4.914	3	2.586,58
SP	351000	Cândido Mota	31.198	7	14.434,71
SP	351010	Cândido Rodrigues	2.786	6	4.984,68
SP	351015	Canitar	4.956	7	5.204,97
SP	351020	Capão Bonito	47.475	9	22.329,70
SP	351030	Capela do Alto	19.747	7	9.156,54
SP	351040	Capivari	53.731	10	24.981,44
SP	351050	Caraguatatuba	115.071	8	56.749,15
SP	351060	Carapicuíba	394.465	5	122.788,02
SP	351070	Cardoso	12.305	9	5.772,07
SP	351080	Casa Branca	30.012	9	18.703,00
SP	351090	Cássia dos Coqueiros	2.607	4	3.434,98
SP	351100	Castilho	20.120	12	9.759,07
SP	351110	Catanduva	120.092	9	67.688,93
SP	351120	Catiguá	7.652	10	5.058,83
SP	351130	Cedral	8.870	10	5.153,90
SP	351140	Cerqueira César	19.304	10	8.981,23
SP	351150	Cerquilho	45.947	8	21.216,74
SP	351160	Cesário Lange	17.378	10	8.066,61
SP	351170	Charqueada	16.608	9	7.726,80
SP	351190	Clementina	8.124	7	5.243,52
SP	351200	Colina	18.311	6	8.114,73
SP	351210	Colômbia	6.218	6	4.967,97
SP	351220	Conchal	27.345	8	12.876,34
SP	351230	Conchas	17.523	6	7.362,74
SP	351240	Cordeirópolis	23.517	11	10.919,98
SP	351250	Coroados	5.820	7	5.150,02
SP	351260	Coronel Macedo	4.881	7	4.893,79
SP	351270	Corumbataí	4.045	9	4.983,99
SP	351280	Cosmópolis	67.960	5	20.042,10
SP	351290	Cosmorama	7.381	8	4.942,18
SP	351300	Cotia	233.696	5	71.848,52
SP	351310	Cravinhos	34.384	7	14.723,06
SP	351320	Cristais Paulista	8.343	3	2.560,91
SP	351330	Cruzália	2.185	6	4.877,70
SP	351340	Cruzeiro	81.406	7	34.054,44
SP	351350	Cubatão	127.887	8	101.130,09
SP	351360	Cunha	22.007	8	13.350,60
SP	351370	Descalvado	33.165	7	14.277,31
SP	351380	Diadema	415.180	6	154.907,96
SP	351385	Dirce Reis	1.779	6	5.006,24
SP	351390	Divinolândia	11.437	7	5.453,88
SP	351400	Dobrada	8.669	3	2.552,08
SP	351410	Dois Córregos	26.706	6	11.216,69
SP	351420	Dolcinópolis	2.139	5	4.444,14
SP	351430	Dourado	8.903	5	4.464,00
SP	351440	Dracena	46.088	6	22.960,18
SP	351450	Duartina	12.558	6	5.323,46
SP	351460	Dumont	9.325	9	5.231,49
SP	351470	Echaporã	6.281	5	4.421,74
SP	351480	Eldorado	15.388	5	6.902,55
SP	351490	Elias Fausto	17.241	8	8.029,95
SP	351492	Elisiário	3.494	6	5.173,26
SP	351495	Embaúba	2.479	5	4.447,01
SP	351500	Embu das Artes	264.448	8	131.099,92
SP	351510	Embu-Guaçu	67.788	6	25.276,38
SP	351512	Emilianópolis	3.186	6	5.011,58
SP	351515	Engenheiro Coelho	19.059	8	11.166,60
SP	351518	Espírito Santo do Pinhal	44.036	6	16.505,27
SP	351519	Espírito Santo do Turvo	4.668	7	5.122,58
SP	351520	Estrela d'Oeste	8.464	5	4.457,48
SP	351530	Estrela do Norte	2.765	7	4.976,64
SP	351535	Euclides da Cunha Paulista	9.600	9	5.379,97
SP	351540	Fartura	15.994	11	7.501,20
SP	351550	Fernandópolis	68.399	10	37.360,90
SP	351560	Fernando Prestes	5.771	6	4.981,62
SP	351565	Fernão	1.680	7	5.060,77
SP	351570	Ferraz de Vasconcelos	186.808	8	92.497,76
SP	351580	Flora Rica	1.602	3	2.415,64
SP	351590	Floreal	2.996	6	4.916,36
SP	351600	Flórida Paulista	14.143	6	7.887,60
SP	351610	Florínia	2.778	7	4.899,96
SP	351620	Franca	344.704	6	128.497,27
SP	351630	Francisco Morato	169.942	9	94.788,11
SP	351640	Franco da Rocha	147.650	7	63.869,84
SP	351650	Gabriel Monteiro	2.791	9	4.949,00
SP	351660	Gália	6.834	5	4.404,72
SP	351670	Garça	44.557	11	21.927,73
SP	351680	Gastão Vidigal	4.634	9	5.136,05
SP	351685	Gavião Peixoto	4.714	5	4.536,77
SP	351690	General Salgado	10.956	7	5.594,06
SP	351700	Getulina	11.325	9	7.065,66
SP	351710	Glicério	4.787	4	3.497,01
SP	351720	Guaiçara	11.752	6	4.920,76
SP	351730	Guaimbê	5.717	7	5.009,30
SP	351740	Guaíra	40.053	10	19.339,95
SP	351750	Guapiaçu	20.340	9	9.417,39
SP	351760	Guapiara	17.758	10	8.520,63
SP	351770	Guará	20.997	3	4.112,78
SP	351780	Guaraçaí	8.495	7	5.473,46
SP	351790	Guaraci	10.872	8	5.098,49
SP	351800	Guarani d'Oeste	2.018	7	4.941,68
SP	351810	Guarantã	6.662	7	4.975,03
SP	351820	Guararapes	32.502	10	18.088,06
SP	351830	Guararema	28.664	5	13.307,51
SP	351840	Guaratinguetá	119.753	6	42.866,28
SP	351850	Guareí	17.213	8	10.558,74
SP	351860	Guariba	38.861	7	16.285,08
SP	351870	Guarujá	313.421	7	222.408,49
SP	351880	Guarulhos	1.337.087	7	580.519,03
SP	351885	Guatapará	7.496	5	4.558,77
SP	351890	Guzolândia	5.142	9	5.077,61
SP	351900	Herculândia	9.338	7	5.059,00
SP	351905	Holambra	13.698	4	4.413,75
SP	351907	Hortolândia	219.039	8	110.044,22
SP	351910	Iacanga	11.206	6	4.680,92
SP	351920	Iacri	6.457	5	4.431,99
SP	351925	Iaras	8.230	9	5.562,08
SP	351930	Ibaté	33.884	8	15.761,45
SP	351940	Ibirá	11.980	8	7.116,60
SP	351950	Ibirarema	7.459	9	5.146,04
SP	351960	Ibitinga	58.188	8	31.130,46
SP	351970	Ibiúna	77.005	7	32.101,44
SP	351980	Icém	8.055	7	5.072,76
SP	351990	Iepê	8.070	7	5.019,23
SP	352000	Igaraçu do Tietê	24.525	7	14.670,60
SP	352010	Igarapava	29.902	6	13.073,04
SP	352020	Igaratá	9.397	8	5.609,40
SP	352030	Iguape	30.519	6	14.587,20
SP	352040	Ilhabela	32.782	10	19.318,20
SP	352042	Ilha Comprida	10.476	9	6.174,60
SP	352044	Ilha Solteira	26.443	10	15.806,40
SP	352050	Indaiatuba	235.367	8	110.895,84
SP	352060	Indiana	4.936	6	4.941,73
SP	352070	Indiaporã	3.960	8	4.933,61
SP	352080	Inúbia Paulista	3.907	6	5.064,92
SP	352090	Ipaussu	14.674	5	5.139,10
SP	352100	Iperó	34.149	8	20.887,74
SP	352110	Ipeúna	7.047	4	3.705,11
SP	352115	Ipiguá	5.101	10	5.225,58
SP	352120	Iporanga	4.316	3	2.461,41
SP	352130	Ipuã	15.752	6	6.593,30
SP	352140	Iracemápolis	22.914	7	10.601,79
SP	352150	Irapuã	7.827	6	5.063,80
SP	352160	Irapuru	8.217	5	4.612,56
SP	352170	Itaberá	17.946	9	8.534,26
SP	352180	Itaí	26.287	7	16.302,29
SP	352190	Itajobi	15.212	11	7.549,63
SP	352200	Itaju	3.655	5	4.666,84
SP	352210	Itanhaém	97.439	5	31.480,61
SP	352215	Itaóca	3.339	8	4.960,54
SP	352220	Itapecerica da Serra	169.103	6	62.813,84
SP	352230	Itapetininga	158.561	6	58.975,21
SP	352240	Itapeva	93.145	10	43.573,70
SP	352250	Itapevi	226.488	9	144.610,22
SP	352260	Itapira	73.410	10	34.294,49
SP	352265	Itapirapuã Paulista	4.161	5	4.549,97
SP	352270	Itápolis	42.547	9	20.843,52
SP	352280	Itaporanga	15.140	10	7.104,05
SP	352290	Itapuí	13.475	8	6.264,16
SP	352300	Itapura	4.760	5	4.593,65

SP	352310	Itaquaquecetuba	356.774	5	110.426,71
SP	352320	Itararé	50.243	10	23.549,35
SP	352330	Itariri	16.913	5	5.907,55
SP	352340	Itatiba	114.912	8	54.376,32
SP	352350	Itatinga	19.951	9	9.276,86
SP	352360	Itirapina	17.377	8	10.742,16
SP	352370	Itirapuã	6.363	2	1.519,57
SP	352380	Itobi	7.842	9	4.972,72
SP	352390	Itu	168.643	6	60.154,20
SP	352400	Itupeva	55.596	8	22.896,14
SP	352410	Ituverava	41.206	4	9.972,02
SP	352420	Jaborandi	6.900	7	4.991,47
SP	352430	Jaboticabal	76.196	7	25.733,17
SP	352440	Jacareí	228.214	11	135.923,40
SP	352450	Jaci	6.609	7	5.285,70
SP	352460	Jacupiranga	17.876	9	8.389,97
SP	352470	Jaguariúna	53.069	8	28.029,78
SP	352480	Jales	49.017	10	29.409,51
SP	352490	Jambeiro	6.200	3	2.632,48
SP	352500	Jandira	120.177	5	45.109,07
SP	352510	Jardinópolis	42.358	7	17.680,98
SP	352520	Jarinu	28.012	5	9.684,23
SP	352530	Jaú	144.828	6	53.817,09
SP	352540	Jeriquara	3.209	5	4.440,99
SP	352550	Joanópolis	12.837	4	4.199,25
SP	352560	João Ramalho	4.442	5	4.545,42
SP	352570	José Bonifácio	35.872	10	16.787,07
SP	352580	Júlio Mesquita	4.710	8	5.033,02
SP	352585	Jumirim	3.190	4	3.654,24
SP	352590	Jundiaí	405.740	7	176.110,83
SP	352600	Junqueirópolis	20.211	11	12.561,32
SP	352610	Juquiá	19.274	6	8.263,31
SP	352620	Juquitiba	30.837	5	12.468,23
SP	352630	Lagoinha	4.949	11	4.941,29
SP	352640	Laranjal Paulista	27.640	5	9.652,86
SP	352650	Lavínia	10.876	8	6.629,34
SP	352660	Lavrinhas	7.102	3	2.534,41
SP	352670	Leme	100.296	9	42.041,12
SP	352680	Lençóis Paulista	66.664	9	31.834,51
SP	352690	Limeira	298.701	7	129.900,01
SP	352700	Lindóia	7.591	5	4.678,12
SP	352710	Lins	76.562	8	42.870,23
SP	352720	Lorena	87.584	8	47.076,12
SP	352725	Lourdes	2.260	4	3.519,63
SP	352730	Louveira	44.904	6	16.492,11
SP	352740	Lucélia	21.330	8	13.268,70
SP	352750	Lucianópolis	2.372	7	5.012,01
SP	352760	Luís Antônio	13.703	6	5.658,89
SP	352770	Luiziânia	5.573	6	5.141,45
SP	352780	Lupércio	4.561	6	4.994,33
SP	352790	Lutécia	2.717	6	4.919,69
SP	352800	Macatuba	17.063	9	7.996,11
SP	352810	Macaubal	8.060	10	5.004,33
SP	352820	Macedônia	3.741	8	4.939,40
SP	352830	Magda	3.200	7	4.919,73
SP	352840	Mairinque	46.294	6	17.301,64
SP	352850	Mairiporã	93.981	7	40.455,94
SP	352860	Manduri	9.653	9	5.058,96
SP	352870	Marabá Paulista	5.524	7	5.237,50
SP	352880	Maracaí	13.948	7	6.539,11
SP	352885	Marapoama	2.917	10	5.142,22
SP	352890	Mariápolis	4.079	7	4.978,50
SP	352900	Marília	233.639	8	121.572,56
SP	352910	Marinópolis	2.145	3	2.467,40
SP	352920	Martinópolis	25.966	11	16.153,93
SP	352930	Matão	81.878	10	46.119,91
SP	352940	Mauá	457.696	7	198.629,93
SP	352950	Mendonça	5.232	7	5.189,11
SP	352960	Meridiano	3.902	8	4.930,34
SP	352965	Mesópolis	1.928	7	4.940,42
SP	352970	Miguelópolis	21.852	5	7.855,65
SP	352980	Mineiros do Tietê	12.757	6	5.372,10
SP	352990	Miracatu	20.409	8	9.771,30
SP	353000	Mira Estrela	3.027	9	5.057,32
SP	353010	Mirandópolis	29.181	7	18.180,92
SP	353020	Mirante do Paranapanema	18.056	8	8.450,13
SP	353030	Mirassol	58.314	9	35.780,27
SP	353040	Mirassolândia	4.714	10	5.116,78
SP	353050	Mococa	68.897	8	38.760,23
SP	353060	Mogi das Cruzes	429.321	9	239.238,23
SP	353070	Mogi Guaçu	148.327	8	66.075,15
SP	353080	Mogi Mirim	91.929	7	40.087,85
SP	353090	Mombuca	3.456	6	5.018,77
SP	353100	Monções	2.242	7	5.003,73
SP	353110	Mongaguá	53.384	6	19.716,00
SP	353120	Monte Alegre do Sul	7.804	4	3.571,44
SP	353130	Monte Alto	49.721	5	15.108,81
SP	353140	Monte Aprazível	24.128	8	11.212,79
SP	353150	Monte Azul Paulista	19.268	6	9.209,94
SP	353160	Monte Castelo	4.189	6	4.951,33
SP	353170	Monteiro Lobato	4.509	4	3.576,15
SP	353180	Monte Mor	56.335	6	19.947,24
SP	353190	Morro Agudo	31.923	10	14.861,40
SP	353200	Morungaba	13.085	7	7.760,40
SP	353205	Motuca	4.642	4	3.555,24
SP	353210	Murutinga do Sul	4.434	8	5.022,99
SP	353215	Nantes	3.014	7	5.154,72
SP	353220	Narandiba	4.702	5	4.602,66
SP	353230	Natividade da Serra	6.770	4	3.453,15
SP	353240	Nazaré Paulista	17.959	7	8.363,18
SP	353250	Neves Paulista	9.003	9	4.945,34
SP	353260	Nhandeara	11.351	6	4.805,71
SP	353270	Nipoã	4.916	4	3.669,66
SP	353280	Nova Aliança	6.645	10	5.191,22
SP	353282	Nova Campina	9.406	6	5.134,89
SP	353284	Nova Canaã Paulista	2.005	3	2.432,64
SP	353286	Nova Castilho	1.228	5	4.587,64
SP	353290	Nova Europa	10.599	5	3.914,21
SP	353300	Nova Granada	20.896	8	9.736,99
SP	353310	Nova Guataporanga	2.296	6	5.012,50
SP	353320	Nova Independência	3.667	8	5.348,57
SP	353325	Novais	5.421	6	5.314,10
SP	353330	Nova Luzitânia	3.899	5	4.681,83
SP	353340	Nova Odessa	57.504	8	30.652,56
SP	353350	Novo Horizonte	39.888	9	18.585,21
SP	353360	Nuporanga	7.299	3	2.525,67
SP	353370	Ocauçu	4.305	5	4.464,24
SP	353380	Óleo	2.605	6	4.893,26
SP	353390	Olímpia	53.702	9	29.194,71
SP	353400	Onda Verde	4.248	10	5.106,97
SP	353410	Oriente	6.447	5	4.516,97
SP	353420	Orindiúva	6.614	7	5.278,86
SP	353430	Orlândia	42.996	6	16.046,93
SP	353440	Osasco	696.382	7	304.480,64
SP	353450	Oscar Bressane	2.615	7	4.951,48
SP	353460	Osvaldo Cruz	32.593	8	20.329,35
SP	353470	Ourinhos	111.056	8	55.229,23
SP	353475	Ouroeste	9.733	5	4.735,41
SP	353480	Ouro Verde	8.386	6	5.061,90
SP	353490	Pacaembu	14.024	7	8.739,59
SP	353500	Palestina	12.388	8	5.748,57
SP	353510	Palmares Paulista	12.536	8	5.797,92
SP	353520	Palmeira d'Oeste	9.545	10	4.915,02
SP	353530	Palmital	22.146	6	9.345,76
SP	353540	Panorama	15.539	12	7.265,26
SP	353550	Paraguaçu Paulista	45.027	10	28.041,04
SP	353560	Paraibuna	18.166	7	10.875,00
SP	353570	Paraíso	6.330	9	5.058,13
SP	353580	Paranapanema	19.545	9	11.614,20
SP	353590	Paranapuã	4.035	5	4.516,72
SP	353600	Parapuã	11.085	8	5.706,95
SP	353610	Pardinho	6.191	9	5.145,44
SP	353620	Pariquera-Açu	19.465	5	6.835,33
SP	353625	Parisi	2.142	10	5.008,90
SP	353630	Patrocínio Paulista	14.223	3	2.649,48
SP	353640	Paulicéia	7.065	8	5.158,37
SP	353650	Paulínia	100.128	4	23.448,48
SP	353657	Paulistânia	1.840	7	4.961,89
SP	353660	Paulo de Faria	8.939	8	4.976,78
SP	353670	Pederneiras	45.314	5	13.720,01
SP	353680	Pedra Bela	6.062	7	4.996,76
SP	353690	Pedranópolis	2.558	9	4.919,43
SP	353700	Pedregulho	16.582	3	3.227,61
SP	353710	Pedreira	46.094	5	17.775,81
SP	353715	Pedrinhas Paulista	3.079	6	4.993,49
SP	353720	Pedro de Toledo	11.053	5	3.865,87
SP	353730	Penápolis	62.409	6	24.137,09
SP	353740	Pereira Barreto	25.779	8	15.460,20
SP	353750	Pereiras	8.312	8	5.160,00
SP	353760	Peruíbe	65.907	9	39.135,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	353770	Piacatu	5.793	9	5.113,64
SP	353780	Piedade	54.907	7	18.001,89
SP	353790	Pilar do Sul	28.516	6	11.974,71
SP	353800	Pindamonhangaba	162.327	11	96.368,40
SP	353810	Pindorama	16.501	9	7.680,74
SP	353820	Pinhalzinho	14.595	4	3.728,35
SP	353830	Piquerobi	3.686	3	2.490,02
SP	353850	Piquete	14.048	6	7.710,12
SP	353860	Piracaia	26.841	5	9.407,52
SP	353870	Piracicaba	394.419	9	224.202,08
SP	353880	Piraju	29.728	10	17.798,40
SP	353890	Pirajuí	24.762	5	11.524,35
SP	353900	Pirangi	11.272	8	5.361,40
SP	353910	Pirapora do Bom Jesus	17.913	4	6.075,52
SP	353920	Pirapozinho	26.810	8	12.499,18
SP	353930	Pirassununga	75.035	8	32.228,84
SP	353940	Piratininga	13.216	8	6.153,71
SP	353950	Pitangueiras	38.554	9	17.959,17
SP	353960	Planalto	5.005	8	5.174,95
SP	353970	Platina	3.461	4	3.558,98
SP	353980	Poá	114.650	5	35.617,21
SP	353990	Poloni	5.884	9	5.100,82
SP	354000	Pompéia	21.526	8	10.046,25
SP	354010	Pongaí	3.494	4	3.445,73
SP	354020	Pontal	46.818	5	14.046,28
SP	354025	Pontalinda	4.476	9	5.121,15
SP	354030	Pontes Gestal	2.593	5	4.453,98
SP	354040	Populina	4.254	6	4.926,04
SP	354050	Porangaba	9.434	9	5.202,84
SP	354060	Porto Feliz	52.221	7	17.084,31
SP	354070	Porto Ferreira	55.100	5	13.427,79
SP	354075	Potim	22.911	9	14.055,58
SP	354080	Potirendaba	16.857	8	7.913,36
SP	354085	Pracinha	3.659	6	5.538,58
SP	354090	Pradópolis	20.169	9	9.312,58
SP	354100	Praia Grande	304.705	9	288.785,52
SP	354105	Pratânia	5.074	8	5.131,10
SP	354110	Presidente Alves	4.167	5	4.437,13
SP	354120	Presidente Bernardes	13.494	8	8.591,22
SP	354130	Presidente Epitácio	43.718	8	26.121,00
SP	354140	Presidente Prudente	223.749	9	125.182,97
SP	354150	Presidente Venceslau	39.476	11	24.668,78
SP	354160	Promissão	39.139	10	21.199,51
SP	354165	Quadra	3.634	5	4.660,40
SP	354170	Quatá	13.798	9	6.439,94
SP	354180	Queiroz	3.217	8	5.231,25
SP	354190	Queluz	12.777	4	4.158,00
SP	354200	Quintana	6.484	7	5.074,33
SP	354210	Rafard	9.030	6	4.995,86
SP	354220	Rancharia	29.799	8	15.067,96
SP	354230	Redenção da Serra	3.919	3	2.465,51
SP	354240	Regente Feijó	19.860	12	9.274,51
SP	354250	Reginópolis	8.844	8	5.408,64
SP	354260	Registro	56.356	9	26.451,60
SP	354270	Restinga	7.304	5	4.630,26
SP	354280	Ribeira	3.399	5	4.437,84
SP	354290	Ribeirão Bonito	12.986	8	6.110,33
SP	354300	Ribeirão Branco	17.430	8	8.503,71
SP	354310	Ribeirão Corrente	4.612	6	5.072,51
SP	354320	Ribeirão do Sul	4.572	9	4.947,06
SP	354323	Ribeirão dos Índios	2.244	7	4.945,19
SP	354325	Ribeirão Grande	7.690	5	4.468,32
SP	354330	Ribeirão Pires	121.130	5	37.683,95
SP	354340	Ribeirão Preto	674.405	9	375.406,38
SP	354350	Riversul	5.866	6	4.870,31
SP	354360	Rifaina	3.608	5	4.500,15
SP	354370	Rincão	10.809	7	5.074,12
SP	354380	Rinópolis	10.116	7	4.937,39
SP	354390	Rio Claro	201.473	8	100.140,47
SP	354400	Rio das Pedras	33.464	7	13.951,39
SP	354410	Rio Grande da Serra	48.861	6	24.189,64
SP	354420	Riolândia	11.928	9	7.365,52
SP	354425	Rosana	18.124	9	9.003,32
SP	354430	Roseira	10.429	7	6.206,40
SP	354440	Rubiácea	3.015	8	5.133,88
SP	354450	Rubinéia	3.081	2	1.519,45
SP	354460	Sabino	5.526	6	5.022,74
SP	354470	Sagres	2.454	7	4.942,65
SP	354480	Sales	6.074	6	5.157,46
SP	354490	Sales Oliveira	11.541	6	4.838,27
SP	354500	Salesópolis	16.797	8	10.446,69
SP	354510	Salmourão	5.187	7	5.066,50
SP	354515	Saltinho	7.919	7	5.176,05
SP	354520	Salto	115.193	8	54.802,08
SP	354530	Salto de Pirapora	43.990	8	20.479,78
SP	354540	Salto Grande	9.255	5	4.507,68
SP	354550	Sandovalina	4.126	6	5.159,49
SP	354560	Santa Adélia	15.255	9	7.133,66
SP	354570	Santa Albertina	5.985	6	4.989,69
SP	354580	Santa Bárbara d'Oeste	191.024	9	113.352,87
SP	354600	Santa Branca	14.601	8	8.720,40
SP	354610	Santa Clara d'Oeste	2.136	6	4.943,14
SP	354620	Santa Cruz da Conceição	4.371	6	5.103,97
SP	354625	Santa Cruz da Esperança	2.097	5	4.553,81
SP	354630	Santa Cruz das Palmeiras	33.106	10	15.392,03
SP	354640	Santa Cruz do Rio Pardo	46.893	8	22.280,93
SP	354650	Santa Ernestina	5.672	7	4.937,71
SP	354660	Santa Fé do Sul	31.578	7	16.927,92
SP	354670	Santa Gertrudes	25.192	8	11.626,39
SP	354680	Santa Isabel	55.476	5	17.191,84
SP	354690	Santa Lúcia	8.723	5	4.517,07
SP	354700	Santa Maria da Serra	5.962	8	5.127,53
SP	354710	Santa Mercedes	2.941	8	4.970,94
SP	354720	Santana da Ponte Pensa	1.573	7	4.877,85
SP	354730	Santana de Parnaíba	129.261	7	55.464,73
SP	354740	Santa Rita d'Oeste	2.554	6	4.921,86
SP	354750	Santa Rita do Passa Quatro	27.546	6	14.851,08
SP	354760	Santa Rosa de Viterbo	25.869	5	9.047,27
SP	354765	Santa Salete	1.530	10	5.013,99
SP	354770	Santo Anastácio	21.037	8	10.810,14
SP	354780	Santo André	712.749	6	266.754,88
SP	354790	Santo Antônio da Alegria	6.785	8	5.065,33
SP	354800	Santo Antônio de Posse	22.597	10	13.433,40
SP	354805	Santo Antônio do Aracanguá	8.228	4	3.549,90
SP	354810	Santo Antônio do Jardim	6.041	10	4.934,78
SP	354820	Santo Antônio do Pinhal	6.784	6	4.989,49
SP	354830	Santo Expedito	3.035	6	5.080,07
SP	354840	Santópolis do Aguapeí	4.650	9	5.091,51
SP	354850	Santos	434.359	6	263.168,31
SP	354860	São Bento do Sapucaí	10.880	5	4.888,80
SP	354870	São Bernardo do Campo	822.242	7	357.976,54
SP	354880	São Caetano do Sul	158.825	5	49.461,51
SP	354890	São Carlos	243.765	8	101.060,54
SP	354900	São Francisco	2.854	9	4.939,70
SP	354910	São João da Boa Vista	89.564	9	49.097,47
SP	354920	São João das Duas Pontes	2.607	8	4.935,42
SP	354925	São João de Iracema	1.894	10	5.035,06
SP	354930	São João do Pau d'Alho	2.136	4	3.453,15
SP	354940	São Joaquim da Barra	50.520	7	16.486,19
SP	354950	São José da Bela Vista	8.854	5	4.507,49
SP	354960	São José do Barreiro	4.183	1	494,4
SP	354970	São José do Rio Pardo	54.563	6	15.337,42
SP	354980	São José do Rio Preto	446.649	10	268.945,26
SP	354990	São José dos Campos	695.992	7	301.743,21
SP	354995	São Lourenço da Serra	15.323	5	7.125,60
SP	355000	São Luís do Paraitinga	10.735	6	5.794,74
SP	355010	São Manuel	40.532	9	18.972,49
SP	355020	São Miguel Arcanjo	32.840	7	13.861,29
SP	355030	São Paulo	12.038.175	7	5.244.300,92
SP	355040	São Pedro	34.595	9	20.570,40
SP	355050	São Pedro do Turvo	7.596	5	4.512,00
SP	355060	São Roque	87.506	6	31.145,40
SP	355070	São Sebastião	84.294	5	24.906,00
SP	355080	São Sebastião da Grama	12.335	8	5.825,18
SP	355090	São Simão	15.165	4	4.106,11
SP	355100	São Vicente	357.989	6	189.098,14
SP	355110	Sarapuí	9.936	7	5.125,14
SP	355120	Sarutaiá	3.687	8	4.935,81
SP	355130	Sebastianópolis do Sul	3.373	6	5.154,01
SP	355140	Serra Azul	13.516	2	2.068,30
SP	355150	Serrana	43.293	9	20.618,34
SP	355160	Serra Negra	28.534	5	12.744,45
SP	355170	Sertãozinho	121.412	7	44.875,51
SP	355180	Sete Barras	13.098	5	4.666,75
SP	355190	Severínia	16.962	9	8.243,72
SP	355200	Silveiras	6.193	4	3.533,88

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	355210	Socorro	39.896	7	21.365,10
SP	355220	Sorocaba	652.481	6	242.231,58
SP	355230	Sud Mennucci	7.723	4	3.480,03
SP	355240	Sumaré	269.522	6	99.892,70
SP	355250	Suzano	288.056	10	169.656,02
SP	355255	Suzanápolis	3.790	7	5.171,78
SP	355260	Tabapuã	12.178	8	5.853,14
SP	355270	Tabatinga	16.021	9	7.621,57
SP	355280	Taboão da Serra	275.948	3	51.114,84
SP	355290	Taciba	6.152	5	4.559,54
SP	355300	Taguaí	12.851	7	5.915,42
SP	355310	Taiaçu	6.230	5	4.515,77
SP	355320	Taiúva	5.604	8	4.947,38
SP	355330	Tambaú	23.241	8	12.161,35
SP	355340	Tanabi	25.597	7	12.227,49
SP	355350	Tapiraí	8.010	8	4.919,27
SP	355360	Tapiratiba	13.069	5	4.614,58
SP	355365	Taquaral	2.821	9	4.961,93
SP	355370	Taquaritinga	56.771	10	27.954,00
SP	355380	Taquarituba	23.202	13	10.886,61
SP	355385	Taquarivaí	5.660	7	5.120,67
SP	355390	Tarabai	7.236	7	5.111,63
SP	355395	Tarumã	14.378	8	6.676,35
SP	355400	Tatuí	117.823	7	38.388,38
SP	355410	Taubaté	305.174	7	132.481,44
SP	355420	Tejupá	4.713	5	4.409,51
SP	355430	Teodoro Sampaio	22.795	8	10.705,15
SP	355440	Terra Roxa	9.164	6	5.068,43
SP	355450	Tietê	40.613	7	17.002,06
SP	355460	Timburi	2.695	3	2.468,34
SP	355465	Torre de Pedra	2.385	8	5.019,81
SP	355470	Torrinha	9.890	6	5.025,07
SP	355475	Trabiju	1.677	4	3.563,44
SP	355480	Tremembé	45.414	9	28.114,91
SP	355490	Três Fronteiras	5.743	8	5.020,33
SP	355495	Tuiuti	6.612	6	5.159,33
SP	355500	Tupã	65.705	9	39.390,60
SP	355510	Tupi Paulista	15.238	7	9.485,78
SP	355520	Turiúba	2.013	8	4.980,99
SP	355530	Turmalina	1.854	8	4.855,00
SP	355535	Ubarana	5.996	8	5.204,18
SP	355540	Ubatuba	87.364	7	36.284,64
SP	355550	Ubirajara	4.711	6	5.035,27
SP	355560	Uchoa	10.008	8	5.016,92
SP	355570	União Paulista	1.773	9	5.146,21
SP	355580	Urânia	9.141	9	4.961,30
SP	355590	Uru	1.218	7	4.893,81
SP	355600	Urupês	13.580	8	6.346,88
SP	355610	Valentim Gentil	12.610	7	5.835,52
SP	355620	Valinhos	122.163	6	43.292,88
SP	355630	Valparaíso	25.316	9	15.645,62
SP	355635	Vargem	10.000	6	5.210,88
SP	355640	Vargem Grande do Sul	42.061	10	19.649,29
SP	355645	Vargem Grande Paulista	49.542	7	27.448,85
SP	355650	Várzea Paulista	117.772	8	43.841,98
SP	355660	Vera Cruz	10.980	7	5.439,84
SP	355670	Vinhedo	73.855	6	26.118,00
SP	355680	Viradouro	18.542	10	9.248,98
SP	355690	Vista Alegre do Alto	8.171	5	4.795,87
SP	355695	Vitória Brasil	1.827	7	5.003,32
SP	355700	Votorantim	118.858	8	44.290,54
SP	355710	Votuporanga	92.032	10	49.100,82
SP	355715	Zacarias	2.605	6	5.160,90
SP	355720	Chavantes	12.486	9	5.867,48
SP	355730	Estiva Gerbi	10.971	6	4.599,28
TO	170025	Abreulândia	2.555	7	5.031,87
TO	170030	Aguiarnópolis	6.307	6	9.350,93
TO	170035	Aliança do Tocantins	5.565	8	8.671,78
TO	170040	Almas	7.340	9	11.445,85
TO	170070	Alvorada	8.526	9	12.799,24
TO	170100	Ananás	9.798	11	15.175,78
TO	170105	Angico	3.401	5	4.881,06
TO	170110	Aparecida do Rio Negro	4.672	9	7.170,89
TO	170130	Aragominas	5.887	8	10.956,33
TO	170190	Araguacema	6.934	10	10.438,38
TO	170200	Araguaçu	8.734	7	13.352,75
TO	170210	Araguaína	173.112	11	271.775,40
TO	170215	Araguanã	5.581	8	8.448,20
TO	170220	Araguatins	34.810	7	45.934,75
TO	170230	Arapoema	6.777	6	10.378,36
TO	170240	Arraias	10.752	6	15.085,25
TO	170255	Augustinópolis	17.861	8	26.504,88
TO	170270	Aurora do Tocantins	3.709	6	5.849,32
TO	170290	Axixá do Tocantins	9.741	8	14.835,02
TO	170300	Babaçulândia	10.744	8	16.285,11
TO	170305	Bandeirantes do Tocantins	3.460	4	3.845,36
TO	170307	Barra do Ouro	4.503	8	6.943,85
TO	170310	Barrolândia	5.622	8	8.548,02
TO	170320	Bernardo Sayão	4.525	8	7.041,40
TO	170330	Bom Jesus do Tocantins	4.590	8	7.008,91
TO	170360	Brasilândia do Tocantins	2.188	8	5.009,39
TO	170370	Brejinho de Nazaré	5.475	8	8.339,86
TO	170380	Buriti do Tocantins	10.988	5	12.203,02
TO	170382	Cachoeirinha	2.266	4	3.498,00
TO	170384	Campos Lindos	9.604	4	9.977,60
TO	170386	Cariri do Tocantins	4.238	10	6.561,36
TO	170388	Carmolândia	2.531	6	5.092,51
TO	170389	Carrasco Bonito	4.019	6	6.275,53
TO	170390	Caseara	5.193	7	7.878,77
TO	170410	Centenário	2.835	9	5.121,58
TO	170460	Chapada de Areia	1.402	5	4.487,01
TO	170510	Chapada da Natividade	3.363	8	5.354,53
TO	170550	Colinas do Tocantins	34.416	9	50.577,24
TO	170555	Combinado	4.863	7	7.473,91
TO	170560	Conceição do Tocantins	4.194	8	6.609,83
TO	170600	Couto Magalhães	5.477	9	8.294,02
TO	170610	Cristalândia	7.380	6	11.260,17
TO	170625	Crixás do Tocantins	1.694	5	4.558,79
TO	170650	Darcinópolis	5.912	6	9.004,86
TO	170700	Dianópolis	21.457	11	31.786,12
TO	170710	Divinópolis do Tocantins	6.823	12	10.265,07
TO	170720	Dois Irmãos do Tocantins	7.294	9	11.066,08
TO	170730	Dueré	4.725	6	7.309,29
TO	170740	Esperantina	10.651	8	16.108,33
TO	170755	Fátima	3.882	7	6.124,96
TO	170765	Figueirópolis	5.369	5	7.473,99
TO	170770	Filadélfia	8.871	6	13.277,28
TO	170820	Formoso do Araguaia	18.713	10	28.168,23
TO	170825	Fortaleza do Tabocão	2.570	8	5.015,86
TO	170830	Goianorte	5.144	7	7.911,65
TO	170900	Goiatins	12.894	9	19.615,84
TO	170930	Guaraí	25.399	9	37.332,58
TO	170950	Gurupi	84.628	9	124.118,74
TO	170980	Ipueiras	1.918	6	5.276,91
TO	171050	Itacajá	7.434	6	11.515,87
TO	171070	Itaguatins	6.007	7	9.262,77
TO	171090	Itapiratins	3.752	7	5.914,55
TO	171110	Itaporã do Tocantins	2.470	4	3.434,54
TO	171150	Jaú do Tocantins	3.791	6	5.961,49
TO	171180	Juarina	2.237	4	3.429,75
TO	171190	Lagoa da Confusão	12.501	9	20.792,73
TO	171195	Lagoa do Tocantins	4.115	8	6.343,67
TO	171200	Lajeado	3.059	9	5.858,48
TO	171215	Lavandeira	1.845	4	3.660,68
TO	171240	Lizarda	3.791	5	5.403,95
TO	171245	Luzinópolis	2.992	6	5.210,46
TO	171250	Marianópolis do Tocantins	4.976	5	6.814,22
TO	171270	Mateiros	2.570	5	6.140,39
TO	171280	Maurilândia do Tocantins	3.386	5	4.898,01
TO	171320	Miracema do Tocantins	19.340	9	43.310,24
TO	171330	Miranorte	13.363	10	19.994,25
TO	171360	Monte do Carmo	7.654	7	11.351,75
TO	171370	Monte Santo do Tocantins	2.248	6	5.056,09
TO	171380	Palmeiras do Tocantins	6.450	8	9.638,93
TO	171395	Muricilândia	3.470	7	5.508,98
TO	171420	Natividade	9.301	10	14.099,12
TO	171430	Nazaré	4.118	6	6.706,18
TO	171488	Nova Olinda	11.616	4	9.598,13
TO	171500	Nova Rosalândia	4.159	5	5.815,64
TO	171510	Novo Acordo	4.213	7	6.530,50
TO	171515	Novo Alegre	2.352	7	4.932,16
TO	171525	Novo Jardim	2.674	6	5.079,87
TO	171550	Oliveira de Fátima	1.104	3	2.512,11
TO	171570	Palmeirante	5.757	5	7.790,88
TO	171575	Palmeirópolis	7.666	7	11.490,29
TO	171610	Paraíso do Tocantins	49.727	12	72.682,42
TO	171620	Paranã	10.568	7	16.274,47
TO	171630	Pau D'Arco	4.834	7	7.426,27
TO	171650	Pedro Afonso	13.097	5	14.519,07
TO	171660	Peixe	11.467	7	16.942,89

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TO	171665	Pequizeiro	5.418	7	8.247,50
TO	171670	Colméia	8.465	8	13.034,17
TO	171700	Pindorama do Tocantins	4.534	7	7.080,69
TO	171720	Piraquê	3.038	8	4.960,38
TO	171750	Pium	7.447	6	11.199,47
TO	171780	Ponte Alta do Bom Jesus	4.647	6	7.212,67
TO	171790	Ponte Alta do Tocantins	7.872	8	11.739,13
TO	171800	Porto Alegre do Tocantins	3.071	9	5.105,77
TO	171820	Porto Nacional	52.510	10	77.877,34
TO	171830	Praia Norte	8.298	3	6.256,66
TO	171840	Presidente Kennedy	3.738	8	5.933,86
TO	171845	Pugmil	2.621	8	5.124,35
TO	171850	Recursolândia	4.182	5	5.841,51
TO	171855	Riachinho	4.561	8	7.026,64
TO	171865	Rio da Conceição	2.021	3	2.648,83
TO	171870	Rio dos Bois	2.787	6	5.071,56
TO	171875	Rio Sono	6.500	6	9.948,09
TO	171880	Sampaio	4.498	8	6.904,95
TO	171884	Sandolândia	3.410	4	3.816,59
TO	171886	Santa Fé do Araguaia	7.318	8	10.958,76
TO	171888	Santa Maria do Tocantins	3.305	6	5.269,43
TO	171889	Santa Rita do Tocantins	2.322	8	5.087,55
TO	171890	Santa Rosa do Tocantins	4.814	7	7.419,20
TO	171900	Santa Tereza do Tocantins	2.794	5	4.615,80
TO	172000	Santa Terezinha do Tocantins	2.548	5	4.442,08
TO	172010	São Bento do Tocantins	5.164	2	2.353,19
TO	172015	São Félix do Tocantins	1.559	5	4.562,13
TO	172020	São Miguel do Tocantins	11.754	7	17.332,79
TO	172025	São Salvador do Tocantins	3.071	7	4.999,45
TO	172030	São Sebastião do Tocantins	4.702	4	5.052,27
TO	172049	São Valério	4.161	9	6.737,15
TO	172065	Silvanópolis	5.372	8	8.255,52
TO	172080	Sítio Novo do Tocantins	9.217	6	14.099,10
TO	172085	Sucupira	1.921	9	5.114,97
TO	172090	Taguatinga	16.386	5	18.209,30
TO	172093	Taipas do Tocantins	2.112	7	5.073,80
TO	172097	Talismã	2.757	6	5.247,35
TO	172100	Palmas	279.856	8	381.998,66
TO	172110	Tocantínia	7.387	6	11.726,31
TO	172120	Tocantinópolis	23.130	9	34.993,95
TO	172125	Tupirama	1.813	9	5.234,76
TO	172130	Tupiratins	2.518	6	5.350,00
TO	172208	Wanderlândia	11.622	5	12.926,63
TO	172210	Xambioá	11.695	11	17.864,37
Total					153.945.325,68

PORTARIA Nº 2.073, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Governador Luiz Rocha (MA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da Atenção Básica, para a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica - PAB, para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira julho/2017 a transferência do incentivo financeiro referente às equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal do Município de Governador Luiz Rocha/MA, em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pela Secretaria de Estado de Saúde do Maranhão, especialmente no que tange o descumprimento da carga horária, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 3 (três) equipes de Saúde da Família e 2 (duas) equipes de Saúde Bucal, e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 2.074, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

Qualifica 1 (uma) Unidade de Suporte Básico e 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado para a Base Descentralizada do Município de Itaguaí (RJ), pertencente à Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional da Baixada Fluminense (RJ), e autoriza a transferência de incentivo de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.564/GM/MS, de 30 de novembro de 2004, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS;

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012 que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que redefine as diretrizes para a implantação do serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção ás Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192; e

Considerando o Parecer Técnico nº 45-SEI/2017-CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Ficam qualificadas 1 (uma) Unidade de Suporte Básico e 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado para a Base Descentralizada do Município de Itaguaí (RJ), pertencente à Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional da Baixada Fluminense (RJ), e autoriza a transferência de incentivo de custeio ao Município, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor conforme descrito no anexo a esta Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Itaguaí (RJ), conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do Orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.2015.8761.0033 (RJ) - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência agosto de 2017.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

ANEXO

UNIDADE MÓVEL

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	SIPAR	Gestão	Código	Número Proposta	Valor anual a ser incorporado
RJ	Itaguaí	330200	6994377	01 USB SAMU 192	25000.069447/2016-08	Municipal	82.51	10951	R$ 105.528,00
RJ	Itaguaí	330200	6930565	01 USA SAMU 192	25000.069447/2016-08	Municipal	82.51	10951	R$ 116.652,00
TOTAL/ANO									R$ 222.180,00

PORTARIA Nº 2.076, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Institui a Comissão Integrada de Apoio à Gestão dos Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde (CIAG-NEMS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art.87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.844/GM/MS, de 13 de outubro de 2016, que redefine a atuação e dá diretrizes para o funcionamento dos Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde (NEMS);

Considerando a Portaria nº 1.419/GM/MS, de 8 de junho de 2017, que aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança das unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria nº 756/SE/MS, de 17 de julho de 2017, que delega ao Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva, ao Diretor do Departamento de Articulação Interfederativa, ao Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Saúde, ao Diretor do Departamento Nacional de Auditoria do SUS e ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas, competências relativas aos Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde;

Considerando a importância de alinhar atividades e ações técnicas e políticas das diferentes áreas do Ministério da Saúde que são responsáveis pela gestão e supervisão técnica dos Núcleos Estaduais; e

Considerando a importância de uma maior integração às ações e atividades dos Núcleos com as Secretarias finalísticas do Ministério da Saúde, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Integrada de Apoio à Gestão dos Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde (CIAG-NEMS).

Art. 2º À CIAG-NEMS compete, em seu âmbito de atuação:

I - apoiar a implementação do novo modelo de gestão dos Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde (NEMS), de acordo com a Portaria n° 1.844/GM/MS, de 13 de outubro de 2016;

II - subsidiar o planejamento integrado dos NEMS;

III - acompanhar a execução das atividades planejadas, identificando oportunidades de melhoria;

IV - identificar a necessidade de implementação de ações não planejadas ou emergenciais em saúde pública que deverão ser promovidas pelos NEMS, bem como acompanhar a elaboração do plano de ação e sua execução;

V - propor medidas corretivas e que subsidiem a tomada de decisões e ações pelos gestores do Ministério, visando garantir o cumprimento das finalidades institucionais dos NEMS;

VI - colaborar na execução das ações delegadas pelo Secretário-Executivo para as áreas Chefia de Gabinete da Secretaria Executiva, Departamento de Articulação Interfederativa (DAI/SE/MS), Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde (DEFNS/SE/MS), Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS/SGEP/MS) e Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGESP/SAA/SE/MS).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VII - executar outras atividades que sejam determinadas pelo Secretário-Executivo do Ministério.

Art. 3º A CIAG-NEMS é composta por representantes, titular e suplente, da seguinte forma:

I - 4 (quatro) da Secretaria-Executiva (SE), sendo:

a) 1 (um) de livre escolha dentre integrantes dos órgãos da Secretaria-Executiva, o qual será responsável pela coordenação da CIAG-NEMS;

b) 1 (um) do DAI/SE/MS;

c) 1 (um) da DEFNS/SE/MS; e

d) 1(um) da CGESP/SAA/SE/MS;

II - 2 (dois) da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP), sendo:

a) 1 (um) de livre escolha dentre integrantes dos órgãos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa; e

b) 1(um) do DENASUS/SGEP/MS;

III - 1 (um) da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES);

IV - 1 (um) da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI);

V - 1 (um) da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE);

VI - 1 (um) da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS); e

VII - 1 (um) da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS).

Parágrafo único. A CIAG-NEMS poderá convidar representantes de qualquer órgão ou entidade vinculada do Ministério da Saúde, para participar de reuniões e de demais atividades oriundas do tema.

Art. 4º A CIAG-NEMS poderá criar grupos de trabalho com o objetivo de estudar e propor encaminhamentos para questões específicas.

Parágrafo único. A CIAG-NEMS poderá convidar profissionais de outros órgãos e entidades, públicas e privadas, além de pesquisadores e especialistas para participar das atividades dos grupos de trabalho.

Art. 5º As atribuições exercidas pelos representantes serão consideradas relevantes serviços públicos e não serão remuneradas.

Art. 6º Eventuais casos omissos ou dúvidas surgidas na aplicação desta Portaria serão orientados ou solucionados pelo Gabinete da Secretaria-Executiva (SE/MS).

Art. 7º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 2.089, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 3.061/GM/MS, de 21 de dezembro de 2011, que aprova Etapa I do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado do Pará e aloca recursos financeiros para sua implementação.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Resolução da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará - CIB-SUS/PA nº 59, de 9 de junho de 2017, que aprova o remanejamento dos recursos aprovados na Portaria nº 3.061/GM/MS, de 21 de dezembro de 2011 da Gestão Municipal do Município de Tucuruí para a Gestão Estadual, resolve:

Art. 1º A gestão do Município de Tucuruí (PA) prevista no Anexo da Portaria nº 3.061/GM/MS, de 21 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 245, de 22 de dezembro de 2011, seção 1, página 79, passa a vigorar da seguinte forma:

Código	Município	Gestão
1508100	Tucuruí	Estadual

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 2.090, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Renova a Qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, nova, Região Norte), no Município de São José do Rio Preto (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 546/GM/MS, de 11 de abril de 2014, que qualifica a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, nova, Região Norte - Dr. Gilberto Lopes da Silva Júnior, Porte III) do Município de São José do Rio Preto (SP), componente do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 461/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que altera os códigos de incentivos de custeio de UPA 24h, na Tabela de Incentivos do SCNES;

Considerando a Portaria nº 10/GM/MS, de 3 de janeiro de 2017, que redefine as diretrizes de modelo assistencial e financiamento de UPA 24h de Pronto Atendimento como Componente da Rede de Atenção às Urgências, no âmbito do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a proposta aprovada no SAIPS nº 15189/2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica renovada a Qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, nova, Região Norte), localizada no Município de São José do Rio Preto (SP), conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A renovação da Qualificação será válida por três anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Os recursos financeiros objeto desta Portaria, permanecem por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585.0035 (SP) - Atenção à Saúde da População para procedimentos de Média e Alta Complexidade - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade - Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0009 (UPA 24h).

Art. 3º Esta Portaria tem efeito de renovação da qualificação a partir da competência abril de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	SIPAR	Gestão	Proposta
SP	São José do Rio Preto	408258	6270093	Opção VIII	9 (nove)	82.03	25000.031600/2014-54	Municipal	15189

PORTARIA Nº 2.091, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Renova a Qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA) destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de São José do Rio Preto (SP) e bases descentralizadas de Paulo de Faria (SP), Planalto (SP), Monte Aprazível (SP), Cedral (SP), Ibirá (SP), Mendonça (SP), Mirassol (SP), José Bonifácio (SP) e Tanabi (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS;

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que redefine as diretrizes para a implantação do serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.350/GM/MS, de 8 de setembro de 2015, que renova a qualificação da Central de Regulação das Urgências, Unidades de Suporte Básico e Unidades de Suporte Avançado, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de São José do Rio Preto (SP) e Bases Descentralizadas; e

Considerando o Parecer Técnico nº 0630/2017, Coordenação-Geral de Urgência e Emergência - CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Ficam renovadas as qualificações da Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de São José do Rio Preto (SP) e Bases descentralizadas de Paulo de Faria (SP), Planalto (SP), Monte Aprazível (SP), Cedral (SP), Ibirá (SP), Mendonça (SP), Mirassol (SP), José Bonifácio (SP) e Tanabi (SP), conforme Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos de acordo com art. 30, da Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Esta Portaria tem efeito de renovação de qualificação a partir da competência janeiro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

ANEXO

Central de Regulação das Urgências e Unidades Móveis (SAMU 192)

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	SIPAR	Gestão	Código	Número Proposta
SP	São José do Rio Preto	354980	3936279	01 CRU	25000.074557/2015-01	Municipal	82.51	13405
SP	São José do Rio Preto	354980	7219229	01 USA	25000.074557/2015-01	Municipal	82.51	13405
SP	São José do Rio Preto	354980	7219237	01 USA	25000.074557/2015-01	Municipal	82.51	13405
SP	São José do Rio Preto	354980	6938604	01 USB	25000.074557/2015-01	Municipal	82.51	13405
SP	São José do Rio Preto	354980	7026404	01 USB	25000.074557/2015-01	Municipal	82.51	13405
SP	São José do Rio Preto	354980	7383177	01 USB	25000.074557/2015-01	Municipal	82.51	13405
SP	São José do Rio Preto	354980	7219245	01 USB	25000.074557/2015-01	Municipal	82.51	13405
SP	São José do Rio Preto	354980	7383193	01 USB	25000.074557/2015-01	Municipal	82.51	13405
SP	São José do Rio Preto	354980	7383215	01 USB	25000.074557/2015-01	Municipal	82.51	13405
SP	São José do Rio Preto	354980	7494637	01 USB	25000.074557/2015-01	Municipal	82.51	13405
SP	São José do Rio Preto	354980	7383274	01 USB	25000.074557/2015-01	Municipal	82.51	13405
SP	Paulo de Faria	353660	6968856	01 USB	25000.074557/2015-01	Municipal	82.51	13405
SP	Planalto	353960	6966351	01 USB	25000.074557/2015-01	Municipal	82.51	13405
SP	Monte Aprazível	353140	6948715	01 USB	25000.074557/2015-01	Municipal	82.51	13405
SP	Cedral	351130	6947387	01 USB	25000.074557/2015-01	Municipal	82.51	13405
SP	Ibirá	351940	6944612	01 USB	25000.074557/2015-01	Municipal	82.51	13405
SP	Mendonça	352950	6960944	01 USB	25000.074557/2015-01	Municipal	82.51	13405
SP	Mirassol	353030	6968546	01 USB	25000.074557/2015-01	Municipal	82.51	13405
SP	José Bonifácio	352570	6938892	01 USB	25000.074557/2015-01	Municipal	82.51	13405
SP	Tanabi	355340	6998348	01 USB	25000.074557/2015-01	Municipal	82.51	13405

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.092, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família no Município de Palmeiras do Tocantins, Estado do Tocantins.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem aos incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica - PNAB;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica (PAB), para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira julho de 2017, a transferência do incentivo financeiro referente à equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal do Município de Palmeiras do Tocantins (TO), em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, especialmente no que tange o descumprimento da carga horária por parte dos profissionais que compõem as equipes da Estratégia Saúde da Família, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 2 (duas) equipes de Saúde da Família e 2 (duas) equipes de Saúde Bucal e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município, devidamente comprovadas por meio de supervisão técnica por parte da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 2.093, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 3.039/GM/MS, de 27 de dezembro de 2016, que aprova o Componente Hospitalar do Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado e Municípios de Minas Gerais e, para sua implementação, estabelece recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem incorporados ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 3.039/GM/MS, de 27 de dezembro de 2016, que aprova o Componente Hospitalar do Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado e dos Municípios de Minas Gerais e, para sua implementação, estabelece recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem incorporados ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, resolve:

Art. 1º A gestão do Hospital Escola Aisi Itajubá, CNES 2208857, prevista no Anexo da Portaria nº 3.039/GM/MS, de 27 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 250, de 29 de dezembro de 2016, seção 1, página 669, passa a vigorar da seguinte forma:

UF	IBGE	Município	CNES	Estabelecimento	Gestão
MG	3132404	Itajubá	2208857	Hospital Escola Aisi Itajubá	Municipal

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 2.094, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Renova a qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, José Belchior, nova) do Município de Campo Belo (MG).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.657/GM/MS, de 4 de dezembro de 2014, que estabelece recursos de incentivo para custeio e qualificação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h), componente do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 461/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que altera os códigos de incentivos de custeio de UPA 24h, na Tabela de Incentivos do SCNES;

Considerando a Portaria nº 10/GM/MS, de 3 de janeiro de 2017, que redefine as diretrizes de modelo assistencial e financiamento de UPA 24h de Pronto Atendimento como Componente da Rede de Atenção às Urgências, no âmbito do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Relatório de Visita Técnica nº 004/2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica renovada a Qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, José Belchior, nova), localizada no Município de Campo Belo (MG), mantendo o valor anual de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A renovação de qualificação será válida por três anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Os recursos financeiros, objeto desta Portaria, permanecem por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585.0031 (MG) - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade - Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0009 (UPA 24h).

Art. 3º Esta Portaria tem efeito de renovação da qualificação a partir da competência dezembro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	SIPAR	Gestão	Proposta
MG	Campo Belo	311120	7543913	Opção V	6 (seis)	82.03	25000.192974/2014-45	Municipal	15922

PORTARIA Nº 2.095, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Renova a Qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Sul, nova), no Município de Palmas (TO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.547/GM/MS, de 29 de julho de 2013, que qualifica a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) no Estado de Tocantins, localizada no Município de Palmas (TO), Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 461/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que altera os códigos de incentivos de custeio de UPA 24h, na Tabela de Incentivos do SCNES;

Considerando a Portaria nº 10/GM/MS, de 3 de janeiro de 2017, que redefine as diretrizes de modelo assistencial e financiamento de UPA 24h de Pronto Atendimento como Componente da Rede de Atenção às Urgências, no âmbito do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Relatório de Visita Técnica nº 06/2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica renovada a Qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Sul, nova), localizada no Município de Palmas (TO), conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A renovação de qualificação será válida por três anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Os recursos financeiros objeto desta Portaria, permanecem por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585.0017 (TO) - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade e do Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade do Plano Orçamentário 0009 (UPA 24h).

Art. 3º Esta Portaria tem efeito de renovação da qualificação a partir da competência fevereiro de 2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	SIPAR	Gestão	Proposta
TO	Palmas	172100	2492555	Opção VIII	9 (nove)	82.03	25000.062945/2013-79	Municipal	15741

PORTARIA Nº 2.096, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Desabilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Roma, Porte III) e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Subúrbio, Porte III), localizadas no Município de Salvador (BA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 10/GM/MS de 3 de janeiro de 2017, que redefine as diretrizes de modelo assistencial e financiamento de UPA 24h de Pronto Atendimento como Componente da Rede de Atenção

às Urgências, no âmbito do Sistema Único de Saúde, e estabelece requisitos para a transferência de incentivos de custeio dessas unidades;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Urgência e Emergência repassados aos Estados e Municípios;

Considerando a Resolução CIB nº 080/2017 que aprova a desabilitação da Unidade Pronto de Pronto Atendimento (UPA 24h Roma, Porte III) e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Subúrbio, Porte III), sob Gestão Estadual no Município de Salvador (BA); e

Considerando a Nota Técnica SEI nº 023/2017, que recomenda a desabilitação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Roma, Porte III) e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Subúrbio, Porte III), resolve:

Art. 1º Ficam desabilitadas a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Roma, Porte III) e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Subúrbio, Porte III), por solicitação do proponente, localizadas no Município de Salvador conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

ANEXO

UF	MUNICIPIO	IBGE	CNES	Portaria de Habilitação em custeio	Portaria de Qualificação	Valor Mensal a ser suspenso	Gestão do recurso
BA	Salvador	292740	6995160	Portaria n° 370, de 8/03/2013	-	R$ 300.000,00	Estadual
BA	Salvador	292740	6927173	Portaria nº 2.865, de 18/12/2012	Portaria nº 968, de 27/05/2013	R$ 500.000,00	Estadual

PORTARIA Nº 2.097, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Renova a qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Ipiranga, nova) do Município de Bauru (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBISTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 461/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que altera os códigos de incentivos de custeio de UPA 24h, na Tabela de Incentivos do SCNES;

Considerando a Portaria nº 1.580/GM/MS, de 30 de julho de 2014, que qualifica a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Ipiranga, Porte I), do Município de Bauru (SP);

Considerando a Portaria nº 10/GM/MS, de 3 de janeiro de 2017, que redefine as diretrizes de modelo assistencial e financiamento de UPA 24h de Pronto Atendimento como Componente da Rede de Atenção às Urgências, no âmbito do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Relatório de Visita Técnica nº 008/2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica renovada a Qualificação da Unidade de Pronto (UPA 24h Ipiranga, nova), localizada no Município de Bauru (SP), mantendo o valor anual de R$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais), conforme Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A renovação de qualificação será válida por três anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Os recursos financeiros, objeto desta Portaria, permanecem por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585.0035 (SP) - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade - Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0009 (UPA 24h).

Art. 3º Esta Portaria tem efeito de renovação da qualificação a partir da competência agosto de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	SIPAR	Gestão	Proposta
SP	Bauru	350600	7108648	Opção III	4 (quatro)	82.01	25000.109065/2014-54	Municipal	15743

PORTARIA Nº 2.098, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no município de Darcinópolis (TO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica - PAB, para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira julho/2017, a transferência do incentivo financeiro referente à equipe de Saúde da Família do Município de Darcinópolis (TO), em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, especialmente no que tange o descumprimento da carga horária por parte dos profissionais que compõem as equipes da Estratégia Saúde da Família, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 01 (um) equipe de Saúde da Família e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do município, devidamente comprovadas por meio de supervisão técnica por parte da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 2.099, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Suspende a transferência de recursos financeiros do custeio do CAPS III do Município de Salvador (BA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei 10.216, de 06 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

Considerando a Portaria nº 336/GM/MS, de 19 de fevereiro de 2002, que orienta e dispõe sobre a modalidade de CAPS;

Considerando a Portaria nº 370/SAS/MS, de 28 de outubro de 2009, que habilita os Centros de Atenção Psicossocial para realizar procedimentos clínicos, psiquiatria;

Considerando a Portaria nº 2.628/GM/MS, de 28 de outubro de 2009, que estabelece recursos a serem incorporados ao teto financeiro anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade;

Considerando as diretrizes e orientações contidas na Portaria nº 3.088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, republicada em 21 de maio de 2013, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 3.099/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que estabelece, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial, recursos a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios referentes ao novo tipo de financiamento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS);

Considerando Portaria nº 2.178/GM/MS, de 1º de outubro de 2013, que estabelece recursos a serem incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos transferidos para Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando a avaliação realizada pela Coordenação-Geral de Saúde Mental, álcool e outras drogas CGMAD/DAPES/SAS/MS, no CAPS III do município de Salvador/BA; e

Considerando o Ofício DAS nº 0303/2017, encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde de Salvador o qual esclarece que o CAPS Maria Célia da Rocha funciona como CAPS Tipo II, e que estarão solicitando a reclassificação do serviço para CAPS II, resolve:

Art. 1º Fica suspensa a transferência dos recursos do Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º A suspensão ora formalizada perdurará até a Reclassificação do serviço para CAPS Tipo II, com prazo de 60 (sessentas) dias, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

ANEXO

UF	IBGE	MUNICIPIO	GESTÃO	SERVIÇO	PORTARIAS DE INCORPORAÇÃO	RECURSO ANUAL (R$)
BA	292740	Salvador	MUNICIPAL	CAPS III	Nº 2.628 de 28 de outubro de 2009 Nº 3.099 de 23 de dezembro de 2011 Nº 2.178, de 1º de outubro de 2013	R$ 612.573,00
TOTAL						R$ 612.573,00

CONSULTA PÚBLICA Nº 71, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 64 da Portaria nº834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito de recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.155118/2015-90, interposto pela Associação dos Hemofílicos do Estado de Santa Catarina - CNPJ nº 78.664.109/0001-10, contra decisão de indeferimento do pedido de concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, por não ter atendido os requisitos constantes na Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAS/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

CONSULTA PÚBLICA Nº 72, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 64 da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito de recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.115883/2015-77, interposto pela Comunidade Terapêutica Colônia Bom Samaritano/MG - CNPJ nº 01.257.931/0001-32, contra decisão de indeferimento do pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, por não ter atendido os requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016 c/c o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 c/c a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAS/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

CONSULTA PÚBLICA Nº 73, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4o, do Decreto no 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 64 da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito de recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.132116/2016-11, interposto pela COMUNIDADE TERAPÊUTICA CAVERNA DE ADULÃO - CNPJ n° 15.171.442/0001-78, contra decisão de indeferimento do pedido de concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, por não ter atendido o requisito constante na alínea "c" do inciso VI do art. 30 Portaria GM/MS n° 834/2016.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAS/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ANTÔNIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 965, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 20, realizada em 08/08/2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: Nestlé Brasil Ltda
CNPJ: 60.409.075/0001-52
Processo: 25004.070761/00
Expediente: 2604236/16-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 038/2017 - Corea.

Empresa: Nestlé Brasil Ltda
CNPJ: 60.409.075/0001-52
Processo: 25004.070762/00
Expediente: 2604267/16-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 039/2017 - Corea.

Empresa: Nestlé Brasil Ltda
CNPJ: 60.409.075/0001-52
Processo: 25004.070759/00
Expediente: 2604278/16-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 040/2017 - Corea.

Empresa: Nestlé Brasil Ltda
CNPJ: 60.409.075/0001-52
Processo: 25004.070760/00
Expediente: 2604288/16-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 041/2017 - Corea.

Empresa: Invictus Farma Nutrição Ltda.
CNPJ: 09.648.290/0001-59
Processo: 25351.218573/2014-71
Expediente: 1560888/16-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 018/2017 - Corea.

Empresa: Softech Brasil S/A
CNPJ: 13.036.559/0001-13
Processo: 25351.081725/2016-59
Expediente: 0125952/17-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 063/2017 - Corea/GGALI.

Empresa: Brasfood Laboratórios S/A
CNPJ: 75.116.996/0001-02
Processo: 25351497301201232
Expediente:1084936/17-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 068/2017 - Corea/GGALI.

Empresa: ABE America Importadora Exportadora Comercio Distribuidora de Suplementos Alimentares Ltda.
CNPJ: 08.998.124/0001-10
Processo: 25351.116834/2016-01
Expediente: 1117426/17-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 069/2017 - Corea/GGALI.

Empresa: Laboratorio Tiaraju Alimentos e Cosmeticos Ltda.
CNPJ: 08.352.440/0001-10
Processo: 25351.639802/2015-19
Expediente: 1860844/16-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 021/2017 - Corea/GGALI.

Empresa: Albemarle Química Ltda
CNPJ: 06.262.325/0001-29
Processo: 25351.683430/2011-81
Expediente: 2293212/16-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 031/2017 - Corea/GGALI.

Empresa: Orient Mix Fitoterápicos do Brasil Ltda.
CNPJ: 73.657.876/0001-89
Processo: 25351.757867/2015-23
Expediente: 2398903/16-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 029/2017 - Corea/GGALI.

ARESTO Nº 966, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 020/2017, realizada em 08/08/2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: MARCOS MARCIANO WAGNER - EPP
CNPJ: 15.542.217/0001-09
Processo: 25351.086561/2017-03
Expediente: 0460453/17-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 185/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: VERÍSSIMO LOGÍSTICA LTDA. - EPP
CNPJ: 01.142.882/0001-92
Processo: 25351.159762/2017-03
Expediente: 0824282/17-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 221/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: LUKAS OLIVEIRA CAVALCANTE - ME
CNPJ: 08.724.769/0001-64
Processo: 25351.152763/2017-32
Expediente: 0863827/17-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 229/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: ALFA ACRÍLICOS COMÉRCIO E MANUFATURA DE PLÁSTICO LTDA. - ME
CNPJ: 06.342.817/0002-05
Processo: 25351.173679/2017-01
Expediente: 0875890/17-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 226/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: INFAN INDÚSTRIA QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL
CNPJ: 08.939.548/0001-03
Processo: 25001.005541/87
Expediente: 2636958/16-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 220/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: SCHARLAB BRASIL MATERIAL PARA LABORATÓRIO S/A
CNPJ: 64.568.710/0001-03
Processo: 25351.177542/2017-77
Expediente: 254076/17-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 261/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: BIOMÉDICA EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 01.299.509/0001-40
Processo: 25351.227881/2012-24
Expediente: 0026444/17-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 208/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S. A.
CNPJ: 60.659.463/0029-92
Processo: 25351.349486/2016-41
Expediente: 0136736/17-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o requerimento da recorrente.

Recorrente: RANBAXY FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 73.663.650/0001-90
Processo: 25351.362553/2016-09
Expediente: 0157582/17-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, retornando à área técnica para análise do processo, nos termos do voto do relator - Voto 050/2017 - Diare.

Recorrente: DROGA MAXI EIRELI - ME
CNPJ: 26.264.706/0001-54
Processo: 25351.018360/2017-65
Expediente: 0209080/17-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 139/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: SISNAC - PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.
CNPJ: 10.444.624/0001-51
Processo: 25351.567196/2009-14
Expediente: 0363177/17-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 187/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: SILICONE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SILICONE, INSTRUMENTOS MATERIAIS MÉDICOS CIRÚRGICOS HOSPITALARES LTDA. - ME
CNPJ: 07.439.473/0002-10
Processo: 25351.101020/2017-01
Expediente: 0488058/17-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 192/2017 - Coare/Dimon.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Recorrente: SML COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE COSMÉTICOS EIRELI
CNPJ: 24.043.989/0001-89
Processo: 25351.101533/2017-14
Expediente: 0514017/17-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 212/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: ANTÔNIO CONRADO DA SILVA NETO - ME
CNPJ: 01.921.974/0001-70
Processo: 25351.072544/2014-28
Expediente: 0544773/17-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 210/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: DROGARIA E FARMÁCIA CIPOLATTO ROCHA EIRELI - EPP
CNPJ: 26.946.056/0001-27
Processo: 25351.165755/2017-56
Expediente: 0786703/17-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 231/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: TBP IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA.
CNPJ: 15.372.716/0001-97
Processo: 25351.245142/2013-68
Expediente: 0865375/17-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 222/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: DROGA ENOBRE LTDA. - ME
CNPJ: 11.891.552/0001-53
Processo: 25351.199021/2014-28
Expediente: 1040565/17-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 241/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: DROGA ENOBRE LTDA. - ME
CNPJ: 11.891.552/0001-53
Processo: 25351.199021/2014-28
Expediente: 1074038/17-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 240/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: REM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 47.334.701/0001-20
Processo: 25351.453429/2012-38
Expediente: 2126289/16-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 224/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: 3M DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 45.985.371/0001-08
Processo: 25351.419027/2016-15
Expediente: 294740/17-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por perda de objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 052/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: 3M DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 45.985.371/0001-08
Processo: 25351.419027/2016-15
Expediente: 565023/16-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por perda de objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 051/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: SUELEN PRADO ROSA EIRELI - ME
CNPJ: 19.550.155/0001-20
Processo: 25751.315890/2015-98
Expediente: 2332748/16-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 206/2017 - Coare/Dimon.

ARESTO Nº 967, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 019/2017, realizada em 25/07/2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: OVER ELEVADORES LTDA. - EPP
CNPJ: 10.629.386/0001-59
Processo: 25351.662172/2015-59
Recurso: 493892/15-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 001/2017 - Coges/Diges.

Recorrente: MACAPÁ SEGURANÇA LTDA.
CNPJ: 03.350.579/0001-00
Processo: 25351.605371/2013-74
Expediente: 866522/13-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 02/2017 - Coges/Diges.

ARESTO Nº 968, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com fundamento no art. 15, VI da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 61, de 3 de fevereiro de 2016, vem tornar públicas as seguintes decisões administrativas recursais:

AUTUADO: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA CNPJ/CPF: 54.516.661/0027-32
25759.104059/2008-08 - AIS:134876/08-1 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS), POR UNANIMIDADE, REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 011/2017, DE 09/05/2017.

AUTUADO: ADAPT PRODUTOS OFTALMOLÓGICOS LTDA CNPJ/CPF: 96.382.429/0001-60
25759.517998/2012-74 - AIS:0740894/12-3 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ARQUIVANDO POR INSUBSISTÊNCIA O AUTO DE INFRAÇÃO, POR UNANIMIDADE, REUNIÃO ORDINÁRIA PUBLICA - ROP 018/2017, DE 11/07/2017.

AUTUADO: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA CNPJ/CPF: 79.621.439/0001-91
25743.656928/2010-60 - AIS:867391/10-8 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE, REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 018/2017, DE 11/06/2017.

AUTUADO: DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 04.578.257/0001-86 - 25759.596935/2010-82 - AIS:787780/10-3 - GGPAF1/ANVISA
NÃO CONHECER DO RECURSO, POR INTEMPESTIVIDADE, MANTENDO A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA, POR UNANIMIDADE, REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 018/2017, DE 11/07/2017.

AUTUADO: ELEN CRISTIANE AGUIAR LIMA CNPJ/CPF: 01.869.453/0001-11
25351.534004/2009-13 - AIS:693345/09-9 - GFIMP/ANVISA
CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE, REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 018/2017, DE 11/06/2017.

AUTUADO: GIROTONDO COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA LTDA CNPJ/CPF: 68.929.413/0001-99
25767.323782/2013-80 - AIS:0454417/13-0 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), POR UNANIMIDADE, REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 018/2017, DE 11/06/2017.

AUTUADO: GIROTONDO COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA LTDA CNPJ/CPF: 68.929.413/0001-99
25767.323741/2013-83 - AIS:0454382/13-3 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), POR UNANIMIDADE, REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 018/2017, DE 11/06/2017.

AUTUADO: GIROTONDO COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA LTDA CNPJ/CPF: 68.929.413/0001-99
25767.322395/2013-43 - AIS:0452583/13-3 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), POR UNANIMIDADE, REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 018/2017, DE 11/06/2017.

AUTUADO: GIROTONDO COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA LTDA CNPJ/CPF: 68.929.413/0001-99
25767.322656/2013-29 - AIS:0452878/13-6 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), POR UNANIMIDADE, REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 018/2017, DE 11/06/2017.

AUTUADO: GIROTONDO COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA LTDA CNPJ/CPF: 68.929.413/0001-99
25767.323766/2013-52 - AIS:0454399/13-8 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), POR UNANIMIDADE, REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 018/2017, DE 11/06/2017.

AUTUADO: GR SA CNPJ/CPF: 02.905.110/0085-36
25751.211225/2010-76 - AIS:278249/10-9 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE, REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 018/2017, DE 11/06/2017.

AUTUADO: LABORATÓRIOS LIBRA DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 94.869.054/0001-31
25351.479233/2008-48 - AIS:628251/08-2 - GFIMP/ANVISA
CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS), POR UNANIMIDADE, REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 018/2017, DE 11/06/2017.

AUTUADO: LAMEDID COMERCIAL E SERVICOS LTDA CNPJ/CPF: 46.568.655/0001-61
25759.514870/2007-12 - AIS:647817/07-4 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS), POR UNANIMIDADE, REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 018/2017, DE 11/06/2017

AUTUADO: FERNANDO AUGUSTO DE OLIVEIRA CNPJ/CPF: 923.353.149-04
25351.424264/2014-85 - AIS:0589398/14-4 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS), POR UNANIMIDADE, REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 018/2017, DE 11/06/2017

AUTUADO: ACCORD FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 64.171.697/0001-46
25759.033316/2013-50 - AIS:0047373/13-1 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ARQUIVANDO POR INSUBSISTÊNCIA O AUTO DE INFRAÇÃO, POR UNANIMIDADE, REUNIÃO ORDINÁRIA PUBLICA - ROP 019/2017, DE 25/07/2017.

AUTUADO: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. CNPJ/CPF: 44.734.671/0001-51
25351.276004/2004-40 - AIS:392785/04-7 - GGPRO/ANVISA
CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, REDUZINDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 75.000,00 (SETENTA E CINCO MIL REAIS) PARA O VALOR DE R$ 37.500,00 (TRINTA E SETE MIL E QUINHETOS REAIS), ALÉM DE PROIBIÇÃO DE PROPAGANDA IRREGULAR, POR UNANIMIDADE, REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 019/2017, DE 25/07/2017.

AUTUADO: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. CNPJ/CPF: 61.190.096/0005-16
25759.121399/2006-23 - AIS:162586/06-1 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE, REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 019/2017, DE 25/07/2017.

AUTUADO: LOCALIZA RENT A CAR S/A CNPJ/CPF: 16.670.085/0094-54
25759.593933/2009-71 - AIS:772221/09-4 - GGPAF1/ANVISA
NÃO CONHECER DO RECURSO, POR INTEMPESTIVIDADE, REVISANDO DE OFÍCIO E DETERMINANDO ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO, POR UNANIMIDADE, REUNIÃO ORDINÁRIA PUBLICA - ROP 019/2017, DE 25/07/2017.

AUTUADO: OCEANIC PROMOCOES E EVENTOS LTDA CNPJ/CPF: 07.465.373/0001-87
25752.103464/2013-06 - AIS:0147164/13-3 - GGPAF/ANVISA
NÃO CONHECER DO RECURSO, POR INTEMPESTIVIDADE, REVISANDO DE OFÍCIO E REDUZINDO A MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS) PARA O VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS), POR UNANIMIDADE, REUNIÃO ORDINÁRIA PUBLICA - ROP 019/2017, DE 25/07/2017.

AUTUADO: ACOKATA COMERCIO DE METAIS LTDA-ME CNPJ/CPF: 06.888.981/0001-31
25767.709769/2010-90 - AIS:064543/10-5 - GGPAF1/ANVISA
NÃO CONHECER DO RECURSO, POR INTEMPESTIVIDADE, REVISANDO DE OFÍCIO E DETERMINANDO ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO, POR UNANIMIDADE, REUNIÃO ORDINÁRIA PUBLICA - ROP 019/2017, DE 25/07/2017.

AUTUADO: RICARDO CASCAES SABINO CNPJ/CPF: 275.237.481-04
25759.337509/2008-39 - AIS:426434/08-7 - GGPAF/ANVISA
CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ARQUIVANDO POR INSUBSISTÊNCIA O AUTO DE INFRAÇÃO, POR UNANIMIDADE, REUNIÃO ORDINÁRIA PUBLICA - ROP 019/2017, DE 25/07/2017.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR
Diretor-Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ARESTO Nº 969, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 021, realizada em 15/08/2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: GLOBALMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
CNPJ: 18.350.792/0001-90
Processo: 25351.148898/2017-55
Expediente: 0646991/17-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 216/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO E DROGARIA ANTÔNIO PENA LTDA.
CNPJ: 27.297.909/0001-00
Processo: 25351.250020/2017-27
Expediente: 1056386/17-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 243/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: DE PAULA & NERIS LTDA. - ME
CNPJ: 23.460.297/0001-73
Processo: 25351.185686/2017-24
Expediente: 1064940/17-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 250/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: CIRÚRGICA ALTO FELIZ COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI - ME
CNPJ: 26.716.461/0001-59
Processo: 25351.226659/2017-96
Expediente: 1065088/17-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 254/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: CIRÚRGICA ALTO FELIZ COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI - ME
CNPJ: 26.716.461/0001-59
Processo: 25351.226661/2017-95
Expediente: 1065126/17-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 253/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: DROGARIA DROGAZUL LTDA. - ME
CNPJ: 08.724.769/0001-64
Processo: 25351.225535/2017-99
Expediente: 1118072/17-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 242/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: GROW QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 10.842.256/0001-08
Processo: 25351.631382/2015-12
Expediente: 2030911/16-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 199/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: MEDITEC DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. - ME
CNPJ: 19.697.328/0001-37
Processo: 25351.240360/2015-92
Expediente: 2621193/16-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 227/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: ACREPRES PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - ME
CNPJ: 20.676.514/0001-79
Processo: 25351.071880/2017-04
Expediente: 0925037/17-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer de Intempestividade nº 018/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: ESTHETIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA.
CNPJ: 68.244.839/0001-09
Processo: 25004.05973/92
Expediente: 0865403/17-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 248/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: HEINZ BRASIL S. A.
CNPJ: 50.955.707/0004-72
Processo: 25351.341995/2016-53
Expediente: 344788/17-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 223/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: BIOGEN BRASIL PRODUTOS FARMACÊUTICOS
CNPJ: 07.986.222/0003-36
Processo: 25759.338358/2017-14
Expediente: 223539/17-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 259/2017 - Coare/Dimon.

ARESTO Nº 970, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 020/2017, realizada em 08/08/2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S/A
CNPJ: 61.082.426/0002-07
Medicamento: Maracugina Composta (Passiflora alata + Erythrina mulungu + Crataegus oxycantha)
Processo nº: 25351.637597/2009-94
Expediente nº: 0259256/13-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o requerimento da recorrente.

Empresa: Laboratórios Bagó do Brasil S/A
CNPJ: 04.748.181/0009-47
Medicamento: Aginasa (asparaginase)
Processo nº: 25351.353723/2014-47
Expediente nº: 0344866/15-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o requerimento da recorrente.

Empresa: Actavis Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 33.150.764/0001-12.
Medicamento: Zuplyn (paracetamol)
Processo nº: 25351.168820/2002-19
Expediente nº: 0066368/14-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 264/2017 - Corec/GGMED.

Empresa: Hypofarma - Instituto de Hypodermia e Farmácia Ltda
CNPJ: 17.174.657/0001-78
Medicamento: cloridrato de alfentanila
Processo nº: 25351.113380/2013-49
Expediente nº: 0705342/15-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 249/2017 - Corec/GGMED.

Empresa: Libbs Farmacêutica Ltda
CNPJ: 61.230.314/001-75
Medicamento: Natifa (Estradiol)
Processo nº: 25351.163518/2002-74
Expediente nº: 0276770/13-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, conhecer e DAR PROVIMENTO ao recurso e retornar para área técnica para análise, acompanhando a posição da relatoria que acata Parecer 257/2017 - Corec/GGMED.

Empresa: Libbs Farmacêutica Ltda
CNPJ: 61.230.314/001-75
Medicamento: Natifa (Estradiol)
Processo nº: 25351.163518/2002-74
Expediente nº: 0276805/13-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, conhecer e DAR PROVIMENTO ao recurso e retornar para área técnica para análise, acompanhando a posição da relatoria que acata Parecer 255/2017 - Corec/GGMED.

Empresa: Libbs Farmacêutica Ltda
CNPJ: 61.230.314/001-75
Medicamento: Natifa (Estradiol)
Processo nº: 25351.163518/2002-74
Expediente nº: 0276670/13-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, conhecer e DAR PROVIMENTO ao recurso e retornar para área técnica para análise, acompanhando a posição da relatoria que acata Parecer 256/2017 - Corec/GGMED.

Empresa: UCI Farma Indústria Farmacêutica
CNPJ: 48.396.378/0001-82
Medicamento: Fungirox (Ciclopirox olamina)
Processo nº: 25000.033009/96-71
Expediente nº: 0581675/12-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por perda de objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 252/2017 - Corec/GGMED.

Empresa: UCI Farma Indústria Farmacêutica
CNPJ: 48.396.378/0001-82
Medicamento: Fungirox (Ciclopirox olamina)
Processo nº: 25000.033009/96-71
Expediente nº: 0540404/12-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por perda de objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 251/2017 - Corec/GGMED.

Empresa: UCI Farma Indústria Farmacêutica
CNPJ: 48.396.378/0001-82
Medicamento: Fungirox (Ciclopirox olamina)
Processo nº: 25000.033009/96-71
Expediente nº: 0540398/12-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por perda de objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 250/2017 - Corec/GGMED.

Empresa: UCI Farma Indústria Farmacêutica Ltda
CNPJ: 48.396.378/0001-82
Medicamento: Exelmin (Cambendazol + Mebendazol)
Processo nº: 25001.000557/83
Expediente nº: 0581662/12-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 243/2017 - Corec/GGMED.

Empresa: UCI-Farma Indústria Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 48.396.378/0001-82
Medicamento: Fungirox (ciclopirox olamina - creme dermatológico e solução tópica) e (ciclopirox - esmalte)
Processo nº: 25000.033009/96-71
Expediente nº: 0540371/12-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 253/2017 - Corec/GGMED.

Empresa: EMS Sigma Pharma Ltda
CNPJ: 00.923.140/0001-31
Medicamento: valsartana + hidroclorotiazida + besilato de anlodipino
Processo nº: 25351.377116/2013-76
Expediente nº: 0606601/15-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto 051/2017 - Diare.

Empresa: EMS S/A
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Medicamento: valsartana + hidroclorotiazida + besilato de anlodipino
Processo nº: 25351.308320/2013-16
Expediente nº: 0608314/15-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto 051/2017 - Diare.

Empresa: Germed Farmacêutica Ltda
CNPJ: 45.992.062/0001-65
Medicamento: Cosartan Triplo (valsartana + hidroclorotiazida + besilato de anlodipino)
Processo nº: 25351.369526/2013-31
Expediente nº: 0624141/15-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto 051/2017 - Diare.

Empresa: Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda
CNPJ: 05.044.984/0001-26
Medicamento: valsartana + hidroclorotiazida + besilato de anlodipino
Processo nº: 25351.377165/2013-36
Expediente nº: 0624291/15-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto 051/2017 - Diare.

Empresa: Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda
CNPJ: 05.044.984/0001-26
Medicamento: Valssacor Triplo (valsartana + hidroclorotiazida + besilato de anlodipino)
Processo nº: 25351.377138/2013-68
Expediente nº: 0624362/15-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto 051/2017 - Diare.

Empresa: Nova Química Farmacêutica S/A
CNPJ: 72.593.791/0001-11
Medicamento: valsartana + hidroclorotiazida + besilato de anlodipino
Processo nº: 25351.379197/2013-44
Expediente nº: 0624559/15-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto 051/2017 - Diare.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Empresa: Nova Química Farmacêutica S/A
CNPJ: 72.593.791/0001-11
Medicamento: Aracor Triplo (valsartana + hidroclorotiazida + besilato de anlodipino)
Processo nº: 25351.382625/2013-01
Expediente nº: 0624635/15-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto 051/2017 - Diare.

Empresa: EMS Sigma Pharma Ltda
CNPJ: 00.923.140/0001-31
Medicamento: Brasart Triplo (valsartana + hidroclorotiazida + besilato de anlodipino)
Processo nº: 25351.379235/2013-90
Expediente nº: 0743378/15-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto 051/2017 - Diare.

Empresa: As Ervas Curam Indústria Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 79.634.572/0001-82
Medicamento: Arnica do Mato EC (Solidago microglossa DC.)
Processo nº: 25351.354102/2011-30
Expediente nº: 0832156/17-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto 048/2017 - Diare.

Empresa: Infan Indústria Química Farmacêutica Nacional S/A
CNPJ: 08.939.548/0001-03
Medicamento: Bioflorin (Saccharomyces cerevisae)
Processo nº: 25000.001065/99-34
Expediente nº: 0899732/15-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 163/2017 - Corec/GGMED.

Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
CNPJ: 73.856.593/0001-66
Medicamento: deferasirox
Processo nº: 25351.002458/2015-77
Expediente nº: 0915168/15-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 225/2017 - Corec/GGMED.

Empresa: Prodotti Laboratório Farmacêutico Ltda.
CNPJ: 51.603.488/0001-82
Medicamento: Dexacilin (fosfato dissódico de dexametasona)
Processo nº: 25000.013901/98-89
Expediente nº: 1011905/13-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 236/2017 - Corec/GGMED.

Empresa: Sauad Indústria Farmacêutica LTDA.
CNPJ: 01.583.558/0001-00
Medicamento: Viticromin (Brosimum gaudichaudii Trécul)
Processo nº: 25991.007440/78
Expediente nº: 104576/11-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 152/2015 - Corec/Sumed.

Empresa: Ems Sigma Pharma Ltda
CNPJ: 00.923.140/0001-31
Medicamento: isotretinoína
Processo nº: 25351.302779/2008-10
Expediente nº: 1086657/14-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o requerimento da recorrente.

Empresa: Prodotti Laboratório Farmacêutico Ltda.
CNPJ: 51.603.488/0001-82
Medicamento: Prodoxin (ceftriaxona)
Processo nº: 25000.004341/96-73
Expediente nº: 1105261/14-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por perda de objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 099/2017 - Corec/GGMED.

ARESTO Nº 971, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 014/2017, realizada em 06/06/2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: ID Biomedical Corporation
Processo: 25351.579536/2013-82
Expediente: 2113642/16-4
PI: 0111886-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 111/2017-Corec.

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 21 de agosto de 2017

Nº 64 - A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP 019/2017, realizada em 25 de julho de 2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, IX e § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR

ANEXO

Recorrente: LARA CRISTINA PEREIRA
Siape: 1560189
Processo: 25351.200380/2017-92
Expediente: 861543/17-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 008/2017 - Coges/Diges.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.226, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

considerando a Declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

considerando o Art. 7° da Lei n°9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo Art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o Parágrafo Único do Art. 4º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 15, de 28 de março de 2014;

considerando a RE nº 2.347, de 17 de agosto de 2015; resolve:

Art. 1º Fica reconhecido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para realização de Auditorias Regulatórias em estabelecimentos fabris de produtos para saúde, o seguinte Organismo Auditor:

Nome da empresa: UL Medical and Regulatory Services of UL LLC	Nº de identificação DUNS: 07-835-1534
Endereço: 333 Pfingsten Road, Northbrook, IL USA, 60069	
Nº do Processo: 25.351.317.613/2016-86	

Art. 2° O Organismo Auditor reconhecido deve assegurar livre acesso aos técnicos da Anvisa às suas dependências, documentos e registros para realização de avaliações, quando assim for necessário, para averiguar a devida observância aos requisitos regulatórios aplicáveis ao escopo de sua atuação.

Art. 3° Este reconhecimento é condicionado ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no Programa MDSAP e tem validade até 03 de agosto de 2021, podendo ser revogado ou renovado a critério da Anvisa.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 04 de agosto de 2017.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL
GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHO DO COORDENADOR
Em 21 de agosto de 2017

Nº 71 - O Coordenador Administrativo de Infrações Sanitárias - CADIS da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:
AUTUADO: AJA EMPREENDIMENTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP CNPJ/CPF: 08.922.172/0006-39
25750.126789/2012-75 - AIS:0182426/12-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS).
AUTUADO: ATIVA INDUSTRIA COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - EPP CNPJ/CPF: 04.203.927/0001-80 - 25351.551271/2013-19 - AIS:0788882/13-1 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS).
AUTUADO: CAZI QUIMICA FARMACEUTICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 44.010.437/0001-81 - 25351.384581/2013-64 - AIS:0540973/13-0 - GFIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS).
AUTUADO: INDÚSTRIA FARMACÊUTICA TEXON LTDA CNPJ/CPF: 92.927.094/0001-67
25351.437578/2013-96 - AIS:0619731/13-1 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS).
AUTUADO: MERCADOLIVRE.COM ATIVIDADES DE INTERNET LTDA CNPJ/CPF: 03.361.252/0001-34
25351.383108/2013-78 - AIS:0539015/13-0 - GFIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS).
AUTUADO: MIL FLORES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA. CNPJ/CPF: 04.429.986/0001-70 - 25351.172378/2013-67 - AIS:0245243/13-0 - GFIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS).
AUTUADO: OLIVEIRA E CASTRO FARMACIA LTDA ME CNPJ/CPF: 31.652.308/0001-45
25351.056590/2013-69 - AIS:0080262/13-0 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS).
AUTUADO: S S CASTRO FARMA LTDA ME CNPJ/CPF: 11.586.896/0001-59
25351.631563/2010-81 - AIS:833430/10-7 - GGIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS).
AUTUADO: SILVANEIDE DOS SANTOS SILVA ME CNPJ/CPF: 03.479.787/0001-04
25351.381903/2013-11 - AIS:0537095/13-7 - GFIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS).
AUTUADO: SMELL BRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA CNPJ/CPF: 05.141.335/0001-43 - 25351.387346/2013-11 - AIS:0545056/13-0 - GFIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS).
AUTUADO: TAMAR BONFIM MACHADO DO NASCIMENTO CNPJ/CPF: 04.060.588/0001-20
25351.529273/2013-99 - AIS:0756360/13-4 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS).
AUTUADO: BAYER S.A. CNPJ/CPF: 14.372.981/0001-02
25759.663319/2011-77 - AIS:931993/11-0 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS).
AUTUADO: IHARABRAS S.A INDÚSTRIAS QUÍMICAS CNPJ/CPF: 61.142.550/0001-30
25351.508534/2009-41 - AIS:659586/09-3 - GGTOX1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS).
AUTUADO: IHARABRAS S.A INDÚSTRIAS QUÍMICAS CNPJ/CPF: 61.142.550/0001-30
25351.508563/2009-77 - AIS:659619/09-3 - GGTOX1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS).
AUTUADO: ISTAEL BATISTA DE AQUINO CIZOSKI CNPJ/CPF: 01.174.864/0001-92
25351.041545/2013-19 - AIS:0058782/13-6 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS).
AUTUADO: SB COMÉRCIO LTDA CNPJ/CPF: 04.429.478/0001-92
25351.497938/2013-71 - AIS:0710352/13-2 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS).
AUTUADO: AMF GLOBAL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME CNPJ/CPF: 11.973.919/0001-88
25752.334846/2015-11 - AIS:0481406/15-1 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS).
AUTUADO: ANALISE PRODUTOS E SERVICOS PARA LABORATORIOS LTDA CNPJ/CPF: 53.438.693/0001-65
25743.019653/2010-27 - AIS:026020/10-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS).
AUTUADO: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA CNPJ/CPF: 04.754.815/0001-17
25752.276197/2011-03 - AIS:383915/11-0 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS).
AUTUADO: VERA LÚCIA GOMES DA SILVA -ME CNPJ/CPF: 01.615.234/0001-06
25750.405156/2011-88 - AIS:566670/11-8 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS).
AUTUADO: TRIANGULO LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA CNPJ/CPF: 80.727.977/0001-44
25741.226650/2012-53 - AIS:0326367/12-3 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS).
AUTUADO: AEROLINEAS ARGENTINAS S.A. CNPJ/CPF: 33.605.239/0001-44
25751.138620/2010-77 - AIS:184592/10-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS).
AUTUADO: AEROLINEAS ARGENTINAS S.A. CNPJ/CPF: 33.605.239/0001-44
25751.114055/2010-21 - AIS:150802/10-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 30,00 (TRINTA MIL REAIS).
AUTUADO: L & G MATERIAIS CIRURGICOS LTDA CNPJ/CPF: 08.349.479/0001-88
25743.433633/2010-75 - AIS:567604/10-5 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS).
AUTUADO: L & G MATERIAIS CIRURGICOS LTDA CNPJ/CPF: 08.349.479/0001-88
25743.433485/2010-00 - AIS:567420/10-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS).
AUTUADO: L & G MATERIAIS CIRURGICOS LTDA CNPJ/CPF: 08.349.479/0001-88
25743.433527/2010-55 - AIS:567474/10-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$4.000,00 (QUATRO MIL REAIS).
AUTUADO: L & G MATERIAIS CIRURGICOS LTDA CNPJ/CPF: 08.349.479/0001-88
25743.433193/2010-33 - AIS:567092/10-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS).
AUTUADO: L & G MATERIAIS CIRURGICOS LTDA CNPJ/CPF: 08.349.479/0001-88
25743.433161/2010-20 - AIS:567059/10-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS).
AUTUADO: L & G MATERIAIS CIRURGICOS LTDA CNPJ/CPF: 08.349.479/0001-88
25743.433583/2010-50 - AIS:567541/10-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$4.000,00 (QUATRO MIL REAIS).
AUTUADO: SUMITOMO CHEMICAL DO BRASIL REPRESENTACOES LTDA CNPJ/CPF: 42.462.952/0001-77 - 25351.053811/2014-33 - AIS:074028/14-4 - CADIS/ANVISA
PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA.

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 178, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Altera os prazos previstos nos itens 7.11 e 7.12 do Edital nº 001/2017, que disciplina o XVI Prêmio DENATRAN.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos I, V e XVII do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e;

Considerando os artigos 1º e 13º do Regimento Interno do DENATRAN, aprovado pela Portaria do Ministério das Cidades nº 227, de 04 de julho de 2003, alterada pela Portaria nº 400, de 2 de setembro de 2005; resolve:

Art. 1° Esta Portaria prorroga os prazos previstos nos itens 7.11 e 7.12 do Edital nº 001/2017, publicado no Diário Oficial da União de 5 abril de 2017, Seção 3, páginas 108-113, que disciplina o XVI Prêmio DENATRAN.

Art. 2° O item 7.11 do Edital nº 001/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

7.11. O participante das categorias comunicação II, III, IV e V, deverá encaminhar, até as 15h (quinze horas) do dia 06 de novembro de 2017, o print da tela que comprove os critérios de pontuação conforme os itens 10.4.7 "Comunicação II", 10.4.8 "Comunicação III", 10.4.9 "Comunicação IV" e 10.4.10 "Comunicação V" de seu trabalho inscrito para o e-mail premio.denatran@cidades.gov.br. Do corpo do e-mail deverá constar o número da inscrição do trabalho. Os candidatos serão os responsáveis pela soma dos critérios de pontuação de sua respectiva categoria, que deverá ser informada no corpo do e-mail.

Art. 3° O item 7.12 do Edital nº 001/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

7.12. O participante das categorias comunicação II, III, IV e V, deverá, ainda, imprimir esta informação (print da tela) em papel A4 (21,0cm x 29,7cm), com o e-mail da soma dos critérios de pontuação e a ficha de identificação dentro de um envelope e postar nos correios uma correspondência endereçada ao DENATRAN conforme item 7.1.5 até o dia 08 de novembro. Em caso de informação falsa ou editada, o participante será automaticamente desclassificado.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

PORTARIA Nº 179, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos I e II do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme o disposto no §1º do art. 4º da Resolução CONTRAN Nº 560, de 15 de outubro de 2015, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 80000.023896/2017-91, resolve

Art. 1º Integrar o Município de Mateus Leme no Estado de Minas Gerais, através do Departamento Municipal de Trânsito e Transporte - TRANSLEME.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

PORTARIA Nº 180, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos I e II do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme o disposto no §1º do art. 4º da Resolução CONTRAN Nº 560, de 15 de outubro de 2015, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 80000.024113/2017-96, resolve:

Art. 1º Integrar o Município de Ribeira do Pombal no Estado da Bahia, através da Diretoria de Trânsito de Ribeira do Pombal - DTRP, ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

PORTARIA Nº 185, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 19, da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando o disposto nas Portarias DENATRAN nº 99, de 01 de junho de 2017 e nº 124, de 19 de junho de 2017.

Considerando o que consta do processo nº 80000.022742/2017-81, resolve:

Art. 1º Homologar, pelo período de 4 (quatro) anos, a contar da data de publicação desta Portaria, o sistema informatizado (software) denominado "eMULTA" do talão eletrônico, desenvolvido pela empresa TADEU ROBERTO SOARES MARQUESI - ME, submetido à auditoria do perito forense computacional credenciado Jorge Ramos de Figueiredo, inscrito no CPF sob o nº 491.832.733-87, com endereço profissional na Avenida Capitão Mor Gouveia, 1135, Torre C, Apto 1203, Bairro de Nossa Senhora de Apresentação, Natal/RN, CEP 59.060-400.

Art. 2º A alteração do código da aplicação do sistema, qualquer que seja a extensão da modificação, cancelará automaticamente a sua homologação, sendo exigida nova homologação.

Art. 3º A empresa responsável pelo desenvolvimento do sistema informatizado do talão eletrônico deverá comunicar ao DENATRAN o fornecimento/comercialização do sistema, informando o nome, CNPJ e endereço do órgão que o utilizará.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL
DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL
DE COMUNIDADES BRASILEIRAS
E DE ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS
DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO
E ASSUNTOS JURÍDICOS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

AJUSTE SOBRE A REPROGRAMAÇÃO DE UMA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA NÃO REEMBOLSÁVEL NO MARCO DA COOPERAÇÃO BILATERAL EM BENEFÍCIO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

N.º: WZ 444/176/2017
Brasília, 4 de junho de 2017.
Senhor Ministro,

Com referência ao Ajuste de 3 de dezembro de 2009 entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a concessão de contribuições financeiras não reembolsáveis e de empréstimos alemães, com vistas a promover o desenvolvimento na República Federativa do Brasil, bem como às reuniões de trabalho em torno da cooperação para o desenvolvimento sustentável, de 6 e 7 de dezembro de 2016, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre a reprogramação de uma contribuição financeira não reembolsável no marco da cooperação bilateral em benefício do objetivo de desenvolvimento da República Federativa do Brasil:

1.A contribuição financeira alocada para o projeto a que se refere o item 1 do Anexo 2 do Ajuste de 3 de dezembro de 2009, "CEMIG - Reabilitação de Pequenas Centrais Hidrelétricas", no montante de 10 000 000 euros (dez milhões de euros) passa a ser usada para o projeto "REDD Early Movers Mato Grosso", se esse projeto, depois de examinado, for considerado elegível.

2.O disposto acima não exime os beneficiários brasileiros de observarem as disposições legais vigentes na República Federativa do Brasil quando da celebração dos contratos de financiamento.

3.A reprogramação em benefício do projeto mencionado no item 1 será possível apenas se o contrato de financiamento com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) for firmado no prazo de oito anos a contar do ano em que os recursos foram inicialmente alocados. O respectivo prazo para a reprogramação termina no dia 31 de dezembro de 2017.

4.O presente Ajuste é válido durante a duração do projeto definida no contrato de execução do projeto substituto mencionado no item 1.

5.De resto, continuam válidas as disposições do Ajuste mencionado supra, de 3 de dezembro de 2009.

6.Às Partes Contratantes poderão acordar emendas ao presente Ajuste.

7.Eventuais litígios que surgirem com relação à interpretação ou à aplicação do presente Ajuste serão dirimidos entre as Partes Contratantes de forma amistosa pela via do diálogo ou negocial.

8.O presente Ajuste é concluído nos idiomas alemão e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com o entendimento acima apresentado, tenho a honra de sugerir que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância do Governo da República Federativa do Brasil, constituam um Ajuste entre os nossos Governos, cujo teor será vinculativo e definitivo. Para o projeto mencionado no item 1, o mesmo entrará em vigor na data do recebimento, pelo Governo da República Federal da Alemanha, de notificação escrita do Governo da República Federativa do Brasil de que se encontram preenchidos os requisitos legais brasileiros para a assinatura do contrato de financiamento a celebrar com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW).

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais elevada consideração.

Brasília, em 10 de junho de 2017.
Pela República Federal da Alemanha.

GEORG WITSCHEL
Embaixador da República Federal da Alemanha

DCFT/DAI/ABC/DESET/DCLIMA/02/EFIN BRAS RFA

Tenho a honra de confirmar o recebimento da Nota N.º WZ444/176/2017, datada de 04 de julho de 2017, cujo teor em português é o seguinte:

ABRE ASPAS
Senhor Ministro,

Com referência ao Ajuste de 3 de dezembro de 2009 entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a concessão de contribuições financeiras não reembolsáveis e de empréstimos alemães, com vistas a promover o desenvolvimento na República Federativa do Brasil, bem como às reuniões de trabalho em torno da cooperação para o desenvolvimento sustentável, de 6 e 7 de dezembro de 2016, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre a reprogramação de uma contribuição financeira não reembolsável no marco da cooperação bilateral em benefício do objetivo de desenvolvimento da República Federativa do Brasil:

1.A contribuição financeira alocada para o projeto a que se refere o item 1 do Anexo 2 do Ajuste de 3 de dezembro de 2009, "CEMIG - Reabilitação de Pequenas Centrais Hidrelétricas", no montante de 10 000 000 euros (dez milhões de euros) passa a ser usada para o projeto "REDD Early Movers Mato Grosso", se esse projeto, depois de examinado, for considerado elegível.

2.O disposto acima não exime os beneficiários brasileiros de observarem as disposições legais vigentes na República Federativa do Brasil quando da celebração dos contratos de financiamento.

3.A reprogramação em benefício do projeto mencionado no item 1 será possível apenas se o contrato de financiamento com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) for firmado no prazo de oito anos a contar do ano em que os recursos foram inicialmente alocados. O respectivo prazo para a reprogramação termina no dia 31 de dezembro de 2017.

4.O presente Ajuste é válido durante a duração do projeto definida no contrato de execução do projeto substituto mencionado no item 1.

5.De resto, continuam válidas as disposições do Ajuste mencionado supra, de 3 de dezembro de 2009.

6.As Partes Contratantes poderão acordar emendas ao presente Ajuste.

7.Eventuais litígios que surgirem com relação à interpretação ou à aplicação do presente Ajuste serão dirimidos entre as Partes Contratantes de forma amistosa pela via do diálogo ou negocial.

8.O presente Ajuste é concluído nos idiomas alemão e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com o entendimento acima apresentado, tenho a honra de sugerir que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância do Governo da República Federativa do Brasil, constituam um Ajuste entre os nossos Governos, cujo teor será vinculativo e definitivo. Para o projeto mencionado no item 1, o mesmo entrará em vigor na data do recebimento, pelo Governo da República Federal da Alemanha, de notificação escrita do Governo da República Federativa do Brasil de que se encontram preenchidos os requisitos legais brasileiros para a assinatura do contrato de financiamento a celebrar com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW).

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais elevada consideração.

FECHA ASPAS

Tenho, igualmente, a honra, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, de confirmar que o disposto anteriormente também é o entendimento do Governo da República Federativa do Brasil e de concordar que a Nota de Vossa Excelência e esta Nota de resposta constituirão um Acordo entre os dois Governos, cujo texto será estabelecido como autêntico e definido na data desta Nota de resposta. Sua entrada em vigor ocorrerá na data do recebimento, pelo Governo da República Federal da Alemanha, de notificação escrita do Governo da República Federativa do Brasil de que se encontram preenchidos os requisitos legais brasileiros para a assinatura do contrato de financiamento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta consideração.

Pela República Federativa do Brasil.

ALOYSIO NUNES FERREIRA
Ministro das Relações Exteriores

AJUSTE, POR TROCA DE NOTAS, ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA SOBRE A REPROGRAMAÇÃO DE UMA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA NÃO REEMBOLSÁVEL NO MARCO DA COOPERAÇÃO BILATERAL EM BENEFÍCIO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

N.º:WZ 444/175/2017.

Brasília, 04 de junho de 2017.

Senhor Ministro,

Com referência ao Ajuste de 3 de dezembro de 2009 entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a concessão de contribuições financeiras não reembolsáveis e de empréstimos alemães, com vistas a promover o desenvolvimento na República Federativa do Brasil, bem como às reuniões de trabalho em torno da cooperação para o desenvolvimento sustentável, de 6 e 7 de dezembro de 2016, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre a reprogramação de uma contribuição financeira não reembolsável no marco da cooperação bilateral em benefício do objetivo de desenvolvimento da República Federativa do Brasil:

1.A contribuição financeira alocada para o projeto a que se refere o item 6 do Anexo 1 do Ajuste de 3 de dezembro de 2009, "Controle do Desmatamento no Acre", no montante de 10 000 000 euros (dez milhões de euros), passa a ser usada para o projeto "REDD Early Movers Acre II", se esse projeto, depois de examinado, for considerado elegível.

2.O disposto acima não exime os beneficiários brasileiros de observarem as disposições legais vigentes na República Federativa do Brasil quando da celebração dos contratos de financiamento.

3.A reprogramação em benefício do projeto mencionado no item 1 será possível apenas se o contrato de financiamento com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) for firmado no prazo de oito anos a contar do ano em que os recursos foram inicialmente alocados. O respectivo prazo para a reprogramação termina no dia 31 de dezembro de 2017.

4.O presente Ajuste é válido durante a duração do projeto definida no contrato de execução do projeto substituto mencionado no item 1.

5.De resto, continuam válidas as disposições do Ajuste mencionado supra, de 3 de dezembro de 2009.

6.As Partes Contratantes poderão acordar emendas ao presente Ajuste.

7.Eventuais litígios que surgirem com relação à interpretação ou à aplicação do presente Ajuste serão dirimidos entre as Partes Contratantes de forma amistosa pela via do diálogo ou negocial.

8.O presente Ajuste é concluído nos idiomas alemão e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com o entendimento acima apresentado, tenho a honra de sugerir que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância do Governo da República Federativa do Brasil, constituam um Ajuste entre os nossos Governos, cujo teor será vinculativo e definitivo. Para o projeto mencionado no item 1, o mesmo entrará em vigor na data do recebimento, pelo Governo da República Federal da Alemanha, de notificação escrita do Governo da República Federativa do Brasil de que se encontram preenchidos os requisitos legais brasileiros para a assinatura do contrato de financiamento a celebrar com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW).

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais elevada consideração.

Brasília-DF, 10 de junho de 2017.

Pela República Federal da Alemanha

GEORG WITSCHEL
Embaixador da República Federal da Alemanha

DCFT/DAI/ABC/ABC/DESET/DCLIMA/03/EFIN BRAS RFA

Tenho a honra de confirmar o recebimento da Nota N.º WZ444/175/2017, datada de 04 de julho de 2017, cujo teor em português é o seguinte:

ABRE ASPAS

Senhor Ministro,

Com referência ao Ajuste de 3 de dezembro de 2009 entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a concessão de contribuições financeiras não reembolsáveis e de empréstimos alemães, com vistas a promover o desenvolvimento na República Federativa do Brasil, bem como às reuniões de trabalho em torno da cooperação para o desenvolvimento sustentável, de 6 e 7 de dezembro de 2016, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre a reprogramação de uma contribuição financeira não reembolsável no marco da cooperação bilateral em benefício do objetivo de desenvolvimento da República Federativa do Brasil:

1.A contribuição financeira alocada para o projeto a que se refere o item 6 do Anexo 1 do Ajuste de 3 de dezembro de 2009, "Controle do Desmatamento no Acre", no montante de 10 000 000 euros (dez milhões de euros), passa a ser usada para o projeto "REDD Early Movers Acre II", se esse projeto, depois de examinado, for considerado elegível.

2.O disposto acima não exime os beneficiários brasileiros de observarem as disposições legais vigentes na República Federativa do Brasil quando da celebração dos contratos de financiamento.

3.A reprogramação em benefício do projeto mencionado no item 1 será possível apenas se o contrato de financiamento com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) for firmado no prazo de oito anos a contar do ano em que os recursos foram inicialmente alocados. O respectivo prazo para a reprogramação termina no dia 31 de dezembro de 2017.

4.O presente Ajuste é válido durante a duração do projeto definida no contrato de execução do projeto substituto mencionado no item 1.

5.De resto, continuam válidas as disposições do Ajuste mencionado supra, de 3 de dezembro de 2009.

6.As Partes Contratantes poderão acordar emendas ao presente Ajuste.

7.Eventuais litígios que surgirem com relação à interpretação ou à aplicação do presente Ajuste serão dirimidos entre as Partes Contratantes de forma amistosa pela via do diálogo ou negocial.

8.O presente Ajuste é concluído nos idiomas alemão e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com o entendimento acima apresentado, tenho a honra de sugerir que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância do Governo da República Federativa do Brasil, constituam um Ajuste entre os nossos Governos, cujo teor será vinculativo e definitivo. Para o projeto mencionado no item 1, o mesmo entrará em vigor na data do recebimento, pelo Governo da República Federal da Alemanha, de notificação escrita do Governo da República Federativa do Brasil de que se encontram preenchidos os requisitos legais brasileiros para a assinatura do contrato de financiamento a celebrar com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW).

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais elevada consideração.

FECHA ASPAS

Tenho, igualmente, a honra, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, de confirmar que o disposto anteriormente também é o entendimento do Governo da República Federativa do Brasil e de concordar que a Nota de Vossa Excelência e esta Nota de resposta constituirão um Acordo entre os dois Governos, cujo texto será estabelecido como autêntico e definido na data desta Nota de resposta. Sua entrada em vigor ocorrerá na data do recebimento, pelo Governo da República Federal da Alemanha, de notificação escrita do Governo da República Federativa do Brasil de que se encontram preenchidos os requisitos legais brasileiros para a assinatura do contrato de financiamento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta consideração.

Pela República Federativa do Brasil

ALOYSIO NUNES FERREIRA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Pela República Federal da Alemanha

GEORG WITSCHEL
Embaixador da República Federal da Alemanha

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 2.374, de 8 de agosto de 2017, publicada no D.O.U. Nº 158, de 17/08/2017, seção 1, p. 219, v. 154,

onde se lê " R$ 1.999.563,64 (um milhão, novecentos e noventa e nove mil, quinhentos e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos) ... ",

leia-se " R$ 2.003.046,15 (dois milhões, três mil, quarenta e seis reais e quinze centavos) ...".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 9 de agosto de 2017

Nº 2.413 - Processo nº 48500.000710/2007-57. Interessado: Boa Vista Energética S.A. Decisão: alterar a descrição do sistema de transmissão de interesse restrito da PCH Boa Vista, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 4.593, de 18 de março de 2014, c/c o Despacho nº 439, de 25 de fevereiro de 2014, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.SC.031439-0.01, em favor da Boa Vista Energética S.A., localizada nos municípios de Lages e São Joaquim, ambos no município de Santa Catarina. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 17 de agosto de 2017

Nº 2.541 - Processo nº 48500.003812/2017-59. Interessado: Consórcio Marangatu X. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Marangatu 1, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PI.037786-4.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Brasileira, no estado do Piauí.

Nº 2.542 - Processo nº 48500.003817/2017-81. Interessado: Consórcio Marangatu X. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Marangatu 2, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PI.037787-2.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Brasileira, no estado do Piauí.

Nº 2.543 - Processo nº 48500.003816/2017-37. Interessado: Consórcio Marangatu X. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Marangatu 3, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PI.037788-0.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Brasileira, no estado do Piauí.

Nº 2.544 - Processo nº 48500.003814/2017-48. Interessado: Consórcio Marangatu X. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Marangatu 4, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PI.037783-0.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Brasileira, no estado do Piauí.

Nº 2.545 - Processo nº 48500.003815/2017-92. Interessado: Consórcio Marangatu X. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Marangatu 5, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PI.037784-8.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Brasileira, no estado do Piauí.

Nº 2.546 - Processo nº 48500.003813/2017-01. Interessado: Consórcio Marangatu X. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Marangatu 6, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PI.037785-6.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Brasileira, no estado do Piauí.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de agosto de 2017

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 23 de agosto de 2017.

Nº 2.594 - Processo nº 48500.000821/2012-83. Interessado: Enel Green Power Cristal Eólica S.A. Usina: EOL Cristal. Unidades Geradoras: UG1 a UG13, de 2.300 kW cada uma, totalizando 29.900 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Cafarnaum, Estado da Bahia.

Nº 2.595 - Processo nº 48500.000822/2012-28. Interessado: Enel Green Power Primavera Eólica S.A. Usina: EOL Primavera. Unidades Geradoras: UG1 a UG13, de 2.300 kW cada uma, totalizando 29.900 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Morro do Chapéu, Estado da Bahia.

Nº 2.596 - Processo nº 48500.000823/2012-72. Interessado: Enel Green Power São Judas Eólica S.A. Usina: EOL São Judas. Unidades Geradoras: UG1 a UG13, de 2.300 kW cada uma, totalizando 29.900 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Morro do Chapéu, Estado da Bahia.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.597 - Processo nº 48500.003500/2017-45. Interessado: Coqueirinho 2 Energia S.A. Decisão: (i) conhecer por tempestivo o recurso; (ii) não acatar as alegações apresentadas pela autuada; e (iii) reconsiderar parcialmente a decisão recorrida para alterar de ofício o valor da penalidade de multa imposta reduzindo essa para o montante de R$ 35.079,59 (trinta e cinco mil, setenta e nove reais e cinquenta e nove centavos) A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 21 de agosto de 2017

Nº 2.562 - Processo nº 48500.001321/2017-73. Interessados: Companhia Energética de Alagoas - Ceal e Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS Decisão: publicar as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão de Rede Básica - TUST-RB e de Fronteira - TUST-FR aplicáveis à Ceal, no ponto de conexão da subestação Zebu 13,8 kV, para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018. A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca

Nº 2.566 - Processo n. 48500.005472/2016-10. Interessados: Concessionárias de transmissão, consumidores livres e autoprodutores e Eletrobrás. Decisão: Fixar os valores das quotas de custeio referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, para o mês de OUTUBRO de 2017. Prazo para recolhimento: até o dia 10 de SETEMBRO de 2017. A íntegra destes Despachos está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de agosto de 2017

Nº 2.605 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria ANEEL n° 4.163, de 30 de agosto de 2016, considerando o que consta do processo nº 48500.005974/2016-41, autoriza: (i) a utilização pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS do modelo SMAP, em substituição às planilhas do modelo SMAP nas bacias dos rios Grande e Paranaíba (em seu trecho até a UHE Itumbiara), a partir do PMO de setembro de 2017; (ii) a utilização pelo ONS do modelo SMAP, em substituição às planilhas do modelo SMAP, na bacia do rio Paranapanema, a partir do PMO de outubro de 2017; (iii) a utilização pelo ONS do modelo SMAP, em substituição do modelo de previsão de vazões SMAP-MEL na bacia incremental à UHE Itaipu, a partir do PMO de novembro de 2017.

Nº 2.611, - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.002921/2015-97, decide: (i) aprovar a aplicação do valor provisório do Custo Variável Unitário - CVU de R$ 234,96/MWh (duzentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos por megawatt-hora) no processo de Contabilização do mês de julho de 2017 da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE com vistas ao ressarcimento dos custos variáveis à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras pela importação de energia elétrica do Uruguai nos termos das Portarias nº 556, de 28 de dezembro de 2015, e nº 164, de 4 de maio de 2016; (ii) determinar à CCEE que contabilize em favor da Eletrobras o resultado da contabilização no mercado de curto prazo até o valor do CVU indicado no item (i); e (iii) determinar à CCEE que contabilize a diferença entre o Preço de Liquidação de Diferenças - PLD apurado para cada período de contabilização e o CVU indicado no item (i) como alívio do Encargo de Serviços do Sistema - ESS nos termos do módulo Encargos das Regras de Comercialização vigentes.

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de agosto de 2017

O SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do (s) produto (s) abaixo, das empresas relacionadas:

Nº 952	INDÚSTRIA COMERCIO DE LUBRIFICANTES ALL LTDA - CNPJ nº 24.963.908/0001-69					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002276/2017 - 46	ALL HLP 15	ISO 15	. DIN 51524, PARTE 2 (HLP)	ÓLEO LUBRIFICANTE	18400
	48600.002277/2017 - 91	ALL HLP 22	ISO 22	. DIN 51524, PARTE 2 (HLP)	ÓLEO LUBRIFICANTE	18401
Nº 953	ULTRAX LUBRIFICANTES LTDA - EPP - CNPJ nº 05.131.638/0001-85					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002334/2017 - 31	LYNIX DRACO	SAE 15W40	API CI4/SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	8690

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de agosto de 2017

Nº 946 - O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PRBA0182631	AUTO POSTO CENTRO QUIXABEIRA LTDA - ME	26.365.493/0001-57	QUIXABEIRA	BA	48610.009308/2017-15
PRPA0182616	AUTO POSTO NORTE PARA EIRELI	17.827.292/0003-03	QUATIPURU	PA	48610.008298/2017-09
PRMG0182620	CATALAO COMERCIAL LTDA	17.968.538/0003-59	NOVA LIMA	MG	48610.009305/2017-81
PRMA0182591	J A C DE ARAUJO - ME	24.386.576/0001-05	SAO DOMINGOS DO MARANHAO	MA	48610.008594/2017-00
PRCE0182619	J.R. DE ANDRADE - ME	18.101.227/0001-99	PARAMBU	CE	48610.007474/2017-87
PRPR0182593	KS COMERCIO DE COMBUSTIVEL E CONVENIENCIA LTDA	27.641.445/0001-07	CURITIBA	PR	48610.009228/2017-60
PRBA0182614	N A U G R DA R F MACHADO - EPP	22.175.233/0001-68	PRESIDENTE DUTRA	BA	48610.009302/2017-48
PRMA0182611	OLIVEIRA COSTA COMERCIO LTDA - ME	18.022.164/0001-85	SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	MA	48610.006396/2017-01
PRSC0182618	POSTO FORTALEZA III LTDA	05.561.427/0001-82	BLUMENAU	SC	48610.009304/2017-37
PRPA0182612	POSTO ICOARACI LTDA - EPP	27.850.711/0001-01	BELEM	PA	48610.008203/2017-49
PR/MG82594	POSTO SARZEDO III LTDA	21.568.088/0001-12	SARZEDO	MG	48610.009234/2017-17
PRRJ0182613	POSTO SERRA AZUL DE RESENDE LTDA - EPP	27.379.199/0001-67	RESENDE	RJ	48610.008558/2017-38
PRPR0182617	R. JUNIOR KASPRZAK & CIA LTDA	16.949.585/0002-01	PITANGA	PR	48610.005816/2017-24
PRPA0182595	REDE DOM PEDRO DE POSTOS LTDA.	20.415.295/0039-47	PARAGOMINAS	PA	48610.005929/2017-20
PRSC0182592	TDM COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO EIRELI	27.732.794/0001-34	PRESIDENTE GETULIO	SC	48610.009224/2017-81

Nº 947 - O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n° 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de posto revendedor flutuante:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PFAC0182615	R. & T. COM. DE COMB. LTDA - ME	11.107.702/0001-95	RODRIGUES ALVES	AC	48610.005354/2017-45

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 948 - O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/MG0241367	ADRIANO ZULIM 10353308650	22.327.131/0001-10	GUIMARANIA	MG	48610.009098/2017-65
GLP/SE0241368	ALAIZA SILVESTRE DOS SANTOS	27.494.381/0001-69	POCO VERDE	SE	48610.009290/2017-51
GLP/BA0241369	ALCANTARA COMERCIO REPRESENTAÇÕES E UTILIDADES DOMESTICAS LTDA ME	18.191.363/0001-17	BROTAS DE MACAUBAS	BA	48610.009286/2017-93
GLP/PR0241370	ALEQUES DA ROCHA BATISA ME	27.509.910/0001-50	PARANAGUA	PR	48610.007956/2017-37
GLP/RJ0241371	AMERICAS COMERCIO DE GLP LTDA EPP	27.894.501/0001-15	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.009069/2017-01
GLP/BA0241372	C DANTAS DE MACEDO EIRELI ME	26.296.706/0001-36	EUCLIDES DA CUNHA	BA	48610.009291/2017-04
GLP/MG0241373	CELIO DA COSTA XAVIER 89065590625 ME	17.921.066/0001-17	CAPETINGA	MG	48610.009065/2017-15
GLP/BA0241374	COMERCIO DE GAS E AGUA PORTO LIMA EIRELI ME	27.968.654/0001-60	VALENCA	BA	48610.009293/2017-95
GLP/SP0241375	CRUZ E SILVA DISTRIBUIDORA DE ARARAQUARA LTDA ME	18.279.226/0001-39	ARARAQUARA	SP	48610.007623/2017-16
GLP/GO0241376	DAC COMERCIO DE GAS E BEBIDAS LTDA ME	08.766.153/0001-56	GOIANIA	GO	48610.009100/2017-04
GLP/CE0241377	DANIEL SAMPAIO	25.183.581/0001-75	CARNAUBAL	CE	48610.007540/2017-19
GLP/SP0241378	DAS ARTES COMERCIO DE GAS LTDA EPP	28.017.056/0001-78	EMBU DAS ARTES	SP	48610.009063/2017-26
GLP/MT0241379	DENIS DE SOUSA MORAES	15.268.885/0001-81	RONDONOPOLIS	MT	48610.006832/2017-34
GLP/BA0241380	DISTRIBUIDORA DE GAS BOM GOSTO LTDA	27.920.483/0001-07	SALVADOR	BA	48610.006852/2017-13
GLP/MG0241381	EMERSON MARQUES PORTUENCE	26.111.956/0001-54	JOAO MONLEVADE	MG	48610.006941/2017-51
GLP/RN0241382	ERONILSON FERREIRA DE OLIVEIRA 11000432416	28.174.218/0001-81	NATAL	RN	48610.008453/2017-89
GLP/SC0241383	FRANCISCO KREUSCH 39930041915	26.835.393/0001-47	ARARANGUA	SC	48610.009099/2017-18
GLP/ES0241384	HUGO HENRIQUE KLENS KAUFMAM 13525194706	25.250.608/0001-03	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	ES	48610.009075/2017-51
GLP/ES0237955	ILMA MARIA DE JESUS 86096036791	26.467.549/0001-84	SERRA	ES	48610.014919/2016-02
GLP/BA0241385	IURI SOUZA DA SILVA ME	26.230.596/0001-00	CRUZ DAS ALMAS	BA	48610.009287/2017-38
GLP/CE0241386	JACKSON ARAUJO LIMA ME	24.009.966/0002-39	MUCAMBO	CE	48610.007521/2017-92
GLP/BA0241387	JAQUELINE MATOS AGUIAR COSTA ME	27.486.583/0001-69	IBICOARA	BA	48610.009288/2017-82
GLP/SP0241388	J.E DE ANDRADE PACHECO MERCEARIA ME	22.601.733/0001-14	SAO SEBASTIAO	SP	48610.008201/2017-50
GLP/BA0241389	JFY COMERCIO DE GAS LTDA ME	26.399.657/0001-67	CONCEICAO DO COITE	BA	48610.009285/2017-49
GLP/RS0241390	JOSANE MIKOSKI GRALA ME	24.712.209/0001-46	CANOAS	RS	48610.009052/2017-46
GLP/TO0241391	JOSE ELVIS COSTA LIBERATO	27.287.004/0001-59	PONTE ALTA DO TOCANTINS	TO	48610.006840/2017-81
GLP/AM0241392	KENNEDY FRANCISCO BEZERRA GOMES ME	09.060.910/0003-04	TONANTINS	AM	48610.006130/2017-51
GLP/RJ0241393	LEAL ROMÃO COMERCIO DE GAS LTDA	26.674.092/0001-89	MIGUEL PEREIRA	RJ	48610.005441/2017-01
GLP/RN0241394	LIGERINHO GAS LTDA ME	26.326.008/0001-36	EXTREMOZ	RN	48610.009163/2017-52
GLP/SP0241395	LOURIVAL COMERCIO DE GAS LTDA ME	26.754.387/0001-65	SANTO ANDRE	SP	48610.008100/2017-89
GLP/PA0241396	LUCAS A C DE SOUZA EIRELI EPP	27.371.743/0001-24	MARITUBA	PA	48610.009081/2017-16
GLP/BA0241397	LUIS CARLOS DE ANDRADE SANTOS ME	27.938.285/0001-62	SALVADOR	BA	48610.009289/2017-27
GLP/PR0241398	M PORTOLAN ALVES DISTRIBBUIDORA DE GAS ME	27.699.573/0001-01	MANDAGUARI	PR	48610.007579/2017-36
GLP/CE0241399	MAIARA ALMEIDA ALVES 61285270355	26.614.995/0001-74	PENTECOSTE	CE	48610.009173/2017-98
GLP/TO0241400	MARCELO GLEIK CUNHA FERREIRA - ME	17.507.309/0001-75	PARAISO DO TOCANTINS	TO	48610.009089/2017-74
GLP/SP0241401	MARCON E MARCON COMERCIO DE GAS LTDA	28.124.210/0001-00	SANTO ANTONIO DO JARDIM	SP	48610.009156/2017-51
GLP/TO0241402	MARIA ANGELA DOS SANTOS MOTA	27.286.766/0001-30	PORTO NACIONAL	TO	48610.009169/2017-20
GLP/PA0241403	MARISCÃO COMERCIAL GLP LTDA.	83.317.040/0020-51	PARAUAPEBAS	PA	48610.009056/2017-24
GLP/PA0241404	MARISCÃO COMERCIAL GLP LTDA.	83.317.040/0021-32	PARAUAPEBAS	PA	48610.009170/2017-54
GLP/PR0241405	MILTON PRESA	27.775.419/0001-71	ARARUNA	PR	48610.007553/2017-98
GLP/RJ0241406	PAGE DE SAO GONCALO REVENDA DE GAS LTDA	27.735.325/0001-79	SAO GONCALO	RJ	48610.008204/2017-93
GLP/RS0241407	POSTO DE GAS NATAL LTDA ME	26.473.515/0001-00	CANOAS	RS	48610.009057/2017-79
GLP/MS0241408	RAFAEL SEGUNDO DA COSTA	27.114.101/0001-40	CAMPO GRANDE	MS	48610.008189/2017-83
GLP/MT0241409	RODRIGO CARVALHO CARRIJO	23.815.445/0001-25	RONDONOPOLIS	MT	48610.009160/2017-19
GLP/SP0241410	RONILDO DONIZETE MOREIRA - ME	19.406.088/0001-74	CAJAMAR	SP	48610.009109/2017-15
GLP/SP0241411	ROSELI RODRIGUES GAY PRADA 10955317860	27.204.265/0001-68	JALES	SP	48610.009172/2017-43
GLP/SE0241412	TARCISIO DOS SANTOS FRAGA COMERCIO DE AGUA E GAS - ME	27.412.744/0001-70	LAGARTO	SE	48610.006904/2017-43
GLP/MT0241413	THIAGO RODRIGUES DA SILVA 73380962104	24.927.579/0001-09	RONDONOPOLIS	MT	48610.000094/2017-11
GLP/PA0241414	WELTON BRAGA DA COSTA 04295677230	28.075.691/0001-01	MAGALHAES BARATA	PA	48610.009055/2017-80

Nº 949 - O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº SP0064061 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao AUTO POSTO SHANGRILA DE SÃO MANOEL LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 04.326.299/0001-20, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.003204/2014-54.

Nº 950 - O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,e com base na Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, I, c, torna público o cancelamento, por requerimento, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/TO0214185	DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS	10.604.136/0001-64	PONTE ALTA DO TOCANTINS	TO	48610.003506/2012-61
GLP/MG0183985	EDVAR DONIZETTI DA SILVA	86.622.602/0001-04	ALFENAS	MG	48610.002613/2010-18
GLP/MA0057968	SUPER GÁS LTDA	09.393.126/0001-48	SÃO LUÍS	MA	48610.007590/2008-13
GLP/MA0176857	SUPER GÁS LTDA	09.393.126/0002-29	SÃO LUÍS	MA	48610.001351/2009-22

Nº 951 - O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, a pedido ou por sucessão empresarial:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/SP0214781	ALMEIDA E BARBOSA COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA - ME	14.189.225/0001-42	OSASCO	SP	48610.015720/2011-89
001/GLP/SP0016237	ANTÔNIO FABRÍCIO DE PÁDUA PORTO ME.	00.027.612/0001-78	ALTINOPOLIS	SP	48610.009416/2007-16
GLP/CE0205214	COMERCIAL DE GÁS MOTA LTDA.	05.323.375/0004-59	GUAIUBA	CE	48610.001412/2011-76
001/GLP/SP0009674	COMERCIO DE GAS MARACANÃ LTDA	03.000.530/0001-28	SANTO ANDRE	SP	48610.011433/2006-32
GLP/MG0221401	COMERCIO, TRANSPORTADORA E CONSTRUTORA CONSTRULAGE LTDA - ME.	06.096.688/0002-12	CAPETINGA	MG	48610.006380/2013-67
GLP/SC0221403	COSTA & PADOIN COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME	17.947.790/0001-10	CRICIUMA	SC	48610.005569/2013-32
001/GLP/MS0008557	ELG COMERCIO DE GÁS LTDA ME	04.736.680/0001-67	CAMPO GRANDE	MS	48610.007603/2006-84
001/GLP/SP0001563	ESTÂNCIA GÁS & ÁGUA ATIBAIA LTDA. - ME.	06.256.183/0001-97	ATIBAIA	SP	48610.006778/2004-11
GLP/RJ0187314	FERREIRAS REVENDA DE GÁS LTDA.	10.820.329/0001-52	SAO GONCALO	RJ	48610.008692/2010-62
001/GLP/RS0005776	GAS LEGAL LTDA	05.232.303/0001-53	CACHOEIRA DO SUL	RS	48610.009598/2005-63
GLP/MG0222715	LEMOS E ANDRADE COMERCIO DE GLP E AGUA MINERAL LTDA - ME	18.331.761/0001-91	GUARANESIA	MG	48610.009598/2013-73
GLP/AM0188534	LRF COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	10.872.726/0001-78	MANAUS	AM	48610.011535/2010-34
GLP/SE0219717	LUCIO DARIO SALES COSTA - ME	17.213.947/0001-83	LAGARTO	SE	48610.001751/2013-14
GLP/PA0211837	M. R. VITALINO & CIA LTDA ME	14.105.774/0001-91	PARAUAPEBAS	PA	48610.014797/2011-31
GLP/SP0218738	P R BENTO BALON ME	11.130.009/0002-14	TAUBATE	SP	48610.014194/2012-11
GLP/SP0209870	PAULO JACO SOARES 13813435890	13.240.852/0001-06	QUATA	SP	48610.007387/2011-34
GLP/RR0181055	ROSILENE DA SILVA BATISTA - ME	10.736.504/0002-09	PACARAIMA	RR	48610.013250/2009-02
GLP/SP0210418	WILLIAN DA SILVA VIEIRA GÁS	13.770.239/0001-92	ARARAQUARA	SP	48610.011981/2011-20

ALEXANDRE CARLOS CAMACHO RODRIGUES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 213/2017 - SEDE - DF

Fase de Requerimento de Pesquisa
Despacho publicado(156)
820.196/2012-HACKEL MALUF-Nos termos do DESPACHO N° 01067/2017/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, do Senhor Procurador-Chefe da PF/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão: - NÃO CONHEÇO do recurso interposto por PAMELLA MALUF TASSO, representante do espólio de HACKEL MALUF, por ser intempestivo e - RETIFICO a decisão de fl.41 de " indeferimento" para "arquivamento".
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
896.143/2000-RODRIGO JOSE NOGUEIRA BARBOZA
896.374/2000-JACUHY EMPREENDIMENTOS E LAZER LTDA
803.087/2003-J FERNANDO TAJRA REIS
803.089/2003-J FERNANDO TAJRA REIS
896.441/2004-TÂNIA REGINA BÜGE
896.097/2006-RIBETTI COMÉRCIO DE AREIA LTDA
815.857/2009-EVANDRO FLORIANO AMANDIO
832.515/2009-T.M.F. INDUSTRIA COMERCIO LTDA
861.359/2009-EDSON ANTONIO GOMES
Declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
896.013/2000-MINERAÇAO MACHADO LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
804.239/1968-EMPRESA DE MINERAÇÃO HORII LTDA.
804.290/1970-PIAUÍ NÍQUEL METAIS S.A
821.383/1999-BEBIDAS POTY LTDA
868.045/2009-JORCAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S.A.
Nega provimento ao recurso interposto(479)
817.180/1971-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO
Despacho publicado(508)
001.995/1963-MINERAÇAO CONEMP LTDA-Nos termos do DESPACHO Nº 06/2017-CFPM/DIFIS, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização Substituto, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, NEGO PROVIMENTO ao recurso interposto pela interessada(HERCULANO MINERAÇÃO LTDA), contra as imposições de multas publicadas em 27/01/2017, referente aos Autos de Infração nºs 2014/2014 ao 2043/2014.
804.290/1970-PIAUÍ NÍQUEL METAIS S.A-Acolhendo proposta da Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS, CONVALIDO a aprovação do relatório de reavaliação de reservas de Minério de Niquel, de fls. 2165, , datada de 18/05/2015, publicada no Diário Oficial da União de 15/06/2016.
810.434/2005-MINERADORA SANTA RITA LTDA-Nos termos do DESPACHO Nº 06/2017-CFPM/DIFIS, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização Substituto, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, NEGO PROVIMENTO ao recurso interposto pela interessada(MINERAÇÃO SANTA RITA LTDA), contra as imposições de multas , referentes aos AI nºs 591/2016 à 255/2016.
Fase de Requerimento de Lavra
Nega provimento ao recurso interposto(2075)
848.168/2002-MINERAÇÃO BELOCAL LTDA
815.216/2004-CRISTAL TECH CONSTRUTORA LTDA
890.209/2007-PEDREIRA DE SURUÍ EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA

RELAÇÃO Nº 214/2017 - SEDE - DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Da provimento ao recurso interposto(245)
820.187/2008-MINERAÇÃO PORTO NOVO LTDA
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
850.354/1995-MINERAÇÃO IRAJA S A.-CUMARU DO NORTE/PA - Guia n° 41/2017-40.000Toneladas/ano-MINÉRIO DE MANGANÊS- Validade:18/7/2018
866.379/2000-MINERAÇÃO APOENA S A-VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE/MT - Guia n° 42/2017-540.000Toneladas/ano-MINÉRIO DE OURO- Validade:02/03/2019
Indefere pedido de prorrogação do prazo para requerer concessão de lavra(561)
871.128/2009-NEWTON LEAL BEZERRA
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
805.032/1969-EMPRESA DE MINERAÇÃO HORII LTDA.
820.369/2001-ZAMPELLIN EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA. ME
Nega aprovação do relatório de reavaliação de reservas(429)
864.105/2009-RIALMA FERTLIZANTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A-CALCÁRIO e FOSFATO.
Nega provimento ao recurso interposto(479)
001.962/1960-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO
801.506/1969-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO
808.801/1973-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO
800.232/1981-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO
Despacho publicado(508)
808.186/1975-MINERAÇÃO DELTA DO RIO S. A.-Nos termos do PARECER N° 28/2017-DIFIS/CFAM/DCAL-SSVM, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, DOU PROVIMENTO ao recurso contra a imposição de multa publicada em 21/12/2016 e o não conhecimento do requerimento contra a imposição de multa publicada em 23/9/2016, referente aos Autos de Infração n° 176/2016 e 369/2016, respectivamente.
930.770/1981-VALE S A-Nos termos do Despacho-DIFIS nº 604/2017, do Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, MANTENHO os Autos de Infração de nº 51/2016 e 52/2016.

RELAÇÃO Nº 215/2017 - SEDE - DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
820.187/2008-MINERAÇÃO PORTO NOVO LTDA- Publicado DOU de 22/9/2014

RELAÇÃO Nº 216/2017 - SEDE - DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
864.018/2015-PAULO EUSTAQUIO NOGUEIRA PENIDO
864.019/2015-PAULO EUSTAQUIO NOGUEIRA PENIDO
864.020/2015-PAULO EUSTAQUIO NOGUEIRA PENIDO
864.021/2015-PAULO EUSTAQUIO NOGUEIRA PENIDO
864.022/2015-PAULO EUSTAQUIO NOGUEIRA PENIDO
Indefere pedido de prorrogação do prazo para requerer concessão de lavra(561)
871.129/2009-NEWTON LEAL BEZERRA
871.131/2009-NEWTON LEAL BEZERRA
871.637/2010-J.A.SILVA SANTANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES ME
Fase de Disponibilidade
Da provimento ao recurso interposto(1807)
833.285/2004- Recurso interposto por VALE S/A

VICTOR HUGO FRONER BICCA

RETIFICAÇÃO

Nos DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL/SEDE /DF, publicados no DOU de 22-8-2017, Seção 1, página 112, onde se lê: RELAÇÃO Nº 53/2017-PA, leia-se: RELAÇÃO Nº 141/2017-PA. (p/Coejo)

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 161/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
875.314/2008-PISART PISOS E REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA-OF. N°199/2017
871.107/2011-BUN TECH TECNOLOGIA EM INSUMOS LTDA.-OF. N°186/2017
873.941/2011-IBMG MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA EPP-OF. N°184/2017
870.833/2012-ADRIANO SANTOS DE SANTANA-OF. N°188/2017
871.272/2012-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA-OF. N°182/2017
871.273/2012-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA-OF. N°182/2017
872.808/2012-PEDREIRA TRIUNFO LTDA-OF. N°202/2017
870.869/2013-ADRIANO SANTOS DE SANTANA-OF. N°188/2017
871.385/2013-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA-OF. N°182/2017
871.927/2013-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA-OF. N°200/2017
872.018/2013-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA-OF. N°180/2017
872.785/2013-ADRIANO SANTOS DE SANTANA-OF. N°197/2017
872.786/2013-ADRIANO SANTOS DE SANTANA-OF. N°197/2017
872.787/2013-ADRIANO SANTOS DE SANTANA-OF. N°197/2017
872.873/2013-ADRIANO SANTOS DE SANTANA-OF. N°198/2017
870.049/2014-PATRÍCIO PATRIMONIAL AGRICULTURA E PECUARIA LTDA ME-OF. N°194/2017
870.270/2014-CRIS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA ME-OF. N°181/2017
870.323/2014-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°195/2017
870.686/2014-SP ENGENHARIA AMBIENTAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°185/2017
870.806/2014-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA-OF. N°204/2017
870.818/2014-J NILTON DOS SANTOS GAMA ME-OF. N°205/2017
870.210/2016-MINERACAO PEDRA BAHIA LTDA ME-OF. N°193/2017
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
870.096/1988-MAIORCA INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA-OF. N°187/2017
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
870.780/2003-UTINGA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.028 e 059/2017
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
870.536/2010-PEDREIRA TRIUNFO LTDA-OF. N°203/2017

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 76/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
806.093/2015-MINERADORA PALMEIRAL LTDA
806.106/2016-MINERAÇÃO CIPOEIRO LTDA ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
806.165/2014-EJOVEL CONTRUÇÃO, ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA- OF. N° 1.134/2017
806.166/2014-EJOVEL CONTRUÇÃO, ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA- OF. N° 1.134/2017
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
806.675/2011-DÊNIO DA ROCHA LIMA
806.303/2012-CARLOS ALBERTO ARAGAO ADLER
806.147/2013-MERCURIUS ENGENHARIA S A
806.150/2013-MERCURIUS ENGENHARIA S A
806.190/2013-CORTEZ ENGENHARIA LTDA
806.201/2013-CONSTRUTORA E CONTRUÇÕES FERNANDES AMORIM LTDA
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
806.268/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A. -Alvará N°780/2016
806.270/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A. -Alvará N°782/2016
806.272/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A. -Alvará N°784/2016
806.275/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A. -Alvará N°787/2016
806.277/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A. -Alvará N°802/2016
806.204/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A. -Alvará N°5.517/2016
806.206/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A. -Alvará N°5.518/2016
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
806.268/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A.-AI N°270/2017
806.270/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A.-AI N°272/2017
806.272/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A.-AI N°271/2017
806.275/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A.-AI N°268/2017
806.277/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A.-AI N°269/2017
806.113/2014-MINERAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA-AI N°275/2017
806.132/2014-LUIS CARLOS BARROS CUNHA-AI N°276/2017
806.201/2014-RAIMUNDO NONATO CARNEIRO SOBRINHO-AI N°277/2017
806.204/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-AI N°273/2017
806.206/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-AI N°274/2017
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
806.182/2009-GESSOSUL INDÚSTRIA DE GESSO LTDA. - AI N°204/2017
806.388/2011-FRANCISCO JOSÉ HONAISER - AI N°205/2017
806.253/2012-MINERADORA VALE DO GRAJAU LTDA - AI N°001/2015
806.342/2012-GESSOSUL INDÚSTRIA DE GESSO LTDA. - AI N°207/2017
806.071/2013-J.E.C FEITOSA JUNIOR ME - AI N°209/2017
Fase de Licenciamento
Instaura processo administrativo de cancelamento do Licenciamento/Prazo para defesa 30 dias.(658)
806.334/2012-CARLOS HENRIQUE TELES BRANCO- NOT Nº1.158/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
806.167/2009-TERESINHA MOURA DE QUEIROZ-OF. N°1.170/2017 que reitera os ofícios nº 651 a 654 e 703/2017
806.451/2011-CEMIL CERÂMICA MIRIM LTDA-OF. N°1.073/2017
806.304/2012-JOAQUIM RODRIGUES BARRETO-OF. N°1.169/2017 que reitera o ofício nº 783/2017
806.208/2013-MARIA APARECIDA CARNEIRO-OF. N°1.173/2017
806.126/2014-MODERNA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.167/2017 que reitera o ofício nº 788/2017
806.006/2015-JEFFERSON DOUGLAS CABRAL DE LIMA-OF. N°1.070, 1.071 e 1.156/2017
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)

806.334/2012-CARLOS HENRIQUE TELES BRANCO -AI N°211 a 213/2017
Auto de Infração Advertência lavrado/ prazo para defesa 30 dias(1179)
806.167/2009-TERESINHA MOURA DE QUEIROZ- AI N° Auto de Advertência nº 38/2017
806.451/2011-CEMIL CERÂMICA MIRIM LTDA- AI N° Auto de Advertência nº 30 e 31/2017
806.304/2012-JOAQUIM RODRIGUES BARRETO- AI N° Auto de Advertência nº 37/2017
806.208/2013-MARIA APARECIDA CARNEIRO- AI N° Auto de Advertência nº 39/2017
806.126/2014-MODERNA MINERAÇÃO LTDA- AI N° Auto de Advertência nº 36/2017
806.006/2015-JEFFERSON DOUGLAS CABRAL DE LIMA- AI N° Auto de Advertência nº 32 a 35/2017
Instaura processo administrativo de cassação do Licenciamento/Prazo para defesa 30 dias.(1287)
806.101/2013-GUTERRES CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA- NOT Nº1.152/2017
Determina a cassação do Licenciamento(1289)
806.104/2011-CERAMICA DO PORTO LTDA- Licenciamento N°11- Publicado no DOU de 19/03/2012
806.024/2013-CPT PRODUTOS CERAMICOS LTDA- Licenciamento N°28- Publicado no DOU de 27/11/2014
806.069/2013-EDSON LAGO DE SOUSA- Licenciamento N°002- Publicado no DOU de 17/02/2014
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1694)
806.334/2012-CARLOS HENRIQUE TELES BRANCO- AI N°279/2017
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
806.451/2011-CEMIL CERÂMICA MIRIM LTDA-OF. N°1.154/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
806.076/2016-MINERADORA SÃO FRANCISCO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
806.041/2017-VITORIA EXTRAÇÃO & TRANSPORTE LTDA-OF. N°1.165/2017
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
806.063/2016-JOÃO BATISTA OLIVEIRA-OF. N°1.164/2017
806.112/2016-JOSE EVILASIO MARCHÃO DE CARVALHO-OF. N°1.163/2017
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
806.010/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA
806.023/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA
806.024/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA
806.034/2017-J D CABRAL DE LIMA ME

RELAÇÃO Nº 81/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Andre Luiz Santana de Mattos - 806618/11 - Not.242/2017 - R$ 671,42, 806619/11 - Not.243/2017 - R$ 671,42, 806620/11 - Not.244/2017 - R$ 671,42, 806622/11 - Not.245/2017 - R$ 671,42
Cbemi Construtora Brasileira e Mineradora Ltda - 806262/11 - Not.220/2017 - R$ 325,10
Cerâmica Bloco Forte Ltda - 806316/11 - Not.221/2017 - R$ 378,21
Ceramica Rio Negro Ltda - 806145/14 - Not.260/2017 - R$ 671,42
Delbrisa Engenharia Ltda - 806078/14 - Not.255/2017 - R$ 335,71
Ejovel Contrução, Engenharia e Serviços Ltda - 806025/14 - Not.253/2017 - R$ 335,71, 806027/14 - Not.254/2017 - R$ 335,71, 806424/11 - Not.238/2017 - R$ 671,42, 806245/11 - Not.217/2017 - R$ 332,50, 806246/11 - Not.218/2017 - R$ 332,50, 806661/10 - Not.195/2017 - R$ 332,50
Evaldo Lima da Silva - 806125/14 - Not.258/2017 - R$ 671,42
Formex-fornecedora de Materiais de Construção e Representação Ltda - 806258/12 - Not.246/2017 - R$ 671,42, 806247/11 - Not.219/2017 - R$ 665,00
Gesso Integral Ltda - 806183/13 - Not.250/2017 - R$ 3.485,46
Gustavo de q. Costa - 806392/12 - Not.247/2017 - R$ 73,84
Ivonise da Silva Costa - 806124/14 - Not.257/2017 - R$ 335,71
Jefferson Moura Matos Leite - 806131/10 - Not.194/2017 - R$ 665,00
Loguiminas Serviços e Mineração Ltda - 806199/13 - Not.251/2017 - R$ 332,23
Luis Carlos Barros Cunha - 806132/14 - Not.259/2017 - R$ 378,21
M.c.pavelich Extração e Britamento de Pedras - 806160/13 - Not.249/2017 - R$ 332,23
Manancial Mineração e Empreendimentos Agrícolas LTDA. - 806218/13 - Not.252/2017 - R$ 381,08
Márcio Augusto Vascocelos Continho - 806026/13 - Not.248/2017 - R$ 671,42
Maxdom f. da Silva - 806084/10 - Not.191/2017 - R$ 665,00
Mineração Chorado LTDA. - 806050/95 - Not.178/2017 - R$ 5.714,68, 806050/95 - Not.179/2017 - R$ 5.714,68, 806050/95 - Not.180/2017 - R$ 5.714,68, 806050/95 - Not.181/2017 - R$ 5.714,68, 806050/95 - Not.182/2017 - R$ 5.714,68, 806050/95 - Not.183/2017 - R$ 5.714,68, 806050/95 - Not.184/2017 - R$ 5.714,68, 806050/95 - Not.185/2017 - R$ 5.714,68, 806050/95 - Not.186/2017 - R$ 5.714,68, 806050/95 - Not.187/2017 - R$ 5.714,68, 806050/95 - Not.188/2017 - R$ 5.714,68, 806050/95 - Not.189/2017 - R$ 5.714,68, 806050/95 - Not.190/2017 - R$ 5.714,68
Mineração Vale do Araguaia LTDA. - 806118/10 - Not.192/2017 - R$ 3.517,51, 806120/10 - Not.193/2017 - R$ 3.517,51
Monumental Incorporadora e Administração Imobiliária Ltda - 806417/11 - Not.237/2017 - R$ 671,42
Osvaldino Antonio Martins de Pinho - 806137/11 - Not.212/2017 - R$ 332,23
p g m Mineração e Participacoes Ltda - 806100/11 - Not.203/2017 - R$ 665,00
Paulo Roberto Alves Dos Anjos - 806597/11 - Not.239/2017 - R$ 671,42, 806598/11 - Not.240/2017 - R$ 671,42, 806599/11 - Not.241/2017 - R$ 671,42
Raimundo Nonato Carneiro Sobrinho - 806201/14 - Not.264/2017 - R$ 378,21
Subsolo Pocos Artesianos Ltda me - 806329/11 - Not.222/2017 - R$ 665,00, 806330/11 - Not.223/2017 - R$ 665,00, 806331/11 - Not.224/2017 - R$ 665,00, 806332/11 - Not.225/2017 - R$ 665,00, 806333/11 - Not.226/2017 - R$ 665,00, 806334/11 - Not.227/2017 - R$ 671,42, 806335/11 - Not.228/2017 - R$ 671,42, 806336/11 - Not.229/2017 - R$ 671,42, 806337/11 - Not.230/2017 - R$ 671,42, 806338/11 - Not.231/2017 - R$ 671,42, 806339/11 - Not.232/2017 - R$ 671,42, 806340/11 - Not.233/2017 - R$ 671,42, 806341/11 - Not.234/2017 - R$ 671,42, 806342/11 - Not.235/2017 - R$ 671,42, 806343/11 - Not.236/2017 - R$ 671,42
Tetramec Calcinação e Comercialização de Gipsita Ltda - 806176/14 - Not.262/2017 - R$ 2.445,43, 806177/14 - Not.263/2017 - R$ 3.487,85
Timing Informatica Pesquisa e Mineracao Ltda - 806212/11 - Not.215/2017 - R$ 665,00, 806213/11 - Not.216/2017 - R$ 665,00
União Pesquisas Minerais Ltda - 806160/11 - Not.213/2017 - R$ 665,00, 806162/11 - Not.214/2017 - R$ 665,00, 806115/11 - Not.204/2017 - R$ 665,00, 806120/11 - Not.205/2017 - R$ 665,00, 806121/11 - Not.206/2017 - R$ 665,00, 806122/11 - Not.207/2017 - R$ 665,00, 806126/11 - Not.208/2017 - R$ 665,00, 806127/11 - Not.209/2017 - R$ 665,00, 806130/11 - Not.210/2017 - R$ 665,00, 806131/11 - Not.211/2017 - R$ 665,00, 806015/11 - Not.197/2017 - R$ 665,00, 806016/11 - Not.198/2017 - R$ 665,00, 806017/11 - Not.199/2017 - R$ 665,00, 806018/11 - Not.200/2017 - R$ 665,00, 806027/11 - Not.201/2017 - R$ 665,00, 806054/11 - Not.202/2017 - R$ 665,00
Waldson Alves Pereira Junior - 806763/10 - Not.196/2017 - R$ 665,00
Wellgton Lima Bacelar - 806163/14 - Not.261/2017 - R$ 671,42

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 85/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Alexandre Lacerda de Barros - 868198/14 - A.I. 476/17
Francisco de Assis Moura - 868214/14 - A.I. 477/17, 868215/14 - A.I. 478/17, 868142/11 - A.I. 475/17
Jose Alberto da Silva - 868265/15 - A.I. 479/17
Mineração Rio Luz e Comércio Ltda - 868275/15 - A.I. 480/17
Pedro Luiz Venier - 868269/16 - A.I. 481/17
Two Stars Mineração Ltda - 868015/17 - A.I. 482/17

RELAÇÃO Nº 86/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Fernando Reis Giordano - 868027/01 - Not.125/2017 - R$ 1.274,03

ALEXANDRE MONTEIRO REZENDE

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 87/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
846.184/2015-ALBUQUERQUE E GUNDIM LTDA-OF. N°572/2017
846.187/2015-SERRA NORTE GRANITOS LTDA-OF. N°570/2017
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
846.040/2008-DBM-DECANTAMENTO BENEFICIAMENTO E COMÉRCIO DE MINERAIS LTDA - AI N°345/2016
846.162/2009-MITRA MINERAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. - AI N°018/2017
846.212/2012-MARCUS ANTONIO DANTAS CARREIRO - AI N°281/2016
846.242/2012-MARCUS ANTONIO DANTAS CARREIRO - AI N°299/2016
846.348/2012-COOPERJUNCO COOP. DOS MIN. DOS MUN. DAS REG. SERID. CARIR. CURIM. DA PB LTDA - AI N°276/2016
846.350/2012-FRANCISCO ALENCAR DE MEDEIROS NETO - AI N°278/2016
846.503/2012-ANTONIO DAMIÃO BEZERRA - AI N°295/2016
846.025/2013-MINERGEO . MINERAÇÃO , PESQUISAS GEOLÓGICAS E ENGENHARIA - AI N°296/2016
846.135/2013-AMAURI PEREIRA DA SILVA - AI N°282/2016
846.163/2013-MINERAÇÃO FLORENTINO LTDA - AI N°274/2016
846.164/2013-FLAVIO ANASTACIO LIMA BARRETO - AI N°216/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
846.558/2008-MINERAÇÃO JOÃO PESSOA LTDA-OF. N°573/2017

RELAÇÃO Nº 88/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Antonio Ali Ganem me - 846289/15 - A.I. 192/17
Cristina Chaves Pessoa - 846245/16 - A.I. 177/17
Daniel Vieira da Costa - 846145/16 - A.I. 180/17
David Geraldo Ventura - 846163/15 - A.I. 187/17, 846164/15 - A.I. 186/17
dm Mineradora de Pedras Ltda me - 846114/15 - A.I. 188/17
Drescon Mineração Ltda - 846329/14 - A.I. 175/17
Francisco Suelissandro Sarmento - 846146/14 - A.I. 174/17, 846147/14 - A.I. 176/17
g c do Amaral Sertania - 846230/16 - A.I. 190/17
gp Aldock Mineração e Construção Ltda - 846002/17 - A.I. 195/17
Hamilton Rodrigues Filho - 846035/14 - A.I. 191/17
José Reinaldo Pontes Fagundes Júnior - 846226/14 - A.I. 173/17
Marcelino Batista Campos - 846054/15 - A.I. 189/17
Marcio Dias Bergami - 846205/15 - A.I. 185/17
Mário Cabral Junior - 846098/15 - A.I. 194/17
Mineração João Câmara Ltda Epp - 846117/16 - A.I. 181/17
Minerios São Miguel Extração e Comércio de Minérios Eireli me - 846261/15 - A.I. 184/17, 846002/16 - A.I. 183/17
Nilson Pereira da Costa - 846045/16 - A.I. 182/17
r & s Brasil Mineração Ltda Epp - 846229/14 - A.I. 193/17
Rodrigo Oliveira Sabino - 846256/16 - A.I. 179/17, 846268/16 - A.I. 196/17
Verdes Vales de Caicó Mineração Ltda - 846212/16 - A.I. 178/17

RELAÇÃO Nº 89/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Temilda de Fátima Gambarra Nóbrega - 846027/16 - Not.37/2017 - R$ 3.306,06
Wellington Jesus da Silva - 846177/15 - Not.35/2017 - R$ 990,57

RELAÇÃO Nº 90/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Cerâmica Santa Cândida Ltda - 846287/15 - Not.34/2017 - R$ 3.756,84
Mitra Mineração e Locação de Equipamentos LTDA. - 846237/10 - Not.33/2017 - R$ 122,01
Samasa Santa Maria Enegertica e Agropecuaria Ltda - 846035/09 - Not.39/2017 - R$ 6.413,15
Temilda de Fátima Gambarra Nóbrega - 846027/16 - Not.38/2017 - R$ 3.781,82
Wellington Jesus da Silva - 846177/15 - Not.36/2017 - R$ 3.781,82

EDUARDO SÉRGIO COLAÇO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 38/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Antonio Ribeiro Dias Filho - 803099/15 - A.I. 49/17
Diogo Patrick Ornelas Chaves - 803281/16 - A.I. 60/17
Granminas Polimentos Ltda me - 803204/15 - A.I. 54/17
Leandro Felipe Santos - 803129/15 - A.I. 51/17, 803130/15 - A.I. 52/17
Luiz Alceu Maranho - 803398/11 - A.I. 44/17, 803278/14 - A.I. 47/17, 803279/14 - A.I. 48/17
Mauricio de Amorim Aquino - 803007/17 - A.I. 61/17, 803275/16 - A.I. 58/17
Mineradora Campevi Ltda Epp - 803224/16 - A.I. 57/17
Npc Mineradora - 803249/14 - A.I. 45/17, 803250/14 - A.I. 46/17
Paulo Ronie Pires Dos Santos - 803104/16 - A.I. 43/17
Plinio de Almeida Boson - 803233/15 - A.I. 56/17
Poligomapper Topografia e Assessoria em Meio Ambiente Ltda me - 803144/15 - A.I. 53/17
Promining Participacoes Ltda - 803119/15 - A.I. 50/17, 803213/15 - A.I. 55/17
Usi Beton Locação de Equipamentos e PREST. Serviços Ltda me - 803280/16 - A.I. 59/17

ELISEU EMÍDIO NEVES CAVALCANTI
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 73/2017

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
810.054/1999-ARO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°540/2017
Fase de Licenciamento
Determina o cancelamento do Licenciamento(704)
810.524/2003-ALEXSANDRE JOSE OLIVEIRA POLETO- Licenciamento N°2740/2004- Publicado no DOU de 08/08/2004
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.079/2010-CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA-OF. N°543/2017
811.076/2015-TERRAPLENAGEM VOESE LTDA-OF. N°2181/2017
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
810.490/1993-COMERCIAL DE AREIA SILVA LTDA- Licenciamento N°:957/2006 - Vencimento em 08/08/2022
811.668/1996-ARO MINERAÇÃO LTDA- Licenciamento N°:13/1997 - Vencimento em 08/01/2022
810.525/1999-ARO MINERAÇÃO LTDA- Licenciamento N°:2200/2002 - Vencimento em 09/08/2022
810.526/1999-ARO MINERAÇÃO LTDA- Licenciamento N°:2201/2002 - Vencimento em 09/08/2022
810.527/1999-ARO MINERAÇÃO LTDA- Licenciamento N°:2202/2002 - Vencimento em 09/08/2022
810.046/2000-ARO MINERAÇÃO LTDA- Licenciamento N°:08/2006 - Vencimento em 27/07/2021
810.772/2007-OLARIA G L SANTOS LTDA- Licenciamento N°:72/2008 - Vencimento em 11/08/2022
810.071/2009-MARCIO DA SILVEIRA BARCELOS EIRELI- Licenciamento N°:39/2009 - Vencimento em 15/08/2022
810.479/2009-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE PEDRAS A M M FARIAS LTDA- Licenciamento N°:65/2012 - Vencimento em 11/08/2022
810.524/2009-OMEGA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA- Licenciamento N°:164/2009 - Vencimento em 15/08/2022
810.763/2010-PAULO A. VASCONCELOS DIAS- Licenciamento N°:115/2010 - Vencimento em 04/08/2022
811.192/2010-BRITANATO COMÉRCIO DE BRITAS E SERVIÇOS LTDA.- Licenciamento N°:48/2015 - Vencimento em 09/08/2022
810.456/2012-CALHERRÃO E FILHOS LTDA- Licenciamento N°:161/2012 - Vencimento em 02/12/2020
811.684/2012-SILVA & LINHARES LTDA- Licenciamento N°:75/2013 - Vencimento em 03/08/2022
810.434/2013-CERÂMICA WOLKE LTDA ME- Licenciamento N°:148/2013 - Vencimento em 08/08/2022
810.584/2013-SILZIEBER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA- Licenciamento N°:130/2013 - Vencimento em 08/08/2022
810.954/2013-COMÉRCIO DE AREIAS OSÓRIO LTDA.- Licenciamento N°:164/2013 - Vencimento em 08/08/2022
811.013/2013-INÁCIO EUGENIO DE MELLO ME- Licenciamento N°:195/2015 - Vencimento em 08/08/2022
810.524/2014-ADAIL DE OLIVEIRA PORTAL- Licenciamento N°:87/2014 - Vencimento em 14/08/2022
810.603/2014-PAULO SERGIO GARCIA BERNAR ME- Licenciamento N°:129/2014 - Vencimento em 11/08/2022
811.044/2014-TERESINHA REGINA SILVA RUAS ME- Licenciamento N°:189/2014 - Vencimento em 15/08/2022
811.207/2014-AREEIRA VITÓRIA LTDA.- Licenciamento N°:046/2017 - Vencimento em 09/08/2022
811.208/2014-AREEIRA VITÓRIA LTDA.- Licenciamento N°:047/2017 - Vencimento em 09/08/2022
811.273/2014-CERÂMICA KASPARY LTDA- Licenciamento N°:17/2015 - Vencimento em 09/08/2022
Indefere pedido de prorrogação do Licenciamento(744)
811.527/2012-COMERCIAL DE AREIA CAMILLO LTDA.
Autorizo o aditamento de substância mineral(770)
811.051/2010-CONSTRUTORA SULTEPA S.A.-Saibro-Licenciamento N°142/2011, DOU de 19/08/2011
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)
810.524/2003-ALEXSANDRE JOSE OLIVEIRA POLETO -AI N°592/2015
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
810.540/2015-ELIDIO GUADAGNIN & CIA LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)
810.951/2010-AREEIRA VITÓRIA LTDA.-Licenciamento N°2013/2017 de 16/08/2017-Vencimento em 11/08/2022
811.546/2015-GISELE FERRAZ EBERSOL ME-Licenciamento N°197/2017 de 10/08/2017-Vencimento em 08/08/2022
810.178/2016-NERI DOS SANTOS MODESTO-Licenciamento N°200/2017 de 10/08/2017-Vencimento em 09/08/2022
810.179/2016-ALESSON GUTH MODESTO ME-Licenciamento N°201/2017 de 10/08/2017-Vencimento em 09/08/2022
810.180/2016-AURI LUIS MROGINSKI ME-Licenciamento N°202/2017 de 10/08/2017-Vencimento em 09/08/2022
810.181/2016-EDISON GUSE ME-Licenciamento N°203/2017 de 10/08/2017-Vencimento em 09/08/2022
810.182/2016-LEOMAR NIENDICHER ME-Licenciamento N°204/2017 de 15/08/2017-Vencimento em 09/08/2022
810.220/2016-SALTIEL COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA-Licenciamento N°187/2017 de 10/08/2017-Vencimento em 04/08/2022
810.286/2016-MONGE CONSTRUÇÕES EIRELI ME-Licenciamento N°212/2017 de 16/08/2017-Vencimento em 11/08/2022
811.147/2016-GIBRON BRASIL IMÓVEIS E EMPREENDIMENTOS LTDA-Licenciamento N°214/2017 de 16/08/2017-Vencimento em 15/08/2022
810.089/2017-CERÂMICA IRMÃOS SCALCO LTDA ME-Licenciamento N°207/2017 de 10/08/2017-Vencimento em 09/08/2022
810.108/2017-PEDREIRA DA ANTENA LTDA ME-Licenciamento N°192/2017 de 15/08/2017-Vencimento em 07/08/2022
810.193/2017-ANDRESSA BICK ME-Licenciamento N°196/2017 de 09/08/2017-Vencimento em 08/08/2022
810.353/2017-ONEIDE SILVEIRA GUERRA-FI-Licenciamento N°209/2017 de 15/08/2017-Vencimento em 10/08/2022
810.354/2017-COMERCIAL DE AREIA SILVA LTDA-Licenciamento N°211/2017 de 15/08/2017-Vencimento em 10/08/2022
810.378/2017-OLARIA ZANOTTO LTDA.-Licenciamento N°199/2017 de 10/08/2017-Vencimento em 08/08/2022
810.446/2017-PAULO RENATO LORENÇON DA COSTA JUNIOR-Licenciamento N°210/2017 de 15/08/2017-Vencimento em 10/08/2022
810.490/2017-JAZIDA ECKERT LTDA-Licenciamento N°205/2017 de 10/08/2017-Vencimento em 09/08/2022
810.539/2017-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA-Licenciamento N°208/2017 de 10/08/2017-Vencimento em 09/08/2022
810.552/2017-TPT MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA-Licenciamento N°206/2017 de 10/08/2017-Vencimento em 09/08/2022
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
811.380/2015-CENI QUADROS RODRIGUES
Nega provimento ao pedido de reconsideração(1160)
810.245/2017-AGOSTINHO GOZZI
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
810.767/2013-VIVIANE TEIXEIRA FATTURI
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
810.273/2017-BOAVENTURA RICARDO BORGES QUINEPER
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação(923)
810.592/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL- Registro de Extração N°134/2017 de 16/08/2017
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
810.147/2017-MUNICIPIO DE IBIRUBÁ- Registro de Extração N°128/2017 de 09/08/2017
810.185/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES COROAS-Registro de Extração N°129/2017 de 10/08/2017
Fase de Registro de Extração
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 03 anos(941)
810.633/2013-PREFEITURA MUNICIPAL DE PICADA CAFÉ-Registro de Extração N°68/2014 de 13/08/2014

SIDNEI ECKERT

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 103/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Andreia Aparecida Mendes - 890531/13 - Not.311/2017 - R$ 63,72
Areal Manoel de Moraes Ltda me - 890864/13 - Not.305/2017 - R$ 101,03
Areal Santa fé Ltda me - 811122/75 - Not.297/2017 - R$ 3.299,13
Ceramica r. v. Barcelos Ltda - 890594/13 - Not.309/2017 - R$ 47,87
Clayton Santos Souza - 890190/15 - Not.296/2017 - R$ 3.379,91
Elias Camilo Jorge - 890853/13 - Not.299/2017 - R$ 213,07
Engelider Construtora e Mineradora Ltda - 890443/13 - Not.301/2017 - R$ 172,25
Extração de Pedras Penha de Itaperuna Ltda me - 890295/15 - Not.292/2017 - R$ 3.512,24
Fabio Luis Medeiros de Campos Ribeiro - 890151/15 - Not.294/2017 - R$ 6.759,84
Falcão 18 Extração e Comércio de Areia Ltda me - 890717/13 - Not.310/2017 - R$ 12,29
gr Caxias Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda - 890586/13 - Not.307/2017 - R$ 56,23
Jorge Serfiotis - 890494/13 - Not.300/2017 - R$ 168,87
Marpav Construções e Empreendimentos Ltda - 890874/13 - Not.308/2017 - R$ 84,83
Mello m c l Mineradora LTDA. - 890834/13 - Not.303/2017 - R$ 117,64
Pedreira Itaporana Ltda - me - 890197/13 - Not.302/2017 - R$ 3.255,69
Pedreira Ouro Branco Ltda Epp - 890691/13 - Not.298/2017 - R$ 44,84
s Roberto de Oliveira Extração de Minerais me - 890878/13 - Not.306/2017 - R$ 164,85
Valle Sul Construtora e Mineradora Ltda - 890638/13 - Not.304/2017 - R$ 960,35

LUÍS FLÁVIO NAGEM MORALES

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 62/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Retificação de despacho(1387)
886.085/2014-MERIDIAN MINERAÇÃO JABURI S.A. - Publicado DOU de 08/08/2017, Relação n° 60, Seção 1, pág. 59- onde se lê : " Cessionário: MERIDIAN FERREIRA LEITE. CPF ou CNPJ: 07.324.592/0001-46 - leia -se: " TERRA ASSESORIA ltda -ME " CNPJ: 22.171.500/0001-29

ANDREIA MORESCHI DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 73/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
878.076/2014-ELIZABETH MINERAÇÃO LTDA-OF. N°377/2017
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
878.092/2013-SERVIÇOS DESMONTE DEMOLIÇÕES LTDA-AI N°72/2017
878.013/2014-DANIELA MONTEIRO SANTOS-AI N°86/2017
878.018/2014-CERÂMICA ROGI LTDA-AI N°71/2017
878.035/2014-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-AI N°74/2017
878.037/2014-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-AI N°73/2017
878.038/2014-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-AI N°76/2017
878.039/2014-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-AI N°77/2017
878.040/2014-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-AI N°78/2017
878.041/2014-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-AI N°79/2017
878.042/2014-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-AI N°80/2017
878.043/2014-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-AI N°81/2017
878.044/2014-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-AI N°82/2017
878.045/2014-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-AI N°83/2017
878.104/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°70/2017
878.139/2014-BY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-AI N°69/2017
878.018/2015-MARIA NILZA DOS SANTOS - ME-AI N°68/2017
878.030/2015-GEOBRAS SERVIÇOS GEOLÓGICOS LTDA ME-AI N°66/2017
878.037/2015-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-AI N°75/2017
878.058/2015-BY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-AI N°84/2017
878.059/2015-BY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-AI N°85/2017
878.012/2016-ROSE MARY SANTOS DE JESUS-AI N°67/2017
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
878.109/2011-CERAMICA MARIA LUIZA LTDA - AI N°125/2014
Fase de Concessão de Lavra
Aceita defesa apresentada(475)
878.031/2006-TECNOGRÉS REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA
Nega provimento a defesa apresentada(476)
878.031/2006-TECNOGRÉS REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)
878.103/2016-ERIBALDO RAMOS SANTOS ME-Licenciamento N°146 de 2017-Vencimento em 02/05/2020
878.056/2017-CAMPO SOLOS MINERAÇÃO E TRANSPORTES EIRELI ME-Licenciamento N°147 de 2017-Vencimento em 03/04/2018
Despacho publicado(1153)
878.058/2017-GIVALDO BARRETO DO PRADO ME-Determina cumprimento de exigência - prazo de 60 (sessenta) dias - Ofício nº 391/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
878.115/2016-GESSO DOURADO INDÚSTRIA E SERVIÇO LTDA ME-OF. N°396/2017
878.033/2017-CERÂMICA DOIS IRMÃOS LTDA-OF. N°368/2017

RELAÇÃO Nº 78/2017

Fase de Concessão de Lavra
Retificação de despacho(1389)
878.008/1997-MINERAÇÃO PORTOBELLO LTDA - Publicado DOU de 18/07/2017, Relação n° 60, Seção 1, pág. 65- Onde se lê AI nº 03/11/2016, leia-se AI nºs 125/2016 e 126/2016, publicado em 03/11/2016. Onde se lê AI nº 21/12/2016, leia-se AI nºs 125/2016 e 126/2016, publicado em 21/12/2016.

GEORGE EUSTAQUIO SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Desenvolvimento Social

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 3 DE AGOSTO DE 2017

Altera o art. 1º da Resolução nº 6, de 6 de junho de 2017, que pactua a continuidade do cofinanciamento federal até dezembro de 2017 para a realização das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI aos estados, Distrito Federal e municípios.

A COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE - CIT, de acordo com as competências estabelecidas em seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 4, de 8 de agosto de 2006, da CIT, e na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, disposta na Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 6, de 6 de junho de 2017, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 1º Pactuar a continuidade do cofinanciamento federal até dezembro de 2017 para a realização das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, aprovadas pela Resolução nº 8, de 18 de abril de 2013, alterada pela Resolução nº 10, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, para os estados, Distrito Federal e municípios que apresentarem até 31 de agosto de 2017 ao Ministério do Desenvolvimento Social planejamento das ações e plano de aplicação de recursos.

§1º O planejamento das ações e de seu respectivo desembolso se dará na forma estabelecida pelo MDS e deverá ser aprovado pelo respectivo conselho de assistência social até 31 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO
Secretária Nacional de Assistência Social

JOSBERTINI VIRGINIO CLEMENTINO
Presidente do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social

VANDA ANSELMO BRAGA DOS SANTOS
Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.098, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/07/2017 e 16/08/2017.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 21, de 24 de janeiro de 2017, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/07/2017 e 16/08/2017.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CANDIDO DA SILVA MURICY
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.011759/2016-73
Proponente: Federação de Skate do Paraná
Título: Circuito Paranaense de Skate
Registro: 01PR097602012
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 01.600.737/0001-08
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 547.328,93
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2920 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 32125-7
Período de Captação até: 31/12/2018

ANEXO II

1 - Processo: 58701.002530/2014-89
Proponente: ACMF - Associação Campo Mourão Futsal
Título: Futsal Formando Campeões
Valor autorizado para captação: R$ 316.155,90
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0406 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 65182-6
Período de Captação até: 31/12/2018

2 - Processo: 58701.002978/2014-01
Proponente: Associação dos Servidores da Prefeitura do Município de Araucária
Título: NIVEA - Núcleos de Iniciação ao Voleibol Escolar de Araucária
Valor autorizado para captação: R$ 242.166,70
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1467 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 56597-0
Período de Captação até: 15/09/2018

RETIFICAÇÕES

Processo Nº 58701.004299/2015-49

No Diário Oficial da União nº 119, de 23 de junho de 2017, na Seção 1, página 74 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1070/2017, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6830 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8483-2, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2896 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 42692-X.

Processo Nº 58000.010969/2016-44

No Diário Oficial da União nº 132, de 12 de julho de 2017, na Seção 1, página 93 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1079/2017, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5208 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 12535-0, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0321 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 112535-4.

SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL

PORTARIA Nº 10, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

A Secretária Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - Substituta, do Ministério do Esporte, no uso de suas atribuições legais delegada pela Portaria nº 215, publicada no Diário Oficial da União, em 30 de junho de 2016, fundamentada na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; no art. 116 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993; na Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998; no Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013; do Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013; no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, na Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e na Portaria nº 28, de 16 de fevereiro de 2017; em atenção ao Edital de Chamamento Público SNELIS 1/2017, publicado no DOU de 12 maio de 2017, Seção 03, a Retificação do Edital, publicada no DOU de 13 de junho de 2017, e na Portaria nº 01, publicada na Seção 1, no DOU de 14 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Edital de Chamada Pública nº 01/2017, correspondente ao PROGRAMA SEGUNDO TEMPO PARADESPORTO (Programa 51000.2017.0021 e 51000.2017.0023), após análise dos recursos interpostos.

Art. 2º As propostas foram classificadas por Unidade da Federação, respeitados a ordem decrescente da pontuação final e o fator de desempate - a maior pontuação frente aos critérios estabelecidos no item 4.4 da Chamada Pública.

Art. 3º Propostas que obtiveram pontuação final inferior a 40% (quarenta por cento) do total possível de 350 (trezentos e cinquenta) pontos foram desclassificadas do certame.

Art. 4º A formalização da parceria, também, ficará condicionada a disponibilidade orçamentária desta SNELIS, podendo haver supressão na quantidade de núcleos pleiteados, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável, e com fundamento na gestão pública democrática.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMAZONAS:

Classificação	Proposta	Nome do Proponente	UF	Programa	NOTA
1º	058993/2017	SEC. DE ESTADO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA	AM	PST Paradesporto	230
2º	32/2017	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM	AM	PST Paradesporto	190

AMAPÁ:

Classificação	Proposta	Nome do Proponente	UF	Programa	NOTA
1º	058565/2017	P. M. MACAPA	AP	PST Paradesporto	200

CEARÁ:

Classificação	Proposta	Nome do Proponente	UF	Programa	NOTA
1º	063235/2017	P. M. CAUCAIA	CE	PST Paradesporto	200
2º	063977/2017	P. M. LIMOEIRO DO NORTE	CE	PST Paradesporto	180
3º	062930/2017	P. M. PACATUBA	CE	PST Paradesporto	170

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GOIÁS:

Classificação	Proposta	Nome do Proponente	UF	Programa	NOTA
1º	065044/2017	P. M. APARECIDA DE GOIANIA	GO	PST Paradesporto	190
2º	064532/2017	P. M. LUZIANIA	GO	PST Paradesporto	180

MINAS GERAIS:

Classificação	Proposta	Nome do Proponente	UF	Programa	NOTA
1º	065048/2017	P. M. RESPLENDOR	MG	PST Paradesporto	180
2º	062507/2017	P. M. BETIM	MG	PST Paradesporto	140
3º	064439/2017	P. M. MONTES CLAROS	MG	PST Paradesporto	140

PARÁ:

Classificação	Proposta	Nome do Proponente	UF	Programa	NOTA
1º	065393/2017	P. M. PARAUAPEBAS	PA	PST Paradesporto	170

PERNAMBUCO:

Classificação	Proposta	Nome do Proponente	UF	Programa	NOTA
1º	35/2017	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE	PE	PST Paradesporto	240
2º	061760/2017	P. M. PETROLINA	PE	PST Paradesporto	190
3º	062938/2017	P. M. RECIFE	PE	PST Paradesporto	180
4º	061414/2017	P. M. CARUARU	PE	PST Paradesporto	160

PARANÁ:

Classificação	Proposta	Nome do Proponente	UF	Programa	NOTA
1º	064926/2017	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANA	PR	PST Paradesporto	210
2º	064299/2017	P. M. MANDAGUARI	PR	PST Paradesporto	150
3º	063419/2017	P. M. NOVA SANTA ROSA	PR	PST Paradesporto	150

RIO DE JANEIRO:

Classificação	Proposta	Nome do Proponente	UF	Programa	NOTA
1º	064477/2017	P. M. CAMPOS DOS GOYTACAZES	RJ	PST Paradesporto	190
2º	063911/2017	P. M. SAO JOAO DE MERITI	RJ	PST Paradesporto	180
3º	065421/2017	SEC. DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	RJ	PST Paradesporto	170
4º	064056/2017	P. M. BELFORD ROXO	RJ	PST Paradesporto	160

RIO GRANDE DO NORTE:

Classificação	Proposta	Nome do Proponente	UF	Programa	NOTA
1º	31/2017	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN	RN	PST Paradesporto	260
2º	34/2017	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN	RN	PST Paradesporto	220
3º	061978/2017	P. M. BOA SAUDE	RN	PST Paradesporto	200
4º	062851/2017	P. M. PASSA E FICA	RN	PST Paradesporto	180
5º	064344/2017	P. M. GOIANINHA	RN	PST Paradesporto	180

RIO GRANDE DO SUL:

Classificação	Proposta	Nome do Proponente	UF	Programa	NOTA
1º	063947/2017	P. M. ROCA SALES	RS	PST Paradesporto	210
2º	064080/2017	P. M. BAGE	RS	PST Paradesporto	200
3º	33/2017	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL	RS	PST Paradesporto	200
4º	064605/2017	P. M. BOM PROGRESSO	RS	PST Paradesporto	160
5º	36/2017	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA Campus Uruguaiana	RS	PST Paradesporto	160
6º	064175/2017	P. M. CANELA	RS	PST Paradesporto	150

SANTA CATARINA:

Classificação	Proposta	Nome do Proponente	UF	Programa	NOTA
1º	063471/2017	P. M. ITAPOA	SC	PST Paradesporto	160
2º	063558/2017	P. M. JOINVILLE	SC	PST Paradesporto	150
3º	064219/2017	P. M. RIO DO SUL	SC	PST Paradesporto	140

SÃO PAULO:

Classificação	Proposta	Nome do Proponente	UF	Programa	NOTA
1º	055933/2017	P. M. SAO BERNARDO DO CAMPO	SP	PST Paradesporto	230
2º	058525/2017	P. M. MAIRINQUE	SP	PST Paradesporto	200
3º	058427/2017	P. M. MONGAGUA	SP	PST Paradesporto	190
4º	058848/2017	P. M. GUARULHOS	SP	PST Paradesporto	180
5º	061966/2017	P. M. OSASCO	SP	PST Paradesporto	170
6º	064543/2017	FACULDADES ADAMANTINENSES INTEGRADAS	SP	PST Paradesporto	160
7º	059960/2017	P. M. ASSIS	SP	PST Paradesporto	140
8º	061624/2017	P. M. BARRA BONITA	SP	PST Paradesporto	140

ANDRÉA BARBOSA ANDRADE DE FARIA

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.006, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Estabelece as metas globais para o oitavo ciclo de avaliação de desempenho referente ao período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o que dispõe o § 9º, do art. 5º B, da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, incluído pela Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e alterado pela Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016; e art. 9º da Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, alterado pela Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º Fixar, de acordo com o Anexo desta Portaria, as metas globais para o oitavo ciclo de avaliação de desempenho, referente ao período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018, para fins de apuração das gratificações de desempenho das carreiras prevista na Portaria nº 197, de 3 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 4 de fevereiro de 2011; Portaria nº 407, de 28 de março de 2013, publicada no Diário Oficial de 1º de abril de 2013; e Portaria nº 841, de 19 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 22 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

ANEXO

METAS GLOBAIS PARA O 8º CICLO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - PERÍODO 1º DE JULHO DE 2017 A 30 DE JUNHO DE 2018

Nº	Meta			Indicador		
	Unidade Responsável	Descrição	Produto	Descrição	Fórmula de Cálculo	Fonte de Verificação
1	Subsecretaria de Economia Solidária	Apoiar 33% dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) inscritos e efetivamente cadastrados no Cadastro Nacional de EES - CADSOL até janeiro de 2017	Empreendimentos Econômicos Solidários Apoiados	Taxa de Empreendimentos Econômicos Solidários apoiados	(Número de EES apoiados / Total de EES cadastrados no CADSOL) x 100	CADSOL / Planilhas de Controle Interno / SIPES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2	Secretaria de Relações do Trabalho	Atingir 300 dirigentes sindicais com capacitações e treinamentos na área de relações do trabalho	Agentes capacitados	Número de dirigentes sindicais atingidos com ações de capacitação e treinamento na área de relações do trabalho.	Somatório dos dirigentes sindicais atingidos em ações de capacitação e treinamento em registro sindical, mediação e negociação coletiva e homologação.	Relatórios de capacitações
3	Secretaria de Inspeção do Trabalho	Inserir 40.000 pessoas com deficiência/beneficiários reabilitados no mercado de trabalho por intervenção fiscal	Inserção de Pessoas com Deficiência e beneficiários reabilitados.	Quantidade de pessoas com deficiência/beneficiários reabilitados incluídos sob ação fiscal.	Total de pessoas com deficiência/beneficiários reabilitados inseridos sob ação fiscal no período	SFITWEB
4		Inserir 85.972 aprendizes no mercado de trabalho sob ação fiscal	Inserção de aprendizes no mercado de trabalho	Número de aprendizes inseridos no mercado de trabalho sob ação fiscal	Somatório de aprendizes inseridos informado em Relatório de Inspeção	SFITWEB
5	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego	Realizar 22.500.000 atendimentos na área do seguro desemprego, da intermediação da mão de obra, da emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e do Registro Profissional	Atendimento realizado	Número de atendimentos realizados na área do seguro desemprego, da intermediação da mão de obra, da emissão da CTPS e do Registro Profissional	(Total de trabalhadores inscritos no SINE + Total de vagas de trabalho disponibilizadas ao SINE + Total de encaminhados para vagas de emprego + Total de CTPS emitidas + Total de registros profissionais concedidos + Total de requerimentos do seguro desemprego recepcionados)	BGSD - CGSD; BGIMO - CGSINE; dados da coordenação de identificação e registro profissional
6		Promover a qualificação social e profissional de 15.000 trabalhadores	Vagas de qualificação social e profissional pactuadas no âmbito do Programa Qualifica Brasil	Número de vagas pactuadas de qualificação social e profissional pactuadas no âmbito do Programa Qualifica Brasil	Total de vagas pactuadas de qualificação social e profissional pactuadas no âmbito dos instrumentos no Programa Qualifica Brasil	Metas dos instrumentos de pactuação celebrados no período.
7		Inserir 150.000 aprendizes no mercado de trabalho por intermédio de contratos de aprendizagem	Aprendizes contratados	Número de aprendizes admitidos em contratos de aprendizagem	Total de jovens admitidos em contratos de aprendizagem	RAIS/ CAGED

PORTARIA Nº 1.007, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Altera a Portaria MTb 1.111, de 21 de setembro de 2016.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87, da Constituição Federal e os arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, resolve:

Art. 1º Alterar o Parágrafo Único do Art. 3º da Portaria MTb 1.111, de 21 de setembro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único: Os prazos acima indicados não se aplicam a máquina tipo cilindro sovador e aos fabricantes ou importadores de máquinas".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 133, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre o procedimento especial para a ação fiscal de que trata o art. 627-A da CLT.

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no exercício de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 17, item 2, da Convenção n.º 81 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, o disposto no art. 627-A da CLT e com base nos artigos 27, 28, 29 e 38 do Decreto n.º 4.552, de 27 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Poderá ser instaurado procedimento especial para a ação fiscal, objetivando a orientação sobre o cumprimento das leis de proteção ao trabalho, bem como a prevenção e o saneamento de infrações à legislação mediante a lavratura de Termo de Compromisso.

§1º O procedimento especial previsto no caput poderá ser instaurado pelo Auditor-Fiscal do Trabalho quando concluir pela ocorrência de motivo grave ou relevante que impossibilite ou dificulte o cumprimento da legislação trabalhista por pessoas ou setor econômico sujeito à inspeção do trabalho, com a anuência da chefia imediata.

§2º A chefia de fiscalização poderá instaurar o procedimento especial sempre que identificar a ocorrência de:

I - motivo grave ou relevante que impossibilite ou dificulte o cumprimento da legislação trabalhista pelo tomador ou intermediador de serviços;

II - situação reiteradamente irregular em setor econômico.

§3º Não serão objeto de procedimento especial para a ação fiscal as situações de grave e iminente risco ao trabalhador.

§4º Nas hipóteses de ação fiscal já iniciada, apenas o Auditor-Fiscal do Trabalho destinatário da Ordem de Serviço poderá instaurar o procedimento especial para a ação fiscal em face daquela pessoa sujeita à inspeção do trabalho.

§5º Havendo mais de um Auditor-Fiscal do Trabalho designado na Ordem de Serviço, é necessária a concordância de todos os integrantes da Ordem de Serviço para a instauração do procedimento especial para a ação fiscal.

§6º O procedimento especial para a ação fiscal deverá ser instaurado diretamente em face das pessoas sujeitas à inspeção do trabalho obrigadas ao cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

§7º O Termo de Compromisso somente poderá ser lavrado no curso do procedimento especial para a ação fiscal, instaurado mediante Ordem de Serviço prévia e com o devido registro em Relatório de Inspeção - RI no Sistema de Federal de Inspeção do Trabalho Web - SFITWEB.

§8º As obrigações constantes do Termo de Compromisso corresponderão às previstas nas leis de proteção do trabalho e impostas às pessoas sujeitas à inspeção do trabalho, sendo vedada a criação de novas obrigações ou a alteração de obrigações dispostas na legislação.

§9º Deverão constar do Termo de Compromisso as orientações necessárias ao efetivo cumprimento das normas de proteção ao trabalho, bem como os prazos para o saneamento das infrações.

Art. 2º O Auditor-Fiscal do Trabalho, concluindo pela necessidade de instauração do procedimento especial para ação fiscal, solicitará à chefia imediata anuência prévia para a sua instauração, explicitando os motivos ensejadores.

§1º A instauração do procedimento independe da lavratura prévia do auto de infração.

§2º Com a anuência, a chefia imediata expedirá notificação para comparecimento da pessoa sujeita à inspeção do trabalho à unidade do Ministério do Trabalho - MTb.

§3º A notificação deverá explicitar os motivos ensejadores da instauração do procedimento especial.

Art. 3º Na hipótese do §2º do art. 1º, a chefia da fiscalização, concluindo pela necessidade de instauração do procedimento especial para a ação fiscal, solicitará ao chefe da Seção de Fiscalização do Trabalho ou da Seção de Segurança e Saúde no Trabalho das Superintendências constantes do Anexo I da Portaria n.º 153, de 12 de fevereiro de 2009, ou ao chefe da Seção de Inspeção do Trabalho das Superintendências constantes dos Anexos II e III da Portaria n.º 153, de 12 de fevereiro de 2009, anuência prévia para a sua instauração, explicitando os motivos ensejadores.

§1º O chefe da Seção de Fiscalização do Trabalho ou da Seção de Segurança e Saúde no Trabalho das Superintendências constantes do Anexo I da Portaria n.º 153, de 12 de fevereiro de 2009, bem como o chefe da Seção de Inspeção do Trabalho das Superintendências constantes dos Anexos II e III da Portaria n.º 153, de 12 de fevereiro de 2009, que concluir pela necessidade de instauração do procedimento especial para a ação fiscal deverá solicitar à Secretaria de Inspeção do Trabalho anuência prévia para a sua instauração, explicitando os motivos ensejadores.

§ 2º A chefia da fiscalização que solicitar anuência para a instauração do procedimento especial, após autorizada, ficará responsável por expedir notificação para comparecimento da pessoa sujeita à inspeção do trabalho à unidade do Ministério do Trabalho, executar os trabalhos relativos ao procedimento especial para a ação fiscal, assinar eventual Termo de Compromisso e verificar o seu cumprimento.

§3º A notificação deverá explicitar os motivos ensejadores da instauração do procedimento especial.

§4º A SIT será responsável pela emissão das Ordens de Serviço necessárias à instauração do procedimento a que se refere o §1º.

Art. 4º A Chefia imediata supervisionará o procedimento especial para a ação fiscal, atribuição que poderá ser delegada aos coordenadores de projeto.

Art. 5º O procedimento especial será instaurado e terá seus trabalhos desenvolvidos nos órgãos do Ministério do Trabalho, salvo em situações excepcionais, devidamente justificadas pelo Auditor-Fiscal do Trabalho.

Art. 6º As pessoas sujeitas à inspeção do trabalho submetidas ao procedimento especial para a ação fiscal poderão firmar Termo de Compromisso, que fixará o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para o saneamento das irregularidades, ressalvadas as hipóteses previstas em normas específicas.

§1º Para a fixação de prazo superior ao previsto no caput, será obrigatória a anuência da chefia imediata.

§2º O prazo a que se refere o parágrafo anterior não poderá ser superior a um ano.

§3º Havendo mais de um Auditor-Fiscal do Trabalho designado na Ordem de Serviço, é necessário que o Termo de Compromisso seja assinado por todos os integrantes da referida Ordem de Serviço.

Art. 7º O Termo de Compromisso será firmado em duas vias.

§1º A primeira via do Termo de Compromisso será entregue à pessoa sujeita à inspeção do trabalho.

§2º O Auditor-Fiscal do Trabalho signatário protocolizará a segunda via na unidade do Ministério do Trabalho, que será encaminhada à chefia imediata para arquivamento.

§3º Na hipótese em que a chefia de fiscalização instaurar o procedimento especial para a ação fiscal, a segunda via do Termo de Compromisso será arquivada na unidade local do Ministério do Trabalho.

Art. 8º O prazo para a assinatura do Termo de Compromisso é de 30 (trinta) dias contados da ciência da pessoa sujeita à inspeção do trabalho quanto à instauração do procedimento especial para a ação fiscal.

Art. 9º Durante o prazo fixado no Termo, o compromissado poderá ser fiscalizado para verificação de seu cumprimento, complementação de diagnóstico e esclarecimento de fatos, sem prejuízo da ação fiscal em atributos não contemplados no referido termo.

Art. 10 O Auditor-Fiscal do Trabalho responsável pela instauração do procedimento especial consignará as informações relativas ao procedimento especial no Livro de Inspeção do Trabalho - LIT ou em sistema eletrônico que o substitua.

Art. 11 Quando o procedimento especial para a ação fiscal for frustrado pelo não atendimento da notificação, pela recusa de firmar Termo de Compromisso ou pelo descumprimento de qualquer cláusula compromissada, serão lavrados, de imediato, os respectivos autos de infração.

Parágrafo único. Na hipótese do caput poderá ser encaminhado relatório circunstanciado à Advocacia-Geral da União, ao Ministério Público do Trabalho e aos demais órgãos competentes.

Art. 12 Havendo Termo de Compromisso firmado, o procedimento especial para a ação fiscal somente poderá ser finalizado após a verificação do seu cumprimento pelo Auditor-Fiscal do Trabalho signatário.

Parágrafo único: Na hipótese de impossibilidade legal do Auditor-Fiscal do Trabalho signatário realizar a verificação do cumprimento do Termo de Compromisso, a chefia imediata designará novo Auditor-Fiscal do Trabalho para verificar o seu cumprimento mediante a emissão de Ordem de Serviço.

Art. 13 Os procedimentos especiais para a ação fiscal já instaurados e os Termos de Compromissos já lavrados na data de publicação da presente Instrução Normativa continuam sendo regidos pela Instrução Normativa n.º 23, de 23 de maio de 2001.

Art. 14 Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria de Inspeção do Trabalho.

Art. 15 Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 Revoga-se a Instrução Normativa n.º 23, de 23 de maio de 2001.

MARIA TERESA PACHECO JENSEN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 21 de agosto de 2017

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:
1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.003094/2014-17	203656938	Afranio Baltazar de Almeida Costa Junior - ME	AL
2	46202.020770/2014-15	205517218	Alianca Engenharia Ltda	AM
3	46202.020771/2014-51	205517200	Alianca Engenharia Ltda	AM
4	46202.020772/2014-04	205461140	Alianca Engenharia Ltda	AM
5	46202.020773/2014-41	205461131	Alianca Engenharia Ltda	AM
6	46202.020774/2014-95	205461123	Alianca Engenharia Ltda	AM
7	46202.020775/2014-30	205461093	Alianca Engenharia Ltda	AM
8	46202.020776/2014-84	205461107	Alianca Engenharia Ltda	AM
9	46202.020777/2014-29	205461115	Alianca Engenharia Ltda	AM
10	46202.020778/2014-73	205517226	Alianca Engenharia Ltda	AM
11	46202.020779/2014-18	205517234	Alianca Engenharia Ltda	AM
12	46202.020780/2014-42	205517251	Alianca Engenharia Ltda	AM
13	46202.020781/2014-97	205517269	Alianca Engenharia Ltda	AM
14	46202.020782/2014-31	205517277	Alianca Engenharia Ltda	AM
15	46202.020783/2014-86	205517242	Alianca Engenharia Ltda	AM
16	46202.020784/2014-21	205517285	Alianca Engenharia Ltda	AM
17	46202.020785/2014-75	205517323	Alianca Engenharia Ltda	AM
18	46202.020786/2014-10	205517331	Alianca Engenharia Ltda	AM
19	46202.020787/2014-64	205517307	Alianca Engenharia Ltda	AM
20	46202.020788/2014-17	205517315	Alianca Engenharia Ltda	AM
21	46202.020789/2014-53	205517293	Alianca Engenharia Ltda	AM
22	46202.009906/2015-17	207006661	Construtora Piramide Ltda - EPP	AM
23	46202.009905/2015-64	207069468	Construtora Piramide Ltda - EPP	AM
24	46202.009907/2015-53	207006679	Construtora Piramide Ltda - EPP	AM
25	46202.009908/2015-06	207006644	Construtora Piramide Ltda - EPP	AM
26	46202.007980/2013-29	200521527	Fermanaus Ferramentaria e Metalurgia Ltda - ME	AM
27	46202.007982/2013-18	200521926	Fermanaus Ferramentaria e Metalurgia Ltda - ME	AM
28	46202.007983/2013-62	200522833	Fermanaus Ferramentaria e Metalurgia Ltda - ME	AM
29	46202.007984/2013-15	200524054	Fermanaus Ferramentaria e Metalurgia Ltda - ME	AM
30	46202.007985/2013-51	200517228	Fermanaus Ferramentaria e Metalurgia Ltda - ME	AM
31	46202.007986/2013-04	200520075	Fermanaus Ferramentaria e Metalurgia Ltda - ME	AM
32	46202.007987/2013-41	200517554	Fermanaus Ferramentaria e Metalurgia Ltda - ME	AM
33	46202.020311/2014-23	205301100	LSE- Logistica Solucoes Empresariais Ltda	AM
34	46202.020332/2014-49	205301118	LSE- Logistica Solucoes Empresariais Ltda	AM
35	46202.020334/2014-38	205257593	LSE- Logistica Solucoes Empresariais Ltda	AM
36	46202.020381/2014-81	205301169	LSE- Logistica Solucoes Empresariais Ltda	AM
37	46202.020382/2014-26	205301134	LSE- Logistica Solucoes Empresariais Ltda	AM
38	46206.113464/2014-83	205041949	Comercial de Alimentos Mayer Ltda - ME	DF
39	46206.113205/2014-52	204982766	Fundacao Nacional de Artes Funarte	DF
40	46206.104035/2014-15	204561434	MPE Servicos Gerais Ltda - ME	DF
41	46206.104036/2014-60	204561515	MPE Servicos Gerais Ltda - ME	DF
42	46206.112680/2014-10	204903050	Paulo & Maia Supermercados Ltda	DF
43	46206.112903/2014-31	204926459	Paulo & Maia Supermercados Ltda	DF
44	46206.112838/2014-43	204848091	Serrana Comercio de Alimentos Ltda - ME	DF
45	46207.004226/2013-97	200851217	RCA Company de Telecomunicacoes de Colatina Ltda	ES
46	46207.004227/2013-31	200851268	RCA Company de Telecomunicacoes de Colatina Ltda	ES
47	46207.004228/2013-86	200851292	RCA Company de Telecomunicacoes de Linhares Ltda	ES
48	46207.004224/2013-06	200851390	RCA Company de Telecomunicacoes de Sao Mateus Ltda	ES
49	47747.008623/2013-93	201893614	Anglo American Minerio de Ferro Brasil S/A	MG
50	47747.008625/2013-82	201892197	Anglo American Minerio de Ferro Brasil S/A	MG
51	47747.008626/2013-27	201889722	Anglo American Minerio de Ferro Brasil S/A	MG
52	47747.008627/2013-71	201890020	Anglo American Minerio de Ferro Brasil S/A	MG
53	47747.000546/2014-12	202765091	Elidia Isabel Paraizo - ME	MG
54	47747.000543/2014-71	202765342	Elidia Isabel Paraizo - ME	MG
55	47747.000544/2014-15	202765300	Elidia Isabel Paraizo - ME	MG
56	47747.000545/2014-60	202765253	Elidia Isabel Paraizo - ME	MG
57	46241.000750/2013-72	200978209	Funcional Segurança Corporativa Ltda	MG
58	46241.000752/2013-61	200977792	Funcional Servicos Ltda	MG
59	46236.000157/2013-03	22525440	MGS-Minas Gerais Administracao e Servicos S/A	MG
60	47747.008255/2013-83	201781646	Organizacao Verdemar Ltda	MG
61	47747.008256/2013-28	201781620	Organizacao Verdemar Ltda	MG
62	46248.000040/2014-63	202639134	Sebastião Carlos Neto Express - ME	MG
63	46248.000042/2014-52	202639118	Sebastião Carlos Neto Express - ME	MG
64	46248.000043/2014-05	202639096	Sebastião Carlos Neto Express - ME	MG
65	46248.000046/2014-31	202639029	Sebastião Carlos Neto Express - ME	MG
66	46248.000047/2014-85	202639088	Sebastião Carlos Neto Express - ME	MG
67	46237.001676/2013-71	200907441	Somas Sociedade Médica de Administração e Serviços Ltda	MG
68	46237.001678/2013-60	200907379	Somas Sociedade Médica de Administração e Serviços Ltda	MG
69	46237.001679/2013-12	200907387	Somas Sociedade Médica de Administração e Serviços Ltda	MG
70	46237.001680/2013-39	200907409	Somas Sociedade Médica de Administração e Serviços Ltda	MG
71	46234.001474/2013-59	201143101	Técnica Industrial Tiph S.A	MG
72	46234.001475/2013-01	201143160	Técnica Industrial Tiph S.A	MG
73	46234.001476/2013-48	201143143	Técnica Industrial Tiph S.A	MG
74	46234.001989/2013-59	201768283	Técnica Industrial Tiph S.A	MG
75	46234.002052/2013-09	25372505	Técnica Industrial Tiph S.A	MG
76	46234.002053/2013-45	25372491	Técnica Industrial Tiph S.A	MG
77	46300.002341/2015-21	206688920	Douraser Prestadora de Servicos de Limpeza e Conservação Ltda.	MS
78	46300.002342/2015-75	206689047	Douraser Prestadora de Servicos de Limpeza e Conservação Ltda.	MS
79	46300.002343/2015-10	206689101	Douraser Prestadora de Servicos de Limpeza e Conservação Ltda.	MS
80	46300.002344/2015-64	206689187	Douraser Prestadora de Servicos de Limpeza e Conservação Ltda.	MS
81	46300.002345/2015-17	206689250	Douraser Prestadora de Servicos de Limpeza e Conservação Ltda.	MS
82	46300.002346/2015-53	206688890	Douraser Prestadora de Servicos de Limpeza e Conservação Ltda.	MS
83	46312.001848/2015-28	206714068	L C Comercio de Medicamentos Ltda - ME	MS
84	46312.001844/2015-40	206740123	L C Comercio de Medicamentos Ltda - ME	MS
85	46312.001845/2015-94	206733445	L C Comercio de Medicamentos Ltda - ME	MS
86	46312.001849/2015-72	206713924	L C Comercio de Medicamentos Ltda - ME	MS
87	46306.001532/2012-72	22684255	Cláudio Leiva	MT
88	46653.003368/2014-50	204085101	Transportes Panorama Ltda	MT
89	46653.003369/2014-02	204085098	Transportes Panorama Ltda	MT
90	46653.003370/2014-29	204085080	Transportes Panorama Ltda	MT
91	46222.008030/2011-11	13293001	Maz Construcoes Ltda	PA
92	46222.010476/2013-78	21174423	Mineraçao Paragominas S.A	PA
93	46222.013416/2012-26	13299956	Tapajós Alimentos Ltda	PA
94	46222.013418/2012-15	13299948	Tapajós Alimentos Ltda	PA
95	46214.009313/2013-41	202453189	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	PI
96	46214.005131/2014-82	203983921	M. E. Melo - ME	PI
97	46214.005130/2014-38	203984218	M. E. Melo - ME	PI
98	47533.014538/2013-70	202315681	Alimentos Zaeli Ltda	PR
99	47533.001942/2014-64	202894410	Associacao dos Operadores Portuarios do Corredor de Exportação	PR
100	47533.008281/2014-06	203870948	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	PR
101	47533.002400/2014-17	203052439	Rodolatina Logistica Ltda.	PR
102	46334.002496/2011-46	23065745	Associacao Educacional Francisca Nubiana da Silva	RJ
103	46228.002774/2013-34	24153222	M.C.Paes Padaria e Lanchonete	RJ
104	46231.000980/2012-70	23003391	Serval - Serviço de Administraçao Geral Ltda	RJ
105	46215.010055/2013-36	200539175	Vigfat Vigilancia Patrimonial Ltda - EPP	RJ
106	46217.000869/2014-23	202753999	JMT Servicos de Locacao de Mao de Obra Ltda	RN
107	46217.001993/2014-14	203018222	JMT Servicos de Locacao de Mao de Obra Ltda	RN
108	46758.004090/2013-89	201944324	Comercial Nova Era Ltda - ME	RO
109	46758.004102/2013-75	201944359	Comercial Nova Era Ltda - ME	RO
110	46758.004100/2013-86	201944375	Comercial Nova Era Ltda - ME	RO
111	46758.004101/2013-21	201944341	Comercial Nova Era Ltda - ME	RO
112	46758.004106/2013-53	201944383	Comercial Nova Era Ltda - ME	RO
113	46758.004107/2013-06	201944367	Comercial Nova Era Ltda - ME	RO
114	46758.004108/2013-42	201944391	Comercial Nova Era Ltda - ME	RO
115	46758.004110/2013-11	201944405	Comercial Nova Era Ltda - ME	RO
116	46758.004642/2013-59	202441415	Ellos Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RO
117	46758.004643/2013-01	202441369	Ellos Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RO
118	46758.004645/2013-92	202441351	Ellos Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RO
119	46758.004646/2013-37	202441385	Ellos Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RO
120	46758.004647/2013-81	200975901	Ellos Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RO
121	46758.004648/2013-26	202441393	Ellos Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RO
122	46758.004649/2013-71	202441407	Ellos Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RO
123	46758.004650/2013-03	202441377	Ellos Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RO
124	46758.004325/2013-32	202294188	Oliveira & Custodio Ltda	RO
125	46758.004326/2013-87	202294196	Oliveira & Custodio Ltda	RO
126	46758.004327/2013-21	202294200	Oliveira & Custodio Ltda	RO
127	46216.000691/2014-21	202743144	Tekios Engenharia Ltda - EPP	RO
128	46216.000690/2014-86	202743136	Tekios Engenharia Ltda - EPP	RO
129	46218.015303/2014-96	204658586	2mm Eletro Telecomunicacoes Comercio Representacao Ltda	RS
130	46218.015304/2014-31	204658721	2mm Eletro Telecomunicacoes Comercio Representacao Ltda	RS
131	46218.001386/2015-17	205719333	Albras Aluminio do Brasil Ltda	RS
132	47157.000019/2015-21	205643141	Associacao Beneficente Hospitalar Sao Salvador	RS
133	47157.000020/2015-55	205643132	Associacao Beneficente Hospitalar Sao Salvador	RS
134	47157.000157/2015-18	205748643	Associacao Beneficente Hospitalar Sao Salvador	RS
135	47157.000158/2015-54	205748457	Associacao Beneficente Hospitalar Sao Salvador	RS
136	47157.000159/2015-07	205748759	Associacao Beneficente Hospitalar Sao Salvador	RS
137	47157.000160/2015-23	205748511	Associacao Beneficente Hospitalar Sao Salvador	RS
138	47157.000187/2015-16	205748716	Associacao Beneficente Hospitalar Sao Salvador	RS
139	47157.000188/2015-61	205748848	Associacao Beneficente Hospitalar Sao Salvador	RS
140	47157.000189/2015-13	205748945	Associacao Beneficente Hospitalar Sao Salvador	RS
141	47157.000190/2015-30	205748813	Associacao Beneficente Hospitalar Sao Salvador	RS
142	46218.001433/2014-41	202666417	Dozolina Schwanck Mengue	RS
143	46272.005151/2014-69	205512909	Engepes Industria e Comercio de Pecas Ltda - EPP	RS
144	46272.005142/2014-78	205512500	Engepes Industria e Comercio de Pecas Ltda - EPP	RS
145	46272.005143/2014-12	205512402	Engepes Industria e Comercio de Pecas Ltda - EPP	RS
146	46272.005144/2014-67	205512313	Engepes Industria e Comercio de Pecas Ltda - EPP	RS
147	46272.005145/2014-10	205512283	Engepes Industria e Comercio de Pecas Ltda - EPP	RS
148	46272.005150/2014-14	205512151	Engepes Industria e Comercio de Pecas Ltda - EPP	RS
149	46272.005152/2014-11	205512577	Engepes Industria e Comercio de Pecas Ltda - EPP	RS
150	46274.000573/2014-28	202883256	EPS Construcoes Civis Ltda	RS
151	46274.000574/2014-72	202883281	EPS Construcoes Civis Ltda	RS
152	46274.000575/2014-17	202883337	EPS Construcoes Civis Ltda	RS
153	46274.000576/2014-61	202883400	EPS Construcoes Civis Ltda	RS
154	46274.000577/2014-14	202883302	EPS Construcoes Civis Ltda	RS
155	46274.001349/2014-53	203484266	EPS Construcoes Civis Ltda	RS
156	46274.001350/2014-88	203484240	EPS Construcoes Civis Ltda	RS
157	46274.001351/2014-22	203484321	EPS Construcoes Civis Ltda	RS
158	46218.016080/2014-84	204582644	Escola de Ensino Fundamental Santo Antonio Ltda - ME	RS
159	46218.016081/2014-29	204700639	Escola De Ensino Fundamental Santo Antonio Ltda - ME	RS
160	46218.018941/2014-69	205168574	Flach & Ribeiro Ltda - ME	RS
161	46218.018942/2014-11	205168621	Flach & Ribeiro Ltda - ME	RS
162	46277.001218/2013-65	202448541	Fundacao Attila Taborda	RS
163	46277.001219/2013-18	202448533	Fundacao Attila Taborda	RS
164	46277.001220/2013-34	202448550	Fundacao Attila Taborda	RS
165	46273.000287/2015-53	205789692	Kajiwara Engenharia Ltda	RS
166	46273.000290/2015-77	205789897	Kajiwara Engenharia Ltda	RS
167	46218.021519/2014-91	205399053	Linkjur - Servicos Administrativos e de Cobrancas Ltda	RS
168	46218.021520/2014-15	205399941	Linkjur - Servicos Administrativos e de Cobrancas Ltda	RS
169	46218.021521/2014-60	205399011	Linkjur - Servicos Administrativos e de Cobrancas Ltda	RS
170	46218.021522/2014-12	205399134	Linkjur - Servicos Administrativos e de Cobrancas Ltda	RS
171	46218.021523/2014-59	205399771	Linkjur - Servicos Administrativos e de Cobrancas Ltda	RS
172	46218.022166/2014-46	205396704	Linkjur - Servicos Administrativos e de Cobrancas Ltda	RS
173	46218.022167/2014-91	205396666	Linkjur - Servicos Administrativos e de Cobrancas Ltda	RS
174	46271.002125/2013-16	201176254	Metalúrgica Bez Ltda.	RS
175	46271.002126/2013-52	201176262	Metalúrgica Bez Ltda.	RS
176	46271.002127/2013-05	201176351	Metalúrgica Bez Ltda.	RS
177	46271.002128/2013-41	201176343	Metalúrgica Bez Ltda.	RS
178	46271.002129/2013-96	201176327	Metalúrgica Bez Ltda.	RS
179	46271.002130/2013-11	201176319	Metalúrgica Bez Ltda.	RS
180	46271.002131/2013-65	201176301	Metalúrgica Bez Ltda.	RS
181	46271.002132/2013-18	201176297	Metalúrgica Bez Ltda.	RS
182	46271.002133/2013-54	201176408	Metalúrgica Bez Ltda.	RS
183	46271.002134/2013-07	201176416	Metalúrgica Bez Ltda.	RS
184	46271.002135/2013-43	201176246	Metalúrgica Bez Ltda.	RS
185	46218.010647/2014-17	203972759	MRV Engenharia e Participacoes S.A	RS
186	46218.011305/2014-14	204056098	MRV Engenharia e Participacoes S.A	RS
187	46218.013848/2014-68	204352355	Rosa Maria do Nascimento Olegario - ME	RS
188	46218.022953/2013-15	202539521	Taguato Aviacao Agricola Ltda - ME	RS
189	46277.000920/2013-10	201726262	Tonellada Transporte Ltda - ME	RS
190	46271.004716/2014-09	205387381	Valter Perboni	RS
191	46271.004717/2014-45	205398707	Valter Perboni	RS
192	46271.004718/2014-90	205398715	Valter Perboni	RS
193	46271.004719/2014-34	205387373	Valter Perboni	RS
194	46271.004720/2014-69	205387331	Valter Perboni	RS
195	46271.004721/2014-11	205398791	Valter Perboni	RS
196	46271.004722/2014-58	205398782	Valter Perboni	RS
197	46271.004723/2014-01	205398774	Valter Perboni	RS
198	46304.000535/2014-71	202870812	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agricola de SC	SC
199	46304.000537/2014-60	202870804	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agricola de SC	SC
200	46304.000538/2014-12	202870863	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agricola de SC	SC

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

201	46304.002403/2014-83	204336422	Domus Ind e Com de Moveis Ltda	SC
202	46304.002404/2014-28	204336571	Domus Ind e Com de Moveis Ltda	SC
203	46304.002405/2014-72	204336554	Domus Ind e Com de Moveis Ltda	SC
204	46304.002406/2014-17	204336562	Domus Ind e Com de Moveis Ltda	SC
205	46304.002407/2014-61	204336589	Domus Ind e Com de Moveis Ltda	SC
206	46304.001114/2014-67	203309723	Granaco Fundicao Ltda.	SC
207	46304.001117/2014-09	203303750	Granaco Fundicao Ltda.	SC
208	46301.005794/2013-37	202091821	Hidráulica Industrial S/A - Indústria e Comércio	SC
209	46220.006083/2014-61	204687012	Sadenco Sul Americana de Engenharia e Comercio Ltda	SC
210	46304.002483/2014-77	204372674	Supermercado Diasville Ltda - EPP	SC
211	46304.000112/2014-51	202654583	Transal Transportadora Salvan Ltda	SC
212	46221.006459/2014-27	25283995	Adilson Lima	SE
213	46219.022656/2013-51	201579065	Action Line Telemarketing do Brasil Ltda.	SP
214	46254.003933/2014-81	204213967	Bionnovation Produtos Biomedicos Ltda	SP
215	46254.003936/2014-15	204213941	Bionnovation Produtos Biomedicos Ltda	SP
216	46254.003937/2014-60	204213932	Bionnovation Produtos Biomedicos Ltda	SP
217	46254.003938/2014-12	204213924	Bionnovation Produtos Biomedicos Ltda	SP
218	46254.003939/2014-59	204256020	Bionnovation Produtos Biomedicos Ltda	SP
219	46254.003940/2014-83	204256011	Bionnovation Produtos Biomedicos Ltda	SP
220	46219.014411/2014-31	204163072	Cantagalo General Grains S.A	SP
221	46259.008177/2014-37	204803772	CPIC Brasil Fibras de Vidro Ltda.	SP
222	46261.003919/2014-99	204303788	Delchi Migotto Filho - EPP	SP
223	46261.003917/2014-08	204301602	Delchi Migotto Filho - EPP	SP
224	46261.003918/2014-44	204303770	Delchi Migotto Filho - EPP	SP
225	46261.003920/2014-13	204303761	Delchi Migotto Filho - EPP	SP
226	46261.003921/2014-68	204303184	Delchi Migotto Filho - EPP	SP
227	46261.003922/2014-11	204301483	Delchi Migotto Filho - EPP	SP
228	46261.003924/2014-00	204303753	Delchi Migotto Filho - EPP	SP
229	46254.005720/2014-94	205365779	Mercantil de Moveis Casa Verde Ltda	SP
230	46254.000148/2015-58	204845491	Nutri Hospitalar Alimentacao e Servicos Ltda	SP
231	46265.003164/2013-10	202136213	Raízen Energia S/A	SP
232	46265.003166/2013-09	202136183	Raízen Energia S/A	SP
233	46265.003167/2013-45	202136167	Raízen Energia S/A	SP
234	46265.003405/2013-12	202310698	Raízen Energia S/A	SP
235	46265.003418/2013-91	202311678	Raízen Energia S/A	SP
236	46265.003419/2013-36	202311619	Raízen Energia S/A	SP
237	46254.003706/2014-56	204265533	Reval Atacado de Papelaria Ltda	SP
238	46255.003583/2009-86	15984991	Sanebavi - Saneamento Basico Vinhedo	SP
239	46473.002126/2010-33	21818800	Systemcred - Soluções em Recuperação de Ativos Ltda	SP
240	46473.002137/2010-13	21822310	Systemcred - Soluções em Recuperação de Ativos Ltda	SP
241	46254.002531/2013-89	200781103	Taquarituba Agroindustria S/A	SP
242	46254.002532/2013-23	200781090	Taquarituba Agroindustria S/A	SP
243	46254.002565/2013-73	200859234	Taquarituba Agroindustria S/A	SP
244	46259.008715/2014-93	204953936	Unimed de Piracicaba Soc Coop de Servicos Medicos	SP
245	46256.003686/2011-83	19838409	Vesato Construtora Ltda.	SP
246	46262.003630/2014-60	204516838	Viação São Camilo Ltda	SP
247	46262.003631/2014-12	204516927	Viação São Camilo Ltda	SP
248	46262.003632/2014-59	204517036	Viação São Camilo Ltda	SP
249	46262.003633/2014-01	204517109	Viação São Camilo Ltda	SP
250	46262.003634/2014-48	204511020	Viação São Camilo Ltda	SP
251	46262.003635/2014-92	204510848	Viação São Camilo Ltda	SP
252	46262.003636/2014-37	204510899	Viação São Camilo Ltda	SP
253	46262.003637/2014-81	204510961	Viação São Camilo Ltda	SP
254	46254.001824/2014-20	203375483	Zopone Engenharia e Comercio Ltda.	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46202.009909/2015-42	200.526.081	Construtora Piramide Ltda - EPP	AM
2	46207.004225/2013-42	200.110.080	RCA Companhy de Telecomunicações de Colatina Ltda.	ES
3	46207.004229/2013-21	200.110.047	RCA Companhy de Telecomunicações de Linhares Ltda.	ES
4	46207.004223/2013-53	200.110.098	RCA Companhy de Telecomunicações de São Mateus Ltda.	ES
5	47747.008257/2013-72	200.165.747	Organização Verdemar Ltda.	MG
6	46653.003367/2014-13	200.312.227	Transportes Panorama Ltda.	MT
7	46222.013371/2012-90	200.031.732	Tapajos Alimentos Ltda.	PA

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.009904/2015-10	207006687	Construtora Piramide Ltda - EPP	AM
2	46254.002548/2013-36	200859072	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
3	46254.002562/2013-30	200859200	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
4	46254.002564/2013-29	200859226	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
5	46254.002504/2013-14	200781367	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
6	46254.002510/2013-63	200781316	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
7	46254.002522/2013-98	200781197	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
8	46254.002523/2013-32	200781189	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
9	46254.002524/2013-87	200781171	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
10	46254.002525/2013-21	200781162	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
11	46254.002545/2013-01	200859048	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
12	46254.002540/2013-70	200781448	Taquarituba Agroindustria S/A	SP
13	46254.002556/2013-82	200859153	Taquarituba Agroindustria S/A	SP
14	46254.002535/2013-67	200781391	Taquarituba Agroindustria S/A	SP
15	46254.002537/2013-56	200781413	Taquarituba Agroindustria S/A	SP
16	46254.002536/2013-10	200781405	Taquarituba Agroindustria S/A	SP
17	46254.002534/2013-12	200781383	Taquarituba Agroindustria S/A	SP

1.2 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46254.002512/2013-52	200781294	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
2	46254.002514/2013-41	200781278	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
3	46254.002516/2013-31	200781251	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
4	46254.002515/2013-96	200781260	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
5	46254.002519/2013-74	200781227	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
7	46254.002518/2013-20	200781235	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
8	46254.002517/2013-85	200781243	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
9	46254.002530/2013-34	200781111	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
10	46254.002529/2013-18	200781146	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
11	46254.002528/2013-65	200781120	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
12	46254.002526/2013-76	200781154	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
13	46254.002521/2013-43	200781201	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
14	46254.002511/2013-16	200781308	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
15	46254.002509/2013-39	200781324	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
16	46254.002508/2013-94	200781332	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
17	46254.002507/2013-40	200781341	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
18	46254.002505/2013-51	200781375	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
19	46254.002563/2013-84	200859218	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
20	46254.002561/2013-95	200859196	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
21	46254.002559/2013-16	200859188	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
22	46254.002558/2013-71	200859170	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
23	46254.002557/2013-27	200859161	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
24	46254.002553/2013-49	200859129	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
25	46254.002551/2013-50	200859102	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
26	46254.002550/2013-13	200859099	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
27	46254.002547/2013-91	200859064	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
28	46254.002546/2013-47	200859056	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
29	46254.002552/2013-02	200859111	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
30	46254.002506/2013-03	200781359	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
31	46254.002513/2013-05	200781286	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
32	46254.002520/2013-07	200781219	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
33	46254.002527/2013-11	200781138	Taquarituba Agroindustria S. A.	SP
34	46254.002539/2013-45	200781430	Taquarituba Agroindustria S/A	SP
35	46254.002555/2013-38	200859145	Taquarituba Agroindustria S/A	SP
36	46254.002554/2013-93	200859137	Taquarituba Agroindustria S/A	SP
37	46254.002544/2013-58	200859030	Taquarituba Agroindustria S/A	SP
38	46254.002542/2013-69	200859013	Taquarituba Agroindustria S/A	SP
39	46254.002541/2013-14	200781456	Taquarituba Agroindustria S/A	SP
40	46254.002538/2013-09	200781421	Taquarituba Agroindustria S/A	SP
41	46254.002543/2013-11	200859021	Taquarituba Agroindustria S/A	SP

2) Em apreciação de recurso de ofício:

2.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46207.005438/2011-20	16578988	Posto 3 Golfinhos Ltda.	ES
2	46504.001442/2010-83	24031534	Rugiero Baeta Martins	MG
3	46504.001443/2010-28	24031542	Rugiero Baeta Martins	MG
4	46504.001444/2010-72	24031518	Rugiero Baeta Martins	MG
5	46222.006428/2007-37	14323931	Dima Modas Comércio e Conf. Ltda ME	PA
6	46213.004664/2005-66	9558705	Andre Andrade Rodrigues Me	PE
7	47533.008707/2012-51	23515961	F W Pinturas Industriais Ltda	PR
8	46215.034241/2010-18	23180498	Bottino Materiais de Construcao Ltda.	RJ
9	46230.007332/2011-73	23209585	Ceu Construções e Engenharia Urbana S. A.	RJ
10	46215.041415/2011-80	22904115	Companhia Açucareira Paraiso	RJ
11	46215.012999/2011-86	23205911	De Millus S A Industria e Comercio	RJ
12	46215.001566/2012-86	23127660	EGF Serviços de Produções Serigráficas e Digital Ltda	RJ
13	46232.004741/2010-17	23101067	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuaria	RJ
14	46228.000446/2013-01	20517220	Hunter Distribuidora de Bebidas Ltda	RJ
15	46215.026589/2011-12	22989307	Lattice Marcenaria Ltda	RJ
16	46215.037538/2011-16	23129220	Oceanica Engenharia e Consultoria Ltda	RJ
17	46215.038245/2010-75	23160560	Reginaves Indústria e Comércio de Aves Ltda	RJ
18	46215.007640/2013-59	22728724	Rota Global Jacarepagua Ltda - EPP	RJ
19	46617.014553/2012-44	24926264	DS Construções Ltda Me	RS
20	46617.006993/2012-28	23723416	Portonovo Empreendimentos e Construções Ltda	RS
21	46252.001069/2012-31	21744750	Caramuru Construções Ltda	SP
22	47999.006282/2011-98	21430942	Controll Serviços Terceirizados Ltda.	SP
23	46261.000736/2015-01	205883915	Supermercado Fransue Ltda.	SP

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 728, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Revoga a atribuição, à Infraero, da exploração do Aeroporto de Ilhéus/Bahia - Jorge Amado (SBIL), localizado no Município de Ilhéus/BA, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 36 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, no artigo 57, inciso VI, e parágrafo único, inciso VII da Medida Provisória nº 782, de 31 de junho de 2017, no art. 2º da Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, no art. 19 do Decreto nº 8.756, de 10 de maio de 2016, na Portaria nº 183/SAC-PR, de 14 de agosto de 2014, e o que consta no Processo SAC nº 00055.000410/2016-91,

CONSIDERANDO a celebração do Termo de Convênio nº 10, de 22 de agosto de 2017, por meio do qual a União, representada pelo Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil, delegou ao Estado da Bahia a exploração do Aeroporto de Ilhéus/Bahia - Jorge Amado (SBIL), resolve:

Art. 1º Revogar a atribuição à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero da exploração do Aeroporto de Ilhéus/Bahia - Jorge Amado (SBIL), localizado no Município de Ilhéus, no Estado da Bahia, às coordenadas geográficas 14º 48' 54" S / 39º 02' 00" W.

Art. 2º A Infraero permanecerá responsável pela exploração do aeroporto de que trata o art. 1º por até 1 (um) ano da vigência desta portaria, prazo esse que será utilizado para a realização do processo de transferência da exploração do aeroporto.

Parágrafo único: A Infraero, por meio de prepostos indicados, acompanhará as atividades transferidas por até 30 dias contados da efetiva assunção da exploração do aeroporto, colaborando no que for necessário para a manutenção ininterrupta das atividades do mesmo.

Art. 3º A Infraero será indenizada pelos custos de adequação de efetivo de pessoal, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017, e com a Cláusula Quarta do Termo de Convênio nº 10, de 22 de agosto de 2017.

Art. 4º Fica mantida a atribuição à Infraero da exploração dos seguintes aeroportos:

- Aeroporto Comandante Gustavo Kramer (SBBG), localizado no Município de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul;
- Aeroporto Internacional de Pelotas/RS - João Simões Lopes Neto (SBPK), localizado no Município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul;
- Aeroporto Internacional de Ponta Porã (SBPP), localizado no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul;
- Aeroporto Rubem Berta (SBUG), localizado no Município de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul;
- Aeroporto de Imperatriz - Prefeito Renato Moreira (SBIZ), localizado no Município de Imperatriz, no Estado do Maranhão;
- Aeroporto Internacional de Belém/Val-de-Cans/Júlio Cezar Ribeiro (SBBE), localizado no Município de Belém, no Estado do Pará;

- Aeroporto de Marabá/Pará - João Correa da Rocha (SBMA), localizado no Município de Marabá, no Estado do Pará;

- Aeroporto de Paulo Afonso/BA (SBUF), localizado no Município de Paulo Afonso, Estado da Bahia.

- Aeroporto Presidente João Suassuna (SBKG), localizado no Município de Campina Grande, no Estado da Paraíba.

Art. 5º Nos termos do art. 2º da Lei 5.862, de 12 de dezembro de 1972 e do art. 27, § 8º, inciso III da Lei nº 10.683, esta Portaria revoga a Portaria do extinto Ministério da Aeronáutica n° 1.179/GM5, de 03 de outubro de 1980.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO QUINTELLA

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RETIFICAÇÕES

No art. 1º da Decisão nº 99, de 27 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2017, Seção 1, página 106, onde se lê: "...com sede social em Mostardas (RS).", leia-se: "...com sede social em Santo Antônio da Patrulha (RS).".

No art. 1º da Decisão nº 124, de 26 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2017, Seção 1, página 321, onde se lê: "...outorgada à sociedade empresária SANA AGRO AÉREA LTDA...", leia-se: "...outorgada à sociedade empresária SANA AGRO AÉREA SOCIEDADE SIMPLES...".

Na Portaria nº 2.731, de 9 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2017, Seção 1, página 56, onde se lê: "...considerando o que consta do processo nº 00068.500715/2017-30..." leia - se: "...considerando o que consta do processo nº 00068.500128/2016-60...".

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 2.762, DE 14 DE AGOSTO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso XX, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00066.006185/2015-96, resolve:

Art. 1º Deferir, conforme peticionado pela Embraer S.A., o pedido de Nível Equivalente de Segurança para o parágrafo 25.1193(e)(3) do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil 25 (RBAC 25), emenda 25-134, para o avião Embraer ERJ-190-300, referente à resistência ao fogo dos capôs e superfícies externas ao motor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

GERÊNCIA-GERAL DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 2.778, DE 15 DE AGOSTO DE 2017

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 969/SAR, de 16 de abril de 2014, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145), e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº00058.523753/2017-80, resolve:

Art. 1º Tornar pública a suspensão do Certificado de Organização de Manutenção nº 9903-01/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico HORUS AERO TÁXI LTDA. EPP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMERICO CAMPOS FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 15 DE AGOSTO DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751/SIA, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, resolve:

Nº 2.783 - Homologa o heliponto privado a bordo da unidade PETROBRAS 18 P-18 (9PRZ). Processo nº 00065.537458/2017-11. A homologação tem validade até 27 de abril de 2020.

Nº 2.787 - Homologa o heliponto privado a bordo da unidade PETROBRAS XIX P-19 (9PTS). Processo nº 00065.541433/2017-12. A homologação tem validade até 12 de janeiro de 2019.

Nº 2.796 - Homologa o heliponto privado a bordo da unidade BASSDRILL BETA (9PHY). Processo nº 00065.527327/2017-26. A homologação tem validade até 24 de março de 2020.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIAS DE 16 DE AGOSTO DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751/SIA, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, resolve:

Nº 2.815 - Homologa o heliponto privado a bordo da unidade FPSO ESPÍRITO SANTO (9PEN). Processo nº 00065.540827/2017-53. A homologação tem validade até 23 de maio de 2020.

Nº 2.820 - Homologa o heliponto privado a bordo da unidade FAR SAGA (9PIA). Processo nº 00065.534296/2017-60. A homologação tem validade até 20 de abril de 2020.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 2.329, DE 11 DE JULHO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão C, aprovado pela Portaria nº 1.767, de 23 de maio de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.527694/2017-20, resolve:

Art. 1º Renovar a autorização, por 5 (cinco) anos, para que a SCODA AERONÁUTICA, FABRICAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE AERONAVES, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ESCOLA, situada à Estrada Municipal IPN 020, KM 01 - S/Nº, Sítio Santo, Bairro Rural, em Ipeúna - SP, CEP: 13537-000, ministre cursos teóricos/práticos de Piloto Desportivo e Piloto de Recreio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 2.862, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão C, aprovado pela Portaria nº 1.767/SPO, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 137 (RBAC nº 137) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.506721/2016-39, resolve:

Art. 1º Ratificar a emissão do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2011-02-2IBS-03-01, Revisão 01, emitido em 18 de agosto de 2017, em favor da sociedade empresária GUANAGRI AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA, enviado à interessada em 18 de agosto de 2017 pelo Ofício nº 971(SEI)/2017/SP/GTPO/GOAG/ SPO-ANAC, com base nas seguintes características:

I - endereço: Rua José Marquês, nº 123 - Centro, Jaíba/MG CEP 39.508-000

II - tipo de operador: Aeroagrícola;

III - tipo de operação: Operações aeroagrícolas comerciais; e

IV - regulamentação: RBAC nº 137.

Art. 2º Independente do exposto na presente Portaria, as operações somente poderão iniciar-se e manter-se enquanto os seguintes documentos estiverem válidos:

I - autorização para operar, emitida pela Diretoria e publicada no Diário Oficial da União - DOU; e

II - registro de estabelecimento no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

PORTARIA Nº 2.879, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão C, aprovado pela Portaria nº 1.767/SPO, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica nº 91 (RBHA nº 137) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.171329/2015-94, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, contados a partir do dia 21 de agosto de 2017, a homologação dos cursos teóricos e práticos de piloto privado de avião e helicóptero, piloto comercial de avião e helicóptero, instrutor de voo de avião e helicóptero e habilitação de voo por instrumentos de avião ministrados pelo Batalhão de Radiopatrulhamento Aéreo da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

PORTARIA Nº 2.883, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão C, aprovado pela Portaria nº 1.767/SPO, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 137 (RBAC nº 137) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00068.500128/2016-60, resolve:

Art. 1º Cancelar a publicação da Portaria nº 2.731/SPO, de 9 de agosto de 2017, realizada no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2017, Seção 1, página 102, por ter sido publicada em duplicidade, mantida a validade da publicação original realizada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2017, Seção 1, página 56.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS,

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 5.575, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50000.001399/1996, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 426ª Reunião Ordinária, realizada em 3 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de deferimento do pleito de prorrogação de prazo requerido pela empresa Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.183.449/0001-94, visando o início das operações no âmbito do Terminal de Uso Privado - TUP de sua titularidade, localizado no município de Pontal do Paraná/PR, pelo período de três anos a partir de 14 de agosto de 2017, com base no que preceitua o § 2º do art. 26 do Decreto nº 8.033, de 2013, e o art. 26 da norma aprovada pela Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Dar ciência ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA sobre a existência da Ação Popular nº 5004714-03.2014.4.04.7008, que questiona a validade da outorga do empreendimento em questão, bem como do Agravo de Instrumento em apreciação no âmbito do Tribunal Regional Federal - TRF, da 4ª Região, visando à necessária oitiva da Consultoria Jurídica - CONJUR do MTPA, antes que se promova qualquer impulso processual.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.582, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.011173/2016-12 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 427ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Navemazônia Navegação Ltda., CNPJ nº 02.003.338/0001-22, com sede à rua Pajura nº 103 - Sala 2, Vila Buriti, Manaus - AM, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.471-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 197, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.245098/2017-16, resolve:

Art. 1º Aprovar a postergação no Cronograma Financeiro de Investimentos da Autopista Régis Bittencourt S/A, para o ano subsequente, conforme disposto no Parecer Técnico nº 176/2017/GEINV/SUINF, de 28 de julho de 2017.

Art. 2º Os efeitos financeiros na Tarifa Básica de Pedágio - TBP serão considerados na próxima revisão ordinária.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

PORTARIA Nº 198, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.327952/2017-61, resolve:

Art. 1º Aprovar a postergação no Cronograma Financeiro de Investimentos da Acciona Concessões Rodovia do Aço S.A., para o ano subsequente, conforme disposto no Parecer Técnico nº 171/2017/GEINV/SUINF, de 18 de julho de 2017.

Art. 2º Os efeitos financeiros na Tarifa Básica de Pedágio - TBP serão considerados na próxima revisão ordinária.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

PORTARIA Nº 199, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, resolve:

Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica, por meio de ocupação transversal aérea, no km 105+000m, da Rodovia BR-163/MT, no Município de Rondonópolis/MT, de interesse da empresa Fertimig Fertilizantes Ltda. - Processo nº 50520.022124/2017-00.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/355/Legislacao.html.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

DECISÃO DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Processo n°. 50608.000345/2012-45 - INTERESSADO: CONSÓRCIO SET, inscrito no CNPJ sob o nº 53.503.652/0001-05. ASSUNTO: Recurso Administrativo. DECISÃO: CONHEÇO DO RECURSO ADMINISTRATIVO em razão da tempestividade e no mérito. INDEFIRO OS PEDIDOS para suspensão do processo administrativo de inclusão das empresas integrantes do Consórcio SET no CADIN; avocar a competência para julgamento em 2ª instância dos processos administrativos nº 50608.000345/2012-44 e 50608.000238/2017-21, atualmente diligenciados em 1ª instância pelo DNIT/SP, e, por último, decretar a nulidade da Tomada de Contas Especial nº 50608.000778/2015-42.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA
Diretor-Geral

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 21 de agosto de 2017

Conforme reunião da Diretoria Colegiada/DNIT realizada no dia 08/08/2017, e constante da 32ª Ata da Reunião da Diretoria Colegiada/DNIT, fls. 73, fundamentada no Relato nº 68/2017/DAF, às fls. 70/72, apresentado pela Diretoria de Administração e Finanças, foi APROVADO o RECONHECIMENTO DE DÍVIDA junto à empresa N2O - Tecnologia da Informação Ltda., pelo fornecimento de solução de gerenciamento de contratos administrativos, para uso pelo DNIT/Sede e Superintendências Regionais, junto ao Contrato nº 504/2016, no valor de R$110.000,00 (cento e dez mil reais), razão pela qual, na condição de Presidente natural da Diretoria Colegiada, RATIFICO o procedimento e requeiro a remessa do processo à área competente para seu prosseguimento. Processo nº 50600.021047/2017-72

Em 22 de agosto de 2017

Conforme reunião da Diretoria Colegiada/DNIT, realizada no dia 15/08/2017, e constante da 33ª Ata da Reunião da Diretoria Colegiada/DNIT, fundamentada no Relato nº 62/2017-DAQ, às fls. 41/42, apresentado pela Diretoria de Infraestrutura Aquaviária, foi APROVADO o RECONHECIMENTO DE DÍVIDA junto a empresa Telefônica Brasil S/A. Autorizar o Reconhecimento de Dívida das despensas com telefonia na vigência do Convênio 007/2008/DAQ/DNIT, no valor de R$575,76 (quinhentos e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos), razão pela qual, na condição de Presidente da Diretoria Colegiada, RATIFICO o procedimento e requeiro a remessa do processo à área competente para seu prosseguimento. PROCESSO Nº: 50600.013574/2016-22.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1.236, DE 14 DE AGOSTO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando;

que dos autos da reclamatória trabalhista nº 0020334-12.2017.5.04.0232 é possível vislumbrar a ocorrência de irregularidades referentes à exigência de trabalho proibido em razão da idade e ausência de fornecimento de equipamentos de proteção individual ou coletiva no âmbito da empresa SETEMBRINA NATIVIDADE DE OLIVEIRA GOVEIA, (CNPJ: 92.141.464/0001-36), localizada na Travessa Rodeio, nº 100, Bairro Palermo, Gravataí/RS;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, violam disposições contidas na Constituição Federal, art. 7º, incisos XXII XXXIII e na Norma Regulamentadora nº 06 do Ministério do Trabalho e Emprego;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da pessoa da SETEMBRINA NATIVIDADE DE OLIVEIRA GOVEIA - EPP, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 003457.2017.04.000/2;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 382, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Titulo II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. notícia de fato apresentada na PRT20/SE pela UNIÃO - MINISTÉRIO DO TRABALHO - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SERGIPE - SRTE/SE (CNPJ 37.115.367/0001-60), autuada sob o número 000277.2017.20.000/0, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a IRREGULARIDADES NA CONCESSÃO DE REPOUSO SEMANAL REMUNERADO; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127);

resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A. (CAMISARIA COLOMBO; CNPJ matriz 09.044.235/0001-50; CNPJ estabelecimentos em Sergipe 09.044.235/0041-47 e 09.044.235/0192-50, localizados na Avenida Ministro Geraldo Barreto Sobral, 215, Shopping Center Jardins, Esp Coml E33 e E34, Bairro Jardins, Aracaju/SE, CEP 49026-900; e na Avenida Coletora A, s/n, Lojas 80 e 81, Conjunto Marcos Freire I, Nossa Senhora do Socorro/SE, CEP 49160-000). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume. Publique-se.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 384, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Titulo II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. notícia de fato apresentada na PRT20/SE pela UNIÃO - MINISTÉRIO DO TRABALHO - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SERGIPE - SRTE/SE (CNPJ 37.115.367/0001-60), autuada sob o número 000440.2017.20.000/0, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a IRREGULARIDADES NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO; EMBARAÇO À FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO; e IRREGULARIDADES NA CONCESSÃO DE FÉRIAS; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127);

resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de RIO REAL AGROPECUÁRIA LTDA. - ME (CNPJ 13.524.004/0001-10). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume. Publique-se.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 232, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

Altera o Anexo I, Capítulo X e o Anexo VIII, Capítulo V, ambos da Resolução nº 90, de 14 de setembro de 2009, que dispõe sobre as atribuições e distribuição de processos nas Promotorias de Justiça e dá outras providências.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 166, inciso I, alíneas "c" e "d", da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o Procedimento Administrativo nº 08190.043867/15-95 e apensos 08190.014085/14-86, 08190.018572/12-47 e 08190.105227/14-03, e de acordo com a deliberação ocorrida na 255ª Sessão Ordinária, realizada no dia 10 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo I, Capítulo X e o Anexo VIII, Capítulo V, da Resolução nº 90, de 14 de setembro de 2009, na forma do Anexo da presente Resolução, conforme referendado na Portaria PGJ nº 627, de 29 de maio de 2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO ROSCOE BESSA
Presidente do Conselho Superior

ANTONIO EZEQUEIL DE ARAUJO NETO
Conselheiro-Relator

ARINDA FERNANDES
Conselheira-Secretária

ANEXO I - UNIDADE: DISTRITO FEDERAL

(...)

CAPÍTULO X

DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

PROMOTORIA DE JUSTIÇA	ATRIBUIÇÕES/ DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS	AUDIÊNCIAS	CONTROLE EXTERNO/ FISCALIZAÇÃO/ INSPEÇÃO
1ª a 6ª e 8ª Promotorias de Justiça Infracionais	- Feitos da Vara da Infância e da Juventude - VIJ -, relativos à sua área de atuação; - Feitos do Núcleo de Apoio ao Atendimento Integrado Judicial ao. Adolescente em Conflito com a Lei - NAIJUD - relativos à sua área de atuação, distribuídos de forma equitativa na respectiva escala	- Audiências da VIJ, à exceção das audiências cíveis, administrativas e de pastas especiais; - Audiências do NAIJUD relativas à sua área de atuação, distribuídas de forma equitativa na respectiva escala.	- Inspecionar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao adolescente infrator, ressalvadas as atribuições das Promotorias de Justiça de Execuções de Medidas Socioeducativas, e a Delegacia da Criança e do Adolescente - DCA.
7ª Promotoria de Justiça InfracionaL	- Feitos da Vara da Infância e da Juventude - VIJ -, relativos à sua área de atuação; - Feitos do Núcleo de Apoio ao Atendimento Integrado Judicial ao Adolescente em Conflito com a Lei - NAIJUD - relativos à sua área de atuação, distribuídos de forma equitativa na respectiva escala. Poderá ser transformada, conforme interesse público, em Promotoria de Justiça de Atendimento Integrado ao Adolescente em Conflito com a Lei.	- Audiências da VIJ, à exceção das audiências cíveis, administrativas e de pastas especiais; - Audiências do NAIJUD relativas à sua área de atuação, distribuídas de forma equitativa na respectiva escala.	- Inspecionar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao adolescente infrator, ressalvadas as atribuições das Promotorias de Justiça de Execuções de Medidas Socioeducativas, e a Delegacia da Criança e do Adolescente - DCA.
1ª a 6ª Promotorias de Justiça Cíveis e de Defesa dos Direitos Individuais, Difusos e Coletivos	- Feitos da VIJ, relativos à sua área de atuação.	- Audiências judiciais cíveis designadas pela VIJ.	- Perante o Distrito Federal, quando relacionada diretamente com crianças e adolescentes não-infratores; - Inspecionar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento à criança e ao adolescente não infrator.
1ª a 3ª Promotorias de Justiça de Execuções de	- Feitos da Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas - VEMSE; -Feitos instaurados para apurar	- Audiências da VEMSE.	- Inspecionar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao
Medidas Socioeducativas da Infância e da Juventude	irregularidade em entidade de cumprimento de medida socioeducativa, inclusive internação, seja ela provisória ou definitiva.		adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, inclusive internação, seja ela provisória ou definitiva.

(...)

ANEXO VIII - UNIDADE: SAMAMBAIA

CAPÍTULO VDAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA INFÂNCIA DA JUVENTUDE

promotoria de justiça	Atribuições/ distribuição de feitos	audiências	Controle externo/ fiscalização/ inspeção
1ª a 7ª promotorias de justiça infracionais de defesa da infância e da juventude	- Feitos da Vara Regional de Atos Infracionais da Infância e da Juventude, distribuídos de forma equitativa; - Feitos do Núcleo de Apoio ao Atendimento Integrado Judicial ao Adolescente em Conflito com a Lei - NAIJUD - relativos à sua área de atuação, distribuídos de forma equitativa na respectiva escala. Podendo ser transformada, conforme interesse público, em Promotoria de Justiça de Atendimento Integrado ao Adolescente em Conflito com a Lei, aquela que vier ser ocupada por remoção a partir desta data. Na eventualidade de haver mais de um removido, a transformação incidirá sobre o ofício ocupado pelo membro mais moderno na carreira.	- Audiências da Vara Regional de Atos Infracionais da Infância e da Juventude; - Audiências do NAIJUD relativas à sua área de atuação, distribuídas de forma equitativa na respectiva escala.	- Inspecionar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao adolescente infrator, ressalvadas as atribuições das Promotorias de Justiça de Execuções de Medidas Socioeducativas, e a Delegacia da Criança e do Adolescente II - DCA II.

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA DE CONTRATAÇÕES

PORTARIA Nº 143, DE 17 DE JULHO DE 2017

O DIRETOR-EXECUTIVO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no exercício da competência estabelecida Regulamento Administrativo do Senado Federal, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no Item17.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 006/2017 e pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 00200.009512/2017-31, aplica à empresa IPESPE - INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS, inscrita no CNPJ sob o nº 11.849.437/0001-10, com endereço na Praça Dr. Fernando Figueira, nº 30, 10º andar, Ilha do Leite, Recife -PE, CEP 50.050-200, penalidade de MULTA no valor de R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais), cumulada com a pena de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR por 30 (trinta) dias no âmbito da UNIÃO, por deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório, em descumprimento ao que estabelecem os itens 10.1 e 12.4 do Edital do referido certame.

WANDERLEY RABELO DA SILVA

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 336, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar para os fins que especifica.

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e regimentais e considerando o disposto no art. 45, §1º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 - Lei n. 13.408, de 26 de dezembro de 2016; no art. 4º, inciso I, alínea "a" e inciso II, alínea "a", da Lei Orçamentária Anual - Lei n. 13.414, de 10 de janeiro de 2017, e na Portaria n. 07/SOF/MP de 14 de fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar em favor do Superior Tribunal de Justiça no valor de R$ 2.676.090,00 (dois milhões, seiscentos e setenta e seis mil e noventa reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem da anulação de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

ÓRGÃO: 11000 - Superior Tribunal de Justiça
UNIDADE: 11101 - Superior Tribunal de Justiça

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0568	Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça							2.676.090
		Atividades							
02 122	0568 20TP	Pessoal Ativo da União							2.362.552
02 122	0568 20TP 5664	Pessoal Ativo da União - Em Brasília - DF							2.362.552
			F	1	1	90	0	100	2.362.552
		Operações Especiais							
02 846	0568 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							313.538
02 846	0568 09HB 5664	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Em Brasília - DF							313.538
			F	1	0	91	0	100	313.538
TOTAL - FISCAL									2.676.090
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.676.090

ANEXO II

ÓRGÃO: 11000 - Superior Tribunal de Justiça
UNIDADE: 11101 - Superior Tribunal de Justiça

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							2.676.090
		Operações Especiais							
28 846	0909 00H7	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações							313.538
28 846	0909 00H7 5664	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações - Em Brasília - DF							313.538
			F	1	0	91	0	100	313.538
28 846	0909 0C04	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações							2.362.552
28 846	0909 0C04 5664	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Em Brasília - DF							2.362.552
			F	1	1	90	0	100	2.362.552
TOTAL - FISCAL									2.676.090
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.676.090

PORTARIA Nº 337, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a publicação do cronograma anual de desembolso mensal do Superior Tribunal de Justiça.

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que determinam o art. 8º da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, o art. 57 da Lei n. 13.408, de 26 de dezembro de 2016, a Portaria Conjunta n. 3 de 26 de maio de 2017 e Portaria Conjunta n. 4 de 26 de julho de 2017 dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, dos Tribunais Superiores, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, as descentralizações automáticas de sentenças judiciais da SOF/MP e em razão do encerramento da vigência da Medida Provisória nº 750 de 2016, resolve:

Art. 1º O Cronograma Anual de Desembolso Mensal a que se refere a Portaria STJ n. 18 de 17 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 6 de fevereiro de 2017, passa a ser o constante do anexo desta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ

ANEXO

CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL
ÓRGÃO: 11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
R$ 1,00

ATÉ O MÊS	CATEGORIA A		CATEGORIAS C e D		
	Pessoal e Encargos Sociais	Cumprimento de Sentença Judicial Devida pela União, Autarquias e Fundações (art. 100, CF) - Precatório e RPV	Outras Despesas Correntes e de Capital	Cumprimento de Sentença Judicial Devida pela União, Autarquias e Fundações (art. 100, CF) - Precatório	Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais
JANEIRO	116.020.248,00	114.640.653,00	31.344.875,00	9.455.078,00	3.548,00
FEVEREIRO	193.020.248,00	114.962.166,00	70.357.566,00	9.455.078,00	7.096,00
MARÇO	270.020.248,00	121.962.166,00	101.702.441,00	9.455.078,00	10.644,00
ABRIL	347.020.248,00	121.962.166,00	131.495.626,00	9.455.078,00	14.192,00
MAIO	424.020.248,00	122.081.166,00	161.381.791,00	9.455.078,00	17.740,00
JUNHO	505.520.248,00	123.421.701,00	191.095.619,00	9.455.078,00	21.288,00
JULHO	587.020.248,00	125.321.407,00	220.809.447,00	9.455.078,00	24.836,00
AGOSTO	668.520.248,00	126.321.407,00	250.164.856,00	9.455.078,00	28.384,00
SETEMBRO	750.020.248,00	126.321.407,00	279.520.265,00	9.455.078,00	31.932,00
OUTUBRO	831.520.248,00	126.321.407,00	308.875.674,00	9.455.078,00	35.480,00
NOVEMBRO	962.374.817,00	126.321.407,00	338.231.083,00	9.455.078,00	39.028,00
DEZEMBRO	1.042.288.630,00	126.321.407,00	367.586.493,00	9.455.078,00	42.576,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ATOS ORDINATÓRIOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao suscitado para contrarrazões:

PROC: 5011443-85.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
SUSCITANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): ALEXANDRE HIAGO DA SILVA
PROC./ADV.: TAISE VIELMO CORTES
OAB: RS-39542

PROC: 0008555-08.2014.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITADO(A) : MARIA DO CARMO TARTAGLIONI DE BARROS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA

PROC: 0056209-91.2009.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SUSCITADO(A) : ERONALDO RODRIGUES ARAUJO
PROC./ADV.: CAROLINA SIMÃO ODISIO HISSA
OAB: DF-23681
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA

PROC: 0055371-82.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITADO(A) : JOÃO BATISTA DA SILVA
PROC./ADV.: CELINA CAPRARO FOGO
OAB: SP-281125
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA

PROC: 0506635-66.2009.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
SUSCITANTE: MONIQUE GODEIRO DOS SANTOS GURGEL
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
SUSCITADO(A): FUNDAÇÃO INSTUTO BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

PROC: 0000238-52.2013.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: NAJLA DE OLIVEIRA JORDAO
PROC./ADV.: DAZIO VASCONCELOS
OAB: SP-133791
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS
OAB: -
REPRESENTANTE LEGAL: MARCIA REGINA DE AMEIDA JORDÃO
PROC./ADV.: DAZIO VASCONCELOS
OAB: SP-133791

PROC: 0006644-26.2012.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: RICHARD BRAGA DA SILVA
PROC./ADV.: DÁZIO VASCONCELOS
OAB: SP 133.791
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

PROC: 5005234-86.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): TUGUO KAKUNO
PROC./ADV.: ROSANGELA LELIS DELIBERADOR
OAB: PR-48 334

PROC: 0000788-53.2014.4.03.6321
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: POTIGUARA ALVES DA COSTA
PROC./ADV.: MAURO PADOVAN JUNIOR
OAB: SP-104685
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROC: 0001589-40.2015.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
SUSCITANTE: LEDA MARIA OLIVEIRA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
SUSCITADO(A): DNIT
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

PROC: 0005515-54.2010.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: JOSE DOMINGOS SOARES
PROC./ADV.: DÁZIO VASCONCELOS
OAB: SP 133.791
SUSCITADO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS
OAB: -

PROC: 0016680-10.2014.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
SUSCITANTE: MARIA JOSÉ ARRUDA GUIMARÃES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291
SUSCITADO(A): DNIT
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

PROC: 0049179-36.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: CAMILA KEVILY SOUZA
PROC./ADV.: ROBERTO CARLOS DE AZEVEDO
OAB: SP168579
SUSCITADO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL: ANTONIO CARLOS DE SOUZA
PROC./ADV.: ROBERTO CARLOS DE AZEVEDO
OAB: SP-168.579

PROC: 0508193-68.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
SUSCITANTE: FRANCISCO DE ASSIS MONTEIRO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
SUSCITADO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

PROC: 0510449-76.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
SUSCITANTE: CÍCERO MENDONÇA SANTOS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291
SUSCITADO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA

PROC: 5014694-45.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
SUSCITANTE: JOSÉ OSMAR DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: FABIANE DALMÔNICO
OAB: SC-22581
PROC./ADV.: J.N. COELHO NETO
OAB: SC-5596
PROC./ADV.: GEOVANI COELHO
OAB: SC-5987
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FERNANDO MOREIRA GONÇALVES

PROC: 0006827-58.2007.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: MARIA LUIZA GOMES PAULINO SANTIAGO
PROC./ADV.: PAULO CÉSAR DA COSTA
OAB: SP-195289
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA

PROC: 0015842-90.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: ROSA MENDES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CICERO GOMES DE LIMA
OAB: SP265627
SUSCITADO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS
OAB: -

PROC: 0515351-81.2015.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): FERNANDO JOSÉ BEZERRA DA SILVA
PROC./ADV.: LYGIA MARIA W. DE S. GIL RODRIGUES
OAB: PE-17603
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

PROC: 5002478-12.2013.4.04.7106
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): PAULO ROBERTO BOTELHO FERNANDES
PROC./ADV.: MARCELO MENESES BORBA
OAB: RS-39886
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA

PROC: 5009029-54.2012.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): CARLOS IDROALDO MESSIAS AVILA
PROC./ADV.: DIOGO TASSINARI BOLZAN
OAB: RS-63521
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA

PROC: 5000124-66.2013.4.04.7218
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
SUSCITADO(A) : MARIZA FURTADO COUTO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
OAB: SC-13520
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROC: 5012884-47.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITANTE: PORFIRIO ENEDIR PEREIRA BERNARDES
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
OAB: RS 36.024
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROC: 0002789-60.2008.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: NATALINA APARECIDA VALERI
PROC./ADV.: JOSÉ BRUN JÚNIOR
OAB: SP-128366
SUSCITADO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROC: 0004145-56.2009.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: ADALGISA FLORENTINO DO AMARAL
PROC./ADV.: JOSE BRUN JUNIOR
OAB: SP-128366
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROC: 0008979-78.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: ELZIMA PAZELI
PROC./ADV.: LUCAS RAMOS TUBINO
OAB: SP-202 142
PROC./ADV.: ANA FLÁVIA VERNASCHI
OAB: SP-342550
PROC./ADV.: DENIS APARECIDO DOS SANTOS COLTRO
OAB: SP-342968
PROC./ADV.: GABRIELA DE SOUSA NAVACHI
OAB: SP-341-266
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA

PROC: 0002784-14.2008.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
SUSCITANTE: MARIA DAS GRAÇAS BARRETO OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

PROC: 0505001-34.2015.4.05.8300
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
SUSCITANTE: CLAUDIA RIBEIRO CAVALCANTE
PROC./ADV.: RICARDO JOSE VARJAL CARNEIRO LEAO
OAB: PE-14177
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROC: 0506135-96.2015.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
SUSCITADO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITANTE: ANA CLÁUDIA QUEIROZ MAGALHÃES
PROC./ADV.: RICARDO JOSE VARJAL CARNEIRO LEAO
OAB: PE-14177
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA

PROC: 0002981-63.2008.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: LEVY NUNES PEREIRA
PROC./ADV.: WILSON MIGUEL
OAB: SP 99858
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROC: 0007677-51.2012.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: ARTUR JOSE RODRIGUES
PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE PASTORI
OAB: SP065415
SUSCITADO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROC: 0523851-73.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
SUSCITADO(A) : INSS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITANTE: DANIELE DE ARROXELAS GALVÃO MIRANDA
PROC./ADV.: JORGE TASSO DE SOUZA FILHO
OAB: PE-20746
PROC./ADV.: RICARDO JOSE VARJAL CARNEIRO LEAO
OAB: PE-14177
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA

PROC: 0506116-90.2015.4.05.8300
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
SUSCITANTE: ANA PAULA GOMES GOUVEIA
PROC./ADV.: RICARDO JOSE VARJAL CARNEIRO LEAO
OAB: PE-14177
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

PROC: 0523207-33.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
SUSCITADO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITANTE: MARIA HELENA DA ROCHA BEZERRA PINTON
PROC./ADV.: RICARDO JOSÉ VARJAL CARNEIRO LEÃO
OAB: PE-1417
PROC./ADV.: JORGE TASSO DE SOUZA FILHO
OAB: PE-20746

PROC: 5062476-60.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITADO(A) : MARIA HELENA PEREIRA PIRES DE OLIVERIA
PROC./ADV.: RAFAEL TORRES DOS SANTOS
OAB: RS-46044
PROC./ADV.: CAROLINE SCHOSSLER
OAB: RS-65 602
SUSCITANTE: HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
PROC./ADV.: MAURO ALMEIDA DE BARROS
OAB: RS-37 401
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA

PROC: 5006033-02.2011.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITADO(A) : MARIA IRENA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ALEXANDRE DORNELLES MARCOLIN
OAB: RS-73 758
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROC: 2013.51.51.002977-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SUSCITADO(A) : JOÃO RABELO
PROC./ADV.: MARCOS FLAVIO RABELLO DA SILVA
OAB: RJ-170351
SUSCITANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

PAUTA DE JULGAMENTOS
Aditamento

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados, SISTEMAS VIRTUS E EPROC, na Pauta de Julgamento do dia 30 de agosto de 2017, quarta-feira, às 13:30 horas, a ser realizada na sede do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, na cidade de PORTO ALEGRE-RS, podendo, entretanto, nesta Sessão ou nas Sessões subsequentes, serem julgados os processos adiados ou remanescentes..
PROCESSO:5006700-69.2012.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC./ADV.: MAURO AUGUSTO DA SILVA FERRETTO
REQUERIDO(A): LEONIDAS NATIVIDAD SIGUENAS QUEZADA
PROC./ADV.: MAURÍCIO DAL AGNOL
PROC./ADV.: RONALDO ELIAS
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Conselhos Regionais de Fiscalização Profissional e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:0502927-32.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MANOEL SOARES DE MIRANDA NETO
PROC./ADV.: ADÍLIA DANIELLA NÓBREGA FLOR
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:0508201-89.2014.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ROSSIVALDO CAMILO DA SILVA
PROC./ADV.: ANDREY LEVI DIOGENES MAGALHÃES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Plano de Classificação de Cargos - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:0058732-13.2008.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GUILHERME CARRANO
PROC./ADV.: ANTÔNIO BRAZ DE ALMEIDA
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Prescrição e decadência - Fatos jurídicos - Direito Civil

PROCESSO:0503041-68.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): PAULO WILLIAM DA ROCHA
PROC./ADV.: CLEIDE MARTINS SOUSA DA CÂMARA
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Isenção - Limitações ao Poder de Tributar - Direito Tributário

PROCESSO:0501507-53.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS BARRETO DA SILVEIRA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário

PROCESSO:0005499-92.2009.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARCOS ALBERTO SOUZA RIBEIRO
PROC./ADV.: DANIELE DE ASSIS SANTIAGO
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário

PROCESSO:5018178-03.2014.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): PAULO CASTRO DE MELLO
PROC./ADV.: FELISBERTO VILMAR CARDOSO
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário

PROCESSO:5005365-49.2011.4.04.7005
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARLENE FACIONI RODRIGUES
PROC./ADV.: MARCELO JOSÉ CISCATO
REQUERIDO(A): ADÃO RENI RODRIGUES
PROC./ADV.: MARCELO JOSÉ CISCATO
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Repetição de Indébito - Crédito Tributário - Direito Tributário

PROCESSO:0003328-41.2008.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSÉ BENEDITO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:0013796-36.2009.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MIGUEL GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: WILSON MIGUEL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:0500612-60.2011.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA BANDEIRA DIÓGENES
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:0503614-31.2013.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSÉ JANDUÍ CHAVES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:0504886-87.2013.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LINDALVO OURIQUES SOARES
PROC./ADV.: JOSÉ VINÍCIUS FARIAS DA SILVA
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:0510914-48.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:5000471-44.2013.4.04.7010
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LUIZA MOREIRA AUGUSTO
PROC./ADV.: MARIA CICERA POLATO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:5002775-32.2012.4.04.7016
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ADÃO FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: SIDNEI BORTOLINI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:5008214-69.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DIMAS BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:5014887-38.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: HÉLIO FERREIRA FONSECA
PROC./ADV.: LUIZ CELSO INDIO DINIZ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:0515661-33.2014.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:5000600-76.2013.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANDRÉ CAMARGO
PROC./ADV.: CLAUDIO ITO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:5008313-98.2011.4.04.7122
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SILESIA MARIA MEDEIROS DE AMORIM
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:0000781-56.2012.4.03.6313
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARGARIDA INEZ DA SILVA

PROC./ADV.: FERNANDO CÉSAR DE OLIVEIRA MARTINS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:0002594-73.2011.4.03.6307
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: IVAN AMADEU PIRES
PROC./ADV.: MARCUS VINICIUS MARINO DE ALMEIDA BARROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:0004955-39.2011.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: EDEWARD BUENO
PROC./ADV.: JANAINA RAQUEL FELICIANI DE MORAES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:0006032-54.2013.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: IDALINA AGRELLA CAETANO
PROC./ADV.: DIEGO GONÇALVES DE ABREU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:0006698-42.2010.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CLAUDINEI PEREIRA ALVIM
PROC./ADV.: JOSE BRUN JUNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:0500376-42.2015.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EDIVALDO TENÓRIO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:0500438-82.2015.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: IARA BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:0502194-32.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MÁRIO SÉRGIO ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:0503304-66.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: AVANI EVANGELISTA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:5003669-98.2013.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MOACIR DE ALMEIDA
PROC./ADV.: RODOLFO ACCADROLLI NETO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:5014893-67.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: IRIBELTO BATISTA
PROC./ADV.: AUDREY ZANETTE PACHECO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:5028874-78.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: RAUL FRANCISCO QUEIROZ
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:0002418-26.2013.4.03.6307
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ROSA VIEIRA DE FREITAS
PROC./ADV.: FÁBIO ROBERTO PIOZZI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:0016552-13.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: WILLIAM SOARES BATISTA
PROC./ADV.: RITA DE CÁSSIA PEREIRA PIRES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:0000498-37.2010.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: DARCI SANTA CATARINA
PROC./ADV.: DÁZIO VASCONCELOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:5000518-85.2013.4.04.7214
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ANTONIO BRAULIO MACHADO MUNHOZ
PROC./ADV.: ROSSANA NADOLNY MUNHOZ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário

PROCESSO:5001959-43.2013.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SUELI HOFF
PROC./ADV.: RODRIGO COELHO
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Períodos de Carência - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO:0511380-77.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO EDSON PEREIRA
PROC./ADV.: PAULO ROBERTO DE LIMA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Data de início do benefício (DIB) - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:5018661-30.2014.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: NIVOSNI FERREIRA DE LIMA
PROC./ADV.: CLAUDIO JOSÉ DE CAMPOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Data de início do benefício (DIB) - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO:0046663-37.2008.4.01.3500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: LAUDEMIRO PEREIRA DA CRUZ
PROC./ADV.: RITA MARGARETE RODRIGUES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO:5011700-38.2012.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SILVIO DA LUZ
PROC./ADV.: ROSEMARY DE SOUZA GONÇALVES
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO:5000251-24.2014.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: LEANDRO IMÓVEIS LTDA
PROC./ADV.: MARILANE KEORICH DE SOUZA NOBRE
REQUERENTE: VITA CONSTRUTORA LTDA
PROC./ADV.: MARILANE KEORICH DE SOUZA NOBRE
REQUERIDO(A): AMANDA DOS SANTOS SANTIAGO
PROC./ADV.: HUGO TZELIKIS MUND
REQUERIDO(A): DAIANE DOS SANTOS SANTIAGO
PROC./ADV.: HUGO TZELIKIS MUND
LITISCONSORTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Direito do Consumidor
Publique-se e Registre-se.

Brasília-DF, 22 de agosto de 2017.
MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

VIVIANE DA COSTA LEITE
Secretária da Turma

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO Nº 1.528, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Institui a Política de Gestão de Riscos do Conselho Federal de Contabilidade.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando as recomendações do Tribunal de Contas da União acerca da necessidade de estabelecer diretrizes, capacitar os gestores e realizar a gestão de riscos;

Considerando a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n.º 01/2016, que recomenda aos órgãos da administração pública a adoção de medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos e à governança;

Considerando que um dos princípios da boa governança consiste no gerenciamento de riscos e na instituição de mecanismos de controle interno necessários ao monitoramento e à avaliação do sistema, assegurando a eficácia e contribuindo para a melhoria do desempenho organizacional;

Considerando que a gestão de riscos permite tratar com eficiência as incertezas, seja pelo melhor aproveitamento das oportunidades, seja pela redução da probabilidade ou do impacto de eventos negativos, a fim de melhorar a capacidade de gerar valor e fornecer garantia razoável ao cumprimento dos seus objetivos;

Considerando as recomendações das melhores práticas internacionais que tratam da gestão de riscos corporativos, como o Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission/ Enterprise Risk Management - Integrated Framework (Coso/ERM) e a Norma Técnica ABNT NBR ISO 31000:2009 Gestão de riscos - Princípios e Diretrizes, resolve:

Art. 1º Instituir a Política de Gestão de Riscos do Conselho Federal de Contabilidade, na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO
Presidente do Conselho

ANEXO

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A Política de Gestão de Riscos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) tem por finalidade estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados e seguidos no processo de gestão de riscos integrados ao Planejamento Estratégico, programas, projetos e processos do CFC.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, entende-se por:

I - Apetite a Risco: nível de risco que o CFC está disposto a aceitar;

II - Controle: ação tomada com o propósito de certificar-se de que algo se cumpra de acordo com o que foi planejado, modificando ou corrigindo o desempenho organizacional e individual, caso necessário;

III - Controle Interno: processo que engloba o conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável para que os objetivos organizacionais sejam alcançados;

IV - Evento: uma ou mais ocorrências ou incidências provenientes do ambiente interno ou externo, ou mudança em um conjunto específico de circunstâncias, podendo, inclusive, consistir em alguma coisa não acontecer;

V - Gestão de Riscos: atividades coordenadas para dirigir e controlar a organização no que se refere a riscos e oportunidades;

VI - Gestor de Riscos: pessoa, papel ou estrutura organizacional com autoridade e responsabilidade para gerenciar um risco;

VII - Governança: combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração da organização, para informar, dirigir, administrar, avaliar e monitorar atividades organizacionais, com o intuito de alcançar os objetivos e prestar contas dessas atividades para a sociedade;

VIII - Oportunidade: possibilidade de que um evento afete, positivamente, o alcance de objetivos;

IX - Risco: possibilidade de ocorrência de um evento que tenha impacto no alcance dos objetivos da organização;(por uma questão de didática eu colocaria esse item como IX pois o demais fazem menção a ele)

X - Perfil de Risco: descrição do conjunto de riscos definido pelo CFC;

XI - Resposta ao Risco: qualquer ação adotada para lidar com risco, podendo consistir em:

a) aceitar o risco por uma escolha consciente;

b) transferir ou compartilhar o risco a outra parte;

c) evitar o risco pela decisão de não iniciar ou descontinuar a atividade que dá origem ao risco; ou

d) mitigar ou reduzir o risco, diminuindo sua probabilidade de ocorrência ou minimizando suas consequências;

XII - Risco Inerente: risco a que uma organização está exposta sem considerar quaisquer medidas de controle que possam reduzir a probabilidade de sua ocorrência ou seu impacto;

XIII - Risco Residual: risco a que uma organização está exposta após a implementação de medidas de controle para o tratamento do risco;

XIV - Política de Gestão de Riscos: declaração das intenções e diretrizes gerais do CFC relacionadas à gestão de riscos;

XV - Matriz de Risco: ferramenta em que são registrados os riscos identificados, a avaliação de seus impactos e a probabilidade de ocorrência para os processos, etapas, atividades e objetivos institucionais;

XVI - Comitê de Risco: comissão de caráter consultivo e permanente para questões relativas à gestão de riscos, voltada para a identificação de oportunidades para a melhoria contínua dos processos internos, visando ao estabelecimento de ações consistentes com os objetivos institucionais;

XVII - Plano de Gestão de Risco: esquema que especifica a abordagem, os componentes de gestão e os recursos a serem aplicados para a gestão de risco.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 3º A Política de Gestão de Riscos do CFC observará:

I - os princípios de transparência, ética, eficiência e integridade;

II - o estabelecimento de gestão de riscos de forma sistemática, estruturada e oportuna;

III - a aplicação de forma contínua e integrada ao Planejamento Estratégico do CFC e aos processos organizacionais, subsidiando a tomada de decisões;

IV - o propósito em agregar valor aos processos internos, apoiando a melhoria contínua da gestão do CFC;

V - o alinhamento ao perfil de risco do CFC;

VI - a necessidade em ser dinâmica, interativa e integrada às oportunidades e à inovação.

Art. 4º A Política de Gestão de Riscos do CFC tem por objetivos:

I - mapear e aperfeiçoar os processos e as informações relacionadas a riscos e controles, assegurando que os responsáveis pelas tomadas de decisão, em todos os níveis, tenham informações suficientes para identificar e tratar riscos, otimizando as oportunidades e minimizando a ocorrência de ameaças;

II - fomentar o alcance dos objetivos da organização, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis;

III - observar os aspectos da ética, conduta, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade nos controles da gestão de riscos;

IV - otimizar a transparência e a prestação de contas à sociedade;

V - integrar as informações relacionadas a riscos e controles de gestão ao processo do Planejamento Estratégico do CFC, na busca do atendimento aos objetivos institucionais.

CAPÍTULO III

DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 5º A operacionalização da gestão de riscos deverá contemplar as seguintes etapas:

I - Estabelecimento do Contexto: análise dos contextos externo e interno do órgão e do Planejamento Estratégico, no que tange aos objetivos e macroprocessos construídos e mapeados;

II - Mapeamento dos processos de todos os setores do órgão com a participação efetiva de seus respectivos gestores e subordinados;

III - Identificação de Riscos: após a constatação das situações listadas nos itens I e II, efetuar o reconhecimento e descrição de riscos, baseados em eventos que possam evitar, reduzir, acelerar, atrasar ou descontinuar a realização dos objetivos;

IV - Análise de Riscos: compreensão da natureza dos riscos, analisando as suas possíveis causas e consequências;

V - Avaliação de Riscos: estimar e determinar os níveis dos riscos mediante a combinação da probabilidade de sua ocorrência e dos impactos;

VI - Priorização de Riscos: definição de quais riscos terão suas respostas priorizadas, levando em consideração os níveis calculados na etapa anterior;

VII - Tratamento dos Riscos: tem como propósito determinar a resposta mais adequada para modificar a probabilidade ou impacto de um risco;

VIII - Monitoramento: processo de verificação, supervisão, observação crítica ou identificação da situação de riscos realizado de forma contínua para determinar a adequação e a eficácia dos controles internos e atingir os objetivos estabelecidos;

IX - Comunicação: refere-se à manutenção regular e constante do fluxo de informações com as partes interessadas, durante todas as fases do processo de gestão de riscos.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES

Art. 6º São diretrizes para a gestão de riscos:

I - as premissas da metodologia Coso/ERM, das normas técnicas ABNT NBR ISO 31000:2009 e de boas práticas;

II - a integração ao processo de Planejamento Estratégico, à gestão e à cultura organizacional do CFC;

III - a adoção de metodologias e ferramentas que possibilitem a obtenção de informações úteis à tomada de decisão para a consecução dos objetivos institucionais e para o gerenciamento e a manutenção dos riscos dentro de padrões definidos pelas instâncias supervisoras;

IV - a efetivação do Processo de Gestão de Riscos em ciclos anuais, de acordo com o Plano de Gestão de Riscos elaborado pelo Comitê de Gestão de Riscos do CFC, aprovado pelo Conselho Diretor do CFC e homologado pelo Plenário do CFC.

Art. 7º O Processo de Gestão de Riscos deverá contemplar o estabelecimento do contexto, a identificação, a análise, a avaliação, o tratamento de riscos, a comunicação e consulta com partes interessadas, o monitoramento e a melhoria contínua.

§ 1º O estabelecimento do contexto consiste em compreender o ambiente interno e externo no qual o objeto de gestão de riscos encontra-se inserido e identificar parâmetros e critérios a serem considerados no processo.

§ 2º A identificação do risco compreende o reconhecimento e sua descrição relacionados a um objeto de gestão.

§ 3º A análise do risco fornece subsídios para a avaliação de riscos, bem como para as estratégias, métodos e decisões de tratamento.

§ 4º A avaliação do risco envolve a comparação do nível do risco com critérios, a fim de determinar se o risco é aceitável.

§ 5º O tratamento do risco compreende o planejamento e a realização de ações para modificar o risco.

§ 6º O monitoramento compreende o acompanhamento e a verificação do desempenho ou da situação de elementos da gestão de riscos.

§ 7º A comunicação e a consulta referem-se ao fornecimento ou compartilhamento de informações relativas à gestão de riscos sobre tais objetos, observada a classificação da informação quanto ao sigilo.

§ 8º A melhoria contínua compreende o aperfeiçoamento ou ajuste de aspectos da gestão de riscos avaliados no monitoramento.

CAPÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

Art. 8º São instâncias responsáveis pelo Sistema de Gestão de Riscos do CFC:

I - o Plenário;

II - a Presidência;

III - o Conselho Diretor;

IV - a Diretoria Executiva;

V - o Comitê de Gestão de Riscos;

VI - os gestores de Áreas;

VII - os gestores dos Riscos.

§ 1º Compete ao Plenário homologar a Política de Gestão de Riscos e suas alterações e o Plano de Gestão de Riscos.

§ 2º Compete ao presidente definir a Política de Gestão de Riscos e avaliar propostas de mudanças e definir o apetite a risco do CFC.

§ 3º Compete ao Conselho Diretor aprovar a Política e o Plano de Gestão de Riscos, e suas alterações, e a indicação dos gestores dos riscos; avaliar e aprovar a priorização dos riscos.

§ 4º Compete à Diretoria Executiva e, em sua ausência, a quem for oficialmente delegado gerenciar a implementação da Gestão de Riscos e dirimir dúvidas quanto à identificação do gestor de determinado risco no âmbito interno das unidades organizacionais.

§ 5º Compete ao Comitê de Gestão de Riscos elaborar a Política e o Plano de Gestão de Riscos e assessorar a alta direção.

§ 6º Compete aos gestores de áreas gerenciar os riscos, conforme definidos na Política de Gestão de Riscos, monitorando as operações e a tomada de decisões e comunicando as ações realizadas ao Comitê de Gestão de Riscos.

§ 7º Compete aos gestores dos Riscos executar as atividades do processo de gestão de riscos sob sua responsabilidade.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Devido à abrangência e à complexidade do tema, a Política de Gestão de Riscos do CFC será implantada de forma gradual e continuada, em até 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de publicação desta Resolução.

Art. 10. A Política de Gestão de Riscos do CFC será reavaliada e readequada sempre que o Comitê de Gestão de Riscos recomendar, sendo, obrigatoriamente, atualizada a cada ciclo do Planejamento Estratégico do CFC.

Art. 11. Os casos omissos e as excepcionalidades deverão ser resolvidos pelo Comitê de Gestão de Riscos.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, CTG 2001 (R3), DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Altera o Comunicado Técnico CTG 2001 (R2), que define as formalidades da escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Inclui os itens de 15 a 21 e seu título no CTG 2001 (R2) - Define as Formalidades da Escrituração Contábil em Forma Digital para Fins de Atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que passam a vigorar com as seguintes redações:

Substituição do livro diário e livro razão

15.Depois de autenticada pelo SPED, somente pode ser substituída escrituração contábil em forma digital que contenha erros que não possam ser corrigidos por meio da retificação de lançamento contábil extemporâneo, conforme previsto nos itens 31 a 36 da ITG 2000 - Escrituração Contábil.

16.O cancelamento da autenticação e a apresentação da escrituração substituta somente podem ser efetuados mediante apresentação de Termo de Verificação para Fins de Substituição que os justifique, o qual deve integrar a escrituração substituta e conter, além do detalhamento dos erros que motivaram a substituição:

(a)a identificação da escrituração substituída;

(b)a descrição pormenorizada dos erros;

(c)a identificação clara e precisa dos registros que contenham os erros, exceto quando estes decorrerem de outro erro já discriminado;

(d)a autorização expressa para acesso do Conselho Federal de Contabilidade a informações pertinentes às modificações; e

(e)a descrição dos procedimentos pré-acordados adotados pelos profissionais mencionados no item 19, quando estes julgarem necessário.

17.A escrituração substituta é de responsabilidade do profissional da contabilidade que a assinou.

18.A manifestação do profissional da contabilidade que não assina a escrituração se restringe às modificações relatadas no item 16, que fazem parte integrante do Termo de Verificação para Fins de Substituição.

19.O Termo de Verificação para Fins de Substituição deve ser assinado:

(a)pelo próprio profissional da contabilidade que assina os livros contábeis substitutos; e

(b)quando as demonstrações contábeis tenham sido auditadas por auditor independente, pelo próprio profissional da contabilidade que assina os livros contábeis substitutos e também pelo seu auditor independente.

20.Só é admitida a substituição da escrituração contábil em forma digital até o fim do prazo de entrega relativo ao ano-calendário subsequente.

21.São nulas as alterações efetuadas em desacordo com este comunicado ou com o Termo de Verificação para Fins de Substituição.

2.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas deste comunicado são mantidas e a sigla do CTG 2001 (R2), publicado no DOU, Seção 1, de 20/4/2016, passa a ser CTG 2001 (R3).

3.As alterações deste comunicado entram em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS
1ª CÂMARA RECURSAL

DECISÕES DE 4 DE AGOSTO DE 2017

2ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS

RELATOR: Conselheiro ROBERTO NICASTRO CAPUANO/SP

1- Processo-COFECI nº 953/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: MAXIMILIANO HENRIQUE - CRECI 45998. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 954/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: MAXIMILIANO HENRIQUE - CRECI 45998. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 955/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: MAXIMILIANO HENRIQUE - CRECI 45998. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 956/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: MAXIMILIANO HENRIQUE - CRECI 45998. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 957/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: MAXIMILIANO HENRIQUE - CRECI 45998. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 958/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: MAXIMILIANO HENRIQUE - CRECI 45998. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 959/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: MAXIMILIANO HENRIQUE - CRECI 45998. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 960/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: MAXIMILIANO HENRIQUE - CRECI 45998. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 961/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: MAXIMILIANO HENRIQUE - CRECI 45998. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 962/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: MAXIMILIANO HENRIQUE - CRECI 45998. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 963/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: MAXIMILIANO HENRIQUE - CRECI 45998. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 2907/2015. Recte e Recdo: CRECI 13ª Região/ES "ex officio". Repdo: BISMARK PAULO DIAS SABINO - CRECI 4341. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 651/2015. Recte: MÁRCIO IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA LTDA - CRECI J-1420. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 691/2015. Recte: DOURIVAL SOARES DA SILVA - CRECI 16381. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 696/2015. Recte: ALANE SOUZA ALVES - CRECI 13493. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 1953/2015. Recte: MÓBILI MOSSORÓ IMOBILIÁRIA - FI - CRECI J-1230. Recdo: CRECI 17ª Região/RN. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 564/2016. Recte: JOSÉ BORGES DE OLIVEIRA FILHO - CRECI 5376. Recdo: CRECI 13ª Região/ES. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 929/2016. Recte: FRANCIELE SCHUMACHER MULINARI. Recdo: CRECI 13ª Região/ES. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 569/2016. Recte: SODRÉ IMÓVEIS - CRECI J-1268. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 935/2016. Recte: PAULO HENRIQUE FERREIRA DE SOUZA - CRECI 5314. Recdo: CRECI 17ª Região/RN. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro MÁRCIO FERREIRA BINS ELY/RS

1- Processo-COFECI nº 2716/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: CLÁUDIO IZIDORO DE OLIVEIRA - CRECI 13010. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 3678/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: UBIRATAN JOSÉ DE CASTRO - CRECI 40725. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 098/2016. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repda: LPS BAHIA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-1122. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada parcialmente a decisão de origem, para aplicar a pena de Censura cumulada com Multa de 02 anuidades. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 099/2016. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repda: LPS BAHIA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-1122. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada parcialmente a decisão de origem, para aplicar a pena de Censura cumulada com Multa de 03 anuidades. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 3306/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: JAIR MONTEIRO DA SILVA - CRECI 27582. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1525/2015. Rectes: ESC. HUMBERTO CANALE JÚNIOR - ADVOC.ADM.S - CRECI J-475 e R.T. ALEXANDRE ANTONIO F. CANALE - CRECI F-4102. Recdo: CRECI 14ª Região/MS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1753/2015. Recte: ALEXANDRE ORNELLAS COELHO - ME - CRECI J-1329. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1770/2015. Recte: JOSÉ AZEVEDO FILHO - CRECI 13462. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1878/2015. Recte: TALENTUS CONSULTORIA E EMP. IMOB. LTDA - CRECI J-490. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1879/2015. Recte: TALENTUS CONSULTORIA E EMP. IMOB. LTDA - CRECI J-490. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2680/2015. Recte: KASANOVA DO FLAMENGO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-5024. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 3623/2015. Recte: JÚLIO BOGORICIN IMÓVEIS RIO DE JANEIRO LTDA - CRECI J-2410. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 3624/2015. Recte: JÚLIO BOGORICIN IMÓVEIS NITEROI LTDA - CRECI J-3421. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 299/2016. Recte: JÚLIO BOGORICIN IMÓVEIS RIO DE JANEIRO LTDA - CRECI J-2410. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 570/2016. Recte: NAYARA SANTOS BRITTO - CRECI 15501. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 571/2016. Recte: MATTIA LAMA - CRECI 16407. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 572/2016. Recte: CARLA DAIANE MIRANDA SANTOS - CRECI 17130. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 573/2016. Recte: CRISTIANO CONCEIÇÃO SENA - CRECI 13944. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 574/2016. Recte: PDG VENDAS CORRETORA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-1413. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 626/2016. Recte: JÚLIO BOGORICIN IMÓVEIS RIO DE JANEIRO LTDA - CRECI J-2410. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 21- Processo-COFECI nº 1689/2015. Recte: JOÃO MATEO PEDREIRA - CRECI 1305. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 22- Processo-COFECI nº 3677/2015. Recte: SÉRGIO RICARDO DIAS DE CASTRO MAIA - CRECI 19520. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime.

RELATOR: Conselheiro OSWALDO JOSÉ SIQUEIRA/DF

1- Processo-COFECI nº 642/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: JANE MARY NAPOLIS PAVAN - CRECI 90299. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 643/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: LUMINI & BÁGIO CORRETORA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-23350. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 660/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: LUMINI & BÁGIO CORRETORA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-23350. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 662/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: JANE MARY NAPOLIS PAVAN - CRECI 90299. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1129/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: LUMINI & BÁGIO CORRETORA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-23350. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1130/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: JANE MARY NAPOLIS PAVAN - CRECI 90299. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2701/2015. Recte: NICÉAS HOLANDA GURGEL - CRECI 99736. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 315/2015. Recte: DAVI SOARES DE MORAIS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1355/2015. Recte: WELLINGTON EUSTÁQUIO RODRIGUES PINTO FRANÇA - CRECI 14144. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2739/2015. Recte: DIEGO LORENTE DINIZ CANOVAS - CRECI 25436. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 725/2016. Recte: JOSÉ SALES SOARES DE ALEXANDRIA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 810/2016. Recte: HELENA MARIA CHAMORRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 1070/2016. Recte: CONSTRUTORA ARAÚJO SIMÃO LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 1166/2016. Recte: GIVANILDO ALVES DE OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 824/2015. Recte: CÉLIO ALVES BRUNHARA - CRECI 16789. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 1271/2015. Recte: PLUS IMÓVEIS LTDA - CRECI J-17066. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 1274/2015. Recte: LÚCIA MARIA DE PAULA E SOUZA - CRECI 40127. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 3563/2015. Recte: RODNEI MACHADO DE ALCANTARA PASTOR - CRECI 79978. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 1356/2015. Recte: WELLINGTON EUSTÁQUIO RODRIGUES PINTO FRANCA - CRECI 14144. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 2738/2015. Recte: ZENILDA PEREIRA DE ALMEIDA MARCHEZINE - CRECI 10633. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro IRINEU CELSO LUDVIG/SC

1- Processo-COFECI nº 1522/2015. Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repdas: GEPI IMÓVEIS LTDA - CRECI J-984 e RT JOSÉ GALVÃO NETO - CRECI 5736. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1715/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: VERA LÚCIA SOUZA BAGAGI LOPES - CRECI 71664. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada parcialmente a decisão de origem, para aplicar a pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias cumulada com Multa de 03 anuidades. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1752/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: VERA LÚCIA SOUZA BAGAGI LOPES - CRECI 71664. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada parcialmente a decisão de origem, para aplicar a pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias cumulada com Multa de 03 anuidades. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 3641/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: FRANCISCO CARLOS LOURENÇO DA CUNHA - CRECI 68561. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada parcialmente a decisão de origem, para aplicar a pena de Censura cumulada com Multa de 02 anuidades. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 023/2015. Recte: JOSÉ JESUITO NOGUEIRA - CRECI 5646. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada parcialmente a decisão de origem, para aplicar a pena de Advertência. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 024/2015. Recte: CLODOALDO MOREIRA FILHO - CRECI 9976. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1438/2015. Recte: VANDA MOTA DE NORONHA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 272/2016. Recte: CLEMESSON SALGADO DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1043/2016. Recte: MARCOS ANSELMO DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1074/2016. Recte: JARDEL VALÉRIO TOFANI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 981/2015. Recte: DEL FORTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-19971. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 982/2015. Recte: AGUINALDO DEL GIUDICE - CRECI 43902. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 3512/2015. Recte: CONTATO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - CRECI J-18518. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 3513/2015. Recte: JOSÉ CARLOS MARCOMINI - CRECI 17968. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 3515/2015. Recte: CASTOR CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - EPP - CRECI J-2859. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 3619/2015. Recte: ACER

CONSULTORES EM IMÓVEIS LTDA - CRECI J-19368. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 3621/2015. Recte: ACER CONSULTORES EM IMÓVEIS LTDA - CRECI J-19368. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 3625/2015. Recte: JORGE AFIF CURY FILHO - CRECI 61435. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 022/2015. Recte: HISNIA LARISSA SILVA DE ARAÚJO - CRECI 7709. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 1345/2015. Recte: HERMANO JOSÉ BARBOSA LIMA - CRECI 9639. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime.

RELATOR: Conselheiro JACI MONTEIRO COLARES/PA

1- Processo-COFECI nº 639/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: TERESA CLARICE DELLAROLE - CRECI 82518. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1539/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ RICARDO PRESTA CORNACHIONE - CRECI 38543. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1559/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ RICARDO PRESTA CORNACHIONE - CRECI 38543. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1620/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MARIA HELENA CINI - CRECI 72421. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1652/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MAURO APARECIDO DA COSTA - CRECI 88324. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 019/2015. Recte: KALIL OTOCH IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-349. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 020/2015. Recte: MAX MILIAN OLIVEIRA CUNHA - CRECI 10073. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 026/2015. Recte: VALBERTO SILVA DE MATOS - CRECI 3102. Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1347/2015. Recte: IMOBILIÁRIA CEARÁ INVESTIMENTOS LTDA - ME. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 820/2016. Recte: MARIA EVA DUTRA BARRIOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 827/2016. Recte: JOÃO PEDRO DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 828/2016. Recte: IVAN COSTA MATOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 1047/2016. Recte: ELYSON MARIA DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 1072/2016. Recte: CLAUDEMIR ALEGRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 2703/2015. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 2705/2015. Recte: PAULO CÉSAR FRANCO JÚNIOR - CRECI 47039. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 346/2016. Recte: JSCABRAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-EPP - CRECI J-24322. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 878/2016. Recte: EVENMOB CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-20242. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 879/2016. Recte: FÁBIO ROBERTO MARTINS BARBOSA DO VALLE - CRECI 98085. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 1371/2015. Recte: REGINA MARIA ALVES E SILVA - CRECI 5996. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro PASCHOAL GUILHERME DO NASCIMENTO RODRIGUES/AM

1- Processo-COFECI nº 1532/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: SILVIO ALVES BARBOSA - CRECI 63911. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1579/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MARIA LÚCIA DA SILVA - CRECI 5466. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1578/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SAMIRA DA SILVA SILVEIRA - CRECI 68139. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1644/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JUSCEMAR MENINO DO ROSARIO - CRECI 81166. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 958/2016. Recte: TEREZA ISABEL DE ALMEIDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 960/2016. Recte: TAIS PRISCILA BARBOSA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 961/2016. Recte: DARIANE OLIVEIRA GREGORIO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 966/2016. Recte: JOSÉ NILTON DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 968/2016. Recte: JOAQUIM COELHO VIEIRA AMADO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 974/2016. Recte: WELLINGTON SILVA VICENTE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 976/2016. Recte: EDILSON GOMES FLOR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 977/2016. Recte: LUIS ANDRÉ PIZARRO FERREIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 1082/2016. Recte: SIMONE LOPES NERI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 1085/2016. Recte: APARECIDO DE JESUS BALIEIRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 1098/2016. Recte: EVENMOB CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-20242. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 1100/2016. Recte: JONAS MARCELO CARLOMAGNO - CRECI 71700. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 1313/2016. Recte: WAGNER NOGUEIRA SERVOS - CRECI 67827. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 1316/2016. Recte: NOVA SHEKINAH CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-19383. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 1440/2016. Recte: JOSÉ ROBERTO DE TOLEDO - CRECI 74409. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 1442/2016. Recte: LELLO LOCAÇÃO E VENDAS LTDA - CRECI J-14226. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS CORDEIRO/PB

1- Processo-COFECI nº 325/2011. Recte: WALDEMIR CARVALHO DE JESUS - CRECI 3672. Recdo: COFECI. Assunto: TR - Pedido de reconsideração interposto pelo representado contra decisão da pena de Cancelamento da Inscrição aplicada pelo CRECI/BA e mantida pela 1ª Câmara Recursal. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2537/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO - CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2573/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: JAIR MONTEIRO DA SILVA - CRECI 27582. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2577/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO - CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 3630/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: CARLOS MAVE DE CAMPOS ASSIS - CRECI 108241. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 3369/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: DOMINGOS BORGES PEREIRA - CRECI 79598. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 3606/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: REINALDO DE MAGALHÃES CARDOSO - CRECI 63609. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 3629/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CRISTIANE SEI WAISER - CRECI 102202. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 3642/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: PAULO SÉRGIO RUFFINO - CRECI 70825. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada parcialmente a decisão de origem, para aplicar a pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1433/2015. Recte: ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 223/2016. Recte: CLÁUDIO SILVESTRE FRALANJE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 269/2016. Recte: MARCO ANTÔNIO DE ARAÚJO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 280/2016. Recte: SARA ROSANA DA SILVA GIORA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 726/2016. Recte: FÁTIMA APARECIDA IAMARINO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 764/2016. Recte: JONAS HENRIQUE PIASSI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 814/2016. Recte: TIAGO ANTÔNIO DA SILVA CEZARINO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 3087/2014. Recte: ELITE BRASIL INTELIGÊNCIA IMOBILIÁRIA S/A - CRECI J-20302. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 2189/2015. Recte: UNIÃO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - CRECI J-13100. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 2190/2015. Recte: JOSÉ ARNALDO LAZARINI - CRECI 40296. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 680/2016. Recte: FELIPE LIMA VERAS - CRECI 139910. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro AIRES RIBEIRO DE MATOS/RO

1- Processo-COFECI nº 1398/2015. Recte e Recdo: CRECI 4ª Região/MG "ex officio". Repda: NOVA CASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-3416. DECISÃO: Retirado de Pauta. 2- Processo-COFECI nº 3423/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ANTÔNIA MARIA DE OLIVEIRA - CRECI 52708. DECISÃO: Retirado de Pauta. 3- Processo-COFECI nº 2452/2016. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: JOSÉ LEÔNCIO OLIVEIRA GUIMARÃES - CRECI 2553. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada parcialmente a decisão de origem, para aplicar a pena de Multa de 06 anuidades. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2472/2016. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: WALTER ALVES BOMFIM FILHO - CRECI 5667. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada parcialmente a decisão de origem, para aplicar a pena de Multa de 06 anuidades. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 989/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: VANDERLEI PIFFER - CRECI 24581. DECISÃO: Retirado de Pauta. 6- Processo-COFECI nº 3380/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: EDUARDO NOGUEIRA - CRECI 57090. DECISÃO: Retirado de Pauta. 7- Processo-COFECI nº 108/2015. Recte: LEOPOLDO JOÃO BATISTA MOUTINHO - CRECI 10244. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1219/2015. Recte: QUADRA CONSTRUTORA LTDA - CRECI J-1487. Recdo: CRECI 6ª Região/PR. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1591/2015. Recte: FLÁVIA DA SILVA DIAS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2761/2015. Recte: DONELIS VINICIUS ROSA OLIVEIRA - CRECI 20430. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Retirado de Pauta. 11- Processo-COFECI nº 2933/2015. Recte: VALMIR JOSÉ DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada parcialmente a recorrida, para aplicar a pena de Multa de 03 anuidades. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 2936/2015. Recte: JOSÉ LUÍS CONTINI JÚNIOR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 2983/2015. Recte: OLIVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 3086/2015. Recte: MORAES IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-10840. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 15- Processo-COFECI nº 717/2016. Recte: FERNANDO MALHEIROS DA SILVA MUNIZ. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 807/2016. Recte: ALFREDO JARDIM POMMELLA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 2197/2015. Recte: RAQUEL BARBOSA PARPINELLE - CRECI 44397. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada parcialmente a recorrida, para aplicar a pena de Multa de 02 anuidades. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 3090/2015. Recte: DANIEL XAVIER DE MORAES - CRECI 33293. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 19- Processo-COFECI nº 3169/2015. Recte: MARINALDO DE SOUZA MACEDO - CRECI 71551. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 20- Processo-COFECI nº 3542/2015. Recte: CLÁUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 21- Processo-COFECI nº 3585/2015. Recte: ANDERSON EDUARDO DE OLIVEIRA - CRECI 62859. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 22- Processo-COFECI nº 880/2016. Recte: FÁBIO DANCUART ASDENTE - CRECI 82023. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 23- Processo-COFECI nº 2451/2016. Recte: ELIENE DE FREITAS SOUSA - CRECI 7394. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2ª CÂMARA RECURSAL

DECISÕES DE 4 DE AGOSTO DE 2017

2ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS

RELATOR: Conselheiro FERNANDO LUIZ VIANA/MG

1- Processo-COFECI nº 1233/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: FAVO DE MEL ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-1248. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1234/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: FAVO DE MEL ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-1248. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2802/2015. Recte e Recdo: CRECI 18ª Região/AM "ex officio". Repdo: MESSIAS DA SILVA BARROS - CRECI 1483. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 172/2016. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: EDILSON MARQUES DA SILVA - CRECI 10529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1104/2015. Recte: FELIPE PEREIRA DE MELLO - CRECI 16671. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1137/2015. Recte: ALEOCIR CARLOS CASTILHOS LOPES - CRECI 18537. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 813/2016. Recte: HDC CONSULTORIA LTDA - CRECI J-2616. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 885/2016. Recte: JORGE LUIZ BASTOS WOZNIAK. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 901/2016. Recte: GABRIEL CAMARGO TERRA. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 902/2016. Recte: VERA LÚCIA ANTUNES ROSA. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 903/2016. Recte: PATRICK SALAIBB DOTTA. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 1010/2016. Recte: MARLENE INES ERLO - CRECI 15703. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 233/2016. Recte: BR HOUSE INTELIGÊNCIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-19701. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 234/2016. Recte: BR HOUSE INTELIGÊNCIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-19701. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 235/2016. Recte: ABA EMPREENDIMENTOS E ASSESSORIA LTDA - CRECI J-9706. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 236/2016. Recte: FERNANDO LUIZ FARIA FERREIRA - CRECI 9439. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 2865/2015. Recte: GLICIA MARIA SILVEIRA - CRECI 10043. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 866/2015. Recte: MIRANDA IMOBILIÁRIA IV LTDA - CRECI J-18318 e R.T. RILMAR MIRANDA - CRECI 7925. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 3545/2015. Recte: DENISE TEREZINHA MARTINS LORSCHEITTER - CRECI 35259. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 1239/2015. Recte: JOSOÉ REIS PACHECO (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 11ª Região/SC. Assunto: TR - Arquivamento de denúncia formulada contra C.I. RODRIGO SILVEIRA DOS SANTOS - CRECI 15441. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ANTÔNIO SPINETTI ALVES/GO

1- Processo-COFECI nº 3075/2015. Recte: LIL INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-19584. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 3076/2015. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 3276/2015. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 3277/2015. Recte: LIV - INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20161. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 3278/2015. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 3279/2015. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 3507/2015. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 3508/2015. Recte: LIL INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-19584. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 3509/2015. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 3510/2015. Recte: LIV - INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20161. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 3511/2015. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 3546/2015. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 3550/2015. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 3551/2015. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 3552/2015. Recte: LIL INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-19584. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 3554/2015. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 3555/2015. Recte: LIL INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-19584. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 3557/2015. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 3602/2015. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 3604/2015. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 21- Processo-COFECI nº 3627/2015. Recte: LIV - INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20161. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 22- Processo-COFECI nº 3663/2015. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 23- Processo-COFECI nº 3664/2015. Recte: LIL INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-19584. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para absolver a autuada. Unânime. 24- Processo-COFECI nº 3691/2015. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 25- Processo-COFECI nº 3702/2015. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 26- Processo-COFECI nº 3709/2015. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 27- Processo-COFECI nº 431/2016. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 28- Processo-COFECI nº 432/2016. Recte: LIL INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-19584. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 29- Processo-COFECI nº 433/2016. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 30- Processo-COFECI nº 434/2016. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 31- Processo-COFECI nº 435/2016. Recte: LIL INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-19584. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 32- Processo-COFECI nº 436/2016. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 33- Processo-COFECI nº 437/2016. Recte: LIV - INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20161. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 34- Processo-COFECI nº 438/2016. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 35- Processo-COFECI nº 439/2016. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 36- Processo-COFECI nº 440/2016. Recte: LIV - INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20161. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 37- Processo-COFECI nº 441/2016. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 38- Processo-COFECI nº 442/2016. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 39- Processo-COFECI nº 443/2016. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 40- Processo-COFECI nº 444/2016. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 41- Processo-COFECI nº 445/2016. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 42- Processo-COFECI nº 446/2016. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 43- Processo-COFECI nº 447/2016. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 44- Processo-COFECI nº 448/2016. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 45- Processo-COFECI nº 524/2016. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 46- Processo-COFECI nº 525/2016. Recte: LIL INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-19584. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro AGUINALDO APRÍGIO DE LIMA/PE

1- Processo-COFECI nº 112/2016. Recte: JOSÉ RENÉRIO DA SILVA (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 8ª Região/DF. Assunto: TR - Pedido de reconsideração interposto pelo denunciante contra a decisão de absolvição em face da denunciada, C.I WILMA BRANDÃO METZER - CRECI 19.134 aplicada pela 2ª Câmara Recursal. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 3534/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: ALFONSO THIAGO PIAZZA - CRECI 16648. DECISÃO: Concedido vistas ao Conselheiro Federal Antônio Spinetti Alves/GO. 3- Processo-COFECI nº 3539/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: JAQUELINE APARECIDA FERRARI - CRECI 19434. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 3605/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: MARIVONE MARIA NAVES - CRECI 8631. DECISÃO: Concedido vistas ao Conselheiro Federal Antônio Spinetti Alves/GO. 5- Processo-COFECI nº 1103/2015. Recte: LIANA MARTINS SILVEIRA OSANES - CRECI 20674. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1106/2015. Recte: IMOBILIÁRIA PROSPERARE LTDA - CRECI J-2870. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1108/2015. Recte: SHS IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2996. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1116/2015. Recte: VALLS SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS E DE MARK LTDA - ME - CRECI J-3478. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1235/2015. Recte: FORBECK E DORNELLES LTDA - CRECI 4236. Recdo: CRECI 6ª Região/PR. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1236/2015. Recte: NORBERTO LUIZ FREITAS FORBECK - CRECI 15066. Recdo: CRECI 6ª Região/PR. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1240/2015. Recte: FORBECK E DORNELLES LTDA - CRECI J-4236. Recdo: CRECI 6ª Região/PR. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 1241/2015. Recte: NORBERTO LUIZ FREITAS FORBECK - CRECI 15066. Recdo: CRECI 6ª Região/PR. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 1242/2015. Recte: FORBECK E DORNELLES LTDA - CRECI J-4236. Recdo: CRECI 6ª Região/PR. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 1243/2015. Recte: NORBERTO LUIZ FREITAS FORBECK - CRECI 15066. Recdo: CRECI 6ª Região/PR. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 856/2016. Recte: JULIANO ODOLINSKI DE DAVID. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 877/2016. Recte: ALEXANDRE VARGAS MACHADO. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 904/2016. Recte: BRIAN KIEFER SCHNEIDER. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 986/2016. Recte: RODRIGO GINDRI VELASQUEZ. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 3540/2015. Recte: ATAIDE TROMBIN - CRECI 12012. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 937/2016. Recte: CARLOS ALBERTO ACOSTA - CRECI 33238. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELATOR: Conselheiro SAMUEL ARTHUR PRADO/BA
1- Processo-COFECI nº 693/2014. Recte: CHAIM WOLF PIERNIKARZ - CRECI 28572. Recdo: COFECI. Assunto: TR - Pedido de reconsideração interposto pelo representado contra a decisão da pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias c/c Multa de 02 anuidades aplicada pelo CRECI/SP e mantida pela 2ª Câmara Recursal. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a multa de 02 anuidades. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2710/2014. Recte: ROGÉRIO TOLEDO SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 3- Processo-COFECI nº 2712/2014. Recte: MARCOS DE CASTRO CORREA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 4- Processo-COFECI nº 236/2015. Recte: NILTON FERNANDES BEATO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 5- Processo-COFECI nº 1581/2015. Recte: JOÃO GUILHERME RAMALHO DE JESUS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 6- Processo-COFECI nº 1590/2015. Recte: JOSÉ BARBOSA DA CUNHA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 7- Processo-COFECI nº 2811/2015. Recte: DENYS RIBEIRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 8- Processo-COFECI nº 2812/2015. Recte: JOSÉ LUIZ GARCIA LEAL. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 9- Processo-COFECI nº 2847/2015. Recte: ROSEMEIRE APARECIDA DOS SANTOS VIEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 10- Processo-COFECI nº 2850/2015. Recte: RENNER PAULO GONÇALVES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 11- Processo-COFECI nº 2851/2015. Recte: SOLANGE FÁTIMA CAPOANO COSTA PINTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 12- Processo-COFECI nº 2979/2015. Recte: CAMILA DE OLIVEIRA SANTOS PAPPA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 13- Processo-COFECI nº 3098/2015. Recte: MAURÍCIO DOS SANTOS QUINTINO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 14- Processo-COFECI nº 3502/2015. Recte: JÚLIO BOGORICIN IMÓVEIS RIO DE JANEIRO LTDA - CRECI J-2410. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento do processo em face da prescrição. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 3530/2015. Recte: JÚLIO BOGORICIN IMÓVEIS RIO DE JANEIRO LTDA - CRECI J-2410. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 185/2016. Recte: JÚLIO BOGORICIN IMÓVEIS RIO DE JANEIRO LTDA - CRECI J-2410. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento do processo em face da prescrição. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 186/2016. Recte: JÚLIO BOGORICIN IMÓVEIS RIO DE JANEIRO LTDA - CRECI J-2410. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento do processo em face da prescrição. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 188/2016. Recte: JÚLIO BOGORICIN IMÓVEIS RIO DE JANEIRO LTDA - CRECI J-2410. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento do processo em face da prescrição. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 189/2016. Recte: JÚLIO BOGORICIN IMÓVEIS RIO DE JANEIRO LTDA - CRECI J-2410. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento do processo em face da prescrição. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 190/2016. Recte: JÚLIO BOGORICIN IMÓVEIS RIO DE JANEIRO LTDA - CRECI J-2410. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a multa de 01 anuidade. Unânime. 21- Processo-COFECI nº 278/2016. Recte: GERALDO ARLINDO DE SALES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 22- Processo-COFECI nº 711/2016. Recte: TATIANA DA SILVA BORGES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 23- Processo-COFECI nº 715/2016. Recte: GILDELSON FRANCISCO DE JESUS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 24- Processo-COFECI nº 716/2016. Recte: OLDAIR DE JESUS VILAS BOAS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 25- Processo-COFECI nº 1775/2015. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 26- Processo-COFECI nº 1776/2015. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 27- Processo-COFECI nº 2077/2015. Recte: J. PERES IMÓVEIS INCORPORAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA - CRECI J-19776. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 28- Processo-COFECI nº 2083/2015. Recte: JOSÉ ANTÔNIO PERES - CRECI 20402. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 29- Processo-COFECI nº 2431/2015. Recte: SEBASTIÃO GALANTE - CRECI 10343. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 30- Processo-COFECI nº 2433/2015. Recte: GALANTE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-1802. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 31- Processo-COFECI nº 3433/2015. Recte: LPS - PATRIMOVEL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI 5493. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.
RELATOR: Conselheiro CARLOS MAGNO DOS SANTOS/PA
1- Processo-COFECI nº 2997/2014. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: MANOEL DA SILVA SANTOS - CRECI 11714. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 690/2015. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: JOSÉ MARCELO BARROSO GUIMARÃES - CRECI 14285. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1998/2015. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: HÉLIO DONIZETE FRANCISCO DA SILVA - CRECI 12192.DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2010/2015. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: HÉLIO DONIZETE FRANCISCO DA SILVA - CRECI 12192. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1974/2015. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: JOSÉ BERNARDINO LEAL - CRECI 10981. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 673/2016. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: MANOEL ÂNGELO DOS SANTOS NETO - CRECI 1210. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 3667/2015. Recte: WAGNER BATISTA NAGAHASHI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 260/2016. Recte: MAURÍCIO RIBEIRO DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 305/2016. Recte: SÉRGIO AUGUSTO VOLPE BENEDUZI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 732/2016. Recte: WELITON DONIZETI MORO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 771/2016. Recte: MIRIAN ALIX FERNANDES DA FONSECA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 774/2016. Recte: BRUNO FELIPE DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 3571/2015. Recte: NMS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-17765. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 3579/2015. Recte: MÁRCIA SETSUKO UNE - CRECI 43717. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 139/2016. Recte: CICLO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - ME - CRECI J-21871. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 659/2016. Recte: NOVAEMP RIBEIRÃO PRETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-20680. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 661/2016. Recte: ALVARO ANTÔNIO ALFREDO COELHO DA FONSECA - CRECI 38933. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 663/2016. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 665/2016. Recte: RAQUEL BARBOSA PARPINELLE - CRECI 44397. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 867/2015. Recte: CLAYTON PEREIRA FAUSTINO - CRECI 10122. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.
RELATOR: Conselheiro CLAUDEMIR NEVES/MS
1- Processo-COFECI nº 3253/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: BERNARDO CÂNDIDO DE ANDRADE ALMEIDA - CRECI 44072. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 3254/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: BERNARDO CÂNDIDO DE ANDRADE ALMEIDA - CRECI 44072. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 3255/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: BERNARDO CÂNDIDO DE ANDRADE ALMEIDA - CRECI 44072. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 3256/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: BERNARDO CÂNDIDO DE ANDRADE ALMEIDA - CRECI 44072. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 3257/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: BERNARDO CÂNDIDO DE ANDRADE ALMEIDA - CRECI 44072. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 3258/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: BERNARDO CÂNDIDO DE ANDRADE ALMEIDA - CRECI 44072. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 3259/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: BERNARDO CÂNDIDO DE ANDRADE ALMEIDA - CRECI 44072. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 3260/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: BERNARDO CÂNDIDO DE ANDRADE ALMEIDA - CRECI 44072. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 3261/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: BERNARDO CÂNDIDO DE ANDRADE ALMEIDA - CRECI 44072. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 3262/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: BERNARDO CÂNDIDO DE ANDRADE ALMEIDA - CRECI 44072. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 3263/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: BERNARDO CÂNDIDO DE ANDRADE ALMEIDA - CRECI 44072. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 3264/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: BERNARDO CÂNDIDO DE ANDRADE ALMEIDA - CRECI 44072. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 3265/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: BERNARDO CÂNDIDO DE ANDRADE ALMEIDA - CRECI 44072. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 3266/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: BERNARDO CÂNDIDO DE ANDRADE ALMEIDA - CRECI 44072. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 3267/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: BERNARDO CÂNDIDO DE ANDRADE ALMEIDA - CRECI 44072. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 3268/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: BERNARDO CÂNDIDO DE ANDRADE ALMEIDA - CRECI 44072. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 3269/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: BERNARDO CÂNDIDO DE ANDRADE ALMEIDA - CRECI 44072. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 3270/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: BERNARDO CÂNDIDO DE ANDRADE ALMEIDA - CRECI 44072. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 3271/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: BERNARDO CÂNDIDO DE ANDRADE ALMEIDA - CRECI 44072. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 3272/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: BERNARDO CÂNDIDO DE ANDRADE ALMEIDA - CRECI 44072. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime.
RELATOR: Conselheiro VILMAR PINTO DA SILVA/AL
1- Processo-COFECI nº 870/2015. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: JOVIANO FERNANDES DA SILVA - CRECI 11600. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1972/2015. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: RICARDO LUIS MATOS TEIXEIRA - CRECI 8615. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1973/2015. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repda: NAGGLA MARIA LAMEIRA DOS SANTOS - CRECI 7154. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2692/2015. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: CRISTIANEY DE ASSIS LOURENÇO - CRECI 11699. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 685/2016. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdos: FELIPE DOUGLAS DE ALBUQUERQUE MEDEIROS - CRECI F-10131 e CASA BELA EMPREEDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI F-14926. Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 686/2016. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdos: FELIPE DOUGLAS DE ALBUQUERQUE MEDEIROS - CRECI 10131 e CASA BELA EMPREEDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI F-14926. Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1120/2015. Recte: SCHWARZ ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2614. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 3520/2015. Recte: A ROLETA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-692. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 3522/2015. Recte: JOCELI THOMÉ DA CRUZ - CRECI 5169. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 3523/2015. Recte: SANDOKAN LAUREANO DE SOUZA - CRECI 3551. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 3524/2015. Recte: INOVAR 1000 IMÓVEIS LTDA - ME - CRECI J-2886. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 818/2016. Recte: URSULA DREWS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 819/2016. Recte: MÁRIO SÉRGIO RIBEIRO MACEDO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 822/2016. Recte: SUELYN SILVA E GALDINO FERMINO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 823/2016. Recte: PAULO SÉRGIO TSUDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 1126/2016. Recte: HAMILTON LEIVA CATENA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 163/2016. Recte: ALISSON OLIVEIRA MOURA - CRECI 16035. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 165/2016. Recte: LPS - BRASÍLIA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-11000. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 964/2015. Recte: ROSÁLIA MOLNAR WITTE (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: AI - Arquivamento de denúncia formulada contra o C.I. MARCOS JUNQUEIRA DUARTE - CRECI 75321. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 965/2015. Recte: ROSÁLIA MOLNAR WITTE (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: AI - Arquivamento de denúncia formulada contra a C.I. SOLANGE MARIA TOGNASCA - CRECI 54255. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro SANDRO JOSÉ DE OLIVEIRA/TO

1- Processo-COFECI nº 652/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: PREDILAR IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI 18500. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 653/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: THIAGO PAVUENOS DE ROSA - CRECI 61354. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 691/2016. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: JOSÉ MARCELO BARROSO GUIMARÃES - CRECI 14285. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a penalidade de cancelamento da inscrição c/c multa de 06 anuidades. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 692/2016. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: AUDIVAN DOS SANTOS - CRECI 8098. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a penalidade de cancelamento da inscrição c/c multa de 06 anuidades. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 688/2016. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdas: IMOBILIÁRIA JB LTDA - CRECI J-14586 e RT JOAQUIM BARBOSA DA SILVA - CRECI 7866 e EVANILDO DA COSTA VERAS - CRECI 10702. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a penalidade de suspensão da inscrição por 90 dias c/c multa de 06 anuidades. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 689/2016. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: JOAQUIM BARBOSA DA SILVA - CRECI 7866. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 978/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: FLÁVIO SALGADO BAUER - CRECI 39230. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1588/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: TOP HOUSE ADMINISTRAÇÃO DE BENS EMPREENDIMENTOS IMÓVEIS LTDA-ME - CRECI J-21941. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1589/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: VANIA PAULINO BARBOSA - CRECI 59648. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 854/2016. Recte: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 871/2016. Recte: JÉVERSON RAVIZZOM. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 872/2016. Recte: DIFERENCIAL IMÓVEIS - CRECI J-22898. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 984/2016. Recte: CRISTINA DE OLIVEIRA COUTO BARCELLOS. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 985/2016. Recte: PAULO ROBERTO MOREIRA. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 988/2016. Recte: IVO OSÓRIO CARVALHO DE OLIVEIRA - CRECI 30754. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a penalidade de advertência c/c multa de 01 anuidade. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 1012/2016. Recte: ROBERTO ARANHA PINTO DIAS - CRECI 15694. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 1013/2016. Recte: JULYANA BEHEREGARAY DOS SANTOS. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a penalidade de multa de 01 anuidade. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 1025/2016. Recte: PLÍNIO RAFAEL GHISLENI - CRECI 22605. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 881/2015. Recte: ANTÔNIO MAXIMIANO - CRECI 66019. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 980/2015. Recte: AGUINALDO DEL GIUDICE - CRECI 43902. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro MANOEL CLAUDENIR DE ARAÚJO LIMA/AC

1- Processo-COFECI nº 123/2015. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repdos: DAMASIO SOBIESKI - CRECI 4250, CLÁUDIO SOBIESKI - CRECI 18674 e MARCA CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-833. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 664/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: PAULO RODRIGO PORTO - CRECI 63597. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1592/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MARIA DO SOCORRO NOGUEIRA DE FARIAS - CRECI 94571. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1680/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: VAGNER BORGES DE SOUZA - CRECI 89336. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1537/2015. Recte: EVANIA ROSSETTO CARAVAZI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 532/2016. Recte: JORGE ELIAS JÚNIOR - CRECI 47691. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 824/2016. Recte: DEIVE RIBEIRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 830/2016. Recte: MÁRCIA REGINA FERMINO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 857/2016. Recte: ANDERSON PAZ FÃO. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 858/2016. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-2303. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 886/2016. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-2303. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 899/2016. Recte: MIGUEL CURRY NETTO - CRECI 36150. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 900/2016. Recte: MIGUEL CURRY NETTO E CIA LTDA. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 991/2016. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-2303. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 992/2016. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-2303. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 1055/2016. Recte: SHERIMA ALESKA FREDERICO JURCUNAS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 349/2016. Recte: ANDERSON EDUARDO DE OLIVEIRA - CRECI 62859. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 353/2016. Recte: HENRIQUE SCHMIDT JULIANI - CRECI 74347. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 881/2016. Recte: IDEAL EMPREENDIMENTFOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-15160. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 936/2016. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-2303. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 04 anuidades. Unânime.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

3ª CÂMARA RECURSAL

DECISÕES DE 4 DE AGOSTO DE 2017

2ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS

RELATOR: Conselheiro ANTÔNIO CARLOS MOREIRA DA SILVA/RJ

1 - Processo-COFECI nº 182/2016. Recte: JORGE MARTINS MENEZES FILHO-CRECI 06481. Recdo: COFECI. Assunto: TR - Pedido de reconsideração interposto pelo representado contra a decisão da pena de Cancelamento da Inscrição c/c Multa de 04 anuidades aplicada pelo CRECI/PA e mantida pela 3ª Câmara Recursal. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 578/2015. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Repdo: ROGÉRIO DE SOUZA COLARES-CRECI 4777. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 952/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: CARLOS EDUARDO HUBNER DE OLIVEIRA-CRECI 73349. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 3386/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: FÁBIO MARTINS DE OLIVEIRA-CRECI 93599. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 644/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: FÁBIO VALÉRIO-CRECI 72225. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 645/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: AFONSO DANIEL GONÇALVES GUIZZARDI-CRECI 18355. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 1624/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MÁRIO ESTELI CARDOSO MARQUES-CRECI 83636. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 2388/2015. Recte: ACER CONSULTORES EM IMÓVEIS LTDA-CRECI J-19368. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 2389/2015. Recte: JORGE AFIF CURY FILHO-CRECI 61435. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 2711/2015. Recte: RICARDO TAMADA-CRECI 74793. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2712/2015. Recte: TAMADA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-CRECI J-20923. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12 - Processo-COFECI nº 348/2016. Recte: RONNY PETRICK DE CAMPOS-CRECI 126845. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de advertência. Unânime. 13 - Processo-COFECI nº 905/2016. Recte: PAOLO GIOVANI RUBIM BORDA. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14 - Processo-COFECI nº 920/2016. Recte: GELSON JOSÉ PESSALI-CRECI 39362. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15 - Processo-COFECI nº 921/2016. Recte: SIMONE SOARES BALESTIERI. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16 - Processo-COFECI nº 1026/2016. Recte: IMOBILIÁRIA DEZ LTDA-CRECI J-22213. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17 - Processo-COFECI nº 1030/2016. Recte: REGINALDO APARECIDO DE ARAÚJO-CRECI 49042. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de advertência. Unânime. 18 - Processo-COFECI nº 1033/2016. Recte: EXECUTAR NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-23590. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19 - Processo-COFECI nº 1037/2016. Recte: ÉRICO ANTONIO STRASBURG-CRECI 22713. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20 - Processo-COFECI nº 1049/2016. Recte: DARLISE PRIESTCH MEDEIROS. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro PETRUS LEONARDO DE SOUZA MENDONÇA/PE

1 - Processo-COFECI nº 3603/2013. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdos: DANIEL CONCEIÇÃO DE MESQUITA-CRECI 10702, ADÉLICO DAS NEVES VIEIRA-CRECI 11749 e HUGO DE OLIVEIRA VIEIRA-CRECI 11845. Decisão: Retirado de pauta. 2 - Processo-COFECI nº 1524/2015. Recte: HERIBERTO JOSÉ MATEUS-CRECI 19186. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Retirado de pauta. 3 - Processo-COFECI nº 3603/2015. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 3692/2015. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 3703/2015. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 3710/2015. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 3735/2015. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 3736/2015. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 354/2016. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 355/2016. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 356/2016. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12 - Processo-COFECI nº 357/2016. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13 - Processo-COFECI nº 358/2016. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14 - Processo-COFECI nº 359/2016. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15 - Processo-COFECI nº 360/2016. Recte:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16 - Processo-COFECI nº 361/2016. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17 - Processo-COFECI nº 362/2016. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18 - Processo-COFECI nº 363/2016. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19 - Processo-COFECI nº 364/2016. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20 - Processo-COFECI nº 365/2016. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 21 - Processo-COFECI nº 366/2016. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 22 - Processo-COFECI nº 367/2016. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 23 - Processo-COFECI nº 427/2016. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro AURÉLIO CÁPUA DALLAPÍCULA/ES

1 - Processo-COFECI nº 1144/2016. Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repda: DÉCIA CLÁUDIA DE CARVALHO-CRECI 03968. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 878/2015. Recte: DEL FORTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-19971. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 879/2015. Recte: AGUINALDO DEL GIUDICE-CRECI 43902. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 884/2015. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A-CRECI J-19389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de censura, cumulada com multa de 03 anuidades. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 885/2015. Recte: JOSÉ DE ARIMATEA OLIVEIRA-CRECI 61015. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 2300/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 2708/2015. Recte: PAULO ROBERTO COELHO DA FONSECA-CRECI 9059. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 2709/2015. Recte: COELHO DA FONSECA EMPR. IMOB. LTDA-CRECI J-0961. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 2721/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 3543/2015. Recte: EVENMOB CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20242. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 869/2016. Recte: EVANDRO ISMAEL SCHERER. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12 - Processo-COFECI nº 870/2016. Recte: ARLETE INÊS SCHERER-CRECI 36946. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13 - Processo-COFECI nº 1034/2016. Recte: MÁRIO FERNANDO MUNOZ OLIVEIRA-CRECI 49648. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14 - Processo-COFECI nº 1042/2016. Recte: MARILEIA RUMBEL LEAL. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15 - Processo-COFECI nº 1044/2016. Recte: VELCI GUELING LISBOA. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16 - Processo-COFECI nº 105/2015. Recte: NILCE NEIVA GARCIA-CRECI 11770. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17 - Processo-COFECI nº 2763/2015. Recte: ROSANGELA APARECIDA SILVA MACHADO HOMEM-CRECI 17122. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18 - Processo-COFECI nº 2949/2015. Recte: EDNA MARIA ALVES FARIA-CRECI 9945. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19 - Processo-COFECI nº 104/2015. Recte: SEBASTIÃO RIBEIRO MOREIRA-CRECI 20712. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20 - Processo-COFECI nº 1834/2015. Recte: HERMES AMIR DE CAMPOS-CRECI 20502. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATORA: Conselheira MARIA DE FÁTIMA S. FREIRE SOBRAL/SE

1 - Processo-COFECI nº 1755/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MARCELO ALVES-CRECI 93684. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 3173/2015. Recte: OSMANI ZUCCHELLI-CRECI 24780. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 3179/2015. Recte: JONAS MARCELO CARLOMAGNO-CRECI 71700. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 3186/2015. Recte: GUARACI DIAS-CRECI 95735. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 593/2016. Recte: PLAZZA PRONTO CONSULTORIA E PLANEJAMENTO IMOBILIÁRIO - EIRELI-CRECI J-24480. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 826/2016. Recte: ANDERSON APRIGIO FERREIRA RIBEIRO-CRECI 24684. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 887/2016. Recte: GEISEL NUNES DOS SANTOS. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 888/2016. Recte: GRUPO EXCELLENCE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-23018. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 1019/2016. Recte: GRUPO EXCELLENCE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-23018. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 1051/2016. Recte: WILSON CASSILLO JÚNIOR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 1053/2016. Recte: JORGE ABUSSAFY JÚNIOR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12 - Processo-COFECI nº 1056/2016. Recte: SÉRGIO PEREIRA DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13 - Processo-COFECI nº 1065/2016. Recte: HARA DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14 - Processo-COFECI nº 1066/2016. Recte: VALTER CARDOSO DO NASCIMENTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15 - Processo-COFECI nº 1068/2016. Recte: MARCOS AURÉLIO TAVARES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16 - Processo-COFECI nº 1069/2016. Recte: REINALDO ALVES BARBOSA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17 - Processo-COFECI nº 1071/2016. Recte: NILTON PINTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18 - Processo-COFECI nº 837/2016. Recte: WANDER LUIZ DE FARIA-CRECI 21797. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19 - Processo-COFECI nº 835/2016. Recte: MINAS IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-2224. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20 - Processo-COFECI nº 848/2016. Recte: PEDRO NESTOR DE MELO DUARTE-CRECI 19491. Recdo: CRECI 4ª Região/MG.Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ROBERTO CARLOS CORREIA PERES/RN

1 - Processo-COFECI nº 1587/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO-CRECI 81873. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 1621/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ALFA CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/S LTDA-CRECI J-21974. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 3636/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MÁRCIA CRISTIANE DE OLIVEIRA-CRECI 101181. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 1561/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES VALENÇA DE OLIVEIRA-CRECI 94779. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 1599/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: RUBENS DA SILVA DUARTE-CRECI 60895. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 979/2015. Recte: DEL FORTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-19971. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 2652/2015. Recte: JOÃO NOGUEIRA LEMOS NETO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 2654/2015. Recte: ROBERVAL KAZUMBI COGOBUM. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 2900/2015. Recte: DAIANA ARAÚJO BARICHELLO. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 2902/2015. Recte: PRONTO DUCATI CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A-CRECI J-23028. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 3517/2015. Recte: MARIA SÔNIA BATISTA OLIVEIRA-CRECI 10647. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12 - Processo-COFECI nº 3518/2015. Recte: SINAI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-3706. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13 - Processo-COFECI nº 598/2016. Recte: EDUARDO KAIRALLA-CRECI 3336. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14 - Processo-COFECI nº 834/2016. Recte: JOSÉ CAETANO-CRECI 23494. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15 - Processo-COFECI nº 864/2016. Recte: MARIMON IMÓVEIS LTDA-ME. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16 - Processo-COFECI nº 865/2016. Recte: DIEGO SCOTTON DA SILVA-CRECI 34938. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17 - Processo-COFECI nº 1040/2016. Recte: NOVA TORRES NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-ME-CRECI J-22958. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18 - Processo-COFECI nº 1077/2016. Recte: MOISÉS BORGES DE SOUZA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19 - Processo-COFECI nº 1167/2016. Recte: FERNANDO HUMBERTO ANDRETTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 20 - Processo-COFECI nº 2760/2015. Recte: THIAGO VINICIUS RODRIGUES VIEIRA-CRECI 21771. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro CLAUDECIR ROQUE CONTREIRA/MT

1 - Processo-COFECI nº 1596/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ CARLOS DA SILVA-CRECI 72983. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 1615/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ROSÂNGELA SCHIAVINATO-CRECI 72386. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 990/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: WILSON PREVIERO-CRECI 23620. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 1490/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JÚLIO RODRIGUES DE JESUS-CRECI 67350. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 3376/2015. Recte: TREVISAN & PINTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-14153. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Retirado de pauta. 6 - Processo-COFECI nº 3748/2015. Recte: DANIANO PENAFORTE E SILVA-CRECI 21892. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Determinado o arquivamento do processo face a constatação de vício de forma. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 304/2016. Recte: MICHELLE APARECIDA BORTOLASSI GALANTE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 309/2016. Recte: ÉRICO FERMINO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 320/2016. Recte: NATANAEL FRANCISCO MATTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 770/2016. Recte: JOSÉ ANTONIO FERREIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 847/2016. Recte: ANDERSON BORGES DA SILVA-CRECI 29466. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12 - Processo-COFECI nº 863/2016. Recte: NICOLAS NUNES DIAS. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13 - Processo-COFECI nº 1016/2016. Recte: BRUNO GUILHERME FELIPPI. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 14 - Processo-COFECI nº 1018/2016. Recte: TERRASUL EMPREENDIMENTOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA-CRECI J-0242. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15 - Processo-COFECI nº 1035/2016. Recte: CRISTIANO MARCOLIN NERY - IMÓVEIS-CRECI J-23909. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16 - Processo-COFECI nº 1060/2016. Recte: EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S/A. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Retirado de pauta. 17 - Processo-COFECI nº 1125/2016. Recte: RENZO BADESSA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18 - Processo-COFECI nº 1165/2016. Recte: CINTIA FLEIRIA SABINO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 19 - Processo-COFECI nº 2754/2014. Recte: FÁBIO GERALDO HELENO-CRECI 9128. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20 - Processo-COFECI nº 2783/2015. Recte: DKA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA-CRECI J-23457. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 21 - Processo-COFECI nº 836/2016. Recte: CENTURE IMÓVEIS INVEST. CORRETAGEM DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-4106. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 22 - Processo-COFECI nº 844/2016. Rec-

te: SUSY HELENA DE ALENCAR-CRECI 16959. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.
RELATOR: Conselheiro RAIMUNDO CUNHA TORRES/MA
1 - Processo-COFECI nº 3387/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MÁRCIA LEAL SANTANA-CREI 104361. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 1523/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A-CRECI J-19389. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 1524/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JAIR RIBEIRO DA SILVA FILHO-CRECI 44577. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 1544/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A-CRECI J-19389. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 1545/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JULIANO DE ARAÚJO SILVA-CRECI 90494. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 1546/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JAIR RIBEIRO DA SILVA FILHO-CRECI 44577. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 1554/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A-CRECI J-19389. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 1555/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JAIR RIBEIRO DA SILVA FILHO-CRECI 44577. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 3167/2015. Recte: ELITE BRASIL INTELIGÊNCIA IMOBILIÁRIA S/A-CRECI J-20302. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 3607/2015. Recte: PAULO CÉSAR SAMPAIO DE TOLEDO-CRECI 50767. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 318/2016. Recte: GUILHERME RENATO ROMÃO DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12 - Processo-COFECI nº 319/2016. Recte: MARLON CORTEZ BIGAI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13 - Processo-COFECI nº 590/2016. Recte: JOSÉ DIAS DE CARVALHO-CRECI 46872. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para absolver o autuado. Unânime. 14 - Processo-COFECI nº 734/2016. Recte: JARBAS TREGIER. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15 - Processo-COFECI nº 769/2016. Recte: ANTONIO EDMAR ALVES DURAES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16 - Processo-COFECI nº 776/2016. Recte: MARLY LIMA DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17 - Processo-COFECI nº 801/2016. Recte: JANE DE SOUZA BARBOSA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18 - Processo-COFECI nº 802/2016. Recte: FÁBIO DUARTE DAS NEVES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19 - Processo-COFECI nº 923/2016. Recte: AMARAL E U. LOPES PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA-CRECI J-23049. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20 - Processo-COFECI nº 938/2016. Recte: REINALDO TAVARES PEREIRA. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.
RELATOR: Conselheiro CLERTON AZEVEDO FRANCA/PB
1 - Processo-COFECI nº 3620/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: EDVALDO BAHIA DOS SANTOS-CRECI 92573. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 324/2015. Recte: DANIEL DOS SANTOS FREITAS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 334/2015. Recte: ROBSON TONETO JÚNIOR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 1416/2015. Recte: CORRETA & SPREAD NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS E FINANCEIROS LTDA-ME-CRECI J-3675. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 3514/2015. Recte: LUIZ FLÁVIO RIBEIRO JOSÉ-CRECI 41005. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 351/2016. Recte: JOSÉ RICARDO DIAS-CRECI 142784. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 595/2016. Recte: FLEX NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-19227. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 735/2016. Recte: PAULA LIMA COSTA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 765/2016. Recte: MARCOS ROBERTO FONTES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 815/2016. Recte: HENRIQUE VIDOTTO VINICO FILHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 816/2016. Recte: CAIO SILVA NICOLAU. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12 - Processo-COFECI nº 817/2016. Recte: CIRENE OLIVEIRA DE SOUSA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13 - Processo-COFECI nº 821/2016. Recte: CARLOS ALBERTO NERY. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14 - Processo-COFECI nº 855/2016. Recte: BOM NEGÓCIO - ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-22515. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15 - Processo-COFECI nº 866/2016. Recte: DALPIAZ CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-CRECI J-22962. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16 - Processo-COFECI nº 868/2016. Recte: TERRAPLAN IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20307. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17 - Processo-COFECI nº 924/2016. Recte: JORGE DE SOUZA NOBA-CRECI 17309. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 03 anuidades. Unânime. 18 - Processo-COFECI nº 106/2015. Recte: OLÍVIO PAGOTO-CRECI 11380. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19 - Processo-COFECI nº 842/2016. Recte: MARCO AURÉLIO CAMARGO-CRECI 10969. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20 - Processo-COFECI nº 218/2016. Recte: BRUNO LARA AMARAL-CRECI 29063. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.
RELATOR: Conselheiro MANOEL NOGUEIRA LIMA NETO/PI
1 - Processo-COFECI nº 3404/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MÔNICA BEZERRA LOPES DA COSTA-CRECI 61913. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição por 30 dias, cumulada com multa de 03 anuidades. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 316/2015. Recte: CLEMILDA RODRIGUES DA SILVA RIBEIRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 2172/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 2176/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 2934/2015. Recte: MARCOS RIBEIRO DE OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 3405/2015. Recte: ARNALDO DOS SANTOS BRUNO FILHO-CRECI 65067. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 3569/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 3749/2015. Recte: FABIANO TAYLOR IMÓVEIS LTDA-CRECI J-3355. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para absolver o representado, por insubsistente a representação. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 345/2016. Recte: LPS FOCO CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A-CRECI J-23552. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 347/2016. Recte: FERNANDES & BLAIR LTDA-ME-CRECI J-19591. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 706/2016. Recte: JOSÉ RAIMUNDO FONTES FILHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12 - Processo-COFECI nº 719/2016. Recte: AFONSO LUCIANO DURAND FILHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13 - Processo-COFECI nº 720/2016. Recte: JESI LEITE DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14 - Processo-COFECI nº 722/2016. Recte: LIGIA MARIA AVILEZ DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15 - Processo-COFECI nº 727/2016. Recte: MARIA DO CARMO DA SILVA MENDES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16 - Processo-COFECI nº 733/2016. Recte: IMOBILIÁRIA MUTINGA LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17 - Processo-COFECI nº 775/2016. Recte: DANILO ROGÉRIO BERNARDO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18 - Processo-COFECI nº 889/2016. Recte: NORBERTO ALEXANDRE DOS SANTOS LOPES-CRECI 19788. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19 - Processo-COFECI nº 036/2015. Recte: MARCELO MOREIRA FRANÇA-CRECI 12386. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20 - Processo-COFECI nº 635/2016. Recte: GLADSON GERALDO DOS SANTOS-CRECI 9385. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

4ª CÂMARA RECURSAL

DECISÕES DE 4 DE AGOSTO DE 2017

2ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS

RELATOR: Conselheiro JOSÉ DA COSTA SENA/DF
1 - Processo-COFECI nº 1765/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MARILDA IMÓVEIS SOCIEDADE EMPRESARIAL LTDA-CRECI J-19162. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 1766/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CLÁUDIA VIEIRA DE MELO-CRECI 68770. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 -Processo-COFECI nº 137/2015. Recte: FRANCISCO HELANIO GOMES DE SOUZA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4 -Processo-COFECI nº 153/2015. Recte: LUCIANA BOLSARINI SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5 -Processo-COFECI nº 241/2015. Recte: MARIA DO CARMO SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6 -Processo-COFECI nº 1389/2015. Recte: MARCOS ANSELMO DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 1393/2015. Recte: IZAQUE GONÇALVES RIZZO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 -Processo-COFECI nº 1443/2015. Recte: TELCI BARROS ARANHA PEDROSO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 -Processo-COFECI nº 3029/2015. Recte: GENERALI IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-06161. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 3030/2015. Recte: GENERALI IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-06161. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 -Processo-COFECI nº 3031/2015. Recte: GENERALI IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-06161. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12 -Processo-COFECI nº 3032/2015. Recte: GENERALI IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-06161. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13 -Processo-COFECI nº 3034/2015. Recte: GENERALI IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-06161. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14 -Processo-COFECI nº 3035/2015. Recte: GENERALI IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-06161. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15 -Processo-COFECI nº 3036/2015. Recte: GENERALI IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-06161. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16 -Processo-COFECI nº 3038/2015. Recte: GENERALI IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-06161. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17 - Processo-COFECI nº 3040/2015. Recte: GENERALI IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-06161. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18 -Processo-COFECI nº 668/2016. Recte: CBE CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-15330. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19 -Processo-COFECI nº 669/2016. Recte: ANTENOR CAMOSSI-CRECI 18090. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20 -Processo-COFECI nº 939/2016. Recte: JOÃO CARLOS SANTAFÉ BERNARDO. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.
RELATOR: Conselheiro NILSON RIBEIRO DE ARAÚJO/BA
1 - Processo-COFECI nº 3178/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMPACTO IMOBILIÁRIO LTDA-CRECI J-05859. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 3180/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMPACTO IMOBILIÁRIO LTDA-CRECI J-05859. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 3181/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMPACTO IMOBILIÁRIO LTDA-CRECI J-05859. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 3290/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMPACTO IMOBILIÁRIO LTDA-CRECI J-05859. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 3291/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMPACTO IMOBILIÁRIO LTDA-CRECI J-05859. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 3292/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMPACTO IMOBILIÁRIO LTDA-CRECI J-05859. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 3293/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMPACTO IMOBILIÁRIO LTDA-CRECI J-05859. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8 - Processo-COFECI nº 3294/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMPACTO IMOBILIÁRIO LTDA-CRECI J-05859. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 3295/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMPACTO IMOBILIÁRIO LTDA-CRECI J-05859. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 3296/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMPACTO IMOBILIÁRIO LTDA-CRECI J-05859. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 3297/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMPACTO IMOBILIÁRIO LTDA-CRECI J-05859. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 12 - Processo-COFECI nº 3298/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMPACTO IMOBILIÁRIO LTDA-CRECI J-05859. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 13 - Processo-COFECI nº 3299/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMPACTO IMOBILIÁRIO LTDA-CRECI J-05859. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 14 - Processo-COFECI nº 3300/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMPACTO IMOBILIÁRIO LTDA-CRECI J-05859. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 15 - Processo-COFECI nº 3301/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMPACTO IMOBILIÁRIO LTDA-CRECI J-05859. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 16 - Processo-COFECI nº 3302/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMPACTO IMOBILIÁRIO LTDA-CRECI J-05859. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 17 - Processo-COFECI nº 3303/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMPACTO IMOBILIÁRIO LTDA-CRECI J-05859. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 18 - Processo-COFECI nº 3304/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMPACTO IMOBILIÁRIO LTDA-CRECI J-05859. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 19 - Processo-COFECI nº 416/2017. Recte e Recdo: CRECI 19ª Região/MT "ex officio". Repdo: JOSÉ CARLOS MASSANEIRO-CRECI 3975. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 20 - Processo-COFECI nº 417/2017. Recte e Recdo: CRECI 19ª Região/MT "ex officio". Repda: INTERBENS IMÓVEIS LTDA-ME-CRECI J-0552. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 21 -Processo-COFECI nº 2787/2015. Recte: VÂNIA LÚCIA DE FRANCA COMARIN. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 22 -Processo-COFECI nº 862/2016. Recte: JOÃO ALVARO DE MATTOS. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro DÉCIO BEZ BATTI LOPES/SC

1 - Processo-COFECI nº 834/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: BERNARDO CÂNDIDO DE ANDRADE ALMEIDA-CRECI 44072. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Por maioria, reformada a decisão de origem para aplicar a pena de Cancelamento da Inscrição. Vencido o Relator. 2 - Processo-COFECI nº 2706/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdos: DENISE MUNIZ DE MACEDO-CRECI 22067 e RONALDO BORGES DE LIMA-CRECI 29208. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 2710/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: BRUNO ARRUDA ABRANTES ALCÍDES-CRECI 30751. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 2841/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: JOÃO BATISTA LIMA CARACCIOLO-CRECI 22165. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para absolver o representado. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 2954/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: JOÃO BATISTA LIMA CARACCIOLO-CRECI 22165. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 3428/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: BOA VISTA IMÓVEIS PLANEJAMENTO E VENDAS LTDA-CRECI J-04537. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Por maioria, reformada a decisão de origem para aplicar a pena de Cancelamento da Inscrição. Vencido o Relator. 7 - Processo-COFECI nº 3429/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: BOA VISTA IMÓVEIS PLANEJAMENTO E VENDAS LTDA-CRECI J-04537. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Por maioria, reformada a decisão de origem para aplicar a pena de Cancelamento da Inscrição. Vencido o Relator. 8 - Processo-COFECI nº 3430/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: BOA VISTA IMÓVEIS PLANEJAMENTO E VENDAS LTDA-CRECI J-04537. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Por maioria, reformada a decisão de origem para aplicar a pena de Cancelamento da Inscrição. Vencido o Relator. 9 - Processo-COFECI nº 3431/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: BOA VISTA IMÓVEIS PLANEJAMENTO E VENDAS LTDA-CRECI J-04537. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Por maioria, reformada a decisão de origem para aplicar a pena de Cancelamento da Inscrição. Vencido o Relator. 10 - Processo-COFECI nº 3432/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: BOA VISTA IMÓVEIS PLANEJAMENTO E VENDAS LTDA-CRECI J-04537. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Por maioria, reformada a decisão de origem para aplicar a pena de Cancelamento da Inscrição. Vencido o Relator. 11 - Processo-COFECI nº 3628/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SUELI APARECIDA DOS SANTOS-CRECI 99152. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12 -Processo-COFECI nº 304/2015. Recte: CLÉRIO PEREIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13 - Processo-COFECI nº 904/2015. Recte: DEL FORTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-19971. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14 - Processo-COFECI nº 905/2015. Recte: AGUINALDO DEL GIUDICE-CRECI 43902. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15 - Processo-COFECI nº 1380/2015. Recte: LUCIANA MACIEL DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16 - Processo-COFECI nº 1440/2015. Recte: VIVIANE ROBERTA DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17 - Processo-COFECI nº 187/2016. Recte: ADMINISTRADORA PREDIAL APOLO LTDA-CRECI J-0575. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18 - Processo-COFECI nº 311/2016. Recte: DANIELA BARBOSA DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19 - Processo-COFECI nº 313/2016. Recte: MISAEL MINERVINO DA SILVA OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20 - Processo-COFECI nº 350/2016. Recte: FELIPE LIMA VERAS-CRECI 139910. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro LUIZ AUGUSTO MILL/ES

1 - Processo-COFECI nº 3438/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 3439/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 3440/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 3441/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 3442/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 3443/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 3444/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 3445/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 3447/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 3448/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 3449/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 12 - Processo-COFECI nº 3450/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 13 - Processo-COFECI nº 3451/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 14 - Processo-COFECI nº 3452/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 15 - Processo-COFECI nº 3453/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 16 - Processo-COFECI nº 3454/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 17 - Processo-COFECI nº 3455/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 18 - Processo-COFECI nº 3456/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 19 - Processo-COFECI nº 3457/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 20 - Processo-COFECI nº 3458/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 21 - Processo-COFECI nº 3459/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 22 - Processo-COFECI nº 3460/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 23 - Processo-COFECI nº 3461/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 24 - Processo-COFECI nº 3462/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 25 - Processo-COFECI nº 3463/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 26 - Processo-COFECI nº 3464/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 27 - Processo-COFECI nº 3465/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO-CRECI 29529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime.

RELATOR: Conselheiro AYRTON MARTINS JÚNIOR/CE

1 - Processo-COFECI nº 3396/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: MARIA DA CONCEIÇÃO DA COSTA E SILVA-CRECI 32716. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e recurso. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 3397/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: ANDERSON APRÍGIO XAVIER-CRECI 30225. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 3676/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: JORGE LUIZ REIS BENCARDINI NEVES-CRECI 20363. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 3305/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: CARLOS HENRIQUE JESUS DE ALMEIDA-CRECI 40206. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 671/2016. Recte: RONNY PETRICK DE CAMPOS-CRECI 126845. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 678/2016. Recte: DENIZÉ GISELA VALÉRIO TROFINO-CRECI 63270. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 -Processo-COFECI nº 849/2016. Recte: RAFAEL AMANCIO DA SILVA. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 -Processo-COFECI nº 850/2016. Recte: MARIA DOLORES COLLEONI. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 -Processo-COFECI nº 852/2016. Recte: JAIME DE OLIVEIRA. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 -Processo-COFECI nº 853/2016. Recte: IDEAL INCORPORAÇÃO E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-22178. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 -Processo-COFECI nº 861/2016. Recte: IDEAL INCORPORAÇÃO E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-22178. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12 -Processo-COFECI nº 893/2016. Recte: ERNI CARLOS KOPPE JÚNIOR. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13 -Processo-COFECI nº 894/2016. Recte: IDEAL INCORPORAÇÃO E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-22178. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14 -Processo-COFECI nº 906/2016. Recte: JEVERSON NASCIMENTO DA SILVA. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15 -Processo-COFECI nº 907/2016. Recte: IDEAL INCORPORAÇÃO E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-22178. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16 -Processo-COFECI nº 908/2016. Recte:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LUANE RIZZON. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17 - Processo-COFECI nº 909/2016. Recte: IDEAL INCORPORAÇÃO E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-22178. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18 -Processo-COFECI nº 983/2016. Recte: MÁRIO SÉRGIO DE MENEZES LAURINDO. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19 -Processo-COFECI nº 1046/2016. Recte: DOUGLAS CEZÁRIO DO AMARAL. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20 -Processo-COFECI nº 1048/2016. Recte: IDEAL INCORPORAÇÃO E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-22178. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro WALDEMIR BEZERRA DE FIGUEIREDO/RN.

1 - Processo-COFECI nº 2704/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: JOÃO DARCI DE LIMA-CRECI 30449. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 2725/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: FÁBIO CARDOSO PAIXÃO-CRECI 31087. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 2837/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: MARIA DE FÁTIMA VIEIRA PINTO XAVIER PAIS-CRECI 31243. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 3490/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: ROSSI CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-05488. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 3750/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: MAXIMILIANO HENRIQUE-CRECI 45998. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 2583/2014. Recte: FLÁVIO DEFANTE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 1434/2015. Recte: REGIS LEAL MARTUCCI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 2634/2015. Recte: MÔNICA MONFERDINI DE OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 270/2016. Recte: GRAZIA RIBEIRO CHOUPINA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 271/2016. Recte: ROSE MARIA MARQUES DA ROCHA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 283/2016. Recte: ADILSON MARTINS DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12 - Processo-COFECI nº 597/2016. Recte: IMOBILIÁRIA VISÃO DE PRAIA GRANDE LTDA-CRECI J-25216. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13 - Processo-COFECI nº 599/2016. Recte: anatalia chaves Lopes-creci 76296. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14 - Processo-COFECI nº 655/2016. Recte: LOCAL NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-14292. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15 - Processo-COFECI nº 656/2016. Recte: FRANCISCO MURATORI NETTO-CRECI 6117. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16 - Processo-COFECI nº 657/2016. Recte: GERALDO CURY-CRECI 6118. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17 - Processo-COFECI nº 658/2016. Recte: SARA MIGUEL SGUILLARO-CRECI 37014. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18 - Processo-COFECI nº 670/2016. Recte: ANTONIO DE PADUA PRATT DA SILVA-CRECI 90363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19 - Processo-COFECI nº 677/2016. Recte: susane maria de carvalho-creci 144910. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20 - Processo-COFECI nº 811/2016. Recte: DIEGO DE ASSIS ROCHA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ARMANDO OLIVEIRA GASPAR FILHO/MA

1 - Processo-COFECI nº 3403/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: EDELI LIGORI-CRECI 28980. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 3549/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: PAULO RODRIGUES-CRECI 37966. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 -Processo-COFECI nº 886/2015. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A-CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 887/2015. Recte: RAQUEL BARBOSA PARPINELLE-CRECI 44397. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5 -Processo-COFECI nº 1569/2015. Recte: KEIVIRLANIA LOPES DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 1577/2015. Recte: RICARDO DA CRUZ PADOVANI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 1578/2015. Recte: MARCO ANTONIO DAQUE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 -Processo-COFECI nº 2435/2015. Recte: JAIR RIBEIRO DA SILVA FILHO-CRECI 44577. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 2436/2015. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A-CRECI J-19389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 -Processo-COFECI nº 2491/2015. Recte: MARCEL CARLOS PIACENTINI-CRECI 41833. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 -Processo-COFECI nº 2492/2015. Recte: PIACENTINI IMÓVEIS E ADMINISTRAÇÃO S/S LTDA-CRECI J-13992. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12 - Processo-COFECI nº 242/2016. Recte: RICARDO YUKIO GOTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13 -Processo-COFECI nº 308/2016. Recte: LEONARDO GOMES JUSTINO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14 -Processo-COFECI nº 592/2016. Recte: M. R. BENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-24519. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15 -Processo-COFECI nº 594/2016. Recte: SRG NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-11755. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16 -Processo-COFECI nº 723/2016. Recte: RICARDO LUZ STERCHELE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17 -Processo-COFECI nº 729/2016. Recte: FRANCISCO NELIM LUCAS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18 - Processo-COFECI nº 731/2016. Recte: NEYLOR DIEGO DA SILVA NOCETTI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19 - Processo-COFECI nº 736/2016. Recte: RODRIGO DOS SANTOS SIMÕES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20 - Processo-COFECI nº 737/2016. Recte: JOSÉ RAIMUNDO RIBEIRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ADELMO GUIMARÃES BRAGA COSTA/AL

1 - Processo-COFECI nº 365/2015. Recte: NOEMIA SOARES DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 1442/2015. Recte: CLEIDE DIAS COSTA FERRAZ. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 3434/2015. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-15680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 3435/2015. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-15680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 3436/2015. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-15680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 3437/2015. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-15680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 3466/2015. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-15680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 3467/2015. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-15680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 3468/2015. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-15680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 3480/2015. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-15680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 3481/2015. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-15680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12 - Processo-COFECI nº 3482/2015. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-15680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13 - Processo-COFECI nº 3483/2015. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-15680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14 - Processo-COFECI nº 3484/2015. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-15680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15 - Processo-COFECI nº 3485/2015. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-15680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16 - Processo-COFECI nº 3486/2015. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-15680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17 - Processo-COFECI nº 3487/2015. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-15680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18 - Processo-COFECI nº 3488/2015. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-15680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19 - Processo-COFECI nº 3489/2015. Recte: BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-15680. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20 - Processo-COFECI nº 1063/2016. Recte: ROSI WEBER DOS SANTOS-CRECI 16934. Recdo: CRECI 3ª Região/RS.DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro FRANCISCO HÍGINO DA ROCHA MAIA/AC

1 - Processo-COFECI nº 3637/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: PAULO ROBERTO CARDOSO-CRECI 99517. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 3638/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: JARDIM FRANÇA IMÓVEIS E ADMINISTRAÇÃO S/S LTDA-ME-CRECI J-19935. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 369/2015. Recte: CARLA DA COSTA MEDEIROS VIEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 1570/2015. Recte: LUIS OTÁVIO GOMES BAPTISTA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 2443/2015. Recte: MASTER IMÓVEIS LTDA-CRECI J-16151. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 2444/2015. Recte: VALTER LUIZ CAVINA-CRECI 50068. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 753/2016. Recte: VALÉRIA REGINA CORRÊA-CRECI 63924. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 754/2016. Recte: VALÉRIA REGINA CORRÊA-CRECI 63924. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 789/2016. Recte: VALÉRIA REGINA CORRÊA-CRECI 63924. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 791/2016. Recte: VALÉRIA REGINA CORRÊA-CRECI 63924. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 794/2016. Recte: VALÉRIA REGINA CORRÊA-CRECI 63924. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12 - Processo-COFECI nº 795/2016. Recte: VALÉRIA REGINA CORRÊA-CRECI 63924. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13 - Processo-COFECI nº 1004/2016. Recte: MARIA APARECIDA DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14 - Processo-COFECI nº 1005/2016. Recte: VÂNIA FRANCISCA DE JESUS DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15 - Processo-COFECI nº 1006/2016. Recte: ELENIL SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16 - Processo-COFECI nº 1007/2016. Recte: ANGÉLICA GORETI COELHO SACRAMENTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17 - Processo-COFECI nº 1008/2016. Recte: FLÁVIA STEFEN DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18 - Processo-COFECI nº 1361/2016. Recte: QUEZIA QUEILA NERY ROCHA-CRECI 119236. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19 - Processo-COFECI nº 2778/2015. Recte: AMAURI SIMÕES DE SOUZA-CRECI 10946. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20 - Processo-COFECI nº 2789/2015. Recte: MARCELA COSTA SANTOS BARBOSA-CRECI 27666. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5ª CÂMARA RECURSAL

DECISÕES DE 4 DE AGOSTO DE 2017

2ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS

RELATOR: Conselheiro LAUDIMIRO DE SOUZA CAVALCANTI/RJ

1- Processo-COFECI nº 2879/2015. Recte: FORT LAR CONSTRUTORA E IMOBILIÁRIA - CRECI J-12435. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2883/2015. Recte: FORT LAR CONSTRUTORA E IMOBILIÁRIA - CRECI J-12435. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 317/2016. Recte: MARIA REGIANE XIMENES DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 724/2016. Recte: FÁTIMA FERRARÁCIO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 768/2016. Recte: ODÍLIA LOPES DO NASCIMENTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 773/2016. Recte: FÁTIMA FERRARACIO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1003/2016. Recte: OSWALDO MAYER SCRENCI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1038/2016. Recte: BRUNO VITOR MARCIANO DE LIMA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1039/2016. Recte: JESI LEITE DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1041/2016. Recte: EMILIANO MARTINS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2338/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA - CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 2339/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA - CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 2340/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA - CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 2341/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA - CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 2342/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA - CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 2343/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA - CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 2452/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA - CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 2477/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA - CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 1255/2016. Recte: ELINA MARIA PANGONI DOS SANTOS - CRECI 63006. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 1302/2016. Recte: JOSÉ ANTÔNIO DOMINGUES - CRECI 35189. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro JOSÉ ANTÔNIO DE ANDRADE GODOY/RS

1- Processo-COFECI nº 3632/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: NOEL IMÓVEIS E ADM S/C LTDA - CRECI J-15294. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1656/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MÁRCIA MARIA SOARES DA ROCHA - CRECI 67772. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1672/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: AMANDA SILVERIO - CRECI 89702. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1657/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MARIA LEDA FERREIRA DA SILVA - CRECI 86809. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1677/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ELIAS TEIXEIRA - CRECI 30141. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 2886/2015. Recte: JOÃO ABÍLIO DE JESUS NETO - CRECI 6170. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2887/2015. Recte: JOÃO ABÍLIO DE JESUS NETO - CRECI 6170. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2888/2015. Recte: JOÃO ABÍLIO DE JESUS NETO - CRECI 6170. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 3533/2015. Recte: IMOBILIÁRIA CHAPECÓ LTDA - CRECI J-1661. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 786/2016. Recte: MARIA FÁTIMA DE PAULA SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 994/2016. Recte: ROBERSON SOUZA DE OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 995/2016. Recte: DORCAS GONÇALVES MORAL. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 996/2016. Recte: FERNANDA DOS SANTOS RAIMUNDO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 997/2016. Recte: MARIA GORETE ALVES DE SOUZA FRATUCCI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 998/2016. Recte: SANDRA DE FÁTIMA NEIVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 999/2016. Recte: SÔNIA MARIA DOS SANTOS LEITE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 1602/2016. Recte: RICARDO SIMÕES SOMMA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 1718/2015. Recte: EVENMOB CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-20242. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 1719/2015. Recte: JONAS MARCELO CARLOMAGNO - CRECI 71700. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 1254/2016. Recte: SOLANGE MARCANDALLI - CRECI 31983. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro EDUARDO COELHO SEIXO DE BRITO/GO

1- Processo-COFECI nº 3392/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ALTA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-16972. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de censura, cumulada com multa de 03 anuidades. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 3631/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ODAIR GUILHERME - CRECI 87238. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1384/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: NILSON SIQUEIRA PINTO - CRECI 40682. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1515/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ANA LÚCIA DA SILVA - CRECI 76294. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 3393/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: LUIZ PEREIRA DA CRUZ - CRECI 82983. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1487/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JÚLIO CÉSAR GRAZIOLLI - CRECI 97182. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2878/2015. Recte: FRANCISCO DE PAULO GURGEL CARNEIRO - CRECI 2836. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2884/2015. Recte: FRANCISCO DEULO GURGEL CARNEIRO - CRECI 2836. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2885/2015. Recte: FRANCISCO DE PAULO GURGEL CARNEIRO - CRECI 2836. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 314/2016. Recte: RICARDO BRAS CESTAROLI REZENDE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 316/2016. Recte: WELLINGTON ARAÚJO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 978/2016. Recte: JOEL GONÇALVES DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 979/2016. Recte: REJANE HELENA PRATA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 1000/2016. Recte: MOACIR VENTURA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 1001/2016. Recte: ODIRLEI GONÇALVES CELESTINO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 1062/2016. Recte: AILSON BARROS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 1625/2015. Recte: RAUL GONÇALVES DE AQUINO - CRECI 30664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 1626/2015. Recte: MARQUESA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2071. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 1706/2015. Recte: THIAGO TEILHARD DE AQUINO - CRECI 74456. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 3633/2015. Recte: FABIANA CECON SPINDOLA TAVARES - CRECI 54005. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro NILSON DONIZETI RIBEIRO/PR

1- Processo-COFECI nº 169/2016. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: ALEXANDRE MAGNO PORTO - CRECI 6089. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 3388/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: RONALDO JOSÉ ROVERATI - CRECI 58979. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 3097/2015. Recte: ANTÔNIO EDIVALDO SANTOS DA COSTA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 739/2016. Recte: MAROS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 02 anuidades. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 777/2016. Recte: MARCELO GARCIA DE OLIVEIRA JÚNIOR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 806/2016. Recte: NAIR ANTÔNIA GARCIA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 809/2016. Recte: NAIR ANTÔNIA GARCIA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: declarado extinto o processo face a ocorrência de litispendência. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1057/2016. Recte: MAYRA GABRIELA MARTINS PENIDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2710/2013. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A - CRECI J-19389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Determinado o retrono dos autos à origem em diligência. 10- Processo-COFECI nº 2711/2013. Recte: JAIR RIBEIRO DA SILVA FILHO - CRECI 44577. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Determinado o retrono dos autos à origem em diligência. 11- Processo-COFECI nº 3593/2014. Recte: TIENGO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-14563. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 3610/2014. Recte: JOSÉ CARLOS TIENGO JÚNIOR - CRECI 52203. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 3558/2015. Recte: ALOISIO BARBOSA LOPES - CRECI 30229. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 3560/2015. Recte: INVEST NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-8391. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 3575/2015. Recte: ALOISIO BARBOSA LOPES - CRECI 30229. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 3576/2015. Recte: INVEST NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-8391. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 3577/2015. Recte: INVEST NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-8391. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 3578/2015. Recte: ALOISIO BARBOSA LOPES - CRECI 30229. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 3591/2015. Recte: ALOISIO BARBOSA LOPES - CRECI 30229. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 3592/2015. Recte: INVEST NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-8391. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 21- Processo-COFECI nº 3616/2015. Recte: PAULO VITOR CIGAGNA FRAY - CRECI 77420. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Retirado de pauta. 22- Processo-COFECI nº 3618/2015. Recte: CITY RIO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-22947. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Retirado de pauta.

RELATOR: Conselheiro ROBERTO DA CUNHA/MS

1- Processo-COFECI nº 3203/2015. Recte: CLÁUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 3205/2015. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 3211/2015. Recte: CLAUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 3212/2015. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 3222/2015. Recte: CLAUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Pro-

cesso-COFECI nº 3224/2015. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 3282/2015. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 3283/2015. Recte: CLAUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 3354/2015. Recte: CLAUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 3355/2015. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 3358/2015. Recte: CLAUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 3359/2015. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 3401/2015. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 3402/2015. Recte: CLAUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 3407/2015. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 3408/2015. Recte: CLAUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 3587/2015. Recte: CLAUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 3588/2015. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 3589/2015. Recte: CLAUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 3590/2015. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 21- Processo-COFECI nº 3597/2015. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 22- Processo-COFECI nº 3608/2015. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 23- Processo-COFECI nº 3609/2015. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 24- Processo-COFECI nº 3610/2015. Recte: CLAUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 25- Processo-COFECI nº 3611/2015. Recte: CLAUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 26- Processo-COFECI nº 3665/2015. Recte: CLAUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 27- Processo-COFECI nº 3666/2015. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 28- Processo-COFECI nº 3689/2015. Recte: CLAUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 29- Processo-COFECI nº 3690/2015. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 30- Processo-COFECI nº 3695/2015. Recte: CLAUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 31- Processo-COFECI nº 3696/2015. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 32- Processo-COFECI nº 3713/2015. Recte: CLAUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 33- Processo-COFECI nº 3741/2015. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 34- Processo-COFECI nº 3742/2015. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 35- Processo-COFECI nº 3743/2015. Recte: CLÁUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 36- Processo-COFECI nº 397/2016. Recte: CLÁUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 37- Processo-COFECI nº 398/2016. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 38- Processo-COFECI nº 399/2016. Recte: CLAUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 39- Processo-COFECI nº 400/2016. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 40- Processo-COFECI nº 401/2016. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 41- Processo-COFECI nº 402/2016. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 42- Processo-COFECI nº 403/2016. Recte: CLAUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 43- Processo-COFECI nº 404/2016 . Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 44- Processo-COFECI nº 405/2016. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 45- Processo-COFECI nº 406/2016. Interessado: CRECI 2ª Região/SP. Recte: CLAUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 46- Processo-COFECI nº 407/2016. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 47- Processo-COFECI nº 408/2016. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 48- Processo-COFECI nº 409/2016. Recte: CLAUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 49- Processo-COFECI nº 410/2016. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 50- Processo-COFECI nº 411/2016. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 51- Processo-COFECI nº 412/2016. Recte: CLAUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 52- Processo-COFECI nº 414/2016. Recte: CLAUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 53- Processo-COFECI nº 415/2016. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 54- Processo-COFECI nº 416/2016. Recte: CLÁUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 417/2016. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 56- Processo-COFECI nº 418/2016. Recte: CLÁUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 57- Processo-COFECI nº 419/2016. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 58- Processo-COFECI nº 420/2016. Recte: CLÁUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 59- Processo-COFECI nº 421/2016. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 60- Processo-COFECI nº 422/2016. Recte: CLÁUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 61- Processo-COFECI nº 423/2016. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 62- Processo-COFECI nº 424/2016. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 63- Processo-COFECI nº 425/2016. Recte: CLAUDIA CAROLINA CORREA QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 64- Processo-COFECI nº 426/2016. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro PAULO C. CARVALHO MOTA JÚNIOR/AM

1- Processo-COFECI nº 1802/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: AN CONS. E NEG. IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-19329. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1803/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: VANESSA DE LUCAS MARCAL - CRECI 83575. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 3406/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: AN GRUNER IMÓVEIS LTDA - CRECI J-3032. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 3410/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: ANDERSON NASCIMENTO GRUNER - CRECI 15353. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 3526/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: ANDERSON NASCIMENTO GRUNER - CRECI 15353. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 3528/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: AN GRUNER IMÓVEIS LTDA - CRECI J-3032. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1892/2014. Recte: CRISTIANO VERARDO FERNANDES DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2647/2015. Recte: GABRIEL DE JESUS TREVIZAN DA ROSA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2649/2015. Recte: PLANO FLAMBOYANT EMPR. IMOB. LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 3088/2015. Recte: MARIA DE FÁTIMA SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 3096/2015. Recte: LUIZ ADELSON GUEDES CHUNG. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 3734/2015. Recte: GERSINO PEREIRA DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 1076/2016. Recte: FORTCASA INCORPORADORA E IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-417. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. Decisão: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para absolver o representado. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 877/2015. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 971/2015. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 975/2015. Recte: ACER CONSULTORES EM IMÓVEIS LTDA - CRECI J-19368. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de censura, cumulada com multa de 01 anuidade. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 976/2015. Recte: FERNANDO DE MELO MORAIS - CRECI 75765. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de censura, cumulada com multa de 01 anuidade. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 2376/2015. Recte: HERMES LUIZ SANTOS AOKI - CRECI 43609. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 2489/2015. Recte: JOSÉ WALTER FONSECA COLI - CRECI 34155. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 2490/2015. Recte: COLI ADMINISTRADORA E CORRETORA LTDA - CRECI 20651. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro BENEDITO ODÁRIO CONCEIÇÃO E SILVA/MT

1- Processo-COFECI nº 637/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ANDERSON IRINEU SOARES DE OLIVEIRA - CRECI 95786. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 638/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: LEILA CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA - CRECI 66403. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2440/2015. Recte: PAULO ROBERTO COELHO DA FONSECA - CRECI 9059. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2441/2015. Recte: COELHO DA FONSECA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA CRECI J-961. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2615/2015. Recte: LUCIENE LETTIERI MERINO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 2616/2015.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Recte: ANTÔNIO CORREIA DO NASCIMENTO JÚNIOR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2618/2015. Recte: HENRIQUE BOLZAN SILVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2868/2015. Recte: T.M. HENRITZI ME - CRECI J-11736. Recdo: CRECI 15ª Região/CE.Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2869/2015. Recte: T.M. HENRITZI ME - CRECI J-11736. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2881/2015. Recte: T.M. HENRITZI ME - CRECI J-11736. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2882/2015. Recte: T.M. HENRITZI ME - CRECI J-11736. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 3095/2015. Recte: MARIA AMELIA DE ALMEIDA RAMOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 3116/2015. Recte: CLÁUDIO DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 708/2016. Recte: DANIEL FRANCISCO PEDRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 718/2016. Recte: VINICIUS BERNARDES FARIA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 721/2016. Recte: MIGUEL RODRIGUES SALOMÃO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 1058/2016. Recte: TANIA MARA DE LOLLO FONSECA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 2394/2015. Recte: FLÁVIO AUGUSTO AYRES AMARY - CRECI 46310. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 2402/2015. Recte: FREMA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/A - CRECI J-497. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 2403/2015. Recte: LUIZ FERNANDO GAMBI - CRECI 44981. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro VALDEMAR MARTINS DE LIMA/PI

1- Processo-COFECI nº 1090/2016. Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repdos: SEBASTIÃO MACHADO FILHO - CRECI 3713 e ÁLVARO MAGALHÃES DE MEDEIROS - CRECI 2389. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar ao C.I. Sebastião Machado Filho a pena de advertência e ao C.I. Álvaro Magalhães de Medeiros a pena de suspensão da inscrição por 90 dias, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1475/2015. Recte: RICARDO SERVAN CICOGNA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1572/2015. Recte: CLEUSA APARECIDA ARRABAL PINTO DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2614/2015. Recte: FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 3112/2015. Recte: VALMIR JOSÉ DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 3115/2015. Recte: THAÍS FERNANDA PEREIRA LOPES SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 738/2016. Recte: JORGE FLAUSINO DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 02 anuidades. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 766/2016. Recte: JORGE FLAUSINO DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 02 anuidades. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 825/2016. Recte: ALEX SCHIAVETTO CALABRES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1045/2016. Recte: DANIEL RODRIGO ZUIM. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1052/2016. Recte: ELAINE BANDEIRA MARTINS PLAZA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 2073/2015. Recte: NORMA MARIE HIDESHIMA - CRECI 78314. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 755/2016. Recte: COLOMBO & MOREIRA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-19778. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 756/2016. Recte: ADAILTON MOREIRA ALVES - CRECI 51548. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 839/2016. Recte: FRIAS NETO CONSULTORIA E EMPREEND. IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-18650. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 840/2016. Recte: ÂNGELO FRIAS NETO - CRECI 34743. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 841/2016. Recte: FRIAS NETO CONSULTORIA E EMPREEND. IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-18650. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 843/2016. Recte: ÂNGELO FRIAS NETO - CRECI 34743. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 1098/2016. Recte: EVENMOB CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-20242. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 115/2016. Recte: DOMINGOS JOSÉ ARRAIS DA SILVA - CRECI 3791. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro JÚLIO CÉSAR PINTO/RO

1- Processo-COFECI nº 1501/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Repdo: VAGNER BORGES de SOUZA - CRECI 89336. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1512/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: JULIANA BRANCO - CRECI 75369. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 749/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: FRANCISCO MARCELINO DA CRUZ - CRECI 78596. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1560/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: RAIMUNDO SANTOS BISPO - CRECI 93951. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1571/2015. Recte: SAMUEL MANOEL DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 116/2016. Rectes: IMOBILIÁRIA SANTANA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-13321 e RT JACI FERREIRA DO ROSÁRIO - CRECI 12317. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 782/2016. Recte: MARIA REGINA DA SILVA SHIGEMATSU. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 783/2016. Recte: ADALTO TOMAZ DA ROSA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 796/2016. Recte: JOÃO AUGUSTIN HERNANDES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 980/2016. Recte: JOSÉ LANINI SOBRINHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1014/2016. Recte: ANTÔNIO de PADUA AZEVEDO BARING - CRECI 71672. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 1015/2016. Recte: RODRIGO DA SILVA ANDERAOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 1433/2016. Recte: LUIZ ANTÔNIO GONTIJO - CRECI 7575. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 1441/2016. Recte: NALTA DE LOURDES TELES - CRECI 11197. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de censura. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 1485/2016. Recte: PRONTO PLUS CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-21836. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 1558/2016. Recte: CARBONE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-16669. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de censura. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 1572/2016. Recte: ALEXANDRE DE LAZARI - CRECI 124062. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 1643/2016. Recte: TERESINHA APARECIDA DE CAMPOS MONTAGNER - CRECI 87004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 150/2016. Recte: MAXXIMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-ME - CRECI J-20104. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 166/2016. Recte: MAXXIMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-ME - CRECI J-20104. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

SESSÃO PLENARIA Nº 5/2017

DECISÕES DE 3 DE AGOSTO DE 2017

JULGAMENTO DE PROCESSOS

1 - Processo-COFECI nº 2018/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I EDUARDO CODOGNO-CRECI 21731, face a problemas de saúde: (Coluna, gota ácido úrico, pressão alta e inflamação na 5 vertebra). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 2 - Processo-COFECI nº 2014/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I. MÁRIO MÁRCIO GUEDES BRASIL-CRECI 51854, face a problemas de saúde: (Alzheimer, ponte de safena). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 3 - Processo-COFECI nº 1989/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos a C.I LUZIA TYLLI DA COSTA-CRECI 15442, face a problemas de saúde: (Hipotireoidismo, enxaqueca crises de ansiedade, problemas na coluna e precária condição econômica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 4 - Processo-COFECI nº 1990/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I NIVALDO APARECIDO DE OLIVEIRA-CRECI 35364, face a precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 5 - Processo-COFECI nº 449/2016. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I CARLOS EDUARDO GARCIA MORAD-CRECI 23483 - Falecido. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 6 - Processo-COFECI nº 450/2016. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I NATAL PIOVAN-CRECI 72686, face a problemas de saúde: (Hipertensão, osteoporose e idade avançada). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 7 - Processo-COFECI nº 179/2016. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I. ANTONIO JOSÉ REIS-CRECI 14877, face a problemas de saúde: (Diabetes, hepatite "C" e hipertensão). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 8 - Processo-COFECI nº 2021/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I. CARLOS BENEDICTUS PEREIRA DE ALMEIDA-CRECI 113018, face a problemas de saúde: (Sequelas oriundas de AVC, depressão e episódios de esquecimento). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 9 - Processo-COFECI nº 174/2016. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I. JUSTINO ANTONIO DA SILVA-CRECI 37365, face a problemas de saúde: (Próstata, bico de papagaio, tireóide e idade avançada). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 10 - Processo-COFECI nº 180/2016. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos a C.I. WANDA FERREIRA DA MOTTA-CRECI 19668, face a problemas de saúde: (Alzheimer e idade avançada). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 11 - Processo-COFECI nº 181/2016. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos a C.I. SANDRA REGINA DE SOUZA SANTOS-CRECI 52882, face a problemas de saúde: (Coluna, hérnia discal dorsal grave). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 12 - Processo-COFECI nº 175/2016. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I. CLÁUDIO IATAURO-CRECI 105539, face a problemas de saúde: (Câncer maligno no fígado e na próstata). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 13 - Processo-COFECI nº 453/2016. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos a C.I. IONE BATISTA-CRECI 115321, face a problemas de saúde: (Câncer de mama e idade avançada). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 14 - Processo-COFECI nº 452/2016. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos a C.I. AGNELA LISBOA STENCLER-CRECI 34704, face a problemas de saúde: (Fibromialgia, artrose crônica, depressão e reumatismo). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 15 - Processo-COFECI nº 451/2016. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I. PAULO ROBERTO DA CRUZ MARCIANO-CRECI 73787 - Falecido. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 16 - Processo-COFECI nº 1987/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I. OTÁVIO PATRICIO DE MORAES-CRECI 22282 - Falecido. DECISÃO: Acolhidos o parecer

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 17 - Processo-COFECI nº 2547/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I. NICKI TEISTER-CRECI 33857, face a problemas de saúde: (Isquemia cerebral, sem coordenação motora, lombalgia, idade avançada e precária condição econômica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 18 - Processo-COFECI nº 2001/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos a C.I. RENATA SÔNIA RAMALHO SAMPAIO-CRECI 17868, face a problemas de saúde: (Enfisema pulmonar, asma, osteoporose, fibromialgia, tendinite, artrose, bronquite crônica, hipertensão arterial, lombociatalgia, idade avançada e precária condição econômica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 19 - Processo-COFECI nº 2980/2015. Origem: CRECI 22ª Região/AL. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. JONAS PAULINO SANTOS-CRECI 2662, face a problemas de saúde: (Trombose, rins e precária condição econômica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 20 - Processo-COFECI nº 589/2016. Origem: CRECI 12ª Região/PA. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. JOÃO SOARES PEREIRA-CRECI 1556, face a problemas de saúde: (Glaucoma). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 21 - Processo-COFECI nº 858/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. ALVARO ADEMAR SANTOS ROCHA-CRECI 13023, face a problemas de saúde: (Alcoolismo, cardiopatia, hérnia inguinal e depressão). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 22 - Processo-COFECI nº 173/2016. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos a C.I. MARTHA MARLENE CANO PAVESI-CRECI 43749, face a idade avançada. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 23 - Processo-COFECI nº 176/2016. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. ALVINO DOS SANTOS-CRECI 13353, face a problemas de saúde: (Câncer na bexiga e próstata). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. V.3.24 - Processo-COFECI nº 177/2016. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. VIVALDO BORDIN-CRECI 22309, face a problemas de saúde: (Pressão alta, artrose, depressão e idade avançada). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 25 - Processo-COFECI nº 178/2016. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos a C.I. MARIA ANGELA TORRES-CRECI 64779, face a problemas de saúde: (Câncer e retirada do rim). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 26 - Processo-COFECI nº 454/2016. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. PEDRO PAULO DE SOUZA-CRECI 22916, face a problemas de saúde e idade avançada). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 27 - Processo-COFECI nº 456/2016. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. ANTONIO CARLOS SPOGLIANTI-CRECI 27472, face a problemas de saúde: (Cardíaco, hipertenso e colesterol). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 28 - Processo-COFECI nº 1988/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos a C.I JANE BERNARDINO SANTANNA-CRECI 44884, face a problemas de saúde: (Diabetes, hipertensão, colesterol, artrose, diverticulite, pólito séssil de cólon ascendente e precária condição econômica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 29 - Processo-COFECI nº 2011/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. JOÃO MONTEIRO-CRECI 89861, face a problemas de saúde: (Esquizofrenia, Alzheimer e idade avançada). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 30 - Processo-COFECI nº 3661/2015. Recte: JOSÉ OSÓRIO FAGUNDES PEREIRA-CRECI 38651. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 31 - Processo-COFECI nº 396/2016. Recte: JOSÉ LUIZ FROTA-CRECI 48378. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 32 - Processo-COFECI nº 2258/2016. Recte: CLAYTON BERNARDINO GORDO DE OLIVEIRA. Recdo: CRECI 14ª Região/MS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 33 - Processo-COFECI nº 563/2016. Recte: JOSÉ DE SOUZA ARAÚJO FILHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Determinado o retorno dos autos em diligência. 34 - Processo-COFECI nº 248/2016. Recte: ISAIAS CÂNDIDO FARIAS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para conceder a inscrição pleiteada. Unânime. 35 - Processo-COFECI nº 243/2016. Recte: SÉRGIO DE PALMA JÚNIOR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 36 - Processo-COFECI nº 698/2016. Recte: VANDEON FERREIRA DO NASCIMENTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 37 - Processo-COFECI nº 1094/2016. Recte: RICARDO SILVESTRE MARTINS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para conceder a inscrição pleiteada. Unânime.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

PORTARIA Nº 30, DE 17 DE AGOSTO DE 2017

Reajusta o Valor-piso da Hora de Trabalho de Economia - VHTE pelo IPCA (IBGE).

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 03 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, e o que consta no Processo nº 16.585/2014; CONSIDERANDO que o § 2º do artigo 3º da Resolução 1.868/2012, publicada no D.O.U. 69, Seção 1, de 10 de abril de 2012, páginas 141 e 142, estabelece que o Valor da Hora de Trabalho de Economia - VHTE terá seu valor-piso reajustado, por ato do Presidente do Cofecon, no mês de agosto de cada ano, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA (IBGE), no período compreendido entre os meses de agosto do ano anterior e julho do ano em curso, desprezando-se os centavos do cálculo resultante; CONSIDERANDO que o Valor-piso da Hora de Trabalho de Economia - VHTE foi fixado em R$ 356,00 (trezentos e cinquenta e seis reais), em 2016, nos termos do artigo 1º da Portaria 39, de 16 de agosto de 2016, publicada no DOU, nº 159, de 18 de agosto de 2016, Seção 1, página 67; CONSIDERANDO que o IPCA (IBGE) do período de agosto de 2016 a julho de 2017 foi fixado em 2,7114600%; resolve:

Art. 1º Corrigir o Valor-piso da Hora de Trabalho de Economia - VHTE para R$ 365,00 (trezentos e sessenta e cinco reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO MIRAGAYA

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
2ª CÂMARA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTOS

Em aditamento à pauta de julgamentos publicada no Diário Oficial da União - Seção 1, de 18/08/2017, p. 311, a SEGUNDA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia dezoito de setembro de dois mil e dezessete, a partir das oito horas e trinta minutos, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar, Brasília/DF, CEP 70.070-939, para julgamento dos processos abaixo especificados, incluídos em pauta, dos anteriormente incluídos e dos remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01-RECURSO N. 49.0000.2014.014631-2/SCA-ED. Embte: J.S.A.J. (Adv: José Antônio Carvalho OAB/SP 53981). Embdo: Acórdão de fls. 785/792. Recte: J.S.A.J. (Advs: José Antônio Carvalho OAB/SP 53981, Pascoal Belotti Neto OAB/SP 54914, Silvio Carlos Alves dos Santos OAB/SP 233033 e outros). Recda: C.S. (Advs: Fabrício Assad OAB/SP 230865 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. (Adv: Fernando Calza de Salles Freire OAB/SP 115479). Relator: Conselheiro Federal Valdetário Andrade Monteiro (CE). Redistribuído: Conselheiro Federal André Luis Guimarães Godinho (BA). Redistribuído: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). 02-RECURSO N. 49.0000.2016.011420-7/SCA. Matéria afetada ao Pleno da Segunda Câmara. Art. 89-A, § 4º, RGEAOAB. Recte: M.M.S. (Adv: Mailton Machado Santana OAB/RS 14587). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Daniel Fábio Jacob Nogueira (AM). Redistribuído: Conselheira Federal Francilene Gomes de Brito (CE). OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília, 22 de agosto de 2017.
IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
Presidente da Câmara

1ª TURMA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTOS

Em aditamento à pauta de julgamentos publicada no Diário Oficial da União - Seção 1, de 18/08/2017, p. 311, a PRIMEIRA TURMA DA SEGUNDA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia dezoito de setembro de dois mil e dezessete, a partir das dez horas, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar - CEP 70070-939-Brasília/DF, para julgamento do processo abaixo especificado, incluído em pauta, dos anteriormente incluídos e dos remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01-RECURSO N. 49.0000.2017.001833-7/SCA-PTU. Recte: J.L. (Advs: Giancarlo Castelan OAB/SC 7082 e outro). Recdo: Vanderlei de Souza. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relatora: Conselheira Federal Liliana Agatha Hadad Simioni (MT). Redistribuído: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília, 22 de agosto de 2017.
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO
Presidente da Turma

2ª TURMA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTOS

Em aditamento à pauta de julgamentos publicada no Diário Oficial da União - Seção 1, de 18/08/2017, pp. 311/312, a SEGUNDA TURMA DA SEGUNDA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia dezoito de setembro de dois mil e dezessete, a partir das dez horas, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar - CEP 70070-939-Brasília/DF, para julgamento dos processos abaixo especificados, incluídos em pauta, dos anteriormente incluídos e dos remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01-RECURSO N. 49.0000.2017.001400-9/SCA-STU. Rectes: F.T.A. e M.F.J.S/A. Repte. legal: J.G.R.N. (Advs: João Maximiliano Winkler OAB/SP 26658 e outro, e Carlos Eduardo Rigueiral Silva OAB/SP 317715, Clara Elizabeth Tavares Monforte OAB/SP 29360, João Vitor Capparelli de Castro OAB/SP 263062, Luís Gustavo D'Antona Gomes OAB/SP 256738 e outros). Recdos: F.T.A. e M.F.J.S/A. Repte. legal: J.G.R.N. (Advs: João Maximiliano Winkler OAB/SP 26658 e outro, e Carlos Eduardo Rigueiral Silva OAB/SP 317715, Clara Elizabeth Tavares Monforte OAB/SP 29360, João Vitor Capparelli de Castro OAB/SP 263062, Luís Gustavo D'Antona Gomes OAB/SP 256738 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Daniel Fábio Jacob Nogueira (AM). Redistribuído: Conselheiro Federal André Luis Guimarães Godinho (BA). Redistribuído: Conselheiro Federal Eliseu Marques de Oliveira (MG). 02-RECURSO N. 49.0000.2017.002128-3/SCA-STU. Recte: F.R.C. (Adv: Flávio Ribeiro da Costa OAB/MG 98100). Recdos: Nivaldo Brunoni e Wesley Miranda Alves. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal André Luis Guimarães Godinho (BA). Redistribuído: Conselheiro Federal Henrique da Cunha Tavares (ES). 03-RECURSO N. 49.0000.2017.002755-3/SCA-STU. Recte: A.B.S. (Adv: Alexandre Brito Severo OAB/RS 26143). Recdo: Vangelista Nunes da Silveira Neto. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal André Luis Guimarães Godinho (BA). Redistribuído: Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO). OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília, 22 de agosto de 2017.
ALEXANDRE CÉSAR DANTAS SOCCORRO
Presidente da Turma

ÓRGÃO ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS
NOTIFICAÇÃO

Em aditamento à pauta de julgamentos publicada no Diário Oficial da União - Seção 1 de 18 e 21.08.2017, p. 313 e 121, respectivamente, o ÓRGÃO ESPECIAL DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia dezoito de setembro de dois mil e dezessete, a partir das quatorze horas, no Salão Nobre do edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 7º andar, Brasília/DF, CEP 70070-939, para julgamento do processo abaixo especificado, incluído em pauta, dos anteriormente incluídos e dos remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01. RECURSO N. 49.0000.2016.005150-3/OEP. Rectes: Chapa "CORAGEM PARA RENOVAR", Carlos Eduardo Behrmann Ratis Martins OAB/BA 15991, Claudio Ferreira de Melo OAB/BA 21602, Saul Venâncio de Quadros Filho OAB/BA 2550, Marcus José Andrade de Oliveira OAB/BA 14456, Maurício Dantas Góes e Góes OAB/BA 15684, Antonio Menezes do Nascimento Filho OAB/BA 4734, Gamil Föppel El Hireche OAB/BA 17828 e Fabrício Pereira Sousa de Abreu OAB/BA 31478 (Advs: Manoel Guimarães Nunes OAB/BA 16364 e outro). Recdos: Chapa "MAIS OAB 86" (Repte legal: Luiz Viana Queiroz OAB/BA 8487 - Presidente da OAB/BA) e Conselho Seccional da OAB/Bahia (Adv: Mariana Matos de Oliveira OAB/BA 12874 e OAB/PE 43613). Relator: Conselheiro Federal Tullo Cavallazzi Filho (SC). OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília, 22 de agosto de 2017.
LUÍS CLÁUDIO DA SILVA CHAVES
Presidente do Órgão Especial

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

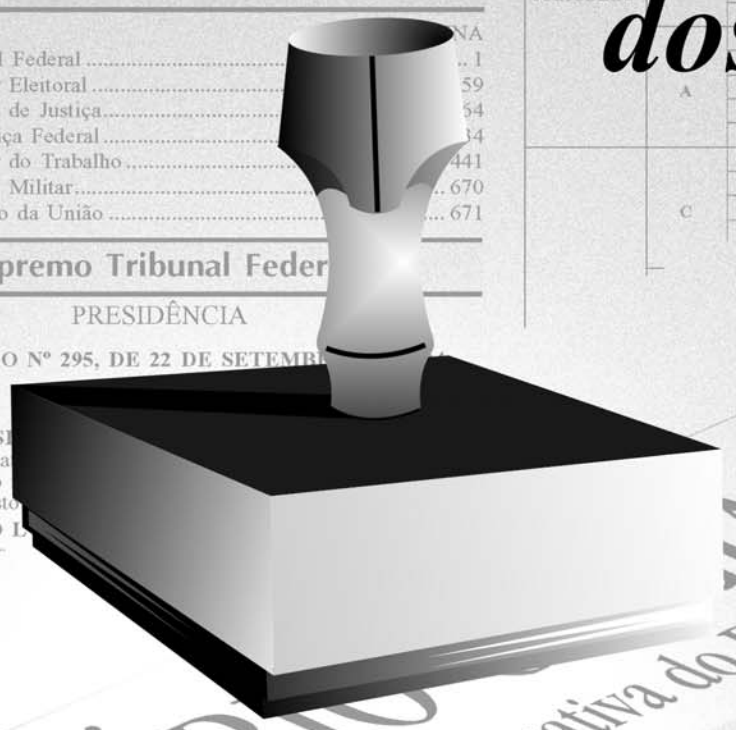


Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.



Disponível no portal
www.in.gov.br
e na versão impressa



Diário Oficial da União Digital

O meio mais prático e econômico de acesso à informação oficial

O portal da Imprensa Nacional oferece:

- Acesso à versão eletrônica do **DOU** de forma livre e gratuita
- Edições digitalizadas desde 1990, com validade e autenticidade garantidas pela certificação digital
- Busca por palavra ou expressão, incluindo **Pesquisa Fonética**, que proporciona a localização de termos grafados de formas diversas
- Serviço **IN-Busca**, que realiza pesquisas programadas ao **DOU** e envia os resultados por mensagem eletrônica ao usuário na primeira hora da manhã
- Edições completas em PDF pelo serviço de assinaturas **e-Diários**, a partir das 6h, ou gratuitamente, das 14h às 23h59



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Ainda mais ágil e acessível na versão eletrônica e tão seguro quanto na impressa.



Acesse as opções de pesquisa
IN Busca Total e Aviso de Publicação no Portal
www.in.gov.br

IMPRENSA NACIONAL 1808



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017082300127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.


DECRETO — DE 13 DE MAIO DE 1808
CREA A IMPRESSÃO REGIA
Tendo-Me constado, que os Prélos que se achão nesta Capital, erão os destinados para a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra; e Attendendo á necessidade, que ha da Officina de Impressão nestes Meus Estados: Sou Servido, que a Casa, onde elles se estabelecerão, sirva interinamente de Impressão Regia, onde se imprimão exclusivamente toda a Legislação e Papeis Diplomaticos, que emanarem de qualquer Repartição do Meu Real Serviço, e se possão imprimir todas, e quaesquer outras Obras, ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração á mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Do Meu Conselho de Estado, M
e Secretario de Estado dos N
geiros, e da Guerra o ten
e procurará dar ao
maior extensão, e
e Ordens neces
peito a toda
ao Meu
Janeiro, em
e oito.
IMPRENSA NACIONAL
1808 — 2017
209 anos
Há 209 anos os atos oficiais do Estado brasileiro ganham vida na Imprensa Nacional